SÉRIE Desenvolvimento Regional em Perspectiva

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

ISBN: 978-85-87406-91-0

PÓS Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

GEDE GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2015

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-91-0

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2015

© 2015 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Silvio Carvalho Neto / Valdemar Lespinasse Júnior

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE LIVRO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DO RESPECTIVO ARTIGO

Comissão Científica
Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

Fadel, Bárbara (Org.)
B169s Ambiente e Desenvolvimento. / Bárbara Fadel; Silvio Carvalho Neto (orgs.).Franca (SP): Uni-FACEF, 2015.
320p.; il.
Série - Desenvolvimento Regional em Perspectiva.

ISBN: 978-85-87406-91-0

1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento humano - social. 3.Politicas públicas. 4.Educação. 5.Tencologia. 7.Pesquisa. I.T.

CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-91-0

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2015

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2015

REITOR
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO
Profa. Dra Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU
Profa. Dra. Bárbara Fadel

ASSESSOR JURÍDICO
Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL
Alba Valéria Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING
Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2015

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ENGENHARIA CIVIL
Prof Dr. João Baptista Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof Ms. Antônio Carlos T. Bettarello

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA
Prof. Dr Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Profª. Dndª. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO
Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva

Apresentação

A série Desenvolvimento Regional em Perspectiva continua a trazer em 2015 trabalhos de pesquisas, projetos, ensaios e relatos de casos em torno da temática do Desenvolvimento Regional.

Os trabalhos publicados nesta série têm suas origens nas apresentações do Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, um evento tradicional e aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. As temáticas abordadas procuram atender às necessidades da interdisciplinaridade e têm como objetivo a reflexão e a interação de pesquisadores em torno de suas apresentações.

No presente livro, Ambiente e Desenvolvimento, são apresentadas discussões contemporâneas, especialmente correlacionadas ao meio ambiente, ambiente organização, gestão organizacional e outros tópicos voltados para o desenvolvimento regional em geral. Os capítulos apresentam diferentes temáticas em torno destes temas. O objetivo das obras desta série é estabelecer diálogos e a construção de sentido, responsabilidade e atuação de pesquisadores.

Por meio da publicação dos livros eletrônicos da série Desenvolvimento Regional em Perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca e o Grupo de Estudos em Desenvolvimento - GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

Boa leitura.

Profª Drª Bárbara Fadel
Prof Dr Silvio Carvalho Neto

Sumário

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA 9

A DINAMICA DA SAFRA AGRÍCOLA NO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG DE 2004 A 2014 .. 14

ESTUDO DE CASO DO ATERRO CONTROLADO DAS MARITACAS LOCALIZADO NA CIDADE DE FRANCA PARA DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE CONTAMINAÇÃO DO SOLO E ÁGUA SUBTERRÂNEA NO PERÍODO DE 2006-2012 21

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA COOPERVITAE 30

POR QUE DEVEMOS PRESERVAR O AEGLA FRANCA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇAO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CANOAS 37

INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE NA SUSTENTABILIDADE REGIONAL..... 44

ALTA CULTURA E MEIO AMBIENTE: A CONEXÃO DO HOMEM E DA NATUREZA ATRAVÉS DA ARTE 54

GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REGIÃO DE FRANCA - SP 59

DISSEMINAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL (1999-2010)..... 65

IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO EM FRANCA/SP: UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO ADORMECIDO..... 77

CONSIDERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS SOBRE A REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO..... 86

ALÉM DO LUCRO: A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - UM BREVE ESTUDO DE CASO 96

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL IMPULSIONADO PELA AÇÃO EMPREENDEDORA 105

CONHECER E PLANEJAR: IMPORTÂNCIA DA PESQUISA DE CLIMA E DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL A PARTIR DE RELATO DE EXPERIÊNCIA 118

CULTURA ORGANIZACIONAL E ENTIDADES DE ECONOMIA SOCIAL: ENVOLVIMENTOS E DESENVOLVIMENTOS 125

A GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: RESGATE TEÓRICO E O CASO DE UMA EMPRESA DO SETOR METALÚRGICO..... 133

EDUCAÇÃO CORPORATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ORGANIZACIONAL DIRECIONADA PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO 140

PROTAGONISTAS (IN)VISÍVEIS: RECONHECENDO A IMAGEM E O TRABALHO 149

A COMPLEXIDADE EM CONTEXTOS ORGANIZACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO 157

TRABALHO E EMPRESA: UM ESTUDO COM MULHERES EMPRESÁRIAS 165

DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E DA CHINA A PARTIR DE 1990: UM ESTUDO 174

A VIABILIDADE FINANCEIRA DO USO DO EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO – ISOPOR) NA CONSTRUÇÃO CIVIL. 187

A CULTURA POLÍTICA DO CLIENTELISMO: UMA ANÁLISE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1988-2010)..... 194

INDÚSTRIA E REGIÃO: O COMPORTAMENTO DO COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES E DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 201

SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA: ALICERCE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E QUALIDADE DE VIDA. ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE FRANCA – SP 231

AS CAUSAS DE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO RAMO CALÇADISTA DA CIDADE DE FRANCA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS 236

ATIVIDADES INOVATIVAS NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DA PINTEC (1998-2011) 243

O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 251

CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NO POSTO DE SAÚDE DA PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA 259

A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO ... 264

IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA VIVÊNCIA COTIDIANA DA MULHER NORDESTINA 271

ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES ENQUANTO COMPORTAMENTOS CULTURALMENTE PRODUZIDOS 278

UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA SAÚDE NO BRASIL 283

PELE HUMANA PARA TRANSPLANTES E TESTES FARMACOLÓGICOS 289

GESTÃO DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO INFACAPE 298

TECNOLOGIAS SOCIAIS: BANCOS COMUNITÁRIOS E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 306

LISTA DE AUTORES 319

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA

Environmental education in the city of Franca

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/ Sustentável

Cristiane Freitas Bertanha Machado
Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Uni-Facef
cristianebertanha@hotmail.com

BERTELLI, Célio
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor
profbertelli@hotmail.com

Resumo: o objetivo deste artigo é discutir de que forma o município de Franca está desenvolvendo a Educação Ambiental nas escolas francanas. Para isso será analisado as legislações relevantes que definem o assunto sobre meio ambiente, sustentabilidade, cidadania e a prática pedagogia implantada.
Palavras-chave: educação ambiental, legislação, escolas francanas, agenda ambiental.

Summary: The aim of this article is to discuss how the city of Franca is developing environmental education in schools francanas. For it will be analyzed the relevant laws that define the subject of the environment, sustainability, citizenship and the practice implemented pedagogy.
Keywords: environmental education, legislation, francanas schools, environmental agenda.

Introdução

O presente artigo pretende abordar a temática Meio Ambiente, mostrando e identificando a sua importância e de que forma está sendo trabalhado e visto tal mote pelo município de Franca. A questão da sustentabilidade está presente no cotidiano do ser humano. A qualidade de vida humana depende da conscientização de colaborar com a natureza. Para se viver bem, de forma harmoniosa é preciso haver a parceria humana com o mundo verde. Dessa forma, todos os envolvidos nesse processo ganham tanto no aspecto de qualidade de vida, no que se refere à saúde física do homem, como no tocante ao aspecto ambiental. No que se refere à poluição de rios e cidades. A tutela ambiental, não pode ser preocupação apenas do Poder Público, a sociedade também precisa fazer parte de uma política voltada para a preservação ambiental. É fundamental e indispensável para a efetividade das leis ambientais a educação da população em todos os níveis de ensino. O direito ambiental é difuso, por pertencer a população, impõe-se para sua efetividade que seus titulares assumam o meio ambiente como um bem comum.

1 Meio Ambiente

A Constituição Federal de 1988 consagrou o meio ambiente como direito fundamental. O fato de não estar inserido no art.5º da CF, não lhe retira a natureza de direito fundamental. Porque já é pacífico que o rol presente no art. 5º é meramente exemplificativo. Nesse contexto tem-se o autor Canotilho (2005, p.52-57): "é um direito subjetivo fundamental, porque existe uma posição jurídico-ambiental garantida à pessoa; através de preceito inserido nas disposições sobre direitos fundamentais na Constituição de Portugal e Espanha". O meio ambiente é considerado uma forma de direito fundamental da pessoa humana porque para a própria sobrevivência é humana é necessário que ele esteja sadio e equilibrado. A preservação do meio ambiente se faz necessário para uma vida humana mais saudável, uma qualidade de vida melhor. Nesse sentido, o doutrinador Trindade aponta:

> A proteção do meio ambiente e a proteção da pessoa humana se constituem em prioridades inequívocas da agenda internacional hodierna. (...) A luta pela proteção do meio ambiente acaba se identificando em grande parte com a luta pela proteção

> dos direitos humanos, quando se tem em mente a melhoria das condições de vida.[1] (TRINDADE, 2003. p.23-24)

Para que o princípio da dignidade da pessoa humana consolide dos esses valores acima mencionados, é imprescindível a realização substancial do meio ambiente saudável e equilibrado.

O reconhecimento do meio ambiente saudável é elemento primordial para o próprio bem estar da sociedade. Verdadeira afirmação que a Carta Magna brasileira consagrou em seu art. 225 a importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O reconhecimento da elevação ao nível constitucional pode ser verificado pela decisão do renomado ministro Celso de Mello:

> Essa prerrogativa consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se consoante já proclamou o Supremo Tribunal Federal (STF RE 134.297-SP, Rel. Min. Celso de Melo), de um típico direito da terceira geração, que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à própria coletividade – de defendê-lo e de preservá-lo em benefício das presentes e das futuras gerações...(Celso Lafer, A reconstrução dos direitos humanos, p.131/132,1998, Companhia das letras).(...) os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos...[2]

Nota-se que a Constituição Federal exige do Poder Público e de toda a sociedade o respeito e a adoção de políticas que garantam e promovam o meio ambiente sadio.

1.1 Plano Nacional de Educação Ambiental

O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. Nesse sentido, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: a transversalidade; fortalecimento do Sisnama; sustentabilidade; participação e controle social.

O ProNEA representa um constante exercício de transversalidade, criando espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a educação ambiental no conjunto do governo, contribuindo assim para a agenda transversal, que busca o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infra-estrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas. Tal exercício deve ser expandido para outros níveis de governo e para a sociedade como um todo.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Dentro das estruturas institucionais do MMA e do MEC, o ProNEA compartilha da descentralização de suas diretrizes para a implementação da PNEA, no sentido de consolidar a sua ação no Sisnama. Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a Sustentabilidade. Assim propicia-se a oportunidade de se ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências exitosas. A Participação e o Controle Social também são diretrizes que permeiam as estratégias e ações do ProNEA, por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação,

[1] TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direitos Humanos e meio ambiente: paralelos dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris,2003. p.23-24.
[2] STF MS 22.164-0 SP, Rel.Min. Celso de Melo.

fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável. A Política Nacional de Educação Ambiental está disciplinada na Lei nº 9795/1999.

1.2 Plano Estadual do Meio Ambiente

A lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007 (Projeto de lei nº 749/2007, da Deputada Rita Passos - PV) institui a Política Estadual de Educação Ambiental[3] e complementa a Lei Federal n° 9.795 de 27 de abril de 1999. Entre outras questões, o texto da Política traz recomendações para a Educação Ambiental (EA) na educação formal - o que poderá mudar diretamente a rotina de todas as escolas paulistas. A lei pode, por exemplo, tornar obrigatória a inclusão da Educação Ambiental nos cursos superiores de licenciatura. Além disso, seu texto prevê maior participação da comunidade em projetos pedagógicos que envolvam o tema meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra. Diferentemente do que ocorre com a maioria das leis (criadas internamente, pela Assembléia Legislativa), o texto da Política foi construído de forma participativa, envolvendo vários setores da sociedade. Participaram desse processo, chamado consulta pública, as secretarias estaduais de Educação e Meio Ambiente, representantes de universidades e organizações não-governamentais (ONG's). É uma lei com diretrizes e orientações para organizar a Educação Ambiental no estado. Ela está sendo construída de forma participativa: governo e sociedade participam do processo. A iniciativa nasceu no final de 2006 de um grupo de educadores ambientais do estado de São Paulo da Repea, com apoio de outras instituições, como os Coletivos Educadores (grupos de instituições de várias regiões do estado, que articulam trabalhos para implementar políticas de formação de educadores ambientais), a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que reúne representantes do Ministério da Educação e do Ministério de Meio Ambiente. Ainda participam representantes de universidades como a Ufscar e a Unicamp.

O processo de construção da lei foi baseado na Política Nacional de Educação Ambiental, que já existe. Mas a estadual propõe conceituar a Educação Ambiental de maneira mais ampla, preocupada não apenas com o meio ambiente e a natureza, mas ligada à qualidade de vida e a questões sociais. No texto, a definição de Educação Ambiental engloba "os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando a melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra". A Política ainda reconhece que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os processos educativos, formais e não-formais.

Assim dentro do cenário escolar a política estabelece a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente aos projetos educacionais desenvolvidos pelas instituições de ensino, e deve fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas. Para isso, não deve ser implantada como disciplina no currículo, mas inserida de forma transversal, como aliás recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A lei também recomenda conteúdos que tratem da ética socioambiental nas atividades profissionais, em cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis de ensino. E a obrigação de incluir a Educação Ambiental nos cursos superiores de licenciatura, para que ela realmente exerça seu papel de forma transversal nas escolas a partir da formação da nova geração de educadores que chega às instituições de ensino. A Política também recomenda priorizar a adoção do meio ambiente local, para promover a atuação da comunidade na identificação dos problemas e suas soluções. Prevê, ainda, a participação maior dos comitês de bacias junto às escolas, para elaboração de trabalhos pedagógicos que visam a proteção, a defesa e a recuperação dos recursos hídricos. Outra recomendação é que as escolas técnicas e de Ensino Médio deverão adotar, em seus projetos pedagógicos, o conhecimento da legislação ambiental e das atribuições dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental.

1.3 Programa Municipal de Educação Ambiental

A Prefeitura de Franca, consciente da relevância das questões ambientais da sociedade contemporânea, concebe a educação ambiental como um instrumento de conscientização baseada na difusão de conhecimento e mudanças de atitudes, o que acarreta uma melhora na qualidade de vida de seus habitantes e o respeito ao patrimônio natural e cultural são valorizados. Dessa forma, em observância às leis municipais, estaduais e federais

[3] Artigo 3º - Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade da vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra.

relativas ao tema, a Secretaria de Serviços e Meio Ambiente, desenvolve o programa municipal de educação ambiental nos âmbitos formal, na rede municipal de ensino e informal, na comunidade, sobre quatro eixos: educação ambiental nas escolas, educação ambiental na comunidade, calendário ambiental e desenvolvimento e apoio a projetos e campanhas ambientais. O embasamento legal são as seguintes leis: Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Lei 12.780 de 30 de novembro de 2007 trata da Política Estadual de Educação Ambiental no Estado de São Paulo. Lei complementar nº9 de 26 de novembro de 2006 disciplina o Código do Meio Ambiente do Município de Franca. Capítulo XIX – Da Educação Ambiental. Lei nº 7.274 de 31 de julho de 2009 que cria a Agenda Ambiental no âmbito da Administração Municipal direta e indireta.

Por fim, o decreto nº 10.225 de 22 de setembro de 2014, dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental em caráter transversal no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Franca. Tais legislações têm como objetivo geral criar oportunidades de reflexão sobre os problemas ambientais e incentivar atitudes de responsabilidade ambiental no município de Franca.

Como objetivos específicos têm-se: contribuir para a difusão de conhecimentos sobre a agenda ambiental do município; incentivar entidades e instituições ligadas ao meio ambiente na participação de ações de educação ambiental; formar educadores ambientais.

A prática pedagógica é trabalhada de forma transversal, de modo que o tema Meio Ambiente esteja presente em todas as disciplinas do currículo escolar e permeie toda prática educativa. Conclui-se então, que a Educação Ambiental é trabalhada de forma transversal, de modo que o tema Meio Ambiente esteja presente em todas as disciplinas do currículo escolar e permeie toda prática educativa.

2 Ações e experiências trabalhadas de educação ambiental no Município

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo Município estão**:** Projeto Uma vida uma árvore (Lei Municipal nº 4.843/97); Campanha Faça uma faxina no meio ambiente (Lei Municipal nº 4.906/97); Código do Meio Ambiente do Município de Franca (Lei Complementar nº 035/2001 e Lei Complementar nº 120/2007); Patrulha Verde (Lei Municipal nº 5.617/2001); Campanha de Esclarecimentos para Defesa o Meio Ambiente (Lei Municipal nº 6.040/2003); Campanha de recolhimento de pilhas, baterias de celular e lâmpadas fluorescentes usadas (Lei Municipal nº 6.042/2003); Programa Ecológico Mirim (Lei Municipal nº 6.227/2004); Coleta Seletiva de resíduos sólidos nos órgãos e entidades do Poder Público Municipal (Lei Municipal 6.337/2005); Programa Especial de Plantio de Árvores nas escolas da rede municipal de ensino (Lei Municipal nº 6.744/2006); Programa Adote uma Árvore (Lei Municipal nº 6.842/07); Obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Município (Lei Complementar nº 121/2007, que emenda a Lei Municipal nº 1.647/68 – Código de Edificações do Município); Calçada Verde (Lei Complementar nº 131/2008, que emenda a Lei Complementar nº 125/2007 – Plano Viário do Município). Semana da Água no Município de Franca, instituída pela Lei Municipal nº 5.778/02; Semana de Preservação do Rio Canoas, instituída pela Lei Municipal nº 6.080/03; Dia do Ambientalista, instituída pela Lei Municipal nº 7.053/2008 e Dia Municipal do Planeta Terra, instituída pela Lei Municipal nº 7.117/08.

Os temas ambientais a serem abordados nas referidas comemorações serão trabalhados de forma pedagógica em salas de aula nas escolas da rede pública, com orientações didáticas em todas as disciplinas, favorecendo o desenvolvimento de hábitos e atitudes de conservação ambiental e respeito a natureza.

3 Educação Ambiental

O mote educação ambiental está consagrado no art.225, inciso VII da CF/88. Nesse diapasão, consegue-se trabalhar meio ambiente, cultura e cidadania caminhando juntas. A educação ambiental pode ser entendida com toda ação educativa que contribui para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente e aptos a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. O seu objetivo principal é ser fonte de referência para o desenvolvimento do tema ambiental como um tema transversal. Na maioria dos casos, o material tem sido utilizado em sala de aula, mas a sua aplicação é potencializada quando alinhada a uma oficina de capacitação como as que começaram a ser inseridas no projeto a partir de 2002, o portal cultura ambiental nas escolas esperamos a ampliação do número de professores que conheçam e utilizem os materiais desenvolvidos em suas aulas, e promovam a cultura ambiental junto aos seus alunos.

3.1 Educação ambiental nas escolas

Os temas ambientais a serem abordados nas referidas comemorações serão trabalhados de forma pedagógica em salas de aula nas escolas da rede pública, com orientações didáticas em todas as disciplinas, favorecendo o desenvolvimento de hábitos e atitudes de conservação ambiental e respeito a natureza.

Em todas as datas comemorativas relacionadas ao Meio Ambiente, deverá ser hasteada a Bandeira do Meio Ambiente do Município de Franca. Para a execução do disposto no artigo 7º da Lei nº 7.274/2009, a Secretaria de Educação, em consonância com as políticas educacionais: federal e estadual incluirá temas ambientais nas escolas da rede pública municipal, objetivando a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio ambiental de maneira comprometida, respeitando a vida e o bem estar de cada um, da sociedade local e global.

O plano anual de trabalho das escolas municipais deverá abranger programas de atividades de educação ambiental a ser realizada na própria escola. As atividades de educação ambiental, além dos conteúdos teóricos em sala de aula, deverão enfatizar a observação direta da natureza, o estudo do meio, pesquisas de campo e os problemas ambientais, possibilitando ao aluno, condições adequadas de aprendizado. A educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integral, de maneira transversal e indisciplinar, ao longo da grade curricular da Educação Básica.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica, visto ser o amparo legal, fundamento necessário para iniciar a discussão da temática meio ambiente, pois os parâmetros legais definem e norteam a política ambiental.

Conclusão

O Município de Franca tem buscado estabelecer uma política pública visando ao bem-estar socialmente ecológico. Através de eventos que norteam a agenda ambiental, implantação de projetos educacionais voltados para uma formação da educação ambiental. Objetivando uma maior integração entre escola e comunidade por um bem comum, ou seja, A realização dessas atividades proporciona a valorização e a conscientização para o despertar cuidadoso que se ter para com o meio ambiente.

Referências Bibliográficas

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. *Legislação comentada para concursos ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BRASIL. Lei nº 7.274 de 31 de julho de 2009 (Agenda Ambiental)

BRASIL. Lei nº 12.780 de 30 de novembro de 2007(Política Estadual de Educação Ambiental no Estado de São Paulo)

BRASIL. Lei Complementar nº 9 de 26 de novembro de 2006 (Código do Meio Ambiente do Município de Franca)

BRASIL. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.500 de 04 de outubro de 2010. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10.225 de 22 de setembro de 2014 (Política Municipal de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental). São Paulo: Saraiva, 2015

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (Política Nacional do Meio Ambiente) São Paulo: Saraiva, 2015

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Direito ao Ambiente como Direito Subjetivo. In: A tutela jurídica do meio ambiente: presente e futuro. Boletim da Faculdade de Direito. Coimbra: Universidade de Coimbra-Coimbra Editora, 2005,p.52-57.

KRIEGER, Maria da Graça et al. *Dicionário de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT*. 4. ed. Uni-Facef, 2013.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental. Acessado em: 27 junho 2015.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de (Org.). *Direito ambiental e cidadania*. Leme: JH Mizuno, 2007. 244 p.

A DINAMICA DA SAFRA AGRÍCOLA NO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG DE 2004 A 2014

THE DYNAMICS OF THE AGRICULTURAL SEASON IN CITY OF SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG 2004 2014

Sessão temática: Título da sessão temática que destina o trabalho.

SILVA, Francisco Lúcio de Rodrigues
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional
francisco@duzani.com.br

BERTELLI, Célio
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor
profbertelli@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o estudo de como mostrar o desenvolvimento econômico do município de São Sebastião do Paraíso em relação a sua a principal economia o plantio e colheita do café. Todos os dados fornecidos foram coletados pela EMATER-MG, através do sistema Safra Agrícola. Os dados coletados são de 2004 e 2014, mostrando o desenvolvimento dos produtos em relação ao plantio por área. Serão apresentados dados histórico do município, todas as suas culturas de plantio e representatividade. Apresentaremos também a evolução do café neste período em relação ao valor pago aos produtores.

Palavras-chave: café, safra agrícola, São Sebastião do Paraíso

1 INTRODUÇÃO

O Brasil segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o maior produtor de café do mundo. No ano de 2002 houve a maior produção de café da história, onde causou-se prejuízos para os produtores, pois os preços caíram diante da demanda ofertada no mercado mundial. O baixo valor se prolongou até o final de 2003 quando diante do cenário, a produção do café retraiu e começou-se a sentir escassez do produto. (IBGE, 2015)

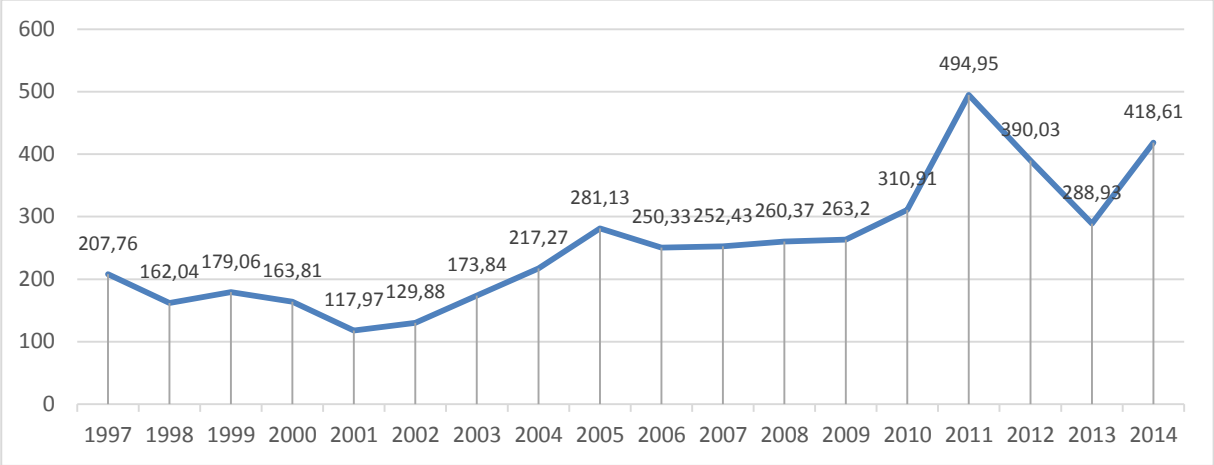
No gráfico 1, podemos observar a evolução do preço médio pago ao produtor do café Arábico tipo 6-BC Duro como exemplo, demonstrando o resultado da oferta e demanda.

Observando a queda de valores no intervalo de 1997 até 2004, “os cafeicultores que tiveram condições técnicas e econômicas para resistir às adversidades e proporcionar tratos culturais adequados a seus cafezais conseguiram se beneficiar da situação, então favorável, que se manteve durante todo o ano de 2004” (IBGE, 2015). Comparando a produção de 2003 e 2004, houve um acréscimo de 24,09%, mostrando que o café voltou a ser um bom negócio para os produtores. (IBGE, 2015)

No período de 2004 a 2009, o café se manteve estável, e a partir de 2010 o preço do café novamente começou a subir chegando ao seu auge em 2011 no valor de R$ 494,95, sendo cada vez mais um produto representativo no PIB do Brasil. (IBGE, 2015)

O café no Brasil, teve um crescimento 8,97% em sua produção, no período de novembro de 2003 até outubro de 2004, sendo 6 vezes mais que a produção mundial, que obteve um crescimento médio mundial de 1,5% (ABIC, 2015).

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ.



FONTE: DESENVOLVIDO PELO AUTOR.

A produção neste período foi de 28.829 mil sacas, sendo este aumento maior que o consumo de muitos países da América e da África. Com crescimento no consumo de países emergentes como a China e a Rússia, o cenário econômico torna-se favorável para o Brasil e os produtores de café.

Representando 13% do consumo mundial neste período, o Brasil chegou a 4,01kg/hab.ano per-capito. O aumento do consumo pode-se dizer que se deve a melhora do poder aquisitivo dos brasileiros, melhora na qualidade, clima e ambiente favorável para o plantio e grande repercussão na imprensa e ao público em geral. (ABIC, 2015)

No ano de 2014 a produção cafeeira no pais foi de 45.346 mil sacas de café, comparado com o número de 2004, podemos analisar que houve um crescimento em 10 anos. (ABIC, 2015)

O Munícipio de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, é conhecido por fazer parte do Circuito das Montanhas Cafeeiras e sua economia baseada no plantio e colheita do café. Os produtores formaram uma das maiores cooperativas de café do Brasil e do Mundo, sendo reconhecido pelo volume de vendas e pela qualidade do café. (Calafiori, 2006)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

São Sebastião do Paraíso situada no município de Minas Gerais, com uma população de 64.980 no ano de 2010 e estimada em 2014 de 69.057 habitantes, tem uma área de unidade territorial de 814.925 km². (IBGE, 2015)

A cultura do café no município começou em 1866, com a chegada dos imigrantes a cidade, que trouxeram culturas, artesanatos, crenças entre outras. O café começou a ser cultivado a partir de 1865, mas em 1884 a cidade também era conhecida por ser uma grande produtora de cana de açúcar.

Em 1915 o município contava com 15 milhões de pés de café produzindo mais de 1 milhão e 400 mil arroubas de café beneficiado.

Já em 1934, São Sebastião do Paraíso era grande produtora de algodão, o chamado “Ouro Branco” e em 1936 foi instalada na cidade a Usina Beneficiadora de Algodão a Usina Norbo.

Em 1972 a cidade possuía cerca de 4.100 propriedades rurais, sendo 314 de propriedades cafeeiras com uma população de 30.000 habitantes. Conhecida pelos investimentos tanto dos produtores quanto do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, a administração pública de 2001/2004 distribuiu cerca de 1,7 milhões de mudas de café. (Calafiori, 2006)

Situado no Sul de Minas Gerais, sua região é reconhecida pelo plantio e colheita do café, sendo chamada de Circuito das Montanhas Cafeeiras de Minas Gerais. A imagem 1 mostra as cidades que fazem parte desta região cafeeira.

IMAGEM 1: CIRCUITO DAS MONTANHAS CAFEEIRAS DE MINAS GERAIS

FONTE: SITE CIDADES DE MINAS GERAIS, 2015

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados apresentados neste artigo, foram fornecidos pela Emater-MG de São Sebastião do Paraíso-MG, através do sistema Safra Agrícola, sendo a responsável no município pela assistência técnica e extensão rural. (EMATER, 2015)

A coleta de dados foi solicitada diretamente ao órgão responsável sendo entregue pessoalmente ao autor.

Serão utilizadas tabelas e gráficos para demostrar os números, fazendo os cruzamentos das informações nos períodos de 2004 e 2014. Os dados serão analisados de forma qualitativa e quantitativa.

Informações históricas foram retiradas do livro Curiosidades de Paraíso, do autor Luiz Ferreira Calafiori, onde descreve não só sobre a agricultura no município desde a sua fundação, mas também sobre a indústria e comercio.

Para concluir a evolução do município utilizou-se de dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa, IBGE, e do site ABIC, responsável por informações numéricas da produção do café em diversas partes.

4 RESULTADOS E DISCUSÕES

Neste capítulo descreve números dos anos de 2004 em comparação com o ano de 2014 de diversas culturas no município de São Sebastião do Paraíso. Na Tabela 1 segue os dados do ano de 2004 e todas as culturas de plantio do munícipio.

Analisando os dados da Tabela 1, que a área destinada a cultura do café é bem significativa em relação a demais culturas no município, representando 57% dos hectares total de plantio. O segundo produto com mais hectares de plantio é o milho com 30% do total.

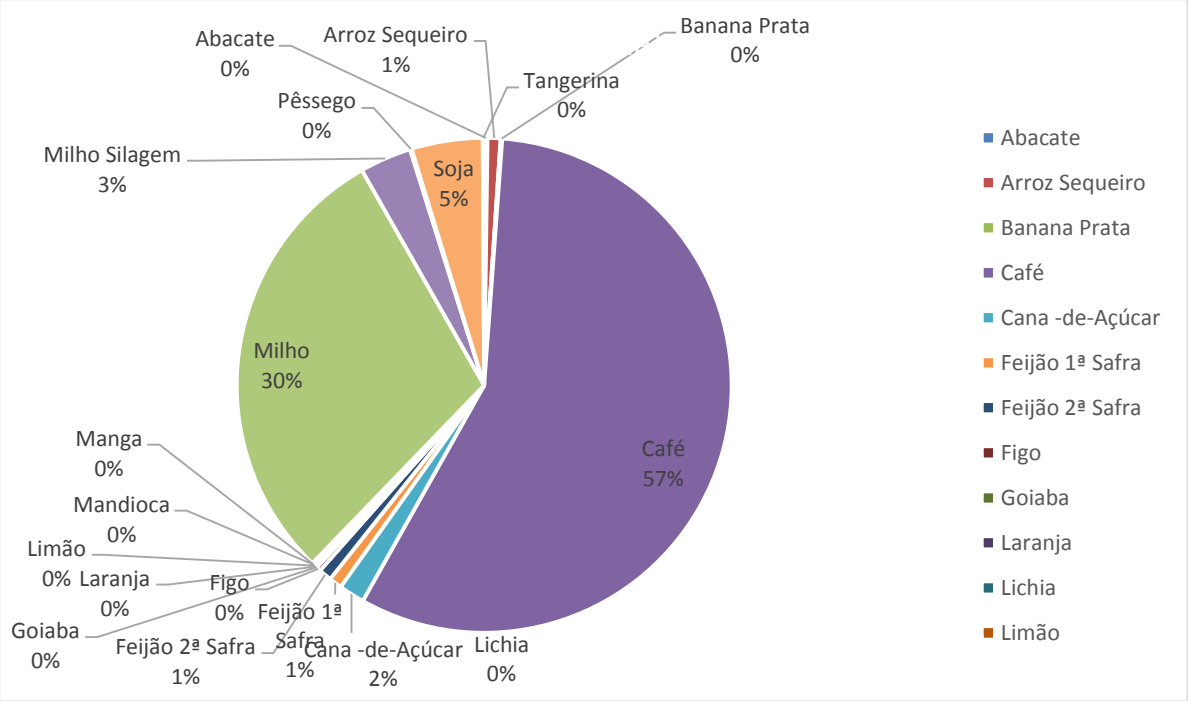
Um produto que em regiões próximas tem um número expressivo, mas no município de São Sebastião do Paraíso não possui significância até o ano de 2004 é a cana de açúcar ocupando somente 400 hectares ou 2% da área total de plantio. O gráfico abaixo apresenta os dados da tabela.

TABELA 1: CULTURAS COM ÁREA (HECTARES) E A PRODUÇÃO DO ANO DE 2004

Produto	Área (ha)	Produt.(Kg/ha)	Produção
Abacate	52	15.000	780
Arroz Sequeiro	200	1.800	360
Banana Prata	25	24.000	600
Café	13.500	17	229.500
Cana -de-Açúcar	400	70	28.000
Feijão 1ª Safra	200	1.200	240
Feijão 2ª Safra	200	1.200	240
Figo	70	10.500	735
Goiaba	3	25.000	75
Laranja	30	20.000	600
Lichia	0	0	0
Limão	17	15.000	0
Mandioca	25	10	250
Manga	17	8.000	255
Milho	7.000	5.000	35.000
Milho Silagem	800	0	0
Pêssego	26	11.992	136
Soja	1.100	2.700	2.970
Tangerina	22	15.000	319

FONTE: DESENVOLVIDA PELO AUTOR

GRAFIDO 2: PERCENTUAL DE CADA CULTURAS COM ÁREA (HECTARES) NO ANO DE 2004



FONTE: DESENVOLVIDO PELO AUTOR

Depois de dez anos, podemos observar que os números mudaram, durante esse período. Aconteceram vários fatores econômicos que alteraram as representatividades de algumas culturas no município de São Sebastião do Paraíso conforme os dados na Tabela 2.

TABELA 2: CULTURAS COM ÁREA (HECTARES) E A PRODUÇÃO DO ANO DE 2014

Produto	Área (ha)	Produt.(Kg/ha)	Produção
Abacate	109	15.000,0	1.635
Arroz Sequeiro	100	1.800,00	180
Banana Prata	25	24.000,0	600
Café	11.150	27,0	301.150
Cana -de-Açúcar	5.000	80,0	400.000
Feijão 1ª Safra	200	1.200,00	240
Feijão 2ª Safra	200	1.200,00	240
Figo	87	12.000,0	1.044
Goiaba	3	25.000,0	75
Laranja	1.500	20.000,0	30.000
Lichia	24	8.000,0	192
Limão	17	15.000,0	255
Mandioca	200	25,0	5.000
Manga	38	8.000,0	304
Milho	5.000	5.000,00	25.000
Milho Silagem	1.000	0,0	0
Pêssego	34	10.000,0	340
Soja	100	3.000,00	300
Tangerina	22	15.000,0	330

FONTE: DESENVOLVIDA PELO AUTOR

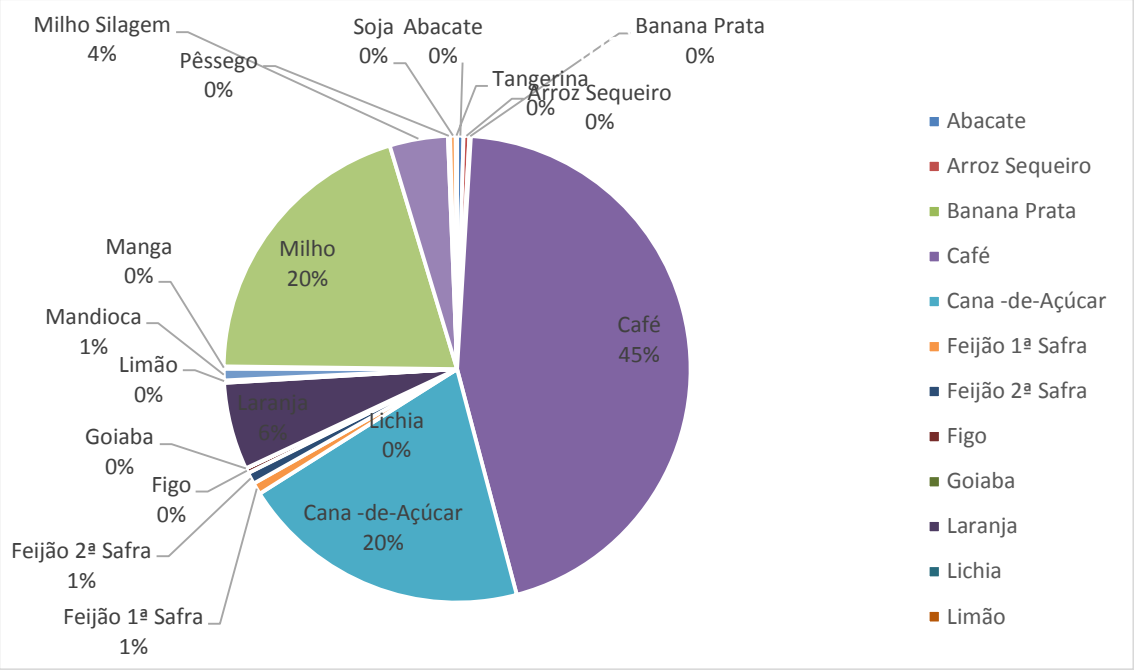
Podemos notar que no ano de 2014 a cana de açúcar teve um crescimento muito alto algo em relação as outras culturas, tomando espaço de produtos como o café, que no ano de 2004 representava 57% dez anos após representa 45%, ou seja, 2.350 hectares (12%) da área de plantio.

O milho que antes representava 30%, no ano de 2014 passa a representar 20%, ou seja, uma queda de 2.000 hectares (10%) da área de plantio. A cana de açúcar que representava 2%, passou para 20%, obtendo um crescimento de 4.600 hectares.

Outra cultura que não era cultivada no ano de 2004 era a laranja, a qual representava 0% neste ano. No ano de 2014 passou a representar 6% da área total, passando a ocupar uma área de 1.500 hectares, sendo a quarta maior cultura do município de São Sebastião do Paraíso.

No gráfico 3, analisa-se os dados por percentual de representatividade:

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE CADA CULTURAS COM ÁREA (HECTARES) NO ANO DE 2014



FONTE: DESENVOLVIDA PELO AUTOR

Com base nas informações acima, destacamos a cana de açúcar com um crescimento de 1.150% e a laranja com um crescimento de 4.900%. O café teve uma queda de 17%, e o milho uma queda de 29%. A mandioca obteve números significativos, mas não representativos diante do tamanho da área do plantio, com 700% de crescimento. A soja com uma queda de 91%, mas também não significativo diante da área. Abaixo o comparativo nos 10 anos de cada cultura:

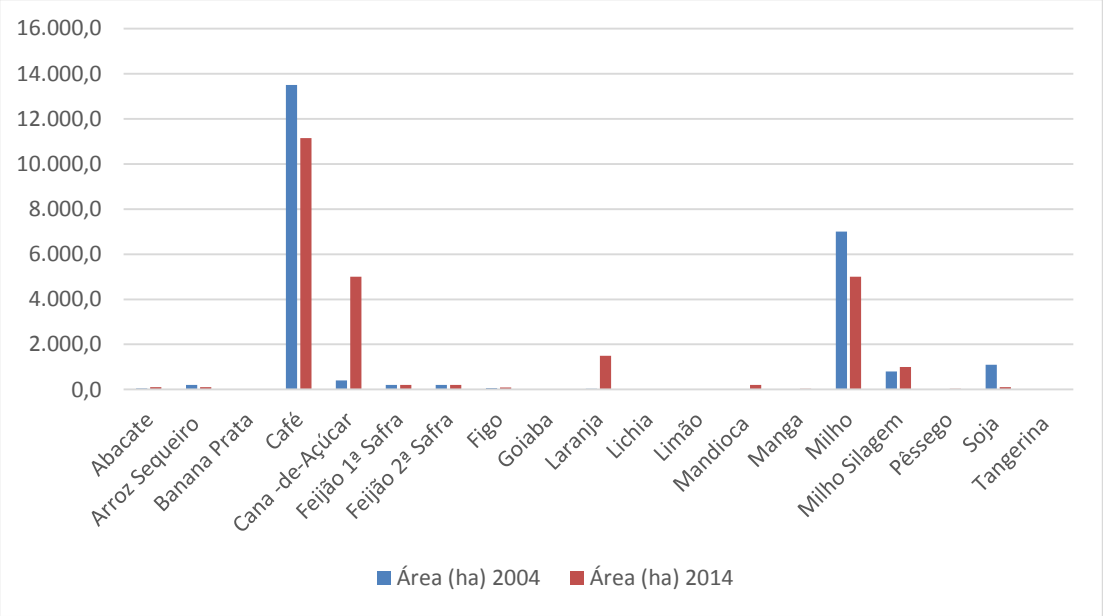
TABELA 3: COMPARATIVO DOS ANOS DE 2004 X 2014

Produto	Área (ha) 2004	Área (ha) 2014	Diferença	% Cresc.
Abacate	52,0	109,0	57,0	110%
Arroz Sequeiro	200,0	100,0	-100,0	-50%
Banana Prata	25,0	25,0	0,0	0%
Café	13.500,0	11.150,0	-2.350,0	-17%
Cana -de-Açúcar	400,0	5.000,0	4.600,0	1150%
Feijão 1ª Safra	200,0	200,0	0,0	0%
Feijão 2ª Safra	200,0	200,0	0,0	0%
Figo	70,0	87,0	17,0	24%
Goiaba	3,0	3,0	0,0	0%
Laranja	30,0	1.500,0	1.470,0	4900%
Lichia	0,0	24,0	24,0	0%
Limão	17,0	17,0	0,0	0%
Mandioca	25,0	200,0	175,0	700%
Manga	17,0	38,0	21,0	124%
Milho	7.000,0	5.000,0	-2.000,0	-29%
Milho Silagem	800,0	1.000,0	200,0	25%
Pêssego	26,0	34,0	8,0	31%
Soja	1.100,0	100,0	-1.000,0	-91%
Tangerina	22,0	22,0	0,0	0%

FONTE: DESENVOLVIDA PELO AUTOR

Podemos demonstrar graficamente os dados no Gráfico 4.

GRÁFICO 4: COMPARATIVO DAS CULTURAS NOS ANOS DE 2004 X 2014



FONTE: DESENVOLVIDA PELO AUTOR

Podemos também analisar que o café mesmo com uma queda na área do plantio, continua sendo a principal cultura do município de São Sebastião do Paraíso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O índice de desenvolvimento humano municipal de São Sebastião do Paraíso vem crescendo, de acordo com os dados do IBGE, no ano de 2000 era de 0,642 e no ano de 2010 aumentou para 0,722, acima da média nacional de 0,698, um pouco inferior à do estado de Minas Gerais 0,731.

Entre os anos de 2004 e 2014, houve uma queda no plantio, mas com a alta do preço a partir do ano 2011, a cultura continua tornando novamente um bom negócio.

O plantio da cultura do café no município, sendo referência, resulta na melhora da qualidade de vida, conforme demostrado acima.

A tendência é de crescimento para o município, onde outras culturas perderão espaços. Com o aumento do consumo de países desenvolvidos e emergentes, o preço do café tende a continuar elevado, proporcionando ganhos aos produtores e viabilidade na produção desta cultura.

Referências

ABIC. Disponível em: <http://www.abic.com.br/>. Acesso em 25/07/2015

CALAFIORI, Luiz Ferreira. Curiosidades de Paraíso. 6. Ed. São Sebastião do Paraíso, 2006

Cidades de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cidadesdeminasgerais.com/circuito-turistico-montanhas-cafeeiras-de-minas/>. Acesso em 25/07/2015

Emater-MG. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/>. Acesso em 25/07/2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2004/pam2004.pdf>, Acesso em 25/07/2015

ESTUDO DE CASO DO ATERRO CONTROLADO DAS MARITACAS LOCALIZADO NA CIDADE DE FRANCA PARA DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE CONTAMINAÇÃO DO SOLO E ÁGUA SUBTERRÂNEA NO PERÍODO DE 2006-2012

LANDFILL CASE STUDY OF "ATERRO CONTROLADO DAS MARITACAS" LOCATED IN THE CITY OF FRANCAFOR DETERMINATION OF LEVELS OF CONTAMINATION OF SOIL AND UNDERGROUND WATER IN THE PERIOD 2006-2012

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

GILBERTO, Thales Jati
Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Ciências, Mestre em Tecnologia Ambiental e Eng. Civil na empresa Solocon de Eng. de Solos

GILBERTO, Miele Dominique da Silva Jati
Universidade de Franca
Especialista em Enga de Segurança, Enga. Civil na empresa Solocon Eng. de Solos

Resumo

O aterro controlado é uma área de disposição de resíduos que antes fora um lixão e que sofreu algumas alterações e melhorias para adequá-lo à legislação, porém isso não o torna adequado do ponto de vista ambiental já que este continua contaminando (de forma amenizada) o solo. O objetivo do aterro controlado é minimizar os impactos ao meio ambiente, diferentemente do aterro sanitário que visa à prevenção da poluição. Em vista disso, é indispensável o controle e acompanhamento de tais áreas para que se necessário, haja uma intervenção mais efetiva impedindo que a contaminação se alastre. A área de estudo deste trabalho é o Aterro Controlado Voçoroca das Maritacas, localizado no município de Franca, estado de São Paulo, tendo como objetivo a verificação e constatação de variações nos níveis de contaminação tanto do solo, como das águas sub superficiais em torno do aterro com base na bibliografia e estudos existentes, e, comparando com os resultados obtidos de análises de solo e água subterrâneas, retiradas dos poços de monitoramento produzido pela empresa GR Ambiental. Os resultados obtidos apresentaram um aumento da contaminação no aquífero no entorno do aterro, propõe-se então, sugestões para mitigação dos impactos.
Palavras-chave: aterro controlado, contaminação, solo.

Abstract

The landfill is a waste disposal area that had once been a dump and has undergone some changes and improvements to fit the law, but that does not make an adequate environmental because it continues contaminating (more softened than before) the ground. The objective of the landfill is to minimize impacts to the environment, unlike the landfill which aims to prevent pollution. In view of this, it is essential to control and monitoring of such areas to, if necessary, make a more effective intervention preventing the contamination from spreading. The study area of this work is the Maritacas Voçoroca Landfill, located in the city of Franca, São Paulo state, with the aim of verifying and finding variations in the levels of contamination of both soil and subsurface waters around the landfill based on existing literature and research, and comparing with the results of analyzes of soil and groundwater, taken from the monitoring wells produced by GR Ambiental. The results showed an increase of contamination in the aquifer in the vicinity of the landfill, we then propose, suggestions for mitigating impacts.
Keywords: landfill, contamination, soil.

1 INTRODUÇÃO

As atividades da sociedade em busca do crescimento econômico e social também se constituem em atividades geradoras de impactos ambientais. Na tentativa de suprir as demandas cada vez maiores de produtos e serviços para satisfação da população, o meio ambiente vem pagando alto preço, pois a geração de resíduos aumenta proporcionalmente à demanda.

Em grande parte das cidades brasileiras a destinação desses materiais são em lixões, aterros controlados e sanitários, ou ainda de forma indevida em bota-foras, locais de proteção ambiental, encostas e outras áreas protegidas por lei Os resíduos dispostos de maneira inadequada causam vários inconvenientes para toda a sociedade, como altos custos para o sistema de limpeza urbana, prejuízo da saúde pública, enchentes, contaminação de cursos d'água, contaminação de solo, erosão, obstrução de sistemas de drenagem urbanos, e outros.

As legislações atuais visam a não geração de resíduos, a proibição da disposição final dos resíduos em locais inapropriados, a reutilização, a reciclagem e tentativas de amenizar os impactos em áreas já ocupadas com o descarte de resíduos. Somente quando não existir possibilidade de reciclá-los é que os resíduos devem ser descartados (aterrados), pois são cada vez mais escassas as áreas disponíveis para receber esses resíduos, o que leva o poder público a se preocupar em informar a população e criar nela a consciência ambiental visando o descarte correto dos resíduos, em aterros sanitários (que difere dos outros locais para descarte por ter sido construído utilizando-se técnicas de engenharia) para que os prejuízos sejam os mínimos possíveis.

A área de estudo desse trabalho está na cidade de Franca, no Estado de São Paulo, um antigo lixão que depois de aplicadas algumas melhorias no tratamento, se tornou aterro controlado. Conhecido como Aterro Controlado das Maritacas, encontra-se atualmente desativado. Sabe-se que foram feitos estudos nessa área em anos anteriores e que mediram o nível de contaminação do solo e do lençol freático apresentando índices preocupantes. O propósito desse trabalho é comparar as análises feitas recentemente com esses estudos passados para constatar a possível diminuição, aumento ou estagnação dos níveis de contaminação.

Para isso buscou-se na literatura existentes diversos pontos necessários à boa compreensão do assunto, além, das análises feitas pela empresa contratada pela prefeitura para medir os índices de contaminação do aterro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A cidade de Franca está localizada a 20º32'03" de latitude sul e 47º24'19" de longitude Oeste, limita-se com os municípios de: Cristais Paulista (a norte), Ribeirão Corrente (a noroeste), São José da Bela Vista (a sudoeste), Restinga e Batatais (sul), Patrocínio Paulista (a sudeste) e a leste com Claraval (MG). Em 2010 o município de Franca tinha uma população urbana de 318.640 habitantes (IBGE, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013a).

A altitude de Franca está entre as mais elevadas das cidades do Estado de São Paulo, com cotas entre 950 e 1050m. Quando considerada sua população, é a cidade de maior altitude do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013a).

Segundo informações do site da Prefeitura Municipal de Franca, o município possui área total de 607,33 km² e área urbanizada de 84 km². Os solos predominantes no município são arenosos e terra roxa, já as rochas variam entre arenito, Bauru, Botucatu e basalto. Os ventos dominantes a montante são a nordeste para o lado nascente e a jusante são a sudoeste para o lado foz. O clima tropical de altitude predomina o inverno seco e verão bastante úmidos sendo os meses de maior incidência de chuvas de novembro até março (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013a).

Franca está situada no divisor de águas das bacias do Rio Canoas e do Rio Sapucaí-Mirim. O que quer dizer que vários afluentes desses dois rios nascem na zona urbana da cidade. Isso significa que na região próxima à zona urbana existem apenas corpos d'água de pequeno porte

Gilberto (2007) relata que na década de 70, Franca utilizava resíduos para o aterramento das voçorocas, o que não era uma exclusividade da cidade, na década de 60, Campinas também utilizava resíduos sólidos para recuperar áreas com processo acelerado de erosão Ensinas (2003), O antigo "lixão" só foi transformado em aterro controlado em 1985, quando a Prefeitura Municipal em convênio com a CETESB começou utilizar princípios de engenharia na disposição dos resíduos. Mas o mesmo foi desativado em 1989, por pressão popular e por estar localizado em área bastante povoada (GILBERTO, 2007).

Gilberto (2007) denotou que em 1992, as fábricas de calçados e curtumes começaram a depositar seus resíduos, classificados como inertes e não perigosos naquele local. Uma alternativa encontrada pela Prefeitura Municipal de Franca foi à reativação do aterro, para segregar os resíduos industriais dos resíduos domésticos, mas a CETESB notificou a o gestor do aterro à época ao não recebimento de resíduos industriais, pois no final de 1993 e

inicio de 1994, foram encontrados resíduos classificados como não inertes e perigosos devido à presença de Cromo nos rejeitos de couro depositados. Sendo autorizada a utilização do aterro desde que fossem classificados os resíduos ali depositados.

Os líquidos percolados deste aterro eram lançados diretamente no Córrego dos Bagres, contaminando as águas desse córrego e modificando as condições das águas, Gilberto (2007).

Em maio de 2006 a Prefeitura Municipal publicou em sua página a notícia que acelerava as obras de contenção das erosões e serviços de implantação de drenos no antigo Aterro da Voçoroca das Maritacas. A secretaria de Serviços e Meio Ambiente mantinha várias equipes mobilizadas na abertura das valas e instalação da tubulação para captar tanto as águas pluviais, geradas na cabeceira do aterro, como os resíduos (chorume). Uma rede de emissários passou a conduzir esse material até o sistema existente na Avenida Hélio Palermo, que capta o esgoto da cidade e o destina para a Estação de Tratamento da SABESP. A previsão era que as obras ficassem prontas até o fim daquele mês (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013b).

Figura 1 – Equipe da prefeitura trabalhando nas obras de contenção.
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (2013c).

O antigo aterro das maritacas foi encerrado em julho de 2003 devido à necessidade de vários estudos de impacto e projetos de encerramento (GILBERTO, 2007). A informação na página da PMF é que o aterro está em processo de encerramento monitorado, recebendo cuidados que visam à recomposição vegetativa da área e a eliminação de riscos de contaminação da água superficial e subterrânea. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013c).

Em 2006, entrou em operação aprovado pela CETESB o novo aterro: Aterro Sanitário Professor Ivan Vieira, situado em 20 alqueires localizados à margem da Rodovia Fábio Talarico, Km 43, na saída para São José, o aterro recebe materiais não recicláveis de Franca, resíduos sólidos urbanos e resíduos sólidos industriais, além de lodo das estações de tratamento de esgoto doméstico municipais (GILBERTO, 2007; PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013c).

Segundo a Prefeitura Municipal (2013), o novo aterro neste ano recebeu a nota máxima em avaliação realizada pela CETESB (2005), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. O aterro tem capacidade de receber, diariamente, 200 toneladas de lixo urbano e 100 toneladas de lixo industrial, com uma previsão de 25 a 30 anos de vida útil (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2013c).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em 2006 foram realizados estudos sobre o Aterro das Maritacas por Gilberto (2007). Um dos objetivos do presente trabalho consiste em comparar os resultados dos valores obtidos por Gilberto (2007), com os valores dos estudos de 2010 e 2012 da GR Ambiental com finalidade de fechamento do aterro.

Os procedimentos consistiram em analisar amostras de água e solo retiradas de poços de monitoramento (PMs) com os seguintes parâmetros: Alumínio, Crômio, Cádmio, Ferro, Chumbo, Manganês e Cobre para solo; e para a água: Cobalto, Cobre, Crômio, Ferro, Manganês, Níquel, Nitrato e Zinco.

Tais parâmetros foram escolhidos de acordo com o seguinte critério: tabela de contaminantes da CETESB (2005), material analisado por Gilberto (2007) e disponibilidade de recursos para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tópicos a seguir serão demonstrados os resultados obtidos em 2010/2012 para águas subterrâneas e de 2010 para solo, e compararemos com os resultados obtidos por Gilberto em seu trabalho, verificando assim se houve uma variação das concentrações de substâncias.

4.1 SOLO

Foram perfurados 14 poços de monitoramento (PM) na área do aterro, a localização dos poços seguiu a recomendação da CETESB (2005). O solo retirado de cada poço foi dividido por profundidade: em geral de 0,0 a 0,5m, de 2,5 a 3,0m, de 4,0 a 4,5m e de 4,5m a 5,0m. Para cada profundidade foi retirada uma amostra de solo para análise.
A tabela 1 a seguir demonstra os resultados para os poços que apresentaram valores acima dos limites de prevenção da CETESB (2005):

Os resultados das análises não apontaram em nenhuma amostra de solo valores acima dos limites de intervenção da CETESB (2005), porém os poços S01, S02, S06, S07, S08, S12, apresentaram para alguns parâmetros valores acima dos limites de prevenção da CETESB (2005).
As amostras S01 (4,5m), S06 (0,0 a 0,5m), S07 (4,5 a 5,0m) e S08 (9,5 a 10m) apresentaram valores acima da prevenção para Bário total. A amostra S01 (4,5 a 5,0m) apresentou valores altos para chumbo. As amostras S01 (4,0 a 4,5m), S02 (4,5 a 5,0m), S06 (0,0 a 0,5m), S07 (0,0 a 0,5m), S07 (1,0 a 1,5m), S07 (4,5 a 5,0m), S12 (0,0 a 0,5m), apresentaram teores altos para Cromo Total. Ainda assim esses valores não ultrapassaram os limites de intervenção.

Os valores limites de prevenção da CETESB indicam a concentração de determinada substância acima da qual podem ocorrer alterações prejudiciais à qualidade do solo. Havendo substâncias com concentrações acima do limite de prevenção a área deverá ser monitorada para verificação de possível aumento das concentrações das substâncias e verificação dos impactos decorrentes. Nessa situação seria necessária uma intervenção para solucionar a contaminação daquela área.

4.2 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

As amostras de água subterrânea foram obtidas dos 14 PMs perfurados no aterro, imediatamente ao lado de cada poço foram perfurados outros de mesmas características, tendo assim cada par de poços recebido suas denominações através de números e letras, como exemplo: PM01-A, PM01-B, isso foi feito para verificação de possíveis variações dos níveis do lençol freático, são os poços multiníveis.

A empresa GR Ambiental produziu amostras de água desses poços e obteve seus resultados nos anos de 2010 e 2012.

Serão comparados os resultados obtidos pela GR Ambiental em 2010 e 2012, com os valores obtidos por Gilberto (2007), verificando-se assim se houve alterações significativas nas concentrações dos contaminantes.

Também serão comparados os resultados obtidos “in situ” para pH e condutividade.

Em 2010, as amostras de água nos poços PM01-A, PM01-B, PM03-B, PM04-A, PM04-B, PM05-A, PM05-B, PM06-A, PM08-B, PM10-B, PM11-A, PM12-A e PM13-B apresentaram concentrações de algumas substancias acima dos valores orientadores para intervenção estipulados pela CETESB (2005).

Cobalto: nos poços PM04-B, PM05-B, PM06-A, PM10-B, PM11-Ae PM13-B;

Ferro: nos poços PM08-B e PM12-A;

Manganês: nos poços PM01-B, PM04-B, PM06A, PM11-A e PM13-B;

Nitrato: nos poços PM03-B, PM04-B, PM05-A, PM05-B e PM06-A.

Além dessas substâncias, foram também encontrados concentrações acima dos valores de intervenção nas amostras de 2010 para:

Alumínio nas amostras dos poços PM01-A, PM01-B, PM08-B e PM12-A;

Bário nas amostras do poço PM11-A;

Chumbo nas amostras dos poços PM01-A, PM01-B, PM04-A e PM12-A.

A tabela 2 a seguir demonstra os resultados acima dos limites de intervenção grifados em vermelho:

Tabela 1 – Resultados analíticos das amostras de solo.

Resultados Analíticos das Amostras de Solo

Parâmetros	Unidade	Limites Lista CETESB			S01	S01	S02	S06	S07	S07	S07	S08	S12
Profundidade (m)	*metros*				4,0 A 4,5	4,5 A 5,0	4,5 A 5,0	0,0 a 0,5	0,0 A 0,5	1,0 A 1,5	4,5 A 5,0	9,5 a 10,0	0,0 - 0,5
Data	*dd/mm/aa*				*01/10/10*	*01/10/10*	*01/10/10*	*02/10/10*	*02/10/10*	*02/10/10*	*02/10/10*	*04/10/10*	*16/10/10*
Hora	*h:m*				*09:10*	*09:10*	*14:45*	*14:40*	*10:00*	*10:00*	*10:00*	*14:00*	*09:30*
		Qualidade	*Prevenção*	*Intervenção Industrial*									
METAIS													
Alumínio Total	mg/kg	-	-	-	-	1458,1	-	4663,3	67816,5	-	3840,6	7034,6	20476,8
Bário Total	mg/kg	75	150	750	-	465,9	-	232,5	24,9	-	294,4	245,4	38,3
Cádmio Total	mg/kg	<0,5	1,3	20	-	< 1,23	-	< 1,26	< 1,29	-	< 1,28	< 1,23	< 1,29
Chumbo Total	mg/kg	17	72	900	-	96,3	-	33,8	3,9	-	42,2	11,3	16,5
Cobre Total	mg/kg	35	60	600	-	2,51	-	7,25	5,87	-	7,28	11,6	< 2,58
Cromo Total	mg/kg	40	75	400	152	16,7	166	108,8	84,6	88,5	103,6	54,2	101,4
Ferro Total	mg/kg	-	-	-	-	11442,1	-	45703,5	39819,1	-	49617,3	18259,3	52448,5
Manganês Total	mg/kg	-	-	-	-	1825,1	-	1603	195,9	-	2419,6	819,5	378,5

Fonte: GR Ambiental, 2012.

Tabela 2 – Resultados analíticos das amostras de água em 2010.

Resultados Analíticos das Amostras de Agua															
Parâmetros	Unidade	Limites Lista CETESB	PM-01-A	PM-01-B	PM-03-B	PM-04-A	PM-04-B	PM-05-A	PM-05-B	PM-06-A	PM-08B	PM-10B	PM-11-A	PM-12-A	PM-13-B
Data	-		*25/10/2010*	*25/10/2010*	*25/10/2010*	*25/10/2010*	*25/10/2010*	*26/10/2010*	*26/10/2010*	*26/10/2010*	*26/10/2010*	*27/10/2010*	*26/10/2010*	*27/10/2010*	*27/10/2010*
Hora	-	Interven-ção	*07:00*	*08:00*	*13:00*	*14:00*	*15:00*	*06:00*	*07:00*	*08:00*	*12:00*	*07:00*	*11:00*	*14:00*	*13:00*
METAIS DISSOVILDOS															
Alumínio	mg/L	0,2	0,426	0,294	< 0,018	< 0,018	< 0,018	< 0,018	< 0,018	0,085	0,454	0,039	< 0,018	0,329	< 0,018
Bário	mg/L	0,7	< 0,024	0,09	0,043	0,034	0,114	0,151	0,208	0,245	0,05	0,177	1,01	0,083	0,283
Cobalto	mg/L	0,005	< 0,003	0,004	< 0,003	< 0,003	0,01	0,004	0,005	0,007	< 0,003	0,012	0,05	< 0,003	0,015
Cobre	mg/L	2	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	0,013	< 0,009	< 0,009
Chumbo	mg/L	0,01	0,018	0,016	< 0,009	0,015	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	0,029	< 0,009
Níquel	mg/L	0,02	< 0,015	0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	0,016	< 0,015	< 0,015
Ferro	mg/L	0,3	0,135	0,029	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	< 0,009	0,397	0,03	0,024	0,518	< 0,009
Manganês	mg/L	0,4	< 0,030	1,04	0,261	0,22	0,887	0,068	0,122	0,499	0,041	0,309	8,68	0,059	4,02
Zinco	mg/L		< 0,012	0,038	< 0,012	0,078	< 0,012	0,046	0,036	0,079	< 0,012	0,046	0,06	0,029	0,047
INORGANICOS															
Cromo III	mg/L	0,05	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	< 0,015	0,022
Crômio Hexavalente	mg/L		< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030	< 0,030
Nitrato (como N)	mg/L	10	0,3559	6,54	11,6	9,33	12	16,3	16,7	22,5	2,61	1,82	0,0772	< 0,0150	6,19

Fonte: GR Ambiental, 2012.

Em 2012 foram retiradas novas amostras e realizadas novas análises de águas subterrâneas dos poços já perfurados no Aterro das Maritacas pela empresa GR Ambiental. Foram encontradas em alguns poços altas concentrações de:

Cobalto: nos poços PM07-A, PM07-B, PM10-A, PM10-B, PM11-A e PM13-A;

Ferro: nos poços PM12-B e PM13-A;

Manganês: nos poços PM07-B, PM08-B, PM10-A, PM10-B, PM11-A, PM11-B, PM12-B, PM13-A e PM13-B;

Níquel: nos poços PM07-A e PM10-B;

Cromo Total: no poço PM07-A;

Cromo III: nos poços PM07-A e PM08-A.

Além dessas substâncias os poços PM07-B e PM10-B apresentaram concentrações elevadas de Alumínio, e os poços PM08-B, PM10-A, PM10-B e PM13-A de Bário.

A tabela 3 apresenta os resultados.

Em seu estudo, Gilberto (2007), apresentou os resultados das análises feitas no laboratório da UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Foram detectadas concentrações acima dos valores de intervenção prescritos pela CETESB para águas subterrâneas para as seguintes substancias: Cromo Total (amostras SP1, SP5 e SP7) e Ferro Total (amostras SP3 e SP4). Não foram detectadas presenças de outras substancias (metais) com concentrações elevadas naquele ano.

Tratando-se de amostras do lençol freático em pequena região, de igual geologia e geotecnia a grande variação de valores de pH mostra que a água sofre de mudanças relacionadas à contaminação do aterro.

Corroborando com a variação de pH a variação de condutividade também dá indícios da contaminação e neste caso a literatura indica que o aumento da condutividade denota um provável aumento de contaminação na água.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as análises produzidas por Gilberto em 2007, não tenham sido extraídas dos mesmos pontos (poços de monitoramento) que a empresa GR Ambiental em 2010 e 2012, pode-se considerar que houve um significativo aumento de concentrações de substancias potencialmente poluidoras, caracterizando-se assim o aumento da contaminação do aquífero no entorno do aterro, que em 2006 já apresentava contaminações provenientes do Aterro das Maritacas, como analisado por Gilberto e citado anteriormente. Os poços perfurados por Gilberto eram em sua maioria na borda direta do aterro, enquanto os poços do trabalho de finalização do aterro apresentam maior distância das bordas, assim também conclui que houve espalhamento dos contaminantes neste período.

O solo na área do aterro é predominantemente arenoso e seu substrato rochoso de formação arenítica, ou seja, tem alta permeabilidade. Este fato explicaria o porquê de ter apresentado as altas concentrações de substancias nas amostras de água subterrânea, e nenhuma substância analisada para o solo acima dos valores de intervenção, pois este não retém os contaminantes do aterro.

A constatação de substancias presentes nas águas subterrâneas caracteriza estas águas como contaminadas devendo-se assim proceder à desinfecção por meio de uma das remediações sugeridas no capitulo 1.9. Como as remediações biológicas estão proibidas pela CETESB e a área localiza-se em área densamente povoada e de pequena distância ao córrego dos Bagres os autores sugerem uma intervenção imediata no local com programa de bombeamento e descontaminação do lençol.

Os autores ressaltam ainda, que há uma morosidade no tratamento do aterro que é um foco de contaminação comprovada há vários anos trazendo grande prejuízo ambiental à cidade de Franca SP.

Tabela 3 – Resultados analíticos das amostras de água em 2012.

Resultados Analíticos das Amostras de Agua													
Parâmetros	Unidade	Limites Lista CETESB	PM-07-A	PM-07-B	PM-08-A	PM-08-B	PM-10-A	PM -10-B	PM-11-A	PM-11-B	PM-12-B	PM-13-A	PM-13-B
N° da Amostra	-		220864/2012	220865/2012	220876/2012	220878/2012	220879/2012	220880/2012	241739/2012	220868/2012	220872/2012	220874/2012	220875/2012
Data	-		*17/08/2012*	*18/08/2012*	*15/08/2012*	*16/08/2012*	*16/08/2012*	*17/08/2012*	*11/09/2012*	*17/08/2012*	*14/08/2012*	*13/08/2012*	*14/08/2012*
Hora	-	Intervenção	*17:30*	16:20	17:40	15:20	17:30	10:15	11:00	13:15	16:35	16:29	09:07
METAIS DISSOVILDOS													
Aluminio	µg/L	200	37,4	499,7	14,9	7,82	31,8	208,2	1,8	28,6	23,7	8,85	12,7
Bário	µg/L	700	525,7	421,9	78,7	1507,0	817,4	989,6	211	187,6	151,8	1484,0	174,4
Chumbo	µg/L	10	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
Cobalto	µg/L	5	6,66	6,14	<1	<1	30,2	63,9	8,31	2,62	2,18	6,81	<1
Cobre	µg/L	2000	1,18	2,46	2,2	3,90	<1	7,22	56,6	<1	<1	3,23	<1
Ferro	µg/L	50	4,24	12,1	5,81	35,3	25,7	2,18	57,1	11,3	307,9	390,5	<1
Manganês	µg/L	300	54,3	1044,0	145,2	1661,0	4110,0	2938,0	1699,0	1365,0	593,0	1120,0	647,2
Niquel	µg/L	20	33,4	2,06	4,46	6,74	19,9	41,1	4,67	10,9	<1	3,73	5,85
Zinco	µg/L	5000	110,7	17,3	223,3	148,1	145,4	614,9	1136,0	405,7	35,2	35,6	121,1
INORGANICOS													
Cromo Total	µg/L	50	114		45,5	36	<1	5,6	<1	<1	8,1	37,4	<1
Cromo III	µg/L	0,05	0,11		0,05	0,04	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	0,04	<0,01
Crômio Hexavalente	µg/L		<0,01		<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01
Nitrato (como N)	µg/L	10	5		6,4	4,9	2,1	1,9	<0,1	3,7	1,4	0,6	0,7

Fonte: GR Ambiental, 2012.

REFERÊNCIAS

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. Decisão de Diretoria n. 195-2005-e, de 23 de novembro de 2005. Dispõe sobre a aprovação dos valores orientadores para solos e águas subterrâneas no Estado de São Paulo-2005 em substituição aos valores orientadores de 2001, e dá outras providências. Brasil, 2005.

GILBERTO, Thales Jati. Estudo de voçorocas aterradas por resíduos. Ribeirão Preto, 2007.

GR AMBIENTAL. Estudo para encerramento do aterro controlado das Maritacas. Estudo solicitado pela Prefeitura Municipal de Franca. Franca, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: São Paulo. Franca. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=351620>. Acesso em: 25 maio 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Dados sobre Franca. Disponível em: <http://200.170.150.33:8084/site2006/franca/dados.htm>. Acesso em 24 jul. 2013a.

_____. Meio ambiente: continuam as obras de drenagem no Aterro das Maritacas. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov.br:8080/ Noticias/Noticia.jsp?Noticia=1638>. Acesso em: 24 jul. 2013b.

_____. Diretrizes: resíduos sólidos. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov. br/portal/gestao-ambiental/diretrizes/diretrizes.html#lixominimo>. Acesso em: 24 jul. 2013c.

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA COOPERVITAE

COOPERATIVE AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: A CASE STUDY OF COOPERVITAE

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

SILVA, Samuel Anderson Queiróz
Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF
Graduado em Relações Internacionais – UNESP e Diplomado en Cambio Climático y Protocolo de Kioto pelo Instituto Latinoamericano de Ciências do Peru
samuellq@yahoo.com.br

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF
Graduado em Economia – Uni-FACEF e Doutor em Serviço Social –UNESP
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda – Coopervitae, que segue uma linha alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio, ou seja, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável local. O trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória que, primeiramente, elaborou um estudo, através de uma revisão bibliográfica, para conhecer o contexto da formação do cooperativismo no mundo e o histórico da formação das cooperativas na mesorregião do sul e sudoeste mineiro, e assim entender o contexto na qual a Coopervitae está inserida. E o estudo de caso é o fruto de uma visita à sede da cooperativa. Ao final deste estudo, umas das constatações é que este modelo de cooperação, voltado ao cooperado e a responsabilidade socioambiental, é uma alternativa viável ao modelo de agronegócio vigente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável, Cooperativismo, Cafeicultura.

Abstract

Abstract: This paper presents a case study of the Agricultural Cooperative of Organic Producers and Nova Resende Region Ltda - Coopervitae, following an alternative line to the hegemonic model of agribusiness, within the local sustainable development conception. The work is the result of an exploratory research that, first, prepared a study through a literature review, to know the context of the formation of the cooperative movement in the world and the history of the formation of cooperatives in southern and southwest of Minas Gerais State, and so understand the context in which the Coopervitae operates. And the case study is the result of a visit to the cooperative's headquarters. At the end of this study, one of the findings is that this model of cooperation, aimed at cooperating and environmental responsibility, is a viable alternative to the current agribusiness model.

Keywords: Sustainable Regional Development, Cooperativism, Coffee.

1 INTRODUÇÃO

Conforme dados apresentados pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a estimativa da safra brasileira de café 2013/2014 foi de 50 milhões de sacas, o que representa 35% da produção mundial. Deste montante, 26,6 milhões foram produzidas em Minas Gerais, enquanto a mesorregião sul/sudoeste mineira contribuiu com 11,4 milhões de sacas, isto é, 42% da produção do Estado e 17% da produção mundial. (CAFÉ, 2014)

Para entender estes números, dentro do contexto socioeconômico e ambiental da mesorregião sul/sudoeste mineira, este artigo propõe fazer, no primeiro momento uma investigação exploratória, de caráter bibliográfico, das cooperativas, que têm como função ser o interlocutor dos produtores junto ao Estado e o mercado. Em segundo, apresentar um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda – Coopervitae, que segue uma linha alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável local.

Por fim, as considerações finais apresentam as conclusões dentro da ótica do Desenvolvimento Sustentável, que tem como base o relatório Brundtlandt de 1987. Este relatório é resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtlandt e Mansour Khalid, como avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo (precursora da Conferência Rio-92). Seguindo o preceito de "satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades", o documento filosófico-conceitual apresentou à sociedade mundial as bases para a discussão da incompatibilidade entre a capacidade do planeta de suprir nossos atuais padrões de produção e consumo. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais, sociais e econômicas. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 2007)

2 MÉTODO

Este trabalho é fruto de uma investigação exploratória que teve início com uma revisão bibliográfica do movimento cooperativa no mundo e, em especial, na mesorregião do sul e sudoeste mineiro e de uma visita à sede da Coopervitae.

3 COOPERATIVISMO

No decorrer do processo de consolidação da cafeicultura na mesorregião sul/sudoeste mineira, novas demandas e desafios foram surgindo. Assim, o modelo cooperativista se apresentou como alternativa a figura dos atravessadores, ou seja, comerciante que intermedeiam a venda de um produto entre produtor e varejista, os quais fazem parte do cotidiano brasileiro desde o período colonial.

Todavia, a origem do cooperativismo se remete ao século XVIII, onde os desafios impostos pela Revolução Industrial levam os trabalhadores a conviver com baixos salários e longas jornadas de trabalho. Neste contexto, surgiu, em contrapartida, a oportunidade de fomentar a criação da primeira cooperativa por um grupo de artesãos, em 1844, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra. (NASCIMENTO, 2008)

Para estar enquadrado dentro do modelo cooperativista era, e ainda é, necessário seguir 7 princípios, que constituem os balizadores das relações cooperativas desde a fundação da primeira instituição em Rochdale-Manchester (SETE, 2008). São eles:

1º - Adesão voluntária e livre;
2º - Gestão democrática;
3º - Participação econômica dos membros;
4º- Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros;
5º - Educação, formação e informação;
6º - Intercooperação;
7º - Interesse pela comunidade;

Em 171 anos, o modelo cooperativista alcançou todos os continentes, e hoje os números do cooperativismo no mundo são gigantescos. A Aliança Cooperativa Internacional – ACI reúne entidades de quase 90 países, o que abrange 800 milhões de cooperados e gera 100 milhões de empregos. Países como Estados Unidos e Índia são

referência com números que chegam a 150 milhões de cooperados. Entretanto, um país continental como o Brasil só contribui com 4 milhões de cooperados. (COOPERATIVISMO, 2010)

Na mesorregião do sul/sudoeste mineiro as demandas cooperativistas surgiram na década de 1960. Até então, os cafeicultores da região dependiam de corretores e armazéns, que ficavam estabelecidos em Campinas e Santos, para escoar seus produtos. Desta forma, intermediavam e lucravam com os negócios provenientes da produção de café das propriedades mineira. Segundo Bialoskorski Neto e Souza (2004 apud IBC, 1965), "O sistema agroindustrial do café apresentava nas primeiras décadas do século XX grande influência dos comerciantes intermediários e maquinistas4". Contudo, somente em 1952, com o surgimento do Instituto Brasileiro do Café - IBC, uma autarquia federal que definia as políticas relacionadas à produção do grão, é que houve um apoio e direcionamento dos produtores para formação de cooperativas, de modo a se livrarem desta rede de intermediários. "O IBC passou a implementar uma série de incentivos à formação de novas cooperativas, como linhas de crédito e concessão de facilidades à exportação". (NETO; SOUZA, 2004, p. 3)

São exemplos, que contextualizam este período, duas cooperativas desta mesorregião sul/sudoeste, a Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso – Cooparaiso e a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupé.

A Cooparaiso foi fundada em 1960, por um grupo de 53 cafeicultores da região de São Sebastião do Paraíso, que permitiu criar um espaço cooperativo para armazenagem e comercialização do café. (COOPARAISO, 2010)

Três anos antes, a Cooperativa de Crédito Agrícola, com 25 anos de atuação na cidade de Guaxupé, passou a se chamar Cooxupé, e iniciou a comercialização e armazenagem do grão. (COOXUPÉ, [2010])

Hoje, a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG (2015) possui 31 cooperativas associadas que trabalham com o café, somente na mesorregião sul/sudoeste. Dentre elas se destaca a Cooxupé, como a maior cooperativa cafeeira do mundo. Com 11.473 associados, a cooperativa recebeu 4.432.970 sacas de café arábica em 2013, o que gerou um faturamento de R$ 2 bilhões. (COOXUPÉ, 2014)

Entretanto, a cafeicultor enfrenta, além dos fatores climáticos (que constitui um fator inerente a qualquer atividade agrícola), um mercado extremamente competitivo e desregulamentando. Apesar da consolidação do modelo cooperativista, nos últimos 50 anos, também faz parte do cenário atual à presença de grandes trading companies5 e companhias de fertilizantes e defensivos multinacionais, que ditam as regras do jogo. Segundo Bialoskorski Neto e Souza (p. 4, 2004), dentre os diversos ciclos pelo qual passou a cafeicultura brasileira, um ponto marcante foi a extinção do IBC, no início dos anos 1990. O encerramento das atividades do Instituto está inserido nas recomendações neoliberais propostas pelo Consenso de Washington6. Na prática consistiu no fim da intervenção do Estado na atividade cafeeira, enquanto "a mão invisível da economia de mercado" tomou as rédeas do setor, como definiu Adam Smith em sua obra celebre "A riqueza das Nações".

Em um mercado onde café é comercializado como uma commodity7, as grandes trades se encontram em grande vantagem, pois tem, na maioria das vezes, controle sobre o escoamento da produção para o mercado externo. Juntamente com os fundos que operam em bolsa, exerce grande poder na formação dos preços. Assim, estes atores fazem o papel dos antigos maquinistas e intermediários, quando consideramos um paralelo com contexto histórico desta atividade.

Neste novo cenário, as Cooperativas foram se afastando dos princípios cooperativos iniciais (exportação direta e fomento de ações que visam a melhoria da qualidade de vida do cooperado), para atuarem como prestadoras de serviços (venda de insumos, armazenagem, comercialização e prestação de serviços bancários).

---

[4] Maquinistas são comerciantes que dispõem de máquina de beneficiamento de café. Desta forma, conseguem fazer a separação e classificação padronizada do grão, de modo a obter uma remuneração maior na revenda.

[5] São empresas comerciais exportadoras, conhecidas no mercado internacional como "**trading companies".** A atividade dessas empresas não se confunde com a de produção para exportação ou de representação comercial internacional, caracteriza-se, especialmente, **pela aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação. (**SEVERINI,2011)

[6] O Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. (BRASIL ESCOLA, 2015)

[7] **Commodity** (plural commodities), são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração, ou que são pouco diferenciados. Como seguem um determinado padrão, o preço das commodities é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado como o clima, a economia internacional e a oferta e demanda do produto. (COMMODITIES, 2011-2015)

Enfim, nestes tempos de pós-modernidade, onde os fluxos de informações são intensos, os cafeicultores são direcionados e incentivados a bater recordes de produção, como única saída para permanecerem no mercado.
Porto (2010) alerta que muitas cooperativas se tornaram "quiosques de venda".
"Centenas de Cooperativas se tornaram, na prática, um Quiosque de Vendas destas grandes empresas, repassando compulsoriamente aos associados insumos a preços exorbitantes, e que fragilizam a saúde financeira não só do produtor individualmente, mas de todo sistema.

Enquanto no processo de comercialização, o autor aponta que "[...] salvo raras exceções, somos "Comprados" e não vendedores."

Por outro lado o artigo intitulado "a organização cooperativa sob a ótica dos cooperados", há um questionário aplicado pelos pesquisadores da Universidade Federal de Lavras que retrata a realidade comum em muitas cooperativas:
- 85% dos entrevistados concordaram que grande parte dos cooperados não conhece o estatuto da cooperativa;
- 85% dos entrevistados concordaram que grande parte dos cooperados não conhece os princípios cooperativistas;
- 71% dos entrevistados concordaram que grande parte dos cooperados não frequentam assembleias;
- 50% dos entrevistados concordaram que é complicado entender a relação de ser, ao mesmo tempo, dono e usuário;
- 71 % dos cooperados concordam que a cooperativa deve atuar na educação de seus cooperados, de forma a desenvolver o cooperativismo. (SETTE; SETTE; SOUZA, 2015)

4 O CASO COOPERVITAE: UMA PROPOSTA DE COOPARATIVISMO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda – Coopervitae está localizada na cidade de Nova Rezende, na região que engloba o sudoeste mineiro. Segundo dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014a), a população do município é de 16.313 habitantes. A vocação agrícola do município esta na cafeicultura com 9.727 hectares destinados ao plantio de café Arábia, onde foram produzidas 353 mil sacas em 2013. Isto é, uma média de 36,30 sacas por hectare (IBGE, 2014b). Entretanto, a confecção de lingerie vem ganhando destaque no município, em função da proximidade com o polo fabril da cidade vizinha de Juruaia.

A origem da Coopervitae está nos anos 1970, quando o pároco da cidade José Luiz Gonzaga do Prado, influenciado pelos movimentos de Base da igreja Católica formou um grupo na sua paróquia com o objetivo de incentivar a medicina alternativa e a agricultura orgânica. Por conseguinte, a demanda tomou corpo quando ocorreu um período de falta d'água no município, a qual foi causada pela degradação ambiental e poluição por agrotóxicos das fontes de abastecimento. (COOPERVITAE, 2014, p. 3)

O grupo se tornou uma associação de pequenos produtores rurais, nos moldes da agricultura familiar. Contudo, somente em 1997, isto é, duas décadas depois, os produtores da associação começaram a participar de cursos de capacitação, como o de minhocultura e o de formação de núcleos de agente de cooperativismo – GERACOOP, realizados na Escola Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS, campus Machado. (COOPERVITAE, 2014, p. 4)

Através das consultorias do programa GERACOOP, a associação foi incentivada a adotar a cafeicultura orgânica, porém com cautela. Assim, iniciaram as visitas técnicas para conhecer outros produtores, que já trabalhavam com este modelo de produção. Em 1998 foi criada Associação dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região – AGRONOR, com 28 associados. (COOPERVITAE, 2014, p. 4)

Os trabalhos da AGRONOR foram direcionados à conversão das lavouras convencionais para orgânica junto a Associação da Agricultura Orgânica – AAO. A primeira certificação ocorreu em 2001, quando os associados, ao debaterem os desafios da comercialização, optaram pela condição de cooperativa.

Neste contexto, foi criada a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda – Coopervitae. Assim, produtores de cidades vizinhas viram na nova cooperativa a oportunidade de agregar valor a sua produção e se verem livres das constantes contaminações por agrotóxicos.

Os passos seguintes foram a busca pelas certificações socioambientais, para atestar o diferencial do produto, e a venda direta aos torrefadores, de forma a eliminar os atravessadores. Hoje, a cooperativa faz todo o processo de comercialização e possui as certificações BCS-öko Garantie8, para cafés orgânicos e Fair Trade9 para cafés convencionais e orgânicos. (COOPERVITAE, 2014, p. 6)

[8] *BCS-öko Garantie* é uma entidade certificadora alemã, que atua desde 1992 na inspeção e certificação de orgânicos, conforme regulamentação da União Européia. (SOBRE BCS, 2015, tradução nossa)

Contudo, o atual presidente da Coopervitae Danilo Silva Fernandes aponta como desafios, para o desenvolvimento deste modelo de negócio, a falta de profissionais especializados em cafeicultura orgânica, a ausência de apoio governamental, no que tange a políticas públicas voltadas a este setor e o desconhecimento dos princípios cooperativos pelos agricultores da região. Em função das dificuldades encontradas, muitos produtores retornaram à cafeicultura tradicional.

A Coopervitae também se diferencia das demais cooperativas da região, que optaram pela estrutura própria. A instituição aluga um prédio comercial na cidade, onde abriga a administração e uma sala de prova de café. O armazenamento e beneficiamento são terceirizados e não há compra de café dos cooperados, pois fornece suporte à comercialização. E, ao invés de possuir uma loja de insumos, está desenvolvendo um projeto junto ao Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – Sebrae, para realizar compras coletivas conforme a demanda dos produtores. Por fim, rateia todo o lucro do ciclo de trabalho entre os cooperados, diferentemente das demais cooperativas que internalizam parte destes lucros.

Todavia, Fernandes destaca que muitos produtores veem nesta forma de trabalho cooperativo com descrédito, pois estão acostumados a um modelo de trabalho das cooperativas mais antigas, onde a força da cooperativa é medida pelo patrimônio que possui e não pelas ações de respaldo ao produtor.

Atualmente a Coopervitae é constituída por 43 produtores orgânicos e 115 de café convencional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de ocupação das áreas cafeeiras nos fornece um plano de fundo, ou seja, um ponto de partida para analisarmos o momento atual e as perspectivas futuras para cafeicultura brasileira.

Desde o início, esta produção teve seu foco no mercado externo, o que configurou num modelo de negócio que sofreu poucas alterações desde sua implantação no período colonial. O contexto histórico também demonstra a busca, incessante, pelo crescimento da produção, seja na ocupação de novas terras que apresentavam maior fertilidade (enquanto os mercados da Europa e Estados Unidos demandavam), seja através do uso de novas tecnologias e insumos (fertilizantes e agrotóxicos), quando estes mercados impuseram o modelo de commodities.

Entretanto, a conjuntura atual demanda de ações sistêmicas, que reestabeleça a cafeicultura brasileira como a principal protagonista no mercado internacional do café, ao mesmo tempo em que reflita também em ganhos sociais e ambientais para o país.

Pois, do ponto de vista socioeconômico nunca houve um movimento forte, de confluência de forças, que juntasse cooperativas, associações, governos e universidades com o objetivo de fortalecimento da cafeicultura, tanto brasileira quanto regional. E assim, que busque romper o paradigma de um país exportador de commodities. Não temos, por exemplo, nesta mesorregião uma universidade do café, onde possa pensar o desenvolvimento regional sustentável. Ao mesmo tempo, que forme profissionais capacitados para atender, além do modelo hegemônico do agronegócio, a cafeicultura orgânica, a agricultura familiar, as demandas de logística, de comercialização, a gestão e formulação de políticas públicas para o setor e o fomento da cultura cooperativista.

Contudo, o que se vê hoje são distorções, gritantes, no dia-a-dia do mercado de café. Enquanto o Brasil exportou em 2009, cerca de 30 milhões de saca e teve um rendimento de 4,2 bilhões de dólares, a Suíça, que não planta um pé de café, rebeneficiou (moagem, torrefação, produção de café de solúvel e formulação de blends[10]), e re-exportou 1 milhão de sacas, que gerou um faturamento de 1,1 bilhões de dólares. (O MAPA, 2011)

Por fim, se por um lado, o histórico de ocupação e expansão da cafeicultura trouxe ganhos econômicos e sociais. Pois, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD de 2013, para a mesorregião sul/sudoeste apontou 6 municípios entre os 20 com melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH[11] no Estado de Minas Gerais (AS 20 CIDADES, 2013). Por outro lado, os dados ambientais são preocupantes. Hoje restam apenas 7% do bioma Mata Atlântica, que ocupava toda esta região no início da colonização. Isto, por sua vez, implicou numa perda de biodiversidade irreparável e na deterioração dos recursos hídricos. Em contrapartida, ainda não há um debate na sociedade sobre a valoração dos nossos recursos naturais, que também saem do país quando uma

[9] O sistema *Fair Trade* (comercio justo) é um caminho alternativo ao comercio tradicional, que busca promover um comercio onde produtores e consumidores sejam beneficiados. A organização surgiu na década de 1960, e representa uma iniciativa que congrega responsabilidade social, sustentabilidade e competitividade para pequenos e médios produtores.

[10] Mistura de diferentes tipos de grãos.

[11] Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida desenvolvida pela Organização das Nações Unidas – ONU. O índice vai de 0 a 1 e analisa 3 fatores: Saúde, Educação e Renda. Os municípios da mesorregião estão na casa de 0,7.

commodity é exportada. No caso específico do café, a organização Water Footprint aponta que para produzir uma xícara de café, a cadeia produtiva necessita de 140 litros de água. (ÁGUA VIRTUAL, 2010)

A cafeicultura se tornou, em quase dois séculos, um dos pilares do desenvolvimento regional. Todavia, o modelo desenvolvimentista vigente, que mensura somente os ganhos econômicos é insustentável e apresenta sinais de esgotamento. Assim, a continuidade do desenvolvimento regional tem que passar, obrigatoriamente, pelo reequilíbrio dos fatores econômicos, sociais e ambientais. Pois, os recursos naturais desta mesorregião são finitos, e a perpetuação deste modelo de desenvolvimentista não satisfará as necessidades das gerações futuras. Um bom exemplo, que contrapõem este modelo vigente de negócio, é a Coopervitae, que foca suas ações nas demandas dos cooperados (econômico e social) e no respeito ao meio ambiente (ambiental), ao invés de escutar apenas as demandas do mercado.

REFERÊNCIAS

ÁGUA VIRTUAL: como fazer essa conta, Planeta Sustentável. Desenvolvimento. São Paulo, 08 jul. 2010. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/agua-virtual-como-fazer-conta-577221.shtml>. Acesso em 19 jan. 2015
.

AS 20 CIDADES campeãs no ranking de IDH de Minas Gerais. UOL Notícias, Cotidiano. São Paulo, 29 jul. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/29/as-20-cidades-com-os-melhores-idhs-em-minas-gerais.htm>. Acesso em 19 jan. 2015.

BRASIL ESCOLA. Consenso de Washington. Goiania/GO, 2015. Disponível em: < http://www.brasilescola.com/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em 17 jan. 2015.

CAFÉ em Números. Expocafé 2014. Três Corações, 2014. Disponível em < http://expocafe.com.br/cafe_em_numeros.pdf >. Acesso em: 03 jan. 2015.

"Commodities". In: Dicionário Siguinificados.com.br. 2011-2015. Disponível em < http://www.significados.com.br/commodities/>. Acesso em: 15 jan. 2015

COOPARAISO completa 50 anos: História mostra progresso da segunda maior Cooperativa de café do mundo. Folha do Povo, Monte Santo de Minas/MG, 16 mar. 2010, Agronegócio p. 15.

COOPERATIVISMO Mundial. SICOOBCOOPEMESP. São Paulo/SP, [2010]. Disponível em: < http://www.sicoobcoopemesp.com.br/novosite/menu/23>. Acesso em 16 jan. 2015.

COOXUPÉ, divulga balanço de 2013 e registra recorde nas exportações embarcando mais de 2,99 milhões de sacas de café. A Folha Regional. Muzambinho/MG, 2014. Disponível em: <http://www.afolharegional.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8701:cooxupe-divulga-balanco-de-2013-e-registra-recorde-nas-exportacoes-embarcando-mais-de-299-milhoes-de-sacas-de-cafe-&catid=52:padrao&Itemid=83>. Acesso em 17 jan. 2015.

COOXUPÉ, Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé. Quem somos. Guaxupé/MG, [2010]. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quemsomos>. Acesso em 16 jan. 2015.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Atlas nacional do Brasil Milton Santos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247603 >. Acesso em: 03 jan. 2015.

____, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, Minas Gerais – Nova Resende, Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314510&search=minas-gerais|nova-resende>. Acesso em 17 jan. 2015.

_____, Minas Gerais – Nova Resende – produção agrícola municipal – lavoura permanente – 2013, Brasília/DF, 2014. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314510&idtema=136&search=minas-gerais|nova-resende|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2013>. Acesso em 17 jan. 2015.

NASCIMENTO de uma grande Ideia. Organização das Cooperativas Brasileiras. São Paulo/SP, 2008. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp> . Acesso em 20 ago. 2014.

NETO, Sigismundo Bialoskorski; SOUZA, Juliana Vilela Prado de. Formação das Cooperativas de Café no Brasil: Uma Análise Econômica e Institucional. In: III Encontro de Investigadores Latino Americanos de Cooperativismo. São Leopoldo/RS, 2004. Disponível em: < http://www.sober.org.br/palestra/12/04O240.pdf>. Acesso em 16 jan. 2015.

OCEMG, Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. Consulta de Cooperativas, Belo Horizonte/MG, 2015. Disponível em: http://www.minasgerais.coop.br/pagina/54/cooperativas---consulta-de-ooperativas.aspx .Acesso em 25 jan. 2015.

O MAPA do café no mundo, Revista Veja, São Paulo, 11 abr. 2011. Economia. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/multimidia/infograficos/o-mapa-do-cafe-no-mundo >. Acesso em 17 jan. 2015.

PORTO, Eduardo. Reflexões sobre a Gestão das Cooperativas Agrícolas, Notícias Agrícolas. Campinas/SP, 23 mar. 2010. Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-principais/64533-reflexoes-sobre-a-gestao-das-cooperativas-agricolas.html >. Acesso em 17 jan. 2015.

RELATÓRIO BRUNDTLAND e a sustentabilidade. Mudanças Climáticas, Brasília: ANDI, 2007. Disponível em < http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91 >. Acesso em: 03 mar. 2015.

SETE linhas orientam o cooperativismo. Organização das Cooperativas Brasileiras. São Paulo/SP, 2008. Disponível em: < http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp> . Acesso em 20 ago. 2014.

SETTE, Ana Tarsila de Miranda e Souza; SETTE, Ricardo de Souza; SOUZA, Magno de, A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados, in: XLIII CONGRESSO DA SOBER, 24 jul. 2005. Disponível em: < http://www.sober.org.br/palestra/2/952.pdf>. Acesso em 19 jan. 2015.

SEVERINI, Antonio. O que é uma empresa de “Trading”? E agora?, Artigonal. 11 abr. 2011. Disponível em: <http://www.artigonal.com/pequenas-empresas-artigos/o-que-e-uma-empresa-de-trading-e-agora-4585601.html>. Acesso em 17 jan. 2015.

POR QUE DEVEMOS PRESERVAR O AEGLA FRANCA12: UMA REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇAO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CANOAS

WHY SHOULD WE PRESERVE THE AEGLA FRANCA: A REFLECTION ON THE NEED FOR REGULATORY MANAGER COUNCIL OF ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA RIVER CANOAS

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FARIA,Gilberto
Uni-Facef
Mestrando em Desenvolvimento Regional
gilbertoflorencio@hotmail.com

BERTELLI, Célio
Uni-Facef
Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional

FADEL, Bárbara
Uni-Facef
Doutora em História

Resumo
O presente estudo parte da constatação de que dentro do perímetro da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas, criada com o objetivo de preservar o manancial de fornecimento de água para o município de Franca/SP, foi descrita a existência de uma espécie endêmica de crustáceo de água doce, indicador natural de qualidade de água. Dessa forma, esta pesquisa, de caráter exploratório, realizada através de levantamento bibliográfico, cujo referencial teórico utilizado foi o conceito de sustentabilidade em Sen, Sachs e Leff, tem como objetivo destacar a importância da preservação do Aegla franca relacionando-a com a necessidade de regulamentação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas. Os resultados apontam que a regulamentação do Conselho Gestor pode contribuir com a preservação do Aegla franca e com a sustentabilidade local porque, na perspectiva do referencial teórico utilizado, representa uma forma de expansão das liberdades substantivas, através do exercício da democracia participativa, com a possibilidade da harmonização de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Palavras-Chave: Área de Proteção Ambiental, Sustentabilidade Local, Democracia Participativa.

Abstract
The present study stems from the finding that within the Environmentally Protected Area of the Canoas River, created with the objective of preserving the headwaters that supply water to the municipality of Franca, São Paulo, the existence of an endemic species of fresh-water crustacean that acts as a natural indicator of the quality of the water has been identified. Thus, this research, exploratory in nature, and carried out by way of a bibliographic survey, whose theoretical framework used was the concept of sustainability in Sen, Sachs and Leff, has as its objective to highlight the importance of the preservation of the Aegla franca, relating it to the need for regulation by the Management Council of the Environmentally Protected Area of the Canoas River. The results indicate that regulation by the Management Council can contribute to the preservation of the Aegla franca and to local sustainability since, from the perspective of the theoretical reference employed, this represents a form of expansion of substantive liberties, through the exercise of participative democracy, with the possibility of harmonizing economic, social and environmental objectives.
Key words: Environmentally Protected Area, local sustainability, participative democracy

[12] Título inspirado no artigo *Por que preservar a coruja pintada* de Amartya Sen.

1 – Introdução

Por um tempo se acreditou que a criação de espaços especialmente protegidos seria suficiente para a preservação da biodiversidade. Entretanto, Rachel Carson em Primavera Silenciosa (1962) mostrou que a questão ambiental impregna nosso cotidiano. A partir disso, as sucessivas conferências da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente – Estocolmo, 1972, Rio de Janeiro, 1992, Joanesburgo, 2002 e Rio de Janeiro, 2012 – realçaram a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Como frutos dessas conferências pode-se citar a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (2005) e a iniciativa TEEB (2007).

Mittermeier et al (2005) informam ser o Brasil um dos pouquíssimo países megadiversos do planeta e apontam que, a despeito dos críticas relativas ao desmatamento e conversão de pastagens em reflorestamento e plantações de soja, o país tem se tornado um líder mundial em conservação da biodiversidade.

A cidade de Franca, localizada no nordeste do Estado de São Paulo, com uma população, segundo o IBGE, estimada de 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil) retira atualmente a água para seu abastecimento do rio Canoas, protegido, em tese, por uma área de proteção ambiental (APA), criada juntamente com o Código Ambiental do município, em 1996. Dentro do perímetro desta Área de Proteção Ambiental foi descrita a existência de uma espécie endêmica de crustáceo de água doce, denominado Aegla franca.

Conforme será demonstrado, o Aegla franca é um indicador natural de qualidade de água, cujo habitat é a Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas, manancial de água de Franca/SP. Dessa forma, serão objetivos deste trabalho apresentar razões para preservação do Aegla franca bem como relacionar sua preservação à necessidade de regulamentação do Conselho Gestor do Rio Canoas com vistas à sustentabilidade local.

Trata-se o presente estudo de uma pesquisa exploratória. Em relação ao referencial teórico foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o conceito de sustentabilidade em Sen, Sachs e Leff. Em relação ao objeto da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico com objetivo de apresentar informações sobre o Aegla franca e seu habitat (localização e normas que regem o espaço).

A seguir serão apresentadas 02 (duas) seções: a primeira em que será apresentado o referencial teórico e as informações relativas ao objeto de estudo e a segunda em que serão apresentadas algumas considerações extraídas do cotejo entre o referencial teórico o objeto de estudo.

2 – Desenvolvimento

2.1 – Sustentabilidade nas perspectivas de Sen, Sachs e Leff

O conceito de sustentabilidade nasceu da necessidade de um consenso político que permitisse aos países do norte e do sul estabelecer uma agenda mínima de debates e ações sobre a tensão existente entre desenvolvimento e conservação ambiental. Nesse sentido, a ideia inicialmente denominada de ecodesenvolvimento em 1973, passou a ser chamada de desenvolvimento sustentável em 1987, com a publicação do chamado Relatório Brundtland.

Embora tenha surgido no ambiente político internacional, a ideia de sustentabilidade foi objeto de pesquisas da academia. Serão destacadas nessa seção as concepções de Amartya Sen, Ignacy Sachs e Enrique Leff, como o propósito de, ao final, relaciona-las com a concepção de sustentabilidade forte, advinda da Economia Ecológica.

Sen (2010) em brilhante artigo que inspirou este trabalho, relaciona a ideia de desenvolvimento sustentável, presente no Relatório Brundtland, com sua teoria sobre o desenvolvimento baseada na expansão das liberdades substantivas. Como é sabido, o mencionado relatório definiu desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

Para o referido autor, a ideia de sustentabilidade proposta por Brundtland, baseada no atendimento das necessidades é limitada, pois coloca as pessoas na condição de paciente ao invés de coloca-las na condição de agente.

É a partir desta constatação que SEN (2010, p. 65) questiona: Não deveríamos nos preocupar em preservar – e na medida do possível expandir – as liberdades substantivas atuais das pessoas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de ter as mesmas – ou ate mais – liberdades? Ao colocar as pessoas no papel de agentes, Sen propõe que as liberdades substantivas façam parte da construção da sustentabilidade, de modo a explorar o papel da cidadania na conquista do desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (1986) a ideia de sustentabilidade nasceu com o nome de ecodesenvolvimento, cujas características são: (i) valorização dos recursos para satisfação das necessidades essenciais da população, (ii) contribuição para o desenvolvimento humano, (iii) gestão dos recursos naturais numa perspectiva de solidariedade diacrônica com as futuras gerações, (iv) redução dos impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente, (v)

capacidade natural da região para a fotossíntese, (vi) utilização de ecotécnicas, (vii) constituição de uma autoridade horizontal e (viii) educação.

Procurando por em ação o que teorizava, Sachs (1993) passou a explicitar o conteúdo da sustentabilidade através de cinco dimensões: (i) a social, entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento multidimensional; (ii) a econômica, possibilitada por uma alocação mais eficiente de recursos; (iii) a ecológica, com utilização dos recursos dos ecossistemas como o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; (iv) a espacial, através de uma divisão mais equilibrada dos assentamentos humanos e atividades econômicas; (v) a cultural, em busca de raízes endógenas nos modelos de modernização.

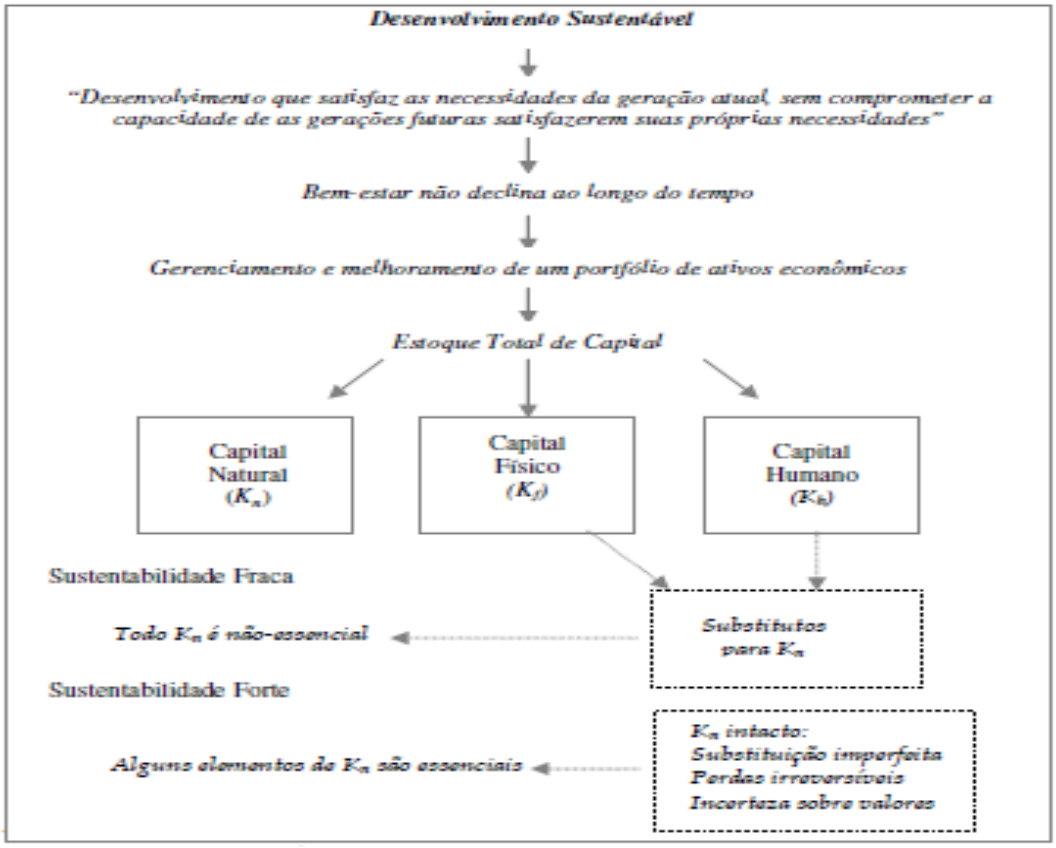
Por fim, Sachs (2000) concluiu seja denominado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade é, essencialmente, uma abordagem de desenvolvimento fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos.

Leff (2000, p. 363) relaciona racionalidade ambiental com democracia participativa como forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva expõe as razões da insustentabilidade da racionalidade meramente econômica e a necessidade da autogestão ambiental:

O princípio de self-reliance (autogestão) proposto pelas estratégias do Ecodesenvolvimento implica, mais que a autarquia das comunidades, a sua participação direta na apropriação e transformação de seu ambiente para alcançar um desenvolvimento igualitário, sustentável e duradouro. Propõe-se, assim, uma forma inovadora para recuperar as identidades coletivas e reintegrar as comunidades no espaço econômico-político de cada região, mas a partir de seus direitos a se reapropriarem de seu patrimônio de recursos, para aproveitá-los em seu benefício próprio.

Apresentadas as perspectivas dos três autores, recorre-se agora à Economia Ecológica para encontrar seus pontos em comum. Vivien (2011) ao expor a diferença entre sustentabilidade franca e forte explica que a primeira impõe poucas restrições à dinâmica econômica, acreditando que o capital manufaturado pode vir a substituir o capital natural, ao passo que a segunda defende a necessidade de se manter, ao longo do tempo, um estoque de capital natural crítico para as gerações futuras.

O quadro abaixo expõe de forma pormenorizada a diferença:



Fonte: Andrade e Romeiro (2009, p. 09)

Conforme exposto acima, as perspectivas de sustentabilidade de Sen, Sachs e Leff aproximam-se da concepção de sustentabilidade forte pois a concepção de sustentabilidade fraca prescinde do capital natural e da condição de agente das pessoas.

A crítica de Sen (2010) à definição de desenvolvimento sustentável a partir nas necessidades das pessoas é, indiretamente, uma crítica ao conceito de sustentabilidade fraca. Isso porque o autor acredita que ao invés de terem suas necessidades atendidas, numa postura passiva, as pessoas devem assumir uma postura de agente, buscando a sustentação das liberdades substantivas como forma de promoção do desenvolvimento sustentável.

É aqui que o Sen, (2010, p. 68) explica a evocação que faz à coruja pintada:

Para ilustrar esse ponto, considere a nossa responsabilidade em relação ao futuro de outras espécies, não meramente na medida em que elas melhorem nosso padrão de vida. Por exemplo, uma pessoa pode julgar que devemos fazer tudo o que for possível para assegurar a preservação de alguma espécie ameaçada de extinção, como, digamos, a coruja pintada. Não haveria nenhuma contradição se essa pessoa dissesse: "Nosso padrão de vida será muito pouco – ou praticamente nada – afetado pela presença ou ausência das corujas pintadas, mas tenho a convicção de que não deveríamos permitir que essa espécie seja extinta por razões que não tem nada a ver com os padrões de vida humanos"

No mesmo sentido são as perspectivas de sustentabilidade de Sachs e Leff que, respectivamente, aborda o desenvolvimento através da busca da harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos e conjuga racionalidade ambiental e democracia participativa. Conclui-se assim que a sustentabilidade fraca, ao prescindir do capital natural, exclui a chance de harmonização com objetivos ambientais ao mesmo tempo que impede a conjugação de racionalidade ambiental com exercício da democracia participativa.

É por isso que tanto a perspectiva de sustentabilidade de Sachs como a de Leff também se aproximam do conceito de sustentabilidade forte. Para arrematar o destaque dado à ressonância entre o conceito de sustentabilidade forte com as perspectivas de sustentabilidade de Sen, Sachs e Leff, transcrevemos a definição de desenvolvimento sustentável proposta por Zambam (2013, p. 208) que, de forma muito equilibrada e peculiar relacionou a importância do capital natural com o exercício da democracia:

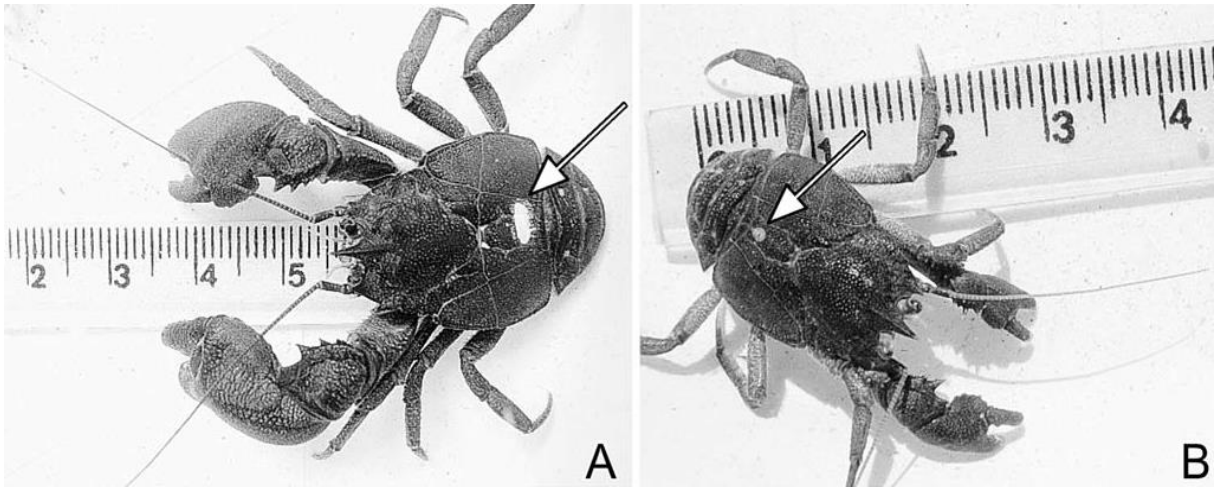
Considerando os novos atores, os interesses, as ameaças, os desafios e os responsáveis pela fundamentação, formatação e efetivação das políticas de sustentabilidade, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento que compreende o ser humano como sujeito de direitos e principal agente, protagonista e beneficiário da organização social, fundamentalmente comprometido com a democracia, a utilização e reposição adequada dos recursos naturais e ambientais de forma a garantir as condições de bem estar e realização das pessoas no presente e às futuras gerações, assim como fortalecer a afirmação e a integração das culturas no conjunto da sociedade.

Esta seção expôs as perspectivas de sustentabilidade através do olhar de Sen, Sachs e Leff, com o objetivo de realçar, com o auxílio do conceito de sustentabilidade forte, advindo da Economia Ecológica, dois elementos: o capital natural e democracia, exercida através das liberdades substantivas. A seguir será apresentado o Aegla franca e seu habitat para que, ao final, se possa fazer algumas considerações sobre a importância de sua preservação e a necessidade de regulamentação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas, com vistas à sustentabilidade local.

2.2 – Afinal, o que é o Aegla franca?

Segundo Bueno e Rocha (2007), a primeira descrição do Aegla franca foi realizada por Schmitt (1942) com base em alguns exemplares coletados em 1910, no município de Franca, Estado de São Paulo. Atualmente, os exemplares desta espécie podem ser encontrados em seis pequenos córregos que fazem parte da sub-bacia do rio Canoas, entre os municípios de Franca/SP e Claraval/MG.

Abaixo tem-se a imagem do Aegla franca:



Fonte: Bueno e Rocha (2007, p. 555).

Estudos já confirmaram a relação entre a presença de anomuros do gênero Aegla com a qualidade dos corpos de água onde foram encontrados. Nesse sentido é o estudo de Bertoluzzi et al (2007) que comprovou a possibilidade de utilização dos aeglídeos como indicadores de qualidade ambiental. Dessa forma, pode-se concluir que a presença do Aegla franca dentro do perímetro da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas, criada especialmente para proteger o manancial de água para de Franca/SP, tem relação direta com o bem estar da população.

Destaca-se ainda que a pesquisa de Bueno e Rocha (2007) foi parte do levantamento e biologia de crustáceos, insetos e moluscos de água doce do Estado de São Paulo que teve, dentre outros objetivos, elaborar chaves de identificação para os grupos estudados, facilitando o trabalho de estudantes e pesquisadores em estudos de biodiversidade, conservação da natureza e utilização desses animais como indicadores da qualidade da água13.

Apresentado o Aegla franca, e constatado que sua presença pode ser utilizada como um indicador seguro de qualidade de água, bem como sua evidente relação com o bem estar da população, será apresentada, a seguir, a descrição do atual regime jurídico da bacia do Rio Canoas em Franca/SP com o objetivo de expor os elementos normativos que possibilitam o exercício das liberdades substantivas e da democracia direta com vistas à sustentabilidade local

2.3 – Onde foi encontrado o Aegla franca e qual o regime jurídico deste espaço?

Conforme dito acima, o Aegla franca foi encontrado, pela primeira vez, em córregos que hoje se encontram dentro do perímetro da área de proteção ambiental do Rio Canoas. Com o objetivo de se entender o atual regime jurídico desta área, as normas pertinentes serão apresentadas.

A Lei Orgânica do Município de Franca de 05 de abril de 1990 elencou a defesa do meio ambiente como uma de suas prioridades, com destaque para os compromissos de se criar um Código Municipal do Meio ambiente (art. 186) e de se definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos (art. 185-A, II).

Tais compromissos foram cumpridos com a publicação da Lei Complementar nº 09 de 26 de novembro de 1996, que instituiu o Código do Meio Ambiente do Município de Franca e criou, em seu artigo 55, a Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas.

A definição que a norma federal traz de Área de Proteção Ambiental é a de uma área, em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (art. 15 da Lei 9985/00), em cuja gestão será garantida a participação das populações locais (art. 5º, III) a se realizar através de seu Conselho Gestor (art. 17 do Decreto 4340/02), para o cumprimento de seu plano de manejo (art.12 do Decreto 4340/02).

Como já mencionado acima a Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas com área próxima de 150 km ² e uma população com cerca de 30.000 (trinta mil pessoas), é especialmente importante para a qualidade de vida da

[13] http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/987/levantamento-e-biologia-de-crustaceos-insetos-e-moluscos-de-agua-doce-do-estado-de-sao-paulo/

população do município de Franca pois é do Rio Canoas que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp – capta a água para o abastecimento público do município.

Entretanto, mesmo havendo prazo para sua regulamentação (§ 2º do artigo 55 do Código do Meio Ambiente de Franca), a Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas até hoje não foi regulamentada. Dessa forma, inexistindo o Conselho Gestor, fica prejudicada sua função de assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais com a participação da população local em sua gestão.

Para dar o adequado contexto à apresentação dos elementos normativos que possibilitam o exercício das liberdades substantivas e da democracia direta com vistas à sustentabilidade local, necessária apresentação dos objetivos da Lei 9985/00 que, dentre outros são a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (art. 4º, IV) e a promoção dos da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (art. 4º, V).

Tais objetivos se harmonizam com as diretrizes de participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão (art. 5º, III), integração com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais (art. 5º, VIII), respeito às condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (art. 5º, IX).

Elemento que merece maior destaque é o Conselho Gestor, instrumento de participação social, normatizado, desde sua composição, abarcando todos os setores da sociedade (art. 17, §§ 1º e 2º) até a descrição das competências (art. 20) e a forma minuciosa com que os instrumentos econômicos, autorização para a exploração e bens e serviços (art. 25 a 30) e compensações financeiras por significativo impacto ambiental (art. 31 a 34) são descritos.

3 – Considerações finais

Conforme restou demonstrado, o Aegla franca é um indicador natural de qualidade de água, cujo habitat é o manancial de abastecimento de água do município de Franca – Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas – cuja preservação tem relação direta com o bem estar da população. Eis o motivo pelo qual o Aegla franca deve ser preservado.

Ademais, a regulamentação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas pode contribuir com a preservação do Aegla franca pois, dentre suas prerrogativas está a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (art. 4º, IV) e a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (art. 4º, V).

Por fim, a preservação do Aegla franca e a regulamentação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas representam, na perspectiva de Sen, Sachs e Leff, formas de sustentabilidade local pois contribuem com a expansão das liberdades substantivas na medida em que os diversos setores da sociedade podem exercer a democracia participativa, possibilitando, assim, a harmonização de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

4 – Referências bibliográficas

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Texto para discussão. IE/UNIMCAMP, n. 159, mai. 2009. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1789&tp=a. Acesso em: 25 abr. 2015.

BERTOLUZZI, Luiz Roberval et al. Anomuros do gênero Aegla Leach, 1890 (crustácea, decapoda, aeglidae) como bioindicador no Arroio Imbaá, Iruguaiana, Rio Grande do Sul. Biodiversidade Pampeana. Uruguaiana, v. 2, n. 5, p. 9-13. dez. 2007. Disponível em <https://www.google.com.br/search?sclient=psy-ab&site=&source=hp&q=Luiz+Roberval+et+al.+Anomuros+do+g%C3%AAnero+Aegla+Leach%2C+1890+%28crust%C3%A1cea%2C+decapoda%2C+aeglidae%29+como+bioindicador+no+Arroio+Imba%C3%A1%2C+Iruguaiana%2C+Rio+Grande+do+Sul&btnK=Pesquisa+Google> Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIs/L9985.htm >. Acesso em 27 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em 27 jan. 2015.

BUENO, Sérgio; FRANCISCO, Débora; KIHARA, Terue. Description of the first juvenile of Aegla franca Schmitt, 1942(Crustacea, Decapoda, Aeglidae). Zootaxa. p. 17-30. jun. 2007. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Description+of+the+first+juvenile+of+Aegla+franca+Schmitt%2C+1942+(Crustacea%2C+Decapoda%2C+Aeglidae). Acesso em: 31 jul. 2015.

FRANCA. Lei Orgânica do Município de Franca, de 05 de abril de 1990. Disponível em: <http://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio-de-franca>. Acesso em 20 abr. 2015.

FRANCA. Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996. Disponível em: <http://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-complementar-no-9-de-26-de-novembro-de-1996>. Acesso em 02 fev. 2015.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da Furb, 2000. 373 p.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA), 2005. Ecosystem and Human Well- Being: Synthesis. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em 10 mar. 2015.

MITTERMEIER, Russel A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. Megadiversidade. São Paulo, v. 1. n. 1, p. 14-21. Jul. 2005. Disponível <em http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Danielli%20Cristina%20Granado%20Romero/Conservacao%20de%20Recursos%20Naturais/TExto%20Uma%20breve%20hist%C3%B3ria%20da%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20biodiversidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 85p.

_____. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Editora Vértice, 1986. 205 p.

_____. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103 p.

SEM, Amartya. Por que devemos preservar a coruja pintada. In: _____. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. cap. 4, p. 64-72.

TEEB. A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Integrando a Economia da Natureza: Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB. European Communities. 2010. Disponível em <http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB_Sintese-Portugues.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

VIVIEN, Franck-Dominique. Economia e Ecologia. São Paulo: Editora Senac, 2011. 147 p.

ZAMBAM, José Neuro. O modelo de desenvolvimento sustentável: referências para a construção de uma fundamentação moral. In: PENSARELLI, Daniel. (Org.). Filosofia latino-americana: suas potencialidades, seus desafios. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2013. p. 197-214.

INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE NA SUSTENTABILIDADE REGIONAL

"INFLUENCE OF COMPANIES WITH QUALITY CERTIFICATION IN REGIONAL SUSTAINABILITY"

Sessão Temática: D.R. - Sócio Economia e Meio Ambiente

MARTINS, Edson
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca
Pós-graduado em Gestão por Processos e Metodologias de EAD
edy_marti@yahoo.com.br

BERTELLI, Célio
Uni-Facef
Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional

Resumo
Atualmente muitas empresas buscam entrar ou se destacar em mercados segregados e seletivos, onde suas negociações só podem acontecer para empresas que possuem alguma certificação específica e que veicula desta forma um valor agregado ao seu produto ou serviço. Apesar desta realidade, torna-se importante analisar como estas organizações com certificações ambientais promovem além da eficácia da produtividade e qualidade de seus processos, a melhoria da dinâmica harmoniosa ambiental dentro do princípio da sustentabilidade, podendo assim motivar e incentivar outras organizações a buscar também um padrão de qualidade com sustentabilidade. Serão abordados neste trabalho assuntos de cunho documental, bibliográfica e estudo de casos através de pesquisa descritiva, buscando-se evidências no comportamento sustentável das empresas certificadas. Também serão destacadas ações destas empresas na valorização do meio ambiente e seus reflexos internos e externos, vislumbrando a colaboração e influenciando assim de seus negócios, não se fundamentando apenas em ter um selo para incentivo comercial, mas atuar verdadeiramente no compromisso como um órgão participante e ator no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Cerificações de qualidade, sustentabilidade, ações ambientais.

Abstract
Actually many companies seek to enter or excel in segregated markets, where his business could only happen to companies that have some specific certification and thus conveys an added value to your products or services. Therefore, it is important to analyze how these organizations with environmental certifications in addition promote the effectiveness of productivity and quality of their processes, improving environmental harmonious dynamics within the principle of sustainability, thus being able to motivate other organizations to also seek the same way. It will be addressed in this paper issues primarily on documentary evidence, literature and case studies through descriptive, seeking evidence in the sustainable performance of certified companies. Also shares actions in the development of the environment and internal and external reflections will be addressed, seeing collaboration and influencing its business, not only basing on having a seal for commercial incentive, but truly act in the commitment as a participating agency and actor in regional development.

Keywords: Quality Certifications, corporate sustainability, environmental actions.

INTRODUÇÃO

A qualidade de produtos, serviços e processos nos dias atuais além de ser considerado um diferencial competitivo, transformou-se em um critério qualificador, passando a ser uma ferramenta importante e praticamente obrigatória na sobrevivência organizacional, a qual as organizações necessariamente têm de desenvolver para manterem-se competitivas no mercado global. Muitas são as opções de filosofias, instrumentos e ferramentas de gestão da qualidade disponíveis nos meios organizacionais para melhorar o desempenho de seus resultados. Alguns gestores ainda precisam de mais uso e aplicações para mostrar que podem realmente gerar resultados consistentes a curto, médio e longo prazos. Outros, como a Gestão da Qualidade, já são consagrados pelo uso e já comprovaram sua eficácia após milhares de aplicações em todo o mundo.

Apesar das certificações de qualidade gerar uma grande força competitiva no mercado pelas empresas que a possuem, nota-se uma grande contribuição destas, ao desenvolvimento regional e assim refletindo nos projetos de sustentabilidade sócio ambiental. Mas como reconhecer as influências das empresas com certificações ambientais em seu meio interno e externo? Quais efeitos e resultados que estas empresas causam para uma sustentabilidade regional e social? O resultado destas questões serão melhor explanadas neste trabalho de forma exploratória e analisando o ambiente em fatores que fortalecem grandes resultados de várias empresas neste âmbito, principalmente quando elas se adequam as certificações, normas e selos reconhecidos por entidades formadoras de opinião.

Muito mais que ações devido regras e normas, as empresas certificadas podem ampliar realmente sua vantagem competitiva em suas contribuições a proteção, conservação e preservação do meio-ambiente natural e construído, principalmente porque o maior valor de sua existência está exatamente na prosperidade do seu fator humano, realizador de suas funções institucionais, gerenciais e operacionais.

AS CERTIFICAÇÕES E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ORGANIZAÇÕES E NA SOCIEDADE

O surgimento das normas e certificações mundiais e consequentemente as nacionais, tem sua evolução baseado na necessidade das organizações em garantir resultados esperados. Segundo Oliveira (2006), toda ação humana está sujeita a avaliação por regras e critérios para a tomada de decisão, seguindo critérios cognitivos, éticos e políticos, estéticos e pessoais.

Define a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015), que “norma é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto”. A evolução das normas e certificações nas organizações caminharam desde a necessidade da definição de regras e normas do trabalho no início do século XX, passando pelo desenvolvimento da normalização da eficiência pela produtividade e da eficácia pela qualidade, seguindo com as definições de certificação e gestão ambientais reconhecidas no Brasil pela ABNT.

Histórico das normas e certificações

A necessidade de controle e regras para garantir determinados resultados esperados sempre existiu na relação homem-trabalho. A normalização é tecnologia consolidada, que nos permite confiar e reproduzir infinitas vezes determinado procedimento, seja na área industrial, seja no campo de serviços, ou em programas de gestão, com mínimas possibilidades de errar, entre outros aspectos altamente positivos. Justamente por isso, a normalização é fascinante. Elaborar uma norma técnica é compartilhar conhecimento, promover a competitividade, projetar a excelência e suas melhores consequências nos planos econômico, social e ambiental (ABNT, 2011).

Desde o surgimento da primeira Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), emergiam fortes exigências de produção dos patrões das primeiras indústrias aos trabalhadores, levando ao aparecimento de formas e regras de controle. A necessidade de regras também visava favorecer e defender a crescente massa do proletariado por melhores condições de trabalho, que começavam a reivindicar seus direitos.

Ainda em meados do século XX, a administração científica de Taylor evolui para a administração clássica de Fayol, refletindo a intensa busca da produtividade ideal com qualidade aceitável e, custos mínimos, agrupando assim a busca por um modelo administrativo de máxima eficiência, conforme menciona Chiavenato (2012), que a Teoria Clássica de Fayol abordava a estrutura organizacional substituindo o enfoque analítico e concreto de Taylor, do “homem tarefa”, para a visão sintética, global e universal, em um enfoque prescritivo e normativo, de como o administrador devia se conduzir no processo administrativo e quais seus princípios gerais para obter a máxima eficiência produtiva. As regras e normas vão se tornando mais necessárias no enfoque sistemático de controle dos trabalhadores para manter a padronização e a segurança dos resultados esperados pelos patrões, em um mundo industrial em franco crescimento e expansão.

Após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma competição entre os métodos produtivos americano, europeu e asiático, principalmente no mercado automobilístico, que já enfrentava uma crise global. O Japão estava em situação estrutural de falência, devido sua infraestrutura deteriorada por ataques americanos e sucessiva rendição. Logo, os EUA propuseram ajuda aos japoneses em um acordo de paz, iniciando assim um período de profunda mudança e reconstrução econômica e industrial no Japão, em recuperação no pós-guerra. Como menciona Stadler e Seleme (2010), foram criados Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), e uma corporação formada por cientistas e

engenheiros japoneses chamada JUSE - Union of Japonese Scientists and Engineers (2015), em que começa a nascer e a serem definidos vários programas de qualidade de normalização de processos e procedimentos, inclusive o Controle da Qualidade Total (Total Quality Control-TQC),

Em consequência deste crescimento do mercado japonês, se fortalece na europa o modelo de qualidade International Standarization Organization (ISO), criado em Genebra na Suíça, em 1947, uma organização não governamental que possui o dever de promover o desenvolvimento da normalização e atividades relacionadas com a intenção de facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços, e desenvolver a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica, econômica, ambiental e recentemente, social (OLIVEIRA, 2014).

Em meio de toda a evolução tecnológica e expansão de mercados internacionais, torna-se crescente a necessidade de se fornecer qualidade aos produtos e serviços como diferencial competitivo, e é aí que as normas e selos de qualidade tomam força, sendo reconhecidas nas décadas de 80 e 90 do século passado: a norma ISO-9000 (1987), conforme afirma Slakc (2009), a série das ISO-9000 (política e fundamentos), 9001 (requisitos e novos produtos), 9002 (produção), 9003 (inspeção final), 9004 (diretrizes e desempenho), que forma um conjunto de padrões mundiais que estabelece exigências para os sistemas de administração de qualidade das empresas, em sua chamada primeira geração de normas ISO.

Menciona Oliveira (2014), que a ISO-9000 é mundialmente usada para fornecer um quadro de referência para a garantia da qualidade, e em 2000, era adotada em mais de 250.000 organizações em 143 países, e em mais de um milhão de empresas nos dias de hoje. O certificado ISO-9000 exige avaliação externa dos padrões e procedimentos de qualidade de uma empresa e são realizadas auditorias regulares para assegurar que os sistemas não deteriorem, oferecendo garantia ao mercado sobre a qualidade do produto da empresa com o selo ISO.

No Brasil existe uma entidade privada e sem fins lucrativos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é membro fundador da ISO, da Comisión Panamericana de Normas Técnicas (COPANT), e da Asociación Mercosur de Normalización (AMN). A ABNT é responsável pela publicação das Normas Brasileiras (ABNT NBR) desde 1994, elaboradas por seus Comitês, Organismos de Normalização Setorial e Comissões de Estudo Especiais. Desde 1950, a ABNT atua também na avaliação da conformidade e dispõe de programas para certificação de produtos, sistemas e rotulagem ambiental (ABNT, 2015).

Padrões e certificações ambientais

Com o incremento da globalização levando as organizações e países a um processo de integração econômica, cultural, social e política, são também evidenciados os graves problemas causados a natureza pelo desenvolvimento desorganizado e predatório de um mundo capitalista consumista. Visando lidar com este processo, surgiram e se fortaleceram programas sustentáveis que promoviam e asseguravam a preservação do meio ambiente, com as certificações que vinculavam não só a qualidade de produto e serviços, mas também o dever das organizações certificadas garantirem que os meios produtivos de suas indústrias, não agrediam o meio ambiente, evitando a poluição do ar, dos rios e mares, ou a deteriorização da fauna e da flora do planeta. Surgem então na década de 90 algumas certificações de gestão ambiental como a norma ISO-14000 em 1996, a Forest Steward-ship Council (FSC) em 1993, Conselho de Manejo Florestal, e a Global Reporting Initiative (GRI), Iniciativas de Publicação Global, em 1997. Sobre a FSC, algumas evidências são citadas pela revista Exame (2009):

O momento da virada aconteceu quando a empresa fabricante de papel e celulose Suzano, obteve em 2004, a certificação de suas florestas de eucalipto pelo FSC, principal órgão mundial na área de manejo florestal. A partir daí com a ajuda do FSC, incentivou outros pontos de sua cadeia a aderir a certificação – com as 27 gráficas que compram seus produtos e 12,5% de seus fornecedores de eucalipto. (Exame, Grando, 2009, p. 26).

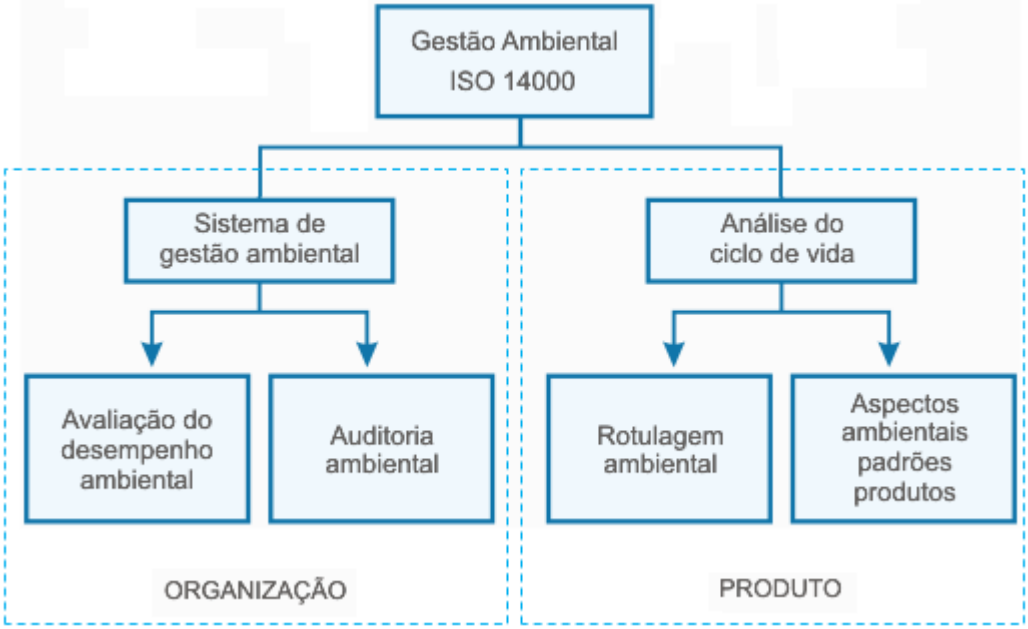
Uma outra evidência da mesma revista Exame (2009), cita a GRI:

Tão importante quanto desenvolver estratégias sustentáveis tem sido encontrar maneiras de padronizá-las. “Como se trata de um assunto em constante evolução, é importante tanto para as empresas como para as partes envolvidas ter uma referência de avaliação da estratégia de sustentabilidade das companhias”, afirma Roberta Simonetti, coordenadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Fundação Getúlio Vargas. Nenhuma outra ferramenta cumpriu este papel de maneira tão eficiente como a criada pela Global Reporting Initiative (GRI), organização com sede na Holanda que congrega mais de 800 empresas em todo mundo e desenvolve padrões para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. (Exame, Grando, 2009, p.32).

Conforme reforça Oliveira (2014), existe um grande número de ameaças ambientais afetando a humanidade, tais como aquecimento global, rarefação da camada de ozônio, excesso de consumo dos recursos naturais não renováveis e poluição global do ar. Por razões estratégicas, as organizações estão cada vez mais preocupadas com a conquista e demonstração de um melhor desempenho ambiental, e a forma mais direta para assegurar e manter a venda de seus produtos e serviços a mercados com estas exigências, é ter uma certificação com o selo ISO-14000, criada em 1996 pelo Conselho do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), seguindo rigorosamente as legislações ambientais específicas de cada país, sendo assim uma das mais expressivas e utilizadas das normas ambientais. Este sistema vem abranger também a redução de desperdícios, com o incentivo e padronização da reutilização de materiais recicláveis diretamente ou indiretamente ao produto, colaborando intensamente para o desenvolvimento regional.

Para a norma ISO-14001, a organização deve estabelecer, implementar, manter e continuamente melhorar um sistema de gestão ambiental. Nesta norma o SGA agrupa-se em dois enfoques básicos, a Avaliação da Organização e a Avaliação do Produto, conforme figura abaixo:

FIGURA 1: A série de Normas ISO de Gestão Ambiental.



FONTE: TIBOR E FELDMAN, 1996, p. 35 - Auditoria de sistema de qualidade e ambiental.

Conforme menciona Seiffert (2011), além do estabelecimento de uma forma de ação comum para o gerenciamento ambiental, as normas ISO-14000 são uma resposta às exigências legais e do mercado, pois o acesso ao mercado e ao lucro torna-se cada vez maior para as empresas que não poluem, deixam de poluir, ou o fazem em menor escala. A maioria das organizações que vêm implementando um SGA com a ISO-14000, sendo motivadas quase exclusivamente para evitar o surgimento de futuras barreiras não tarifárias ao comércio de seus produtos assegurando assim sua fatia de mercado nacional e internacional.

Segue abaixo a síntese das séries ISO-14000 para melhor entendimento de suas definições e aplicações:

FIGURA 2: Séries ISO-14000.

NORMA	TEMA
ISO-14001	SGA – Diretrizes para seleção e uso – Política e Fundamentos (Certificação por terceiros).
ISO-14004	SGA – Diretrizes gerais sobre princípios e técnicas de apoio – apenas para orientação para implantação (escopo).
ISO-14011	SGA – Procedimentos e requisitos gerais para Auditorias e Auditores – orientação e certificação.
ISO-14020	SGA – Escopos para certificação e concessão de Selos Ambientais (Séries 14020/21/24/25).

ISO-14031	SGA – Diretrizes para Avaliação de Desempenho Ambiental dos processos nas organizações.
ISO-14040	SGA – Avaliação do Ciclo de Vida do produto, desde matéria-prima até o descarte.
ISO-14064	SGA – Processos de Gestão de GEE (Gases do Efeito Estufa).

FONTE: SEIFFERT, 2011, p. 19.

Corrobora Slack (2009), que a série ISO-14000 exige compromissos específicos com a administração ambiental, como o da alta gerência com os objetivos e metas ambientais, o desenvolvimento e aplicação de uma política ambiental, estabelecimento de requisitos relevantes do ponto de vista legal e regulador, auditorias completas para garantir monitoramento e ações corretivas e preventivas nos programas implantados.

Em meio a muitas manifestações de proteção ao meio ambiente, em um mundo em desenvolvimento desregrado, excludente, consumidor, altamente nocivo e antiecológico, com sérios problemas ambientais em evolução, vão surgindo questionamentos e tentativas de controle destes aspectos ruins a própria sociedade, buscando-se uma nova forma econômica auto sustentável de atuação no mercado para o desenvolvimento regional, a chamada Economia Verde. Nesta nova economia, a produtividade, o consumo de matérias primas e de produtos ou serviços não pode ultrapassar a capacidade natural de fornecimento ou da natureza em renová-los.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento econômico vem sendo repensado no aspecto do desenvolvimento humano, quando se considera o desenvolvimento regional.

Desenvolvimento técnico e econômico

O desenvolvimento do progresso técnico está fortemente ligado ao desenvolvimento econômico, em que se destaca a preocupação do homem em busca do crescimento do capital, com foco nos aspectos da produção de bens e serviços, satisfazendo suas novas necessidades e melhorando assim sua qualidade de vida. Como menciona Furtado (2000), há forte interação do desenvolvimento técnico com fatores sociais e econômicos em suas consequências interativas:

Progresso técnico é, em realidade, uma expressão vaga que, no seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista. A primeira vista acumular é simplesmente transferir para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para o consumo (Furtado, 2000, p.14).

As grandes revoluções industriais atuaram efetivamente no desenvolvimento técnico, econômico, político e social. Elas sempre foram formadas por processos de grande mudança e inovação de tecnologias. Desta forma o desenvolvimento técnico se fortalece no início do século XX passando por uma segunda revolução industrial, devido a forte necessidade de organização, planejamento e controle da produção. Como afirma Chiavenato (2011, p.112), toda tecnologia representa “o conjunto de conhecimentos utilizáveis para alcançar os objetivos e se compõe tanto de aspectos físicos e concretos, quanto de aspectos conceituais e abstratos, podendo estar ou não incorporada em máquinas ou produtos”.

Pode-se ter melhor entendimento sobre desenvolvimento regional e social quando se consegue enxergar as influências do desenvolvimento técnico e econômico nas regiões urbanas, para assim melhor entender as desigualdades regionais e como elas surgem, quais são seus efeitos e suas causas. Importante evidenciar o surgimento das tecnologias limpas muito usadas pelas empresas com certificação ambiental, que se desenvolve em novas formas de se utilizar recursos naturais, eliminando seus desperdícios, como por exemplo a produção e o uso de biocombustíveis, a diminuição ou eliminação da emissão de gás carbônico CO2, ou a criação e desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A General Elétrics (GE), empresa americana e certificada ISO-14000, implantou um plano estratégico de crescimento focada inovação de tecnologia limpa associada a preservação ambiental, com investimentos de US$1,5 bilhão em energia eólica, dessalinização da água do mar, redução de emissões, biomassa e células de hidrogênio, entre outras. Já a 3M, outra empresa com certificações ambientais e sociais, adotou uma inovação radical com redução de 54% nos gastos com embalagem. Desenvolveu uma embalagem que antes causava um impacto de 24,5

toneladas de caixinhas de Hotmelt, transformadas em lixo, em uma embalagem que se confunde com o produto, sendo feito com a mesma matéria-prima e podendo ser aproveitada no processamento pelo consumidor (ALMEIDA, 2009). São muitas oportunidades que as empresas normalizadas vem atuando no desenvolvimento técnico e econômico, valorizando de forma criativa o desenvolvimento humano.

Desenvolvimento humano

Muito se pode pensar nas mais variadas formas e projetos de se modificar substancialmente as condições de vida das classes mais carentes, como aspectos de educação, formação e capacitação dos indivíduos que poderão retribuir para a sociedade com trabalho mais abrangente e produtivo. Existem muitas barreiras sociais, econômicas e consequentemente culturais que refletem nas desigualdades e na necessidade incessante de erradicar os problemas causados pela sociedade, dentre eles no seu próprio ambiente que vive. O desrespeito com os mananciais, a flora e a fauna devido a busca de um desenvolvimento puramente predativo e desumano. Ainda há muito o que se fazer nas propostas mais reais que integrem conjuntamente os principais atores da sociedade, o governo nas suas políticas públicas, a sociedade civil e seus representantes políticos, religiosos e as instituições não governamentais, como também as empresas e organizações que compõem todo este complexo sistema em seus interesses difusos.

As mudanças necessárias para melhorar a distribuição regional, além das políticas públicas municipais e governamentais, de incentivos fiscais e infraestrutura, assim como e aplicação na produção das tecnologias físicas e intrínsecas, precisa também atuar na expansão do comércio beneficiário para os indivíduos respeitando o ambiente em que vivem e atuando em projetos que sejam sustentáveis e efetivos em seus resultados perante a sociedade, provendo melhores condições na qualidade de vida e de saúde para a população.

Existem muitas relações e correlações das políticas públicas como projetos e sua gestão de empresas certificadas da qualidade, pois também estas políticas passam por fase de investigação, formação, implantação e funcionamento. Pode-se citar aqui a atuação direta da gestão de qualidade no desenvolvimento social com o modelos de empresas certificadas como por exemplo as normas ISO-14000 ou SA-8000, que seguem normas de respeito, preceitos e condições relativos a modelos sustentáveis e sócio ambientas através do valor do trabalho humano, motivando práticas disciplinares e gerando assim completos sistemas de gestão ambiental aliados às políticas públicas e aos atores sociais. Tudo isso não terá evolução se não for realizada uma análise crítica pelos stakeholders como alta administração, representantes da empresa, dos trabalhadores e fornecedores, em congruência com o município, o estado e o governo, formando assim uma parceria mais sólida focada no desenvolvimento humano. Esta integração é fundamental conforme menciona Sen (2000):

A visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades concretas imbricadas umas nas outras permite a apreciação simultânea do papel vital de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas, governos e autoridades locais, partidos políticos e instituições cívicas, sistemas educacionais, meios de comunicação (SEN, 2010, p.4).

O contato direto com outros setores da sociedade permite a vivência de situações reais e ajuda o participante a testar conceitos, produzir novos conhecimentos e aprender com esse processo. É nesta interação cotidiana que a preocupação com a qualidade de vida e o desenvolvimento como liberdade se torna concreta, como reforça Sen (2010) ao afirmar que o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas reais de sustentabilidade.

INFLUÊNCIAS DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO

Em um mercado altamente competitivo as empresas mais competitivas estão buscando diferenciais estratégicos em seus produtos e serviços, com custos extremamente baixos mediante uma qualidade mínima exigida pelos seus clientes. Na definição de um planejamento estratégico empresarial mais participativo, estas empresas começam a valorizar a sustentabilidade.

Seiffert (2011) menciona uma pesquisa em que 71% dos entrevistados afirmaram ter mudado de marca devido considerações de cunho ambiental, sendo que 27% boicotaram produtos por causa de antecedentes ambientais dos fabricantes. Isto demonstra que embora seja importante que as empresas se preocupem realmente com o respeito ao meio ambiente, elas estão investindo cada vez mais em gestão sustentável para ganhar diferencial de venda ou buscar novos mercados, obtendo certificações que apresentarão melhora na reputação e imagem e, cumprindo exigências técnicas do mercado, e de inovação de processos, além de abaixar seus custos de produção.

Segundo o autor Oliveira, J. (2014), as certificações da qualidade tem se mostrado como um importante instrumento para garantir as empresas na padronização e melhoria de seus processos, na redução de desperdícios e custos, no aumento da satisfação dos clientes internos e externos e no aumento de sua longevidade a partir do incremento de sua competitividade nos mercados. Mas também elas buscam melhores oportunidades de negócio quando apresentam também certificações que oficializam seu respeito a natureza e a sociedade, provando serem atoras de sustentabilidade.

Alguns casos nacionais de sustentabilidade de empresas com certificação ambiental

Existem muitos exemplos de empresas que já estão se tornando "cases" principalmente no mercado nacional de empresas com certificações ambientais.

A Nestle, uma empresa que está no Brasil há quase cem anos, por meio de uma administração que busca valor em seus consumidores, reconhecida como líder em qualidade e valor nutritivo em seus produtos, e não é diferente em suas divisões de produtos como a Nestle-Purina. Importante resgatar que a Nestle nasceu de uma campanha de Henri Nestle no combate a desnutrição infantil. Dentre as estratégias que possui, a fábrica em Ribeirão Preto/SP, também está inclusa a do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que abrange áreas como Meio Ambiente, Qualidade, Segurança dos Alimentos, Saúde e Segurança do Trabalho, além de monitorar a adequação de todos os processos e certificações conquistadas pela Nestlé.

A Nestlé possui qualificações que abrange normas como a ISO-9001, ISO-14001, ISO-22000 (segurança alimentar), OHSAS-18001 e a SA-8000. Ela é signatária do Pacto Global onde regulamenta os 10 princípios originados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo princípios de Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Meio Ambiente e Políticas de combate à Corrupção, impulsionando assim seus negócios. A empresa também lida com seus resíduos que seriam descartados como lixo e consegue com programas sociais na região reciclar 80% de todo material descartável, evitando impactos ambientais (NESTLÉ, 2015).

A Natura, uma indústria brasileira de cosméticos, além de ser uma das empresa mais éticas do mundo, é líder no mercado e possui políticas de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Produto e Segurança e Saúde no Trabalho, fazendo delas guias no estabelecimento de estratégias e direcionamentos para todos os públicos que trabalham diariamente. Elas são a base para tomada de decisões e procuram refletir seus objetivos de proporcionar o bem estar bem. A empresa detém as certificações brasileiras NBR ISO-14000 e NBR ISO-9001 – destacando-se pelo Programa Carbono Neutro, destinado a reduzir e compensar as emissões de gases geradores do efeito estufa (GEEs), desde a atividade de extração de matérias-primas até a disposição final do produto no meio ambiente (NATURA, 2015).

A Ourofino Agrociência, indústria que produz defensivos agrícolas com sede em Uberaba/MG e Cravinhos/SP, recentemente certificada, possui forte atuação no meio social e visão sustentável. A unidade, mais moderna fábrica da América Latina no segmento, recebeu as certificações ambiental ISO-14000. A empresa é uma das pioneiras do segmento a receber estes certificados e foi eleita a melhor indústria farmacêutica para trabalhar no Brasil. Em 2011, quando completou seu primeiro ano em atividade, a unidade já havia conquistado a ISO-9001, tendo sua certificação renovada em 2014. Elça apresenta vários projetos com objetivo de preservação do meio ambiente atendendo todas as legislações ambientais aplicáveis. Reduziu significantemente seu consumo de energia elétrica cm fontes 100% renováveis. Utiliza processos de renovação da água utilizada na sua produção com uma estação de tratamento interna, além de possuir processo de reutilização de parte dos resíduos na linha de produção, e os resíduos não utilizáveis são destruídos dentro processos dos órgãos ambientais competentes, tudo isso sob auditoria periódica e aprovada (OUROFINO, 2015).

Almeida (2009) menciona empresas com certificações ambientais e sociais, que são destaques e assim se consolidam no mercado pela imagem de seus produtos e serviços. A Coca-Cola Brasil está usando recursos obtidos com os créditos de carbono para remunerar proprietários de terra que participam de seu programa de plantio de matas ciliares para proteção de corpos d´água, demonstrando um bom exemplo para a indústria consumidora de água, um bem que está cada vez mais escasso e valioso. A 3M localizada em Ribeirão Preto-SP, realizou em 2007, o projeto biodiesel em Casa e nas Escolas, que viabilizava um programa de conscientização dos estudantes e suas famílias a não despejar óleo de cozinha na rede de esgoto. Em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), desta mesma cidade, o óleo era coletado em garrafas PET e trocado por um cupom de sorteio de bicicletas para as crianças participantes, depois era processado e transformado em biodiesel, para uso local. Já a Natura, outra empresa com certificação ambiental concretizada, pioneira em sustentabilidade, em uma de suas matérias primas, a andiroba cultivada na Amazônia, utilizada na produção de sua linha Ekos, é comprada de famílias que ocupam a Reserva Extrativista Juruá (Carauari-AM). Isto ocorre somente no período de março e abril, após as chuvas, e obedece os parâmetros da FSC, certificador internacional já citado anteriormente, garantindo o caráter sustentável da produção,

assim como vários outros produtos de matéria prima plantados pelo Brasil como o cacau, o buriti, o cumaru, a castanha, o cupuaçu, entre outros.

Aspectos internos das certificações ambientais

Não é só o beneficiamento externo causado pelas normas ISO ambientais e sociais ISO-14000, SA-8000, entre outras, ocorrem também grandes benefícios internos diretos e indiretos como a motivação dos funcionários no trabalho em uma empresa que preza pela qualidade de uma maneira global e geral, principalmente a qualidade de vida e a ética social; melhor ambiente de trabalho; ferramentas mais adequadas em seus processos; e por fim, a boa imagem que o cliente final passa a perceber nos funcionários nas várias formas de interação que ocorrem no dia a dia, melhorando sua satisfação com seu produto ou serviço. Há vantagens também no aspecto interno econômico, devido ao reaproveitamento de material que seria descartado ou de material reciclado, resultando assim em economia no desperdício e utilização de matéria prima mais barata por ser reciclada.

A Philips do Brasil com mais de 100 anos de existência no mundo, uma empresa com as certificações da primeira, segunda e terceiras gerações da ISO, como também outras tradicionais do mercado, reconhecida periodicamente pela GRI e DJSI, e pelo Instituto Ethos no Brasil, se preocupa com aspectos internos sustentáveis por gerar valor humano e melhor satisfação com seus funcionários, sendo assim fator de retenção de talentos (PHILIPS, 2015).

Conforme demonstra Almeida (2009), descrevendo sobre o planejamento estratégico da empresa 3M do Brasil:

Em um momento importante ao se declarar adepta da certificação ISO-26000, específica de sustentabilidade, e já tendo adotado as ISO´s 9001 e 14000, mencionando que o principal desafio da empresa foi conciliar iniciativas sociais, ambientais e econômicas com a estratégia de crescimento. Apesar desta forma conseguir um diferencial entre empresas, as certificações ajudaram a manter mercado devido serem sorvedouros de credibilidade para a sociedade e os clientes (ALMEIDA, 2009, p.25).

Já na empresa Ourofino/Cravinhos-SP, uma empresa com várias certificações ambientais e sociais, o ambiente proporcionado com a preocupação de bem estar dos funcionários torna-se muito importante, conforme cita Marçal (2014):

A satisfação dos nossos colaboradores é o principal valor e nosso maior diferencial competitivo. Uma vez satisfeitos, nossos colaboradores tornam-se qualificados e aptos à geração de valor ao negócio e engajamento em prol da cultura da Ourofino Saúde Animal. Nesse contexto, as políticas de Recursos Humanos baseiam-se em um conjunto de ações alicerçadas em princípios que visam à captação e retenção de profissionais de acordo com as demandas dos negócios por meio de remuneração adequada, desenvolvimento profissional constante, segurança e bem-estar aos colaboradores (MARÇAL, 2014, P.58).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Será abordado neste trabalho assuntos de cunho documental, bibliográfica e estudo de casos com uma pesquisa descritiva, destacando-se os autores que trazem experiências e grande colaboração com seus diferentes focos de abrangência, abordando descritivamente a exploração de textos que fortalecerão os estudos e levantamentos atuais do desenvolvimento regional, relacionado aos programas públicos desenvolvidos por empresas de destaque e reputação no mercado que possuem certificações de qualidade sócio ambiental. Serão analisados vários casos de atuação no mercado nacional regional, coletando dados de mídias oficializadas e confiáveis, publicadas por empresas renomadas e de postura ética no mercado. O tema escolhido é pertinente ao assunto Sócio Economia e Meio Ambiente, procurando evidenciar as ações de empresas certificadas e reconhecidas como sustentáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro das evidencias de ações de valorização ambiental das empresas com certificações ambientais pode ser percebido uma motivação para as organizações a promover a eficácia da produtividade e qualidade de seus processos, conjugando a melhoria da dinâmica harmoniosa ambiental dentro do princípio da sustentabilidade. Torna-se importante a verificação dos efeitos no ambiente externo regional das comunidades que são envolvidas pelos

trabalhos de proteção e ampliação ambiental, e quais as influências geradas em seu meio com as modificações e práticas implantadas e acompanhadas pelo sistema de qualidade ambiental.
Também é importante a analise da evolução das normas e certificações da qualidade das empresas desde o surgimento de normas ambientais e técnicas, seguido pelo desenvolvimento da busca da qualidade total até chegar ás certificações de proteção e gestão ambiental. Desta forma pode-se entender melhor o comportamento de vários casos de empresas certificadas em suas ações de sustentabilidade e as implicações externas e internas para estas empresas e seu ambiente que atuam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se importante demonstrar que para as empresas que buscam certificações de qualidade, apesar de oferecerem ao cliente produtos ou serviços com a qualidade esperada, possuem responsabilidade em criar verdadeiramente valor quando são efetivas em produzirem resultados diretos e indiretos, internos e externos, causando benefício ao desenvolvimento local, atuando não só em ações sustentáveis, mas na promoção de qualidade de vida sócio ambiental.

Aliados aos programas das empresas que possuem certificação de qualidade ambiental e social, reconhece-se oficialmente através organizações normalizadoras que medem através de auditorias e publicam seus resultados através de índices de desempenho de ações de proteção e valorização ambiental, sendo assim o papel destas empresas certificadas reconhecido perante os meios de divulgação nas mídias e assim no mercado.

Apesar disso ainda há no mercado um questionamento sobre a efetividade verdadeira da atuação destas empresas no desenvolvimento regional, devido estas objetivarem crescimento agressivo em suas vendas, muito mais que propriamente estarem preocupadas com aspectos ambientais e sociais. Na contramão desta visão, pode-se notar que além das ações com preocupação ambiental destas empresas, está intrínseco que em seus sistemas de gestão ambiental é evidente a exigência por resultados que são medidos através de auditorias por empresas autorizadas pela ABNT e que presam pela ética de seus serviços.

Pode-se observar também que as empresas certificadas tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento regional, umas mais abrangentes e evidenciadas, outras mais parciais, sendo provável que a sensação de contribuição destas empresas com este desenvolvimento poderia ter mais potencial de alcance se houvesse maior integração entre os atores públicos, políticos e sociais, o que se parece haver ainda um bom caminho pela frente no Brasil.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. História da normalização brasileira / Associação Brasileira de Normas Técnicas. – Rio de Janeiro: ABNT, 2011, p. 3, 88.

ALMEIDA, F. Experiências Empresariais em Sustentabilidade: avanços, dificuldades, e motivação de gestores e empresas. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2009, p.15,25.

FURTADO, C. Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-estrutural – 3ª Ed. – RJ: Paz e Terra, 2000, p.14.

OLIVEIRA, O. J. Curso Básico de Gestão da Qualidade. São Paulo: CENGAGE Learning, 2014, p. 99.

OLIVEIRA, S. B.; Gestão por Processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação – Foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO9000:2005 e ISO9001:2008. 2ª Ed.– Rio de Janeiro: QUALITYMARK, 2011, p. 5, 299.

SCHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 4ª Edição- Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2012, p. 12.

_____. Introdução a Teoria Geral da Administração. – 8. Ed. - Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2012, p.12, 102.

SEIFFERT, M. E. B. ISO14001 Sistema de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica. 4ª Edição – São Paulo: ATLAS, 2011, p. 19.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade - Faculdade de Economia do Porto Programa de Doutoramento em Economia, 2010.

STADLER, H.; SELEME, R. Controle de Qualidade: ferramentas essenciais. 2 Ed. Curitiba: IBEX, 2010, p. 19.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3a Edição, Henrique Luiz Corrêa, São Paulo – ATLAS S.A. – 2009, p. 637, 657, 659.

TIBOR, T,; FELDMAN, I. ISO 14000: Um guia para as normas de gestão ambiental. São Paulo: FUTURA, 1996, p. 35.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional – Artigo Nova Economia, 2009, p. 244.

REVISTA AGITAÇÃO, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Brasília, ano VII, v. II, n. 39, maio/jun. 2001.

REVISTA EXAME – GRANDO, J., V.. Guia Exame e Sustentabilidade – Novembro de 2009 – págs. 26, 33.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt; Acesso em 02 de maio de 2015.

IDJS – Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Disponível em: http://www.sustainability-indices.com/ - acesso em 24/04/2015.

Instituto ETHOS. Disponível em: http://www3.ethos.org.br/ - acesso em 25/04/2015.

ISO – International Standarization Organization. Disponível em: http://www.iso.org/iso/home.html - Acesso em 10/05/2015.

JUSE - Union of Japonese Scientists and Engineers. Disponível em: http://www.juse.or.jp/english/ - acesso em 26/04/2015.

NATURA – Empresa de Cosméticos. Disponível em: http://www.natura.com.br/www/a-natura/sociedade/movimento-natura/ http://www.movimentonatura.com.br/cs/movimentonatura/comunidadedeaprendizagem; http://www.comunidadedeaprendizagem.com/. Acesso em 11/06/15.

NESTLE – Faz bem. Disponível em: https://www.nestle.com.br/site/marcas/purina.aspx. Acesso em 15/07/2015.

OUROFINO – Saúde Animal – Relatório de Sustentabilidade. MARÇAL, C. – 2014. Disponível em: http://www.ourofinosaudeanimal.com/institucional/sobre-a-ourofino/ - Acesso em 08/06/15.

PHILIPS – Disponível em: http://www.newscenter.philips.com/br_pt/standard/about/news/press/article-4166.wpd. Acesso em 20/07/15.

ALTA CULTURA E MEIO AMBIENTE: A CONEXÃO DO HOMEM E DA NATUREZA ATRAVÉS DA ARTE
HIGH CULTURE AND ENVIRONMENT: THE RELATIONSHIP BETWEEN MAN AND NATURE THROUGH ART

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental / Sustentável.

LEMOS, Guilherme José
Uni- FACEF
Mestrando no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
guilhermejoselemos@gmail.com

BERTELLI, Dr. Célio
Uni- FACEF
Doutor em Geociências e Meio Ambiente (UNESP)
e docente no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
profbertelli@hotmail.com

OLIVEIRA, Dra. Sheila Fernandes Pimenta e
Uni- FACEF
Doutora em Língua portuguesa e Linguística (UNESP)
e docente no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
sheilafacef@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é relacionar o discurso poético (CARVALHO, 2013) da alta cultura e suas obras, com a preservação do meio ambiente e a edificação do espírito humano, itens indispensáveis para o desenvolvimento social, através da contemplação da beleza natural mediada pela arte (SCRUTON, 2013). É tema de debate também o declínio atual da alta cultura brasileira (CARVALHO, 2012). As considerações acerca desta realidade são submetidas à análise da crise contemporânea no desenvolvimento social brasileiro.
Palavras-chave: Meio ambiente. Alta cultura. Arte. Desenvolvimento social.

Abstract: The objective of this work is to relate the poetic speech (CARVALHO, 2013) of high culture and their works with the preservation of the environment and the building of the human spirit, indispensable items for social development, through the contemplation of natural beauty mediated by art (Scruton, 2013). It is also the subject of debate the current decline in brazilian high culture (CARVALHO, 2012). The considerations of this reality are analyzed based on the contemporary crisis in the brazilian social development.
Keywords: Environment. High culture. Art. Social development.

Introdução

O assunto meio ambiente é recorrente hoje sob várias temáticas e perspectivas. A relação natural homem x natureza é a razão da própria existência de ambas e a análise desta relação se concentra na forma com que o homem consegue dominar ou ser dominado por aquela.

A natureza sempre exerceu espanto e encanto em todas as sociedades que já existiram no mundo. Em um salto linear histórico, podemos observar a atual e aparentemente comum habilidade de domínio do fogo ou a criação de mitos para explicações de fenômenos complexos e insondáveis, até o domínio de uma linguagem complexa e elaborada como representação dos sentimentos amalgamados de alguma maneira em forma da expressão retratada como arte.

A arte é a forma de se expressar ou representar (SCRUTON, 2013). Desta maneira, segue que é um conjunto de técnicas e estilo construídos de forma a manifestar exteriormente ao mundo algo mais próximo do pensamento

íntimo de um artista, não no sentido secreto, mas sim no sentido da dificuldade de expressar e codificar qualquer tipo de pensamento em uma linguagem.

Desta forma este trabalho se dedica a rever a relação arte x meio ambiente e tem como objetivo geral estabelecer como a alta cultura media a relação da natureza com a sociedade da qual é contemporânea, assim como sondar se a decadência da produção artística de alta cultura pode revelar um déficit na relação entre homem e natureza.

Primeiramente, é definido o conceito de meio ambiente de acordo com Oliveira (1982) e Scruton (2013), onde este não representa apenas a natureza factual, mas todo e qualquer espaço onde haja relações dinâmicas, humanas ou não. Porém, ressalta-se que o foco adotado para este trabalho é o da relação humana.

A segunda parte do estudo traz uma elaboração sobre a alta cultura e a formação de valores morais e sociais baseado nas obras de Scruton (2013) e Carvalho (2012), assim como a importância da Poética de Aristóteles, sob a perspectiva da Teoria dos Quatro Discursos de Carvalho (2013), na formação das ideias correntes de uma dada época.

A última parte remete a uma concepção sobre o declive sofrido na alta cultura brasileira e a necessidade de seu reestabelecimento para a criação de uma condição favorável tanto a preservação do meio ambiente quanto a edificação do espírito humano de nossa época, itens indispensáveis ao desenvolvimento social.

Por fim, estabelecem-se considerações, de forma qualitativa, conforme preceitos de Minayo e Sanches (1993), em razão das vivências, experiências e valores em leitura, interpretação e comparações teóricas e históricas.

1 Meio ambiente: conceito e relações

Muitas vezes associado ao ambientalismo pseudocientífico, o conceito de meio ambiente é tratado como um mero artefato que deve ser mantido em suas características naturais excluindo as relações humanas, antagonicamente se tornando um produto de consumo (OLIVEIRA, 1982).

Segundo Oliveira (1982) “os componentes do meio ambiente são diversos e podem ser dividido em: abióticos, bióticos e bióticos-abióticos Abióticos ou inorgânicos são o embasamento geológico, o relevo e o clima. Bióticos ou orgânicos são a flora e a fauna, incluindo o homem em decorrência da abrangência do sistema global”. Porém, a inclusão do homem não é um mero ajuste de fatores já que “o homem em decorrência da magnitude de sua ação condiciona ajustes próprios chamados de culturais” (OLIVEIRA, 1982).

O que deve ser observado é que além de sua estrutura e relações geológicas, o conceito de meio ambiente guarda o essencial da relação cultural humana referente ao natural. Como bem observa Scruton (2013),

Ao longo do século XVIII, quando os filósofos e escritores começaram a atentar para o tema da beleza, não foi a arte nem as pessoas o que dominou seu pensamento, e sim a natureza e as paisagens. Em certa medida, isso refletia as novas circunstâncias políticas, os meios de transportes aprimorados e a crescente ciência da vida no campo. Os literatos viam com nostalgia uma relação mais simples e, segundo criam, inocente com o mundo natural do que aquela de que desfrutavam em seus gabinetes isolados. Além, disso, a ideia da natureza como objeto a ser comtemplado e não utilizado ou consumido, propiciava certo consolo àqueles para quem os lenitivos da religião se tornavam cada dia mais implausíveis e remotos.

Neste período, século XVIII, nasce uma crescente visão romântica da natureza, onde o homem tende a contemplar sua beleza um tanto quanto domesticada, pois, o domínio sobre a natureza, sua transformação num lugar seguro e comum para nossa espécie e o desejo de proteger o ermo cada vez mais reduzido dizem respeito ao impulso de ver o mundo natural como objeto de contemplação, e não como meio que nos conduz a nossos objetivos (SCRUTON, 2013).

Vale salientar também que, outras épocas e outras culturas não tinham porque adotar uma postura contemplativa ante o mundo natural. Durante muitos períodos da história, a natureza foi dura e hostil; ela era algo contra o qual se precisava lutar a fim de garantir a própria sobrevivência, não oferecendo nenhum consolo se contemplada com o olhar frio de seu espectador. Talvez os períodos de trégua sejam dons raros de nossa “mesquinha madrasta Natureza”, como Kant a descreve alhures (SCRUTON, 2013).

Desta forma, fica evidenciado como a ação humana em relação a natureza está difundida em diversos níveis e deve tentar ser condensada da maneira mais estruturada possível para que o homem consiga estabelecer o conceito de realidade do meio ambiente vigente de sua época.

Portanto, a esfera do conceito de meio ambiente ultrapassa o discurso meramente ambientalista: ela guarda o essencial das relações humanas nos âmbitos culturais, sociais, políticos e econômicos.

No próximo capítulo é dado como a condição cultural manifesta seu discurso sobre essas relações.

2 A alta cultura e a formação de valores sociais e morais

Toda produção cultural é baseada nas capacidades, ainda que insondáveis em sua totalidade, do intelecto humano. A inteligência como tal, aflora e se faz presente nessas obras, pois a inteligência, com efeito, não é uma função, uma faculdade em particular: é a expressão da pessoa inteira enquanto sujeito do ato de conhecer. A inteligência não é um instrumento, um aspecto, um órgão do ser humano: ela é o ser humano mesmo, considerado no pleno exercício daquilo que nele há de mais essencialmente humano.

(...) A inteligência não é, no fundo, senão o comprometimento da pessoa inteira no exercício do conhecer, mediante uma livre decisão de responsabilidade moral. Daí que ela seja também a base da integridade pessoal, quer no sentido ético, quer no sentido psicológico.

(...) Só o inteligir, assumido como estatuto ontológico e dever máximo da pessoa humana, pode fundamentar a cultura e a vida social (CARVALHO, 2013).

Sob esse prisma, não é exagero afirmar que todo tecido cultural não é apenas um reflexo da sociedade, mas sim a sociedade ela mesma categorizada em símbolos e significados edificados por um de seus elementos intrínsecos participantes: o artista.

A sensibilidade de um artista não está apenas na demonstração e precisão de sua técnica, mas sim na sua capacidade de percepção e reprodução de temas relevantes da vida humana. Neste ponto, a beleza natural (meio ambiente) nos submete a experiências contemplativas, como afirma Scruton (2013)

(...) a experiência da beleza natural pertence a nosso entendimento "intencional", e não a nosso entendimento científico: ela focaliza a natureza tal qual esta é representada em nossa experiência, e não tal qual ela é. Para que compreendamos a beleza natural, devemos esclarecer o modo como as coisas naturais se apresentam quando encardas sob o olhar estético. Além disso, o modo como a coisas se apresentam dependem das categorias que lhes aplicamos. Ao olhar desinteressadamente para o mundo, o que faço não é apenas me abrir ao aspecto que a mim se apresenta; também travo uma relação com ele, brinco com conceitos, categorias e ideias que são moldadas por minha natureza autoconsciente.

Esse processo pode ser ilustrado pela arte da pintura. As paisagens retratadas (...) podem registrar uma série de montanhas, campos e árvores semelhantes. Em cada caso, porém, a postura de contemplação cumula a percepção da alma distinta do pintor, criando uma imagem que é inimitavelmente dele.

É justamente aqui que reside o aspecto da construção de valores morais em uma sociedade através da alta cultura. O homem, a partir de seu espírito criativo de artista, se expressa intencionalmente, apresentando segundo a estética desejada, mensagens a todos aqueles que entrarem em contato com sua obra, pois as obras de arte são expressamente apresentadas como objeto de contemplação. Elas são penduradas na parede, encerradas entre as capas de um livro, colocadas num museu ou interpretadas reverentemente numa sala de concertos. Modificá-las sem o consentimento do artista é violar uma propriedade estética fundamental. As obras de arte agem como receptáculo eternos de mensagens fortemente intencionais (SCRUTON, 2013).

É destacado também que o meio ambiente em si, nada transmite de cunho cultural sem que seja o homem o receptor provocado pelos estímulos sensíveis oriundos dele ou, na condição de artista suscetível a este aspecto, intermediador da construção de uma suposta mensagem direcionada intencionalmente a comunidade humana. Scruton (2013) conclui que "(...) a natureza é generosa; ela se contenta em significar apenas a si mesma, sem nenhum constrangimento, sem uma moldura externa, transformando-se dia após dia".

2.1 A Teoria dos quatro discursos – a importância do discurso poético para a relação entre homem, arte e meio ambiente

O homem é o único animal capaz de evoluir por decisão própria (DRUCKER, 2012). Discorrido sobre a intencionalidade das mensagens artísticas, é salutar saber como e se elas interferem no processo decisório do homem, dada a interferência direta que essas decisões venham a ter sobre o presente e o futuro da história da humanidade e, nesse caso, também do meio ambiente.

(...) todo discurso é movimento, partindo de algo para chegar a algo, e se excluímos a possibilidade do discurso infinito, que partisse do começo absoluto de tudo para chegar ao absoluto fim de todas as coisas, passando por todas as coisas possíveis, então podemos concluir que todo discurso é segmento. Pode ser prolongado indefinidamente, para trás – rumo ao fundamento último das premissas – ou para frente, na série indefinida de consequências. O que o faz deter-se num ponto qualquer (...) é a simples decisão humana (CARVALHO, 2013).

Sob uma nova perspectiva sobre as formas de discurso apresentados por Aristóteles, Carvalho (2012) os elenca em quatro tipos e de forma condicionada a seus graus de credibilidade, sendo o menos crível o primeiro e o mais crível o último, dada esta ordem: poético, retórico, dialético e analítico; ou seja: possível, verossímil, provável e certo.

Porém, o que há de ser considerado é que cada discurso não almeja mais credibilidade do que aquela já estabelecida em sua própria estrutura. O discurso poético, que é o discurso da arte,

(...) parte do gosto ou dos hábitos mentais e imaginativos do público e, jogando com as possibilidades que aí se encontrem, procura criar uma aparência, um simulacro, levando o público a aceitar provisoriamente como verdadeiro, por livre consentimento, algo que se admitiu de antemão ser apenas uma ficção ou uma convenção (CARVALHO, 2012, grifo nosso)

Essa condição do discurso poético é fundamental para o desenvolvimento e formação da cultura de uma sociedade, pois ele "tem credibilidade pela sua magia: faz o ouvinte "participar" de um mundo de percepções, evocações, sentimentos, de modo que, não existindo hiato entre o poeta e o seu público, a comunhão – espiritual e contemplativa – de vivências 'é como se a própria vida falasse'" (CARVALHO, 2013). Deste ponto é tido que "a credibilidade, no discurso poético, assume a forma de uma participação consentida numa vivência contemplativa proposta pelo poeta" (CARVALHO, 2013).

O discurso poético é a base do discurso artístico geral. A partir dele toda a arte toma vida e se apresenta aos homens. Esta questão enfatiza a importância da alta cultura, transformada em obras de arte, para a valorização e conservação do meio ambiente, por sua importância enquanto beleza natural. A necessidade do artista e sua sensibilidade, que capta e transmite mensagens intencionais com graus de apuração estética, encontra espaço na seguinte afirmação:

As pessoas comuns se apaixonam, mas quantas são capazes de descrever a intencionalidade desse sentimento ou de encontrar conceitos que descrevem o modo como os amantes experimentam o mundo? Do mesmo modo, as pessoas mais comuns emitem juízos sobre a beleza natural, muito embora poucas- quiçá alguma – consigam expressar o que percebem quando o caráter do mundo diante de seus olhos muda repentinamente, passando de algo a ser utilizado a algo a ser contemplado (SCRUTON, 2013)

Desta forma, a alta cultura, corporificada nas obras de seus autores, torna-se a régua e medida das relações que sua sociedade contemporânea assumirá diante dos assuntos de interesse do espírito humano.

É dito que as obras de arte baseadas no meio ambiente, que têm como princípio a beleza natural, tornaram-se um uma grande influência na qual a cultura e o espírito do homem ocidental foram erguidos. Segundo Scruton (2013), quando fazemos um juízo estético, não estamos apenas descrevendo um objeto ao mundo: estamos também dando voz a um encontro, a uma reunião entre sujeito e objeto [natureza] em que a reação do primeiro é tão importante quanto as qualidades do segundo. Para compreender a beleza, portanto, precisamos entender um pouco as várias reações que temos diante das coisas em que ela se encontra.

Isso se mostra evidente ao menos desde o tratado On the Sublime and Beautiful, escrito por Edmund Burke em 1756. Burke distinguiu duas reações radicalmente diferentes à beleza, em geral, e à beleza natural em particular: uma nascida do amor e a outra, do medo. Quando somos atraídos pela harmonia, pela ordem e pela serenidade da natureza, de modo a sentirmo-nos à vontade nela e vermo-nos por ela confirmados, falamos de sua beleza; quando, porém, num precipício acometido pelo vento, experimentamos a vastidão, o poder e a majestade ameaçadora do mundo natural, percebendo nossa própria pequeneza diante dele, falamos do sublime. Essas duas reações nos elevam; ambas nos afastam dos pensamentos utilitaristas que dominam a vida prática cotidiana. Além disso, ambas envolvem o tipo de contemplação desinteressada que Kant viria a tratar como o âmago da experiência estética.

A distinção entre o sublime e o belo foi adotada por Kant, que a julgava fundamental à compreensão do juízo de gosto. Não existe nenhuma comparação significativa possível entre o tipo de paisagem serena e soporífera dos pastos ingleses e as torrentes selvagens de um declive alpino ou a panóplia das estrelas – a primeira impressiona com a visão do poder infinito da natureza, enquanto as últimas nos oferecem uma visão de sua extensão infinita. A paisagem bela nos incita ao juízo de gosto, ao passo que a visão do sublime nos convida a outro tipo de julgamento, no qual medimos a nós mesmos à luz da infinidade assombrosa do mundo e tomamos ciência de nossa finitude e fragilidade.

Afirmar que é possível pensar em preservação ambiental como fator de desenvolvimento social, sendo o meio ambiente o espaço onde ocorrem todas as relações dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas, excluindo ou minimizando a importância do discurso poético sensível tratado aqui como alta cultura, desde as pinturas até os poemas, pode ser considerado uma falha grave na tentativa de despertar na sociedade moderna um sentimento real de pertencimento e participação histórica neste mundo.

3 Decadência cultural brasileira

Segundo Carvalho (2013), língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término de sua duração histórica (...). A economia e as instituições são apenas o suporte, local e temporário, de que a nação se utiliza para seguir vivendo enquanto gera símbolos nos quais sua

imagem permanecerá quando ela própria já não existir. (...) esses elementos, os mais distantes de todo interesse econômico, são as únicas garantias do êxito no campo material e prático. Todo povo se esforça para dominar o ambiente material. Se só alguns alcançam o sucesso, a diferença, como demonstrou Thomas Sowell em Conquests and Cultures, reside principalmente no 'capital cultural', na capacidade intelectual acumulada que na mera pela vida não dá, que só se desenvolve na prática da língua, da religião e da alta cultura.

A necessidade de expressão criativa para traduzir os sentimentos coletivos através de pessoas capazes de desempenhar essa função tem explicação psicológica e é a base da construção de uma sociedade sã. Segundo Lobaczewski (2014), é uma lei universal da natureza: quanto mais alta a organização psicológica de uma dada espécie, maiores são as diferenças psicológicas individuais. O homem é a espécie que possui a mais alta organização; consequentemente, essas variações são as maiores. Tanto qualitativamente como quantitativamente, as diferenças psicológicas ocorrem em todas as estruturas da personalidade humana (...).

A aparente injustiça aludida acima é, de fato, o grande dom da humanidade, que possibilita que as sociedades humanas desenvolvam suas estruturas complexas e que sejam altamente criativas tanto no nível individual como no coletivo. Graças à variedade psicológica, o potencial criativo de qualquer sociedade é muitas vezes maior do que aquele que seria possível se nossa espécie fosse psicologicamente mais homogênea. Devido a essas variações, a estrutura social implícita também pode se desenvolver. O destino das sociedades humanas depende de uma acomodação apropriada dos indivíduos dentro dessa estrutura e do modo como as variações inatas dos talentos são utilizadas.

Dada essa condição, observamos que o panorama da sociedade brasileira está longe de atender estes requisitos de valorização criativa. Segundo Carvalho (2013), o pragmatismo grosso, a superficialidade da experiência religiosa, o desprezo pelo conhecimento, a redução das atividades do espírito ao mínimo necessário para a conquista do emprego (inclusive universitário), a subordinação da inteligência aos interesses partidários (...) são as causas estruturais e constantes do fracasso desse povo.

Tal descrição aponta para uma análise social e cultural tenebrosa, de uma nação que, rumo ao fracasso, se fecha ainda mais sob as perspectivas de melhoras.

Considerações finais

A necessidade do discurso poético pertinente a alta cultura deve ser vista como uma das formas a contribuir para a recuperação do estado de letargia social que a nação brasileira se encontra.

As referências trazidas a respeito do meio ambiente e a forma como o homem se relaciona com ele, assim como impacto da beleza natural na edificação do espírito humano, é uma das maneiras para se buscar um entendimento mais completo e acessível aceca do necessário avanço rumo a um desenvolvimento total, e não apenas periférico, de nossa nação.

Mais do que apenas se concentrar em um discurso ambientalista, que está fundamentado em uma pauta ideológica, econômica e política, a preservação do meio ambiente deve estar relacionada ao espirito de criação e contemplação dos seres humanos; espírito esse, necessário para acomodar nossas necessidades de pertencimento histórico no ciclo da humanidade, onde a liberdade traz consigo a realização e superação das capacidades de nossa espécie. Enfim, um desenvolvimento espiritual em consonância com o mundo natural.

Referências

CARVALHO, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Org. Felipe Moura Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

_____. Aristóteles sob nova perspectiva: introdução à teoria dos quatro discursos. 2. ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2013.

LOBACZEWSKI, Andrew. Ponerologia: Psicopatas no poder. Tradução de Adelice Godoy. Campinas, SP: Vide Editorial. 2014.

OLIVEIRA, Manoel Carlos de. Discussões sobre o conceito de meio ambiente. Rev. Inst. Geol., São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 1982. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-929X1982000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jul. 2015.

SCRUTON, Roger. Beleza. Tradução: Hugo Langone. São Paulo: É realizações, 2013.

GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REGIÃO DE FRANCA - SP
SAFETY MANAGEMENT AND OCCUPATIONAL HEALTH IN CONSTRUCTION: Franca - SP region

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local.

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes Clemente
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-Facef
Mestrando em Desenvolvimento e Integração Regional pela Uni-FACEF/SP, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Universitário Moura Lacerda e graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Franca.
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Mestrando em Saúde e Educação pela UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto/SP), especialização em Educação Física Escolar pela Universidade de Franca, especialização em psicopedagogia pela Faculdade Signorelli, especialização em Treinamento de Esportivo pela faculdade integrada de Jacarepaguá e graduação em Educação Física e Pedagogia pela Universidade de Franca.
gustavonatacao@yahoo.com.br

GERA, Maria Zita Figueiredo
Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(1966), especialização em Introdução à Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(1977) e doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(1975). Atualmente é professor titular do Centro Universitário de Franca e Voluntária Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado. Atuando principalmente nos seguintes temas: Crianças carentes, Criatividade.
mzitafigto@gmail.com

Resumo

O excesso de acidentes de trabalho da construção civil na região de Franca – SP., é responsável por problemas como, atrasos nas atividades, prejuízos monetários e falta de motivação de funcionários; diminuindo a qualidade da produtividade da execução das obras, além de problemas em relação às legislações trabalhistas. Assim, o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) possibilita, melhorias no ambiente de trabalho das empresas construtoras da região de Franca - SP. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a importância dos SGSSTs para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores na indústria da construção civil da região de Franca - SP. A pesquisa não tem como objetivo a criação e validação de um modelo de implantação de SGSSTs. Nesta pesquisa houve um levantamento e revisão bibliográfica baseado em dados nacionais e internacionais, contemplando entidades relacionadas à Segurança e Saúde do Trabalho. À metodologia desta pesquisa se baseia em métodos exploratórios (levantamento bibliográficos), descritivos (observação dos fatos registrados), e qualitativos, buscando pesquisas experimentais como modelos do SGSSTs. Os dados identificados são analisados sem a aplicação de métodos estáticos. Diz Barbosa (2011), que o êxito de qualquer atividade empresarial depende do fato de manter o trabalhador em condições adequadas de saúde. Para haver a implantação adequada de um planejamento de segurança no canteiro de obras, é importante o treinamento e conscientização dos funcionários, lembrando que, a segurança e a saúde dos trabalhadores são essenciais para o sucesso da execução de obras mais produtiva e com mais qualidade.

Palavras-chave: construção civil; segurança do trabalho; sistema de gestão.

Abstract

The excess of the construction work accidents in France region. – SP., It is responsible for problems such as, delays in activities, monetary losses and lack of employee motivation, decreasing the quality and the productivity of the works, as well as problems in relation to labor legislation. Thus, the Safety Management System and Occupational Health (HSMS) enables improvements in the working environment of construction companies of the region of Franca - SP. The objective of this research is to demonstrate the importance of SGSSTs to improve the quality of life of workers in the construction industry Franca - SP region. The research is not meant the creation and validation of a SGSSTs deployment model. This study did a survey and literature review based on national and international data, covering entities related to Safety and Health at Work. In the methodology of this research is based on exploratory methods (bibliographic survey), descriptive (observation of facts), and qualitative, seeking experimental research as SGSSTs models. The identified data is analyzed without the application of static methods. Says Barbosa (2011), that the success of any business depends upon the fact of keeping the worker adequate health conditions. To have the proper implementation of a security planning on the construction site, it is important training and employee awareness, noting that the safety and health of workers are essential for the successful implementation of more productive and higher quality work.

Keywords: construction; workplace safety; Management system.

1 INTRODUÇÃO

Atrasos nos cronogramas de execução de obras, prejuízos monetários e desmotivação dos funcionários, ocorridos ao não cumprimento das determinações de segurança exigidas pelo Ministério do Trabalho nas obras da construção civil, são os causadores de inúmeros problemas em relação às legislações trabalhistas e prejuízos ao desenvolvimento das empresas e instituições da construção civil da região de Franca - SP.

De acordo com Barbosa (2011), o sucesso de qualquer atividade empresarial depende do fato de manter o trabalhador em condições adequadas de saúde, chegando desta forma ao ideal de qualidade e produtividade. Todo trabalho apresenta risco, e para garantir a segurança, devemos prevenir os acidentes de trabalho nas empresas.

O programa se direciona também, na conscientização dos trabalhadores, através de uma linguagem de fácil compreensão, para a observância da Norma Regulamentadora nº. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece requisitos mínimos de treinamento.

Para Benite (2004):

"A comunicação entre os trabalhadores e a gerência deve ser desenvolvida por meio de um procedimento que proporcione uma sistemática confiável, ou seja, que não haja temor de represálias e que as respostas sejam apropriadas. O envolvimento dos funcionários provê o modo pelo qual eles, nos diversos níveis hierárquicos, desenvolvem e expressam o seu próprio comprometimento com a SST" (BENITE, 2004, p.87).

Para melhores resultados da implementação de um programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil na região de Franca – SP., é importante lembrar que serão necessárias alterações culturais no trabalho dos funcionários. Visto que, os canteiros de obra devem estar sempre organizados e limpos, preocupando-se em organizar um layout que agilize o processo e possibilite segurança aos funcionários envolvidos. Todavia, deve haver também qualidade nas áreas de vivência, preocupando-se com a saúde e conforto dos funcionários, criando assim, um incentivo para que todos se envolvam na implementação do programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil na região de Franca – SP., enfatizando a necessidade de treinamento dos funcionários, através da demonstração da importância da prevenção de riscos de acidentes nos canteiros das obras.

De acordo com Salgado (2011):

"De nada adianta termos um projeto espetacular se durante a sua execução nos depararmos com problemas que nos diz respeito à falta de lugar para estoque apropriado de materiais, deslocamento de materiais constantemente para liberação de áreas para execução, dificuldade de movimentação de pessoas, equipamentos e materiais, acidentes constantes, falta de lugar apropriado para o descarte de entulhos, dificuldade na recepção de materiais devido a um fluxo inadequado de entrada e saída de caminhões, incômodo aos vizinhos, lugar inadequado ao convívio do trabalhador na hora do lazer, alimentação e higiene pessoal. Espaços que de alguma forma vão

interferir de maneira direta e indiretamente no sucesso de uma empreitada, podendo ocasionar perda de produtividade, prazos e acima de tudo, interferindo no lucro do empreendedor ou do cliente" (SALGADO, 2011, p.36).

Caracteriza Barbosa (2011), o êxito de qualquer atividade empresarial depende do fato de manter o trabalhador em condições adequadas de saúde, chegando desta forma ao ideal de qualidade e produtividade. Então, todo trabalho apresenta risco e para garantir a segurança, devemos prevenir os acidentes de trabalho nas empresas.

Nesse sentido, para que haja a implantação adequada de um planejamento de segurança no canteiro de obras, é importante levantar os recursos necessários para realização do planejamento, elaborar métodos de avaliação, elaborar listas de avaliação das equipes de trabalho, realizar listas de verificação do canteiro, treinar os funcionários, fazer avaliações regulares das equipes e divulgar as avaliações. Lembrando que, a segurança e a saúde dos trabalhadores é algo essencial para garantir o sucesso da execução de uma obra mais produtiva e com mais qualidade.

A relevância da pesquisa implica em identificar a gestão de pessoas como facilitador para prever e minimizar os riscos relacionados à segurança e saúde do trabalho.

Ressalta-se que Geller (1994) exemplifica que, os gestores têm cometido um equívoco ao analisar a segurança do trabalho separando os aspectos administrativos, econômico, ambientais e sociais das empresas. Atualmente, é notória a falta de compreensão dos executivos, dos custos dos acidentes e de acontecimentos que ocasionam perdas, comprometendo a imagem da empresa e muitas vezes a sua sobrevivência. Diante desta concepção, são poucos os executivos que compreendem que os fatores que ocasionam acidentes são os mesmos dos criadores de perdas de eficiência e de problemas de qualidade, custo e de imagem da empresa (SOUZA, 2000). Some-se a isto que, é necessária uma política de prevenção de riscos de acidentes, adequada para atuar, prevenir e corrigir os pequenos acidentes e incidentes.

Nessa perspectiva Gonzalez (2009) relata que, os resultados dos planos de segurança do trabalho são obtidos por pessoas (seres humanos), que tem sentimentos, problemas financeiros e também apresentam instabilidade emocional. Contudo, é comum que haja rejeição inicial ao plano, mas com o tempo e ao decorrer dos treinamentos o processo de implementação e manutenção do plano vai mostrando resultados que acabam conquistando e motivando os funcionários.

Vale mencionar que, a competitividade é o principal reflexo das mudanças no ambiente empresarial das construtoras. A segurança e a qualidade de vida dos trabalhadores da construção civil são objetivos primordiais para a melhoria da qualidade e da produtividade do sistema gerencial. Por sua vez, observando esta realidade se pergunta: como elaborar um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) nas empresas de construção civil?

Sobre a problemática dos acidentes do trabalho, podem ser mencionados os resultados divulgados pelo Ministério do Emprego e do Trabalho (2003), que citam números, como, 292.793 incapacidades temporárias de trabalho com afastamento, 11.746 incapacidades permanente de trabalho, 51.028 simples assistências médicas com retorno imediato ao trabalho e 2.557 óbitos em virtude de acidente de trabalho, no ano de 2.000 no Brasil, resultantes de acidentes do trabalho.

Assim sendo, esta pesquisa refere-se à importância de se implantar de um programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil na região de Franca - SP., visando melhorias para o desenvolvimento regional. Além de, procurar com este programa incentivar a prática de procedimentos de prevenção de risco nas empresas da construção civil, visando ganhos como: redução de afastamentos de funcionários, maior produtividade, mais qualidade das obras, custos menores e mais segurança na obra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Utilizado como um guia para a elaboração de um programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil na região de Franca – SP., ademais baseado na vivência em obras da construção civil e na experiência acadêmica, o livro "Sistemas de gestão integrados: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho", escrito por João Batista M. Ribeiro Neto, José da Cunha Tavares e Silvana Carvalho Hoffmann, contribuíram para a proposta desta pesquisa.

Com linguagem de fácil entendimento, o livro "Sistemas de gestão integrados: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho", é uma importante ferramenta na melhoria da organização do canteiro de obras, resultando o aumento da qualidade e da produtividade quantitativamente, e aprofunda alguns conceitos e informações sobre o sistema de gestão de qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho, somando com as melhorias contínuas no desempenho das organizações.

De fato, assuntos referentes à administração de empresas, de pessoal e de material, organograma, legislação básica, contratação de trabalhadores e temas ligados ao comportamento, além de aspectos técnicos e gerenciais de

planejamento e da estrutura do canteiro de obras, uso de equipamentos e segurança do trabalho, são abordados pelo livro "Mestre de Obras", escrito por Tânia Pontes e, contribuem como diretrizes na elaboração de treinamentos para trabalhadores, a fim de possibilitar uma melhor prevenção de riscos de acidentes de trabalho no canteiro de obras.

O livro "Mestre de Obras" reuni informações básicas e importantes para o cotidiano da construção civil voltado para a administração e gerenciamento de obras, o que colabora para a criação de planejamentos preestabelecida que servirão como base para a elaboração de treinamentos.

De acordo com Barbosa (2011), o êxito de qualquer atividade empresarial depende do fato de manter o trabalhador em condições adequadas de saúde, chegando desta forma ao ideal de qualidade e produtividade. Todo trabalho apresenta risco, e para garantir a segurança, devemos prevenir os acidentes de trabalho nas empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos:
Aquisição de conhecimentos, através de observações assistemáticas, sobre programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil para prevenção de riscos no canteiro de obras;
Levantamento e revisão bibliográfica.
Identificar e analisar os métodos estáticos referentes aos acidentes e doenças ocupacionais nas empresas e intuições da construção civil.

Trata-se de estudo de caráter exploratório-descritivo, com uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou relato de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002).

Enfim, a pesquisa é qualitativa por demonstrar a importância do programa de sistema integrado de gestão de segurança e saúde ocupacional na construção civil como enfoque principal de abordagem, na questão qualitativa está na compreensão dos fatos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Saber lidar com as pessoas é tarefa necessária para qualquer profissional de Segurança do Trabalho. Onde cada vez mais são desenvolvidas tarefas em equipes, a habilidade de lidar com pessoas tornou-se indispensável, pois é impossível implantar qualquer plano de segurança no trabalho sem o envolvimento de todos os funcionários. Motivar e convencer funcionários a exercer procedimentos de segurança no trabalho é uma tarefa que exige compromisso pessoal e persistência, é importante saber falar e escutar o outro.

Conforme Gonzalez (2009), incentivar o respeito entre os trabalhadores é algo que tem que acontecer no decorrer de vários treinamentos, onde os trabalhadores devem compreender que trabalhar de forma organizada, limpa e segura é importante para ajudar o trabalho e a segurança de um próximo companheiro de trabalho e vice versa.

Comprometer os funcionários às tarefas de segurança no trabalha pode ajudar. Assim, desta forma, é transferido também, a responsabilidade aos funcionários de cuidar de sua própria qualidade de vida no trabalho.

Na opinião de Gonzalez (2009), a conscientização dos trabalhadores vai criando aos poucos o hábito de trabalhar de uma maneia mais organizada, além de valorizar cada vez mais o uso dos EPI's, trazendo assim um ambiente mais seguro e confortável aos funcionários.

Nessa perspectiva Tavares (1995), o desempenho do trabalhador, em termos de segurança do trabalho, depende do seu nível de motivação e de sua capacidade e do seu grau de formação. A motivação é, contudo, bastante mais complexa, dependendo de vários fatores, tais como: o clima e o estilo da organização na perspectiva do trabalhador (influenciada pela entidade patronal, pela direção da empresa, pelo pessoal ligado à segurança) a sua própria personalidade (ego), o fato de se sentir ou não realizado no trabalho que executa, fatores de motivação inerentes ao próprio trabalho (promoção, responsabilidade), grupo de trabalho e sindicato.

O profissional de segurança do trabalho tem a tarefa de criar meios para garantir a segurança do trabalhador e convencê-lo a executar os procedimentos criados para a melhoria da segurança e conforto no trabalho, sem que haja conflitos entre ambas as partes, para isto é necessário um planejamento de segurança do trabalho.

É importante lembrar que a implantação do planejamento será em atividades que exijam esforços múltiplos, onde haja risco de comprometimento de vidas humanas ou de empresas.

Em relação ao custo do planejamento de segurança, sabe-se que, a falta de planejamento gera um custo maior do que o planejamento.

Segundo Gonzalez (2009), a mão de obra é o que garante o sucesso do plano de segurança do trabalho, já que todo o processo está centrado nas suas atividades, necessitando da colaboração de todos envolvidos no processo de produção. As diferenças culturais dos indivíduos é um grande obstáculo para a implantação do plano, uma maneira de vencer este obstáculo e fazer com que todos sigam o mesmo objetivo através de treinamentos.

Os facilitadores são pessoas comprometidas com o trabalho e com a empresa, dinâmicas, líderes, com boa fluência verbal, bem relacionada com os demais funcionários, com disponibilidade de tempo e acreditar na filosofia do "Plano de Segurança".

Diz Gonzalez (2009) que, envolver os funcionários com o objetivo de gerar novas idéias ajuda muito na implantação do plano de segurança do trabalho. Este envolvimento cria responsabilidades aos funcionários além de motivá-los. É necessário após o levantamento das idéias, fazer uma filtragem possibilitando que o grupo atinja conclusões adequadas para resolução de problemas.

No envolvimento de funcionários para o plano de segurança, sugere-se o preparo de treinamentos, como, treinamentos de noções de segurança no trabalho, treinamentos conforme legislação específica, treinamentos de uso de EPI's, palestras técnicas e treinamentos de capacitação profissional. Nem todos os funcionários darão resposta positiva imediata. Surgindo a importância dos facilitadores e outros funcionários aderirem ao "Plano de Segurança" com a função de disseminar a ideia perante aos demais funcionários, além de promover reuniões periódicas, utilizar placas informativas e jornal interno. Por fim, definir e registrar itens de controle para alcançar um resultado que possa ser medido.

Há algumas estratégias que se pode utilizar para maior envolvimento dos funcionários na melhoria contínua na segurança:

Incentivar comentários anônimos através de caixas de sugestão. Implantar idéias viáveis sugeridas pode funcionar.

Encontrar formas de recompensa por meio de reconhecimento. Faça esta significativa pela adição de um dia extra de folga, um certificado, uma bonificação no salário ou outra recompensa que seja viável.

Faça reuniões de feedback regular, além da caixa de sugestão. Novamente, use as idéias quanto possíveis, especialmente porque estas são fáceis de adquirir e gratuitas.

Procure os trabalhadores facilitadores que irão motivar outras pessoas através de seus conhecimentos de trabalho, entusiasmo ou ambos.

Dar aos trabalhadores os recursos necessários para realizar suas atividades.

Certifique-se de que os gestores estão empenhados, e que estão servindo de exemplo aos demais funcionários.

Incentivar troca de experiências, onde, treinamentos também podem ser realizados com a participação de funcionários mais experientes.

Realizar palestra ou criar meios informativos, que informe as consequências, positivas e negativas, da falta do uso de procedimentos e equipamentos de segurança.

Segundo Gonzalez (2009), os resultados dos planos de segurança do trabalho são obtidos por pessoas (seres humanos), que tem sentimentos, problemas financeiros e também apresentam instabilidade emocional. Devido a isso é comum que haja rejeição inicial ao plano, mas com o tempo e ao decorrer dos treinamentos o processo de implementação e manutenção do plano vai mostrando resultados que acabam conquistando e motivando os funcionários.

Por fim, o importante é disseminar a ideia de que a segurança no trabalho é um direito adquirido do trabalhador e não uma obrigação, proporcionando maior qualidade e melhores condições no ambiente de trabalho. A melhor maneira de envolver os funcionários para cumprimento do plano de segurança, em busca de uma melhoria contínua na segurança, é a implantação de métodos para a conscientização e educação, ou reeducação, dos funcionários. Mostrando que a prevenção é a melhor maneira de garantir a qualidade de vida do trabalhador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) buscam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Esta busca visa uma melhoria contínua na qualidade e na produção das empresas. É necessária a busca de elementos de fundamentação para a implantação de um SGSST, nas empresas da construção civil. Partindo

da ideia de que a segurança e a saúde do trabalho são uma garantia de sobrevivência dos seres humanos. A busca pela qualidade de vida dos trabalhadores contribui para a diminuição das desigualdades sociais.

Para promover melhorias na Segurança e Saúde do Trabalho, as legislações de segurança vêm se aprimorando, portanto os altos índices de acidentes nos últimos anos exigem mudanças da abordagem pontual para uma abordagem sistêmica. Passando a ter uma visão macro da organização, de forma a propiciar o desenvolvimento de um objetivo maior, e garantir a saúde e a segurança de todos os trabalhadores.

Desta forma, se torna maior a possibilidade dos trabalhadores se integrarem aos programas de melhoria da segurança e saúde ocupacional. Já que, tal integração focada em um objetivo comum pode anular mecanismos de defesa psicológicos elaborados devido ao nível baixo da qualidade de vida dos trabalhadores. Estes mecanismos de estratégias coletivas elaborados partindo do princípio que ignorando o perigo, ele deixa de existir, são responsáveis pela resistência dos trabalhadores em aderir aos programas atuais de segurança.

A implantação do sistema requer a conscientização e o desenvolvimento de competências, através de treinamentos e de reuniões sobre segurança do trabalho, com elementos que estimulem a cooperação de todos na implantação e manutenção do sistema. O bom funcionamento do SGSST depende do comprometimento da alta gerência, já que cabe e este os recursos e investimentos além serem modelos de comportamento para os colaboradores.

Cada empresa deve elaborar o seu Sistema de Gestão, procurando a melhoria da qualidade da saúde, e da vida, de seus trabalhadores e o melhor desempenho nos negócios da empresa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.; SALGADO, J.; SALVADOR FILHO, J.; MORAES, R.; PONTES, T. Mestre de obras: gestão básica para construção civil. São Paulo: Érica, 2011.190 p.

BENITE, A. Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho para empresas construtoras. 2004. 221 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei n°6.514 de 22 de dezembro de 1997. Norma Regulamentadora n°18 (PCMAT).

GELLER, E. Ten principles for achieving a total safety culture. Professional Safety. American Society of Safety Engineers. 1994.

GONZALEZ, E. Aplicando 5s na construção civil. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009. 120 p.

RIBEIRO NETO, J.; TAVARES, J.; HOFFMANN, S. Sistema de gestão integrados: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Senac, 2008.

TAVARES, J. C.Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho. São Paulo: Senac, 1995.

DISSEMINAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL (1999-2010)

TITLE: DISSEMINATION OF ENTREPRENEURSHIP AND LOCAL DEVELOPMENT

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local

PRADO, Lucimara de Oliveira Correia do
UNESP
Gestora de cultura empreendedora (Sebrae/SP). Bacharel e licenciada em História (Universidade Estadual Paulista, Unesp – campus de Franca) e Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (Unesp – campus de Franca).
E-mail: lucyprado30@gmail.com

Resumo

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, que tem como objetivo estudar a instituição Sebrae e seus programas de fomento e disseminação do empreendedorismo no Brasil no período de 1999-2010. Pretende-se aqui apresentar parte do levantamento bibliográfico para este estudo e algumas hipóteses já elencadas que estimularam a pesquisa. Autores sobre o tema apontam para relevância do Ensino de Empreendedorismo ser difundido no ambiente escolar. Assim, procurar-se-á relacionar os programas de fomento instituídos pelo Sebrae e disseminados em instituições e ensino formal destinados a crianças e jovens, e o desenvolvimento econômico local.

Palavras-chave: Sebrae, Empreendedorismo , Educação

Abstract

This work is part of a research project under development, which aims to study the Sebrae institution and its development programs and dissemination of entrepreneurship in Brazil in the 1999-2010 period. It is intended here to present part of the literature for this study and some hypotheses have listed that stimulated the research. Authors on the subject point to the relevance of Entrepreneurship education is widespread in the school environment. So it will be made to relate the development of programs instituted by the Sebrae and disseminated in institutions and formal education for children and youth, and local economic development.

Keywords: Sebrae, Entrepreneurship, Education

1 INTRODUÇÃO

Para situar o leitor da temática aqui apresentada, faz-se necessário contextualizar alguns termos que usados nesta releitura bibliográfica e a definição aqui adotada. Os autores elencados aqui para discorrermos a temática foram José Carlos Dornelas, pioneiro no estudo do empreendedorismo no Brasil, é um dos maiores especialistas brasileiros em empreendedorismo e plano de negócios e um dos mais requisitados conferencistas sobre o tema no país. É autor de diversos livros sobre Empreendedorismo e Plano de negócios. E Fernando Dorabela, idealizador dos programas,

Oficina do Empreendedor e Pedagogia Empreendedora, também especialista na temática, autor de livros sobre Empreendedorismo, associando a capacidade de sonhar e realizar do empreendedor.

As definições destes autores convergem no período do surgimento do empreendedorismo no Brasil e das peculiaridades do empreendedor brasileiro e suas adversidades na saga de empreender. A importância do debruçar um olhar acadêmico para as interfaces deriva congruência de órgãos nacionais e internacionais, considerarem o Empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento econômico. Para Jeffry Thimmons (citado em Dornelas, 2008) o empreendedorismo foi uma revolução silenciosa, do século XX e mais impactante que a Revolução Industrial do século XIX, tal o grau de importância do empreendedorismo para a humanidade.

No Brasil, o uso mais frequente do termo empreendedorismo passou a ter destaque e relevância a partir dos anos 90, e tal fato, se deu principalmente pela abertura da economia e a entrada de novos produtos estrangeiros no mercado nacional, provocando rupturas no modo de fazer negócios no país, e a urgência de adequação de um mercado mais competitivo e inovador.

Entretanto, há indícios de que o estudo deste fenômeno data-se da década anterior, 80, quando o termo passou a ser estudado nos cursos de Administração de Empresas, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas- FGV, em São Paulo. Na segunda metade da década de 80, houve a tentativa de introduzir no país um projeto, em parceria com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) cujo método consistia na formação de novos empresários, voltado especificamente para o público de baixa renda.

No entanto, o conceito Empreendedorismo tal qual é compreendido atualmente, foi inserido no Brasil sempre atrelado as mudanças no mercado econômico proveniente da inserção de novos produtos e processos inovadores, e teorias mais recentes como de Peter Drucker (1992) resgatam parte destas interpretações econômicas principalmente de Say e Schumpeter, que associa empreendedorismo a inovação, e segundo ele:

> *A inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Ela pode ser apresentada como uma disciplina, a ser aprendida e ser praticada. Os empreendedores precisam buscar, com propósito deliberado, as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades para que uma inovação tenha êxito. Os empreendedores criam algo novo, algo diferente; eles mudam ou transformam valores. (DRUCKER, 1987, pág. 39)*

Com a abertura da economia do Brasil, a introdução do país a um mercado globalizado e inovador, resultou na mudança do cenário econômico brasileiro, que passou a sofrer bruscas mudanças. A economia passou por vários processos de estabilização e para manter-se competitivo no mercado e sobreviver a enxurrada de produtos estrangeiros, foi necessário que as empresas brasileiras aprendessem a reduzir custos, a priorizarem a qualidade, pois com muitos dos produtos importados possuíam qualidade de alta tecnologia, provocando um mercado mais acirrado e consumidores mais exigentes. Para se adaptar a este novo cenário político e econômico, o empresário brasileiro passou a buscar alternativas para se lançar e manter-se no mercado, identificando oportunidades de sobrevivência.

DORNELAS (2000) relata este período de abertura da economia à mudança do cenário econômico social no país como sendo uma das razões para o surgimento da informalidade entre os empresários brasileiros:

> Uma das consequências imediatas foi o aumento do índice de desemprego principalmente nas grandes cidades, onde a concentração de empresas é maior. Sem alternativas, os ex-funcionários dessas empresas começaram a criar novos negócios, às vezes mesmo sem experiência no ramo, utilizando o pouco que ainda lhes restou de economias pessoais, fundo de garantia etc. Quando percebem, esses profissionais já estão do outro lado, agora são patrões e não mais empregados. Muitos ficaram na economia informal, motivados pela falta de crédito, pelo excesso de impostos e pelas altas taxas de juros. Houve ainda recentemente aqueles motivados pela nova economia, a Internet, que teve seu ápice de criação de negócios ponto com entre os anos 1999 e 2000 (DORNELAS, 2008, p.1).

Com a internet, os empresários brasileiros passaram a participar de um mercado aberto, globalizado, sem fronteiras e com isso, outros tipos de negócios foram criados. Para este novo cenário, era urgente uma adequação do empresário brasileiro ao mundo dos negócios, era necessário um novo perfil de empresários e de trabalhadores no país. Neste momento passou a ser discutido um novo perfil empresarial e profissional, o perfil empreendedor.

> Há pouco mais de 20 anos, o fato de um jovem recém-formado aventurar-se na criação de um negócio próprio era considerado loucura, pois os empregos oferecidos pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como a estabilidade que se conseguia nos empregos em repartições públicas, eram muito convidativos, com bons salários, status e possibilidade de crescimento dentro da organização. O ensino de administração era

> voltado a este foco: formar profissionais para administrar grandes empresas e não para criar empresas. Quando esse cenário mudou, nem os profissionais experientes, nem os jovens à procura de uma oportunidade no mercado de trabalho, nem as escolas de ensino de administração estavam preparados para o novo contexto. E mudar a visão a respeito de determinado assunto, redirecionar ações e repensar conceitos levam algum tempo até que gerem resultados práticos. O fato é que o empreendedorismo finalmente começa a ser tratado no Brasil com o grau de importância que lhe é devido, seguindo o exemplo do que ocorreu em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde os empreendedores são os grandes propulsores da economia. (DORNELAS, 2008, p.10)

Anterior a isso, o empreendedorismo no Brasil era visto como algo inato, privilégios de alguns que nasciam com esta competência, o que provocou uma desigualdade cultural ainda maior (DOLABELA). No entanto, o autor apresenta que tal fato, não é verdadeiro e que há uma estreita relação entre o estimulo e o desenvolvimento de atitudes comportamentais, logo, é possível ensinar e aprender a empreender.

Dolabela amplia esta discussão dizendo que:

> Muitos acreditam que empreendedorismo seja uma qualidade inata, definida por uma configuração genética favorável, presente de poucos. (...) Mas quem é empreendedor? (...) empreendedor é alguém que provê, de forma independente, o próprio sustento. Ele não é demissível por ato de poder. É alguém, portanto, com certo grau de liberdade. Como oferece valor positivo para os outros, não está submetido a idiossincrasias e arbítrios de uma pessoa especificamente. É interdependente da comunidade que utiliza valores que oferece. (...) Talvez esta concepção simples e efetiva de empreendedorismo passou a induzir a migração de muitos adeptos da doutrina "genes favoráveis" para o nosso lado. A razão também é simples é que, recebendo um investimento mínimo em capital humano, qualquer individuo será capaz de oferecer utilidade a outros. E prover o seu sustento. (DOLABELA, in ÉSTHER- 2007, p.12)

Surge a partir desse movimento correntes teóricas estrangeiras que foram sendo assimiladas no Brasil, através de metodologias que foram criadas e ou remodeladas sob esta tendência visando atender a necessidade dos empreendedores brasileiros, e a urgência de cursos que fossem capaz de suprir a necessidade primeira de *ensinar a empreender*. Tal passo dava inicio a métodos de ensino em empreendedorismo que aos poucos compunham alguns Programas de Educação Empreendedora no país. Algumas teorias foram referencias nesta etapa, a saber, a teoria dos economistas e a teoria dos comportamentalistas.

A teoria dos economistas foi precursora do termo usado para identificar indivíduos ousados que estimulavam o progresso econômico buscando novas e melhores formas de fazer as coisas. Os principais teóricos: Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Joseph Schumpeter.

Cantillon foi um economista franco-irlandês do século XVIII foi o precursor do termo Empreendedorismo. Em sua obra intitulada Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral, Cantillon, antecipou a crença de que o empreendedor trouxe equilíbrio para um mercado ao prever corretamente as preferências do consumidor. Segundo ele, os empreendedores, não são recebedores de renda não fixa que pagam custos de produção conhecidos, mas sim ganham rendas incertas, devido à natureza especulativa de favorecer uma demanda desconhecida por seu produto, ou seja, o empreendedor corria riscos e vivenciava desafios em seus negócios. Este conceito foi posteriormente desenvolvido por Jean Baptiste Say.

Say um economista francês também do século XVIII, muito influenciado pelo pensamento iluminista, formulador da chamada a Lei de Say, sobre o funcionamento dos mercados. Este teorico acreditava que a diferença entre empreendedores e capitalistas estava nos lucros obtidos por cada um e que o empreendedor era o individuo capaz de mover recursos econômicos de uma área de baixa para outra de maior produtividade e retorno, ou seja, aquele que enxerga e aproveita oportunidades de lucro.

Schumpeter, economista austriaco, considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX definiu como empreendedor o indivíduo que reforma ou revoluciona (por meio do desenvolvimento de nova tecnologia ou do aprimoramento de uma antiga), o processo "criativo-destrutivo" do capitalismo, para Schumpeter "sem inovação, não há empreendedores, sem investimentos empreendedores, não há retorno de capital e o capitalismo não se propulsiona." (DEGEN, 1998, p.78).

Já a teoria dos comportamentalistas, refere-se aos especialistas do comportamento humano: psicólogos, psicanalistas, sociólogos, entre outros, cuja abordagem do termo empreendedorismo tinha como objetivo ampliar o conhecimento sobre motivação e o comportamento humano. Um dos primeiros autores desse grupo a demonstrar interesse foi Max Weber (1930). Weber identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a

explicação do comportamento empreendedor, para Weber, os empreendedores foram definidos como pessoas inovadoras e independentes, que exerciam papel de liderança e autoridade formal nos negócios.

Muito influenciado por Weber, a maior contribuição das ciências do comportamento foi do autor David C. McClelland (1972) um dos primeiros autores a estudar e destacar o papel dos homens de negócios na sociedade e suas contribuições para o desenvolvimento econômico, "criou bases e orientações para sessões de treinamento para motivar o êxito e a realização de executivos" (BEZAMAT, 2003). McClelland concentrou sua atenção no desejo, na "necessidade de realização" como uma força realizadora controlada pela razão.

Segundo este autor, empreendedor é a pessoa que exerce controle sobre uma produção que não seja só para o seu consumo pessoal ou mesmo lucro, mas também coletivo. É importante destacar que ele não fez qualquer elo entre empreender e gerenciamento de um negócio, o que denota que empreender não está relacionado apenas ao sujeito que empreende um négocio, mas também naquele que tem atitudes empreendedoras na vida em qualquer ação. McClelland elaborou métodos que posterirormente foram adaptados e acolhidos pela Organização das Nações Unidas e disseminada mundo afora.

Antes dos nos 2000, não se tinha catalogado qual o impacto dos empreendedores brasileiros na economia nacional e e nem mesmo qual era o perfil do empreendedor brasileiro. A adesão do país ao Programa de pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) [14], possibilitou o reconhecimento do perfil do empreendedor brasileiro. Os relatórios da pesquisa GEM têm como objetivo primordial aproximar instrumentos acadêmicos de pesquisas à área de empreendedorismo no mundo, buscando uma investigação aprofundada sobre a relação entre empreendedorismo e crescimento econômico, além de considerar os comportamentos empreendedores significativos para o desenvolvimento de um país. Até 1999, o Relatório GEM pesquisou os países do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) mais a Dinamarca, Finlândia e Israel. Em 2000 o GEM obteve a adesão de outros 11 países: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Coréia, Espanha, Índia, Irlanda, Noruega, Singapura e Suécia e hoje são mais de 80 economias pesquisadas, tal o reconhecimento de sua funcionalidade. Dados do resultado do GEM-2002 apontaram que o Brasil estava atrasado diante dos outros 37 países pesquisados, (quase 2/3 da população do mundo e algo em torno de 92% do PIB mundial). O Brasil recebeu nesta pesquisa o 1º Lugar em empreendedorismo por necessidade, e foi 16º colocado em empreendedorismo por oportunidade.

Tal pesquisa evidenciou que o brasileiro até 2002 só empreendia por necessidade, ou seja, para sua sobrevivência, não buscando oportunidades para empreender. Segundo professor Bezamat (2003) estes são os empreendedores "viradores". Ou seja, aquele que para sobreviver "vira-se" como pode, e para estes empreender é condição de estar vivo. Para Bezamat, o empreendedor brasileiro possui o seguinte perfil:

> Tem jogo de cintura. Usa o "jeitinho" como parte marcante das características. Tem agilidade. Tem solidariedade. Tem criatividade. Tem flexibilidade. Produz "perplexidades produtivas" movidas pela necessidade. "Se vira" para transformar desvantagens em triunfos com criatividade e improvisação. (LAMBRANHO, 2003, p.)

Empreendedores por necessidade são profissionais que na maioria das vezes perderam seus empregos e para poderem se sustentar ou mesmo dar sustento às suas famílias, saíram a empreender, mas empreender à sua maneira, sem conhecimento técnico do que estavam a fazer, abriram negócios. Mas o fato importante a ser considerado destes empreendedores por necessidades é a atitude que tiveram diante da dificuldade, saíram a empreender.

O típico "virador", que por necessidade e na maioria das vezes sem metas definidas, correm riscos desordenadamente e, por falta especificamente de planejamento, não prosperam, quando muito trocam moedas.

---

[14]O programa de pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), de abrangência mundial, é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora. É uma parceria entre a *London Business School*, da Inglaterra, e o *Babson College*, dos Estados Unidos. Atualmente no mundo, o GEM é o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora. O programa da pesquisa GEM, baseada em avaliações sobre o nível de atividade empreendedora nacional para todos os países participantes, envolve uma exploração do papel do empreendedorismo no crescimento econômico nacional e revela a riqueza das características associadas com a atividade empreendedora. Os resultados do GEM incluem comparações globais, relatórios nacionais e tópicos especiais baseados no ciclo de coleta de dados anual. Mais de 300 acadêmicos e pesquisadores participam ativamente do programa. (Disponível em http://www.ibqp.org.br/gem- acesso em 22/06/2015)

Assim o empreendedorismo brasileiro acabou sendo sinônimo de comportamento de pessoas que apenas imbuídas de uma boa ideia se aventuravam em negócios próprios.

Porém, o relatório GEM- 2010 mostrou uma mudança neste perfil dos empreendedores brasileiros que destacou o Brasil entre os países que além de empreender quantitativamente, agora também empreende qualitativamente. Neste recente relatório, o empreendedorismo por oportunidade no país cresceu, enquanto o empreendedorismo por necessidade diminuiu. Tal fato demonstra que os empreendedores brasileiros estão buscando oportunidades para empreender, e se planejando para isso. Mudança tênue, mas significativa no perfil do empreendedor brasileiro.

Nos relatórios do GEM dentre outras informações, considera também a Taxa de Atividade Empreendedorismo em Estágio (TEA) do país pesquisado, e no caso brasileiro, a TEA, é a proporção de pessoas na faixa etária entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras na condição de empreendedores de negócios nascentes ou empreendedores à frente de negócios novos, ou seja, com menos de 42 (quarenta e dois) meses de existência. O resultado de 2010 confirmou uma tendência de crescimento econômico e atrelado a isso, o aumento no empreendedorismo por oportunidade, que cresceu muito em relação ao empreendedorismo por necessidade. Para os relatores, em números absolutos, apenas a China tem mais empreendedores que o Brasil, e sua atuação se reflete nas transformações econômicas, sociais e ambientais da sociedade e é responsável direta pela evolução e bem-estar do cidadão. Esta comprovação é significativa para o desenvolvimento local, que poderá avançar ainda mais na capacidade dos brasileiros de empreender em novos negócios por vislumbrarem oportunidades para empreender em dada localidade.

A priori, observa-se pela pesquisa que o empreendedor por necessidade está mais vulnerável à conjuntura econômica, por isso tende a diminuir quando aumenta a oferta de emprego. Em 2010 houve uma diminuição da taxa de desemprego acompanhada do aumento dos trabalhadores formais na economia nacional e consequentemente muitos dos brasileiros que seriam candidatos, por assim dizer, a empreender por necessidade encontraram um emprego. Dessa forma há maior probabilidade de surgirem os empreendedores por oportunidade, por serem estes mais preparados e vocacionados para se aventurar no mundo dos negócios (LOURES). Ainda no Relatório Global GEM 2010, quem mais empreende em novos negócios no Brasil são os jovens da faixa etária entre 25 e 34 anos, o que demonstra a jovialidade dos empreendedores brasileiros em novos negócios. Tal dado confirmava necessidade de se investir na formação de jovens de modo a prepará-los para este novo cenário econômico e social.

Neste sentido, o currículo tradicional brasileiro é ineficiente, e ainda nesta analise, percebemos que não é o individuo isolado que propícia mudanças circunstanciais ao seu meio, mas o inverso é mais impactante e funcional, ou seja, faz-se necessário politicas publicas que favoreçam e o seu entorno e estimule novos empreendedores e assim se construa um ambiente propício ao desenvolvimento econômico no país, melhorando assim o seu Capital Social. Entende-se aqui por capital social, como "(...) um conjunto de valores ou normas informais comuns aos membros de um grupo, que permite a cooperação entre eles". (Fukuyama, 2000).

A Educação deve então oferecer algo além do ensino regular, ou seja, formal, considerar outros saberes que também formam e transformam a sociedade. Mais importante do que saber fazer é ensinar como fazer. E ensinar como fazer é responsabilidade de todos os envolvidos com o sistema educacional, não apenas dos políticos, mas também dos educadores e a sociedade como todo. E isso requer interesse e ações individuais para o progresso coletivo, de modo que esta nova forma de ensino-aprendizagem seja realmente funcional e solucionadora. Ainda neste sentido,

> A educação que não considera o empreendedorismo fenômeno cultural não tem a força da transformação. Não cria uma sociedade empreendedora, que é o que interessa no Brasil. Na melhor das hipóteses, e isto tem real utilidade, potencializa aqueles que já são empreendedores, mas não muda a percepção da comunidade, da região, da população. (Dolabela, in "aminoácidos", 2001)

Pode-se verificar que são necessárias políticas públicas eficientes para que os brasileiros possam empreender com qualidade e eficiência. DOLABELA acredita que o investimento no capital humano do país seja a mola que impulsa para ter essa qualidade, ainda segundo o autor, qualquer individuo será capaz de contribuir coletivamente e se auto sustentar-se e receber investimento necessário para isso, no entanto, este investimento não acontece na proporção que deveria, e isso se deve muitas vezes, a falsa concepção de que o empreendedor nasce empreendedor, o que já apresentamos que não necessariamente se nasce empreender, mas sim, que é possível ensinar e aprender a empreender. Nesse sentido Dolabela, vê a escola como o instrumento propulsor do conhecimento e por assim ser,

considera que "A escola é muito competente para desenvolver conhecimentos e propagá-los (...), mas precisa também preparar pessoas capazes de transformar conhecimentos em riqueza para a coletividade."[15]

No Brasil, com raras exceções algumas escolas abordam a temático empreendedorismo em sala de aula, mas incluir nas aulas o conceito, ainda é um desafio, que a priori, necessita de uma agenda politica e também aceitação do corpo docente e dos demais autores envolvidos no ambiente escolar. Embora urgente dada às evidencias elencadas, não é algo que se constrói diuturnamente, pelo contrario, requer compreensão, aceitação, tempo, investimento e muita determinação. É necessário que se estimule a mudança cultural por intermédio da Educação de qualidade que ultrapasse o limites da sala de aula para atingir o consciente coletivo. (DOLABELA, 2001).

Sampaio e Masmo (2007), acreditam que faz se necessário investir na capacitação do corpo docente para que este ao ser capacitado absorva o conceito de cultura empreendedora e se torne agente ativo e disseminador da Cultura Empreendedora no seu modo de ensinar, pois com a mudança de paradigmas, acontecerá o ensino com ênfase no empreendedorismo. Segundo as autoras:

> Uma visão educacional atual do empreendedorismo deve proporcionar aos jovens profissionais a capacidade de planejar sua vida de forma mais criativa, ser proativo na busca de oportunidades profissionais e, sobretudo, ser inovador e autônomo. Para que isto ocorra, o professor deverá estar preparado, não se consegue esta formação empreendedora com paradigmas e recursos pedagógicos tradicionais. A especialização técnica e acadêmica são insuficientes para provocar mudança de atitudes no ambiente de aprendizagem. (SAMPAIO E MASMO, p.4-5)

Faz-se necessário de uma visão educacional que arrisque investir no ensino do empreendedorismo paralelo a grade curricular, deve proporcionar aos jovens profissionais a capacidade de planejar sua vida de forma mais criativa, ser proativo na busca de oportunidades profissionais e, sobretudo, ser inovador e autônomo. Mas para que isso aconteça a contento, o docente, necessariamente deverá ser preparado, aculturado nos comportamentos empreendedores e tal fato, não se consegue unicamente por intermédio de uma capacitação, mas de maneira mais regular e com ambiente adequado para o estimulo destes comportamentos, ou seja, faz-se necessário investimentos, para que desde a sua formação , seja provocado a quebras de paradigmas e se abstenha de recursos pedagógicos tradicionais. Nesse prisma, a especialização técnica e acadêmica, isoladamente, é insuficiente para provocar mudança de atitudes no ambiente de aprendizagem.

Segundo FILION,

> ... Se tudo for igual, quanto mais empreendedores uma sociedade tiver e quanto maior for o valor dado, nessa sociedade, aos modelos empresariais existentes, maior será o número de jovens que optarão por imitar esses modelos, escolhendo o empreendedorismo como uma opção de carreira. (FILION, 1999, p. 9).

Com base nestas leituras, é possível chegar a algumas considerações, e dentre elas que é necessário desmistificar a figura do empreendedor brasileiro, compreendê-lo em seu viés. Além disso, investir estruturalmente na educação para se conseguir uma mudança circunstancial na cultura vigente no país, para que, o empreendedorismo seja uma revolução de fato e o empreendedor brasileiro tenha condições reais para empreender em quantidade e qualidade e assim solucionar problemas de disparidades sociais como a miséria e promover desenvolvimento econômico no país. É preciso que o empreendedorismo seja fomentado e dissemine e se estruture significativamente e que todos colham não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento, o desenvolvimento integral, pois este sim favorece o desenvolvimento do país. Ou seja, considera-se que a educação formal seja a via mais eficiente para o ensino do empreendedorismo e se melhor estruturada, pode ampliar a capacidade do individuo de enxergar e aproveitar oportunidades e gerar conhecimentos e renda, favorecer o sucesso de seus negócios para então transformá-lo em um bem maior.

O ensino de Educação Empreendedora tem como proposta libertar a capacidade de cada indivíduo tem de empreender, pois dentro de cada um existe um empreendedor, mas que por motivos culturais estão aprisionados dentro de si, por muros de valores e crenças que foram construídos pela família e reforçados pela sociedade. Fernando Dolabela, idealizador da "Pedagogia Empreendedora" metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica: educação infantil até o ensino médio acredita que é preciso "a preparação do indivíduo para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, para melhoria da vida coletiva de modo que extinga a desigualdade social." Neste sentido, a Pedagogia Empreendedora é tida como instrumento de transformação cultural e como tal, deve ser tratada de maneira singular a cada realidade social.

[15] http://www.educacional.com.br/revista/0408/pdf/06_Entrevista_FernandoDolabela.pdf - acesso em 29/03/2012

O papel do docente é facilitar o processo de aprendizagem, organizando o ambiente educacional, mediando à seleção de assuntos significativos e propondo formas de despertar nos alunos o desejo de aprender será empreendedora a abordagem metodológica que inove e agregue valor na formação do papel profissional do aluno. Transpor para a sala de aula o modo pelo qual o empreendedor aprende na realidade é uma das estratégias que se mostra eficaz. O empreendedor aprende na prática, com base em ações e na observação de modelos que ele considera significativos.

A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, elaborou os quatro pilares da Educação: Aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser. Segundo Delors, "À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele". De acordo com a proposta de Delors, Aprender a conhecer significa dominar os instrumentos do conhecimento, o desenvolvimento do desejo e das capacidades de aprender a aprender. O desenvolvimento de habilidades cognitivas e a compreensão do mundo que o cerca. Já Aprender a fazer, segundo o relatório, é indissociável e consequência do primeiro. Aprender a fazer implica no desenvolvimento de competências que possibilitem às pessoas enfrentar, de forma mais precisa, às diversas situações e ter um melhor desempenho no trabalho em grupo. Aprender a viver juntos, se refere ao desenvolvimento da compreensão do outro e a percepção das interdependências, no sentido de realizar projetos comuns e preparar-se para administrar conflitos entre os pares. A educação deve contribuir um pensamento reflexivo para o desenvolvimento total da pessoa, o Aprender a ser. Neste pilar, cabe à educação, conferir aos seres humanos a liberdade de pensamento e discernimento para que os mesmos sejam capazes de construir a sua própria história. Percebe-se a urgente necessidade de indivíduos efetivamente mais preparados para este novo contexto político econômico mundial e que saibam fazer o que se deve fazer para serem absorvidos pelo mercado.

Nesta mesma vertente Dolabela, vai afirmar que o programa de educação não formal de disseminação da cultura empreendedora no país tem enfocado para a solidificação de um novo pilar da educação, o pilar *Aprender a Empreender* (elaborado por Dolabela) que de maneira geral consiste em favorecer o aprendizado de empreendedorismo, considerando que os indivíduos não nascem empreendedores e que precisam ser estimulados a empreender diante das dificuldades da vida. A função da escola mediante este pilar é de preparar o aluno para a vida, não apenas para assumir postos de trabalho. De acordo com Dolabela, para aprender a empreender, é necessário que o indivíduo tenha um comportamento proativo e que deseje *"aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção".* (Dolabela,1999, p. 12)

Considerando todas as dificuldades apresentadas aqui, o Brasil ainda apresenta um número significativo de ações em prol da disseminação do empreendedorismo, entretanto, ainda pouco explorado pela sociedade. O Sebrae é a instituição de referencia no país de apoio aos micro e pequenos empreendedores e por assim ser, a instituição que mas dissemina ações nesta temática no país. Em 1990 ocorreu a desestatização da instituição Cebrae- Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, criado desde 1972, que passou a ser Serviço e foi substituído pelo Sebrae [16]- Serviço Brasileiro de Apoio as micros e pequenas empresas, e este por sua vez, foi o propulsor do empreendedorismo por meio de um programa de capacitação dos empresários brasileiros. A instituição em destaque possui programa de educação empreendedora maior abrangência nacional, e possui como objetivo de suas metodologias "uniformizar saberes", ou seja, reproduzir em serie os métodos de disseminação dos saberes empreendedores.

Neste intento, a proposta do Programa de Educação Empreendedora do Sebrae, perpassa no papel do professor do ensino regular, já que a metodologia prevê que os técnicos do Sebrae apliquem para estes educadores. Desse modo, acreditam que para criar um ambiente propício à cultura empreendedora, ser primeiramente capacitados os professores para que estes sejam antes, professores empreendedores, ou seja, " que sonhem e que estimulem sonhos em seus alunos. Isso requer dedicação, vontade de fazer diferente, buscar desenvolver autonomia

[16] Formalmente, trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, criada pela Lei número 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto número 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada, pela Lei número 8.154, de 28 de dezembro de 1990.O Sistema Sebrae substituiu o Cebrae, consolidou-se como uma entidade composta por representantes da iniciativa privada e do setor público. Essa parceria visa sintonizar as ações que buscam estimular e promover as empresas de pequeno porte com as políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social do país.

em si e nos estudantes. Os professores são protagonistas nessa transformação."[17] O Programa de Educação Empreendedora do Sebrae abrange do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, as soluções apresentadas seguem a seguir com suas especificações. Algumas características como o método e o publico alvo se difere, considerando o público atendido por este docente e o nível de escolaridade que aplica sua pratica docente, a saber:

- **Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP**, curso dirigido o publico que cursa do 1º ao 9º ano do ciclo I e II do Ensino Fundamental. O método é subdivido por temas, e para cada ano, esta proposto uma temática diferente, considerando também o nível de assimilação da faixa etária trabalhada.
- **Formação Jovens Empreendedores – FJE.** Este curso é para os alunos que cursam o nível médio regular ou técnico, O enfoque além do empreendedorismo é da elaboração do Plano de negócios.
- **Disciplina de Empreendedorismo** – Dirigida para os universitários, onde a abordagem é mais aprofundada em pesquisa de mercado, busca de oportunidades e elaboração do Plano de negócios.

Estas soluções educacionais abarcam os alunos em todas as etapas educacionais do ensino publico e privado. Para isso, o Sebrae conta com um equipe de técnicos facilitadores destas metodologias que multiplicam para os docentes que são sensibilizados por suas instituições de ensino. Sensibilizados, os docentes passam pela capacitação para compreenderem a didática, vivenciarem as oficinas propostas e assim, sejam estimulados a desenvolverem os comportamentos empreendedores. A capacitação é feita de modo presencial, em parceria com instituições de ensino, Ongs e gestores públicos. A opção por capacitarem os docentes e alunos se dá pela proximidade da realidade deste professor que facilitará na disseminação dos comportamentos empreendedores, podendo assim adaptar a metodologia ao seu contexto social e cultural, enriquecendo ainda mais a prática empreendedora. Há também modelos de disseminação do empreendedorismo que soma ao Programa de Educação Empreendedora do Sebrae, que é o curso Crescendo e Empreendendo, Desafio Universitário Empreendedor e Empretec.

O Crescendo e Empreendendo é dirigido para jovens em estado de vulnerabilidade social, com baixa renda e baixo nível de escolaridade, neste caso específico, a metodologia é repassada diretamente pelos técnicos do Sebrae para os jovens interessados ou abarcados por instituições parceiras. Este curso, tem como objetivo principal propor ferramentas que apresentam possibilidade de inserção social com viés no empreendedorismo.

O Desafio Universitário Empreendedor é uma plataforma interativa, que simula o ambiente de negócios, onde de maneira lúdica, o aluno do nível superior simulará sua atuação como empreendedor, se relacionando com as interfaces do mercado real, mas porem de maneira virtual, podendo concorrer a prêmios, mediante o seu desempenho na gestão do seu negócio.

O Empretec é um Seminário de abrangência internacional, um método adaptado pelas Nações Unidades, que há mais de 20 anos é aplicado com exclusividade no Brasil pela instituição SEBRAE. Voltado para empresários constituídos e ou com projetos de abertura de empresas já em andamento, foi considerado pela UNCTD como um dos programas mais eficazes no estimulo as Características dos Comportamentos Empreendedores, as CCEs.

Os programas aqui, brevemente analisados apresentam alguns resultados relevantes, dado a elaboração de leis específicas que favoreceram a desburocratização da formalização de empreendedores brasileiros e a diminuição de tributos para as micro e pequenas empresas do país, como a Lei Geral da Micro e pequena empresa, 123/06, mas ainda não há a lei que prevê a implementação do ensino de empreendedorismo já no ensino de educação básica, para que o estimulo comece desde os primórdios anos do jornada escolar.

Segundo Dornelas, em diversos países, o ensino de empreendedorismo já entrou na agenda da politicas publica dada a relevância do estimulo a comportamentos empreendedores para o desenvolvimento local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a situação de desigualdade social, proveniente da má distribuição de renda vigente no Brasil, faz-se necessário uma analise sobre a importância da disseminação da cultura empreendedora como motor do Desenvolvimento Social do país.

> ... se tudo for igual, quanto mais empreendedores uma sociedade tiver e quanto maior for o valor dado, nessa sociedade, aos modelos empresariais existentes, maior será o número

[17] Fonte Sebrae- NA – acesso em 10/06/2015

> de jovens que optarão por imitar esses modelos, escolhendo o empreendedorismo como uma opção de carreira. (FILION, 1999). [18]

Dolabela, um dos pioneiros estudiosos da Cultura Empreendedora do Brasil, acredita, que com o estimulo de comportamentos empreendedores, ser possível alterar a curva da estagnação econômica e social através de indução de atividades inovadoras, capazes de agregar valores econômicos e sociais (DOLABELA, 1999).

Nesse sentido, a cultura empreendedora não deve ser vista como mais um modismo, por conseguinte, efêmero. Ao contrário, merece atenção e estudo da sua funcionalidade rumo ao desenvolvimento da sociedade.

Segundo Dornelas,

> "Até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor era inato, que nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Pessoas sem essas características eram desencorajadas a empreender. Hoje em dia, esse discurso mudou e, cada vez mais, acredita-se que o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia a dia de seu empreendimento". (DORNELAS,2004)

É possível ensinar a empreender[19], mas será que o fomento do empreendedorismo e da cultura empreendedora possibilita a melhor qualidade de vida e assim, o Desenvolvimento regional e local?

Embora haja controvérsias sobre o tema do desenvolvimento local (Martins e Caldas, 2009ª, 2009b; Martins, Vaz e Caldas, 2007) é preciso refletir sobre a temática e nesse sentido, analisar a eficácia de práticas em prol do desenvolvimento local e por conseguinte social. Refletir se a elaboração de politicas públicas eficientes que priorize o Desenvolvimento Local atrelada a práticas empreendedoras em redes pode ou não favorecer o Desenvolvimento Local.

Segundo Milani,

> O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural. (MILANI,2005)

Mas como se dá esse processo? Quem são os protagonistas e como os atores se mobilizam e de que maneira programam suas ações?

Para Oliveira (2001) historicamente nem sempre a existência do desenvolvimento representa uma evolução em relação a condição anterior, mas é dada por relações entre nações ou regiões, por método comparativo, o que fortalece a ideia de um "subdesenvolvimento local". Assim, uma analise da localidade, tendo como parâmetro ela mesma, seja o inicio de um estudo mais qualitativo.

Santos e Rodriguez-Garavito (2006) propõem o conceito de um desenvolvimento local de base, onde o desenvolvimento local se tornará possível "de baixo para cima", ou seja, a capacidade de decidir pelo desenvolvimento não é exclusivo ao Estado. Dessa maneira, a sociedade civil é o protagonista desse processo, daí chega à esfera política de modo que produza um crescimento sustentável.

No aspecto econômico, Ferraz Gomes, analisou a importância da Micro e Pequenas Empresas para o Desenvolvimento Local, e concluiu que:

> "Tendo em vista a importância das MPE's e de seus empreendedores para a sociedade brasileira, o que pode ser feito no intuito de fomentar o seu desenvolvimento? Muitas ações devem ser desenvolvidas, dentre elas: propagar o ensino de empreendedorismo para todos os níveis educacionais; estimular a pesquisa na área de empreendedorismo; sensibilizar os sistemas de suporte e as forças sociais, políticas e econômicas para a

[18] FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração.* São Paulo, v. 34, n.2, abril/junho 1999. p. 05-28.

[19] MARINHO, Roberto. Aprendendo a Empreender. Programa Brasil Empreendedor. SEBRAE 2003.

> necessidade de apoio a empresas emergentes; implantar políticas públicas e legislação de apoio; estimular o empreendedor científico; estimular a criação de incubadoras e parques tecnológicos e científicos; preparar as empresas existentes para a formulação estruturada de suas demandas aos centros de alta tecnologia; preparar a inserção da pequena empresa no mercado mundial; formar um sistema brasileiro de capital de risco. Enfim, qualquer ação que vise o desenvolvimento do empreendedorismo deve considerar a implantação de políticas públicas de incentivo a áreas como educação, ciência e tecnologia." (GOMES, 2005)[20]

Os referenciais acima reforçam a relevância do tema para a compreensão da cultura empreendedora e sua assimilação social em prol do Desenvolvimento Local.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender a problemática em discussão, faremos uma analise a partir do estudo de caso, estudaremos o município de Franca como referencia de aplicação destas metodologias.O método mais apropriado para coleta dos dados, e que será utilizado aqui, será a pesquisa Quali-quantitiva para que uma complemente a outra, pois será necessário, a partir das entrevistas que pretende-se fazer, traçar o perfil dos cinquenta[21] empreendedores que passaram pelo Seminário Empretec no período de 2000 a 2010 em Franca e relacioná-los ao desenvolvimento regional.

O presente trabalho será um Estudo de caso, e segundo Becker

> "*O termo 'estudo de caso' vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, onde se refere a uma análise detalhada em um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada; o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das Ciências Sociais*" (Becker, 1994).

E para melhor verificação, consideramos que Entrevista Semi- estruturada, por ser guiada por roteiro de questões, e permitir uma organização mais flexível e ampliação dos questionamentos, ao passo que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. Através de um roteiro de entrevistas, passaremos para a transcrição das informações, visando analisar os dados. Para isso, utilizaremos a forma de tratamento e a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). A proposta de analise de Bardin, consiste em "*um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens*" (Bardin, 1977)

Além disso faremos uma levanto bibliográfico para melhor entendimento do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, não é possível apresentar resultados, no entanto, propomos aqui a discussão sobre a importância da disseminação do empreendedorismo para o desenvolvimento regional e local. Partimos da hipótese de que a disseminação do ensino do empreendedorismo como um dos propulsores do desenvolvimento regional. Neste sentido busco compreender se a cultura empreendedora é realmente um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento local.

Neste intuito, procurar-se-á avaliar como programas de fomento e estímulo a comportamentos empreendedores, vinculados a políticas públicas específicas para este fim, podem contribuir para o desenvolvimento econômico de uma localidade.

---

[20] GOMES, A.F. O empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local. RAE-Revista Eletrônica de Administração, nº. 07, vol. 6. São Paulo, Jul/Dez 2005.

[21] Desta forma, consideramos que ,"*O número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas*"(Goldenberg, 1997)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, através destas leituras, pode-se considerar que os principais autores brasileiros e outros aqui utilizados com o objetivo de contextualizar o leitor da temática, tratam o empreendedorismo como um fenômeno cultural, o que torna latente um estudo mais aprofundado do nosso "jeito" de empreender e torná-lo mais vivo e funcional economicamente, para que assim, instituições possam ter apoio político para cumprirem seus objetivos e contribuir para a melhoria do ambiente econômico.

As vantagens competitivas promovidas pelo empreendedor estão associadas, a priori, a mudança global do comportamento econômico, ao cenário que "forçou" um olhar atento para dentro e uma ação efetiva de sobrevivência no mercado mundial, ao passo que a estabilidade econômico-financeira do Brasil nesta última década também tenha favorecido seu crescimento econômico, mas o seu desenvolvimento não seguiu o mesmo ritmo, o que torna relevante a formulação de politicas de sustentabilidade econômica.

Diferentemente dos países desenvolvidos, exemplificados por Dornelas, o Brasil possui características culturais que não são consideradas na agenda politica, e tão pouco quando se elabora programas de educação empreendedora, pois muito do que se aplica na metodologia da instituição aqui apresentada, tiveram como referencia alguns programas internacionais, remodelando alguns e mantendo outros para ensinar os brasileiros a empreenderem sejam nos seus negócios ou na vida. Os Programas de Educação Empreendedora do Sebrae por si só, não respondem a necessidade atual, mas apontam para uma necessidade mais latente, a de reformulação de uma proposta politica de que propicie um ambiente estimulador e favorável a praticas empreendedoras. Considerando que o conceito ainda é novo, mas muito difundido no Brasil, ter programas de ensino em empreendedorismo, é o começo de árduo trabalho politico, caso se queria alavancar o desenvolvimento econômico local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Tradução de Marco Estevão. 3a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994

DEGEN, R. J. O Empreendedor – empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DOLABELA, F. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

_____ Oficina do empreendedor. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

_____ O ensino de empreendedorismo: panorama brasileiro – a universidade formando empreendedores. Brasília: [s.n.], 1999b.

_____ Empreendedorismo, a pergunta recorrente: e depois que aprendermos a fazer o pão? Artigo publicado na revista "aminoácidos", AED, Brasília, Junho/2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor *(Entrepreneurship)*: Prática e Princípios, Pioneira: São Paulo, 1987.

ÉSTHER, Ângelo Brigato; CUNHA-PAÇO, Elcemir; SANÁBIO, Marcos Tanure (Orgs.). Pequenas empresas, Reflexões e Perspectivas de ações. Juiz de Fora: Editora da UFJF, pp. 15-20, Capitulo 1, 2007.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura*. A natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração.* São Paulo, v. 34, n.2, abril/junho 1999.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, A.F. O empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local. RAE-Revista Eletrônica de Administração, nº. 07, vol. 6. São Paulo, Jul/Dez 2005

LAMBRANHO, Lúcio. Empreendedor ou virador. Revista Empreendedor, 2003.

LOURES, Rodrigo da Rocha In GRECO, Simara Maria de Souza Silveira. Empreendedorismo no Brasil: 2010. IBQP, 2010.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local**: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Instituto Pólis, PGPC/FGV – Eaesp, 2001.

SANTOS, B de S.; RODRÍGUES-GARAVITO, C.A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: Santos, B. de S. (org.). **Another production is possible**: beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SAMPAIO, Mara Elaine de Castro e MASMO, Patrícia Luisa, Educação e Cultura Empreendedora: a preparação do Corpo Docente de uma Instituição de Ensino Profissionalizante no Estado de São Paulo.

SEBRAE-SP – Programa de Cultura Empreendedora – Intranet- Acesso em 20/06/2015.

SEBRAE-SP – Institucional – Intranet- Acesso em 10/06/2015.

SEBRAE – NA – Disponivel em http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Sou-professor:-Educa%C3%A7%C3%A3o-Empreendedora-no-Ensino-M%C3%A9dio- acesso em 10/06/2015.

IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO EM FRANCA/SP: UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO ADORMECIDO

PROPERTY TAX PROGRESSIVE TIME IN FRANCA/SP: AN INSTRUMENT ASLEEP URBAN DEVELOPMENT POLICY

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local

CAMPANARO, Eduardo Antoniete
Uni-FACEF
Mestrando pelo Uni-FACEF
eduardo.campanaro.adv@gmail.com

MACHADO **NETO,** Alfredo José
Uni-FACEF
Professor e Reitor do Uni-FACEF
alfredo@facef.br

Resumo: O Brasil de hoje é um país urbano, sendo que 84,36% da população vive nas cidades. Por isso, ganha relevo a ótica pública da propriedade urbana, especialmente em relação à função social, de maneira que deve ela ser útil tanto na ordem individual como na coletiva. Caso a propriedade urbana seja desprovida de utilidade, a Constituição Federal introduz, como política de desenvolvimento, o parcelamento, edificação e utilização compulsórios e, na hipótese de não cumprimento dessa diretriz, autoriza a instituição do IPTU Progressivo no Tempo – IPTU-ProgrT. Trata-se de um instrumento que induz a propriedade cumprir sua função social e, com isso, proporcionar bem-estar aos habitantes da cidade, combater a especulação imobiliária e contribuir para a política de desenvolvimento. O objetivo deste artigo é refletir sobre o IPTU Progressivo no Tempo, como um instrumento de desenvolvimento para Município de Franca/SP, diante da ausência de uma política fundiária urbana local. O conceito sobre o desenvolvimento se dá na perspectiva de Furtado, que o relaciona tanto ao progresso técnico do sistema de produção, como à satisfação das necessidades humanas. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados de fonte secundárias. Os resultados apontam que o IPTU-ProgrT é um instrumento que pode contribuir para regular o mercado imobiliário, induzindo-o a atuar em favor do desenvolvimento urbano.

Palavras-chave:. IPTU Progressivo no Tempo, Desenvolvimento Urbano, Cidade de Franca/SP.

Abstract: Today Brazil is an urban country, with 84.36% of the population lives in cities. So it becomes important public perspective of urban property, especially in relation to social function, so that it should be useful both in the individual and in the collective order. If the urban property is devoid of utility, the Federal Constitution introduces, as a development policy, the division, building and using reserve requirements and, in the event of failure to comply with this directive, authorize the institution of the Progressive Property Tax In Time - IPTU-ProgrT. It is an instrument that induces the property to fulfill its social function and, therefore, provide welfare to the inhabitants of the city, combat speculation and contribute to the development policy. The objective of this paper is to discuss the Progressive Property Tax In Time, as a development tool for the city of Franca / SP, in the absence of a local urban land policy. The concept of the development takes place in Furtado's perspective, which relates both to technical progress of the production system, such as the satisfaction of human needs. The methodology used is qualitative approach. Data were collected from secondary source. The results show that IPTU-ProgrT is a tool which can help to regulate the property market, inducing him to act in favor of urban development.

keywords:. Progressive property tax in time, Urban Development, City of Franca/ SP.

INTRODUÇÃO

O Brasil de hoje é um país urbano, pois 84,36% de sua população vive nas cidades segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nessas circunstâncias, ganha importância as políticas públicas voltadas à propriedade urbana, especialmente em relação à função social da propriedade.

Assim, se historicamente a propriedade era vista como algo absoluto e intocável, a Constituição brasileira, embora garanta o direito, impõe que a propriedade atenda uma função social. Logo, a sociedade brasileira não mais admite a propriedade imobiliária de caráter puramente especulativo, já que a ela deve ser dada uma utilidade, seja na ordem individual, seja na coletiva.

Com efeito, é nas cidades que a maior parte da população brasileira reside, trabalha, tem seus momentos de lazer. No entanto, nem sempre as unidades imobiliárias urbanas cumprem sua função social como habitação, lazer, comércio. Muitas vezes acabam se tornando mercadoria especulativa, permanecendo não edificadas, subutilizadas, não utilizadas, gerando, assim, problemas das mais diversas ordens..

De fato, a propriedade imobiliária urbana de caráter especulativo não produz qualquer utilidade para a sociedade. Constitui, apenas, um estoque de terras que aguarda valorização futura, na maioria das vezes em razão de investimentos públicos efetuados no entorno. Com isso, as pessoas que são proprietárias de imóveis com características especulativas, se beneficiam com altos lucros, mesmo sem nada ter contribuído, apropriando-se, assim, do esforço coletivo que gerou a valorização de suas terras.

O especulador imobiliário, portanto, não tem a pretensão de contribuir com a sociedade, ao contrário, quer apenas extrair da coletividade o maior número possível de benefícios.

Para combater os males sociais da cidade especialmente o uso especulativo da propriedade urbana, a Constituição Federal, doravante denominada de CF, aponta como diretriz, no art. 182, a necessidade de se criar uma política de desenvolvimento.

Estabelece o art. 182 da CF que a política de desenvolvimento urbano, de competência do Poder Público Municipal, tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Essa política é executada segundo as diretrizes gerais fixadas em lei municipal para as áreas incluídas no plano diretor, conforme estabelece o § 4º do art. 182 da CF.

Como elementos da política de desenvolvimento urbano, a Constituição federal prevê a possibilidade de se instituir o parcelamento. edificação e utilização compulsórios e, no caso de descumprimento, autoriza a a criação do IPTU-ProgrT (Imposto Predial e territorial Urbano Progressivo no Tempo).

As funções sociais da cidade, nos termos do art. 1º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, tem por objetivo, entre outros, assegurar, aos habitantes da cidade, o direito de viver em um lugar sustentável, assim compreendido como aquele em que se procura garantir o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer, tanto para as gerações presentes, quanto para as futuras.

Cabe esclarecer que as funções sociais da cidade também abrangem a adequada ocupação do solo urbano, a mobilidade das pessoas, a regularização fundiária, bem como a participação da comunidade nas decisões do Poder Público.

Feitas estas considerações iniciais, tem-se que o objetivo deste artigo é refletir sobre o IPTU Progressivo no Tempo como um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento do Município de Franca/SP.

O capítulo segundo trata dos procedimentos metodológicos, pelo qual se esclarece que a pesquisa possui abordagem qualitativa e se classifica como exploratória, descritiva e explicativa.

O capítulo terceiro trata da cidade sob o aspecto do desenvolvimento urbano. Traz a definição do que se entende por funções sociais da cidade, apresenta as diferenças entre crescimento e desenvolvimento e explicita os elementos ou aspectos que compõe o conteúdo do termo desenvolvimento.

O capítulo quarto trata do IPTU Progressivo no Tempo. Traz os aspectos legais e constitucionais que regulamentam a matéria e, finalmente, dá ao tributo uma interpretação segundo a política de desenvolvimento urbano.

O capítulo quinto situa o Município de Franca/SP dentro do contexto do IPTU Progressivo, explicitando como a legislação local trata da matéria. Expõe a forma como está a situação fundiária da cidade, inclusive quanto aos vazios urbanos e o déficit habitacional existente.

Finalmente, a conclusão, capítulo sexto, apresenta as consequências da falta de uma política pública fundiária, ressaltando que o IPTU Progressivo no Tempo é um instrumento que pode contribuir para regular o mercado imobiliário, induzindo-o a atuar em favor do desenvolvimento urbano.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando os objetivos, a pesquisa possui abordagem qualitativa e classifica-se como exploratória, descritiva e explicativa.

Pela abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2001, p. 80), "o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais".

Para Minayo e Sanches (2009, p. 10), é no "nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana", onde está o objeto da abordagem qualitativa.

Exploratória é a pesquisa que tem "como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito" (GIL, 1996, p. 45). Já o caráter explicativo

> tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL. 1996, p. 47).

Por se tratar de uma reflexão sobre o IPTU Progressivo no Tempo, como um instrumento de desenvolvimento para Município de Franca/SP, pela pesquisa exploratória fez a referencial teórico, coleta de dados secundários sobre os aspectos da cidade, especialmente sobre os vazios urbanos, como também o levantamento da legislação pertinente.

Quanto ao método científico de raciocínio, é utilizado o método científico dialético em razão da necessidade de interpretação de interesses conflitantes existente entre o individual e o coletivo. Politzer et al, com fundamento no pensamento de Stalin (apud LAKATOS e MARCONI, 1991, 79), afirma que

> [...] a dialética parte do ponto de vista que os objetos e os fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro; todos têm elementos que desaparecem e elementos que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças qualitativas em mudanças quantitativas.

A conclusão do pesquisador resulta da interpretação do conflito de interesses existente entre o cumprimento da função social da cidade e a manutenção da propriedade especulativa, sobressaindo IPTU-ProgrT como instrumento voltado ao desenvolvimento urbano.

2 ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: um olhar para as cidades

Sob o ponto de vista do morador, a cidade é o local onde as pessoas têm residência, mantém grande parte de seus contatos pessoais, familiares, amigos, muitas vezes, o próprio trabalho, lazer. Também é o lugar há atividades econômicas urbanas como a indústria, comércio, serviços, enfim, é espaço onde se vive e se espera capaz de satisfazer as necessidades humanas.

Em razão das diversas faces da cidade, a legislação brasileira, especialmente a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, assim denominada de Estatuto da Cidade, lhe atribui funções na sociedade, destacando-se o dever de proporcionar a seus habitantes o direito à terra, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e outros.

Os direitos contidos nas funções sociais da cidade devem ser observados de forma sustentável, beneficiando as gerações presentes e futuras com a garantia do direito de existir, sobretudo com uma boa qualidade de via.

Do ponto de vista da economia capitalista, a cidade pode ser observada como uma oportunidade de negócios, obtenção de lucro com comércio ou a produção de bens e serviços.

A atividade econômica nas cidades está presente inclusive no crescimento da malha urbana pela formação de loteamentos e desmembramentos. Com efeito, a subdivisão da gleba em lotes, assim regulada pela Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei de Parcelamento do Solo, pode representar um dos modos mais eficientes de exploração econômica do solo urbano.

A Lei de Parcelamento do Solo atribui aos municípios o poder-dever de fiscalizar o empreendimento imobiliário, seja previamente, pela aprovação administrativa, seja ostensivamente, para se evitar a implantação clandestina ou inadequada de loteamentos e desmembramentos urbanos.

O enfoque econômico da ampliação da malha urbana deve ser visto não só como um meio de crescimento, mas também como uma forma de desenvolvimento.

Crescimento e desenvolvimento possuem conceitos distintos. O crescimento está relacionado ao "aumento da produção, ou seja, do fluxo da renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado" (Furtado, 1968, p. 74). De outro lado, o desenvolvimento abrange, segundo Furtado (1980, p. 15-16), dois aspectos: um econômico, relacionado à evolução do sistema de produção, segundo o qual o progresso técnico se torna mais eficiente e eficaz quando eleva produtividade da força de trabalho; e o outro voltado para o humano, destinado a satisfazer suas necessidades.

De fato, "as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações" (FURTADO, 1980, p. IX).

Assim sendo, as cidades, sob a ótica do desenvolvimento, são locais em que se têm como objetivo a garantia de bem-estar dos seus habitantes, ou mais precisamente, uma função social, como, aliás, dispõe o art. 182 da Constituição Federal.

3 O IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

O Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo, aqui denominado de IPTU-ProgrT, tem seu fundamento no art. 182, § 4º, inc. II da Constituição Federal.

É um instrumento jurídico-tributário que majora progressivamente as alíquotas do IPTU quando o imóvel objeto da incidência tributária deixa de atender o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC, mantendo-se não edificado, subutilizado ou não utilizado, portanto, em desconformidade com as diretrizes fixada no Plano Diretor do município.

Embora o IPTU-ProgrT se assemelhe à sanção, não se trata de uma penalidade, mesmo porque não é ato ilícito. Trata-se, pois, de um "instrumento para compelir os administrados ao atendimento da função social da propriedade urbana" (COSTA, 2012, 102).

A Constituição Federal e o Estatuto da Cidade exigem que o IPTU Progressivo seja criado mediante lei específica para determinada área (§ 4º, art. 182 da CF).

Destarte, a incidência do IPTU-ProgrT pressupõe que o imóvel esteja fora dos padrões urbanísticos ou de aproveitamento fixados no Plano Diretor do Município para aquela região (art. 5º, § 1º, inc. I do Estatuto da Cidade).

Para que o IPTU-ProgrT não tenha caráter confiscatório, o Estatuto da Cidade fixa prazos mínimos para o cumprimento das obrigações. O inc. I do § 4º do art. 5º estabelece 01 (um) ano de prazo para que o proprietário, a partir da notificação, protocole projeto no órgão municipal competente, e de 02 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto, para início das obras do empreendimento.

Tratando-se de obras de grande porte, lei específica municipal poderá autorizar a execução das obrigações em etapas (§ 5º do art 5º do Estatuto da Cidade). Essas obrigações têm natureza real, pois transmitem aos sucessores, nos termos do art. 6.º do Estatuto aqui referido.

Apenas depois de transcorridos os prazos fixados, é que se torna possível o lançamento tributário do IPTU Progressivo no Tempo.

A lei que criar o IPTU-ProgrT fixará alíquotas progressivas, por um período de 05 (cinco) anos, as quais não excederão a duas vezes o valor referente ao ano anterior, limitada a 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º do art. 7º do Estatuto da Cidade.

Eventuais isenções ou anistias são vedadas, de maneira que o proprietário não pode ser perdoado pelo descumprimento do PEUC.

Embora a Constituição Federal não apresente expressamente restrições, nem todo vazio urbano pode estar sujeito à incidência do IPTU-ProgrT. O tributo objeto deste trabalho foi inserido no texto constitucional como instrumento da política de desenvolvimento urbano, portanto, sua criação deve observar atrelada aos dois aspectos do desenvolvimento especificados no capítulo anterior, quais sejam, o humano e o econômico.

A inobservância desses critérios ofende o mínimo vital ou existencial, ou seja, pode afetar a parcela do patrimônio privado destinada à satisfação das necessidades primárias do ser humano como, por exemplo, a habitação. Também prejudicará a utilização do imóvel com a função de investimento ou poupança, fruto da acumulação de capital, elemento essencial ao desenvolvimento econômico.

Para Filellini (1994, p. 109) a essência do desenvolvimento econômico está na acumulação de capital que pode se dar tanto dos meios de produção, denominado de capital físico, como de conhecimentos, capital humano, de sorte que, somente a partir dessa acumulação, torna-se possível criar novas oportunidades de emprego e divisão do trabalho, como também a otimização dos recursos naturais disponíveis e, com isso, elevar-se a produtividade global, os salários e o consumo na sociedade.

É bem verdade que a utilização do imóvel com a finalidade de poupança deve ser limitada, sob pena de se inviabilizar a aplicação do instituto estudado.

Portanto, o conceito de desenvolvimento exige que, além dos requisitos expressos na lei, haja a previsão legal de uma faixa limitada de não incidência, o que possibilita a aplicação do IPTU-ProgrT sem que sejam afetados os pressupostos propulsores do desenvolvimento econômico e social.

Feitas estas considerações, é possível citar como exemplo o estabelecimento de uma faixa de não incidência para um número determinado de metros quadrados, contíguos ou não, de área urbana. Essa disposição preserva tanto o pequeno proprietário que não teve condições financeiras de construir moradia, como possibilita manter o imóvel com a função de poupança básica que, a qualquer momento, poderá ser desimobilizada para a produção de bens e serviços.

Logo, conclui-se que o IPTU-ProgrT não pode ser instituído para toda e qualquer vazio, mas tão somente sobre a propriedade de caráter especulativo, pois, do contrário, o efeito pode ser contrário ao que determina o texto constitucional que é o desenvolvimento.

Lembre-se que se, muitas vezes, os pequenos proprietários levam quase toda uma vida para construir sua moradia. Por essa razão, essa faixa de não incidência está destinada à satisfação das necessidades essenciais da pessoa humana, devendo, por esse motivo, estar fora da abrangência do tributo.

Para efeito de criação do IPTU-ProgrT a legislação brasileira estabelece os seguintes requisitos:

a) Existência de uma política de desenvolvimento urbano, fixada por lei, que tenha por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (art. 182 da CF);
b) Plano Diretor, para cidades com mais de vinte mil habitantes (§ 1º do art. 182 da CF), disciplinando as áreas sujeitas ao PEUC;
c) Lei específica determinando o PEUC e possibilitando a cobrança do IPTU-ProgrT em caso de descumprimento dos prazos (art. 5º do Estatuto da Cidade). Há a fixação de indicadores ou parâmetros em cada uma das hipóteses de parcelamento, edificação e utilização compulsórios.

O IPTU-ProgrT, como instrumento da política de desenvolvimento urbano, atua exclusivamente contra a propriedade urbana de caráter especulativo, ou seja, aquela que não cumpre sua função social, impondo ao respectivo proprietário um ônus financeiro como forma de uma compensação social pelo descumprimento das obrigações legais. Em verdade, o contribuinte desembolsa um valor financeiro, em favor da sociedade, para manter seu imóvel sem a utilização indicada na lei.

4 O MUNICÍPIO DE FRANCA/SP NO CONTEXTO LOCAL

O Município de Franca está situado na região nordeste do Estado de São Paulo. Segundo a PREFEITURA DE FRANCA (2014), o território possui uma topografia de Planalto, com altitude que varia entre 950 a 1.050 metros e 609 km2, dentre os quais, 84 km2 são urbanizados.

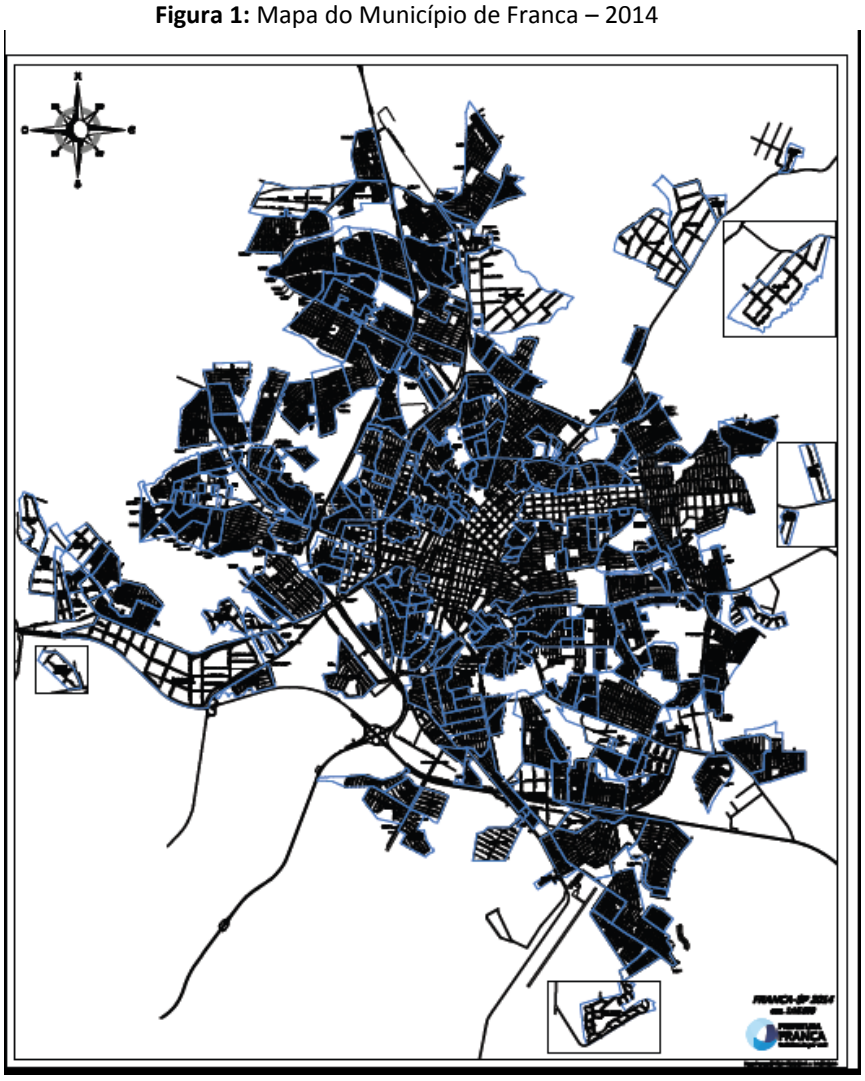
O IBGE (2014) estima que o Município de Franca/SP possui uma população de 339.461 habitantes, referência de 1º de julho de 2014.

Em relação à moradia, afirma O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (2014) de Franca/SP que Estado e Município produziram juntos, entre 1980 e 2000, 5.791 unidades habitacionais, enquanto que o setor privado, por meio do Programa federal Minha Casa Minha Vida – PMCMV, gerou, a partir de 2007, a contratação de 6.061 unidades, sendo certo que, desse total, 1.163 estão com o empreendimento aprovado e obras em construção. As unidades habitacionais aqui especificadas são destinadas às pessoas com renda entre 0 a 3 salários mínimos.

O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (2014, p. 46) destaca que “a expansão urbana de Franca tem ocorrido de forma fragmentada, através do parcelamento do solo por meio dos loteamentos, contribuindo para o aumento dos problemas urbanos e ambientais do Município”.

A configuração geográfica da área urbana do Município de Franca/SP consta do mapa representado pela Figura 1, onde se pode visualizar a existência de diversos vazios urbanos de extensão variável, sendo uns maiores outros menores.

Figura 1: Mapa do Município de Franca – 2014



Fonte: Prefeitura Municipal de Franca: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Além dos vazios urbanos, o PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (2014, p. 43-44) esclarece que havia 34.293 lotes vagos em 2013. O documento também informa que o IBGE apurou, em 2010, 10.934 domicílios particulares desocupados, os quais, na época, representavam 92% do déficit habitacional projetado para aquele ano, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Domicílios vagos no Município de Franca

Município	Domicílios totais	Déficit básico projetado 2010	Domicílios particulares não ocupados vagos		
			Total	Db/Dv*	Dv/Dt**
Franca	112.673	11.868	10.934	1,08	0,09

Fonte: PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2014, p. 43.

Em 2013, o PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (2014, p. 136) estimou o déficit habitacional em 12.536 habitações, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Atualização do Déficit Habitacional em Franca/SP: 2013

Domicílios particulares ocupados – 2013 (a)	103.270
% dos domicílios em déficit – 2000 (b)	12,14
Déficit habitacional atualizado – 2010 (a*b)	12.536

Fonte: PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2014, p. 136.

A situação fática apresentada pelo Município de Franca/SP reflete a ausência de uma política fundiária de ocupação do solo, onde o espaço urbano é visto, exclusivamente, do ponto de vista individual, sem qualquer preocupação com o bem-estar coletivo. Por conseguinte, a cada loteamento aprovado, vão se formando novos vazios, num círculo vicioso continuado.

O Plano Diretor do Município de Franca/SP, Lei Complementar Municipal 50, de 17 de janeiro de 2003, procurou estabelecer diretrizes para reverter esse quadro. Ainda que de forma genérica, fez previsão do PEUC nos arts. 54 a 62 e do IPTU-ProgrT nos arts. 63 a 69. A síntese legislativa está representada no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese legislativa do IPTU-ProgrT de Franca/SP

Local	Zona de Ocupação Preferencial;
Parâmetros ou Indicadores	Considera-se subutilizado ou não utilizado imóvel com aproveitamento inferior a 10%.
Exceções	• Imóveis com área 5.000m2 ou mais destinados ao lazer e recreio, desde que tenha 0,1 de aproveitamento; • Imóvel acima de 400m2, desde que seja única propriedade do titular por um período de 02 (dois) anos.
Critério subjetivo:	Sim. Titular de apenas uma única propriedade acima de 400m2.

Fonte: Elaborado pelo pesquisado com fundamento na Lei Complementar Municipal 50, de 17 de janeiro de 2003

No entanto, não houve seguimento para a implantação de uma política fundiária. Com efeito, para que sejam implementados o PEUC e o IPTU-ProgrT, exige-se a aprovação de lei especifica, nos termos do § 4º. do art. 182 da Constituição Federal e arts. 5º e 7º do Estatuto da Cidade, o que não ocorreu até a presenta data.

Além do silêncio das autoridades municipais, é observa-se que os critérios adotados pelo Plano Diretor de Franca/SP não atendem a política constitucional de desenvolvimento urbano.

É em verdade que a legislação fixa uma faixa não incidência para o IPTU-ProgrT em 400m2, desde que seja o único imóvel do proprietário, por um período de dois anos. Entretanto, o critério adotado não acolhe os requisitos implícitos vinculados ao desenvolvimento: preservação do mínimo existencial e função de poupança básica ou investimento.

Nos termos do art. 39 do Estatuto da Cidade, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, assegurando o atendimento das necessidades das pessoas quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, conforme previsão do art. 2º do diploma legal citado.

Retomando os critérios da legislação municipal, a pessoa que adquire seu terreno de 400m2 ou mais para construção de moradia ou empresa, porém, sem condições financeiras de edificar no prazo de dois anos, será afetado pelo IPTU-ProgT.

Desta feita, a aplicação do instrumento nos moldes da legislação municipal de Franca/SP poderá atingir a parcela do patrimônio destinada ao atendimento das necessidades essenciais, o que contraria os elementos que compõem o desenvolvimento. Logo, o critério se mostra inconsistente, pois age de forma contrária à diretriz constitucional.

Além do mais, os critérios trazidos pelo Plano Diretor são facilmente elididos quando se desmembra o lote. A título de exemplo, um imóvel com 401m2 (quatrocentos e um metros quadros), único de determinado proprietário, sujeita-se ao IPTU-ProgrT, enquanto que outro proprietário, com 50 (cinquenta) ou mais lotes vagos de 400m2 (quatrocentos metros quadrados), está livre da incidência do imposto, ao menos no período dos dois primeiros anos.

Visto essas considerações, tem-se que a análise da estrutura legislativa do Plano Diretor de Franca/SP também permite concluir que os critérios por ele adotados contrariam os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento e favorece a elisão fiscal.

1 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, os dados mostram a necessidade urgente de se implantar uma efetiva política fundiária urbana para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Conforme visto, o Município de Franca/SP possui um número expressivo de lotes vazios urbanos e uma considerável quantidade de domicílios desocupados.

A ausência de uma política fundiária específica de combate à especulação imobiliária cria um paradoxo. De um lado, permite a existência de uma grande quantidade de áreas livres dotadas de infraestrutura, como também de domicílios sem ocupação, e, de outro, apesar da oferta de área, admite um déficit habitacional expressivo.

Sendo assim, é possível afirmar que o Município de Franca/SP possui um cenário propício que favorece o especulador imobiliário e, por essa razão, proliferam-se os vazios urbanos pela cidade.

Por tais motivos, necessário que as autoridades municipais despertem para essa realidade e criem um instrumento que seja capaz de induzir o mercado imobiliário, por si mesmo, a atuar em favor da produção de moradia e, com isso, impulsionar tanto o desenvolvimento econômico quanto o social.

O IPTU-ProgrT tem essa função, de combater a especulação imobiliária e dotar o mercado de um instrumento que proporciona o cumprimento da função social da propriedade e, dessa forma, promove o desenvolvimento urbano.

Conforme demonstrado, o Município de Franca/SP tem permanecido na dependência de programas governamentais para atender a necessidade de moradias destinadas à população de baixa renda, política essa que se mostrou ineficiente em razão dos índices relacionados os déficit habitacional.

Todavia, é preciso ressaltar que não basta que o IPTU-ProgrT seja instituído. Há a necessidade que a lei municipal estabeleça uma faixa de não incidência tributária, tanto para preservar o mínimo existencial, quanto para manter a utilização do imóvel com a função de poupança, porém limitada, preocupação que afasta o caráter confiscatório do tributo.

Portanto, conclui-se que a falta de uma política destinada à questão fundiária urbana no Município de Franca/SP tem causado consequências, especialmente para a população com menor renda, cujo acesso aos lotes urbanizados pode estar sendo dificultada, em decorrência de um cenário que favorece a propriedade especulativa, o que reclama a atuação das autoridades municipais para reverter esse quadro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 20 de dezembro de 1979.

_____. Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 11 de julho de 2001.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v 16).

COSTA. Regina Helena. **Princípio da capacidade contributiva**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2012

FILELLINI, Alfredo. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** São Paulo: EDUC, 1994.

FRANCA. **Plano Diretor (2003**). Lei Complementar Municipal 50, de 17 de janeiro de 2003. **Jornal Comércio da Franca**, SP, de 19 de janeiro de 2003.

FURTADO. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas,1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014:** Tabela de estimativas por município. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao /estimativa2014/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 27 dez. 2014.

_____. **Metodologia do censo demográfico 2010 / IBGE.** - Rio de Janeiro : IBGE, 2013. Disponível em:< http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>. Acesso em: 9 de mar de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo – qualitativo:** oposição ou complementaridade? 10p. Disponível em <http:// www.scielosp.org/>. Acesso em 23 fev 2009.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Relatório Final.** Prefeitura Municipal de Franca: 2014. Disponível em <http://www.franca.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=153%3Aplhis&Itemid=1227>. Acesso em 02 de jan 2015

PREFEITURA DE FRANCA - SP. **Dados demográficos**. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov.br/ portal/cidade - dados.html>. Acesso em: 27 dez 2014

CONSIDERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS SOBRE A REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

BORDO, Adilson Aparecido
Uni-FACEF (Centro Universitário de Franca)
aabordo@uol.com.br

O conceito de região no decorrer do pensamento geográfico foi adquirindo novas significações e variados graus de importância na medida em que uma determinada corrente de pensamento ia se destacando no cenário mundial. A fundamentação teórica principal da pesquisa reside em Bordo (2006); Corrêa (1991); Gomes (1995); Lencioni (2005); Souza (1976), entre outros. Feitas estas considerações iniciais, o objetivo principal deste estudo é, no primeiro momento, discutir o conceito de região na perspectiva da Geografia para, em seguida, verificar a contribuição da Região Central do Estado de São Paulo (12ª Região Administrativa) para o desenvolvimento econômico estadual, analisando-se os principais indicadores econômicos e sociais dos vinte e seis municípios que compõem a região. Para a realização da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram, sobretudo, levantamento bibliográfico de livros e artigos científicos e consultas à *internet*, principalmente nos *sites* da Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Portal do Governo do Estado de São Paulo, com o intuito de se analisar alguns indicadores socioeconômicos, como o PIB (Produto Interno Bruto), o PIB *per capita* e o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) dos municípios da região supramencionada.

Palavras-chave: Regionalização. Região Central. Municípios.

SOCIOECONOMIC CONSIDERATIONS ABOUT CENTRAL REGION OF THE SÃO PAULO STATE

The concept of region in the course of geographical thought was acquiring new meanings and varying degrees of importance according as that a certain school of thought was highlighting on the world stage. The main theoretical foundation of the research lies on Bordo (2006); Corrêa (1991); Gomes (1995); Lencioni (2005); Souza (1976), among others. Made these initial considerations, the aim of this study is, at first, discuss the concept of region from the perspective of Geography to then verify the contribution of Central Region of São Paulo State (12th Administrative Region) for economic state development, analyzing the main economic and social indicators of the twenty-six municipalities that make up the region. For performing research, the methodological procedures were, mainly, literature of books and scientific articles and searching in the internet, especially on the websites of Seade Foundation (State System of Data Analysis Foundation), IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and Website of São Paulo State, in order to analyze some socioeconomic indicators, such as the PIB (Gross Domestic Product), PIB *per capita* and the IPRS (São Paulo Index of Social Responsibility) of municipalities of the aforementioned region.

Keywords: Regionalization. Central Region. Municipalities.

Introdução

O conceito de região no decorrer da evolução do pensamento geográfico foi adquirindo novas significações e variados graus de importância na medida em que uma determinada corrente de pensamento ia se destacando no cenário mundial.

Associados ao conceito de região estão as definições de regionalização e de regionalismo. Regionalização é uma forma de divisão do espaço imposta de cima para baixo, via Estado ou via grande capital econômico, muitas vezes desconsiderando-se as particularidades locais. Já o regionalismo é um processo inverso: surge espontaneamente de dentro para fora como uma manifestação natural da população, tendo como ponto de partida a cultura local e a vivência de um determinado grupo social.

A fundamentação teórica principal da pesquisa reside em Bordo (2006); Corrêa (1991); Fundação Seade (2014); Gomes (1995); IBGE (2014); Lencioni (2005); Souza (1976), entre outros.

O objetivo principal deste estudo é, no primeiro momento, discutir o conceito de região na perspectiva da Geografia para, em seguida, verificar a contribuição da Região Central do Estado de São Paulo (12ª Região Administrativa) para o desenvolvimento econômico estadual, analisando-se os principais indicadores econômicos e sociais dos vinte e seis municípios que compõem a região.

Os procedimentos metodológicos foram, sobretudo, levantamento bibliográfico de livros e artigos científicos e jornalísticos e consultas à *internet*, principalmente nos *sites* da Fundação Seade (Fundação Sistema

Estadual de Análise de Dados), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Portal do Governo do Estado de São Paulo, com o intuito de se analisar e discutir os principais indicadores socioeconômicos, como o valor adicionado, o PIB (Produto Interno Bruto), o PIB *per capita*, e o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) dos municípios que fazem parte da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

1 O conceito de região na perspectiva da Geografia

No século XIX, durante o período do que se convencionou chamar de Geografia Tradicional, que se estendeu de 1870, com a sistematização da Geografia na Alemanha e na França, até a década de 1950, com o aparecimento da Nova Geografia ou Geografia Teorético-Quantitativa, a região era considerada uma entidade autônoma, uma área concreta e autossuficiente. Vigoravam dois conceitos de região: região natural e região geográfica.

A região natural era entendida como uma porção da superfície terrestre que possuía certa uniformidade decorrente da combinação, integração e influência de vários elementos naturais, como o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e a hidrografia que fariam a diferenciação entre as áreas (CORRÊA, 1991). Este conceito de região foi elaborado pela Geografia Alemã e teve como base de fundamentação o "determinismo ambiental", segundo o qual as condições naturais determinariam o comportamento humano na superfície terrestre e as dificuldades climáticas e de relevo limitariam o desenvolvimento humano.

Já o conceito de região geográfica foi proposto pela Escola Francesa da Geografia em oposição às regiões naturais e se fundamentou no "possibilismo geográfico", segundo o qual as capacidades humanas não eram determinadas pelas condições da natureza, pois o homem era capaz de desenvolver várias possibilidades para modificar as dificuldades impostas pela natureza e se adaptar ao ambiente à sua volta. Deste modo, o trabalho humano no decorrer da História, os aspectos culturais e as formas de organização de um determinado grupo social (os gêneros de vida), enfim, os elementos humanos em geral, deveriam ser considerados conjuntamente com os elementos naturais para a caracterização de uma região, a região geográfica, delimitada por diversos componentes conjugados.

Os conceitos de região e paisagem se tornam equivalente e *pays*, em francês, significa uma pequena região homogênea. A geografia regional passou a ser o estudo da paisagem.

Ainda durante o período que ficou conhecido como Geografia Tradicional, ganhou espaço no meio acadêmico a Escola Racionalista ou Geografia Regional Norte-Americana, cujo principal expoente foi Richard Hartshorne. Para o autor e o seu método regional, a região deveria continuar sendo o objeto de estudo da Geografia, mas ela não era uma realidade concreta e evidente, devendo ser delimitada abstratamente pelo pesquisador.

Tendo como marco histórico a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e uma nova fase da expansão capitalista, desenvolveu-se na década de 1950 a Geografia Teorético-Quantitativa ou Nova Geografia, caracterizada pelo uso de métodos matemáticos e da tecnologia moderna pelos pesquisadores na coleta e análise dos dados e informações. Passa a haver uma quantificação dos dados com a utilização de elementos estatísticos (média, desvio-padrão, coeficiente de correlação e outros).

Na perspectiva da Nova Geografia, as regiões passam a ser determinadas pelos pesquisadores de acordo com os seus objetivos e critérios próprios. Surgem dois tipos fundamentais de regiões: as regiões homogêneas e as regiões funcionais.

A região homogênea é uma extensão territorial definida a partir de uma agregação de áreas que possuem algumas características semelhantes, mensuráveis estatisticamente (como densidade demográfica, porcentagem da população total, tipos de clima, produção industrial etc.) que lhe exprimem certa uniformidade. Já as regiões funcionais ou polarizadas são definidas estatisticamente levando-se em consideração o fluxo de pessoas, bens, mercadorias, informação e comunicação sobre uma determinada porção da superfície terrestre e surgem como uma decorrência da valorização das cidades e das suas trocas (CORRÊA, 1991).

Com críticas às desigualdades e contradições do modo capitalista de produção e ao antagonismo das classes sociais surge, na década de 1970, a Geografia Crítica ou Radical de cunho marxista, fundada no materialismo histórico-dialético. Em um primeiro momento, alguns autores chegaram a considerar que a região poderia vir a desaparecer devido à tendência de homogeneização do espaço imposta pelo capitalismo. Em um segundo momento, passou-se a entender a região como a concretização e a materialização das diferenças sociais de classes (regiões ricas e regiões pobres) e ela não podia mais ser estudada isoladamente, pois está inserida no desenvolvimento desigual e combinado do processo capitalista de produção (SMITH, 1988). Assim, a região passou a ser o resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, que previa não apenas a diferenciação entre os países, como

também a diferenciação dentro de cada um deles, originando regiões com diferentes graus de desenvolvimento, mas articuladas entre si (CORRÊA, 1991).

Nas décadas de 1970/80 surge, paralelamente à Geografia Crítica, a Geografia Humanista e Culturalista, buscando elementos no passado da disciplina geográfica. Calcada na fenomenologia, critica o exagero da abordagem econômica da geografia crítica e valoriza mais o elemento humano, como sentimentos, emoções, percepções, experiências, intuições, culturas e costumes, privilegiando o singular e não o particular ou o universal.

A região passa a ser construída de acordo com as concepções contidas no íntimo dos indivíduos e do grupo social, com múltiplas dimensões de acordo com as diversas percepções da realidade. A região é um espaço vivido onde as relações sociais e a identidade cultural se fazem presentes. Assim, passa a existir como uma referência na consciência das sociedades e "define um código social comum que tem uma base territorial" (GOMES, 1995, p. 67).

Nas palavras de Sandra Lencioni:

> Recuperou-se a vertente historicista da geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas, procurou-se compreender como se constitui o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região. Sentimento que emana do interior e do íntimo das pessoas. A região, portanto, começou a ser vista como não constituindo uma realidade objetiva, pelo contrário, ela foi concebida como construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva (LENCIONI, 2005, p. 194).

Esta valorização da identidade cultural aguçou o debate entre a regionalização e o regionalismo. A primeira é uma forma de divisão do espaço imposta de cima para baixo, via Estado ou via grande capital econômico, muitas vezes desconsiderando-se as particularidades locais. É a aceitação do centralismo, imposta de fora para dentro, com a região sendo concebida formalmente. Já o regionalismo é um processo inverso: surge espontaneamente de dentro para fora como uma manifestação natural da população, tendo como ponto de partida a cultura local e a vivência de um determinado grupo social.

No Brasil, a título de exemplo, os vários regionalismos emanados das pessoas dão uma forte identidade cultural aos nordestinos (Região Nordeste) e aos gaúchos (Região Sul), que mantêm os seus traços culturais mesmo quando distantes de suas terras.

A regionalização do Estado de São Paulo está inserida no contexto da Nova Geografia, período marcado pela ideia do planejamento regional, desenvolvida na França a partir dos anos 1950, com a função de se identificar os desníveis regionais e diminuí-los.

Segundo Souza (1976), a regionalização proposta para São Paulo, que já vinha sendo ensaiada desde a década de 1950, teve dois objetivos básicos de política de desenvolvimento regional: o planejamento indicativo e o planejamento administrativo.

O primeiro deles tinha o intuito econômico, político e social de indicar e amenizar os desequilíbrios decorrentes do rápido processo de urbanização e industrialização em curso no Estado, buscando-se alternativas para os mais diversos problemas, como o congestionamento da Grande São Paulo e o subdesenvolvimento de algumas áreas, como partes do litoral e o Vale do Ribeira.

Já o segundo, de natureza administrativa e técnica, buscava realizar uma descentralização da máquina administrativa, ainda muito centralizada na capital paulista, e melhorar o atendimento das populações interioranas no que concerne aos serviços públicos.

Assim, foram identificadas e criadas 11 Regiões Administrativas no território paulista: 1ª) Grande São Paulo; 2ª) Litoral; 3ª) Vale do Paraíba; 4ª) Sorocaba; 5ª) Campinas; 6ª) Ribeirão Preto, 7ª) Bauru; 8ª) São José do Rio Preto; 9ª) Araçatuba; 10ª) Presidente Prudente e 11ª) Marília, que foram divididas em várias sub-regiões, que posteriormente passaram a se chamar Regiões de Governo.

A institucionalização das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo ocorreu por intermédio do decreto nº 52.576, de 12 de dezembro de 1970.

Em 1990, ocorreu uma nova regionalização e foram criadas mais quatro Regiões Administrativas: Barretos, Franca e Central, desmembradas da Região de Ribeirão Preto, e Registro, do Litoral Sul. Já o Litoral Norte passou a fazer parte da Região Administrativa de São José dos Campos (Vale do Paraíba).

As regionalizações oficiais mais recentes são as seguintes:

Em 2012, foi criada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, que corresponde aos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos, através da Lei Complementar nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012.

No ano de 2014, por intermédio da Lei Complementar n° 1.241, de 08 de maio de 2014, foi criada a Região Metropolitana de Sorocaba.

Com isso, o Estado de São Paulo possui oficialmente cinco Regiões Metropolitanas: Grande São Paulo (1973), Baixada Santista (1996), Campinas (2000), Vale do Paraíba e Litoral Norte (2012) e Sorocaba (2014).

Enfim, em 2014, foi criada a Região Administrativa de Itapeva e alteradas as composições da Região Administrativa de Sorocaba e das Regiões de Governo de Avaré, Itapetininga e Itapeva (Decreto nº 60.135, de 10 de fevereiro de 2014) (Seade, 2014).

2 Caracterização econômica da Região Central

A Região Central (que até o início da década 1990 integrava a Região de Ribeirão Preto) é composta por 26 municípios que, juntos, têm uma área de 11.093km^2 e uma população de 983.090 habitantes, segundo estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para 2014 (mapa 1).

Sua economia é bastante diversificada e encontra-se bem distribuída entre os principais setores da atividade econômica.

Segundo o Portal da Fundação Seade (2014), em 2011 a Região Central contribuiu com 1,79% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de São Paulo, totalizando 24.218,99 milhões de reais. Já o PIB *per capita* foi de R$ 25.249,02.

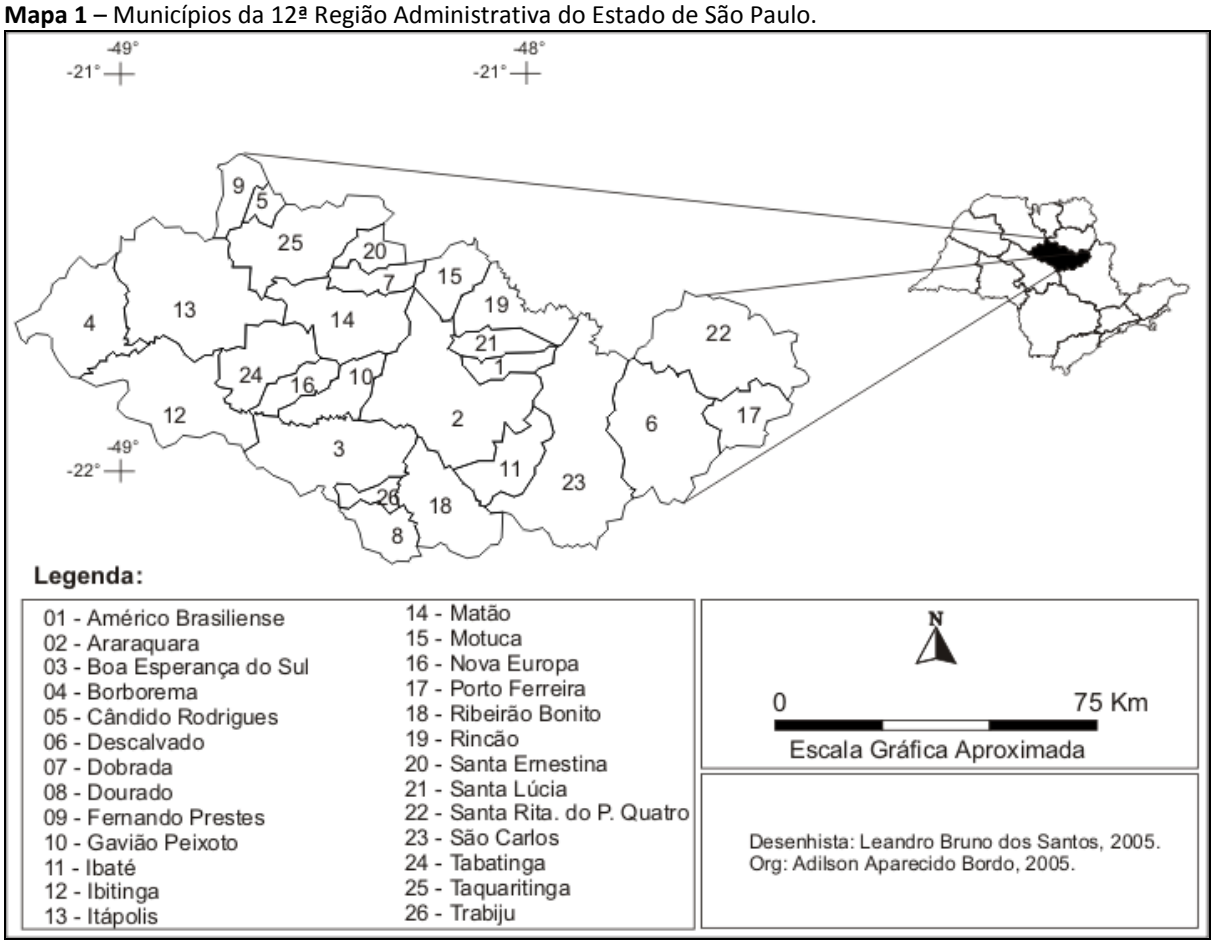
No mesmo ano, a participação da agropecuária no total do valor adicionado foi de 7,62%; a participação da indústria foi de 34,06%; e a do serviço foi de 58,32%. Já a participação das exportações da Região Central no total do Estado de São Paulo foi de 5,53%.

Na agropecuária, destacam-se as culturas da cana-de-açúcar, laranja, manga e limão e a criação de frango e gado bovino. A agricultura, moderna e com bons índices de produtividade, dinamiza o setor agroindustrial, principalmente o da produção de açúcar, álcool e suco de laranja concentrado.

No setor industrial, destaca-se o polo tecnológico de São Carlos, especializado nas áreas de automação, informática e tecnologia da informação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina e óptica, com uma produção voltada tanto para o mercado interno, como para o exterior. Já no entorno de Araraquara, predominam as atividades metal-mecânica, metalurgia, aeronáutica, têxtil, sucroalcooleira e de alimentos e bebidas.

De acordo com o Portal do Governo do Estado de São Paulo (2014), a participação do valor adicionado industrial da região é mais significativa nas seguintes atividades industriais: fabricação de alimentos e bebidas; indústria de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos metálicos e a indústria têxtil.

Mapa 1 – Municípios da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.



Fonte: Seade, 2006.

2.1 Participação dos setores de atividade econômica no valor adicionado

Como exposto, a atividade industrial concentra-se nas duas sedes regionais (São Carlos e Araraquara) e nos seus entornos, sobretudo nos municípios que se localizam próximos dos eixos de desenvolvimento que fazem a ligação da Região Central com a Grande São Paulo.

Para confirmar essa afirmação, nesse momento será feito um levantamento das unidades municipais que compõem a Região Central do Estado de São Paulo, comparando-se a situação econômica e social dos municípios que se encontram próximos dos eixos de desenvolvimento das rodovias Washington Luiz (SP 310), Anhanguera (SP 330) e Brigadeiro Faria Lima (SP 326), com as localidades que estão mais afastadas desses eixos.

As tabelas abaixo retratam a 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, a Região Central, com sedes em Araraquara e São Carlos.

A tabela 1 refere-se à participação do valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços no total do valor adicionado da economia de cada um dos municípios da Região Central.

Tabela 1: Municípios da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (RA Central). Valor Adicionado, 2011 (em %).

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Américo Brasiliense	3,40	47,28	49,31	100
Araraquara	1,87	22,90	75,24	100
Boa Esperança do Sul	47,46	6,32	46,21	100
Borborema	38,33	8,36	53,32	100
Cândido Rodrigues	32,10	14,57	53,33	100
Descalvado	15,35	31,95	52,70	100
Dobrada	15,83	19,29	64,88	100
Dourado	15,96	19,00	65,04	100
Fernando Prestes	27,27	21,50	51,23	100
Gavião Peixoto	8,86	64,44	26,70	100
Ibaté	17,73	26,63	55,65	100
Ibitinga	11,68	26,03	62,29	100
Itápolis	24,24	16,84	58,92	100
Matão	1,80	64,84	33,36	100
Motuca	34,67	24,02	41,32	100
Nova Europa	15,80	29,12	55,08	100
Porto Ferreira	4,33	33,84	61,83	100
Ribeirão Bonito	32,91	9,91	57,18	100
Rincão	30,49	9,47	60,05	100
Santa Ernestina	15,99	11,13	72,88	100
Santa Lúcia	31,30	12,36	56,34	100
Santa Rita do Passa Quatro	19,47	19,30	61,23	100
São Carlos	2,90	31,03	66,07	100
Tabatinga	30,99	8,12	60,89	100
Taquaritinga	13,59	15,08	71,32	100
Trabiju	22,43	30,64	46,93	100

Fonte: www.seade.gov.br.
Organização: Adilson Aparecido Bordo.

Em conformidade com o Portal da Fundação Seade (2014), considera-se como valor adicionado, o "valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário". É um importante indicador para se medir a geração de divisas oriundas das atividades produtivas dos municípios.

Com base na tabela 1, nota-se que os municípios que se encontram no eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz (SP 310), da Brigadeiro Faria Lima (SP 326) e da via Anhanguera (SP 330) são predominantemente industriais ou possuem um maior valor adicionado no setor de serviços. Já nos municípios mais afastados dos eixos, o setor da agropecuária ainda possui certa importância para a atividade econômica geral.

Os municípios de Matão (66,84%) e de Gavião Peixoto (64,44%) são predominantemente industriais. O primeiro localiza-se em dois eixos de desenvolvimento: o da rodovia Washington Luiz (SP 310) e o da rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP 326) e destaca-se no ramo das indústrias de suco de laranja concentrado e de maquinaria agrícola. Já o segundo, está bem próximo da Rodovia Washington Luiz (SP 310) e sedia uma unidade da Embraer que está operando no município desde outubro de 2001, especializada nas atividades de montagem final de aeronaves destinadas aos mercados executivos e de defesa.

Nos municípios de Américo Brasiliense (47,28%), Porto Ferreira (33,84%), Descalvado (31,95%), São Carlos (31,03%) e Trabiju (30,64%) o setor industrial também se mostra muito importante na composição do valor adicionado. Todos eles se localizam nas proximidades da rodovia Washington Luiz (SP 310) ou da via Anhanguera (SP 330).

Já o setor da agropecuária tem uma participação mais destacada (acima de 30%) nos municípios mais distantes dos principais eixos de desenvolvimento da região, sobretudo em Boa Esperança do Sul (47,46%),

Borborema (38,33%), Motuca (34,67%), Ribeirão Bonito (32,91%), Cândido Rodrigues (32,10%), Santa Lúcia (31,30%), Tabatinga (30,99%) e Rincão (30,49%).

O setor de serviços tem uma participação muito elevada em praticamente todos os municípios da Região Central.

2.2 Produto Interno Bruto e PIB *per capita*

A tabela 2 retrata o produto interno bruto (PIB) e o PIB *per capita* dos municípios que compõem a 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (RA Central).

O PIB é o total dos bens e serviços produzidos por todas as unidades produtivas do município em um determinado período, como o de um ano, ou seja, é a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

Observando a tabela 2, há uma discrepância entre as unidades administrativas municipais da Região Central e fica claro o fato de que os municípios mais bem localizados, isto é, mais servidos por vias de transporte de melhor qualidade possuem uma economia muito mais dinâmica do que os mais interiorizados, pois têm uma capacidade produtiva muito mais acentuada.

Destacam-se os municípios de São Carlos, com um PIB de 5.526,83 milhões de reais, Araraquara (5.232,38), Matão (4.922,61) e Porto Ferreira (1.125,48), segundo informações de 2011 da Fundação Seade, todos bem servidos pelas importantes vias de transporte rodoviário, isto é, os eixos de desenvolvimento das rodovias Washington Luiz (SP 310), Anhanguera (SP 330) e Brigadeiro Faria Lima (SP 326).

Tabela 2: Municípios da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (RA Central). População, PIB e PIB *per capita*, 2011.

Município	População *	PIB (em milhões de reais)	PIB *per capita* (em reais)
Américo Brasiliense	36.861	696,68	19.896,75
Araraquara	217.343	5.232,38	24.842,52
Boa Esperança do Sul	14.022	274,54	19.994,42
Borborema	14.883	271,79	18.607,05
Cândido Rodrigues	2.674	58,35	21.860,95
Descalvado	31.643	796,51	25.538,84
Dobrada	8.326	81,69	10.176,01
Dourado	8.554	158,70	18.464,17
Fernando Prestes	5.556	124,48	22.477,44
Gavião Peixoto	4.496	372,50	83.972,95
Ibaté	32.380	505,06	16.235,14
Ibitinga	55.453	913,03	17.009,30
Itápolis	40.674	811,19	20.183,38
Matão	78.233	4.922,61	63.836,28
Motuca	4.432	98,13	22.704,13
Nova Europa	9.890	159,20	16.883,62
Porto Ferreira	52.568	1.125,48	21.784,55
Ribeirão Bonito	12.458	189,81	15.546,45
Rincão	10.440	143,26	13.750,07
Santa Ernestina	5.546	57,43	10.322,49
Santa Lúcia	8.381	99,89	12.064,94
Santa Rita do Passa Quatro	26.448	505,94	19.114,30
São Carlos	230.890	5.526,83	24.678,10
Tabatinga	15.178	205,67	13.900,53
Taquaritinga	54.156	852,44	15.780,31
Trabiju	1.605	35,41	22.726,49

Notas: * População estimada pelo IBGE para 2014.
Organização: Adilson Aparecido Bordo.
Fonte: www.seade.gov.br.

Segundo o Portal da Fundação Seade (2014), o PIB *per capita* representa o "total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica".

Os municípios com os maiores PIBs *per capita* regional são os seguintes: Gavião Peixoto (83.972,95 reais), Matão (63.836,28), Descalvado (25.538,84), Araraquara (24.842,52) e São Carlos (24.678,10), todos com uma localização privilegiada em relação às principais vias de acesso do Estado.

Apesar da sua importância para a composição da economia de um país, estado ou município, os indicadores econômicos não podem ser utilizados de maneira isolada e devem ser interpretados em conjunto com os indicadores sociais que retratam as condições de vida da população.

2.3 Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

De acordo com a Fundação Seade (2014), os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade. Quando em conjunto, as três variáveis geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, cada um com características específicas de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite a identificação da situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas.

A tabela 3 refere-se às condições de vida dos municípios da Região Central, retratando o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social).

Tabela 3: Municípios da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (RA Central). População e condições de vida - Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), 2008.

Município	População *	Dimensão Riqueza	Dimensão Longevidade	Dimensão Escolaridade	Grupo
Américo Brasiliense	36.861	36	64	58	4
Araraquara	217.343	41	68	59	1
Boa Esperança do Sul	14.022	41	63	45	2
Borborema	14.883	32	74	45	4
Cândido Rodrigues	2.674	31	59	63	4
Descalvado	31.643	42	77	56	1
Dobrada	8.326	31	74	50	3
Dourado	8.554	35	77	54	3
Fernando Prestes	5.556	32	73	66	3
Gavião Peixoto	4.496	55	72	37	2
Ibaté	32.380	36	70	48	4
Ibitinga	55.453	34	59	57	4
Itápolis	40.674	35	67	56	3
Matão	78.233	40	64	63	2
Motuca	4.432	32	74	51	3
Nova Europa	9.890	37	57	47	5
Porto Ferreira	52.568	41	70	52	1
Ribeirão Bonito	12.458	33	60	43	5
Rincão	10.440	37	67	45	4
Santa Ernestina	5.546	30	60	54	4
Santa Lúcia	8.381	32	72	51	3
Santa Rita do Passa Quatro	26.448	37	73	56	3
São Carlos	230.890	42	73	58	1
Tabatinga	15.178	31	59	53	4
Taquaritinga	54.156	34	67	53	3
Trabiju	1.605	41	89	49	2

Notas: * População estimada pelo IBGE para 2014.
Organização: Adilson Aparecido Bordo.
Fonte: www.seade.gov.br.

Os municípios com as melhores condições de vida (grupo 1) são: Araraquara, Descalvado, Porto Ferreira e São Carlos. Eles possuem um nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais de longevidade e escolaridade. Dois destes municípios – Araraquara e São Carlos – localizam-se no eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz (SP 310). Já Descalvado e Porto Ferreira encontra-se no eixo de desenvolvimento da rodovia Anhanguera (SP 330).

No grupo 2, estão os municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais de longevidade e escolaridade. Na Região Central, são eles: Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Matão e Trabiju.

Fazem parte do grupo 3 – com baixo nível de riqueza, mas com bons indicadores nas dimensões de longevidade e escolaridade – os municípios de Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Itápolis, Motuca, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro e Taquaritinga.

Já no grupo 4 estão os municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade, isto é, Américo Brasiliense, Borborema, Cândido Rodrigues, Ibaté, Ibitinga, Rincão, Santa Ernestina e Tabatinga.

Por fim, os municípios com os piores indicadores de condições de vida da Região Central, ou seja, o grupo 5, que apresentam: baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, são apenas dois: Nova Europa e Ribeirão Bonito.

É evidente que apenas a localização de um município nos eixos de desenvolvimento não é condição suficiente para o seu desenvolvimento econômico, pois o desenvolvimento é um conceito muito complexo e envolve um amplo conjunto de variáveis, como a iniciativa e participação das comunidades locais na gestão pública, o uso adequado das finanças públicas, investimentos em educação, saúde, cultura e nas potencialidades humanas em geral e uma série de outras prioridades que podem ser melhoradas dentro de um desenvolvimento endógeno.

O que se pretende demonstrar é que os eixos de desenvolvimento funcionam como um canal dinamizador das economias, por fazerem a ligação entre os principais centros urbanos de São Paulo e possibilitarem um fluxo intenso entre as diversas atividades econômicas atuando, assim, como um importante fator de localização industrial e contribuindo para o crescimento econômico dos municípios. Deste modo, funcionam como um elemento a mais para o desenvolvimento econômico, apesar de não ser o único.

Além de altamente complexo, o desenvolvimento é de difícil mensuração, e vale a pena reforçar a importância de se utilizar diversos indicadores conjugados nas análises sobre o desenvolvimento como, por exemplo, os indicadores econômicos: Produto Interno Bruto (PIB), renda *per capita*, conjugados com os indicadores sociais: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros, pois, utilizados isoladamente, podem gerar discrepâncias, como se observou no capítulo um.

Considerações Finais

No Estado de São Paulo, a regionalização oficial, isto é, a forma de divisão do espaço imposta de cima para baixo, via Estado ou via grande capital econômico, foi se transformando no decorrer dos tempos e se faz presente até hoje, com a divisão e a criação de novas Regiões Administrativas e Regiões Metropolitanas.

Os municípios de maior importância e destaque no conjunto da Região Central do Estado de São Paulo, responsáveis por aproximadamente 43% do PIB total da região, são as duas sedes regionais: São Carlos, onde estão presentes desde as indústrias tradicionais até as modernas empresas de alta tecnologia ligadas ao setor de informática e tecnologia da informação, e Araraquara, caracterizado por um ativo complexo agroindustrial, principalmente nos setores de citros e sucroalcooleiro.

A maioria dos municípios que se localiza nos eixos de desenvolvimento da Região Central do Estado de São Paulo, isto é, as rodovias Washington Luiz (SP 310), Anhanguera (SP 330) e Brigadeiro Faria Lima (SP 326), possui não apenas os melhores indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto, PIB *per capita* e valor adicionado industrial e de serviços, mas também encontra-se mais beneficiado no tocante aos melhores indicadores de desenvolvimento humano e de condições de vida, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social).

Enfim, para o entendimento da complexidade atual do desenvolvimento econômico, faz-se necessária a análise, o estudo e a interpretação de maneira conjunta do paradigma das áreas com o paradigma dos eixos de desenvolvimento, relativizados e conjugados com o desenvolvimento endógeno, isto é, aquele que envolve, canaliza e busca desenvolver todas as potencialidades dos atores econômicos, políticos e sociais das comunidades locais.

Referências Bibliográficas

BORDO, Adilson Aparecido. *As influências do eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP.* 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População estimada em 2014.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial.* 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 187-204.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). *Informações dos municípios paulistas: produto interno bruto e índice paulista de responsabilidade social.* Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Portal do Governo do Estado de São Paulo. *Investimentos: Regiões de São Paulo.* Disponível em: <http://www.investimentos.sp.gov.br/regioes/>. Acesso em: 01 set. 2006.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual:* natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Regionalização: tema geográfico e político – o caso paulista. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 50, 1976, p. 103-133.

SPOSITO, Eliseu Savério; MATUSHIMA, Marcos Kazuo. A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma de eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João Márcio P. da, SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). *Geografia econômica: temas regionais.* Presidente Prudente: FCT/UNESP/PPGG, 2002, p.187-216.

ALÉM DO LUCRO: A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - UM BREVE ESTUDO DE CASO

A PURPOSE BEYOND PROFIT: THE MODERNIZATION OF BUSINESS MANAGEMENT AND THE REGIONAL DEVELOPMENT THROUGH THE ACTIONS ABOUT SOCIAL RESPONSIBILITY – A BRIEF CASE STUDY

Sessão temática: Desenvolvimento regional e local.

LEMOS, Guilherme José
Uni- FACEF
Mestrando no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
guilhermejoselemos@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Uni- FACEF
Doutor em Serviço Social (UNESP)
e docente no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
josealfredopaduaguerra@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni- FACEF
Doutora em Língua portuguesa e Linguítica (UNESP)
e docente no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional
sheilafacef@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é correlacionar a proposta da modernização da gestão empresarial (DRUCKER, 2012) como fator de desenvolvimento (FURTADO, 1984), através do engendramento de ações de responsabilidade social por parte das organizações empresariais. Faz-se um breve relato histórico dessas práticas no Brasil (LIMA, 2006) e é desenvolvido, em termos de análise qualitativa de dados e comparação, a relação entre o desenvolvimento de um município de pequeno porte, São Joaquim da Barra/SP, medido através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (ATLAS BRASIL, 2013), e as ações sociais da maior empresa situada nele, a Usina Alta Mogiana S/A, uma vez demonstrado que esta organização possui uma gestão empresarial atenta para os desafios sociais. A relevância da discussão reside no aspecto de se observar práticas que promovam o desenvolvimento regional, abordagem-foco do programa de pós-graduação e da linha de pesquisa a que a investigação está inserida.
Palavras-chave: Gestão empresarial. Desenvolvimento. Responsabilidade social.

Abstract: The objective of this article is to correlate the proposed modernization of business management (Drucker, 2012) as a development factor (FURTADO, 1984) through the engendering of social responsibility actions as part of business organizations. It describes a brief historical account of these practices in Brazil (LIMA, 2006) then it is processed in terms of qualitative data analysis and comparison about the relationship between the development of a small municipality, São Joaquim da Barra/SP, measured through the Municipal Human Development Index - IDHM (ATLAS BRASIL, 2013), and the social actions of the largest company situated therein, Alta Mogiana S/A, since shown that this organization has a business management that cares about the social challenges. The relevance of the discussion lies in the aspect of observing practices that promote regional development, the approach-focus of the graduate program and the research line which this work is inserted.
Keywords: Business management. Development. Social Responsibility.

Introdução

Com o aumento dos desafios sociais do século XXI, tornou-se praxe que todas as esferas da sociedade civil se movam, ou ao menos se preocupem, com a busca da solução de problemas que até a meados do século XX, possivelmente provocado após uma onda de keynesianismo pós-guerra, era um atributo apenas do estado, sendo as organizações que se envolviam com essas soluções consideradas filantrópicas.

O anseio da sociedade em busca de soluções e a modernização da administração e da gestão, fez com que as organizações empresariais passassem a adotar em sua agenda a questão da responsabilidade social como um fator constante e não mais extraordinário, entendendo este fator como um recurso a mais a ser examinado e tratado em suas atividades.

Desta forma, esta pesquisa tem por fim verificar se a gestão empresarial ao adotar esses novos valores pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento.

Após uma breve análise sobre a gestão empresarial modernizada e o histórico do desenvolvimento da responsabilidade social, é averiguado o crescimento do desenvolvimento do município de São Joaquim da Barra/SP.

Este incremento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de São Joaquim da Barra/SP pode ser atribuído a toda sociedade civil em conjunto com as ações políticas do estado, pois é a isso que um sistema democrático serve. Porém, relatamos em nossa análise, que o município possui uma grande empresa que provê um número de postos de trabalho em larga escala, arrecadação tributária significativa e participação ativa em ações de responsabilidade social.

Nesta perspectiva, através de uma abordagem qualitativa, são emparelhados os dados de crescimento desta empresa com o incremento dos índices de desenvolvimento do município, e visa-se uma correlação entre ambos, com a finalidade última de verificar que a modernização da gestão empresarial, contextualizada aqui como a gestão praticada pela *Usina Alta Mogiana S/A*, de fato visa, além de seu lucro, o desenvolvimento da sociedade que está inserida.

1 Modernização da gestão empresarial e desenvolvimento

Em uma passagem que trata das necessidades de sobrevivência das organizações empresariais, Drucker (2012, p.137) alerta para o fato de *"*que as empresas existem dentro de um contexto social e econômico". Ou seja, "(...) as organizações são crias da sociedade e da economia" (DRUKER, 2012, p.138). Nota-se desta forma como o desenvolvimento das organizações podem cooperar de maneira dinâmica para o desenvolvimento da sociedade como um todo, já que aquela está inserida nesta e atua ativamente junto aos indivíduos que a constitui. Esse é o ponto de partida para o entendimento da correlação entre desenvolvimento, gestão e responsabilidade social.

Cabe ressaltar que a visão de desenvolvimento é entendida aqui não somente no âmbito econômico, mas em um sentido mais amplo, onde "as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador*"* (FURTADO, 1984, p.105). Essa compreensão humanista do desenvolvimento revela o que as empresas devem buscar, já que as organizações modernas "mais do que nunca (...) estão conscientes de que sua sobrevivência e sua evolução dependem de sua capacidade de dar sentido ou influenciar o ambiente e de renovar constantemente seu significado e propósito" (CHOO, 2006, p.123). Neste contexto, as empresas devem estar aptas a dar respostas ou mesmo criar soluções para problemas de forma antecipada e que estejam de acordo com as aspirações da sociedade. Isso "significa não só que as empresas devem ser capazes de se adaptar às mudanças (...), mas que toda empresa, para sobreviver, precisa inovar" (DRUCKER, 2012, p.139). No caso desta abordagem, o conceito de inovação não está somente ligado ao âmbito tecnológico, mas também aos processos de gestão. Destaca-se assim a necessidade mútua de adaptação e inovação, onde a gestão desempenha uma função essencial dentro das organizações, uma vez que está disposta a analisar e lidar com as incertezas do ambiente, a complexidade entre o que é entendido deste ambiente pelos diversos sujeitos que nele atuam e pelo gerenciamento de eventuais conflitos que surjam entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que se subordinam a elas (CASEMIRO e FREITAS, 2008). É neste panorama que as organizações buscam superar seus desafios e encontrar oportunidades para se desenvolverem ou melhor se adequarem às exigências do mercado e da sociedade.

Sinalizamos assim um processo de modernização pelo qual a gestão empresarial vem passando. Para Drucker (2012, p.30),

> (...) nossa sociedade está rapidamente se tornando uma sociedade de organizações, todas as instituições, incluindo as empresas, terão de se responsabilizar pela "qualidade de vida" e pelos valores sociais, crenças e

> propósitos básicos dos seres humanos, o que passará a ser o objetivo de suas atividades diárias, não uma questão de "responsabilidade social" limitante ou algo alheio a suas funções cotidianas. Elas terão de aprender a transformar a "qualidade de vida" numa oportunidade dentro de suas principais tarefas. No caso das organizações empresariais, isso significa que a conquista da "qualidade de vida" terá de ser, cada vez mais, considerada como uma oportunidade de negócio e terá de ser convertida pela administração em rentabilidade.

Ao abordar rentabilidade, deve ser evidente o entendimento da criação de uma empresa para satisfazer tal ou tal necessidade de um mercado e que esta demanda a geração de lucro para sua sobrevivência saudável (DRUCKER, 2012). Mas é necessário que se entenda que todo tipo de organização, inclusive empresas, é formada por seres humanos e que a questão da responsabilidade social não pode ser tratada apenas como um adorno do marketing para se vender uma melhor imagem para o mercado, mas como um objetivo da gestão. Para Brasil (2006, p.254),

> A responsabilidade social se prende às ideias de consciência social e dever cívico. Ela não tem como objetivo o indivíduo, porque é mais ampla, reflete a postura de uma empresa em favor da cidadania. A prática de responsabilidade social revela uma organização comprometida com o respeito e o estímulo a cidadania corporativa (...).

Observamos que esta postura das organizações empresariais em relação a responsabilidade social cria a necessidade de ampliação dos conceitos de gestão, uma vez que as empresas se comprometam de fato, e que seu crescimento esteja atrelado ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Para tal mensuração, Almeida (2007, p.114) articula o conceito de Desempenho social da empresa (DSE):

> As políticas socialmente responsáveis e o respeito ativo por valores morais e sociais constituem os indicadores teóricos do desempenho social da empresa (DSE). Carroll defende que o DSE compreende três componentes: (1) o nível de responsabilidade social, (2) o comprometimento com causas sociais e (3) a filosofia subjacente à resposta das empresas perante problemas ou desafios de natureza social (CARROLL, 1979 apud ALMEIDA, 2007). Wartick e Cochran concretizam a definição de DSE na observação de três dimensões da atividade empresarial: os princípios (valores que orientam as políticas de responsabilidade social), os processos (mecanismos utilizados para atuar socialmente) e as políticas sociais (WARTICK & COCHRAN,1985 apud ALMEIDA, 2007). Donna Wood acrescenta aos princípios, aos processos e às políticas promovidas pela empresa, os resultados observáveis e os impactos sociais da sua ação (WOOD, 1991 apud ALMEIDA, 2007).
>
> O DSE está relacionado mais com os meios do que com os fins da atividade empresarial. O resultado financeiro, o volume de vendas, a quota de mercado ou a valorização do capital são indicadores que medem a concretização dos fins a que se destina a atividade da empresa. O DSE espelha a forma como a empresa, no desenrolar da sua atividade, utiliza os recursos disponíveis e promove o seu desenvolvimento, transfere meios para apoiar causas sociais, protege e respeita o ambiente e a comunidade envolvente (MILES, 1987 apud ALMEIDA, 2006). Destaca-se, por exemplo, no âmbito do DSE, o tratamento justo e responsável dos trabalhadores, as práticas transparentes, a limitação dos desperdícios e da produção de matérias poluentes ou os donativos e apoio a obras e iniciativas comunitárias de índole social, cultural ou desportiva.

O que se pretende demonstrar é que a gestão moderna deverá conciliar fatores culturais e sociais com rentabilidade. Não se pode esperar que apenas o crescimento econômico traga desenvolvimento social. E esta é uma das novas premissas definidas por Drucker (2012, p.34) para a nova gestão: "A administração gera desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento econômico e social é resultado da administração". O mesmo autor reafirma que "(...) desenvolvimento está relacionado à energia humana, não à riqueza econômica. E a criação e direção da energia humana é responsabilidade da administração" (DRUCKER, 2012, p.35).

Compreende-se então que o desenvolvimento de uma organização e de uma sociedade passa necessariamente pelo desenvolvimento do homem, já que este é visto não só como o fator de transformação de seu ambiente social e ecológico, mas de si mesmo (FURTADO, 1984).

2 Ações de responsabilidade social e seus impactos no desenvolvimento social

Ao se tratar da modernização da gestão, é interessante realizar uma pequena abordagem histórica do surgimento da responsabilidade social no Brasil.

Assim demonstra Lima (2009, p.113-114):

> Historicamente, as empresas sempre praticaram ações no sentido de contribuir para o atendimento das necessidades sociais emergentes da sociedade. No Brasil, até o início dos anos 1980, a classe empresarial tinha compreensão de que a solução dos problemas sociais era estritamente responsabilidade do Estado e que, através das políticas sociais públicas, deveria equacionar as situações oriundas da miséria, da falta de habitação, do analfabetismo, das questões ambientais, entre outras. As iniciativas do empresariado voltadas à atenção à população desassistida ficaram limitadas a ações pontuais e heterogêneas. Não existiam projetos ou programas com práticas planejadas e sistematizadas. As ações eram desenvolvidas como forma de praticar o bem, ligadas aos aspectos culturais e espirituais do proprietário da empresa. Essa prática se caracterizava como ações assistencialistas através de doações e de prestação de auxílio material e financeiro destinado ao atendimento de problemas imediatos de famílias e de instituições privadas de caridade. Observa-se que, com o passar dos anos, as empresas brasileiras foram se aperfeiçoando e se modernizando diante do quadro econômico, político e social que se fazia presente na sociedade brasileira. Por muito tempo, porém, a mentalidade dos proprietários das empresas em relação aos problemas socioambientais se limitava à necessidade de desenvolvimento de ações filantrópicas e que a responsabilidade no enfrentamento da questão social se restringia às funções do Estado. Tal comportamento expressava a vocação para a benevolência e para a caridade através de atitudes e ações individuais dos empresários.

Neste relato histórico observamos que as ações de responsabilidade social não eram engendradas pelas empresas enquanto organizações plurais, e sim pelos seus proprietários enquanto indivíduos singulares. Assim como descrevemos no capítulo anterior, a modernização da administração contempla novos valores e a responsabilidade social tende a se tornar pauta permanente nas práticas de gestão das organizações empresariais. Desta forma,

> (...) as empresas brasileiras passaram a compreender a necessidade do cumprimento de sua função social diante da exigência da lei, como também do atendimento às novas determinações dos mercados competitivos, submetidas às regras e aos padrões éticos internacionais. Nesse sentido, questões ligadas à ética e à responsabilidade social ganham espaço e importância no universo empresarial (LIMA, 2009, p.119).

No tocante à lei, a autora se refere a promulgação da Nova Constituição Federal Brasileira, na década de 1980,

> (...) caracterizada como “Constituição Cidadã”, em razão de alguns avanços conquistados a exemplo dos direitos sociais, civis, humanos e políticos. A partir dessa constituição, o país estabelece o regime democrático e participativo como modelo de organização política. Essa constituição aponta várias diretrizes para a efetivação da democracia, da liberdade, da igualdade e consegue inaugurar a universalização dos direitos sociais, além de consagrar à sociedade civil o papel de co-responsável nas questões de combate à exclusão social (LIMA, 2009, p. 117).

Diante desse panorama, em que a responsabilidade social passa a ser encarada como parte das estratégias das organizações empresarias, é necessário observar até que ponto essas ações podem contribuir para a aceleração do desenvolvimento da sociedade.

Conforme Melo Neto; Froes (2001, apud BRASIL, 2006, p.254), “(...) a responsabilidade social é uma estratégia da empresa que busca retorno econômico, social, institucional, tributário-fiscal (...) ela é coletiva, mobilizadora, porque valoriza a cidadania, promove a inclusão social e restaura a civilidade”. À primeira vista, em um desatento olhar sobre o conceito descrito pelos autores, a responsabilidade social tange a concepção de uma

panaceia. Porém, o que tem de ser analisado é que as ações sociais são frutos e consequências de ações humanas. Neste ponto, há que se equilibrar fatores culturais, como apontados por Almeida (2006, p. 108-109):

> O comportamento social, os valores morais, a conduta individual e a reação perante o desconhecido são manifestações humanas que dependem em larga medida do contexto sociocultural, onde o indivíduo se insere e que este mantém como referência. O conceito de cultura está associado a este contexto sociocultual. Citado por Ogburn, Tyler definiu cultura como um espaço complexo, onde estão incluídos os conhecimentos, as crenças, as artes, os valores morais, as leis e os costumes, assim como qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo indivíduo, enquanto membro de uma sociedade (OGRBUN, 1964 apud ALMEIDA, 2006). Swidler sugere a noção de cultura como um conjunto de ferramentas (concretizadas em símbolos, histórias, rituais e visões do mundo) que os indivíduos podem utilizar em diferentes combinações para lidar com diferentes tipos de problema (SWIDLER, 1986 apud ALMEIDA 2006). Num sentido mais lato, a cultura é normalmente encarada como um sistema de normas e de valores socialmente transmitido (Lynn, 1990). Hofstede, por seu lado, defende a ideia de que cada indivíduo transporta consigo uma programação mental constituída por componentes da cultura nacional onde está integrado, que foram transmitidas pela família, depois pela escola e mais tarde reforçadas pelas organizações onde trabalha. A cultura será esta programação coletiva que distingue um grupo do outro e que permite manter a ordem social ao tornar os comportamentos individuais previsíveis (HOFSTEDE, 1980).

Este conceito demonstra o quão complexo são as relações dentro das organizações, uma vez que é formada por indivíduos que carregam em si um histórico sociocultural único e que empreender mudanças culturais dentro das organizações é um desfio constante, dado que:

> A cultura afeta diretamente todos os aspectos da organização: estrutura, estratégia, processos e sistemas de controle. Ela perpassa todas as etapas e setores das empresas expressando tamanha complexidade e importância na vida dessas organizações, pois envolvem questões subjetivas presentes nas pessoas que integram as organizações e determinam as práticas cotidianas. Representa o espaço em que se articulam as relações de saber e que se conjugam relações de hegemonia e de conformidade, relações de influência e de adesão entre agentes coletivos bem definidos (LIMA, 2009, p.66).

Integrar essa mudança na cultura das organizações pode ser considerado um importante passo para se alcançar o desenvolvimento através de ações de responsabilidade social, já que "a mudança no contexto organizacional engloba alterações fundamentais no comportamento humano (...)" (LIMA, 2008, p. 65). E nesse ambiente onde há que se balancear múltiplos níveis culturais, que a gestão empresarial moderna busca engendrar esforços que culminem em rentabilidade e qualidade de vida. Assim, é considerado que se integre estes fatores para que se almeje alcançar a possibilidade do desenvolvimento pois "(...) o homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades" (FURTADO, 1984, p.105).

3 Dados e considerações – município e empresa

Neste capítulo são contemplados os dados considerados mais significativos, no tocante a esta pesquisa, do município de São Joaquim da Barra/SP e da empresa Usina Alta Mogiana S/A.

3.1 O município de São Joaquim da Barra

Todos os dados do município[22] foram retirados do sítio eletrônico *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*[23] (Atlas Brasil) e são de grande valia pois demonstram a evolução dos resultados do Índice de

[22] Dados disponíveis para consulta em < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/s%C3%A3o-joaquim-da-barra_sp>. Acesso em 07 ago. de 2014.

[23] O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* é uma plataforma do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), principal índice de mensuração de desenvolvimento, nos últimos 30 anos.

O município de São Joaquim da Barra foi fundado em 1917 e atualmente conta com uma população de 46.512 habitante (Censo 2010), considerado assim um município de pequeno porte (população inferior a 50.000 habitantes).

Segundo o Atlas Brasil (2013),

> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Joaquim da Barra é 0,762, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,142), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,286), seguida por Longevidade e por Renda.

Com este IDHM o município está como o 335º colocado entre todos os 5.565 municípios brasileiros e ocupa a 151ª posição entre os 645 do Estado de São Paulo. Outro ponto significativo é o crescimento do índice *Educação*, importante fator para promoção do desenvolvimento social e econômico pois ajuda a minorar os excessivos problemas de desigualdade na distribuição da renda (GOLDEMBERG, 1993).

A elevação dos índices apresentados acima, culmina no incremento significativo do IDHM do município nas últimas décadas, como aponta o Atlas Brasil (2013):

> *Entre 2000 e 2010:*
> O IDHM passou de 0,686 em 2000 para 0,762 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,08%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 24,20% entre 2000 e 2010.
> *Entre 1991 e 2000:*
> O IDHM passou de 0,515 em 1991 para 0,686 em 2000 - uma taxa de crescimento de 33,20%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 35,26% entre 1991 e 2000.
> *Entre 1991 e 2010:*
> São Joaquim da Barra teve um incremento no seu IDHM de 47,96% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (35%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,93% entre 1991 e 2010.

Estes dados sobre o avanço do IDHM de São Joaquim da Barra devem ser atribuídos a toda sociedade civil e a participação política, pois é a isso que um sistema democrático serve. Porém, o município possui uma grande empresa que provê um número de postos de trabalho em larga escala, arrecadação tributária significativa e participação ativa em ações de responsabilidade social. Nesta perspectiva, serão emparelhados os dados de crescimento desta empresa com o incremento dos índices de desenvolvimento do município, ao buscar uma correlação entre ambos, com a finalidade última de verificar se a modernização da gestão empresarial de fato visa o desenvolvimento da sociedade que a empresa está inserida.

3.2 A empresa - Usina Alta Mogiana S/A

A Usina Alta Mogiana S/A foi fundada em 1983, segundo o *site* da empresa, *"com o firme propósito de erguer uma empresa vital para o desenvolvimento de São Joaquim da Barra e região"* [24]. Verifica-se que esta proposta se enquadra dentro da gestão empresarial moderna como descrita no capítulo 1, pois visa não só o crescimento da empresa. A *Visão* da empresa também corrobora esta proposta, uma vez que se define como

> (...) uma empresa de resultados, voltada para o mercado e pessoas com vocação de vanguarda técnica e de relacionamento ético movida por:

municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

[24] Disponível em < http://www.altamogiana.com.br/>. Acesso em 07 ago. de 2014.

- uma estrutura simples e ágil;
- compromissos com os colaboradores e com sua segurança no trabalho;
- compromissos com os clientes e parceiros;
- compromissos de crescimento e perpetuação da empresa;
- responsabilidade social e ambiental.[25]

A Usina Alta Mogiana S/A apresenta-se desta forma como uma empresa que, ao menos conceitualmente, preza seu papel social.

3.2.1 Alguns dados sobre a empresa

Em 2010 a empresa contava com 3.820 colaboradores e uma receita líquida de R$556.097.000,00 (ALTA MOGIANA, 2010), que já a caracterizava como uma grande empresa, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[26]. A relevância da empresa se destaca já nesses números, pois a população economicamente ativa ocupada de São Joaquim da Barra, no mesmo ano de 2010, segundo o Atlas Brasil (2013) era de 20.579 pessoas. Ou seja, uma única empresa gerava cerca de 18,5% dos postos de trabalho. Também deve-se atentar que sua receita líquida ultrapassa em pelo menos 5 vezes as receitas do município, que no exercício de 2012 arrecadou pouco mais de R$91.000.000,00[27]

Afim de caracterizar o forte crescimento desta empresa nos últimos anos, destacamos a evolução de seu faturamento. Em 2006 o faturamento da empresa foi de 260.612.000,00 (ALTA MOGIANA, 2007). Já em 2012 seu faturamento foi de R$657.915.000,00 (ALTA MOGIANA, 2012). Isso demonstra um crescimento eloquente de mais de 150%.

No tocante a arrecadação de impostos municipais, só no ano de 2012 a Usina recolheu R$1.310.000,00 (ALTA MOGIANA, 2012) aos cofres públicos da prefeitura, que no seu exercício de 2012, arrecadou cerca de R$14.000.000,00[28], sendo a Usina Alta Mogiana responsável por quase 10% desta quantia. No mesmo ano a empresa recolheu cerca de R$148.000.000,00 (ALTA MOGIANA, 2012) de impostos ao governo federal e estadual.[29]

Outro ponto importante para o cenário econômico da cidade é o volume de salários pagos aos colaboradores da empresa que serão em boa parte gastos no setor varejista da cidade, aquecendo e mantendo o desenvolvimento do mesmo: no ano de 2012 a cifra alcançou valores próximos aos R$112.000.000,00 (ALTA MOGIANA, 2012)

Porém, esse crescimento econômico não seria relevante, sob a perspectiva que foi traçada até aqui, se não estivesse aliado com a contrapartida da empresa para com a sociedade. Será demonstrado abaixo como a Usina Alta Mogiana S/A investiu em ações de responsabilidade social a partir do ano de 2007[30].

3.2.2 Ações junto aos colaboradores

De 2007 a 2012 a empresa investiu cerca de R$120.098.000,00 (ALTA MOGIANA, 2007; 2009; 2010; 2011; 2012) em benefícios diretos a seus colaboradores, seja em alimentação, treinamento, saúde, segurança e medicina do trabalho, participação nos resultados etc. Esse investimento econômico gerou várias ações em responsabilidade social, tais como: - *Assistência Social*, que provê atendimento médico e odontológico gratuito e realiza cursos para gestantes para as colaboradoras e esposas de colaboradores, além de distribuir cesta básica a colaboradores afastados por problemas de saúde mediante ações do *Grupo Gestão de Benefícios*; - *Comissão Interna de Prevenção de Acidentes*, que diagnostica as condições e riscos ambientais; - *Grupo Nova Visão*, que é formado por colaboradores para despertar a consciência de outros colaboradores sobre a responsabilidade de cada um no planejamento e administração econômica pessoal; - *Programa Jovem Aprendiz*, que capacita e possibilita que jovens

[25] Disponível em < http://www.altamogiana.com.br/>. Acesso em 07 ago. de 2014.
[26] Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em 07 ago. 2014.
[27] Dados disponíveis no Portal de Transparência da Prefeitura de São Joaquim da Barra. Disponível em < http://intranet.saojoaquimdabarra.sp.gov.br:5656/PortalTransparencia/ >. Acesso em 07 ago. 2014.
[28] Dados disponíveis no Portal de Transparência da Prefeitura de São Joaquim da Barra. Disponível em < http://intranet.saojoaquimdabarra.sp.gov.br:5656/PortalTransparencia/ >. Acesso em 07 ago. 2014.
[29] Apesar de não ser o tema deste artigo, cabe salientar a disparidade entre os impostos recolhidos a União e os impostos recolhidos pelo município, lugar onde este capital foi gerado através do empreendimento da empresa.
[30] Os relatórios e balanços da empresa, que foram gentilmente cedidos para esta pesquisa, datam de 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012.

se desenvolvam pessoalmente e profissionalmente e mais recentemente a edificação de uma biblioteca dentro da empresa chamada *Usina do Saber*. (ALTA MOGIANA 2007; 2009; 2010; 2011; 2012)

Todas essas iniciativas foram criadas internamente pela empresa e, dentro de suas possibilidades, visam atender o homem em seu aspecto bio-psico-social. Desta maneira verifica-se que a empresa promove ações de responsabilidade social junto a seus colaboradores.

3.2.3 Ações junto ao município de São Joaquim da Barra e região

Entre 2007 e 2012 a empresa investiu cerca de R$6.980.000,00 em ações de responsabilidade social externas a empresa. Tais ações visaram amplamente a cultura e educação, assim como esporte e conscientização da população. Algumas delas são: *Educando para o Futuro*, que atende escolas públicas de São Joaquim da Barra e Guará/SP, onde as crianças recebem cursos de informática, jogos educativos, acesso à internet e atividades que desenvolvem o aprendizado dos sensos de qualidade e educação financeira, além de educação musical; parceria com o *Instituto Brasil Leitor* para a instalação de 4 salas de leitura e brinquedoteca nos munícipios de São Joaquim da Barra e Guará/SP (2007); investimento na realização e promoção de eventos culturais no Teatro Dom Pedro II (Ribeirão Preto/SP - 2007); edição, promoção e distribuição para todas as escolas públicas de São Joaquim da Barra de um livro que trata da cultura e história do município; *Projeto Olímpico Branco Zanol,* que atende crianças adolescentes de baixa renda de São Joaquim da Barra promovendo de forma gratuita atividades esportivas que compreendem os fundamentos do Judô, além dos participantes receberem atendimento médico e odontológico, transporte e alimentação básica em campeonatos; *Projeto Música para Todos,* que possibilita a imersão da população no mundo da música clássica, patrocinou a Feira do Livro de Ribeirão Preto (2012), instalação de bibliotecas em diversas escolas; e a revitalização da antiga estação ferroviária de São Joaquim da Barra, que agora se chama *Estação Usina do Saber*, que encampa a Biblioteca Municipal, salas de leitura, área de acesso à *Internet Cidadã* e até uma brinquedoteca para as crianças. Este foi um projeto de parceria entre o governo federal, municipal e a Usina Alta Mogiana S/A.

Desta maneira verifica-se que a empresa promove ações de responsabilidade social junto a cidade e região na qual está inserida.

Conclusão

A partir dos dados observados, pode-se verificar que o processo de modernização da gestão empresarial vincula-se com o desenvolvimento social na medida que pretende desenvolver dentro das organizações uma nova abordagem referente a posição desta empresa perante os desafios da sociedade, uma vez que se enxerga como parte constituidora da mesma e que possui poder de ação junto a seus membros. Ao analisar o desenvolvimento do IDHM de São Joaquim da Barra pareado com a fundação, crescimento e desenvolvimento das ações de responsabilidade social da empresa Usina Alta Mogiana S/A, atentando para todos os dados demonstrados no capítulo 3, torna-se possível a correlação entre ambos, uma vez que esta empresa realiza vultuosos investimentos para os parâmetros do munícipio no intuito de alicerçar a construção social através da cidadania, incentivando a leitura, o esporte e a cultura de modo geral.

Ressalta-se que é imprescindível que esta visão da gestão empresarial modernizada não seja encarada apenas como marketing social de curto prazo e alcance. Muitas das ações da Usina Alta Mogiana S/A, como o *Educando para o Futuro*, são mantidas a mais de 10 anos, o que traz a proposta de se manter um benefício duradouro para a sociedade. Outro aspecto a se levantar é a parceria constante com o poder público para se implementar as iniciativas sociais, como no caso demonstrado da *Estação Usina do Saber.* Esta integração entre as organizações da sociedade civil, sejam empresariais, sejam do Terceiro Setor, com o estado, faz com que as relações e os diálogos se estreitem, o que pode promover sinergia na resolução dos desafios sociais.

Por fim, cabe a toda sociedade, como uma organização, a iniciativa de almejar pelo seu desenvolvimento de forma ampla, ao saber que todos, como cidadãos, temos responsabilidade sociais e desempenhamos, cada um, uma função dentro desta grande e moderna empresa humana chamada civilização.

Referências

ALMEIDA, F. J. R. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **Revista Administração Contemporânea (online)**. 2007, vol.11, n.3, pp. 105-125. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n3/a06v11n3.pdf>. Acesso em 06 ago. de 2014.

ALTA MOGIANA S/A. **Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental**. São Joaquim da Barra, 2007.

_____. **Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental**. São Joaquim da Barra, 2009.

_____. **Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental**. São Joaquim da Barra, 2010.

_____. **Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental**. São Joaquim da Barra, 2011.

_____. **Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental**. São Joaquim da Barra, 2012.

BRASIL, Elvécio Ribeiro. Responsabilidade social: uma abordagem crítica. In: CORRÊA, Maria Laetítia; PIMENTA, Solange Maria e SILVA, Luiz Alex (Orgs.). **Terceiro setor***:* dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006. cap. 11, p. 245-262.

CASIMIRO, A. C. Q.; FREITAS, L. S. Modelos de Gestão em Organizações Não-Governamentais: Da gestão original à gestão estratégica. In **Anais: V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGET**. Resende, 2008.

CHOO, C.W. **A organização do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DRUCKER, P. **Tecnologia, administração e sociedade**. Tradução: Bruno Alexandre e Luiz Otávio Talu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos avançados (online)**. São Paulo, v.7, n.18, p. 65-137, jun. 1993. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>. Acesso em 07 ago. de 2014.

LIMA, M.J.O. **As empresas familiares da cidade de Franca**: um estudo sob a visão do serviço social. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/cbyx4/pdf/lima-9788579830372.pdf>. Acesso em 06 de ago. 2014.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL IMPULSIONADO PELA AÇÃO EMPREENDEDORA

COSTA, Aparecida Helena
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

RESUMO

O desenvolvimento econômico é necessário a todas as nações para que possam oferecer qualidade de vida a seus habitantes. No Brasil, a diversidade regional é demonstrada economicamente através da participação no Produto Interno Bruto (PIB) de cada região. No século XX o Estado buscou através de medidas específicas para cada região de acordo com seu potencial humano e energético desenvolver as cinco regiões do país com subsídios, incentivo e outras ações. Desse modo, o desenvolvimento local impulsiona o desenvolvimento regional e alavanca o desenvolvimento do país. A articulação dos agentes locais é imprescindível para que se obtenham bons resultados relativos ao desenvolvimento econômico. Entre os agentes que promovem o desenvolvimento econômico estão o Estado, as empresas e as pessoas, cada qual contribui com o que lhe é peculiar. A legislação específica para micro e pequenas empresas impulsionam a criação de negócios que gerem lucros, renda e arrecadação na localidade. O empreendedorismo personificado em empresários e administradores contribuem com a criação e perpetuação de empresas. A metodologia deste estudo ocorre através da pesquisa de referencial teórico onde se busca relacionar o desenvolvimento econômico local com a ação empreendedora de empresários e administradores, ressaltando a ação destes como propulsores dos indicadores econômicos favoráveis ao desenvolvimento econômico local. O resultados alcançados com o estudo foi a confirmação que a articulação dos agentes locais podem impulsionar o desenvolvimento econômico local.

Palavras chave: Desenvolvimento Econômico Local, empreendedorismo

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Econômico é evidenciado segundo o contexto histórico. Tal colocação é perceptível ao acompanhar períodos vivenciados por uma nação, percebem-se as fases que foram passadas (guerras, crises, evolução cultural e ascensão), as ações que foram realizadas mediante cada acontecimento econômico ou social cujas consequências decorrentes são o reflexo de decisões anteriormente tomadas. Desse modo, a atualidade é o resultado de todo um histórico vivenciado por uma nação.

> O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento (BRAGA FILHO apud FURTADO, 2000, p.11).

Ser empresário é um desafio profissional, por desenvolver diversas aptidões e experiências que podem conduzir tanto ao sucesso, através de acertos que elevam seu status financeiro e social, quanto ao fracasso com erros que podem acarretar prejuízos pessoais, uma vez que a posição do empresário ultrapassa os limites da empresa, tendo que conciliar a vida pessoal e profissional, exigindo desta forma uma vigília constante quanto os fatores que afetam os negócios.

> Um grande empresário pode ser também um grande intelectual. A capacidade de entender o mundo por meio de abstrações, característica do intelectual, não exclui obrigatoriamente a visão prática e voltada para a ação, marca do empresário. Ambas podem viver harmonicamente na mesma personalidade (MARCOVITCH, 2007, p. 11-12).

A busca por lucratividade, por ganhar dinheiro ou aferir riqueza é, segundo Marcovitch (2007), uma característica comum na humanidade e não relacionada ao capitalismo ou ao empresário, ou seja, obter dinheiro é um anseio humano, inerente ao tipo de sociedade (capitalista ou socialista) ou profissão. Isso porque o dinheiro é fonte de sobrevivência no ambiente econômico e social. Cada indivíduo consegue aferir renda de acordo com as funções laborais que executa. Se for empregado, terá uma renda de acordo com sua profissão, sendo esta que possibilita, ao indivíduo, aferir um volume de renda de acordo com o nível de conhecimento ou especialização associado ao talento que possui que o difere dos demais. Isso possibilita ao indivíduo conseguir uma renda maior que outras profissões, ou até acima que da dos profissionais de sua área e até mesmo aferir riqueza.

A profissão empresarial está associada à graduação em administração, tanto que a maioria dos cursos de graduação possuem em sua grade curricular, as disciplinas de administração e economia de modo que o profissional independente de que área atue, tenha conhecimento suficiente para gerir sua profissão.

> [...] defendem a ideia que a administração de empresas está contida no empreendedorismo. O argumento é que aquela ciência lida com o gerenciamento, forma pessoas capazes de operar um sistema já existente, otimizá-lo, desenvolvê-lo, enquanto o empreendedor, além de lidar com o gerenciamento, cria novos sistemas em que o gerente irá operar. Ou seja, sem o empreendedor não haverá função gerencial (DORABELA, 1999, p. 46).

Ao pesquisar sobre empresários do passado, percebe-se que boa parte deles não tiveram cursos de graduação, outros nem estudo possuíam. Importante salientar que a base do conhecimento que possuíam foi adquirida fora das escolas ou universidades, também conhecidas como conhecimento tácito, em boa parte, oriundas das dificuldades que passaram relativas a aspectos de sobrevivência ou manutenção de necessidades básicas, em como o convívio com pessoas que lhes instigaram o espírito de empreender negócios, ou ainda, aprendendo com os próprios erros.

Havia fatores externos que também possibilitavam a atuação do empresário, entre eles: a demanda crescente por bens de consumo; o nível de concorrência bem menor do que os níveis atuais que, em função da abertura econômica nos anos de 1990 apresentam concorrência mundial; os avanços tecnológicos apresentavam uma velocidade lenta se comparado aos avanços ocorridos após o uso da tecnologia da informação associado à robótica e ao uso de computadores, desse modo o ciclo de vida do produto era bem maior e, o empresário concentrava-se na manutenção da empresa.

Os avanços tecnológicos tem demonstrado que são muitos os fatores que interferem na atuação do empresário no mercado. Demonstram, também, que o conhecimento deve expandir além dos limites da empresa, na elaboração do planejamento estratégico e tomada de decisão. A forma com que a economia é conduzida, juntamente com a competitividade também influencia no sucesso do empreendimento, bem como aqueles que possuem acesso à pesquisa e desenvolvimento conseguem maiores chances de inovar e com maior rapidez.

A ação do estado se faz presente no sentido de estimular o desenvolvimento através da normatização de regras para atividades empresariais, bem como oferecer infraestrutura e bem estar social

Ao estudar desenvolvimento econômico por regiões, nota-se nitidamente a atuação de empresas de sucesso com uso de tecnologias que propiciam o desenvolvimento econômico local. Ou seja, a relação entre empresas e universidades na propagação do conhecimento apoiada em estudos e pesquisas, que possam ampliar o potencial do ambiente, bem como fornecer ao fator humano o conhecimento, a habilidade e a atitude para empreender.

Empreendedorismo é a palavra chave ao que concerne às ações de empresários e administradores em criar e gerir negócios em um mercado de concorrência mundial que afeta as economias mais remotas, em especial as economias locais.

A metodologia de pesquisa é de cunho teórico onde se buscar relacionar a ação de empreendedora através da atividade empresarial e administrativa no desenvolvimento econômico local.

REFERENCIAL TEÓRICO

1-O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O desenvolvimento econômico local é um processo que envolve vários segmentos, bem como autoridades do poder público e a sociedade. O Estado participa no processo oferecendo infraestrutura e assistência a saúde, educação e lazer da população, além de medidas e legislação pertinente às necessidades locais. As empresas em criar produtos, gerar renda, lucros e impostos. A sociedade corresponde às necessidades mercadológicas se especializando e atendendo as lacunas que necessitam ser preenchidas relativas a oferta de mão de obra especializada.

> Se o desenvolvimento está associado, conforme prescreve a teoria econômica, a uma estrutura produtiva mais diversificada e assentada sobre atividades econômicas de maior conteúdo tecnológico, "várias mudanças conjunturais", muito provavelmente, não foram suficientes para promover modificações estruturais mais significativas e convergentes com a teoria do desenvolvimento econômico na economia brasileira. Convém assinalar que o desenvolvimento econômico local, entre outros aspectos, também se condiciona a este tipo de recomendação (BRAGA FILHO, LESSA, 2011, p. 196).

Portanto, Estado e sociedade em ações conjuntas possibilitam um aporte no desenvolvimento e, conforme aponta Braga Filho e Lessa sobre a diversificação das atividades econômicas, reforço o objetivo desse estudo em afirmar a importância da ação empreendedora de empresários e administradores de modo a fomentarem atividades geradoras de bens ou serviços.

> Do ponto de vista da comunidade local, o que se propõe é uma profunda mudança de enfoque. Trata-se de trocar a pergunta "o que o governo pode fazer por nós?", por "como o governo pode apoiar o que estamos empreendendo?". Do ponto de vista das diversas instâncias de governo, das instituições públicas ou privadas de apoio, da própria academia, trata-se de entender que, somando-se às iniciativas que a comunidade assimila como suas, a produtividade dos esforços aumenta, maximizando resultados (POLIS, 2013, p.12).

É possível que seja mais favorável para o governo apoiar projetos que sejam elaborados pelas próprias comunidades, os agentes de cada região que juntos analisem, avaliem e criem projetos que condizem com a realidade daquele ambiente, de modo que as soluções propostas venham de encontro às reais necessidades locais e possam criar condições para que o desenvolvimento ocorra.

Segundo Pires e Machado Neto (2012, p. 5), o conceito de desenvolvimento local deve estar associado a um processo de crescimento econômico de maneira endógena, na qual os fatores locais do tipo produtivo, social e cultural são decisivos. Desse modo o desenvolvimento deve emergir da articulação e ação dos grupos locais

Curci (2000, p. 41) destaca que "A cultura é relevante e dependerá de associações ligadas aos modelos de desenvolvimento da região onde se concentram. A cooperação é uma das alternativas para a sobrevivência e a certeza de um desenvolvimento sustentado e equilibrado".

> A cultura exerce influência no desenvolvimento econômico e regional [...] influencia o pensamento econômico e ético, estabelecendo valores sobre as atividades e o comportamento dos indivíduos, mas também ela é influenciada pelo desenvolvimento econômico (MACHADO, 2013, p.18).

Os aspectos culturais são de suma importância para o ambiente local, é através deles, juntamente com o potencial humano e físico, pode-se verificar que tipo de atividade desenvolver para fomentar a economia local.

> [...] além da utilização de teorias econômicas, deve-se buscar apoio nos conteúdos de mudança organizacional e animação social. O desenvolvimento econômico local é endógeno, ou seja, emerge das iniciativas e do dinamismo da comunidade. Valoriza

> os recursos financeiros e materiais locais. Mas, principalmente, apoiar-se-á no empreendedorismo, disseminado fortemente entre os principais atores e nas PMEs locais, como fontes de geração de emprego (DORABELA, 1999, p. 31).

O desenvolvimento local se destaca na atuação dos agentes locais em trabalhar o potencial de sua localidade em busca de desempenho em produção de bens ou serviços e que possam ser competitivos com outros produtos. A integração de tais agentes pode propiciar a competitividade devido à busca por alternativas que viabilizem custos e lucros. No Brasil as pequenas e micro empresas possuem uma representatividade muito grande na geração de emprego e renda a ponto de haver legislação específica para elas. Segundo a Receita Federal (2013) sobre a lei complementar 123/2006:

> Art. 3 º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011)
>
> I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011)
>
> II - no caso da empresa de pequeno porte aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011) (PLANALTO, 2015).

A legislação específica para micro e pequenas empresas também as beneficiam com tributação diferenciada da empresa de grande porte, possibilitando-as que tenham vantagens competitivas em relação as empresas maiores.

Segundo Dorabela (1999, p. 30), no desenvolvimento econômico local as grandes geradoras de emprego são as PMEs (Pequenas e Micro Empresas). Elas possuem um vinculo e uma dependência do potencial e infraestrutura local na qual "poderá ou não estar dotada de fatores importantes de aceleração do desenvolvimento, como ambiente favorável ao empreendedorismo, a vontade comunitária de implementação de uma rede de negócios, instituições de apoio, facilidades para obtenção de financiamentos etc".

> O desempenho de pequenos negócios é favorecido em culturas de orientação coletivista, porém, a cultura individualista favorece o uso de alianças pragmáticas para obtenção de recursos externos. A valorização do coletivo pode ainda incentivar a formação e o fortalecimento da ação grupal, estimulando a ação interinstitucional e o intercâmbio entre diferentes segmentos, tais como universidades, bancos, sindicatos, entre outros (MACHADO, 2013, p.19).

Apostar na capacidade produtiva da base social do país é essencial no atual processo histórico de reconstrução nacional, ressalta Polis (2013) bem como a atuação do poder público em desenvolver mecanismos que impulsionem o potencial produtivo de cada região.

> [...] o nível local é entendido como o meio ambiente imediato das PME. Ali elas nascem e se formam, encontram recursos humanos e materiais dos quais depende o seu dinamismo e estabelecem sua rede básica de relações. É a comunidade local, com todos os seus atores – públicos, privados e do terceiro setor, que irá fornecer os recursos de

> toda ordem e não menos importante, os valores empreendedores que criarão condições favoráveis ao surgimento de ideias e projetos (DORABELA, 1999, p. 31).

Segundo o Instituto Polis (2013), regiões com população de baixa renda não vivem em situação precária por falta de criatividade ou vontade, mas por insuficiência e pouca articulação dos sistemas de apoio. Esta colocação remete a falta de recursos nas periferias de regiões populosas e regiões com pouco desenvolvidas e de baixa renda que impossibilita que o desenvolvimento humano ocorra. Essa é mais uma demonstração da necessidade dos agentes locais estimularem o empreendedorismo e a identificação de oportunidades.

> Há centenas ou milhares de iniciativas em curso, que demonstram bem a necessidade dessa nova política nacional. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa deve constituir uma ajuda significativa, inclusive porque permite ampliar o uso de recursos públicos para compras locais. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), organizados pelo Sebrae e que envolvem o Ministério da Integração Nacional e governos estaduais, constituem importante esforço de articulação entre iniciativas de um mesmo território, para torná-las mais sinérgicas (POLIS, 2013, p. 13).

Importante salientar sobre os resultados alcançados com a articulação das entidades locais que integram o laço entre empresas e sociedade, gerando uma sinergia que contribui com o desenvolvimento local de forma significativa.

> Os entraves ao desenvolvimento local e as propostas correspondentes para superá-los podem ser agrupados em oito eixos distintos, ainda que frequentemente sinérgicos ou superpostos:
> 1 – Financiamento e comercialização.
> 2 – Tecnologia.
> 3 – Desenvolvimento institucional.
> 4 – Informação.
> 5 – Comunicação.
> 6 – Educação e capacitação.
> 7 – Trabalho, emprego e renda.
> 8 – Sustentabilidade ambiental (POLIS, 2013, p. 17-18).

Os oito eixos citados como proposta para superar os entraves do desenvolvimento local demonstram a necessidade de atuação em conjunto pelo Estado, empresas e sociedade de modo que tais eixos possam ser desenvolvidos e potencializados.

Polis (2013) também ressalta a necessidade de reinvestimento local, ou seja, que o capital que circula na localidade seja novamente investido no mesmo meio.

Para que haja desenvolvimento é necessário que se faça a distribuição de renda em todas as esferas, pois quando apenas uns conseguem altos rendimentos em detrimento do empobrecimento da cadeia, a região não se desenvolve. A proposta do desenvolvimento local do Instituto Polis é a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentado ao enfatizar os eixos a serem desenvolvidos.

> As formas de apoio tecnológico já existente aparecem como profissionalmente competentes – envolvendo, por exemplo, o apoio do Sebrae em diversas áreas – mas não estão articuladas entre si, nem integradas na diversidade das regiões onde atuam. Uma instituição assegura formação profissional, outra, apoio técnico, outra, inovações tecnológicas, mas as pequenas iniciativas, sejam empresariais ou de organizações comunitárias, dificilmente terão conhecimento ou contatos para buscar nas mais diversas instituições os apoios potenciais para obter um resultado coerente. Um exemplo prático mencionado por representantes do Sebrae: a entidade forma as pessoas para abrirem pousadas, mas não tem como assegurar financiamento e, considerando os juros cobrados pelo mercado financeiro, o entusiasmo dos formandos tende a morrer (POLIS, 2013, p. 33).

Para (Polis, p. 52) o grande desafio que se coloca é o da organização da informação conforme as necessidades práticas dos atores sociais que intervêm no processo de desenvolvimento local.

> Da mesma forma, gerar informações específicas para uma instituição de pesquisa é relativamente simples. Organizar a devolução da informação produzida para a própria comunidade, para os cidadãos que são em última instância os titulares do processo, é evidentemente mais complexo. Mas se trata, nesta era que evolui para a sociedade do conhecimento, de um desafio vital (POLIS, 2013, p. 57).

A instalação de um centro de pesquisa facilita a tabulação, análise e interpretação de dados, transmitindo informações que possam gerar conhecimento e tomada de decisões através de prospecções que possam contribuir para o desenvolvimento e integração local.

As informações geradas devem ser divulgadas por meios de comunicação local, segundo Polis (2013) estas são direcionadas à comunidade local para que possa ter conhecimento e participar das decisões em âmbito local, bem como ter acesso a rede mundial de computadores e ampliar a gama de recursos educacional, cultural, social e econômico.

> A formação aqui focalizada refere-se ao desenvolvimento de competências necessárias para que um município ou região possa tomar em mãos a sua própria dinâmica de transformação, visando no conjunto a uma comunidade economicamente viável, socialmente justa, e sustentável em termos ambientais. Isso requer a qualificação de um contingente de pessoas capazes de analisar de forma integrada a realidade local e de promover uma visão e propostas concretas para a melhoria da qualidade de vida.
>
> Analisando os diversos subsistemas de formação herdados do passado, é possível constatar que predomina uma formação escolar completamente desvinculada do conhecimento da realidade local, cujos cursos mais avançados encontram-se segmentados em fatias setoriais de conhecimento, sem que haja uma compreensão integrada da problemática concreta de um território (POLIS, 2013, p. 57).

Segundo Polis (2013) faculdades ou outras instituições de ensino avançado assumem um papel mais ativo de articulação dos conhecimentos locais ou regionais, através de pesquisas científicas voltadas para questões pontuais da região, bem como preparar profissionais para desempenharem funções laborais nos setores onde estão inseridos.

Segundo Dorabela (1999, p. 32) “os promotores e gerenciadores de projetos, estejam eles em órgãos públicos, universidades, ONGs ou na comunidade em geral, devem adotar uma visão e postura empreendedora.” O autor também alerta sobre a importância da educação empreendedora para que os citados acima possam difundi-la no ambiente local.

> Incentivar, na rede de universidades, a elaboração de monografias regionais e de material de ensino sobre a realidade local e regional, tanto através dos TCCs (trabalhos de conclusão de curso) como dissertações de mestrado e teses de doutorado, formando assim bancos de dados de informações de cada região, livremente acessíveis por todos os atores sociais interessados (POLIS, 2013, p. 54).

A atuação da universidade, muito mais que preparar cidadãos para o mercado de trabalho, é juntamente com eles criar soluções inovadoras, contribuindo com o desenvolvimento regional e local. Essa atuação é nítida quando nos deparamos com grandes polos industriais em regiões que contenham universidades. A atuação em conjunto propicia o desenvolvimento através da troca de informações e experiências, buscando na pesquisa e aplicação, formas de ampliar a produtividade e desenvolver novos produtos baseados na junção de teoria e prática.

> Não se pode exigir da ampla base desempregada, semi-empregada, ou organizada de maneira mais ou menos caótica nos subsistemas informais, que participem de forma mais organizada do chamado circuito superior da economia, sem oferecer os instrumentos correspondentes. Nesse sentido, há uma convergência necessária entre a capacitação, a organização de sistemas locais de informação e a utilização dinâmica dos meios de comunicação. No plano institucional, esse esforço exige uma convergência de

> ações dos mais diversos atores que detêm segmentos do conhecimento sobre o desenvolvimento local (POLIS, 2013, p. 74).

A ação do Estado em ajudar as comunidades a se auxiliarem não livra sua responsabilidade, pelo contrário, transforma-a em mais participativa, consciente e capaz de exigir e de controlar, podendo significar para o estado, também, desenvolvimento, seguido de arrecadação, reduzindo custos e apresentando projetos para a diminuição da pobreza.

> [...] empreendimentos podem contribuir para a formação de hábitos, costumes, e valores em determinadas localidades. Em geral, eles constituem empreendimentos que criam cultura; possuem uma dinâmica peculiar de crescimento, pois os empreendedores preferem não crescer afim de preservar a cultura e a qualidade , tornando-se referências locais e culturais (MACHADO, 2013, p. 20).

A promoção do desenvolvimento econômico local é diferenciada das medidas governamentais em âmbito nacional, destaca Dorabela (1999). Cada região possui cultura e características diferentes, bem como a dimensão da empresa difere dos grandes polos, quanto à liderança das classes sociais, instituições, empresas e associações comunitárias.

> O desenvolvimento econômico local não pode ser um processo mecânico, mas orgânico. É antes uma questão de diálogo entre todos os atores locais, visando a sua sensibilização, mobilização e participação, criando uma sinergia que sinalize positivamente para o desenvolvimento (DORABELA, 1999, p. 31).

Nem todas as regiões apresentam vantagens geográficas naturais, locais, nacionais e humanas. Provavelmente não despertarão interesse de capitalistas em busca de lucros. Porém, são regiões mais ou menos povoadas que apresentam infraestrutura de acordo com o desenvolvimento econômico apresentado. Nesse contexto, pequenos empreendimentos podem surgir para atender as necessidades locais, ao mesmo tempo em que geram renda e emprego para os moradores da localidade.

Estado e sociedade em ações conjuntas possibilitam um aporte no desenvolvimento. Dentro da sociedade surge a figura do empresário e ou administrador que com características inovadoras empreende atividades geradoras de bens ou serviços.

2- EMPREENDEDORISMO E INFLUENCIA SOBRE O EMPRESÁRIO E ADMINISTRADOR

No passado, o termo empreendedor era associado a pessoas consideradas loucas e imprudentes, pois realizavam feitos que superavam a visão e expectativas dos povos daquela época, ou seja, vislumbravam o que os demais não conseguiam ver e compreender. O contexto histórico “mostra que esses intrépidos ‘irresponsáveis’ foram os próceres que tiraram os homens dos galhos das árvores e os conduziram às estações espaciais”, ressalta Bom Angelo (2003, p. 23).

Para Bom Angelo (2003) o empreendedorismo é uma palavra cuja raiz tem cerca de 800 anos. O termo *entrepreneur* significa empreender ou fazer algo. O verbo francês *entreprende*, deriva do latim *inter* (interação, reciprocidade, espaço de um lugar a outro e mutualidade) e *pendre* (tomar atitude, posse, empregar e utilizar). “Visto como um ramo da administração de empresas” segundo Dorabela (1999, p. 45).

Para Machado (2013, p. 26) “o empreendedor é o indivíduo que descobre ou está em estado de alerta para obter a informação e captar oportunidades que outros não perceberam”. Conceituado como “criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformação e desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco (BOM ANGELO, 2003, p. 25).

> As definições sobre oportunidades, para Baron (2010), contemos três seguintes elementos: a) potencial valor econômico para a geração de lucros; b) novidade (algum produto, serviço ou tecnologia) que não existia anteriormente; c) desejo percebido

> (aceitação moral e legal do novo produto ou serviço na sociedade) (MACHADO, 2013, p. 30).

Em um contexto histórico, o empreendedorismo estava associado a descoberta de novas terras como foi a descoberta da América e a exploração dessas regiões visando riqueza e poder; alimentos para serem comercializados no mercado; fontes de energia e maquinários. Tais descobertas possuíam um acesso restrito com relação à propagação da informação, o empreendedor de certo modo tinha tempo para amadurecer a ideia antes de colocá-la em prática. Diferente do contexto atual em que grande parte das informações está acessível a todos, o período de amadurecimento da ideia deve ser bem mais curto e antes mesmo de inserir um produto no mercado, o mesmo já deve ter requerido a patente ou certificação de propriedade intelectual

> A lógica da primeira metade do século, quando as inovações tecnológicas representavam por si mesmas um diferencial mercadológico em virtude de uma concorrência ainda leve e de um mundo em que as mudanças não eram tão rápidas como hoje (DORABELA, 1989, p. 34).

Com o recente processo de industrialização no Brasil, a pressão exercida pelo mercado externo exige que os empresários sejam empreendedores que saibam planejar estrategicamente o futuro, para que se tenha o mínimo de erros na criação e execução de projetos e que consigam alcançar as metas estabelecidas com eficácia.

Para Dorabela (1999, p. 29) "o empreendedorismo oferece graus elevados de realização pessoal. Por ser a exteriorização do que se passa no âmago de uma pessoa, e por receber o empreendedor com todas as suas características pessoais, a atividade empreendedora faz com que trabalho e prazer andem juntos."

> Empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformação e o desejo de tomar aquilo que comumente as chamaria de risco (BOM ANGELO, 2003, p. 25).

Dorabela (1999, p. 43) ressalta que o empreendedorismo não se limita apenas ao dinheiro, mas também ao desenvolvimento e propagação do conhecimento em áreas educacionais ao citar que "o empreendedor na área de pesquisa e ensino, em que a medida do desempenho de avaliação não é baseada em dinheiro, mas no potencial de agregação de valores gerados por novo conhecimento ou tecnologia e/ou sua propagação".

> [...] sendo esse um campo extremamente pragmático, a academia é apenas um de seus vários construtores, entre os quais se incluem os próprios empreendedores, consultores, especialistas em incubadoras e parques tecnológicos, financiadores, capitalistas de risco etc. por isso, o verdadeiro *locus* do aluno empreendedor é o ambiente empresarial. Ali ele deve encontrar as relações e os conhecimentos indispensáveis ao sucesso do seu empreendedorismo. Igualmente, o laboratório do educador preocupado com o empreendedorismo é o ecossistema econômico-empresarial (DORABELA, 1999, p. 45).

O empreendedor deve estar ciente que para antecipar o futuro precisa conhecer o passado, analisar o presente em seu ambiente e o que pode influenciá-lo, verificar qual necessidade o mercado ainda não percebeu, avaliá-la e criar algo que seja inovador. Mais que uma ideia inovadora é a análise de mercado que o empreendedor deve fazer para que os fatores externos venham contribuir para com o desempenho da empresa.

> Nem tudo depende somente do empreendedor, mas também de políticas econômicas nacionais e internacionais, competição interna e externa, dependência do mercado financeiro e oscilações mercadológicas que são objetos de estudos no campo das ciências econômicas. São desafios a serem vencidos com perseverança, acreditando na capacidade dos vencedores (CURCI, 2000, p. 90).

O empreendedorismo está associado a questões pontuais como a psicologia, ou seja, cada empreendedor em seu nível de individualidade, intuição e relacionamento de ideias possui intelectualmente atributos que lhe norteiam na tomada de decisão.

> O empreendedorismo tem sido apontado como fator relevante para o crescimento econômico, a produtividade, a inovação e o emprego. Nos últimos anos, tanto governos de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento têm trazido para suas agendas questões relacionadas ao tema e enfrentado o problema da escassez de indicadores estatísticos comparáveis, necessários para o entendimento da dinâmica e a promoção desse fenômeno (IBGE, 2010).

O empreendedorismo está associado tanto à vida pessoal quanto profissional do indivíduo. Desde criança o indivíduo adquiriu experiências que se tornam virtudes com o decorrer do tempo. São elas que irão norteá-lo no ingresso na área profissional, pois o conhecimento técnico é um complemento das habilidades que já traz consigo.

Leite (1998) assinala o conflito entre espírito empreendedor que se baseia na iniciativa e inovação criadora e habilidades gerenciais que é a capacidade técnica adquirida através de teoria e prática.

Segundo Leite (1998, p. 118) o empreendedor possui a sensibilidade financeira e de negócios, desse modo busca criar bens e atender a necessidade dos consumidores ao afirmar que "Agregar valor a um produto ou marca significa criar novos produtos, identificar novos usos para seus produtos, desenvolver novos mercados e descobrir novos nichos de consumidor".

Dorabela (1999, p. 46-47) apresenta como atividades do empreendedorismo:

- a disseminação da cultura empreendedora no sistema de ensino formal em todos os níveis;
- a disseminação da cultura empreendedora e o apoio à ação empreendedora entre grupos sociais, tais como desempregados, minorias, alijados do processo econômico;
- o empreendedorismo comunitário, em que a sociedades desfavorecidas se articulam para enfrentar a adversidade;
- a sensibilização das forças da sociedade para a importância do empreendedorismo e da pequena empresa;
- a geração do auto emprego;
- a criação de empresas;
- a identificação, criação e busca de oportunidades para empresas existentes e novas;
- o financiamento de organizações emergentes e daquelas ameaçadas de desaparecimento;
- o intra-empreendedorismo (*intrapreneurrship*) ou estudo do papel do empreendedorismo em grandes organizações;
- a promoção do desenvolvimento econômico local;
- a concepção e adoção de políticas públicas de apoio e suporte à criação de empresas, abrangendo práticas econômicas, legais, tributárias, de financiamento etc;
- o estabelecimento de redes de relações com universidades e com todas as forças sociais.

Em um contexto onde os bens perdem o valor muito rápido, o ciclo de vida, tanto do produto quanto da empresa, tendem a ser menor do que em períodos passados, o uso da informação e a massificação dos meios de comunicação aumentam a oferta de produtos e, a cada dia, novos bens são criados substituindo os atuais e pulverizando o mercado afetando também o aspecto custo.

> O crescimento de uma empresa passará obrigatoriamente pelas fases do crescimento biológico do ser humano, isto é, a infância, a adolescência e a maturidade, fases pelas quais nenhum empreendimento poderá deixar de passar com o objetivo de queimar etapas, sob o risco de fracassar (LEITE, 1998, p. 121)

Para Leite (1998), o empreendedorismo surge em períodos de crise eminente, onde para sobreviver no mercado é preciso cortar gastos e reduzir custos. Ressalta a importância da consolidação da marca no ambiente globalizado em que a velocidade da informação é bem maior que no passado, a gama de produtos ofertados e a imersão de classes com poder de compra também tem aumentado. Para o empreendedor isso pode tanto ser oportunidade quanto ameaça, dependendo do ângulo em que analisa as medidas e que as adéqua para alcançar seus objetivos e metas planejadas.

> Um das principais características do empreendedor é o que chamamos de coeficiente de sociabilidade, em que aprende a conhecer pessoas, articular-se com líderes no mercado e vender a sua imagem de eficiência, mantendo um bom nível de relações profissionais e sociais com a comunidade. (LEITE, 1998, p. 119).

O empreendedor é que busca articular, no meio em que atua a forma para que possa ampliar sua área de conhecimento, recebendo e fornecendo informações. Desse modo, gera benefícios e contribui não apenas para seu ramo de atividade, como também para que outros empresários e a comunidade possam também participar de tal evolução.

Para Dorabela (1999, p. 69) o empreendedor é:

> - Um indivíduo que cria uma empresa, qualquer que seja ela;
> - Uma pessoa que compra uma empresa e introduz inovações, assumindo riscos, seja na forma de administrar, vender, fabricar, distribuir ou de fazer propaganda dos seus produtos e/ou serviços, agregando novos valores;
> - Um empregado que introduz inovações em uma organização, provocando o surgimento de valores adicionais (DORABELA, 1999, p. 69).

As instituições de ensino necessitam ir além das atividades acadêmicas, acompanhar o processo de desenvolvimento local e contribuir preparando profissionais que atendam de forma efetiva as necessidades locais.

> Formar especialistas em administração empresarial, por exemplo, exige articular cursos de finanças, de logística, de marketing, de gestão de pessoas, de contabilidade, de relações humanas, de gestão do conhecimento, sempre visando a preparar administradores capazes de entender, de forma articulada, as diversas dinâmicas que compõem a gestão competente da unidade empresarial (POLIS, 2013, p. 57).

O termo empreendedorismo está associado, em parte, ao pequeno empresário que administra sua empresa com a preocupação de manter o emprego de seus funcionários que, muitas vezes são membros da família, bem como passa a ter contato direto com o cliente, pode identificar demandas e segmentar suas atividades, bem como ajustar-se as mudanças com maior rapidez, destaca (MACHADO, 2013).

> [...] o pequeno porte e os recursos necessariamente limitados obrigam as PMEs a serem particularmente flexíveis para inovar e para criar ou aproveitar as oportunidades e também para se distinguir o mais rapidamente possível da concorrência tanto das grandes como de outras pequenas empresas, sempre seguindo regras ligadas a esta concorrência (MACHADO, 2013, p. 8).

No contexto empresarial a ação integrada no desenvolvimento local é um ambiente que necessita ser conhecido e explorado, gerando integração das entidades envolvidas.

Machado (2013) destaca o empreendedorismo como elemento propulsor no desenvolvimento do potencial cultural que a localidade possui. Através de iniciativas locais podem surgir pequenos empreendimentos que suprem necessidades de consumo e de renda.

> O empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade. Por estar constantemente diante do novo, o empreendedor evolui através de um processo interativo de tentativa e erro; avança em virtude das descobertas que faz, as quais podem se referir a uma infinidade de

> elementos, como novas oportunidades, novas formas de comercialização, vendas, tecnologia, gestão e demais (DORABELA, 1999, p. 45).

O empresário ou administrador de empresas necessita de profissionais que estejam aptos, dentro de sua área de atuação, tendo características empreendedoras, dispostos a adquirir conhecimentos e aplicá-los na área de trabalho, inovando sempre e propiciando crescimento à empresa.

> A firma empreendedora, se for grande, irá destinar permanentemente parte de seus recursos para a tarefa de investigar possíveis vias de expansão lucrativa, agindo em função do pressuposto, talvez sustentado pela experiência pregressa, de que sempre pode haver oportunidades para um crescimento lucrativo, ou de que a expansão é necessária num mundo competitivo. Firmas menores apenas periodicamente dispõem dessa oportunidade de considerar em que direções uma expansão pode vir a ser lucrativa. Mas, em qualquer desses casos, a decisão de procurar as oportunidades é uma decisão empresarial que requer uma intuição e uma imaginação empreendedora, e que deve preceder a uma decisão "econômica" de levar avante o exame das oportunidades de expansão (PENROSE, 2006, p. 75).

O empresário é considerado a pessoa física proprietária de uma empresa, ou seja, dono de uma pessoa jurídica. Essa consideração remota os tempos em que as primeiras empresas eram propriedades rurais, onde produziam e negociavam produtos.

> Como ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura, os empresários não formam uma classe social no sentido no sentido técnico, como por exemplo, fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores. Evidentemente a função empresarial levará o empresário bem sucedido e sua família a certas posições de classe. Também pode por o seu selo numa época da história social, pode formar um estilo de vida, ou sistemas de valores morais e estéticos; mas em si mesma não significa uma posição de classe não mais do que pressupõe tais coisas (SCHUMPETER, 1985, p. 56).

O empresário de sucesso normalmente passa a compor a elite da sociedade, devido ao resultado do produto ou atividade que desenvolve. E, esse resultado pode ser transferido para mais de uma geração, porém, a *função empresário* não pode ser transferida, destaca Schumpeter (1985):

> O conde não desprezava demonstrações de status. [...] Durante muitos anos seu automóvel Packard era conhecido em toda a cidade. Não apenas pela aparência luxuosa do modelo, mas pela placa que ostentava o número 1. [...] Mais dispendiosas que essas pequenas vaidades eram as recepções que Matarazzo costumava oferecer em sua casa na Avenida Paulista. Gostava de receber e oferecer vinhos de boas marcas. Mas nada que comparasse ao fausto das festas oferecidas mais tarde por seu filho e herdeiro Francisco Matarazzo Júnior, cujo gosto pela ostentação era muito mais acentuado (MARCOVITCH, 2003, p.108).

O administrador surgiu no início da revolução industrial, pois a produção em massa e os processos produtivos exigiam um perfil de profissional que pudesse alinhar a produtividade a alocação dos recursos de capital, mão de obra e matéria prima.

> A palavra empreendedor também inclui o termo empresário. Muitos dizem que empreendedor é quem tem a ideia, enquanto o empresário é quem coloca a ideia em prática. Outros dizem é aquele que tem o capital financeiro com o qual o empreendedor, que tem o talento e o conhecimento técnico, irá viabilizar o negócio (DORABELA, 1999, p. 69).

O empreendedor é personificado em um indivíduo que administra recursos humanos e de capital, em um ambiente onde a competitividade é acirrada e as mudanças ocorrem de forma rápida. Exige-se desse indivíduo conhecimento e habilidade para detectar oportunidades e transformá-las em inovação e lucro. Também pode estar atento ao aproveitamento da oportunidade ou atuando na liderança de organizações sociais, religiosas, esportivas ou até mesmo dentro do ambiente doméstico.

CONSIDERAÇÕES

Se o desenvolvimento econômico ocorre de forma histórica, há que se refletir em o que fazer no presente para que a nação no futuro venha a se desenvolver econômica e socialmente.

Os três termos: empresário, administrador e empreendedor complementam-se na medida em que as relações comerciais e de negócios se desenvolvem ao longo do tempo. Tanto que, alguns autores iniciam seus apontamentos falando do empresário e terminam com ações consideradas como características do empreendedor. Bom Angelo (2003, p. 27) ao citar o empresário inovador de Schumpeter comenta que "[...] para além da necessária busca do lucro, a ação positiva dos empreendedores melhora a qualidade de vida a partir da oferta de novos produtos e serviços".

Diante das reflexões citadas e do atual contexto, pode se afirmar que o desenvolvimento econômico local possivelmente ocorrerá se houver uma articulação a nível nacional, regional e local, onde cada agente perante suas atribuições possa desempenhar ações proativas na busca pelo desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

BOM ANGELO, Eduardo. E*mpreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro:Elsevier, 2003.

BRAGA FILHO, Hélio. *Globalização em Franca:* reorganização industrial e a economia informal. 266 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) Centro Universitário Uni-FACEF): São Paulo, 2000.

BRAGA FILHO, Hélio; LESSA, Márcio Benevides; PUPIM, Matheus Lourenço. *Indústria e desenvolvimento local:* antigos problemas e nova abordagem da indústria calçadista de Franca. São Paulo: Uni-FACEF. Disponível: http://legacy.unifacef. com.br/novo/3fem/Encontro/Arquivos/Helio,MarcioMatheus.pdf.

CURSI, Maria Elia. *Estudo sobre vida e morte de microempresas em Franca*. São Paulo: Centro Uni-FACEF, 2000.

DORABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. 6. ed.São Paulo: De cultura, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed..São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAGIA E ESTATÍSTICA. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/empreendedorismo/2010/

Instituto Polis. Disponível em: http://www.polis.org.br/. Acesso em: 19 dez. 2013.

LEITE, Roberto Cintra. *De executivo a empresário:* como realizar seu ideal de segurança e independência. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

MACHADO, HilkPelizza Vier. *Empreendedorismo, oportunidades e cultura:* seleção de casos no contexto brasileiro. Maringá: Eduen, 2013.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores:* a saga do desenvolvimento no Brasil. São Paulo. EDUSP, 2007.

PIRES Everton Roberto de Oliveira; MACHADO NETO, Alfredo José. Redes de cooperação como alternativa para o desenvolvimento local: a indústria calçadista francana. *Revista Eletrônica de Administração* (*Online*), v. 11, n. 2, ed. 21, jul.-dez., 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA CASA CIVIL- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 disponível:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm

CONHECER E PLANEJAR: IMPORTÂNCIA DA PESQUISA DE CLIMA E DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL A PARTIR DE RELATO DE EXPERIÊNCIA

KNOW AND PLAN: IMPORTANCE OF CLIMATE RESEARCH AND DIAGNOSIS ORGANIZATIONAL BASED ON EXPERIENCE REPORT

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

LOFIEGO, Bruno Bember
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestrando em "Desenvolvimento Humano e Tecnologias"
brunolofiego@gmail.com

MASSAROLO, Verônica Cardoso
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Graduanda em Psicologia
vemassarolo@gmail.com

CAMARGO, Mário Lázaro
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutor em Psicologia pela USP-FFCLRP
mario.camargo@fc.unesp.br

Resumo

Visando acolher, compreender e fortalecer o relacionamento com os trabalhadores, bem como coletar dados a serem utilizados como suporte para planejamento interventivo de ações e justa avaliação de desempenho, foi realizada uma Pesquisa de Clima Organizacional em uma empresa pública que conta com mais de 900 trabalhadores. A aplicação se deu de maneira setorizada, tendo em vista que a variedade de serviços prestados e inúmeras atividades desenvolvidas nos mais de 30 setores que a empresa contempla, bem como o próprio público laboral, não permitiriam um levantamento verossímil de dados caso levantados de maneira geral. Com suporte do setor de Recursos Humanos e participação ativa dos estagiários em Psicologia Organizacional e do Trabalho, a apresentação da proposta iniciou-se com uma circular interna e posteriormente conversa individual das chefias com os estagiários, visando sensibilizar as lideranças, para que estas mobilizassem e permitissem que seus setores a realizasse e em horário de expediente, tendo em vista que a proposta é referente a atividade laboral e foi utilizada para esta. Com os dados tabulados, foi elaborado um Diagnóstico Organizacional com propostas, gráficos e tabelas apontando questões pertinentes a cada setor. Posteriormente, os dados foram apresentados pelos estagiários em reuniões presenciais entre as diretorias e suas chefias, com participação da presidência. Nestas reuniões, foi possível observar resistências, discutir alternativas de melhorias, bem como apresentar uma realidade que deve ser levada em consideração nos planejamentos da empresa.

Palavras-chave: Pesquisa de Clima Organizacional, Diagnóstico Organizacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Abstract

Aiming to accept, understand and strengthen the relationship with the workers and collect data to be used as support for interventional planning of actions and fair performance evaluation, an Organizational Climate Survey was conducted in a public company with more than 900 workers. The application was given the sectored manner, considering that the variety of services and numerous activities in over 30 industries that the company contemplates,

as well as its work public, would not allow a credible data collection case raised in general. With support of the Human Resources department and active participation of trainees in Organizational Psychology and Labour, proposal presentation began with an internal circular and later talk of individual managers with the trainees to sensitize the leaders, so that they mobilize and allow their sectors to perform and office hours, given that the proposal is related to labor activity and was used for this. With the tabulated data, it designed a Organizational Diagnosis with proposals, graphs and tables pointing relevant issues to each sector. Later, the data were presented by the trainees in person meetings between directors and their managers, with participation of the presidency. At these meetings, we observed resistances, discuss alternatives improvements and to present a reality that must be taken into account in the company's plans.

Keywords: Organizational Climate Survey, Organizational Diagnosis, Organizational Psychology and Labour.

1 INTRODUÇÃO

Para que uma empresa se ajuste, preste serviços competitivos, com qualidade comprovada e tenha a imagem consolidada tanto pelos clientes quanto pelos seus trabalhadores, como o mercado exige atualmente, é necessário que ela mantenha um bom relacionamento com estes dois polos (BISPO, 2006). O bem-estar do trabalhador constitui um dos resultados organizacionais que deve ser tão valorizado quanto o seu desempenho, já que o mesmo passa boa parte de sua vida trabalhando dentro de organizações e estas, por sua vez, dependem das pessoas para funcionar e alcançar sucesso. Puente-Palacios, Pacheco e Severino (2013) consideram que a compreensão dos efeitos das características da organização e das suas políticas de gestão sobre os trabalhadores é uma tarefa fundamental na busca constante por uma eficácia organizacional, pois as pessoas constituem o principal ativo da organização; a partir daí é que surge a necessidade de tornar as organizações mais conscientes e atentas a seus trabalhadores. Uma forma de avaliar este relacionamento é através da Pesquisa de Clima Organizacional.

De acordo com Chiavenato (1999, p. 440),

> o clima organizacional reflete o modo como as pessoas interagem umas com as outras, com os clientes e fornecedores internos e externos, bem como o grau de satisfação com o contexto que as cerca. O clima organizacional pode ser receptivo, caloroso e envolvente, em um extremo, ou desagradável, agressivo, frio e alienante em outro extremo.

O Clima Organizacional nada mais é do que um indicador do nível de satisfação ou de insatisfação vivenciado pelos empregados no trabalho, sendo que tal clima não é estático, porém é único em cada organização, quando são os trabalhadores que atuam como agentes.

De acordo com Vieira (2014, p. 02) a Pesquisa de Clima Organizacional

> [...] objetiva verificar como as pessoas se sentem nas organizações, a maneira como elas interagem entre si, com os clientes ou com elementos externos e a influência disto para a empresa e para elas próprias visando à melhoria no trabalho e no relacionamento interpessoal [...].

Conhecer o Clima Organizacional é de suma importância para a organização, visto que é fenômeno coletivo, sendo que não deve ser tratado como propriedade atribuída aos indivíduos e focada no sujeito, pois não ocorre ausente de influências de natureza social, sendo somente adequadamente analisada se o sujeito é considerado parte de seu entorno social.

A empresa onde foi aplicada a Pesquisa de Clima e realizado o Diagnóstico Organizacional em questão foi criada através de uma Lei Municipal no ano de 1979, constitui-se como uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, técnica e financeira. Sua missão é “Planejar e prestar serviços de qualidade, buscando agilidade, eficiência e satisfação do munícipe através do desenvolvimento e comprometimento dos nossos colaboradores”, possui a visão de “Ser referência no seu ramo de atuação, através da implantação de sistemas de Gestão da Qualidade com foco no resultado, destacando-se pela agilidade, pontualidade, qualidade dos serviços prestados à população e a valorização dos nossos colaboradores”,

mantendo sempre os valores do "Trabalho em equipe, planejamento, profissionalismo, transparência, respeito ao cidadão e ao meio ambiente".

Após a sua criação, e mediante as necessidades que surgiram com o passar dos anos, a empresa foi reestruturada, através de nova lei no ano de 1993, a qual ainda está vigente.

Portanto, os objetivos sociais desta empresa, atualmente, são:

a. Supervisionar, gerenciar e executar a política de transportes do Município;
b. Supervisionar, gerenciar e executar a política de desenvolvimento urbano e rural do Município;
c. Promover, supervisionar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;
d. Supervisionar, gerenciar e executar a política de uso e ocupação de solo do Município;
e. Supervisionar, gerenciar e administrar o serviço funerário e os cemitérios do Município, bem como fiscalizar os cemitérios particulares;
f. Supervisionar, gerenciar e executar outros serviços públicos que lhe forem atribuídos pelo Município e serviços públicos ou privados, que venha a contratar com outros Municípios ou com particulares.

Através desta lei também é determinada a competência da Diretoria Executiva, que é integrada pelo Presidente e por cinco Diretores Operacionais (a saber: Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Limpeza Pública, Serviço Funerário e Cemitérios; Diretor de Desenvolvimento; Diretor de Transportes; Diretor de Sistema Viário).

Na composição hierárquica da empresa temos que a Diretoria Administrativa Financeira é responsável por supervisionar e executar a política de pessoal da Empresa, ou seja, é responsável pela Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, sendo que esta última tem como principais atribuições: participar da elaboração da política administrativa da empresa, definindo objetivos gerais e específicos, controlar o desenvolvimento dos programas administrativos, avaliar o resultado de programas da empresa; elaborar um plano de atividades de sua área gerencial e apoiar e dar suporte na implantação de projetos e programas corporativos e identificar as necessidades da empresa a fim de decidir sobre a política de ação, as normas e as medidas a serem propostas.

No que se refere ao Setor de Recursos Humanos, estas são suas atividades prioritárias:

a. recrutar candidatos para a participação de processo seletivo externo;
b. controlar progressões de pessoal;
c. desenvolver palestras, treinamentos para o desenvolvimento pessoal e corporativo dos trabalhadores;
d. realizar entrevistas admissionais;
e. realizar e acompanhar a integração de trabalhadores;
f. fazer a gestão de benefícios.

Ao Setor de Serviço Social cabem as seguintes responsabilidades:

a. realizar visitas domiciliares e hospitalares;
b. promover campanhas educativas e eventos comemorativos
c. acompanhar os trabalhadores em diversos tipos de tratamentos (relacionados à saúde);
d. zelar pelo bem-estar social dos trabalhadores e de seus familiares.

De acordo com Chiavenato (2010, p. 09) "a Administração de Recursos Humanos é um órgão que compartilha com os demais órgãos da empresa o encargo de administrar pessoas", portanto, a área de Recursos Humanos tem papel estratégico na organização, visto que atua como agente ativo nos processos que envolvem as pessoas de todos os departamentos, deixando de lado a visão de um Recursos Humanos operacional e burocrático devotado às rotinas de pessoal e sem autonomia própria, que estava sempre dependente das solicitações alheias.

No ano de 2013/2014 o setor de Recursos Humanos da empresa em questão contou pela primeira vez com estagiários de Psicologia, que buscaram contribuir, a partir de atuações orientadas por seu supervisor da universidade, como estagiários em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Com isso, foi possível apresentar a importância da atuação deste profissional no setor a fim de expandir e diversificar ações para além do escritório. Neste período, além da aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional e Diagnóstico Organizacional, foi realizado também grupos de discussão sobre "Qualidade de vida no trabalho" com trabalhadores e lideranças, estudo e acompanhamento nos processos que envolvem a inclusão de Pessoas com Deficiência e Aprendizes no trabalho, bem como participação em eventos de valorização do funcionário tiveram coordenação, suporte e colaboração dos alunos.

Chiavenato (2010) considera ainda que a razão de ser da Administração de Recursos Humanos está no alcance de um equilíbrio dinâmico na interação entre organização e pessoas, pois ambas trabalham em um estreito relacionamento que deve gerar benefícios recíprocos, ou seja, ambas as partes devem ser igualmente privilegiadas, pois as organizações necessitam de pessoas para fazê-la funcionar, além de alcançar objetivos e oferecer resultados, e as pessoas também necessitam de organizações para trabalharem, ganharem a vida e se autorrealizarem. Então, a

essa reciprocidade é indispensável tanto para a sobrevivência organizacional como para a satisfação pessoal das pessoas.

Portanto, a aplicação da pesquisa de clima organizacional tornou-se de grande importância, visto que anteriormente não havia um processo de monitoramento e gestão formal de clima organizacional na empresa em questão. Tal monitoramento das equipes se dava através do acompanhamento das atividades e do ambiente de trabalho por seus líderes, contando que tal líder/gerente fosse capaz de adotar medidas que pudessem colaborar para a motivação dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, ou através da informação dos gestores da empresa sobre as alterações nestes ambientes que pudessem prejudicar os serviços prestados por ela, ou que pudessem gerar conflitos internos. Apenas em casos aparentemente graves existia a interferência da administração da organização ou a intervenção pela área de Recursos Humanos.

Visando mudar esse quadro e adotar uma política de aproximação com o trabalhador, foi visto dentro da proposta da Pesquisa de Clima e Diagnóstico Organizacional a possibilidade de atender mais fidedignamente às necessidades da organização e do quadro de funcionários que mantém a sua disposição, à medida que disponibiliza tendências de sua satisfação ou de insatisfação, tomando por base a consulta generalizada aos diferentes colaboradores da empresa.

Objetivos

Compreender o ambiente de trabalho de cada trabalhador através do contato direto e através de dados fornecidos pelo discurso do mesmo; Dar dinamicidade e ampliar ações em Gestão de Pessoas, bem como, através dos estagiários de psicologia, estabelecer relação mais direta e compreensiva para com o trabalhador; Embasar planejamentos futuros da empresa a partir dos dados coletados e Diagnóstico Organizacional, de modo que as diretrizes e ações adotadas pelo setor de Recursos Humanos sejam específicas, objetivas e direcionadas para realidade de cada função e funcionário; Desenvolver um projeto de avaliação de desempenho justo para cada clima e realidade de trabalho e trabalhador (com início previsto para janeiro de 2015).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Material utilizado

A pesquisa foi desenvolvida através de questionário em folha baseado no modelo proposto por Bispo (2006), adaptado à realidade da empresa, com suporte do setor de Recursos Humanos. A pesquisa apresentou-se dividida em cinco partes: A primeira parte contou com uma introdução à pesquisa, onde a proposta era devidamente explicada. Uma segunda folha, com informações prévias visava, a partir de nove perguntas, caracterizar o público participante de maneira generalista, sem qualquer identificação comprometedora. É importante ressaltar que esta primeira folha, contendo a introdução e informações prévias (impressa em frente e verso) foi destacada das demais, a fim de não comprometer o anonimato da pesquisa nem mesmo por dedução.

O questionário contou com duas folhas de pesquisa, sendo a primeira ("Ficha de pesquisa número 1") composta por 52 questões objetivando investigar fatores internos que influenciam diretamente o relacionamento trabalhador-empresa (tais como interpessoalidade, ferramentas, relação com o trabalho) e uma segunda ("Ficha de Pesquisa número 2"), contando com 26 questões, visando avaliar fatores externos (tais como família, realização pessoal, lazer), que mesmo não tendo relação direta com os trabalhadores também afetam o desempenho profissional. Uma última parte, nomeada "Folha avulsa", contou com um espaço em branco, onde o trabalhador teve a oportunidade de inserir de maneira livre seu ponto de vista, sugestão, críticas, elogios e demais comentários.

Aplicação

Após contato prévio com as lideranças, visando apresentar a proposta e acordar melhor local e hora para aplicação da pesquisa com os trabalhadores, a apresentação da pesquisa era realizada maneira didática e expositiva, deixando claro ao funcionário o objetivo e benefícios que o conjunto de respostas traria a todos. A aplicação foi realizada de maneira reservada e contou com a presença do estagiário de psicologia, com o objetivo de transmitir sigilo, transparência, comprometimento e acolhimento, bem como esclarecer eventuais dúvidas.

As canetas fornecidas eram idênticas, a fim de manter o anonimato entre as folhas, assim como foi feito destacando a ficha contendo as "informações prévias". Nos setores onde o serviço não utiliza contato diário amplo com leitura, e, portanto, a pesquisa poderia ser algo aversivo, não compreensível ou cansativo, as perguntas foram

lidas e acompanhadas pelos estagiários individualmente, em lugar reservado. Comentários relevantes verbalizados de maneira oral ao estagiário na aplicação da pesquisa foram tabulados entre aspas (""), com consentimento do autor destas.

Tabulação

O processo de organização dos dados foi iniciado por uma planilha nomeada segundo a ordem: Data de aplicação da pesquisa, nome do setor, número de participantes. Cada arquivo contou com uma tabulação geral das informações prévias na primeira planilha, seguida de uma segunda planilha, onde ficou discriminada cada pergunta respondida na "Ficha de pesquisa número 1" (Fatores internos) por participante. Foi feita através de coluna vertical referindo-se a pergunta, e horizontal a resposta dada pelo participante, destacado com um "X". A soma das respostas encontra-se ao final, no "Total".

Numa terceira planilha observamos as respostas referentes a "Ficha de pesquisa número 2", com tabulação idêntica a realizada na planilha anterior. A tabulação desta ficha não foi necessariamente contínua a ficha anterior, visando manter o sigilo de cada participante.

Em uma última planilha, a quarta, foram inseridos os comentários realizados pelos participantes na "Folha avulsa" da pesquisa, espaço reservado para comentários livres.

Diagnóstico

A partir da tabulação dos dados, foi realizado também um Diagnóstico Organizacional, onde se buscou caracterizar a situação em que ocorreu a pesquisa (condições de aplicação), dados relevantes sobre o público abrangido, principais pontos positivos do setor e principais negativos, bem como os comentários dos trabalhadores, de modo anônimo. O número entre parênteses logo após a resposta nos pontos positivos e negativos referiu-se a que pergunta e que ficha de pesquisa se encontra, separadas por um ponto final (.) (Exemplo: 2.1 se refere a pergunta 2 da ficha 1, 12.2, pergunta 12 da ficha 2).

Após a discriminação da pergunta entre parênteses, foi dado o número de respostas "sim" da afirmativa descrita anteriormente, com um outro número, separado por barra (/), que se refere ao número de trabalhadores que responderam a questão analisada, excluindo os que se absteram de responder. Os estagiários também fizeram pontuações e desenvolveram um diagnóstico a partir dos dados descritos.

Em "Análise dos estagiários", foi realizada uma avaliação ilustrada com gráficos, bem como ao final foram feitas propostas de atuação que podem amenizar ou eliminar os problemas postos, em áreas que a Psicologia Organizacional e do Trabalho poderá colaborar e também medidas administrativas. O Diagnóstico Organizacional foi disponibilizado a toda empresa a partir da pasta compartilhada "Público" da rede intranet, e a planilha tabulada foi disponibilizada para todo o setor de Recursos Humanos, a partir da pasta compartilhada "Projetos" da rede intranet. Os integrantes foram orientados e ficaram à disposição para qualquer dúvida ou aprofundamento em alguma questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por ser uma empresa de grande porte e multissetorial, foram notadas as mais diferentes reações à pesquisa, principalmente no que diz respeito a alterar a dinâmica do trabalho. Muitos se sentiram acolhidos, alguns disseram estar a muitos anos na empresa e agradeceram ter, segundo eles, pela primeira vez essa oportunidade de expressão. Alguns trabalhadores mostraram com detalhes como é seu dia a dia e sua atividade de serviço, outros ao finalizar a pesquisa preferiram expressar verbalmente o que sentem na atividade laboral.

Em contraponto, foi encontrado dificuldade em setores onde o trabalho era essencial à população, pois os horários e datas da aplicação ficaram dependentes de uma não solicitação de serviço em um horário vago dos estagiários, e também em setores onde a atividade é realizado por tarefa e não por período de tempo. Comentários pessimistas também foram ouvidos, tais como ironias quanto a quem vai ler a pesquisa, que esta "não passaria de mais um trabalho de escola" e que os problemas são intrínsecos à empresa, cabendo a melhoria somente a uma mudança de cargo ou emprego.

Pode-se notar, após tabulação e soma de resultados, setores onde existe bom relacionamento com a chefia e com o ambiente de emprego, bem como também foram expostas situações que não seriam possíveis aos administradores visualizar não fosse a exposição protegida pelo anonimato da pesquisa, tais como assédio moral,

machismo e racismo.

De maneira geral, o objetivo de dar dinamicidade à Gestão de Pessoas foi cumprido, bem como a opinião do trabalhador foi acolhida pela empresa através desta atividade. O trabalho foi reconhecido pela presidência da empresa, que recebeu, leu todo o trabalho e posteriormente convidou os estagiários a participarem de reunião inicial de planejamento para o próximo ano com cada diretoria, apresentando os resultados referente a cada setor dialogando diretamente com diretores, gerências, chefias e encarregados, expondo a experiência de campo e diagnóstico desenvolvido.

Da conversa individual com a presidência e gerência de Recursos Humanos surgiram propostas e projetos a serem desenvolvidos com os demais setores, a curto/médio/longo prazo, tais como: Valorização do funcionário, através de uma avaliação de desempenho que incentive estudos e promova possibilidade de ascensão; autonomia maior para diretores e chefes, com verba mensal destinada a pequenos ajustes e anual para grandes propostas; revisar contratos vigentes que foram questionados pelos funcionários, tais como o da empresa de marmitex e de EPI considerados inadequados; investimento em treinamentos específicos para os setores e palestras gerais para desenvolvimento individual do funcionário; melhora da comunicação interna, através de um jornal circular com participação e notícias relevantes de todos os setores; contratação de estagiários e empresa da área de comunicação para assessorar melhoria de comunicação com os funcionários e munícipe através das diferentes mídias; investimento em esporte para toda a empresa, através de eventos internos e participação em eventos externos, incitando a criação de equipes nas mais diversas modalidades, visando lazer e aproximação dos funcionários de diferentes atividades.

Com diretorias, gerências e chefias, contando com a presença do setor de Recursos Humanos e presidência, foram realizadas sete reuniões com duração média de duas horas cada uma. Nestas, o estagiário entregou a cada um o respectivo diagnóstico impresso, pedindo para que estes repassassem a seus funcionários, bem como realizou uma exposição explicativa em apresentação visual, onde caracterizou o público e a situação em que os trabalhadores responderam o questionário, elencou comentários positivos a principais pontos positivos observados nas questões referentes a cada setor, e posteriormente discutiu os pontos negativos observados nas respostas, a partir de gráficos, também elencados a comentários negativos. Os participantes ficaram livres para comentar e deixarem suas opiniões a qualquer momento da apresentação.

Foram observadas as mais diferentes reações, desde um questionamento quanto a veracidade dos dados descritos e/ou individualização dos comentários, com o intuito de desqualificar o projeto e os apontamentos tidos por negativos, até o desenvolvimento real de propostas e questionamentos quanto a possibilidade de melhoras nos setores, bem como exposição de questões que já foram superadas e parabenização pelo trabalho realizado pelos estagiários. Ao término de cada reunião, o setor de Recursos Humanos deixava claro que estava disposto a esclarecer eventuais dúvidas e abrir a planilha de dados, caso houvesse interesse.

Mesmo após a entrega dos diagnósticos e apresentações, os estagiários planejavam, até a entrega deste texto, novas visitas aos setores e conversas individualizadas com chefias e gerências referente aos resultados obtidos e planos traçados a partir das diferentes opiniões e observações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como primeira experiência, a proposta cumpriu as expectativas e pode ter sido um primeiro passo para uma nova prática de comunicação na relação trabalhador-organização. Com os resultados finais em mãos, a empresa pode desenvolver um planejamento de forma mais próxima ao trabalhador, ouvindo e analisando propostas vindas de quem vivencia o dia a dia em campo. Através da pesquisa, pode ser observado as mais diversas dificuldades de cada setor, bem como os seus pontos positivos, e a partir daí pautar e planejar ações futuras embasadas em vastas informações próximas a cada atividade.

A experiência descrita evidenciou para os estagiários a importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho em suas formações individuais e reapresentou à empresa uma área do conhecimento rica e viável que nos últimos anos não estava presente. A princípio, a proposta não foi vista como prioridade para a empresa, mas com a nova estruturação do setor de Recursos Humanos e participação ativa dos estagiários, aconteceu de maneira satisfatória. Foi observado que a conversa direta com chefias, gerentes, diretores e presidente foi fundamental na substituição paulatina do receio e cautela em relação aos projetos por reconhecimento da importância e motivação a mudanças a partir de novas reflexões.

A ida dos estagiários aos setores, principalmente mais distantes da sede administrativa, apresentou aos trabalhadores uma nova alternativa de comunicação e acolhimento, e para os estagiários foi fundamental, pois assim foi realizado de certa maneira empírica, inclusive sentindo e vivenciando os problemas relatados em pesquisa quando

ali estavam. Devido a estas idas, o relato foi feito com maior propriedade e a oportunidade de ver o "invisível" foi posta a partir da compreensão e diálogo presencial com trabalhadores que fazem da cidade um lugar habitável, porém não são reconhecidos por isso, principalmente devido ao ritmo de vida acelerado das relações cotidianas por vezes superar e não suscitar reflexão ao munícipe. A experiência foi fundamental não apenas como futuros psicólogos, mas como cidadãos, que entre tantas outras mudanças pessoais, nunca mais olharão para o semáforo, placa de sinalização de trânsito, grama capinada, remanejamento de vias, locais públicos limpos e terminal rodoviário da mesma forma. Isso nos permite afirmar, portanto, que a Pesquisa de Clima Organizacional, por sua simples aplicação, já produziu mudanças, no sentido de abrir para um olhar mais crítico e de diferente reconhecimento, desde os estagiários-pesquisadores até os trabalhadores envolvidos e suas lideranças organizacionais.

Concluímos o trabalho de pesquisa desejando que a organização e, em especial, seus gestores, tenham coragem suficiente para por em prática o conjunto das sugestões de intervenção e mudanças estruturais apontadas, posto que isto sim, poderia representar um avanço maior, ou seja, possibilidades de mudanças na qualidade de vida no trabalho, como preconiza em sua missão a Psicologia Organizacional e do Trabalho.

REFERÊNCIAS

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Prod.**, São Paulo, v. 16, n. 2, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Administração de Recursos Humanos.** Barueri: Manole, 2010.

PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth; PACHECO, Érica Augusta; SEVERINO, Aline Fernandes. Clima organizacional e estresse em equipes de trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, abr. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CULTURA ORGANIZACIONAL E ENTIDADES DE ECONOMIA SOCIAL: ENVOLVIMENTOS E DESENVOLVIMENTOS
ORGANIZATIONAL CULTURE AND SAVING ENTITIES SOCIAL: WRAPS AND DEVELOPMENTS

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CONDUTA, Luis Fernando
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Professor Assistente/Colaborador da Etec/Marília. Mestrando em Ciência da Informação pelo programa de Pós-Graduação da UNESP de Marília
fernando.condutta@gmail.com

SOUZA, Marlene de Fátima Campos
Centro Universitário Eurípides de Marília
Professora do Centro Universitário Eurípides de Marília. Doutoranda em Serviço Social pela Pontífica Universidade Católica – PUC
marlene@univem.edu.br

SABES, Silvana Festa
Centro Universitário Eurípides de Marília
Professora do Centro Universitário Eurípides de Marília. Mestranda em Ciências Contábeis pela Pontífica Universidade Católica – PUC
silvanafsabes@gmail.com

KOMATSI, Denny Hideki
Centro Universitário Eurípides de Marília
Assistente de contabilidade no Centro universitário Eurípides de Marília Bacharelando em ciências contábeis pelo Centro universitário Eurípides de Marília
denny@univem.edu.br

SILVA, Juarez Pereira da
Centro Universitário Eurípides de Marília
Assistente de contabilidade no Centro universitário Eurípides de Marília. Bacharel em ciências contábeis pelo Centro universitário Eurípides de Marília
juarez@univem.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar as bases conceituais e os desdobramentos acerca das organizações de economia social e respectivamente evidenciar os aspectos relativos à cultura organizacional intrínsecas nessas entidades. No referencial teórico foi desenvolvida a teorização acerca da economia social e economia solidária, salientando a distinção entre esses dois termos que são comumente confundidos. Apresentou-se o surgimento do terceiro setor no Brasil, sua atuação e uma relação entre economia social e terceiro setor, relatando suas distintas origens e conceitos. Ressaltou-se também que existem pontos relevantes que devem ser destacados a respeito da cultura nas organizações de economia social, um deles é o aspecto cultural intrínseco nos membros dessas organizações, havendo, por conseguinte, choques culturais. Desse modo salienta-se que as organizações definidas como pertencentes à economia social e ao terceiro setor aparecem com maior interface com o Estado ou com o mercado, sendo assim, sua forma de funcionamento se aproxima da lógica econômica, ou do mundo do sistema. Portanto, a cultura organizacional de uma forma ou de outra está intrínseca nos membros gestores (valores) das entidades de economia social. E consequentemente a força motriz (núcleo da cultura) das organizações ligadas à economia social está pautada no bem-estar social da coletividade.

Palavras-chave: Economia social. Terceiro setor. Cultura organizacional.

Abstract

This study aims to identify the conceptual basis and the developments concerning the social economy organizations and respectively show the intrinsic aspects of the organizational culture in these entities. The theoretical framework was developed theorizing about the social economy and solidarity economy, stressing the distinction between these two terms are commonly confused. He presented the emergence of the third sector in Brazil, its operations and relationship between social economy and the third sector, reporting their different origins and concepts. It also pointed out that there are issues that need to be highlighted about the culture in social economy organizations, one of them is the intrinsic cultural aspect in members of these organizations, having, therefore, cultural clashes. Thus it is noted that the organizations defined as belonging to the social economy and the third sector appear more interface with the state or the market, and thus its operational approaches of economic logic, or system in the world. Therefore, the organizational culture in one way or another is inherent in managing members (values) of the entities of social economy. And consequently the driving force (the core culture) of organizations linked to the social economy is guided in the collective social welfare.

Keywords: Social economy. Third sector. Organizational culture.

1 INTRODUÇÃO

A economia social comumente é confundida com a economia solidária, devido a isso se inicia as explanações distinguindo esses dois termos, e desse modo fornecendo um panorama geral a respeito das mesmas, ressaltando alguns pontos relevantes para o aprimoramento das discussões.

De acordo com Gaiger, Dal Ri e Vieitez, Sarria (2000) e Singer (2001) os termos economia social e economia solidária estão intimamente ligados ao terceiro setor. No entendimento de Fernandes (1997) o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Depois de dada à conceituação inicial acerca de economia social e seus desdobramentos, partiremos para o aspecto da cultura organizacional, e sua ligação com a economia social, dando destaque ao aspecto da força motriz. Destacamos outro ponto que está relacionado à dimensão interna da cultura organizacional, no qual se prendem com a gestão interna da organização, ao nível dos valores e das práticas.

Diante do exposto, parte-se da seguinte questão-problema: De que modo se desenvolve a relação das organizações de economia social com sua cultura organizacional? Quais são seus elementos de maior relevância? Tal questionamento será o pilar mestre das discussões envolvidas nesse trabalho. E esse estudo tem como objetivo geral identificar as bases conceituais e os desdobramentos acerca das organizações de economia social e respectivamente evidenciar os aspectos relativos a cultura organizacional intrínseca nessas entidades.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa classifica-se como bibliográfica e quanto à abordagem do problema classifica-se como qualitativa.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 ECONOMIA SOCIAL

Segundo Reis (2004) Economia Social assumiu importância no mundo inteiro, nas mais diferentes formas, sendo o cooperativismo o seu maior expoente. São nessas estruturas econômico-associativas resultantes da organização dos trabalhadores, esses investem suas economias para, através da autogestão, promover o progresso social e a ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica.

Segundo Barea apud Irion (1997, p. 25) a economia social é composta por um

> "conjunto de empresas privadas que atuam no mercado com a finalidade de produzir bens e serviços, segurar e financiar, e nas quais a distribuição dos benefícios e as tomadas de decisões não estão ligadas diretamente ao capital de cada sócio. [...]. [Com] a finalidade de serviços aos membros e ao meio social, autonomia de gestão, os processos de decisão democráticos e a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos resultados. "

De acordo com Reis (2004, p. 14)

> "percebe-se que esta se apresenta como uma forma de economia que possui idéias próprias, mas que utiliza algumas características da forma capitalista, como a livre iniciativa de organização, a competição no mercado e a propriedade privada dos meios de produção (entendidos como sendo privativos de uma coletividade), e, também, da economia estatal, por não se caracterizar pelo lucro, onde o bem-estar coletivo é sua força motriz." (grifo nosso)

É de suma importância ressaltar que as estruturas geridas pela economia social são compostas por cidadãos livres, que estão articulados e organizados por meio de empreendimentos com objetivos econômicos e sociais, sendo que os resultados adquiridos por esses empreendimentos são distribuídos entre os membros e a sociedade da qual estão inseridos.

As intensas transformações nas estruturas de mercado de trabalho que vem ocorrendo nas últimas décadas, e provocando dificuldades de cunho econômico-sociais não só a classe trabalhadora, mas a todos os setores da sociedade, e assim fez com que essa forma econômica (economia social) se segregasse em outras formas econômicas, a fim de atender esses setores, ganhando mais destaque a forma econômica intitulada como economia solidária.

Abaixo são expostos exemplos de entidades que desenvolvem a economia social:

A. Associação - É uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Podem destinar-se a inúmeros fins: culturais, recreativos, desportivos, de pais, estudantis, de proteção civil.

B. Mutualidade - O objetivo é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares. E, sobretudo trabalham aparecem nas áreas da saúde, ação social e regimes complementares de Segurança Social.

C. Cooperativa – Existem as cooperativas agrícolas, essas são as mais conhecidas, mas há outras formas de cooperativas, tais como: de habitação, consumo, culturais, de ensino e de desenvolvimento. Essas são associações autônomas e voluntárias que visam satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais dos associados, através da cooperação democrática entre seus membros.

D. Misericórdia - Associações constituídas de acordo com o Direito canônico para satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.

E. Fundação - Pessoa coletiva, sem fins lucrativos, cujo patrimônio foi-lhe irrevogavelmente dado e é suficiente para prosseguir os fins, que têm de ser de interesse social, em benefício da sociedade, mas não do fundador ou pessoas das suas relações.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo Razeto (1997) a economia solidária é um modo de fazer economia no qual implica os comportamentos sociais e pessoais, isso partindo do plano da organização da produção e das organizações, como nos sistemas de destinação dos recursos e distribuição dos bens e serviços produzidos.

A economia solidária como uma forma de empreendimento econômico prático se demonstra com o propósito de ser constituído e aprendido a partir do pressuposto teórico comportamental que é a solidariedade entre os homens.

De acordo com Laville (1994), a economia é composta de diversos setores, economia de mercado, de não mercado e não monetária; partindo desses pressupostos, trabalhos voluntários fazem parte da economia solidária.

Em outras palavras a economia solidária é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Essa forma econômica vem se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda. Ela é composta por um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição e consumo, geridas sob uma forma de autogestão. Logo abaixo estão descritas as características que compõem a economia solidária:

- Cooperação;
- Autogestão;
- Dimensão econômica;
- Solidariedade

2.2.1 NO BRASIL

Esse termo surgiu no Brasil pela primeira vez em 1993, em um dos textos do autor chileno Razeto:

> uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços

> constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Razeto (1993, pg. 40)

Porém, apenas tempos depois que a economia solidária no Brasil tomou forma, dando destaque dentre os principais teóricos para Paul Singer, que foi quem preconizou muitos aspectos da economia solidária. O mesmo organizou uma obra intitulada como A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.

2.2.2 NO MUNDO

Abordar a economia solidária no mundo está extremamente ligado às mudanças do mundo do trabalho, exigindo que se considere o processo de reestruturação produtiva. As relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado.

Para Singer (2003) a economia solidária é um conceito que surgiu no final do século XX e retoma a idéia de solidariedade no sistema produtivo em contraposição à idéia do individualismo competitivo característico das sociedades neoliberais capitalistas.

De acordo com Singer (2003) o conceito se refere à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se relacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo.

Economia Solidária no mundo é compreendida pela sua influência nas relações de trabalho contemporâneo, ou seja, como um instrumento de poder econômico.

Com isso o conceito de trabalho na economia solidaria proporciona uma nova lógica financeira produtiva.

Externamente, a economia solidária se assenta em redes de colaboração solidária. Busca-se que entre os diferentes setores da sociedade organizada se exija o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, além do estímulo a formação de alianças estratégicas entre organizações populares. Dessa forma, a democracia interna também é fomentada externamente por meio do incentivo ao exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania. Ou seja, construção de uma comunidade soberana, amparada pelo exercício da democracia e da gestão participativa. (Grupo de Trabalho de Economia Solidária do FSM 2002, 2008).

A economia solidária no mundo alia-se a um projeto social no qual os movimentos encaminhar-se na ação pela igualdade e pela solidariedade e alia as mais diversas reivindicações, com objetivo comum da construção ideal de sociedade.

2.3 ECONOMIA SOCIAL E ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

2.3.1 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor teve sua origem no Brasil com as instituições filantrópicas no final do século XIX, quando surgiram as Santas Casas de Misericórdias e demais instituições criadas pela Igreja, que buscavam a prestação de serviços e a assistência às comunidades carentes daquela época.

No Brasil, o trabalho das entidades que compõem o Terceiro Setor passou a ser mais conhecido e divulgado a partir dos anos 90, quando se nota que o papel desse setor na sociedade torna-se cada vez mais relevante, isto em decorrência, principalmente, da limitação do Estado em cumprir suas obrigações e atendimento à sociedade em suas necessidades básicas.

Para melhor entendimento em um conceito mais amplo que se destaca é o de Barbieri, (2008, p. 57), segundo o qual o Terceiro Setor pode ser conceituado como o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.

Assim, para melhor esclarecer, apresentamos um breve histórico do Terceiro Setor desde as obrigações primárias, que eram do Estado, até os dias atuais. A sociedade, com o passar do tempo, percebeu as necessidades e carências gerais que eram comuns a todos. Assim, surgiu o Estado, responsável pela tributação, com o objetivo de arrecadação e com a finalidade de prestação de serviços à comunidade em geral.

Entende-se que a atuação do Estado é muito ampla, porém limitada em atendimento a todas as demandas sociais, tendo um atendimento prioritário às principais reivindicações e à vontade do povo, que representa a sociedade como um todo.

Conforme o entendimento de Rafael (1997, p. 26), a finalidade principal do Estado é "[...] gerir, guardar, conservar e aprimorar todos os bens, interesses e serviços da coletividade, para bem servir a todos os cidadãos".

A sociedade, observando a limitação do Estado, buscou alternativas para suprir suas necessidades e melhorar a condição de vida das pessoas, organizando-se em entidades, sem fins lucrativos, que visassem uma melhoria por meio de atividades sociais, com a finalidade de preencher uma lacuna deixada pelo Estado, mediante serviço oferecido pelas entidades do Terceiro Setor, atuando muitas vezes em parceira com o Estado.

Com a Constituição Federal de 1988, implantou-se algo que pode ser considerado um marco para a sociedade brasileira: a Seguridade Social. A seu respeito, destacamos o artigo 203, que dispõe sobre os objetivos da Assistência Social, que seria o de prestar assistência a quem dela necessitar, independente de contribuição social. Todavia, esse foi apenas o início. Após 1988, a Seguridade Social foi definitivamente regulamentada pela Lei nº 8.212/91, que deu tratamento à Organização da Seguridade Social e ao Plano de Custeio.

Podemos afirmar, então, que a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Terceiro Setor passou a exercer um trabalho de forma ainda mais sólida, tornando-se cada vez mais imprescindível à sociedade, e que conforme mencionado anteriormente, o setor público era limitado e não possuía condições de atendimento amplo às necessidades básicas da sociedade.

As entidades de economia social se aproximam e em determinados pontos e se interagem com as entidades do Terceiro Setor em alguns aspectos, porém se diferem entre elas pelo fato do terceiro setor possuir maior amplitude de ações, porém não podemos deixar de destacar a importância da economia social para o terceiro setor.

No gráfico abaixo demonstra graficamente os três sistemas da economia: Primeiro setor (Privado), segundo setor (Público) e terceiro setor. Ressalta-se que o terceiro setor possui certa ligação com a economia social.

Na figura 1 a orientação geral de Pearce é elevar o terceiro setor para uma posição muito mais estratégica e dominante, como forma de organizar a nossa vida econômica. Dentro deste terceiro setor, ele destaca a economia social como a parte mais orientada e organizada de mercado do sistema de mútua.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL E SEU ELO COM A ECONOMIA SOCIAL

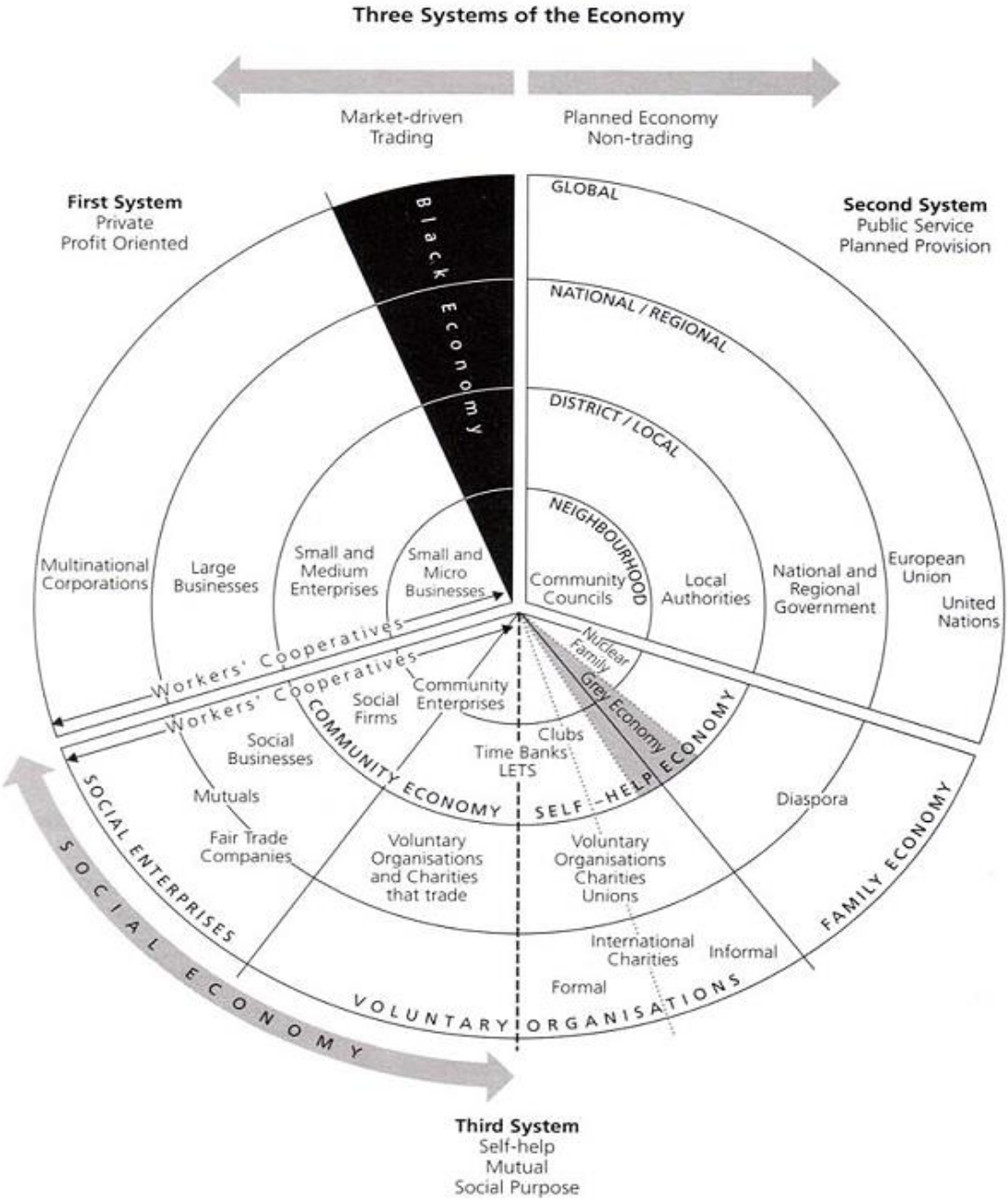
Existem pontos relevantes que devem ser destacados a respeito da cultura nas organizações de economia social, um deles é o aspecto cultural intrínseco nos membros dessas organizações, havendo, por conseguinte, choques culturais. Para que se possa ampliar o arcabouço de discussões faz-se necessário salientar que a cultura organizacional é o modelo dos pressupostos básicos que determinado grupo tem inventado, descoberto ou desenvolvido no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna. Uma vez que os pressupostos tenham funcionado bem o suficiente para serem considerados válidos, são ensinados aos demais membros como a maneira correta para se perceber, se pensar e sentir-se em relação àqueles problemas. (Schein, 1982).

Conforme relatado anteriormente às organizações ligadas ao conceito de economia social possui autonomia na sua gestão e os processos decisórios são democráticos, nesse ponto da dimensão interna da cultura organizacional que se sobressai os valores e as práticas de cada membro gestor dessas organizações. Já os valores voltados ao aspecto da organização em si são baseados na reciprocidade, autoajuda, cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, dando assim maior prioridade a esses valores do que a maximização dos lucros.

Segundo Chiavenato (2009), os valores são o conjunto de conceitos, filosofias e crenças gerais que a organização respeita e pratica, e estão acima das práticas cotidianas para busca de ganhos em curto prazo. E constitui um elemento periférico do constructo da cultura organizacional.

Segundo Reis (2004) a economia social tem como força motriz o bem-estar social da coletividade, e tendo como foco o seu produto; exemplificando: O Univem (caráter filantrópico), foca no produto (prestação de serviço).

Figura 1 – Os Três Sistemas Da Economia



Fonte: Pearce (2003)

4 CONCLUSÃO

Salienta-se que as organizações definidas como pertencentes à economia social e ao terceiro setor aparecem com maior interface com o Estado ou com o mercado, por isso, sua forma de funcionamento se aproxima da lógica econômica, ou do mundo do sistema. De outra forma, as organizações designadas como de economia solidária têm maior imbricação com a esfera da sociedade civil, prevalecendo, nestes casos, as relações de proximidade e reciprocidade.

A cultura organizacional de uma forma ou de outra está intrínseca nos membros gestores (valores) das entidades de economia social. E como ressaltado anteriormente a força motriz (núcleo da cultura) das organizações ligadas à economia social está pautada no bem-estar social da coletividade, e assim mantendo seu foco no produto.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. **As particularidades da gestão em organizações da economia solidária.** Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Campinas, SP, Brasil, 25. 2001.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para as organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BARBIERI, Carla Bertucci**. Terceiro setor**: desafios e perspectivas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituiçao.htm>. Acesso em: 06 dez. 2014.

CAERO, Joaquim Manuel Croca. **Economia Social:** Conceitos, fundamentos e tipologia- Insituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Ver. Katál. Florianópolis v.11 n. 1.p.61-72 jan/jun.2008

CARVALHO, V. D.; SOUZA, W. J. **Pobres no ter, ricos no ser: trabalho voluntário e motivação na Pastoral da Criança.** Revista de Administração Contemporânea. vol. 11, no. 2 Curitiba Abr./Jun. 2007

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** Editora Campus. 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência social. São Paulo: Cortez, 1982.

FERNANDES, R*ubem César. Privado, Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina* . 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

Grupo de Trabalho (GT) de Economia Solidária para o lançamento do debate sobre Economia Solidária FSM 2002, Porto Alegre. Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. IN: **Desafios da Economia Solidária**. 1ºed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Lê Monde Diplomatique Brasil).

HALL, R. H. **Organizações: estruturas e processos**. Rio de Janeiro: PrenticeHall do Brasil, 1978.

HAGENBUCH, W. Economia social. Manuais de economia. Zahar Editores. 1961.

IRION, João E. **Cooperativismo e Economia Social.** São Paulo: STS, 343 p. 1997.

Jornal de notícias. [Internet]. **O que é a economia social?** Publicado em 28 Set 2013. Disponível em: http://www.jn.pt/Dossies/dossie.aspx?content_id=3447465&dossier=Economia%20Social&page=-1. acessado em: 02 de novembro de 2014.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire.** Paris: Desclée de Brouwer. 1994.

MONZÓN,J.L, La economia social: tercer sector de un Nuevo scenario.In _____;DEFOURNY,J.(Dir.). Economia social, Entre economia capitalista e economia pública, Madrid:CIRIEC, 1992

PEARCE, J. **Social enterprise in Anytown.** London: Calouste Gulbenkian Foundation, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito.** São Paulo: Melhoramentos, 1997.

RAZETO, Luiz M. **Los caminhos de La Economia de Solidaridad.** Bueno Aires: LUMENHVMANITAS, 1997, 240 p.

SCHEIN, E. H. **Psicologia Organizacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1982.

SINGER, Paul. Economia solidária. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, Marlene de Fátima Campos. Contabilidade do Terceiro Setor, São Paulo. Ed. Letras Jurídicas. 2012

A GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: RESGATE TEÓRICO E O CASO DE UMA EMPRESA DO SETOR METALÚRGICO

CORPORATE GOVERNANCE IN BRAZIL: THEORY AND RESCUE THE CASE OF A COMPANY IN THE METALLURGICAL SECTOR

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SILVA, Juarez Pereira da
Centro Universitário Eurípides de Marília
Assistente de contabilidade no Centro universitário Eurípides de Marília. Bacharel em ciências contábeis pelo Centro universitário Eurípides de Marília
juarez@univem.edu.br

KOMATSI, Denny Hideki
Centro Universitário Eurípides de Marília
Assistente de contabilidade no Centro universitário Eurípides de Marília Bacharelando em ciências contábeis pelo Centro universitário Eurípides de Marília
denny@univem.edu.br

CONDUTA, Luis Fernando
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Professor Assistente/Colaborador da Etec/Marília. Mestrando em Ciência da Informação pelo programa de Pós-Graduação da UNESP de Marília
fernando.condutta@gmail.com

FADEL, Bárbara
Centro Universitário de Franca
Professora titular do Centro Universitário de Franca e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp de Marília
bafadel@facef.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o impacto que a implantação da Governança Corporativa provoca nas ações práticas das organizações e os consequentes reflexos nas tomadas de decisões. Salienta-se ainda que o presente trabalho se justifica pelo interesse em conhecer e divulgar as práticas de uma organização que adota em suas políticas a forma de gestão corporativa preocupando-se com a saúde financeira e estrutural da empresa. A governança corporativa é um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, também denominadas como sendo um conjunto de práticas, processos, políticas, leis, regulamentos e relacionamentos entre os membros de uma empresa, que rege a maneira como ela é dirigida, administrada ou controlada. A empresa em estudo, que adotou o sistema de governança corporativa, e todas as outras que também são denominadas empresas familiares, possui características que diferenciam das demais formas de organização empresarial. Em 2011, um estudo realizado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) traçou o diagnóstico da gestão na empresa com o objetivo de incentivar ainda mais sua adoção. Portanto, o trabalho foi realizado com base em revisão de literatura e um estudo de caso numa empresa metalúrgica que tem implantado, nos últimos anos, a governança corporativa na sua gestão. Mesmo com perdas dos membros familiares, os resultados demonstram que embora a empresa passando por dificuldades no processo, a aceitação de mudança tem alcançado resultados positivos de melhora no mercado e na qualidade dos procedimentos internos e uma melhor profissionalização em sua gestão.

Palavras-chave: Governança corporativa, empresas familiares, gestão da governança.

Abstract

This study aims to understand the impact that the implementation of Corporate Governance practices causes the actions of organizations and the resulting reflections in decision making. Note also that the present work is justified by the interest in learning, and disseminate the practices of an organization that adopts its policies in the form of corporate management worrying about the financial and structural health of the company. Corporate governance is a system by which organizations are directed, also known as a set of practices, processes, policies, laws, regulations and relationships between the members of a company, which governs the way it is directed, administered and controlled . The company under study, which adopted the corporate governance system, and all others that are also called family businesses, has characteristics that differentiate it from other forms of business organization. In 2011, a study by the IBGC (Brazilian Institute of Corporate Governance) traced the diagnosis of management in the company in order to further encourage its adoption. Therefore, the study was based on literature review and a case study in a metallurgical company that has deployed in recent years, corporate governance in its management. Even with loss of family members, the results show that although the company experiencing difficulties in the process, the acceptance of change has reached positive results of improvement in the market and the quality of internal procedures and improved professionalism in its management.

Keywords: Corporate governance, family business, governance management.

1 INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa (GC) possui um papel fundamental no ambiente organizacional para que as informações tornem-se mais transparentes, isso devido a suas reguladas práticas administrativas proporcionadas pela GC, pode-se também evidenciar que os processos se reconfiguram para serem mais eficientes e eficazes, promovendo consequentemente um maior retorno financeiro para as empresas, esses são alguns fatores que fazem com que os sócios, acionistas e investidores se interessem por tal modelo de gestão.

Segundo Oliveira (2006, p. 17) a governança corporativa é o conjunto de "práticas administrativas que vem para aperfeiçoar o desempenho das empresas e proteger, de maneira equitativa todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governo – facilitando o seu acesso às informações básicas e melhorando o modelo de gestão". A governança corporativa oferece, portanto, mais credibilidade e confiança da administração perante seus investidores e,consequentemente ao mercado financeiro de ações, esse último acaba sendo um dos mais privilegiados por essas boas práticas administrativas, dando maior suporte aos acionistas e possíveis investidores.

No Brasil, a empresa familiar possui significativa importância e é destaque no mercado financeiro e produtivo do país; apesar disso, a adesão pela Governança Corporativa ainda é muito pequena, a opção por essa forma de administração torna-se mais difícil, pois os proprietários nem sempre desejam abrir mão do controle à frente de seus negócios.

Em relação às empresas familiares Bornholdt (2005, p. 20), relata que elas são:

> "(...) construídas ao longo da história quando a empresa deixa de ser "unipessoal" (onde há um único dono) e passam a ser de um grupo de irmãos, para, depois, passarem a um consórcio de primos; enfim, a uma sociedade de pessoas mais complexa. Nesse caso, além do trabalho e da renda, o que une essas a pessoas em torno de uma empresa são os seus vínculos familiares e societários. Os laços familiares estão aglutinados em torno de uma espiritualidade de crenças e valores".

Diante do exposto, parte-se para seguintes problematizações: De que modo a governança corporativa se desenvolve nas organizações e quais são seus pontos mais importância e seus benefícios? Como a organização objeto desse estudo identifica e percebe as mudanças proporcionadas pela implantação da governança corporativa?

E assim, na tentativa de responder a este questionamento, o objetivo principal do presente trabalho é compreender o impacto que a implantação da governança corporativa provoca nas ações práticas das organizações e os consequentes reflexos nas tomadas de decisões. Salienta-se que também serão demonstrados os modelos de governança corporativa em atividade no Brasil e no mundo, e apresentar o caso de uma empresa familiar do ramo metalúrgico, localizado na cidade de Marília-SP.

O presente trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica, pois essa que se adéqua melhor aos temas apresentado. Destaca-se que além de bibliográfico o presente trabalho apresenta-se como sendo

de caráter exploratório. Como mencionado anteriormente foi desenvolvida primeiramente a pesquisa bibliográfica tomando-se como base livros, sites, artigos e revistas especializadas com a proposta de fundamentar cientificamente as questões relativas ao conteúdo da pesquisa. Tendo como próximo passo a elaboração de um questionário a ser aplicado na empresa do ramo metalúrgico objeto desse estudo, aplicação desenvolvida tendo como proposta verificar de que maneira a organização percebeu e implantou o sistema de governança corporativa e quais são seus efeitos nas práticas internas dessa organização. A empresa objeto desse trabalho solicitou sigilo quanto à sua identidade.

O trabalho justifica-se pelo interesse em conhecer e divulgar as práticas de uma organização que adota em suas políticas a governança corporativa preocupando-se com a saúde financeira e estrutural da empresa.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em meados dos anos 90, uma grande crise financeira adquirida por uma série de escândalos econômicos nos Estados Unidos, gerado pelos diretores executivos das maiores e mais importantes companhias americanas. Surgia por interesses de seus sócios e investidores, o modelo de Governança Corporativa. Veio melhorar a prática de gestão das empresas.

Também, de acordo com o IBGC (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2014),

> Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade. (IBGC, 2014)

2.1 MODELOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo o IBGC (2010), os sistemas de Governança Corporativa em funcionamento podem ser divididos em duas vertentes:

1. ***Outsider System:*** acionistas pulverizados e tipicamente fora do comando diário das operações da companhia; aqui, encontra-se o modelo anglo-saxão adotado nos Estados Unidos e no Reino Unido, que é caracterizado da seguinte forma:
   - estrutura de propriedade dispersa nas grandes empresas;
   - papel importante do mercado de ações na economia;
   - ativismo e grande porte dos investidores institucionais; e
   - foco na maximização do retorno para os acionistas (*shareholdersoriented*).

   - ***"Insider System":*** é aquele em que grandes acionistas estão no comando das operações diárias, diretamente ou por pessoa de sua indicação. estrutura de propriedade mais concentrada;
   - presença de conglomerados industriais-financeiros;
   - baixo ativismo e menor porte dos investidores institucionais; e
   - reconhecimento mais explícito e sistemático de outros *stakeholders* não financeiros, principalmente funcionários (*stakeholdersoriented*).

2.2 *STAKEHOLDER*: OS GRANDES INTERESSADOS PELA IMPLANTAÇÃO DA GC NAS ORGANIZAÇÕES

A origem do termo *stakeholder* é atribuída ao filósofo Robert Edward Freeman; seu significado está direcionado ao público estratégico, referindo-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de Governança Corporativa executadas pela empresa; de maneira mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de caráter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a missão de uma organização).

Na atualidade, o emprego da palavra *stakeholder* está se tornado cada vez mais comum, uma vez que seu referente é uma peça muito importante para contribuir no desempenho de uma organização e influenciar as atitudes e ações dentro da empresa; ao entender a importância dos *stakeholders*, o responsável pelo planejamento ou plano consegue ter uma visão mais ampla de todos os envolvidos em um processo ou projeto e saber de que maneira eles podem contribuir para a otimização deste.

BETHLEM (2004, p. 45) afirma,

> (...) *stakeholder* é alguém que arrisca parte ou todo um valor ou bem de sua propriedade, apostando no resultado da atuação de uma empresa, e que ao fazer esta aposta vai

provocar reflexosnos resultados da empresa. São os acionistas, fornecedores, clientes, governos, grupos de interesses especiais, sindicatos de trabalhadores e patronais, instituições financeiras, competidores e a mídia.

Pelo modelo que envolve a existência dos *stakeholders*, surgido na década de 80, a empresa é vista como uma organização social que deve trazer algum tipo de benefício a todos os parceiros de negócios ou partes interessadas, ou seja, os próprios s*takeholders.* Nele, o lucro alcançado pela empresa é dividido, proporcionalmente, de acordo com a participação de cada elemento: acionistas ou proprietários (*shareholders*), clientes, fornecedores, etc

2.3 A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A importância da Governança corporativa deve-se aos fundamentos consolidados e definidos a partir de princípios éticos aplicados na condução dos negócios das companhias e da forma de demonstrar clareza a seus proprietários. Assim, seu desenvolvimento e sua afirmação têm raízes micro e macroeconômicas.

Da mesma forma, a prática dos princípios de transparência, equidade e responsabilidade pelos resultados ante os fundadores, sócios e herdeiros irá ajudar a evitar conflitos e consequências desagradáveis geradas por muitos donos (proprietários) de empresas familiares ao longo do tempo. Teoricamente, na econômica tradicional, a Governança Corporativa surge para procurar e superar o chamado "conflito de agência", que, segundo levantamentos estimativos é um problema enfrentado por mais de 80% das empresas atualmente.

Bedicks (2012, p. 20) elenca os principais benefícios proporcionados pela GC:

- **Benefícios Internos**
  - Aprimoramento da gestão e do sistema de tomada de decisão;
  - Qualidade dos relacionamentos da organização com seus diversos públicos.
- **Benefícios Externos**
  - Acesso aos recursos (financeiros, humanos, tecnológicos, etc.).
- **Benefícios Internos e Externos**
  - Separação clara de papéis entre sócios, conselheiros e executivos;
  - Aprimoramento do processo decisório da alta gestão – etapas de iniciação, ratificação, implementação e monitoramento;
  - Aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho e recompensa dos executivos;
  - Diminuição da probabilidade de ocorrência de fraudes –gerenciamento de riscos;

2.4 A GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

Conforme MALACRIDA e YAMOTO (2006), no Brasil, foi criado o Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa, que objetivava mostrar caminhos para atender a todas as empresas, de tal forma que fossem melhorados o desempenho e a agilidade no acesso ao capital.

Igualmente, a evolução da governança corporativa no Brasil encontra-se centralizada na relação entre administradores e acionistas, seguindo o modelo de governança corporativa norte-americana, quando, também na década de 80, iniciaram os primeiros atritos entre diretores e acionistas (VIEIRA; MENDES, 2006).

3 CONCEITOS E DADOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS EMPRESAS FAMILIARES

Denomina-se empresas familiares, todas aquelas organizações criadas, desenvolvidas e administradas por membros de uma própria família, que, por sua vez, detêm o controle total da mesma, isto é, atuam desde a diretoria até outros níveis de hierarquia.

DONNELLEY (1967), por sua vez, classifica como familiar toda empresa que esteja ligada a uma família durante, pelo menos, duas gerações, cuja ligação resulta numa influência recíproca.

SILVA Jr. (2005) destaca que a empresa familiar é o modelo de empreendimento que mais cresce em todo o mundo e predomina entre os demais tipos de organizações existentes, constituindo a maior fonte geradora de riquezas e de empregos para os países onde se encontra instalada.

4 O UNIVERSO DE PESQUISA: EMPRESA DO RAMO METALÚRGICO

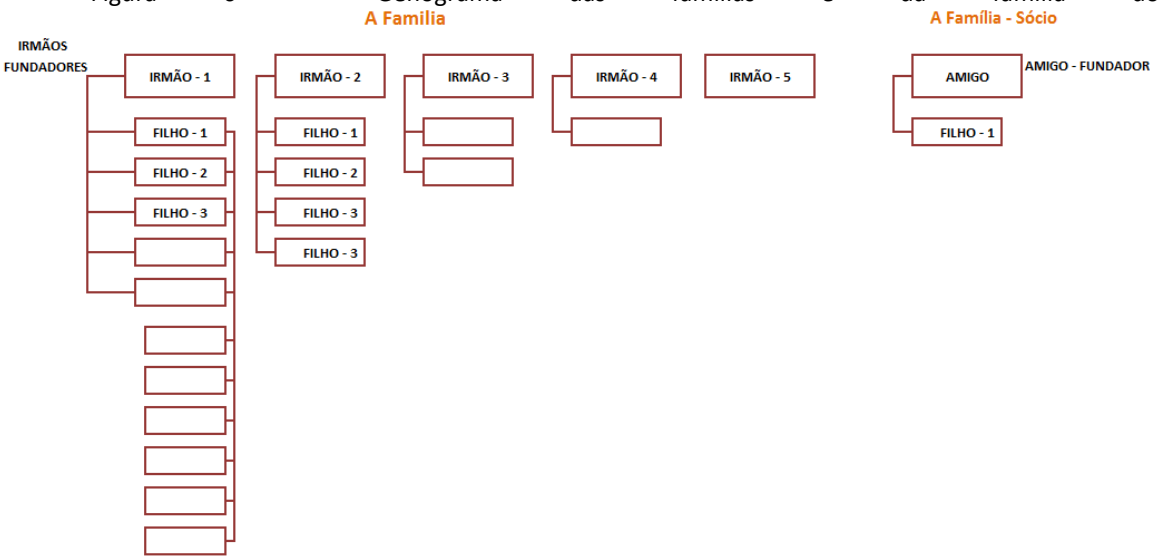
Em 2002, um dos irmãos, o quinto no quadro abaixo, então diretor-presidente, se afastou da gestão e foi conduzido à presidência do conselho. O irmão mais novo assumiu a função de diretor-presidente até o falecimento do irmão afastado, quando passou a acumular os dois cargos. Em meados de 2004, cumprindo a promessa de acumular, apenas temporariamente os cargos, o terceiro irmão se afastou da gestão da companhia, permanecendo somente no cargo de presidente do conselho. A primeira transição de geração familiar no comando da empresa foi, então, feita,

quando o segundo filho do fundador 1 (um), assumiu como diretor-presidente. Segundo filho era vice-presidente industrial da empresa e participou da primeira transição planejada, pois irmão terceiro havia avisado de seu desligamento com seis meses de antecedência.

Em um estudo de caso realizado em 2011 pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), a empresa contava com 13 familiares controladores em sua administração: quatro conselheiros de administração, sendo o presidente do Conselho um familiar; o diretor vice-presidente de relações institucionais primeiro filho do segundo irmão, para manter o nome da família na empresa, e oito herdeiros que começaram a trabalhar na empresa em 2003.

Para melhor compreensão, a figura 6 a seguir considera apenas família quem trabalha ou já trabalha na empresa.

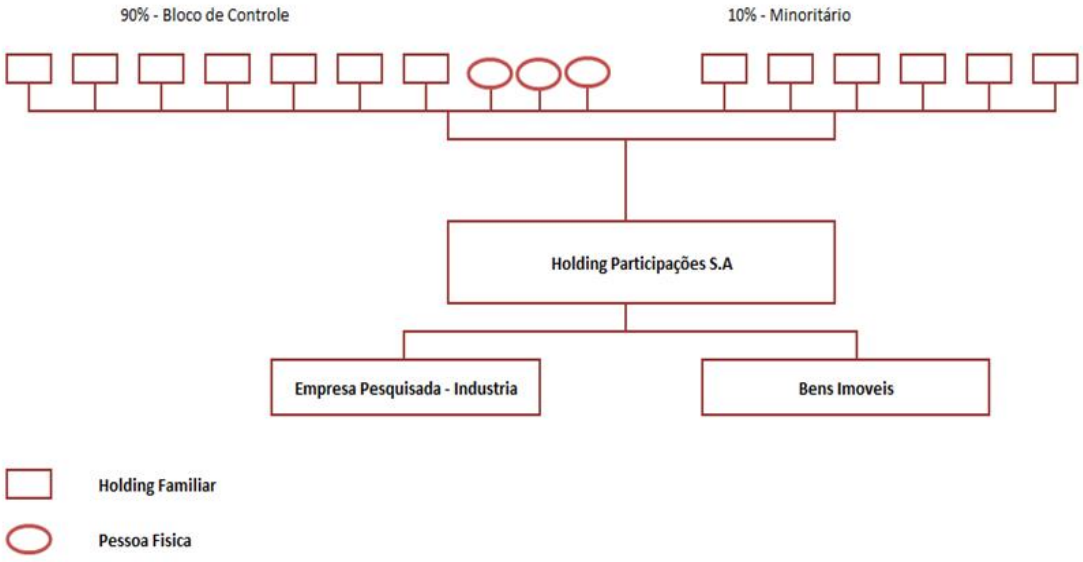
Figura 6 - Genograma das famílias e da família do sócio



Fonte: IBGC (2011, adaptado pelos autores)

Ainda sobre o estudo realizada pelo IBGC em 2011, a empresa conta com 24 herdeiros da 2ª geração e 36 herdeiros/acionistas da 3ª geração, distribuídos nas *holdings* familiares, como apresenta a Figura 7.

Figura 7: Estrutura de Controle da empresa pesquisada

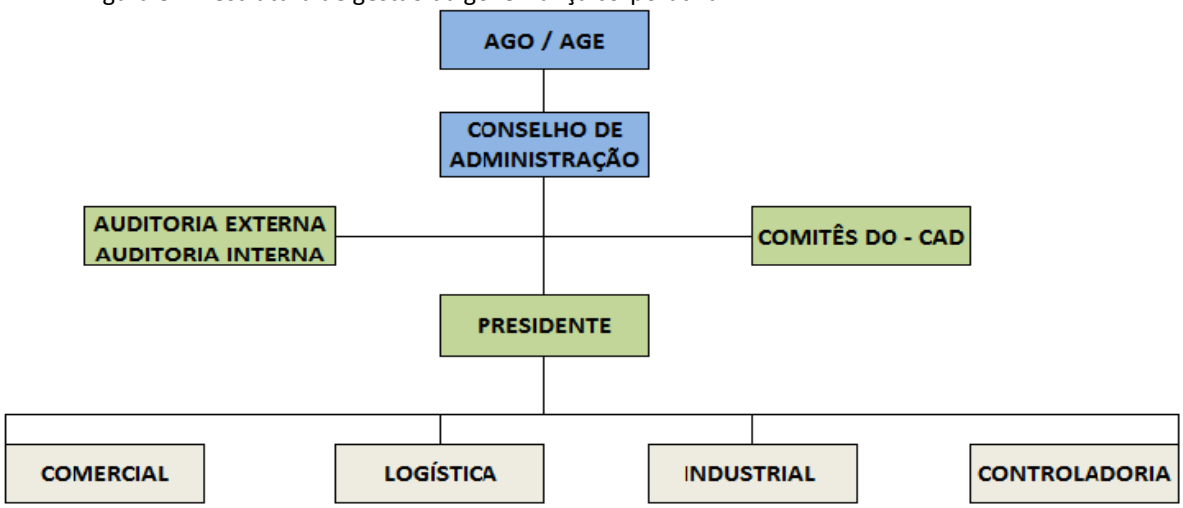


Fonte: IBGC (2011, Adaptado pelos autores)

Na pesquisa realizada, em 2011, que a empresa pesquisada era controlada por um bloco que detém 90% do capital acionário da empresa, dividido em sete *holdings* familiares e três pessoas físicas. Os demais 10% pertencem a seis *holdings* de funcionários a quem foi oferecida participação na empresa como forma de retê-los, ainda na época dos fundadores. Alguns pontos específicos do trabalho não foram possíveis levantar, pois, segundo o entrevistado a empresa passa por processo de mudança após duas perdas na família que também faziam parte do conselho, esse ainda está em discussão quanto a sua sucessão e por isso foi solicitado o anonimato da empresa.

Atualmente a estrutura da governança da empresa, esta conforme a figura 8. Relata ainda o entrevistado, membro do conselho de administração da empresa que houve mudanças na estrutura desse organograma em comparação com o de 2011.

Figura 8 - A estrutura de gestão da governança corporativa



Fonte: elaborada pelos autores

4.1 ANÁLISES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA EMPRESA PESQUISADA

A empresa referida e denominada de uma S/A de capital fechado não concedeu a divulgação do nome da empresa e também os nomes dos membros do conselho familiar. Ela e uma empresa controlada por acionistas da empresa totalizando 90% de suas ações, esse denominado como sendo - bloco de controle e 10% minoritário, divididas em Holdings de funcionários. Gerando assim ganhos fiscais no relacionamento com os sócios.

A estrutura do conselho está relacionada no histórico da GC da empresa, sendo essa estruturada com Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE), seguido pelo Conselho de Administração, a Auditoria Externa e Interna, os Comitês do CAD, o Presidente e os departamentos Comercial, Logística, Industrial e Controladoria.

O acordo relacionado aos acionistas vem regido e com poder jurídico, estão relacionadas às entradas, saídas e todas as mudanças de herdeiros. O acordo também prevê as compras e vendas de ações e as distribuições de lucros. Segundo o entrevistado, a empresa tem 7 membros no conselho de administração, formado por 5 (cinco) membros familiares e 2 (dois) conselheiros independentes. Ainda segundo o entrevistado não existe um plano de sucessão na empresa. A empresa encontra-se em fase de mudança e busca um presidente externo, porém, existe um processo macro de sucessão em andamento, e um processo de treinamento interno de novos talentos.

Questionado a respeito da relação da diretoria executiva com o conselho de administração, o entrevistado e membro do conselho de administração relatou que quando convocados eles apenas prestam contas relacionadas aos negócios da empresa e de suas definições presentes e futuras.

Desse modo os membros do conselho defendem com mais seguridade os direitos dos acionistas. Quanto ao seu futuro e os planejamentos estratégicos, a empresa desenvolve projeções de 5 a 10 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo mais precisamente na última década, percebe-se que as boas práticas de governança corporativa adotada pelas empresas, que segue esse conjunto de regras na gestão, vêm aumentando consideradamente e assim consequentemente trazendo melhorias e segurança significativas às mesmas, pensando em todo o conjunto de fatores relacionados às empresas garantindo e assegurando que investidores sejam de fato

remunerados pelos seus investimentos, seja eles investidores nacionais ou internacionais. E em relação à empresa pesquisada elencamos algumas pontuações de crucial relevância para o fechamento desse estudo:

- Os acionistas majoritários detêm 90% das ações da empresa e esse grupo é denominado como sendo o bloco de controle e os 10% restantes ficam nas mãos dos acionais minoritários.

- As mudanças ocasionadas pela implantação da GC na empresa objeto desse estudo trouxeram melhorias significativas, tanto na gestão dos processos internos, quantos nos resultados operacionais e que consequentemente reflete nos resultados financeiros.

- Os demonstrativos contábeis são transmitidos com maior segurança e credibilidade, evidenciando assim as boas práticas proporcionadas pela implantação da GC.

Desse modo, conclui-se que os resultados alcançados com o processo de implantação da GC na empresa pesquisada são considerados positivos e que tanto os dirigentes de maior nível hierárquico quanto os demais estão se adaptando aos novos processos organizacionais.

REFERÊNCIAS

BEDICKS, H. B. **Princípios de Governança Corporativa.** IBGC. Disponível em: http://www.bmaiscompet.com.br/arquivos/Principios_Governanca_IBGC.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2015.

BETHLEM, Agrícola de S. **Estratégia empresarial:** conceitos, processo e administração estratégica. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DONNELEY, Robert. G. **A empresa familiar.** Revista de administração de empresas. Junho de 1967. (Publicado originalmente na Harvard Business Review em 1964.)

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Empresa Familiar:** como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. São Paulo: Atlas, 1999.

Instituto Brasileiro De Governança Corporativa.**A Governança Corporativa.** Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>. Acesso em: 26 agosto de 2014.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa:** desempenho e valor da empresa no Brasil. São Paulo: Saint Paul, 2005.

BETHLEM, Agrícola de S. **Estratégia empresarial**: conceitos, processo e administração estratégica. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DONNELEY, Robert. G. A **empresa familiar**. Revista de administração de empresas. Junho de 1967. (Publicado originalmente na Harvard Business Review em 1964.)

MALACRIDA, M. J. C; YAMAMOTO, M. M. **Governança Corporativa:** Nível de evidenciação das informações e sua relação com a votalidade das ações do IBOVESPA. Revista de Contabilidade e Finanças. USP, São Paulo, edição comemorativa, set. 2006.

STEINBERG, Hebert. **A Dimensão Humana Da Governança Corporativa: Pessoas Criam As Melhores E Piores Praticas**. São Paulo. Editora Gente - 2 ed, 2003.

VIEIRA, S. P.; MENDES, A. G. S. T. **Governança Corporativa**: uma análise de sua evolução e impactos no mercado de capitais brasileiro. Revista Organizações em Contexto, n.3, jun. 2006.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ORGANIZACIONAL DIRECIONADA PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

CORPORATE EDUCATION AS STRATEGY FOR THE DEVELOPMENT OF AN ORGANIZATIONAL CULTURE DIRECTED FOR THE KNOWLEDGE CONSTRUCTION

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" *campus* Marília/SP
Doutorando em Ciência da Informação
bitencourt@gmail.com

SANTOS, Carlos Eduardo Moreno
Faculdade Católica Paulista - Marília/SP
Pós-Graduando *Lato-Sensu* em Administração e Marketing
dudubr_99@hotmail.com

Resumo
A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar o papel da Educação Corporativa (EC) de forma estratégica para o desenvolvimento de uma Cultura Organizacional (CO) voltada e direcionada para a Construção do Conhecimento Organizacional. Relacionou-se os temas por meio de pesquisas bibliográficas com o intuito de demonstrar a importância da sinergia dos elementos em ambientes competitivos. Com as novas exigências mercadológicas as organizações precisam se apoderar de novos meios de gestão, neste sentido surge a EC como ferramenta de gestão responsável por proporcionar auxiliar a construção do conhecimento organizacional. No entanto a EC por si só não faz a construção do conhecimento, é necessário que a organização tenha uma CO que proporcione as condições necessárias para tal processo. Por isso é de grande valia considerar a CO, mesmo que suas características não são vistas de maneira direta, podem ser observadas através das pessoas, processos e estruturas organizacionais. Nesse sentido a EC pode proporciona a habilidades e competências direcionadas a construção do conhecimento e ao mesmo tempo que auxiliar no desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada a valorização do conhecimento no âmbito organizacional.
Keywords: Corporate Education, Organizational Culture, Knowledge Building.

Abstract

This research aims to demonstrate the role of Corporate Education (CE) in a strategic way for the development of an organizational culture (CO) focused and directed to the Construction of Organizational Knowledge. He listed the issues through literature searches in order to demonstrate the importance of synergy of elements in competitive environments. With the new requirements marketing organizations need to seize new media management in this sense arises the EC as a management tool responsible for providing help build organizational knowledge. However the EC itself does not make the construction of knowledge, it is necessary that the organization has a CO to provide the necessary conditions for such a process. So it's of great value considering the CO, even if its features are not seen directly, can be observed through people, processes and organizational structures. In this sense the EC can provide the skills and competencies aimed at building knowledge and at the same time assist in the development of an organizational culture focused on enhancement of knowledge in organizational context.
Keywords: 3 palavras-chave, separadas por vírgula.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco mostrar o papel da Educação Corporativa (EC) de forma estratégica para o desenvolvimento de uma Cultura Organizacional voltada e direcionada para a Construção do Conhecimento Organizacional, Mostrando a relação e a sinergia entre os temas através de pesquisas bibliográficas.

No tempo contemporâneo as organizações necessitam buscar novos meios de gestão, pois necessitam obter conhecimento organizacional para se condicionarem competitivas nos mercados inconstantes que se relacionam.

Neste sentido a Educação Corporativa surge como método de Gestão direcionado para desenvolver e proporcionar o conhecimento organizacional. O método tem o foco voltado para as pessoas do ambiente interno e

externo da organização, ou seja, realizando treinamentos e educando os seus *steakholders* e comunidade que mantém relações diretas e indiretas.

No entanto, a EC por si só não proporciona a construção do conhecimento, pois para isso é necessário que a Cultura Organizacional (CO) esteja direcionada ao saber organizacional. A CO são características de toda organização que estão em todas as suas atividades de forma indireta, ou seja, sua estrutura, processos e pessoas que formam crenças, valores, rituais e leis, sendo assim, de difícil mensuração.

Desse modo as organizações necessitam desenvolver métodos que proporcione a construção do conhecimento, podendo se utilizar da EC para esse processo, no entanto precisa proporcionar em sua estrutura, processos e pessoas, ou melhor, em sua CO a instrução e subsídios para edificação do saber organizacional.

Portanto o presente mostra como a EC como pode proporcionar competências e habilidades, fazendo com que a CO tenha diretrizes que impulsione o saber para todos e consequentemente as pessoas tenham capacidade de realizar a construção do conhecimento organizacional através de suas experiências, atos cognitivos e percepções.

2 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

O conhecimento possui suma importância, tanto na área social como na área dos negócios. Partiremos do pressuposto que, o conhecimento é de difícil definição pois é o resultado de misturas de elementos, Davenport & Prusak (2003, p. 6) citam o conhecimento como:

> [...] uma mistura fluida de experiências condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, praticas e normas organizacionais.

A geração de conhecimento ocorre por meio de constantes relações entre as experiências dos indivíduos, isto proporciona novas ideias e intuições e, consequentemente novos saberes. O processo de construção do conhecimento possui relação com dois outros elementos, os dados e as informações, sendo considerados como insumo para o conhecimento.

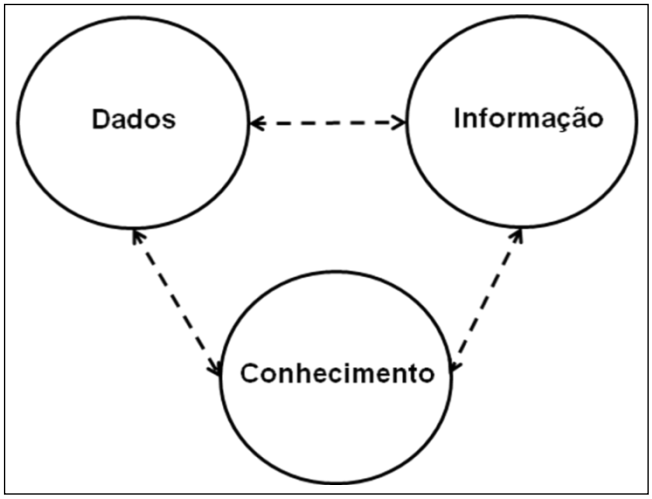
Partimos da ideia que, os dados atuam como matéria prima para a informação. Desse modo, o sujeito recebe o dado e, atribui significado e a transforma em informação e, de acordo com suas percepções e experiências é capaz de transformar a informação em conhecimento. Russo (2010) destaca a dificuldade de distinguir os elementos:

> Não é uma tarefa fácil distinguir, na pratica, o que vem a ser dado, informação e conhecimento. Esta distinção fica mais complicada quando tenta identificar os limites de cada um dos conceitos e se percebe que os três são intimamente interligados (RUSSO, 2010, p.18).

Neste sentido podemos considerar a existência de um ciclo que passa por dados, informações e conhecimento (Figura 1). O conhecimento organizacional é construído quando os sujeitos do ambiente organizacional disseminam suas informações, ou seja, explicitam seus conhecimentos por meio de suas experiências e interpretações. Com o compartilhamento dos conhecimentos juntamente com o os processamentos cognitivos dos sujeitos organizacionais ocorre a construção de novos conhecimentos para a organização.

No contexto organizacional, o conhecimento é considerado como um ativo intangível, ou seja, o sujeito organizacional possui o conhecimento mas o mesmo não pode ser visto e é de difícil mensuração. Um dos principais motivos para tal dificuldade ocorrer é o fato do conhecimento estar armazenado na mente dos sujeitos, tornando assim sua mensuração complexa.

Figura 1: Relação cíclica entre dados, informação e conhecimento.



Fonte: Jorge (2013, p.29).

Considerando a informação insumo para construção de novos conhecimentos organizacionais, as organizações devem estar atentas as informações que circulam de forma preponderante em seus ambientes. Dessa maneira as organizações necessitam desenvolver mecanismos que possibilite o desenvolvimento de cultura voltada ao conhecimento, desse modo direcionando os colaboradores a desenvolverem saberes para um âmbito organizacional.

Nonaka e Takeuchi (1997) sistematizaram um modelo de construção do conhecimento que compreende o processo em cinco fases: (1) compartilhamento do conhecimento tácito; (2) criação de conceitos; (3) justificação dos conceitos; (4) construção de um arquétipo; e (5) difusão interativa do conhecimento. A figura 2 demonstra a síntese no modelo intitulado como, "Processo de Conversão do Conhecimento".

Sendo assim, fica evidente que o conhecimento é construído devido a junção de vários componentes que se relacionam e interagem entre si. E essa junção é sistematizada em processos que visam organizar as variáveis com o intuito da construção do conhecimento organizacional. Destaca-se a necessidade da organização desenvolver estratégias e cultura voltada para a valorização do conhecimento organizacional.

3 EDUCAÇÃO CORPORATIVA

A educação corporativa (EC) é vista como uma ferramenta estratégica para as organizações, principalmente para as organizações que estão em processos de mudanças continuas. Meister (1999, p.35), destaca a Educação Corporativa como, "um guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias da organização".

Nesse sentido, essas organizações precisam modificar seus modelos de gestão, adquirindo assim novos métodos, ferramentas e estratégias para obter uma maior competitividade. Os recursos humanos passam a ser considerado o principal componente estratégico para alcançar os seus objetivos, ganhando o *status* de propulsor no desenvolvimento das atividades. O alcance dos melhores resultados tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da organização torna-se possível com a utilização dos recursos humanos e seus conhecimentos.

A EC destaca-se como uma estratégia de gestão que proporciona habilidades e competências aos recursos humanos das organizações. Cabe a EC não somente desenvolver e treinar os colaboradores da organização, mas sim todos os seus *steakholders* e comunidade que possuem relações de maneira direta ou indireta com o contexto do *core bussines* da organização.

A EC pode ser implementada de acordo com as organizações, algumas desenvolverem *in-loco*, ou seja, dentro de seu espaço físico, outras utilizam de mecanismos de tecnologia da informação como a *intranet* ou *internet*, diminuindo, dessa maneira, os custos com a aplicação da EC.

Os agentes que vão transmitir o conhecimento na EC merecem destaques, estes instrutores podem ser gerentes, consultores externos ou até mesmo professores universitários. Uma das aplicações na implementação de EC tem como base a aquisição de tecnologias como *e-learning* para a realização das atividades:

> O *e-learning*, ou seja, ensino a distância via internet, pode ser uma das possibilidades de se atender a essas novas exigências, principalmente diante da necessidade de formação de conhecimentos, habilidades e atitudes que compõem as competências necessárias

> para organizações e indivíduos que queiram atuar de forma adequada nessa nova realidade (LANGHI, 2010, p.37).

Outra forma para a implementação da EC consiste em desenvolver parceria com as instituições de ensino, como cita Alperstedt (2001, p.6):

> A AT&T School of Business and Technology, por exemplo, estabeleceu uma parceria com a University of Phoenix, que oferece aos funcionários da AT&T a oportunidade de continuar os seus estudos em um dos seus 51 campi e centros de aprendizagem espalhados nos Estados Unidos, reconhecendo os créditos cursados naquela universidade corporativa. Uma parceria nos mesmos moldes também foi estabelecida entre a AT&T School of Business and Technology e a St. John's University de Nova York.

A escolha dessa modalidade por meio de parcerias consiste na *expertise* acadêmica das Faculdades e Universidades pois as mesmas possuem técnicas, métodos e estratégias consolidadas para construir e compartilhar o conhecimento. O mesmo autor sinaliza outra maneira existente para a EC:

> Algumas empresas já galgaram um degrau mais elevado: outorgam elas mesmas os seus diplomas. A Arthur D. Little, consultoria de origem americana, licenciada para atuar como instituição educacional pelo Estado de Massachusetts, USA, com autorização para conferição de diplomas pelo *Board of Regents of Higher Education of the Commonwealth of Massachusetts*, oferece um mestrado em administração na *Arthur D. Little School of Management*, acreditado por um órgão regional de acreditação americano, o *New England Association of Schools and Colleges*, desde 1973 (ALPERSTEDT, 2001, p.6).

Destaca-se que, a implementação da própria Universidade Corporativa (UC) não é usual nas organizações, pois ao adotar a própria UC a organização pode estar se adentrando a um segmento na qual não possui *expertise*. Observa-se que, as organizações podem usufruir das Universidades para pôr em prática a EC, seja com parcerias ou com seu próprio portfólio para constituição da mesma.

Ao adotar a EC, a organização passa a deter de equipes mais capacitadas para a construção do conhecimento organizacional. Com isso, as organizações são capazes de reagir e dar respostas mais rápidas as situações do mercado que atuam. O conhecimento é o resultado das habilidades e competências adquiridas por meio das atívidades da EC.

4 CULTURA ORGANIZACIONAL

A Cultura Organizacional (CO) pode ser considerada como o componente responsável por abarcar características de todos os elementos de uma organização. Nesse sentido, Schein (2001 p.178) menciona que, “a cultura é, portanto, produto do aprendizado social, e as maneiras de pensar e agir compartilhadas que funcionam e acabam se tornando elementos da cultura”.

Nesse sentido podemos afirmar que, a CO pode ser compreendida como o resultado da soma dos conhecimentos e relações que a organização somou durante todo o seu tempo de atividades. Schein (2001, p.45), reforça tal compreensão ao apontar que a cultura organizacional é “[...] a soma de todas as certezas compartilhadas e tidas como corretas que um grupo aprendeu ao longo de sua história”.

A cultura organizacional é um aspecto que não é expressada de maneira direta em nenhum tipo dispositivo, mas podemos dizer que a mesma é encontrada em todos os processos e comportamentos organizacionais. Desse modo podemos afirmar que, a cultura organizacional influencia todos elementos da organização e, sofre influencia, conforme pode ser observado na figura 2 abaixo.

Figura 2: Cultura Organizacional no contexto organizacional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, considera-se que, todos os processos realizados pelos sujeitos organizacionais no contexto da estrutura organizacional recebe como parâmetro características da cultura organizacional. Ao receber tais parâmetros a organização realiza suas atividade, elabora suas estratégias e toma suas decisões tendo como base e sendo direcionados, mesmo que indiretamente pela CO.

Valentim e Woida (2004, p. 1) complementam e apontam além do ambiente interno organizacional a necessidade de considerar o ambiente externo das organizações,

> A cultura organizacional é fruto também das intervenções que vem desse meio externo. Essas influências mudam a natureza convencional de gerir a organização. As pessoas se vêem sujeitas a essas tendências, respondendo ao movimento dos agentes externos, e transformando as relações entre os indivíduos e entre as subculturas da organização, como forma de se adaptarem ao novo paradigma do meio. A estrutura simbólica que norteia o comportamento das pessoas é substituída por uma estrutura mais adaptada às novas tendências e, então, a organização passa a reagir ao meio baseada em um conceito de interação e auto-regulação.

Em contrapartida, a organização emite comportamentos por meio dos sujeitos, processos, atividades e estrutura que impactam e, são capazes de alterar a cultura organizacional da organização, influenciando e modificando a CO nas próximas atividades, elaboração de estratégias e tomadas de decisões.

Observa-se que o processo é cíclico, constante e, lento ocorrendo gradativamente. Destaca-se também que, os sujeitos organizacionais sentem os efeitos da mudança e quando não aceitam tais mudanças, acabam sendo excluídos do ambiente organizacional. Esse comportamento é observado por Valentim e Woida (2004, p. 1), as autoras destacam que o processo de mudança deve,

> [...]ocorrer naturalmente, isto é, não ser imposta, pois quando se tenta mudar sua base de comportamento, cria-se resistência no indivíduo, uma vez que introduz de forma repentina diferentes leis, costumes, normas, rituais e valores. No entanto, também pode-se observar que quando o indivíduo não se adapta a essas novas leis, costumes, valores, normas, etc. ele acaba sendo excluído do ambiente organizacional.

Considerando que a organização recebe influência de seus elementos e que, os mesmo são influenciados pela cultura organizacional, fica evidente a importancia da cultura como elemento fundamental para as ações

organizacionais. Dessa forma, torna-se fundamental considerar a cultura organizacional como importante elemento no contexto das organizações.

Podemos considerar a cultura como um elemento organizacional de difícil mensuração, pois a mesma é encontrada de maneira indireta em todos os elementos que compõe as organizações. Nesse sentido, a cultura torna-se visível em normas, costumes, valores, comportamentos coletivos entre outros elementos e ações nas quais os indivíduos seguem.

5 A EDUCAÇÃO CORPORATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA A CULTURA ORGANIZACIONAL VOLTADA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento organizacional perpassa pelos conceitos impostos pela Cultura Organizacional (CO). Sendo assim o sujeito organizacional ao construir novos conhecimentos acaba considerando os parametros impostos pela cultura organizacional. O sujeito ao adentrar na organização, necessita de tempo para adquirir e absorver tal cultura e tornar-se produtivo, confome cita Shein (2001):

> Uma das razões por que leva tempo até que alguém se torne produtivo em uma organização é que muitas das regras, o modo de trabalhar e de pensar são únicos para aquela empresa e têm que ser aprendidos através de tentativas e erros (SCHEIN, 2001, p.56).

Dessa maneira a organização precisa encontrar estratégias para reduzir o tempo de aprendizado dos colaboradores quando os mesmos entram na organização. Além disso, considerando o ambiente competitivo em que as organizações estão inseridas torna-se necessário que as mesmas possuam colaboradores em todos os níveis organizacionais que tenham a capacidade de desenvolver novos conhecimentos, que por sua vez proporcione uma maior competitividade para a organização.

O desenvolvimento de competências e habilidades capazes de proporcionar aos sujeitos a construção do conhecimento organizacional deve ser prioridade para as organizações. Nesse sentido as organizações devem se dotar de estratégias capazes de desenvolver tais competências e habilidades nos individuos organizacionais.

Quadro 1 – Elementos da Organização *versus* Ambrangencia da Educação Corporativa.

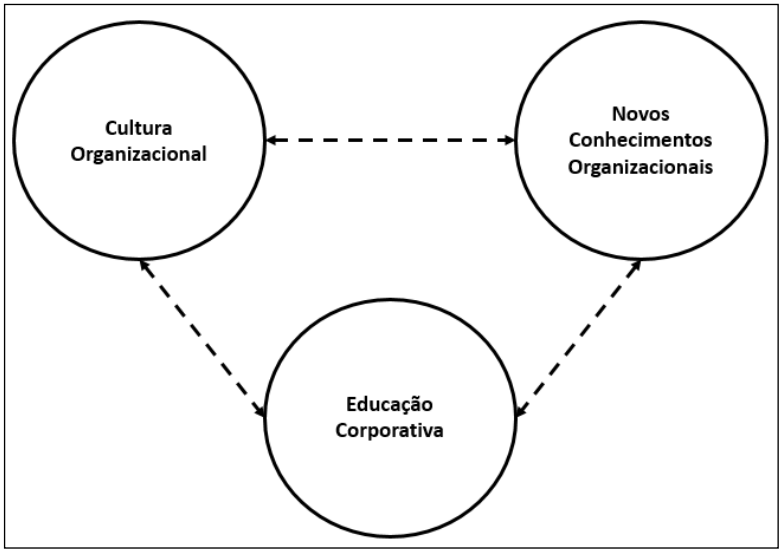
Elementos Organizacionais	**Abrangência da Educação Corporativa**
Visão	Global
Foco	Proativo
Treinamento	Continuo
Objetivo	Estratégico
Responsabilidades	Poder de decisão
Hierarquia	Flexível
Publico	Externo e interno
Pessoas	Diferencial competitivo

Fonte: Adaptado de Meister (1999).

Dentro das estratégias possíveis a Educação Corporativa (EC) torna-se uma excelente maneira para o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitam a construção de novos conhecimentos organizacionais. A EC possibilita o desenvolvimento profissional de todos os sujeitos que se relacionam com a organização. Tal desenvolvimento deve caminhar mutuamente com os elementos que compõe a organização, conforme pode ser observado no quadro 1.

Ao observar a relação entre os elementos organizacionais e a abrangência da Educação Corporativa (EC) evidencia-se que, a EC proporciona amplos resultados para a organização. A aplicação da EC pode-se tornar uma importante ferramenta estratégica quando se considera a complexidade quanto a construção de conhecimento nas organizações. Afinal, busca-se com a EC o desenvolvimento de competências e habilidades de forma mais estruturada e integrada com as necessidades organizacionais.

Figura 3 – Relação entre Cultura Organizacional, Educação Corporativa e Novos Conhecimentos Organizacionais.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, as atividades realizadas pela EC podem estar em sincronia com as da cultura organizacional, afinal, a EC proporciona novos conhecimentos para o desenvolvimento de novas habilidade e competências para os sujeitos organizacionais.

O resultado dos novos conhecimentos organizacionais proporciona a mudança da cultura organizacional, que por sua vez concede novas diretrizes para a aplicação da EC no ambiente organizacional (Figura 3). Com esse movimento a organização passa a construir novos conhecimentos e dar mais valor a sua construçao, e atividades necessárias para tal processo.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A construção de novos conhecimentos no contexto da organização esta relacionado diretamente com a cultura organizacional que a mesma possui. Ressalta-se que, a mudança da cultura organização muitas vezes ocorre de maneira lenta tendo como influencia as pessoas, estrutura e os processos organizacionais.

Nesse sentido, a Educação Corporativa (EC), por meio de suas atividades torna-se uma excelente estratégia para que a organização seja capaz de desenvolver novos conhecimentos. Com o desenvolvimento de novos conhecimentos organizacionais por meio da EC, a organização passa a valorizar tais atividades adquire uma cultura organizacional voltada para a valorização do conhecimento organizacional, afinal, os novos conhecimentos influenciam a cultura organizacional, que por sua vez passa a influenciar os demais elementos, como pessoas, estrutura e processos.

Figura 4 – Relação entre Cultura Organizacional, Educação Corporativa e Pessoas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que, as pessoas ao se relacionarem com a cultura, tornam se capazes de desenvolver seus processos organizacionais no contexto da estrutura organizacional parametrizadas pela cultura. As pessoas ao se relacionarem com a EC tornam se capazes de desenvolverem novas habilidades e competências. A cultura organizacional ao se relacionar com a EC resulta no desenvolvimento de novas estratégias para a organização.

Nesse contexto, considera-se a construção de novos conhecimentos o momento que existe a relação entre, pessoas, cultura organizacional e EC, pois assim todos os resultados das relações já mencionadas anteriormente viabilizam a construção de novos conhecimentos organizacionais. Recomenda-se a necessidade de se desenvolver outras pesquisas aprofundando os elementos relacionados na presente pesquisa e considerando outros elementos que não foram alvo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, C. Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição. **Revista de administração contemporânea**. Curitiba. v. 5, n.3. s.n.t. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rac/v5n3/v5n3a08>. Acesso em 11 de Abril 2015.

DAVENPORT, T., H; PRUSAK L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 14.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

JORGE, C.F.B. **Gestão da Informação Esportiva no contexto da Inteligência Competitiva em Clubes de Futebol:** Um estudo de caso no Marília Atlético Clube. 2013. 325f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília/SP. 2013.

LANGHI, C. **E-learning e aprendizagem significativa.** Revista Estratégica. São Paulo. v. 10, n. 2, p. 37 – 49, 2010.

MEISTER, J. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron, 1999.

NONAKA, I., TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

RUSSO, M. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editorias, 2010.

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 191p.

VALENTIM, M. L. P.; WOIDA, L.M. **Cultura organizacional no processo de inteligência competitiva.** Datagamazero. Rio de Janeiro, v.5, n.4, p.1-8, 2004.

PROTAGONISTAS (IN)VISÍVEIS: RECONHECENDO A IMAGEM E O TRABALHO

PROTAGONISTS (IN)VISIBLE: RECOGNIZING THE IMAGE AND WORK

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

LOFIEGO, Bruno Bember
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestrando em "Desenvolvimento Humano e Tecnologias"
brunolofiego@gmail.com

MASSAROLO, Verônica Cardoso
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Graduanda em Psicologia
vemassarolo@gmail.com

CAMARGO, Mário Lázaro
Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutor em Psicologia pela USP-FFCLRP
mario.camargo@fc.unesp.br

Resumo

Com o intuito de fazer uma comemoração que pudesse ir além de alguns elogios ou felicitações pelo "Dia do Gari", comemorado anualmente em 16 de maio, o projeto prontificou-se em realizar um trabalho que gerasse efeito mais prolongado e eficaz, podendo também representar uma intervenção no cotidiano dos trabalhadores de maneira significativa. A oportunidade de trazer para o campo da visibilidade as funções laborais "invisíveis" se deu através do uso da imagem, pensando nesta como uma maneira de registro do cotidiano do trabalho. Verificamos que esta forma de intervenção e, em especial para este público – os garis, o procedimento (1. reuniões em grupo; 2. escuta qualificada; 3. discussão das experiências coletivamente; 4. observação participante; 5. registro fotográfico do trabalhador em atividade; 6. exposição fotográfica dos resultados) trouxe bons resultados, a saber: um olhar analítico e crítico sobre si, no sentido de ser trabalhador; um olhar analítico e crítico sobre seu trabalho e o contexto em que ele acontece (condições de qualidade de vida no trabalho, possibilidade de realização profissional e pessoal ou não, etc.); o início de um processo reflexivo que pode gerar melhoria na autoestima do trabalhador – antes invisível para si mesmo também; reconhecimento de seus pares como iguais em direitos, deveres, necessidades e, portanto, a formação de um senso de coletividade que pode gerar uma melhor organização da categoria profissional.

Palavras-chave: Gari, Invisibilidade, Psicologia Organizacional e do Trabalho

Abstract

In order to make a celebration that could go beyond some praise or congratulations for the "Day of Gari", celebrated annually on 16 May, the project was volunteered to do a job that would generate longer and more effectively, which may also represent an intervention in significantly workers' daily lives. The opportunity to bring visibility to the field of labor functions "invisible" occurred through the use of the image, thinking of this as a way of daily work record. We found that this form of intervention and especially for this audience - the street sweepers, the procedure (1 group meetings, 2. qualified hearing 3. discussion of experiences collectively 4. participant observation; 5. photographic record of the worker Activity 6. photographic exhibition of the results) brought good results, namely: an analytical and critical look at itself, to be industrious; an analytical and critical look at their work and the context in which it takes place (quality of life conditions at work, the possibility of professional and personal fulfillment or not, etc.); the beginning of a reflection process that can lead to improvement in the worker's self-esteem - previously invisible to himself also; recognition of their peers as equal in rights, duties, requirements and therefore the formation of a sense of community that can generate better organization of professional category
.

Keywords: Gari, Invisibility, Organizational Psychology and Labour

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de fazer uma comemoração que pudesse ir além de alguns elogios ou felicitações pelo "Dia do Gari", comemorado anualmente em 16 de maio, pensamos em realizar um trabalho que gerasse um efeito mais prolongado e eficaz, podendo também representar uma intervenção no cotidiano dos trabalhadores de maneira significativa.

Gari remete ao trabalhador cujo dever principal reside na realização da limpeza urbana: existem os coletores de lixo, os varredores de lixo, capinadores, ajudantes gerais dos setores – funções que se relacionam à manutenção da ordem e da higiene dos espaços públicos.

A organização em questão é uma empresa pública de caráter privado, prestadora de serviços, como a limpeza da cidade, para a Prefeitura de um município no interior paulista.

As atividades desta empresa se dividem por diretorias, onde a de maior corpo trabalhista é aquela responsável pela limpeza da cidade, sendo suas funções orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução de obras, empreendimentos e serviços vinculados à limpeza pública, destinação e tratamento do lixo, serviço funerário e cemitérios.

Os trabalhadores com a tarefa de ajudante geral/garis conservam a limpeza dos espaços onde estão inseridos (setores da empresa em questão) e também dos espaços públicos, a saber: praças, canteiros, calçadas, ruas e avenidas. As escalas horárias de trabalho variam: em alguns setores o trabalho é feito com uma jornada ininterrupta de 12 horas para 36 horas de descanso (12x36), ou seja, um dia de trabalho, um dia de descanso; em outros, os ajudantes gerais trabalham em horário comercial, das 8h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira. Em determinados setores a escala vai aos sábados também.

O trabalho é definido por Codo (1997, p. 26) como sendo "[...] uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado". Cada função exercida carrega um significado social, uma representação de si e para si (TOLFO; PICCININI, 2007). O trabalho braçal, dependente do esforço físico do indivíduo, pressupõe uma rotina viciada e que não permite o exercício da autonomia e da criatividade, o que pode aproximá-los de um trabalho alienado, considerado aqui, e de acordo com ícones históricos como Karl Marx (RAMALHO, 2010), uma atividade estranhada, onde o homem se perde em si mesmo, pois desconhece seu transcurso (CODO, 1997, p. 59). E vale aqui salientar que as rotas do serviço dos ajudantes gerais/garis da empresa na qual este trabalho se desenvolveu, dá-se dessa forma, ou seja, são preestabelecidas e o sujeito não pode mudá-las, uma vez que possuem um tempo determinado para efetuá-las.

Sendo o trabalho rico em sentido individual e social e, portanto, uma das maneiras de edificar o homem, devemos nos questionar sobre como se dá este processo nos trabalhos mais precarizados ou de menor visibilidade social. A representação (no sentido de presença e atuação dos preconceitos, da desvalorização profissional, do menor ou inferior posicionamento em termos de *status* social, da reconhecida baixa remuneração em detrimento ao excessivo esforço físico para o exercício laboral) carregada por funções como as descritas acima, nos permite falar em uma invisibilidade social, um conceito destacado por Costa (2004) e que ressalta as formas de tratamento social às pessoas que exercem funções como a que aqui discutimos. Há uma coisificação da função e de seu ocupante em especial dos trabalhadores braçais responsáveis pela limpeza dos espaços públicos (MURTA et al. 2012), que não são tratados pela sociedade como pessoas e sim como "fazedores da função". Este fenômeno, justificado pela lógica da divisão social do trabalho é tão interiorizado pelos sujeitos, que a não visibilidade, ou a invisibilidade, ocorre nos dois sentidos, em outras palavras, de tão desprestigiado que é o trabalho (em especial este dos garis), os cidadãos que dele se servem, não notam seus atores/trabalhadores, e estes, por sua vez, e pelo mesmo desprestígio social do trabalho que exercem, não fazem questão de o ser (BRAGA, 2004; COSTA, 2002). No ato mais concreto da relação interpessoal e da interação social, portanto, o que acontece é isso: na perspectiva daquele que se serve de seu trabalho, pouco ou quase nada se nota acerca do gari (se é homem ou se é mulher, se está triste ou feliz, se saudável ou adoentado, se disposto ou cansado etc.); por seu turno o gari, prefere lidar com a obrigatoriedade de seus afazeres o mais desconectado do cenário público possível, ou seja, não se esforça e até deseja não ser observado, identificado, conhecido, posto que o ser, não é bom.

Nas empresas, em especial aquelas compostas por estruturas mais verticalizadas de poder, onde no topo da pirâmide estão os poucos indivíduos detentores da autoridade e da responsabilidade pela condução da estrutura organizacional, e na base, os profissionais com menor qualificação, usualmente responsáveis por trabalhos de baixa complexidade e de caráter braçal, as pessoas se distanciam umas das outras e se diversificam por categorias profissionais e sociais; umas com mais visibilidade, dada a importância de seus cargos e funções, outras com menor visibilidade, pelo mesmo motivo.

A oportunidade de trazer para o campo da visibilidade as funções laborais "invisíveis" se deu através do uso da imagem, pensando nesta como uma maneira de registro do cotidiano do trabalho. Como destaca Gondim et al. (2007), a investigação das imagens do trabalho podem auxiliar no entendimento de como se constroem relações do sujeito e o mundo do trabalho, desde a descrição das atividades exercidas, o conteúdo destas e também o cenário onde este é realizado.
Acentua-se que a identidade do sujeito é repleta por subjetividades, sendo estas, muito difíceis de alcançarmos, pois está ligada a aspectos psíquicos profundos e às vezes encobertos. O sujeito possui uma estrutura, história de vida, marcas e expectativas. Estas, como salientam Justo e Vasconcelos (2009), são trazidas para o campo do descoberto através dos meios de expressão e comunicação do homem, representados principalmente pela fala, escrita e, finalmente, pelo visual. A comunicação é a base dos relacionamentos interpessoais, descrevem como nos vemos e como enxergamos o mundo. Associando a comunicação visual aos sujeitos da empresa em questão, refletimos se é por conta de representações sociais precárias, das funções de trabalho neste relato descritas, que encontramos muitas negações (não visto, não valorizado, não questionado...). Sabemos que os sujeitos não são invisíveis, mas ainda sim, estes são tratados como tal. Podemos dizer que negações e não ditos, por consequência, influenciam na percepção de ser do sujeito, por isso falamos em sujeitos mal ditos, mal vistos, mal valorizados.

O que este trabalho tentou realizar, ainda que por um curto espaço de tempo, foi, abruptamente aproximar os dois extremos dessas duas categorias profissionais, trazendo para o espaço do visível o trabalhador invisível, com o objetivo de provocar a percepção e a reflexão sobre as formas de relação de poder e de relação interpessoal no trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base metodológica do trabalho aqui relatado consistiu na reunião quinzenal e em grupo dos trabalhadores que exercem função de gari da empresa concedente do estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Lembrando que os grupos não contemplavam todos os trabalhadores da limpeza, por conta do número muito elevado, o que prejudicaria os encontros, e pelo fato também de que não seria possível tirar todos de seu campo de trabalho, sendo que, os encontros foram programados para serem realizados durante o horário de expediente. Para saber quem participaria, foi feita uma pesquisa, questionando quem teria interesse em participar do projeto, a partir daí, seria avaliada a demanda, sendo que foi facultativa a participação dos trabalhadores nos encontros.

A aplicação da metodologia de grupos também se justifica partindo do princípio de que o ser humano é um ser social, e que os grupos são inerentes à existência do ser humano. Ainda é uma possibilidade de inclusão, valorização e identificação entre os participantes, considerando até como um amparo diante seus problemas (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997). O grupo com caráter reflexivo se destaca não apenas como uma maneira de trocar informações, mas ainda como suporte para que seus integrantes incorporem e manipulem instrumentos de questionamento e atuação sobre a realidade onde ele se insere. Sem o grupo, sem a visão do outro, dificilmente será constituída a nossa identidade como sujeito desejante, o sujeito situa-se em seu contexto social e se desenvolve através deste.

Após o processo de sensibilização do projeto, uma vez reunidos, os trabalhadores foram convidados a realizarem relatos sobre sua vida profissional, seu cotidiano de trabalho e suas relações interpessoais, com pares, líderes e população de um modo geral. Tratou-se, portanto, do oferecimento de uma escuta qualificada aos trabalhadores que, de tão invisíveis do ponto de vista da imagem, sentiam-se também inaudíveis, no sentido de não serem escutados no contexto de sua inserção profissional.

O procedimento se deu em duas etapas: a primeira consistiu em fazer atividades com os trabalhadores, durante as reuniões dos grupos, onde eles pudessem expressar como se sentiam em relação a sua função. E vale dizer, este processo de escuta envolveu também a construção de confiança na imagem da discente de Psicologia (estagiária) e de construção de uma visão em torno "do que é" e "do para que serve" a Psicologia no ambiente de trabalho, precisando ficar claro que a estagiária e a Psicologia, diferentemente de outras experiências e relações tidas no passado dentro deste contexto organizacional, não estavam ali com o objetivo de vigiar, avaliar e punir. Só depois de muita escuta e de muitos encontros realizados foi que se pode perceber o ganho de qualidade e de profundidade nos relatos, com cada vez mais o emprego, por parte dos trabalhadores, da criticidade individual e da sinceridade.

Depois de uma média de quatro encontros com duração de uma hora e meia cada, também pensando na proximidade da data de comemoração do "Dia do Gari" e no trabalho com as fotos, que seria extenso, o recurso fotográfico começou a ser utilizado; esta foi, portanto, a segunda parte do trabalho. Com o projeto/proposta de trabalho aprovado por boa parte dos líderes dos setores da empresa, e ainda mais, com o respaldo da direção desta, no sentido de autorizar a intervenção junto aos trabalhadores, foram agendadas visitas da estagiária aos campos de

trabalho. Em muitas situações, os trabalhadores foram surpreendidos, pois, mesmo que agendadas, eles não sabiam o que a estagiária faria. Depois das primeiras idas aos lugares, lembrando que os espaços físicos que estes ajudantes gerais/garis ocupam, são uma média de cinco setores diferentes e geograficamente bem espalhados pelo município; a reação dos trabalhadores era distinta em cada um dos locais e em cada uma das vezes também.

Alguns foram encontrados em espaços bem mais distantes, como o Aterro Sanitário, outros em espaços mais centrais, como no caso das mulheres da varrição de ruas, calçadas e praças públicas. No Aterro Sanitário, por exemplo, os trabalhadores estavam mais acostumados a serem fotografados, por ser um lugar que já foi frequentemente visitado por escolas, e em algumas vezes, até pela mídia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da câmera fotográfica as reações de cada grupo foram bem distintas. A divergência da subjetividade captada pela foto, das linhas de expressão do sujeito, eram muito atreladas à convivência da estagiária com aqueles grupos. Os que não participavam dos encontros e foram protagonistas em fotos, arriscamos dizer que também confiavam na imagem da estagiária, talvez por conta dos comentários dos companheiros de trabalho, ou por terem conhecimento do trabalho que ela realizava. Mas é claro, a espontaneidade foi evidente para aqueles que, conhecedores da proposta de trabalho, eram mais próximos da estagiária em Psicologia.

Os trabalhadores tinham muita curiosidade em entender "por que eu?" (sic), e afirmavam quase que jocosamente: "logo um ajudante geral/gari vai ser modelo de uma foto?" (sic), "um gari no caminhão de lixo?" (sic), "isto não é digno de um registro!" (sic). Ir diretamente ao cenário onde o trabalho é realizado também é um fator, pois a maioria destes locais pode ser descrito pelo lixo e pela desorganização, sendo que alguns são ambientes considerados insalubres. Até mesmo os trabalhadores da empresa, que não exercem a função de garis, evitam ir lá, sendo, portanto, um local onde as pessoas normalmente não permanecem, não tendo como objetivo estar ali. Logo, é evidente que eles se questionam: "Por que eu? Por que você vem aqui?" (sic). Como conceitua Sato (2009) em estudos sobre a Fotografia e a Pesquisa Social, podemos também encaixar que: "a proximidade dos corpos é condição primeira e *sine qua non* para que o conhecimento se construa" (SATO, 2009, p. 219).

Se por um lado, trabalhar na rua fornece um espaço maior para que o trabalhador não se sinta preso (como registrado nos relatos de alguns participantes), eles se sentem vigiados por todos os munícipes. Pode parecer contraditório pensarmos nesta vigilância, afinal, são ou não invisíveis? Mas devemos nos relembrar de que a sociedade controla e observa, e que o desprestígio social é simbiótico a um controle que é capaz de ser altamente punitivo quando necessário.

A observação participante da discente de Psicologia no cotidiano de trabalho dos garis, além de prática interventiva e fator de relevante diferenciação ou quebra da rotina dos dias dos trabalhadores observados e fotografados, representou a busca a um novo modo de acesso à subjetividade e ao imaginário do sujeito, pois conforme explica Meneses (2005), o visível (com, naturalmente, sua contrapartida, o invisível) representa o domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver, objetos de observação obrigatória, assim como os tabus e segredos, as prescrições culturais e sociais e os critérios normativos de ostensão e descrição, em suma, de viabilidade e invisibilidade; assim, os trabalhadores foram no momento do registro das imagens, foco, alvo e objeto de atenção. Visitados e vistos em seu exercício profissional cotidiano, ganharam um lapso de representativo interesse em torno do "quem são", do "que fazem", do "como fazem" e do "para que fazem". Lembrando que quando intervimos nos ambientes somos também alvo de notoriedade, e é significante a diferença da estagiária atuando com a câmera fotográfica e sem a câmera.

Nos encontros realizados, antes dos registros fotográficos, quando foram convidados a falar sobre suas representações acerca do trabalho que realizam, foi possível constatar que muitos não encontram sentido no mesmo, ou por não serem vistos ou por não sentirem um suporte tanto da empresa como da sociedade. A invisibilidade é tão interiorizada para estas pessoas, que elas mesmas são capazes de dizer "somos invisíveis" aos olhos da população e dos governantes.

Antunes (2000) destaca a importância de um trabalho que tenha sentido, sendo que somente assim, a vida fora do trabalho também ganha sentido. Portanto, e considerando a essência dos relatos registrados, pensando num trabalho sem sentido (como tantas vezes dito), corre-se o risco de se viver uma vida desprovida de sentido também. Eis uma realidade com a qual nos deparamos por meio deste trabalho, no encontro entre "a vida privada dos garis" e aquilo que poderíamos chamar de "a vida profissional dos garis", um sentido não se presentifica (pelo menos não para além da ideia de contribuir para a manutenção da cidade limpa), mas, pelo contrário se apresenta ausente; uma síntese perfeita do que se pode denominar de trabalho alienado.

Nos grupos de reflexão realizados, alguns trabalhadores relataram sobre o fato de que conhecidos deles (membros da mesma comunidade ou bairro, parentes, amigos etc.) não os reconhecem quando estão de uniforme e em atividade nas diferentes localidades do município para as quais são designados. Parece que as pessoas quando andam não os veem como seres humanos (COSTA, 2004), além de muitas vezes provocá-los jogando o lixo ao lado para que estes varram. Aqueles que se dizem por satisfeitos são minoria, e (mas isso é resultado de nossa percepção e análise dos conteúdos relatados nos grupos) normalmente são pessoas que tiveram um histórico de vida tão prejudicado ou sofrível, resultante de uma já vulnerabilidade social vivida na infância e juventude, que se sentir invisível ali, torna-se satisfatório, uma vez que tais trabalhadores têm a segurança garantida pela estabilidade de emprego e maior probabilidade de acesso a uma aposentadoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certos de que o sujeito de nossa ação/intervenção é um sujeito histórico e social, agente transformador e produtor de cultura e história; certos também de que o fenômeno da invisibilidade social deste profissional ainda será realidade em nossa sociedade por longo tempo, até que uma nova cultura e forma de significação do trabalho se apresente, ficam ainda essas perguntas após o trabalho realizado: como podemos intervir na realidade concreta destes trabalhadores, contribuindo para uma construção de sentido mais significativa? É possível demonstrar que estes trabalhadores são dignos de olhares atentos? De algum respeito e admiração? De algum reconhecimento relativo a seu papel social?

Verificamos que esta forma de intervenção e, em especial para este público – os garis, o procedimento (1. reuniões em grupo; 2. escuta qualificada; 3. discussão das experiências coletivamente; 4. observação participante; 5. registro fotográfico do trabalhador em atividade; 6. exposição fotográfica dos resultados) pode trazer bons resultados, a saber: um olhar analítico e crítico sobre si, no sentido de ser trabalhador; um olhar analítico e crítico sobre seu trabalho e o contexto em que ele acontece (condições de qualidade de vida no trabalho, possibilidade de realização profissional e pessoal ou não etc.); o início de um processo reflexivo que pode gerar melhoria na autoestima do trabalhador – antes invisível para si mesmo também; reconhecimento de seus pares como iguais em direitos, deveres, necessidades e, portanto, a formação de um senso de coletividade que pode gerar uma melhor organização da categoria profissional, entre outras.

Conforme Maheire et al. (2005), “trabalhar com Psicologia objetivando-se o bem estar psicossocial dos sujeitos requer que, primeiramente, pesquisemos a existência e o modo como se objetiva o sofrimento que estes se encontram” (p.214). O sofrimento, no caso, é trazido das relações interpessoais abarcadas pela sociedade para/com eles, assim como de dentro para fora, em outras palavras, a empresa também interioriza uma visão que desvaloriza a base da pirâmide hierárquica, então, nos deparamos com um desprestígio vindo de duas esferas muito determinantes da maneira que o sujeito irá se enxergar. “Se todos não me olham, será que eu existo como sujeito?” Às vezes o “sentimento” é tão profundo, tão repleto por não ditos, que estes sujeitos mesmos se tratam como indivíduos não existentes, não merecedores de um olhar atento.

Então, cabe à Psicologia, sobretudo por meio de trabalhos como este, fazer o caminho inverso, não apenas escutá-los, como também olhá-los de maneira atenta e única, demonstrando que são sujeitos dignos e singulares.

O registro por meio da imagem abarca um significado histórico e cultural, não somente por ser um produto visual que registra um acontecimento, mas também por, conforme retoma Gomes (1996), a fotografia poder ser provocativa de percepções, registrando um momento em toda sua singularidade e tornando-o uma imagem da realidade impressa. A foto do indivíduo é histórica e traz expressões que se tornarão históricas também.

Fotografar também é uma ação geradora de reflexões, afinal, que imagem queremos registrar? Aquela que condiz com a realidade ou um momento raro num dia cotidiano? Tais questões promovem a reflexão do sujeito sobre sua função ali. Se estão sendo registrados, logo, existem. O recurso das fotos também é um recurso que permite ao sujeito se enxergar naquilo que ele faz, sendo ele também um agente que pode se valorizar e dar um sentido ao que ele mesmo faz.

Assim, podemos dizer que a experiência de estágio acrescentou muito na formação não só de psicologia, mas, sim, principalmente no desenvolvimento como sujeitos na sociedade em que estamos enquadrados. Sabemos que relacionamentos interpessoais são de grande complexidade, e é preciso que tenhamos atenção ao outro quando este é desfavorecido e, por que não, descuidado de alguma forma, o que reconhecemos que traz consequências a saúde mental. Não solucionamos rapidamente a problemática envolvida nas representações sociais do trabalho e na forma como isto afeta o sujeito, mas trazemos uma reflexão para a psicologia organizacional e do trabalho dos sujeitos que formamos. Acreditamos que esta reflexão seja apenas um passo de muito que pode ser feito para aproximar da visibilidade aqueles que estão num campo encoberto, invisível.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAGA, R. Decifrando o enigma brasileiro: novas pistas - Resenha de A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 139-143, 2004.

_____. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J.; CODO, W. (Orgs.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1997. p. 21-40.

COSTA, F. B. **Garis:** Um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública. Dissertação (Mestrado em Psicologia). USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 230 p.

GOMES, P. **Da escrita a imagem:** da fotografia à subjetividade. Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Psicologia (Projeto de dissertação de mestrado), 1996.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FEITOSA, Girleide Novaes; CHAVES, Marina. A imagem do trabalho: um estudo qualitativo usando fotografia em grupos focais. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 11, n. 4, Dec. 2007.

JUSTO, J. S.; VASCONCELOS, M. S. Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 760-774, 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n3/artigos/pdf/v9n3a13.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

MAHERIE, K.; BOEING, P.; PINTO, G. C. Pesquisa e intervenção por meio da imagem: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. **Psico**, v. 36, n. 2, 2005, p. 213-219.

MENESES, U. T. B. Rumo a uma "história visual". In J. S. Martins, C. Eckert; S. C. Novaes (Orgs.), **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc. 2005, p. 33-56.

MURTA, I. B. D. et al. O significado do trabalho para os garis: um estudo sobre representações sociais. **Perspectivas em Políticas Públicas**. v. 5, n. 10, p. 41-69, jul./dez., 2012.

RAMALHO, C. W. N. **A Natureza da Natureza em Marx**. Revista Tomo, n. 17, jul./dez. São Cristóvão, SE, 2010. p. 154 – 181.

SATO, Leny. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Brasil, v. 12, n. 2, p. 217-225, dez. 2009. ISSN 1981-0490. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25751>. Acesso em: 24 out. 2014.

TOLFO, S. da R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.,** Porto Alegre, v. 19, n. Spe, 2007.

ZIMERMAN, D; OSÓRIO, L.C. & Colaboradores, 1997. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas.

Anexos (Algumas imagens do trabalho realizado)

1. Ajudante Geral alocado no cemitério

2. Ajudantes Gerais que trabalham com as capinações de ruas

3. Ajudantes Gerais do Aterro Sanitário

4. Ajudante Geral no Terminal Rodoviário

A COMPLEXIDADE EM CONTEXTOS ORGANIZACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO

THE COMPLEXITY IN ORGANIZATIONAL CONTEXT AND ITS INFLUENCE IN THE DECISION-MAKING PROCESS

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

NASCIMENTO, Natália Marinho do.
Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília.
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
E-mail: natalianascimento_@hotmail.com

SOUZA, Juliete Susann Ferreira de.
Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília.
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
E-mail: jubsusann@gmail.com

VALENTIM, Marta Lígia Pomim.
Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília.
Pós-Doutorado pela *Universidad de Salamanca*, Espanha, em 2011-2012. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2001. Mestre pela PUC-Campinas, em 1995. Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq na área de inteligência competitiva organizacional, gestão da informação, gestão do conhecimento e cultura informacional. Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional'. Coordena o projeto de pesquisa 'Percepções do valor da informação: a importância da gestão da informação e do conhecimento em ambientes empresariais'.
E-mail: valentim@valentim.pro.br

MORO-CABERO, María Manuela.
Universidad de Salamanca
Doctora en Historia por la Universidad de Salamanca. Diplomada en Biblioteconomía y Documentación. Licenciada en Geografía e Historia. Especialidad Historia Medieval por la Universidad de Salamanca. Profesora Titular de Universidad. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca. Es miembro del Observatorio de Prospectiva Archivística y Sociedad y del SC1 del CTN50 de AENOR -España.
E-mail: moroca@usal.es

Resumo

As organizações são permeadas de decisões, que por sua vez, são embasadas por informações e conhecimentos estratégicos, diante disso, também estão inseridas em ambientes de mudanças, dinamicidade e complexidade. Dessa maneira, lidar com esses fenômenos apenas baseando-se em um pensamento linear e reducionista já não basta e não sustenta as ações organizacionais. A Teoria Geral dos Sistemas insere algumas modificações essenciais, entretanto é por meio do pensamento complexo que se observa uma maior sustentação em relação a não fragmentação, às incertezas, a existência de inter-relações etc. O objetivo deste trabalho é abordar como a Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Complexidade podem ser visualizadas nas organizações, quais as implicações destes pensamentos e como eles influenciam no processo decisório organizacional. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para analisar os fenômenos relacionados a temática abordada. Ressalta-se que o processo decisório é elemento-chave das organizações contemporâneas e precisa receber a devida atenção. Nessa perspectiva, para entender as decisões, as ações organizacionais e os próprios decisores a Teoria da Complexidade se torna fundamental, pois é por meio dela que os fenômenos são refletidos de modo profundo e amplo, proporcionando

melhores compreensões, porquanto se percebe a relação do todo com as partes e das partes com o todo, mas, mais que isso, se percebe a responsabilidade dos decisores enquanto sujeitos construtores de uma dada realidade.

Palavras-Chave: Teoria da Complexidade, Teoria Geral dos Sistemas, Processo Decisório, Ambientes Organizacionais.

Abstract

Organizations are permeated by decisions, which in turn are underpinned by information and strategic knowledge. Therefore, also inserted in changing environments, dynamicity and complexity. In this way cope with these phenomena just basing on a linear and reductionist thinking is no longer enough and does not support the organizational actions. The General Systems Theory inserts some substantial changes, though it is through complex thought that observed greater support on non-fragmentation, the uncertainties, the existence of interrelationships etc. The objective of this work is to approach as General Systems Theory and Complexity Theory can beviewed in organizations, what are the implications of these thoughts and how these influence organizational decision-making process. For this, it was used the bibliographical research of a qualitative nature to analyze the phenomena related the thematic studied. It is emphasized that the decision-making process is a key element of contemporary organizations and must receive due attention. In this perspective, to understand the decisions, organizational actions and decision-makers to Complexity Theory becomes fundamental, because it is through it that the phenomena are reflected deeply and broadly, providing better comprehensions, because it is noticed the whole relation to the parts and the parts relation to the whole, but, more than that, it is noticed the responsibility of decision-makers as builders of a given reality.
Keywords: Complexity Theory, General Systems Theory, Decision Making, Organizational Environments.

1 INTRODUÇÃO

Uma das palavras que estão presentes no universo organizacional refere-se à complexidade. Nessa perspectiva, apresentam-se algumas reflexões acerca da influência que este fenômeno exerce sobre o processo decisório empresarial e como pode contribuir para garantir a obtenção de vantagem competitiva.

No cenário contemporâneo, pensar as organizações de uma maneira cartesiana, reducionista e linear é insuficiente; essa maneira de compreender os fenômenos não propicia que os indivíduos enxerguem a totalidade das situações nem percebam que tudo está relacionado e, por isso, observar a complexidade se faz relevante tendo em vista que esta Teoria amplia a percepção dos sujeitos organizacionais.

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) e a Teoria da Complexidade (TC) ampliaram as perspectivas e as percepções dos indivíduos, bem como proporcionam compreensões de modo a enfocar as interconexões existentes como, por exemplo, o ambiente organizacional é compreendido como sendo composto pelo ambiente interno e externo e, assim, obtêm-se uma visão ampliada da realidade e do contexto no qual as organizações estão inseridas.

Entender esse novo cenário é fundamental à medida que as mudanças e a instabilidade permeiam e influenciam todos os segmentos da sociedade. Dessa maneira, a mudança de pensamento impõe ao indivíduo uma nova dinâmica, transformando-o em um sujeito modificador de sua própria realidade, ou seja, transforma-se em um sujeito proativo e responsável pelas ações desempenhadas no ambiente em que está inserido.

A problemática deste artigo refere-se ao fato de que o pensamento cartesiano já não pode mais permear as organizações, uma vez que não sustenta adequadamente a realidade por elas vivenciadas. Objetiva abordar como a Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Complexidade podem ser visualizadas nas organizações, especificando quais são as implicações destes pensamentos e se estes influem no processo decisório organizacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para alcançar os objetivos deste estudo, apresenta-se de modo sucinto a Teoria Geral dos Sistemas, a Teoria da Complexidade e o processo decisório em ambientes organizacionais, delimitando suas singularidades para perfilar suas analogias e interações.

2.1 A Teoria Geral dos Sistemas

A Teoria Geral dos Sistemas iniciou-se com as reflexões de von Bertalanffy no âmbito da Biologia e a partir dos Anos 50 se expandiu nas mais diferentes direções (MORIN, 2005), incluída posteriormente no âmbito da Administração. A TGS nesse contexto é aplicada e fundamentada por Senge (1990) no estudo de 'A Quinta Disciplina'.

Esta Teoria tem grande valor, porquanto se mostra diferente do que hegemonicamente se pensava até o seu surgimento, isto é, que o todo não se reduz a soma das partes, conforme evidenciado no pensamento cartesiano cunhado por René Descartes (1596-1650) quando fundou a Filosofia Moderna e o Racionalismo. Além disso, uma outra característica relevante se destaca: as responsabilidades do sujeito, dado que na TGS o indivíduo possui responsabilidades e, portanto, não pode ser excluído.

A partir da TGS a fragmentação da Ciência é questionada, uma vez que há a compreensão de que os campos científicos se inter-relacionam, evidenciando "[...] o que há de comum entre elas, o que nelas cruza e transfere" afirma Pombo (2004, p.44).

A TGS no contexto organizacional intenciona as associações e combinações de diversos elementos que advém e confluem, tanto do ambiente externo quanto do ambiente interno, ressaltando-se a interdependência entre ambos para a sua funcionalidade e sobrevivência em um mercado caótico e incerto, em que as contingências também são elementos ativos de inter-relação.

O termo 'sistema' foi definido por Chiavenato (2003) como sendo,

> Um conjunto de elementos interdependentes e interagentes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado [...] Sistema é um conjunto ou combinações de coisas ou partes formando um todo unitário (CHIAVENATO, 2003, p.475).

O sistema organizacional contém diversos elementos – humanos, tecnológicos e materiais – comprometidos com tarefas e orientados para resultados, com uma determinada finalidade e influenciados pelo ambiente externo, com o qual o sistema organizacional interage permanentemente (LACOMBE; HEILBORN, 2008, p.20). Desse modo, é necessário compreender as organizações como um contexto dinâmico com propriedades e comportamentos específicos. Sua natureza e características dependem da totalidade e é, precisamente, essa totalidade que deve ser analisada para se compreender os problemas. Nesse sentido, Senge (1990) explica que o pensamento sistêmico evidencia que as soluções mais óbvias não funcionam.

Compreende-se que nenhuma organização sobrevive isoladamente, ao contrário em geral estão inseridas em um ambiente que outras organizações, atores e elementos atuam fortemente sobre ela, fazendo-a reagir constantemente. Assim, ao elaborar os planos, objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, a organização precisa, necessariamente, levar em consideração o ambiente externo, de modo que esteja sintonizada com a realidade em que está inserida, este fator é o que caracteriza às organizações como sistemas abertos.

Os sistemas abertos são abordados por Chiavenato (2003), Morin (2007) e Lacombe e Heilborn (2008), como sendo sistemas que apresentam inter-relações com o ambiente externo, por meio de inúmeras entradas e saídas, trocando matéria e energia e se adaptando constantemente para sobreviver às condições do meio. Essa abordagem enfatiza que este tipo de sistema atua em total desiquilíbrio, uma vez que o ambiente com o qual está interagindo é incerto e dinâmico. Para enfrentá-lo as organizações devem gerenciar eficientemente a mudança.

Por outro lado, os sistemas fechados são aqueles que em um plano teórico estão em total equilíbrio, pois não recebem influências do meio externo, uma vez que não depende dele. Assim, este tipo de sistema é caracterizado como isolado, já que não interage com o ambiente no qual está inserido, se fechando em seu próprio sistema (LACOMBE; HEILBORN, 2008). Os sistemas fechados respondem as necessidades e requisitos permanentes, não sujeitos a mudança, pois estão preparados para uma gestão que se move entre os ciclos de sucesso e fracasso por décadas, com regras rígidas do setor, centradas em procedimentos que valoram e conservam, mantém burocracias significativas por meio de normas e informações controladas, tal como expõe Peters (2003). Nesses ambientes, os indivíduos se movem em um labirinto, pois não possuem uma visão ampla, ou seja, desconhecem a finalidade e as inter-relações que possam ser estabelecidas a partir de seu trabalho. Nessa perspectiva, o risco quanto a obtenção de resultados satisfatórios, bem como de rendimento adequado é delimitado por esse modo de trabalho. O cliente é a última engrenagem da cadeia e recebe todas as disfuncionalidades.

Dessa maneira, a TGS contribuiu efetivamente para uma mudança de pensamento evidenciando que, não se deve pensar as organizações apenas como sistemas de ordem e controle, isto é, como máquinas que necessitam de estabilidade para se manter. Ao contrário, as organizações são sistemas vivos e abertos que atuam em meio à desordem, ou seja, em que se situam os acasos, as contingências, as atuações não óbvias e instáveis, influindo diretamente nos ciclos de sucesso e fracasso, cujos valores intangíveis como o conhecimento geram inteligência organizacional (PETERS, 2003).

Nesse contexto, a TGS contribuiu para uma melhor compreensão dos ambientes organizacionais. Além disso, a partir dela surge a Teoria da Complexidade que, não descarta o que a TGS defende, mas aprofunda e traz alguns elementos novos que se descrevem na próxima subseção.

Destaca-se que diante de tantas mudanças e instabilidades, dada a importância conferida ao indivíduo (e ao cliente) e ao papel que a própria organização possui na sociedade, não é possível deixar de estudar a Teoria da

Complexidade para entender as organizações e o meio em que estão inseridas, porquanto sofrem influência e também o influenciam.

2.2 A Teoria da Complexidade

Até metade do Século XX, o que predominava nas ciências era o reducionismo do conhecimento, o conceito chave referia-se ao determinismo, a ocultação do acaso, do novo, da inovação e a aplicação da lógica mecânica da máquina artificial aos problemas vivos, humanos, sociais. Além disso, a especialização retira o objeto de seu contexto rejeitando os laços e as inter-relações com seu meio e o insere em um compartimento (MORIN; MOIGNE, 2000, p.207).

Nessa perspectiva, Morin e Moigne (2000, p.209-218) propõem que existem sete princípios complementares e interdependentes para se pensar a complexidade: 1- O princípio sistêmico ou organizacional; 2- O princípio hologramático; 3- O princípio do círculo retroativo; 4- O princípio do círculo recursivo; 5- O princípio da auto-eco-organização: autonomia e dependência; 6- O princípio dialógico e; 7- O princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento. Estes princípios norteiam o pensamento complexo que, reuni, contextualiza, globaliza, mas ao mesmo tempo, reconhece o singular, o individual e o concreto.

Conforme mencionado anteriormente, as organizações estão inseridas em um ambiente de grande instabilidade e incerteza. Diante disso, necessitam mudar o modo de pensar, ou seja, de entender que o pensamento linear, em que as coisas são vistas isoladamente e de maneira simplificada resulta insuficiente. Este modo de pensar atendeu aos anseios da sociedade em um determinado momento, mas atualmente não se sustenta mais. Nesse sentido, o pensamento complexo consegue mais bem embasar as questões contemporâneas, propondo soluções e adequações mais interessantes e indivíduos mais conscientes.

O pensamento complexo surge no final do Século XX, passando do "paradigma da simplificação" para o "paradigma da complexidade". Esta modificação surge por conta da incapacidade do primeiro paradigma fazer a junção do uno e do múltiplo, possibilitando a inserção do segundo paradigma no contexto e na realidade atual (MORIN, 2007).

Desse modo, começam a surgir estudos voltados para o pensamento complexo. Segundo Morin (2007) a complexidade pode ser entendida como

> [...] um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Além disso, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...] mostra-se que a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza. Por isso o conhecimento necessita ordenar os fenômenos rechaçando a desordem, afastar o incerto, isto é, selecionar os elementos da ordem e da certeza, precisar, clarificar, distinguir, hierarquizar (MORIN, 2007, p.5).

Observa-se que a complexidade traz consigo a exigência de um pensamento mais amplo acerca dos fenômenos, e isso não muda para as organizações e o meio em que estão. Infere-se que é somente por meio do pensamento complexo, que as organizações tomam conhecimento de fato dos fatores que as rodeiam, mas não percebidos, uma vez que é por meio desta percepção que surge a possibilidade de desenvolver ações que sejam eficazes.

Morin (2007, p.35), ressalta que a complexidade tem relação com o acaso e "[...] diz respeito a sistemas semi-aleatórios cuja ordem é inseparável dos acasos que os concernem. A complexidade é, portanto, uma mistura de ordem e de desordem". Isso demonstra que as organizações empresariais necessitam desta dualidade retroativa para se manterem no mercado em que estão inseridas e, assim, desenvolverem-se. Por isso, as organizações modernas são muito mais complexas do que eram antigamente, pois existe uma quantidade significativa de variáveis envolvidas e, estas por sua vez, influem diretamente nas decisões a serem tomadas e, por fim, na obtenção de vantagem competitiva (LACOMBE; HEILBORN, 2008, p.18).

Paramés-Montenegro (1974) igualmente explica que as estruturas componentes de um sistema e suas interdependências com outros ambientes e sistemas possuem um grau de complexidade, de modo que

> [...] sua evolução está condicionada pelas modificações internas que afetam os elementos integrantes e pelas interações estabelecidas entre eles e o ambiente [...]. O sistema conserva certa estabilidade e pode transformar-se dando lugar à desintegração ou a uma maior integração[...]. Tende a ser estável, embora ao longo do tempo o sistema passará de estado em estado, sucessivamente (MORO-CABERO, 1996, p.109, tradução nossa).

Observar os limites de um sistema e suas interações é um resultado difícil. Senge (2003, p.88) explica que aceitar a complexidade facilita compreender que boa parte dos problemas são divergentes, sendo que para buscar as possíveis soluções é preciso ter um espírito de fronteira para criar uma organização melhor. Senge (2003, p.78-79), a partir dos pensamentos de Handy (1997), explica que é preciso perceber que "[...] os problemas de hoje derivam das soluções de ontem", ou seja, a causa e o efeito não estão próximos no tempo e espaço.

Quando o sujeito organizacional enxerga as inter-relações existentes, possui uma visão ampla e, a partir disso, compreende sua responsabilidade no processo, enquanto funcionário e enquanto membro de uma determinada sociedade, percebe que não existe verdade absoluta, bem como estará mais apto, enquanto decisor, a trabalhar as informações e o conhecimento de modo consistente, percebendo inclusive as várias alternativas que podem ser aplicadas a uma decisão, resultando em maior possibilidade de acerto, pois na visão reducionista isso não seria percebido. Contudo, destaca-se que isso não é fácil, tendo em vista que os sujeitos organizacionais estão inseridos em uma sociedade impregnada pelo pensamento cartesiano e, portanto, simplificado e reducionista, assim como o indivíduo não é responsável pelo que faz enfatizando o descomprometimento com as situações vivenciadas.

Compreender as organizações como sistemas abertos e complexos influi significativamente no modelo de tomada de decisão.

2.3 Processo Decisório

Os ambientes organizacionais são integrados a partir da estrutura organizacional, das funções, atividades e tarefas desenvolvidas pelos sujeitos organizacionais e pelos sistemas de informação que perpassam sua estrutura. Ressalta-se que os ambientes organizacionais são complexos e para entender as inter-relações existentes e os diversos fenômenos que os envolvem faz-se necessário um olhar mais amplo. Nas organizações destacam-se os ambientes informacionais, uma vez que se constituem em seu alicerce, isto é, as informações e os conhecimentos relevantes que, por sua vez, devem ser identificados e mapeados através dos fluxos de informações, porquanto subsidiam as ações organizacionais e embasam as decisões de modo que sejam tomadas conscientemente, garantindo a obtenção da vantagem competitiva frente a outras organizações que não dão o devido valor para a informação e o conhecimento estratégico.

Segundo Valentim (2007, p.9), uma organização é compreendida como "[...] o núcleo da sociedade, pois ela agrupa indivíduos, sustenta a economia, gera empregos, profissionaliza e especializa a atuação dos sujeitos, ou seja, ela influência a cultura, a educação e a própria sociedade", portanto, compreender seu ambiente é necessário.

Para Chiavenato (2003, p.347), as organizações são compreendidas como um "complexo sistema de decisões", em que o indivíduo independentemente do nível hierárquico toma decisões constantemente. Diante disso, nos ambientes organizacionais as decisões são reais e frequentes e, por isso mesmo, recebem tanta atenção nas pesquisas da área. Existem decisões que enfrentam mais ou menos riscos ou apresentam maior ou menor importância.

> Deduzimos que no mundo atual (real), particularmente no ambiente empresarial, em um mercado globalizado cada vez mais competitivo, buscamos tomar decisões mais rápidas, corretas e abrangentes. As decisões, normalmente, buscarão minimizar perdas, maximizar ganhos e criar uma situação em que comparativamente o decisor julgue que houve elevação (houve ganho) entre o estado da natureza em que se encontrava e o estado em que irá encontrar-se (irá advir) após implementar a decisão (GOMES; GOMES; ALMEIDA, 2006, p.4).

O processo decisório ocorre por meio de uma ou várias ações realizadas por um sujeito organizacional. As decisões podem ser simples ou complexas, específicas ou estratégicas, podem ser imediatas ou de longo prazo, enfim, o que varia é a problemática que se está buscando solucionar, além da responsabilidade e da função que o decisor exerce.

Quanto aos sujeitos organizacionais que fazem parte do processo decisório podem estar integrados por "[...] uma pessoa, um grupo, um comitê, uma companhia etc.; tem de vislumbrar as consequências das decisões em um meio ambiente mutável, e sujeito a condições que o decisor não pode controlar, e com incertezas, imprecisão e/ou ambiguidade" tal e como explicam Gomes, Gomes e Almeida (2006, p.3).

Ressalta-se que uma decisão consciente e positiva é medida não apenas através dos resultados obtidos, mas, também, pela qualidade do processo, desde a necessidade de informação até sua interpretação e disseminação, se houve interação ou não com outros sujeitos e se efetivamente se chegou a uma decisão.

Outra característica referente as decisões é se são programadas ou não programadas. As decisões programadas são "[...] baseadas em dados adequados, em dados repetitivos, são tomadas em condições estáticas e imutáveis, sob condições de previsibilidade, baseadas na certeza e podem ser computacionais". Por outro lado, as

decisões não programadas são "[...] baseadas em dados inadequados, em dados únicos e novos, tomadas em condições dinâmicas e mutáveis, sob condições de imprevisibilidade, baseadas na incerteza e devem ser tomadas sob julgamento pessoal" destaca Chiavenato (1999, p.263).

> Para abastecer o processo decisório, a organização precisa coletar e processar uma enorme variedade de informações para permitir a escolha de alternativas, em situações que nunca revelam todas as opções disponíveis, nem os possíveis resultados dessas alternativas. A capacidade da organização de coletar e processar tais informações para proporcionar às pessoas que decidem, no tempo hábil, as bases para que possam ser bem-sucedidas na escolha é limitada (CHIAVENATO, 2003, p.351-352).

A partir desses juízos é importante compreender o real significado do processo decisório para as organizações, bem como que os sujeitos organizacionais sejam diferenciados e busquem realmente meios que propiciem que a gestão de documentos, a gestão da informação e a gestão do conhecimento ocorram com eficiência de modo que possam contribuir efetivamente.

Nesse sentido, o desenho, implantação e evolução de um sistema de gestão de documentos em contextos organizacionais contribui para assegurar a tomada de decisão, trazendo vários benefícios para as organizações (ISO15489, 2001, p.9; ISO 30300, 2011,p.8): respaldar a tomada de decisão; proporcionar coerência nas atividades, promover a consistência operacional e a continuidade do negócio e produtividade à gestão; facilitar a execução eficaz de atividades no contexto organizacional; cumprimento legal, de controle e garantia jurídica; fomentar a coerência entre os sistemas de gestão; estabelecer uma identidade pessoal, cultural e organizacional,e manter a memória pessoal e coletiva, entre outros benefícios.

Além disso, não se pode deixar de mencionar também que a racionalidade sempre será limitada por conta dos próprios indivíduos e, por isso, gerir com qualidade e a percepção do todo garante uma diferença qualitativa nas decisões. Enfim, assim como as próprias organizações o processo decisório também é inerente à complexidade, muitas são as experiências de organizações que por uma decisão arriscada ficaram milionárias ou foram a falência, um indivíduo que toma decisão nesse âmbito precisa enxergar além do que se pode ver, entender as inter-relações e sua responsabilidade no processo de modo que suas ações contribuam de fato para que as organizações alcancem vantagem competitiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho configura-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, baseada em livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e outras publicações da área disponíveis em bibliotecas, bases de dados e na rede Internet.

Para a elaboração deste artigo foram realizadas leituras, fichamentos, análises, discussões e sínteses dos materiais selecionados que propiciaram a sistematização dos conceitos, por meio da reflexão e inferência das autoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As organizações vivenciam há algum tempo um momento delicado, porquanto possuem grande quantidade de dados, informações e conhecimentos, além de estarem inseridas em um ambiente altamente competitivo, em que cada detalhe faz a diferença em relação à obtenção de vantagem frente aos concorrentes. Os sujeitos organizacionais necessitam estarem capacitados, os processos adequados, a sustentabilidade e a responsabilidade social devem se constituírem em elementos chave, as mudanças e as instabilidades fazem parte do dia-a-dia, enfim são inúmeros aspectos que somados resultam em grande complexidade.

As organizações, grandes ou pequenas devem compreender sua identidade e sua marca nesse contexto complexo, especialmente em períodos de recessão como o que acontece na atualidade. Assim, os arquivos empresariais cumprem uma importante missão para assegurar: comunicação organizacional, cultura organizacional, planejamento de produtos, ações de promoção, gestão de riscos, cumprimento legal, identidade organizacional, relações públicas etc., conforme destaca Matsuzaki (2013). O sistema de gestão documental nas organizações se constituem em um fator muito importante e asseguram a continuidade frente às situações de mudança e de contingências. Robérge, Jardim, Moro-Cabero entre outros, têm estudado esta abordagem sistêmica que se reflete nos códigos de boas práticas e nas normas como, por exemplo, a ISO 30301 (2011, p.11, tradução nossa) que enfatiza a gestão documental, para “[...] a criação, captura e controle de ativos de informação em forma de documentos confiáveis e autênticos que permitam a tomada de decisão baseada em evidências organizacionais”.

Destaca-se que a TGS contribuiu significativamente para a mudança do pensamento reducionista, mas é com a Teoria da Complexidade que se faz possível refletir de maneira mais ampla sobre os ambientes organizacionais. Além disso, o pensamento complexo é mais do que um modo de pensar, pois além de transformar visões, transforma

atitudes que refletem tanto no sujeito organizacional enquanto membro da uma instituição, quanto como membro de uma determinada sociedade.

O processo decisório é embasado por informações estratégicas que, por sua vez, devem chegar aos gestores com a maior rapidez possível, bem como devem ser confiáveis, fidedignas, consistentes e devem ser interpretadas pelos decisores, ou seja, o sujeito organizacional precisa possuir significativa capacidade perceptiva, tanto em relação a organização quanto em relação ao ambiente em que ela está inserida. Além disso, ser capaz de fazer as inter-relações entre todos os fenômenos e entender sua fragilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que as organizações há algum tempo vivenciam profundas mudanças e precisam se adaptar a elas com a ajuda do pensamento complexo. A partir do pensamento complexo acerca dos fenômenos existentes, também há uma nova visão no que tange as ações organizacionais, resultando em facilidade e maior assertividade na tomada de decisão, além disso, há um reposicionamento das estratégias em um ambiente altamente competitivo.

O pensamento complexo possibilita que as organizações estabeleçam relações e interconexões entre o ambiente interno e externo. Essa interdependência mostra o quão necessário é estudar os sistemas abertos, já que toda organização faz parte deste contexto e são afetadas por variáveis desconhecidas e incontroláveis. Portanto, uma visão de que o todo tem relação com as partes e de que as partes têm relação com o todo contribui para a efetividade das ações organizacionais.

As organizações e os sujeitos organizacionais que entenderem o pensamento complexo e buscá-lo como suporte/embasamento terão mais facilidade de solucionar seus problemas e se adaptarem ao ambiente de instabilidade e mudança, bem como sobreviverem e desenvolverem diferenciais competitivos. Nessa perspectiva, as soluções mais óbvias não funcionam, dado que no melhor dos casos representam uma solução de curto prazo, pois, muitas vezes, os problemas ressurgem posteriormente, embora algumas pequenas ações, mais focadas possam aportar melhorias significativas e duradouras, como menciona Senge (2003, p.85). A gestão documental em contextos organizacionais pode ser compreendida como o ponto de balanceamento sobre os processos desenvolvidos, mas certamente isso não se constitui em uma tarefa fácil.

A complexidade das organizações convida estas a realizarem um grande esforço para melhorarem e se tornarem mais competitivas, dado que dita complexidade exige mais esforço. Nessa perspectiva, a gestão documental torna-se atividade essencial para subsidiar a tomada de decisão em contextos organizacionais. Sua concepção e implementação representa uma maneira para alterar as estruturas operacionais, gerenciais e estratégicas, porque quanto mais pressionam as contingências do ambiente e, por se constituírem em sistemas abertos, mais pressionam a gestão documental. Dessa maneira, a gestão documental do presente e do futuro deve ser realizada de modo flexível, compreensiva com os contextos e ambientes organizacionais e multidimensionais, independentes, extensíveis, cujos riscos, qualidade, auditorias, resiliências, cumprimentos, etc., devem estar orientados aos benefícios dos produtores, clientes, decisores, entre outros (SMIT, 2013, p.67).

Sendo assim, defende-se que o pensamento cartesiano, baseado na linearidade, superficialidade por si só, não sustenta mais a realidade das organizações. Dessa maneira, o pensamento complexo é uma solução para entender ambientes complexos e fenômenos complexos, como é o caso das organizações empresariais e o processo decisório, mas é importante destacar que ele não é a solução para tudo, entretanto, diante das teorias existentes e das maneiras de pensar, é o pensamento complexo que abrange de modo amplo e aprofundado os fenômenos, deixa para trás a superficialidade, percebe a importância dos sujeitos e não deixa que estes hajam como se existissem verdades definitivas.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**:uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. **Tomada de decisão gerencial**:enfoque multicritério. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ISO 15489-1**: Información y Documentación. Gestión de documentos**: Parte 1- Generalidades.Madrid: AENOR, 2006.

ISO 30300. **Información y Documentación. Sistemas de gestión para los documentos**: Fundamentos y vocabulario. Madrid: AENOR, 2011.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Princípios e tendências**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATSUZAKI, Y. Archives and corporate identity in a changing business environment: the case the Kao Corporation. **Comma:** International Journal on Archives, n.1, p.41-46, Jan. 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E.; MOIGNE, J. L. **A inteligência da complexidade**. 3.ed. Uberaba: Peirópolis, 2000.

MORO-CABERO, M. M. El sistema de gestión de la información integral en la Administración Central Ministerial. **Signo**: Revista de Historia de la Cultura Escrita, n.3, p.107-124, 1996.

PARAMÉS-MONTENEGRO, C. **Introducción al management**: Un nuevo enfoque de la administración pública. Madrid: ENAP, 1974.

PETERS, T. **Re-imagina**: La excelência empresarial em uma era perturbadora. Madrid: Prentice Hall, 2003.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade**: ambições e limites. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

SENGE, P. **The Fifth Discipline**: The art and practice of the learning organization. New York: Doubleday, 1990.

SENGE, P. **La Quinta Disciplina**: El arte y la práctica de la organización abierta al aprendizaje. Barcelona: Granica, 1992.

SMIT, F. The metamorphosis of the records manager. **Comma:** International Journal on Archives, n.2, p.59-72, Jan. 2013.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007.

TRABALHO E EMPRESA: UM ESTUDO COM MULHERES EMPRESÁRIAS

WORK AND BUSINESS: A STUDY WITH BUSINESSWOMEN

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

FARIA, Caroline de Souza
Uni-FACEF
Graduada em Psicologia
caroline.sfaria@hotmail.com

GERA, Maria Zita Figueiredo
Uni-FACEF
Livre Docente em Psicologia
mzitafigdo@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda a questão de como as mulheres proprietárias e gestoras dos seus próprios negócios conciliam trabalho, vida pessoal e familiar. Considerando o objeto de estudo deste estudo que envolveu questões subjetivas, optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo, de caráter exploratório, cujo planejamento é bastante flexível possibilitando considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado. O estudo envolveu cinco mulheres empresárias, com idades entre 41 a 51 anos. Os dados foram gravados e posteriormente transcritos e analisados, por meio de análise de conteúdo. A partir da análise foram constituídas duas categorias de análise: 1- *a mulher na administração*, apresentada como um elemento que influencia positivamente na gestão da empresa, considerando certas características femininas; 2- *a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar,* sendo que a pesquisa trouxe reflexões importantes, possibilitando concluir que conciliar trabalho e família constitui-se numa possibilidade nem sempre fácil, porém possível e enriquecedora.

Palavras-chave: Mulheres, Trabalho, Empresa.

Abstract

This study approach issues such as how owner and manager women of their own business conciliate work, private life and family. Considering the object of this study that developed subjective questions, it was opted by a qualitative research, exploratory nature whose planning is quite flexible allowing considering the most different aspects related to the studied issue. The study involved five businesswomen aged between 41 and 51 years old. Data were recorded and next transcribed and assessed through content analysis. From this analysis, two analysis categories were set fourth: 1- women in the administration, presented as an element positive influencing business management, considering certain female features; 2- the conciliation of professional, private and family life, since that the research brought up important thoughts, allowing to conclude that to conciliate work and family constitute a possibility that is not always easy, but possible and wealthy.

Keywords: Women, Work, Business.

1 INTRODUÇÃO

O papel da mulher na sociedade sofreu mudanças significativas nos últimos tempos. A partir da revolução industrial, a mulher que antes havia o papel na sociedade, como *dona de casa*, ganhou também destaque como força de trabalho e, elas acabaram tomando a frente nos lares e nos negócios. Progressivamente desde então, a mulher ganha cada vez mais importância não somente no gerenciamento de negócios seus e de terceiros, mas também na conciliação dos diversos papeis que desempenha.

Em decorrência desses processos de mudanças, aumenta o interesse em se aprofundar os conhecimentos a respeito da combinação dos múltiplos papeis que a mulher atual desempenha.

A pesquisa teve como objetivo verificar como as mulheres da cidade de Franca, interior de São Paulo, que são proprietárias e gestoras dos seus próprios negócios conciliam trabalho e família.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A presença do trabalho na vida do indivíduo

O trabalho é uma atividade que tem grande importância na vida do indivíduo, pois através dele as pessoas podem crescer, aprender, se sentirem úteis e produtivas dentro da sociedade (JUNQUEIRA, 2008). Segundo Zamboni (2006), o trabalho para o ser humano constitui-se em um meio para a sobrevivência, para a realização, para a vida, e não um fim em si mesmo.

Rosas (1980) destaca que o homem trabalha *também* para ganhar a vida. O importante para ele não é apenas a remuneração, mas também ter a oportunidade de satisfazer as suas necessidades gerais de atividade e grande parte das necessidades psicogênicas.

É importante compreender que a cultura na qual o individuo está inserido, as concepções religiosas, a visão que a família possui sobre o trabalho e outros fatores que estão presentes na vida do homem, vão influenciar significativamente na forma de a pessoa enxergar o trabalho, tanto como um prazer ou uma obrigação.

Desta forma, o trabalho pode ser entendido com diferentes sentidos. Atualmente, o trabalho é um ponto central na vida do homem. Contudo, foi somente na era industrial e pós-industrial que adquiriu um significado capaz de propiciar ao indivíduo sua identidade (ZAMBONI, 2006).

É comum ouvir as pessoas falarem da insatisfação quanto à qualidade de suas vidas pela correria, pelas longas horas dedicadas ao trabalho, pelo nível de exigências profissionais e econômicas a ponto de sobrar pouco espaço para suas famílias, para seus relacionamentos, seu lazer, seu descanso, seu corpo e seu mundo interno (ZAMBONI, 2006). Porém, apesar do alto número de queixas, há algumas contradições com relação ao aproveitamento do tempo fora do trabalho. São poucos os trabalhadores, que conseguem organizar o lazer de acordo com os seus desejos e suas necessidades.

Para Dejours et al. (2007) o trabalho possui carga psíquica positiva e negativa, que são classificados em dois tipos de trabalho: o fatigante e o equilibrante. Ele irá ser equilibrante, se o trabalho permitir a diminuição da carga psíquica, ou seja, um trabalho livremente escolhido oferece, geralmente, vias de descarga mais adaptadas às necessidades e dessa maneira, o trabalho se torna um meio de relaxamento.

Contudo, se o trabalho se opõe a essa diminuição, ele é fatigante. A energia psíquica que não é utilizada se acumula, tornando-se fonte de tensão e desprazer, gerando a fadiga, a astenia e até a patologia (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

Chanlat (1993), por sua vez, afirma que a psicologia do trabalho coloca o sofrimento no centro da relação psíquica entre o homem e o trabalho. Para ele os trabalhadores não procuram situações de trabalho sem sofrimento. Eles investem esforços impressionantes para lutar contra o sofrimento e não hesitam em enfrentar as dificuldades e as adversidades das situações de trabalho.

A respeito da criatividade, que é a contrapartida ao sofrimento Chanlat (1993) diz:

> A criatividade confere sentido porque ela traz, em contrapartida ao sofrimento, reconhecimento e identidade. E o sentido afasta o sofrimento porque à repetição (ressurgimento do sofrimento) ele dá acesso a uma história (a experiência vivida): cada inovação é diferente das outras. Pela série encadeada de suas descobertas ou de suas invenções, o sujeito se experimenta e se transforma (CHANLAT, 1993, p. 160).

Não existe uma organização do trabalho ideal, isenta da problemática divisão trabalho e homens. Não existe ainda uma solução geral para diminuir a carga psíquica do trabalho, devendo esse processo ser analisado caso a caso. Ou seja, é importante ter uma visão da singularidade de cada trabalhador, com a sua história, sua forma única de experimentar a vivência do trabalho (GUIMARÃES; MARTINS, 2010).

> Por considerarmos o homem um ser não fragmentado, temos que enxergá-lo na sua totalidade/singularidade, entendendo que tudo o que acontece em sua atividade profissional reflete em sua vida de modo geral. Como o trabalho é parte integrante da vida do homem, trabalho e vida são dimensões indissociáveis de sua existência (ZAMBONI, 2006, p. 35).

2.2 As transformações do papel da mulher

Quando falamos no papel da mulher na sociedade é comum pensarmos que ele sempre foi bem definido como dona de casa, responsável pelos filhos e marido, constituindo-se uma entidade natural da mulher responsabilizar-se pelas atividades domésticas. Mas, nem sempre homens e mulheres viveram e se relacionaram como fazem hoje.

Segundo Muraro (2003), a evolução da espécie humana passou por três fases. O primeiro período foi chamado de Seixo Rolado. Homens e mulheres viviam da coleta de frutos das árvores e da caça aos animais miúdos. A mulher possuía uma posição privilegiada.

O segundo tipo de sociedade foi chamada Sociedade de Caça, quando os homens começaram a caçar grandes animais. A autoridade passou a ser exercida pela força e o mais apto tornava-se o chefe do grupo (MURARO, 2003).

A tecnologia foi avançando dando início ao Período Histórico. As técnicas de fundir metais possibilitou a fabricação de utensílios. Os grupos começaram a deixarem de ser nômades e se fixar. Segundo Muraro (2003), quando as pessoas instalaram-se nas terras e começaram a ara-las, teve início a produção de excedentes agrícolas. Estes eram trocados ou vendidos. Quem tinha mais excedente, tinha mais dinheiro.

Junto com a cultura, a condição da mulher foi mudando completamente. A mulher que tivesse um filho fora do casamento poderia comprometer seriamente a herança e a posse de terra. Desse modo, teve inicio o patriarcado (MURARO, 2003). Em decorrência dessas concepções, a mulher foi se tornando mais íntima das atividades relacionadas ao lar, enquanto o homem cada vez mais vivia na rua, no meio da comunidade do trabalho, festas, se afastando do cotidiano da casa.

As primeiras lutas em favor dos direitos da mulher surgiram na metade do século XIX. O objetivo principal era a luta por igualdade de direitos constitucionais, ou seja, igualdade diante a lei e a possibilidade de votarem (FERNANDES; CAMPOS; SILVA, 2013).

Com a Revolução Industrial, uma série de transformações começou a afetar o papel social da mulher. O número de mulheres empregadas aumentou drasticamente no trabalho fabril. Contudo, a jornada de trabalho e os salários eram muito desiguais.

Em 1960, surge o movimento feminista com maior dimensão e maior importância (MURARO, 2003). É importante destacar que essas transformações se manifestaram aliadas a mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher (CHIES, 2010).

É importante destacar que essas transformações se manifestaram aliadas a mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher (CHIES, 2010).

2.3 A nova mulher

A condição feminina na sociedade foi ficando cada vez mais em evidência e mais progressos foram obtidos. Hoje a mulher brasileira vota, trabalha fora de casa, ocupa cargos nunca ocupados por mulheres, pode expressar sua opinião e, assim, ter voz, diferente de tempos mais remotos (MORAIS, 2011).

Apesar de todas as mudanças obtidas no Brasil, a transformação não foi integral. Segundo Jonathan; Silva (2007), devido a antigas ideias de que as mulheres têm necessidades e inclinações para cuidar do lar, a responsabilidade pela casa e pelos filhos, até hoje, em muitos casos, é atribuída às mulheres, que possuem uma dupla carga de trabalho. Criando, dessa maneira também, expectativas de comportamentos ideais tanto para elas, quanto para os homens.

Cavalli apud BORGES (2013, p. 72) ressalta que desde algumas décadas vem-se observando uma transformação daquilo que antigamente se apresentava como específico de mulheres e de homens, gerando novos ajustes nos padrões femininos e masculinos.

A identidade feminina teria então que se redefinir (CHANLAT; TÔRRES, 1993). Nesse novo ideal de mulher que vem emergindo, nota-se a coexistência de diferentes modelos.

Atualmente, observamos uma diversidade das prioridades atuais para as mulheres. Chanlat; Tôrres (1993) afirmam que as escolhas profissionais da mulher resultam de numerosas negociações, entre o meio profissional e outros projetos.

Algumas mulheres se sentem angustiadas quando se abdicam do trabalho para ficar mais com a família (COSTA, 2004). Outras já optam por prezar a individualidade e a liberdade, querendo ter independência pessoal e financeira, desejando se realizarem no mundo público. A dimensão profissional parece ser um componente importante para sua realização pessoal, sendo cada vez mais valorizado por elas.

O casamento e a idealização de *rainhas do lar* vêm deixando de ocupar o centro nos projetos dessas mulheres, embora elas não deixem de valorizar as relações estabelecidas no âmbito privado (BORGES, 2013).

No final elas vivem tentando conciliar, como podem, trabalho, casa, marido e filhos. Algumas contam com a ajuda de babás, mesmo nos fins de semana. Outras que não possuem tantas condições contam com a ajuda de avós, vizinhos ou pessoas de confiança. Outro ponto positivo é que os homens tem assumido, aos poucos, sua responsabilidade de educar e cuidar dos filhos. Há um crescente número de pais presentes que se sentem energizados em participar do dia-a-dia familiar e curtem conviver com os filhos (COSTA, 2004).

Essa multiplicidade de papéis tende a ser considerada uma característica do universo feminino, levando ao reconhecimento de um talento nas mulheres para fazer e pensar várias coisas simultaneamente. No entanto, o acúmulo de tarefas, rotulado de *dupla jornada* é, frequentemente, considerado causa ou origem de conflitos e desgastes.

Entretanto, Jonathan (2005) afirma que pesquisas recentes têm demonstrado que mulheres, especificamente mães, que trabalham têm índices mais altos de bem-estar e estão mais satisfeitas do que aquelas que não trabalham.

No contexto brasileiro, estudos de Jonathan sugere:

> Empreendedoras e executivas, respectivamente, atribuem igual importância à realização profissional, à maternidade, ao relacionamento afetivo estável com um par, bem como ao tempo dedicadas a si mesmas. Elas parecem abandonar a ideia de que o sucesso em uma dimensão da vida signifique, necessariamente, fracasso nas demais (JONATHAN, 2005, p. 374).

Alcançar um equilíbrio entre as necessidades vinculadas aos espaços profissional, familiar e pessoal é o que mais desejam as empreendedoras brasileiras (JONATHAN, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Desenvolvemos uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2007, p. 45) “esse tipo de pesquisa possui um planejamento bastante flexível e normalmente envolve um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão”. Desta forma, essa pesquisa envolveu um estudo bibliográfico, entrevistas com mulheres empresárias e exemplos de situações que contribuíram para a compreensão do problema.

Levando em conta que os propósitos dessa pesquisa dizem respeito a questões subjetivas, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo.

Participaram da pesquisa cinco mulheres empreendedoras, residentes na cidade de Franca-SP. O critério de seleção da amostra foi entrevistar mulheres, com idades entre 35 e 55 anos, proprietária e que ao mesmo tempo gerenciam seus próprios negócios. Vale destacar que o critério não foi numérico, pois nas pesquisas qualitativas o importante não é o número de pessoas envolvidas e sim o aperfeiçoamento da compreensão das questões envolvidas, Minayo (1994).

O instrumento usado foi a entrevista e a coleta de dados foi feita através de entrevistas pessoais, pois constituía uma técnica apropriada aos objetivos propostos.

A análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de diferentes técnicas de coleta de dados. Minayo (1994) aponta três finalidades para esta etapa de análise de conteúdo.

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os objetivos da pesquisa foram construídas duas categorias de análise. São elas:

- A mulher na administração
- A conciliação da vida profissional, pessoal e familiar

É valido destacar que visando preservar a identidade das entrevistadas, todos os nomes são fictícios.

4.1 A mulher na administração

A empresária Sabrina mostra através de sua fala alguns aspectos que evidenciava a conciliação entre trabalho e família e, a flexibilidade de horários, entre os principais fatores que as levaram a optar por ter a própria empresa.

> *Eu comecei a empresa eu tinha os filhos bem pequenos. Às vezes a dificuldade de sair para trabalhar fora, não ter com quem deixar as crianças [...]. Eu optei por trabalhar por conta, para poder trabalhar e ao mesmo tempo estar cuidando dos filhos.* Sabrina

Autores, como Gomes; Santana apud Strobino e Teixeira (2014) apontam que uma das principais razões para a mulher escolher ter seu próprio negócio é a flexibilidade de horários, quando ela acredita que sendo dona de sua própria empresa, poderá compatibilizar trabalho e família.

A pesquisa buscou saber quais eram os maiores desafios em administrar uma empresa para essas mulheres. Para a empresária Tânia o mais desafiador é a mão de obra de funcionários.

> *O maior desafio é você trabalhar com um grupo de pessoas. Porque na verdade a cada dia, a mão de obra tem ficado um pouco mais difícil. A cada dia você exige mais de funcionários competentes e nem sempre a oferta desses funcionários é dessa forma.* Tânia

O mundo do trabalho vem sofrendo transformações numa velocidade jamais vista anteriormente. A exigência de qualificação se deu numa proporção de tempo superior ao tempo necessário ao indivíduo se qualificar. Devido a isso, a qualificação para o trabalho representa, na atualidade, uma grande preocupação (PINHEIRO, 2004).

> Segundo Lawrence apud Pinheiro (2004, p. 24) as habilidades de empregabilidade são as habilidades básicas necessárias, não importando o tipo de trabalho que o indivíduo tenha. Os exemplos gerais incluem: habilidades de comunicação, de trabalho em equipe, resolução de problemas e autogerenciamento.

Pinheiro (2004), fala que a escassez de capacitação vai além das habilidades técnicas ou acadêmicas. Pesquisas com empregadores têm demonstrado que a comunicação e as habilidades interpessoais também estão sendo vistas como escassas.

Já para Sabrina, que possui uma empresa de confecção, o grande desafio é o alto custo da matéria prima.

> *Existem vários [desafios], desde a área de fabricação do produto porque tem a matéria prima muito cara, porém, você não pode colocar o preço muito alto porque se não você não vende o produto, fica inviável.* Sabrina

Alice, por sua vez, ressalta que o mais desafiante foi entender o funcionamento de uma empresa, no caso uma instituição educacional.

> *Pra mim primeiro foi entender que a gente era dona disso aqui. A gente era muito competente na pedagogia, mas não na empresa [...]. A parte administrativa a gente foi apanhando e aprendendo.* Alice

Uma pesquisa realizada por Castaldo (2007) que buscou identificar as principais práticas de gestão das micro e pequenas empresas demonstrou que as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendedores na condução dos

negócios são: em primeiro lugar a carga tributária elevada (45% das respostas), em segundo lugar, a falta de mão de obra qualificada (39% das respostas) e ocupando o quinto lugar (18% das respostas) tanto, o desconhecimento do mercado como os maus pagadores. Esta pesquisa situa a questão da carga tributária elevada como a maior dificuldade, aspecto que não foi citado nesta pesquisa.

Quanto ao fato de ser mulher influenciar na administração da empresa, as opiniões diferem. Alice disse acreditar que há influência, sendo esse fator de grande importância. São palavras dela:

> *Muito. Nós tivemos um sócio, hoje já não está mais conosco. A tendência dele era buscar padrão. Ele tinha uma coisa que eu acho que é própria do masculino, uma tentativa de enrijecer, de criar sistemas, de fazer sempre do mesmo jeito. E uma empresa que busca ser humana, ela como os humanos ela é muito variada, ela é muito diversa [...]. A gente por ser mulher a gente tem esse olhar muito no cada um [...]. Eu acho que a gente tem uma flexibilidade, uma maternagem que a gente traz para a administração sim.* Alice

Coutinho; Câmara (2012) explicam que as mulheres tendem a adotar um estilo de liderança mais democrático. As mulheres encorajam a participação, a partilha do poder e da informação e tentam aumentar a autoestima dos seguidores. Preferem liderar pela inclusão e recorrem a seu carisma, experiência, contatos e habilidades interpessoais para influenciar os outros.

Já Sabrina não acredita que o fato de ser mulher influencie de alguma maneira na administração da empresa.

> *Não, não influencia. Porque sou eu, minha cunhada, o meu marido e o marido dela. Nós estamos juntos, unidos. Não tem aquele negócio "há porque você é mulher você não sabe fazer isso" e, não é porque é meu marido que eu tenho que ser submissa [...]. É tudo natural. Eles (os homens) dão apoio e isso favorece para o crescimento da empresa.* Sabrina

4.2 A conciliação da vida profissional, pessoal e familiar

A empresária Tânia relatou não ter tido dificuldades para realizar a conciliação dos diferentes aspectos da vida. Embora, tenha tido facilidade para fazer essa conciliação, ela acredita que as questões relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa atualmente ainda são mais facilitadas para os homens.

> *Na verdade acho que nunca tive muita dificuldade em relação a isso. Hoje claro, já é mais fácil porque a minha filha já é adulta, isso te deixa mais tranquila [...]. Esse início é mais difícil porque tem que conciliar os filhos, com a casa e a com a sua rotina normal de trabalho [...]. Eu acho que hoje o país está passando por uma fase que algumas coisas ainda são mais facilitadas para os homens, em nível da casa, dos cuidados com os filhos, mais isso está começando a mudar.* Tânia

Tânia aponta a desigualdade de responsabilidades entre homens e mulheres na condução da vida em comum, questão que é explicitada por Coutinho; Câmara (2012). A administração das responsabilidades do trabalho e da família é uma questão que preocupa a maioria das mulheres que trabalham. Apesar de haver um crescente reconhecimento das responsabilidades dos pais e maridos na manutenção da vida doméstica, as mulheres ainda assumem uma parte maior dessas responsabilidades.

Alice relata ser um grande desafio fazer essa conciliação e coloca sua visão sobre esta questão.

> *Tem época que dá para fazer ginástica, tem época que dá para fazer massagem. Para te falar a verdade é um grande malabarismo, eu não sei te explicar direito [...]. Eu tenho duas sócias e uma equipe que eu só tenho a agradecer [...]. Eu falo para as minhas sócias, que eu fico tranquila, porque se eu morrer a empresa já ficou maior que eu. A empresa é como filho da gente, se a mãe morre no primeiro ano de vida do filho ela compromete muito essa criança, mas chega uma hora que a gente já pode faltar que o filho continua.* Alice

Nessa perspectiva, Whitaker apud Oliveira e Traesel (2008) considera que haverá sempre um malabarismo, maior ou menor, para equilibrar a dupla jornada de trabalho. A mulher uma hora está na esfera de trabalho, outra hora está levando os filhos ao dentista ou apanhando-os na escola.

Entretanto, a empresária Júlia afirma não conseguir conciliar muito bem a vida profissional, pessoal e familiar e reconhece que se dedica muito mais ao trabalho, do que à família.

> *Eu concilio muito pouco para falar a verdade, eu acho que eu não concilio. Eu me dedico tanto ao trabalho que eu acho que o restante fica a desejar [...]. Quando os meus filhos eram menores eu solicitava mais o marido para fazer as coisas, porque ele tem um tempo disponível a mais do que eu, a facilidade para ele é maior.* Júlia

Questões relativas ao equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal das empreendedoras brasileiras foram a motivação de pesquisa de Quental e Wetzel apud Strobino e Teixeira (2014). As conclusões da pesquisa apontaram:

> Um aumento significativo de conflitos entre trabalho e família, justamente devido à liberdade e à flexibilidade encontradas pelas mulheres empreendedoras. Por terem um horário flexível de trabalho, essas mulheres misturaram horários de atividades domésticas com profissionais; por serem donas dos próprios negócios, envolveram-se intensamente com o trabalho, dedicando-lhe muitas horas, pois se sentiam responsáveis pelo sucesso ou fracasso do empreendimento. Nem por isso as mulheres se disseram insatisfeitas com seus trabalhos. (STROBINO; TEIXEIRA, 2014, p. 61).

Fora do ambiente de trabalho todas as participantes relataram fazer algum tipo de atividade física e que procurava ter algum tipo de lazer com a família e/ou com amigos.

> *Na verdade sempre procurei fazer algumas coisas que eu gosto, como atividades físicas, passeios com a família [...]. Eu tento ter fora da empresa um momento meu, coisas que eu gosto com a minha família, com os meus amigos, é importante pra mim.* Tânia

Assim como verificado na pesquisa de Jonathan; Silva (2007) em Empreendedorismo Feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes, a atividade física e viagens constituem uma estratégia que, através do alívio da tensão, possibilita fazer frente às demandas conflitantes.

Em relação a contar com a ajuda de alguém para conseguir desempenhar todas as suas atividades, todas as empresárias citaram sua equipe de trabalho.

Sabrina além da equipe de trabalho, contam também com a ajuda de uma doméstica em suas casas.

> *Eu tenho sim [...]. Eu tenho uma doméstica que me ajuda em casa e aqui na empresa também, meus funcionários. Cada uma faz uma coisinha e ai já fica mais tranquilo.* Sabrina

Lília também falou:

> *Muito, muito, muito com muita gente. Conto com muitas pessoas. Conto com a minha funcionária na minha casa, conto com a minha equipe [...]. Além dos meus filhos, quando eu saio, eles me ajudam muito. Os mais velhos com os mais novos.* Lília

Já Alice, diferente das outras mulheres empresárias, não possui uma doméstica em sua casa, apenas uma faxineira uma vez por semana. Ela diz contar muito com a ajuda da sua equipe de trabalho para conseguir desempenhar todas as suas atividades. Ainda destaca ter seu marido como um grande colaborador.

> *Conto muito. Eu tenho duas sócias e uma equipe inteira que eu tenho que agradecer. O meu marido é muito meu parceiro e exige a minha presença e, nesse sentido eu acho que ele é um grande colaborador para a minha saúde, porque ele me traz equilíbrio [...]. Hoje eu não tenho funcionária na minha casa, tenho uma faxineira uma vez por semana.* Alice

Esta realidade é destacada por Strobino; Teixeira (2014, p. 64), que reafirmam as falas dessas participantes.

> As empreendedoras preferem compartilhar suas funções, tanto profissionais quanto domésticas, a eliminar ou reduzir seus encargos. As funções domésticas são normalmente compartilhadas com o cônjuge, com parentes próximos ou babás nos cuidados com crianças pequenas, e com empregados domésticos para as tarefas da casa. Já as funções profissionais normalmente são compartilhadas com membros de confiança na empresa, pessoas a quem as empreendedoras que responderam à pesquisa consideram como o braço direito dentro da empresa.

O estabelecimento de parcerias como estratégia de articulação entre as demandas se configura como um recurso que as empresárias utilizam. Elas enfatizam não só as alianças com os familiares como também aquelas com as pessoas do espaço do trabalho (sócios e funcionários) (JONATHAN; SILVA, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de ampliar conhecimentos sobre como mulheres proprietárias e gestoras dos seus próprios negócios conciliam trabalho, vida pessoal e familiar.

Em relação à primeira categoria, *a mulher na administração*, ficou claro que algumas empresárias optaram por ter seu próprio negócio para terem uma maior flexibilidade de horários e em seu cotidiano maior facilidade de conciliação entre trabalho e família. Os maiores desafios em administrar uma empresa encontrada na pesquisa foram referentes a mão de obra qualificada e alto custo de matéria prima. Em relação ao fato de ser mulher influenciar na administração da empresa, considerando certas características femininas, este elemento apresentou-se como uma influência positiva na gestão da empresa.

A pesquisa possibilitou compreender também que diferente de tempos mais remotos em que existia um papel definido para a mulher, *dona de casa*, atualmente nota-se a coexistência de diferentes e diversos modelos.

No que diz a respeito à segunda categoria, que denominamos *a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar*, grande parte das empresárias relataram conseguir fazer essa conciliação. Contudo, também encontramos na pesquisa uma que disse não conseguir realizar essa conciliação muito bem. Para relaxar quando estão fora do ambiente de trabalho, as participantes disseram procurar fazer esportes, estar com a família e amigos. Todas as entrevistadas contavam com ajuda de alguém para conseguir desempenhar suas atividades, seja com a sua equipe de trabalho, domésticas em suas casas ou com seus maridos e filhos.

Podemos concluir, dessa maneira, que as empresárias viviam buscando alcançar equilíbrio entre o espaço profissional, familiar e pessoal. Atribuindo igual importância tanto para a realização no trabalho, quanto à maternidade, o relacionamento afetivo com o seus companheiros, como também o tempo dedicado a si mesmas. Mas, para conseguirem desempenhar todas as suas atividades elas precisavam contar com a ajuda de outras pessoas. Assim, percebemos que a pesquisa trouxe reflexões importantes, possibilitando concluir que conciliar trabalho e família constitui-se numa possibilidade nem sempre fácil, porém possível e enriquecedora.

REFERÊNCIAS

BORGES, Carolina de Campos. *Mudanças nas trajetórias de vida e identidade de mulheres na contemporaneidade*. Maringá: Psicologia em Estudo, 2013.

CASTALDO, Gilmar. *Análise de micro e pequenas empresas.* 2007. 50f. (Monografia de de Pós Graduação em Gestão em Negócios Financeiros). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Farropilhas, 2007.

CHANLAT, Jean-François; TÔRRES, Ofelia de Lanna Sette. *O indivíduo na organização:* dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

CHIES, Paula Viviane*. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho.* Florianópolis: Estudos Feministas, 2010.

COSTA, Moacir. *Mulher: a conquista da liberdade e do prazer.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COUTINHO, Sarah Chaves; CÂMARA, Erlon Campelo. *Empreendedorismo feminino:* vida, trabalho e família, 2012. Disponível em: <downloads-de-eventos. livera.com.br/.../trabalhos%20apresentados/emp>. Acesso em: 20 jul. 2014, 16:30.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do trabalho:* contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES, João André Tavares; CAMPOS, Fabiana; SILVA, Mirina Oliveira. *Mulheres empreendedoras*: o desafio de empreender. Contribuciones a lãs ciências sociales, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Flávia Arantes Lopes; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. *Valores e prazer-sofrimento no trabalho:* um estudo com profissionais de nível superior. Campinas: Estudos de Psicologia, 2010.

JONATHAN, Eva Gertrudes, SILVA, Taissa M. R. *Empreendedorismo feminino:* tecendo a trama de demandas conflitantes. Rio de Janeiro: Psicologia & Sociedade, 2007. p. 77-84.

JONATHAN, Eva Gertrudes. Mulheres empreendedoras*:* medos, conquistas e qualidade de vida. Maringá: *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005.

JUNQUEIRA, Gabriel Pogetti. *Família e trabalho:* um estudo com micro-empresários da cidade de Franca-SP. Iniciação Científica. Franca: Uni-Facef, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORAIS, Alice Martins. Mulher: muito além de cinderela. In: *7° prêmio construindo a igualdade de gênero- redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados- 2011.* Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em:< http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/ig/pdf/spm_7premio_web.pdf >. Acesso em: 21 jun. 2014, 14:45.

MURARO, Rose Marie. *Um mundo novo em gestação*. Campinas: Verus, 2003.

OLIVEIRA, Cibele Roso; TRAESEL, Elisete Soares. *Mulher, trabalho e vida familiar:* a conciliação de diferentes papéis na atualidade. Santa Maria: Disc. Scientia, 2008.

PINHEIRO, Ana Paula Gonçalves Varca. A *mão de obra como barreira ao desenvolvimento empresarial.* 2004. 72f. (Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

ROSAS, Paulo. *Vocação e profissão.* Petrópolis: Vozes, 1980.

STROBINO, Marcia Regina Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira. *Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho – família*: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. São Paulo: R. Adm, 2014.

ZAMBONI, Vânia Lemos. Trabalho e qualidade de vida na visão de executivos de uma empresa familiar de franca. In: GERA, Maria Zita de Figueiredo; LISBOA, Terezinha Covas. *Administração.* Franca: Uni-Facef, 2006.

DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E DA CHINA A PARTIR DE 1990: UM ESTUDO

THE PERFORMANCE OF THE TRADE BALANCE BETWEEN BRAZIL AND CHINA FROM 1990 TO 2013: A STUDY.

Sessão temática: Outras áreas temáticas

MARTINS, Adelio de Sousa
Uni-FACEF
Graduando em Ciências Econômicas
adeliosm@hotmail.com

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF
Professor Doutor em Ciências Econômicas (Orientador)

Resumo

O presente estudo investiga o desempenho da balança comercial entre Brasil e China, a partir de 1990 até 2013, sob a ótica dos planejamentos de Estado (longo prazo) e de planos governos (curto prazo). O objetivo deste trabalho é examinar o processo histórico da evolução econômica de ambos os países naquilo que este processo contribuiu para aquele desempenho. O problema de pesquisa que se coloca é: que fatores históricos contribuíram para o desempenho da balança comercial desses dois países a partir de 1990 até 2013? A metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica e abrange o método de abordagem indutivo e os métodos de procedimento comparativo e histórico. Na conclusão o estudo sugere que os resultados da balança comercial de e entre ambos os países, no momento presente, são consequências de suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas tomadas e realizadas no passado.

Palavras-chave: Brasil-China, balança comercial; planejamento de estado.

Abstract

This study investigates the performance of the trade balance between Brazil and China, from 1990 to 2013, from the perspective of state planning (long term) and government plans (short term). The objective of this paper is to examine the historical process of economic development of both countries in what this process has contributed to that performance. The research problem that arises is: what historical factors contributed to the performance of the trade balance of these two countries from 1990 until 2013? The methodology is based on a literature search and covers the inductive method of approach and uses information and statistics methods of comparison and historical procedure. In conclusion the study suggests that the results of the trade balance between both countries and, at present, are consequences of their respective decisions and economic policy actions taken and held in the past.

Keywords: Brazil-China, trade balance; state planning.

1 INTRODUÇÃO

A balança comercial é o resultado líquido das transações com exportações e importações de mercadorias e representa a parcela mais expressiva na conta do balanço internacional de pagamentos de um país. Para os seus resultados concorrem grande parte das atividades econômicas realizadas nos diversos setores que produzem os bens transacionados no mercado internacional. Essas atividades são, por sua vez, resultados de decisões e ações de políticas, tanto governamentais quanto privadas, ao longo do tempo e a balança comercial acaba por refletir parte

considerável do conjunto das atividades econômicas de um país em determinado período. Para compreendê-la é necessário ampliar o seu estudo para além dos números que representam as exportações e as importações. É fundamental conhecer o processo que levou a esses números.

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho da balança comercial entre o Brasil e a China a partir de 1990 até 2013 e examinar o processo histórico da evolução política, econômica e social dos dois países que contribuiu para esse desempenho.

O problema de pesquisa que se coloca é: que fatores históricos contribuíram para o desempenho da balança comercial desses dois países a partir de 1990 até 2013?

A metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica histórica e análise de informações estatísticas.

O presente trabalho compara os resultados da balança comercial dos dois países utilizando compartimentos históricos: até a crise financeira de 2008 e o período pós-crise até 2013. Em cada um desses compartimentos temporais a estrutura econômica de cada país passou por solução de continuidade, por ruptura ou mesmo por adaptação à conjuntura internacional e isso se refletiu na balança comercial. São os governos que tomam as grandes decisões visando concepções de Estado. Quando não têm visão de longo prazo e tomam decisões, ainda assim, elas repercutem no futuro, mesmo quando os governos estão buscando apenas atender a seus legítimos anseios e interesses de curto prazo.

Na conclusão o estudo sugere que os resultados da balança comercial de e entre ambos os países, no momento presente, sejam consequências de suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas tomadas e realizadas no passado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos sobre os fluxos do comércio internacional sugerem haver correlação entre a balança comercial, e o crescimento econômico dos países. O estudo de Baumann. (2010, p. 9) aponta que "[...] grandes mercados internos aumentam a chance de obter exportações viabilizadas pelo crescimento, mais que crescimento liderado por exportações". Nesta visão o crescimento é indutor das exportações. Já o estudo econométrico realizado por Fochezatto et al.(2010, p. 621) evidenciou que para o caso específico do Brasil [...] 'existe uma relação de causalidade unidirecional que vai da abertura comercial para o crescimento econômico' e que 'os testes com séries temporais (1951-2007) forneceram evidências robustas de que as exportações têm uma relação causal positiva com o PIB'.

Gonçalves (2013, p.92- 93) defende que ocorre no Brasil um padrão de comércio exterior denominado de processo de "reprimarização das exportações" ou maior dependência em relação às exportações de *commodities o* que contribui para aumentar o grau de vulnerabilidade externa do país nas esferas Produtivo-Tecnológica e Comercial. Opondo-se a Gonçalves, Barros e Pereira (2008, p. 299-300) refutam a tese da desindustrialização e da reprimarização e afirmam que o que ocorre é um processo de reestruturação, que tem gerado custos econômicos elevados resultando em apelo político de entidades de classe.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudamos as relações entre o Brasil e a China para demonstrar que os resultados da balança comercial no presente são, *também*, conseqüências de planejamentos de estado – de longo prazo – concebidos, decididos e conduzidos no passado por governos de ambos os países.

A metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica e abrange o método de abordagem indutivo e os métodos de procedimento comparativo e histórico. A abordagem indutiva e o procedimento histórico são utilizados para examinar de que forma as decisões de política econômica passadas se refletiram no presente, enquanto que o procedimento comparativo utiliza informações e dados estatísticos para embasar os argumentos indutivos e históricos apresentados.

O trabalho está estruturado em dois grandes momentos. Num primeiro momento, apresenta-se uma análise comparativa da evolução da balança comercial no período que se inicia em 1990 e finaliza em 2013. O resultado desta análise provocou, então, a questão esboçada no problema de pesquisa à qual se procurou responder através de uma retrospectiva histórica e econômica destacando-se as decisões e ações de Estado e de governo de ambos os países.

4 EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL (ANÁLISE COMPARATIVA)

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Quando nos referirmos ao câmbio e ao valor do dólar, estaremos tratando dos valores do "dólar comercial norte-americano". Exceções serão explicitadas.

A moeda chinesa é o *Yuan (¥)* ou*Renminbi* (*CNY*)[31].

Commodities são mercadorias cujos 'preços de exportação são fixados em bolsas de mercadorias ou pelo mercado internacional, sem qualquer ingerência do exportador brasileiro.

Conforme a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB, 2012, p. 25) Os produtos brasileiros exportados são classificados pelo MDIC/SECEX (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior) em quatro fatores agregados: básicos, semimanufaturados, manufaturados e operações especiais.Os *básicos*, denominados 'commodities brutas', são mercadorias sem beneficiamento industrial. Os 'semimanufaturados', identificados como '*commodities beneficiadas'*, são produtos submetidos a pequenos processos de beneficiamento industrial no Brasil. Os 'manufaturados', como o próprio nome indica, são 'produtos submetidos a processo de industrialização*'.* Todavia, participam deste grupo mercadorias como açúcar refinado; suco de laranja; óleos combustíveis; gasolina; café solúvel; etanol; alumínio em barras; laminados de ferro ou aço; óxidos e hidróxidos de alumínio; madeira perfilada; compensados; etc, que embora sejam classificadas como manufaturados, são comercializadas como *commodities*. As operações especiais são compostas pela reexportação de produtos anteriormente importados.

4.2 CHINA E BRASIL EM RELAÇÃO AO MUNDO

4.2.1 Análise do potencial de longo prazo

Segundo Baumann (2010, p.13) *"o estudo do potencial de longo prazo de um país requer analisar algumas de suas características".* Destacaremos, dentre elas, a estrutura produtiva e as pautas comerciais por intensidade tecnológica.

4.2.1.1 Estrutura produtiva

As características da estrutura produtiva têm influência sobre vários aspectos econômicos no longo prazo.

Tabela 1 Estrutura produtiva: Valor Adicionado dos grandes setores da economia em % do PIB

BRASIL

	1990 – 1994	**1995 – 1999**	**2000 – 2007**
Agricultura	18,20	5,53	6,26
Indústria	39,03	26,50	28,19
Serviços	52,76	68,21	65,55

CHINA

	1990 - 1994	**1995 – 1999**	**2000 – 2007**
Agricultura	22,60	18,39	12,86
Indústria	43,94	46,85	46,84
Serviços	33,46	34,76	40,30

Fonte:BAUMANN, 2010, p. 14. Extratos da tabela original realizado pelo autor.

Da Tabela 1 pode-se destacar: no Brasil, as quedas das participações da agricultura (65,6%) e da indústria (27,8%) no PIB e a elevação da participação do setor de serviços (24,2%); e na China, a queda da participação da agricultura (43,1%) e os aumentos das participações no PIB tanto da indústria (6,6%) quanto do setor de serviços (20,4%).

[31] Em português não se escreve o "n" antes de "p" e "b", mas "Renminbi" é um substantivo internacional cujos símbolos de uso geral na escrita e na conversão de moedas são*" ¥ ou CNY".*

Em ambos os países a forte queda do setor da agricultura e o aumento moderado do setor de serviços seguiram, em linhas gerais, uma tendência mundial na qual os países em trânsito do subdesenvolvimento para o desenvolvimento apresentam essas duas características.

Na China o movimento de queda do setor agrícola sinaliza a sua prioridade para a produção industrial. No Brasil a produção do setor agrícola caiu bastante na década de 90 para aumentar ligeiramente a partir do ano de 2000 e estabilizar-se em torno de 6%, o que pode ser explicado pelo aumento da competitividade agroexportadora do país, bem como pela absorção de grande parte dessa produção por outros países emergentes, particularmente pelos BRICs (Brasil, Rússia, China e Índia), com destaque para a própria China, parceiro que assumiu maior importância no comércio exterior brasileiro (BAUMANN et al., 2010).

No Brasil, sobre o processo de *"*reprimarização das exportações,afirma Gonçalves (2005, p. 44; 2013, p. 92-93) que:

> A partir da década de 1990 o setor agroexportador do Brasil aumentou significativamente sua participação na pauta de exportações, beneficiado por fatores tais como o incremento dos investimentos no setor, o uso de novas tecnologias, a expansão da fronteira agrícola, a liberalização comercial e o desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA. [...] Neste período, o país experimentou e ainda persiste a queda da participação de manufaturados nas suas exportações globais e pouco avançou na diversificação da estrutura de comércio exterior. [...]. A análise dos dados no período 2002-2010 mostra uma redução da participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (56,8% em 2002 e 45,6% em 2010), com aumento da participação dos produtos básicos (25,5%, em 2002 e 38,5% em 2010).

Discordam Barros e Pereira (2008) sobre a *"*reprimarização*"* e afirmam que *"[...] para muitos autores, o Brasil é vítima de um processo de desindustrialização [...] refutamos essa tese [...] o que ocorre é um processo de reestruturação, que tem gerado custos econômicos elevados [...]". (BARROS; GIAMBAGI,2008, p. 299-300).*

Entretanto, uma pesquisa bibliográfica sobre o período vai revelar que a opinião geral predominante entre empresários do setor industrial, economistas e parte significativa do universo acadêmico é mais convergente com a visão de Gonçalves do que com a de Barros e Pereira. Entre as duas opiniões acima somos favoráveis à argumentação de Gonçalves.

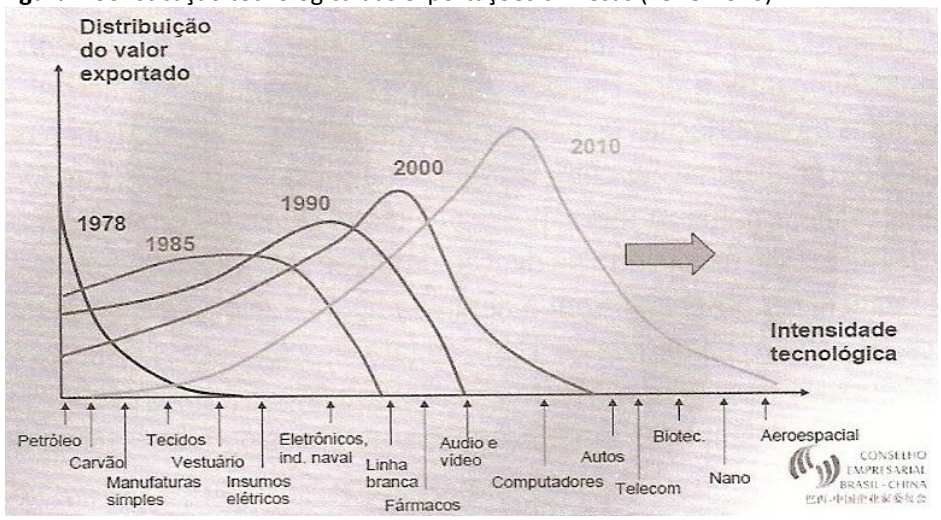
4.2.1.2 Intensidade Tecnológica

Num estudo sobre a inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China os autores Oliveira, Leão e Chernavsky (2010, p. 86 - 88) inferem que as transações brasileiras com o mundo são caracterizadas pela exportação, praticamente estável, de produtos com baixo grau de transformação (70% a 74%), destacando-se a predominância de *commodities* e pela importação predominante de produtos de média e de alta tecnologia (60% a 65%).

Nesse mesmo estudo, as transações chinesas se caracterizam por uma crescente exportação de produtos de média e alta tecnologia e as importações se concentram na aquisição de produtos de mais alto grau de transformação. Através das importações, a China tem adquirido *KnowHow* e tecnologias mais avançadas o que lhe permite aperfeiçoar sua mão-de-obra e modernizar seu parque industrial resultando numa estrutura produtiva mais moderna, mais dinâmica, com maior produtividade e maior competitividade no mercado internacional do que a estrutura brasileira.

Vejamos a evolução da sofisticação tecnológica das exportações chinesas num outro estudo de Holland e Barbi (2010).

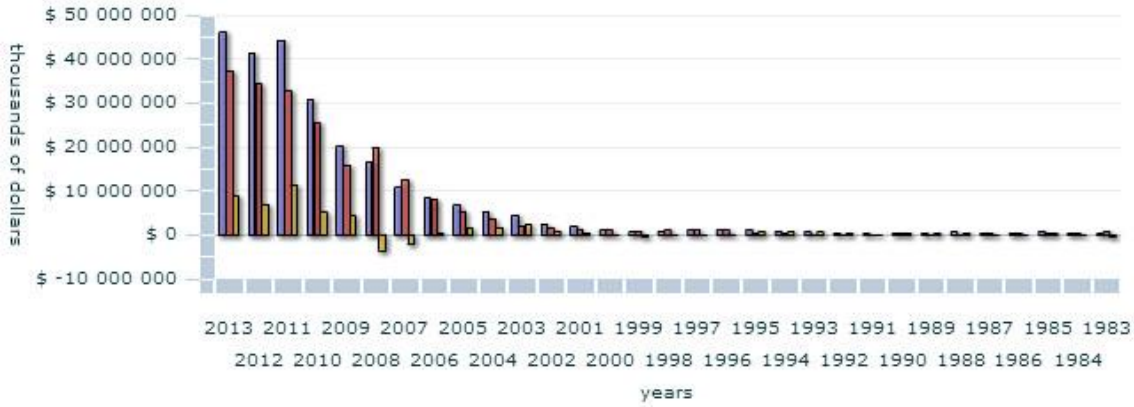
Figura 1 Sofisticação tecnológica das exportações chinesas (1978-2010)



Fonte: AMORIM, 2009, apud HOLLAND e BARBI, 2010, p. 4.

4.3 BRASIL E CHINA: RELAÇÕES BILATERAIS

4.3.1 Balança comercial bilateral



Fonte:BRASIL, 2014a.
Legenda:
- Azul: exportações brasileiras para a China;
- Vermelha: importações brasileiras da China; e
- Amarela: saldos comerciais.

Da análise do Gráfico 1 pode-se observar que no período de 1990 até 2013, os saldos comerciais foram francamente favoráveis ao Brasil, à exceção dos anos de 1996 a 2000 e 2007 e 2008.

Os déficits brasileiros entre 1996 e 2000 podem ser explicados, dentre outras razões, pela liberalização do comércio exterior brasileiro (redução de tarifas de importação e desburocratização do comércio externo); pela valorização do Real face ao Yuan e pelo aumento do poder aquisitivo de grande parte da população brasileira devido à estabilização da moeda (Plano Real). Esta situação resultou em uma demanda interna crescente por bens de consumo duráveis que a deficiente estrutura produtiva brasileira não era capaz de satisfazer, mas que a China, sim, era capaz e aproveitou a oportunidade.

Quanto aos anos de 2007 e 2008, os resultados desfavoráveis ao Brasil podem ser atribuídos à crise financeira do *subprime* norteamericano **(ROUBINI e MIHM, 2010)**, a qual afetou o comércio internacional como um todo e repercutiu na fraca demanda por nossas *commodities*.

No período pós-crise de 2008, os chamados países emergentes, como o Brasil e a China, foram os países que conseguiram manter suas economias em relativa expansão por terem acumulado reservas internacionais capazes de suportar os solavancos da crise tornando-se, assim, países que praticamente sustentaram o parco dinamismo da

economia mundial. Entretanto, a parcela maior desse dinamismo deve ser atribuída à China e ao seu *modus operandi* no qual se destacam alguns fatores, tais como: controle estrito sobre os fluxos de capitais entre seu país e o mundo permitindo-lhe acumular capital e tornar-se credora de muitos países desenvolvidos, dentre eles os EUA; desenvolvimento de um imenso setor manufatureiro com larga disponibilidade de mão-de-obra de menor custo (agora já muito melhor qualificada) a qual lhe permitiu obter produtividade crescente e exportar produtos bastante competitivos para todo o mundo bem como manter um crescimento econômico a taxas anuais próximas de 10%. O Brasil, por ter desenvolvido um sistema de controle do capital financeiro em decorrência das crises por que passara nas décadas de 80 e 90; por dispor de boas reservas internacionais; por ser capaz de suprir grande parte das necessidades chinesas por *commodities* e por ter aplicado políticas econômicas anticíclicas (aumento do crédito ao consumidor e estímulo a determinados setores para suprir o mercado interno), continuou relativamente ileso aos efeitos imediatos da crise.

4.3.1.1 Pauta comercial: exportações do Brasil para a China

Tabela 2 Pauta comercial: exportações de commodities e não *commodities* do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação	Valor	(%)
Commodities	50.331,83	90,98
Não commodities	4.990,40	9,02
TOTAL	55.322,23	100

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 3 Padrão de exportações do Brasil para a China: *commodities* e não *commodities* - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação	Valor Total	Percentual (%)
Commodities	168.789,87	95,13
Não commodities	5.680,89	3,21
Outros	2.939,60	1,66
TOTAL	176.864,36	100,00

Fonte: CBEC, 2009. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 4 Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação de Produto	Valor	(%)
Básico	35.817,40	64,74
Semimanufaturado	9.297,81	16,81
Manufaturado	10.207,02	18,45
TOTAL	55.322,23	100

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 5 Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação de Produto	Valor Total	Percentual (%)
Básico	131.952,48	74,61
Semimanufaturado	16.997,27	9,61
Manufaturado	24.975,01	14,12
Outros	2.939,60	1,66
TOTAL	176.864,36	100,00

Fonte: CBEC, 2009. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Da análise das Tabelas 2 a 5, pode-se inferir que as exportações brasileiras para a China, no período 2000-2013, foram calcadas em *commodities* (acima de 90 %) e em produtos básicos e semimanufaturados (acima de 64 %). A indústria de manufaturados teve uma baixa participação (entre 14% e 18%). Portanto, o volume das transações com a China se apoiou na produção e exportação de *commodities* muito mais do que na produção do setor manufatureiro. Observa-se que após a crise de 2008 a exportação de *commodities* para a China aumentou em 4,15% e a de produtos

básicos aumentou em 9,87% enquanto que a de manufaturados diminuiu em 4,3%. Considerando as especificidades de cada setor e seu respectivo impacto futuro sobre a sociedade como diversificação da produção, qualificação de mão-de-obra, nível de emprego, distribuição de renda e acumulação de capital, o setor de manufaturas se apresenta como o setor que traria maiores benefícios para a economia como um todo, pois contribuiria para a sustentação do crescimento econômico e para a redução da nossa vulnerabilidade externa a eventuais mudanças na conjuntura econômica internacional.

Essa análise reforça o argumento sobre o processo de "reprimarização das exportações que segundo Gonçalves (2005. p.153-158), "*vem contribuindo para aumentar o grau de vulnerabilidade externa do país nas esferas Produtivo-Tecnológica e Comercial*".

4.3.1.2 Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China

Tabela 6 Padrão de importações do Brasil com relação à China:*commodities* e não *commodities* - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação	Valor Total (US$ milhões)	Percentual (%)
Commodities	4.351,40	8,65
Não commodities	45.974,99	91,35
TOTAL	50.326,39	100,00

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 7 Padrão de importações do Brasil com relação à China: *commodities* e não *commodities* - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação	Valor Total (US$ milhões)	Percentual (%)
Commodities	8.965,55	6,34
Não commodities	132.625,56	93,66
TOTAL	141.591,11	100,00

Fonte: CEBC, 2009. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 8 Padrão de importações do Brasil com relação à China:classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação de Produto	Valor Total (US$ milhões)	Percentual (%)
Básico	1.907,01	3,79
Semimanufaturado	2.444,39	4,86
Manufaturado	45.974,99	91,35
TOTAL	50.326,39	100,00

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Tabela 9 Padrão de importações do Brasil com relação à China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação de Produto	Valor Total (US$ milhões)	Percentual (%)
Básico	446,17	0,32
Semimanufaturado	8.519,38	6,02
Manufaturado	132.625,56	93,66
TOTAL	141.591,11	100,00

Fonte: CEBC, 2009. Dados: MDIC. Elaboração própria.

Da análise das Tabelas 6 a 9 verifica-se que as importações brasileiras da China são concentradas em não *commodities* e em produtos manufaturados (ambos acima de 91%) e que após a crise de 2008 elas aumentaram em aproximadamente 2,3%.

Durante a maior parte do período de 1990 a 2013, os termos de troca[32] entre os dois países foram favoráveis ao Brasil devido aos expressivos volumes anuais das importações chinesas de *commodities* brasileiras aliados ao aumento de preço dessas *commodities* no mercado internacional. As variações das taxas de câmbio contribuíram, mas não se constituíram no fator principal para determinar os resultados expressivos nos valores totais transacionados. A China adotou como estratégia, a partir de 1997, para alavancar suas exportações, a manutenção do valor do Yuan (Renminbi) atrelado ao dólar e desvalorizado num valor percentual fixo durante muitos anos (FISHMAN, 2005), e apenas valorizou sua moeda de forma gradual e em percentuais ínfimos (O'NEILL, 2011). As flutuações do valor da moeda brasileira foram, portanto, mais que compensadas pelos crescentes *quantuns* de exportações de *commodities* para satisfazer as gigantescas necessidades chinesas (SHIN, 2008). Desse modo, os termos de troca permaneceram favoráveis ao Brasil (**SOARES, 2004).**

4.3.2. Participação comercial da China em relação ao Brasil

Os valores agregados do grau de importância relativa da China nas exportações e importações totais do Brasil foram calculados através dos valores totais das exportações e das importações em relação aos valores totais das transações do Brasil com o resto do mundo resultando nos Índices de Participação Comercial (IPC), cujas fórmulas são:

IPC_x: Índice de Participação Comercial das Exportações

$IPC_x = [(X_j / X)] \times 100$ cujo resultado é dado em (%), onde:

X_j = exportações do Brasil para a China

X= exportações totais do Brasil para o resto do mundo

*O **IPC_M: Índice de Participação Comercial das Importações*** é calculado de forma semelhante.

Tabela 10 – Índice médio (%) de participação comercial da China em relação ao Brasil por períodos

EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
Período	**IPC_x Médio (%)**	**Δ%**	**Período**	**IPC_M Médio (%)**	**Δ%**
1990 – 1999 *	1,73	----	1990 – 1999 *	1,13	----
2000 – 2009 *	6,13	254,33	2000 – 2009 *	7,21	538,05
2010 – 2013 *	17,22	180,91	2010 – 2013 *	14,89	106,52
1990 – 2008 **	3,44	----	1990 – 2008 **	3,73	----
2009 – 2013 **	16,42	377,33	2009 – 2013 **	14,41	286,33

Notas: *Décadas e **Períodos

Fonte: BRASIL, 2014a e 2015b Base de Dados – UN/COMTRADE. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html> . Acesso em 21 Mai 2015. Elaboração própria.

A Tabela 10 espelha o grau crescente de importância da China para o Brasil.

Todas as análises realizadas anteriormente sugerem a configuração de duas **tendências** para o médio e para o longo prazo: a de que haja uma **inversão dos termos de troca** e a de que se consolide uma **dependência da economia brasileira em relação à China.** Ambas as tendências concorrem para agravar o risco de aumentar a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Como explicar esse desempenho e essas tendências? Buscaremos uma das possíveis respostas analisando o processo histórico recente dos dois países. Para isso, tomaremos como referencial o conjunto Estado-governos-planejamento-tempo.

[32] Termo de troca: relação entre os preços das exportações e das importações de uma economia. É um índice de preços que reflete o poder aquisitivo (poder de compra) das exportações de um país. Se o termo de troca se eleva significa que o preço de uma unidade de produto exportado pode comprar mais de uma unidade de produto importado. Se o termo de troca se deteriora significa que é necessária mais de uma unidade de produto exportado para comprar uma unidade de produto importado.

4.4 UMA SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Numa síntese da história recente dos dois países, cabe destacar as *mudanças estruturais ocorridas na economia em função de planejamento de longo prazo*.

O Brasil passou de país primário-exportador após sua independência, em 1822, para um país em modernização financiada pela exportação dos excedentes da cafeicultura até os anos 1930 (FURTADO, 2007).

De 1930 a 1979, no período chamado de *Era Nacional-Desenvolvimentista* ou de Substituição de Importações, o país passou por *grandes mudanças estruturais*: de agroexportador para exportador de manufaturados e, no final do período, detentor de grandes saldos na balança comercial. Seu comércio com a China, porém, era praticamente insignificante se comparado aos mercados dos EUA, da Argentina e da Europa.

No plano interno várias foram as transformações estruturais que se destacaram: passagem de país rural para um país urbano com grandes migrações do campo para as cidades; de um país dominado pelas elites agrárias para uma federação sob regimes políticos centralizados; de um país com crescimento econômico mínimo, sem planejamento de longo prazo e sem infraestrutura para uma nação em crescimento econômico acelerado, baseado em *planejamentos de longo prazo nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954) e de Juscelino Kubistchek de Oliveira (1956-1960)*, planejamentos de longo prazo que foram continuados pelos planos dos governos do regime militar (1964-1985) resultando no interstício do *Milagre Econômico* (1968-1973). Entretanto, logo a seguir o país foi atropelado pelas crises do petróleo da década de 70 e terminou a Era Nacional-Desenvolvimentista com elevada dívida externa e com o esgotamento do modelo de substituição de exportações.

Tais planejamentos de longo prazo (com seus erros e acertos) dotaram o país de infraestrutura nas áreas de energia, de transportes e de comunicações, alavancaram o setor de produção de manufaturados, melhoraram a qualificação da mão-de-obra, aumentaram a Formação Bruta de Capital Fixo, aumentaram a poupança interna, ampliaram o emprego e o mercado interno e supriram as demandas internas por bens de consumo duráveis. Estes planejamentos de longo prazo balizados pela ideia de "Brasil Potência" não tiveram continuidade nos governos pós-regime militar. Logo, a *visão de Estado* da Era Nacional-Desenvolvimentista foi suplantada pelas sucessivas e alternantes visões e interesses imediatos de governos de plantão (GONÇALVES, 2013; GREMAUD, PINHO, VASCONCELLOS, 2004; GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 2002; **LACERDA, 2002).**

De 1980 a 1994, no período conhecido por *Década Perdida* (apesar de ter sido mais de uma década) o Brasil enfrentou um processo inflacionário sem precedentes, uma dívida externa crescente (herdada do período anterior e agravada pelas crises financeiras internacionais do próprio período) e passou por vários planos econômicos de duração curtíssima. Todos eles nada mais foram que tentativas para estabilizar a moeda e a economia. Fracassaram, mas forneceram o suporte empírico para correções de rumo que levaram à implementação do Plano Real, o qual domou a inflação e garantiu estabilidade monetária por quase duas décadas. O aspecto positivo a ser ressaltado do período foi a promulgação da Nova Constituição de 1988 – a "Constituição Cidadã", como é conhecida - e a chamada "redemocratização" política. A balança comercial com a China, neste período, continuou inexpressiva (GONÇALVES, 2013; GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 2002; **LACERDA, 2002; ROUBINI, MIHM, 2010).**

A partir de 1994, em termos de planos de governo com uma visão de horizonte mais longo, podem ser destacados a estabilização da moeda e da economia com o Plano Real (julho de 1994); a modificação na estrutura das classes econômicas sociais (redução das classes E e D e sua migração para a classe média C com ampliação das classes B e A) em função dos programas de redistribuição de renda e, por último o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A estabilização macroeconômica em conjunto com os altos saldos comerciais originários de *commodities*, particularmente na balança com a China, permitiu ampliar o mercado interno e melhorar o padrão de vida das classes sociais mais baixas (**LOPES, ROSSETTI, 2011;** NERI, 2011).

Sobre as mudanças estruturais a partir do início dos anos 90 e como aspecto negativo e preocupante cabe acentuar que há "indícios de retrocesso" a um país agroexportador com uma economia dependente das demandas chinesas por *commodities* agrícolas e minerais. Ressalta-se o esforço do setor industrial em continuar operando em busca de competitividade tendo contra si a lenta e gradual *depreciação da infraestrutura* implantada na Era do Nacional-Desenvolvimentismo. No final da primeira década do atual século lançou-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para recuperar e ampliar a infraestrutura e permitir a retomada do crescimento econômico em termos internacionais mais competitivos, mas os seus resultados ainda não são visíveis. Em algumas obras do PAC, o que se constata através dos relatos em noticiários da mídia é temerário e desanimador devido aos atrasos na execução das obras, à corrupção e à ineficiência tanto por parte do governo quanto de alguns setores da iniciativa privada.

Atualmente, no plano político vários setores da sociedade promovem manifestações diuturnas como as que aconteceram em junho de 2013, amplamente divulgadas pela mídia, acusando o atual partido governista de

aparelhamento do Estado para perpetuar-se no poder, o que nos remete uma séria reflexão sobre alguns países onde, em determinadas conjunturas, ficou caracterizado o "Estado-partido", como na antiga URSS e, no presente, a própria China **(MAGNOLI, 2004).**

Na China, ao contrário da Era Nacional-Desenvolvimentista brasileira, o período de 1949 a 1978 foi uma fase de isolamento chinês em relação ao comércio mundial e de tentativas fracassadas de erguer a economia, ainda que houvesse planejamento de longo prazo consubstanciado nos Planos Quinquenais (CHESNEUAX, 1976; **FISHMAN**, 2006; MARTI, 2007; SHIN, 2008).

No entanto, a partir de 1978, a concepção de longo prazo de que a China deveria se tornar uma nação poderosa, em igualdade de condições com o Ocidente pela metade do século XXI (MARTI, 2007, prólogo. p. xvii) e sob a firme liderança de Deng Xiaoping e dos demais mandatários chineses que o sucederam o país passou por grandes mudanças estruturais na economia, abrindo o país ao capitalismo e ao mercado internacional sem abrir mão da centralização política no Partido Comunista. Até próximo do final da década de 90, a China passou de país agrário a país exportador de produtos intensivos no fator trabalho, além de exportador de manufaturas de baixa e média tecnologia. Daí em diante, o país decolou e as mudanças estruturais se deram no sentido de implantar uma gigantesca infraestrutura de energia, transportes e comunicações como base para seus próximos saltos na exportação de produtos de alta tecnologia. Com seus produtos competitivos a China tem ganhado expressivas fatias de mercados na maioria dos países em detrimento de outros países exportadores, como é o caso da perda de mercados brasileiros para os chineses em regiões estratégicas e, até então tradicionais, como na América do Sul (BAUMANN (Org.), 2010; **FISHMAN**, 2006; **FRIEDMAN**, 2005; MARTI, 2007; SHIN, 2008).

A chave para esse sucesso sugere estar nos traços culturais do povo chinês (frugalidade, disciplina, facilidade para serem adaptados e treinados em diversas tarefas, capacidade de trabalho árduo e aptidão para gerenciar mão-de-obra) aliados ao planejamento de longo prazo, com um objetivo bem delineado e factível; à continuidade na condução dos Planos Quinquenais e às suas lideranças comprometidas com essas transformações estruturais (**FISHMAN**, 2006; **FRIEDMAN**, 2005; MARTI, 2007; SHIN, 2008).

Uma pesquisa dos planos qüinqüenais a partir do 6º Plano (1981-1985) combinada com o que foi apresentado na Figura 1 confirma que a China buscou promover uma reestruturação produtiva orientada para os setores com maior valor agregado (alta tecnologia), o que indica que a competitividade de manufaturados chineses no mercado internacional aumentará ainda mais e, em consequência, pode-se inferir que o Brasil continuará a perder mercados para a China nesses produtos. Particularmente os 11º (2006-2010) e 12º (2011-2015) Planos Quinquenais sinalizam outra grande mudança estrutural em curso: a preocupação crescente da China com as suas questões sociais, com a sua distribuição de renda (SHIN, 2008) e, mais recentemente, com as questões ambientais.

Ao declarar, em 2011, em entrevista sobre os objetivos chineses para 2015, que as bases da agricultura chinesa não são sólidas o primeiro-ministro Wen Jiabao sinalizou que o país continuará a importar altos volumes de *commodities*, o que nos permite, em tese e baseados nos argumentos apresentados ao longo deste trabalho, pensar que o Brasil continuará a ser um dos grandes fornecedores desses produtos para aquele país, que as nossas exportações continuarão a depender das necessidades chinesas por *commodities* e que, provavelmente, a estrutura produtiva brasileira não sofrerá grandes alterações, dada a falta de planejamento com visão de longo prazo. Tudo isso, em conjunto, reforça a tese da "reprimarização" das exportações brasileiras e sugere que continuaremos a responder aos aspectos conjunturais sem, no entanto, definir onde o Brasil quer estar num futuro de horizonte mais longo, à semelhança do que fez e vem fazendo a China (ÉPOCA, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do período, a partir de 1990, nos permite apresentar algumas conclusões.

A China apresentou resultados bem mais expressivos do que o Brasil nas relações com o mundo. A análise do potencial de longo prazo revela que a economia brasileira é bem mais vulnerável a crises internacionais do que a economia chinesa. A China apresentou uma evolução sólida de sua economia em todos os aspectos analisados: transformações em sua estrutura produtiva tendendo para a produção e exportação de manufaturas de média e alta tecnologia, enquanto que o Brasil tendeu à estagnação industrial e ao retrocesso à condição de exportador de *commodities* com ênfase para as agrícolas e minerais sinalizando um alto e real grau de risco para o futuro da economia brasileira. Como consequência disso o Brasil tem perdido mercados internacionais para a China. Esses aspectos demonstram o crescimento da economia e a "agressividade" positiva chinesa como resultado das políticas econômicas adotadas e executadas a partir do 6º Plano Quinquenal (1981-1985). Demonstram, também, como a ausência de planejamento de longo prazo no Brasil desde o início dos anos 80, após ter avançado na Era Nacional-Desenvolvimentista, afetou seu crescimento e inserção internacionais.

No desempenho comercial bilateral o Brasil permaneceu à frente da China nos saldos comerciais, os quais lhe foram favoráveis devido à "fome" chinesa por *commodities* agrícolas e minerais brasileiras que aliada à valorização das commodities no mercado internacional minimizou os efeitos da flutuação cambial e manteve os termos de troca favoráveis ao Brasil. Por outro lado, os resultados da balança comercial, apesar de favoráveis ao Brasil em valores financeiros, apontam para desvantagens futuras e para uma provável e possível inversão nos termos de troca, em função das respectivas evoluções das estruturas produtivas. Esta situação se nos apresenta, também, como uma consequência da descontinuidade na execução dos planos dos distintos governos brasileiros, ao contrário da continuidade no planejamento de longo prazo e na execução dos planos governamentais demonstrados pela China.

O estudo indica, ainda, que as tendências no longo prazo são: a aceleração chinesa rumo à maior competitividade de seus produtos dotados de média e de alta tecnologia e uma tendência brasileira na direção da continuidade agroexportadora, o que contribui para reforçar a tese de "reprimarização" ou "desindustrialização" da economia, com o conseqüente aumento na vulnerabilidade externa do país.

Buscando explicar o desempenho da balança comercial do Brasil e da China como resultado de decisões e ações de políticas econômicas adotadas no passado, realizamos um exame da história de ambos. A síntese desse exame foi apresentada através de um paralelo entre períodos históricos e os respectivos rumos tomados por suas economias em função de mudanças estruturais. Mudanças estas promovidas como resultado de decisões tanto de Estado quanto de governos, nos quais sobressaem o período da Era Nacional-Desenvolvimentista no Brasil e os Planos Quinquenais na China, particularmente a partir da concepção de Deng Xiaoping.

Vejamos: a China promoveu a abertura comercial com o mundo; adotou o "capitalismo de estado"; manteve o Partido Comunista como centralizador, planejador e guardião da execução de suas políticas econômicas e se tornou, em pouco mais de três décadas, a segunda maior economia do mundo. O que possibilitou essa façanha? A resposta está na cultura chinesa, no objetivo de longo prazo bem definido, na continuidade do planejamento de Estado realizado por Deng Xiaoping e conduzido por sucessivos governos através dos planos quinquenais e das lideranças firmes.

Concluindo e, a nosso ver, a análise do desempenho da balança comercial de e entre Brasil e China (a partir de 1990 e até 2013) sugere que os resultados obtidos por ambos os países foram conseqüências das suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas, tomadas e realizadas durante os respectivos processos históricos examinados.

REFERÊNCIAS

AEB. Associação de Comércio Exterior do Brasil. *Radiografia do comércio exterior do Brasil*: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). *Brasil globalizado:* o Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e os demais BRICs:* comércio e política. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2010.

BRASIL. *Balança comercial com a China*: exportações e importações em milhares de dólares. 1983 a 2013. Tabela. Disponível em: <http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>. Acesso em: 8 maio 2014a.

_____. Balança comercial com o resto do mundo: exportações e importações em milhares de dólares. 1983 a 2013. Tabela. <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>. Acesso em: 21 maio 2015b.

CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. *Comércio bilateral Brasil e China*: pauta de exportações. 2000-2013. Disponível em:<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-exportacoes?y=2000>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. *Pauta de importação do Brasil com relação à China.* 2009. Disponível em: < http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-importacoes?y=2009> Acesso em: 16 jan. 2014.

_____; _____. *Comércio Bilateral Brasil e China*: pauta de importações 2000 – 2013. Disponível em:<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-importacoes?y=2000>. Acesso em 16 de janeiro de 2014, às 16:00h.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX.* Tradução de Antonio Rangel Bandeira. São Paulo: Pioneira, 1976. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. História. Série nova Clio).

ÉPOCA. *O novo plano quinquenal do governo chinês*. Mar. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI217824-15259,00.html.>. Acesso em: 28 jan. 2015.

FISHMAN, Ted C. *China S.A.*: como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo. Tradução de C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FOCHEZATTO, Adelar; KOSHIYAMA, Daniel; ALENCASTRO, Denilson. Testando relações de causalidade entre comércio externo e crescimento econômico em países da América Latina: evidências de dados em painel e séries temporais. *Revista Economia*, Brasília-DF, v. 11, n. 3, p. 597-629, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n3p597_629.pdf Acesso em: 15 jan. 2015.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional*: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Desenvolvimento às avessas:* verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, A. S.; TONETO JR, R. *Economia brasileira contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLLAND, Márcio; BARBI, Fernando. *China na América Latina*: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. Textos para discussão 247, mar. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4251/TD%20247%20-%20M%c3%a1rcio%20Holland%3b%20Fernando%20Barbi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em:8jun. 2015.

LACERDA, Antônio Correia de et al. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. *Economia monetária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais*: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping*: o homem que pôs a China na cena do século XXI. Tradução de Antonio Sepúlveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

NERI, Marcelo Cortes (Org.). *Os emergentes dos emergentes*: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira (thebrightysideofthepoor). Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/brics/>. Acesso em: 19 set. 2014.

OLIVEIRA, I. T. M.; LEÃO, R. P. F.; CHERNASKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio e política comercial. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e os demais BRICs:* comércio e política. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

O'NEILL, Jim. *O mapa do crescimento*: oportunidades econômicas nos BRICs e além deles. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2012.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A economia das crises*: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Tradução de Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SHIN, Wong K. *A China explicada para brasileiros*. São Paulo: Atlas, 2008.

SOARES, Claudio César. *Introdução ao comércio exterior:* fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004.

TRADING Economics. Reservas internacionais chinesas. Disponível em <http://pt.tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>. Acesso em: 29 jan. 2015.

UNITED Nations Statistics Division.*GDP/breakdown at constante 2005 prices in US Dollars:* China, Total Value Added. In: National Accounts Main Agregates Database. Disponívelem: < http://unstats.un.org/unsd/snaama/dnlList.asp>. Acessoem: 10 dez. 2014.

UNITED Nations Economic Commission For Latin America and the Caribbean.*Brazil:* trade balance with China, all years. Disponívelem: < http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>. Acesso em: 28 mar 2014.

UOL Economia. *Principais cotações*. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/>. Acesso em: 14 jan. 2015.

A VIABILIDADE FINANCEIRA DO USO DO EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO – ISOPOR) NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

ANDRADE, Bruno
UNI-FACEF - Centro Universitário de Franca
Graduando em Administração de Empresas
moscardini@live.com

MOSCARDINI, Leandro
UNI-FACEF - Centro Universitário de Franca
Graduado em Marketing, Graduando em Administração de Empresas
moscardini@live.com

WENCESLAU, Marcelo
UNI-FACEF - Centro Universitário de Franca
Graduado em Marketing, Graduando em Administração de Empresas
marcelo.wenceslau@jrti.com.br
Orientadora:

GILBERTO, Thalisa Maria Jati
UNI-FACEF - Centro Universitário de Franca
Mestre em Administração de Empresas
thalisagilberto@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar a viabilidade financeira da utilização do EPS (Poliestireno Expandido – Isopor) na construção civil, sob ótica da influência que o setor exerce no crescimento político-econômico do Brasil. Trata-se de um produto 100% reciclável, *empregado pelo gás pentano, que se deteriora rapidamente pela reação fotoquímica gerada pelos raios solares, não comprometendo o meio ambiente. O EPS surge como alternativa com soluções mais produtivas do que as disponíveis no mercado (alvenaria), além de ser mais barato, eficaz e produtivo.*

Palavras-chave: *Construção Civil, EPS, Sustentabilidade.*

FINANCIAL VIABILITY OF A NEW SUSTAINABILITY CONCEPT OF BUILDING, EPS (EXPANDED POLYSTYRENE)

Abstract

This job has the objective of demonstrate the influence that the construction industry has on the political and economic growth of Brazil, and through this analysis, we present a financial viability of a new sustainability concept of building, EPS (Expanded Polystyrene). It is a 100% recyclable material, a product employed by pentane gas, which deteriorates rapidly by photochemical reaction generated by sunlight, not damaging the environment. The EPS is an alternative to more productive solutions than those available in the market (bricks), cheaper, effective, productive and sustainable. It is a bibliographic research completed by a campo research demonstrating the possibilities of using EPS (Expanded Polystyrene) in COHAB or similar projects as sustainable mechanism in construction of new buildings.

Keywords: *Construction, Concept, EPS, Sustainability*

INTRODUÇÃO

A construção civil é sem dúvidas um dos grandes pilares da economia brasileira, um país emergente que a cada ano vem aumentando sua demanda nesse setor, através de ações do governo que estimulam e aceleram o crescimento e desenvolvimento nesta área, gerando milhares de empregos e estimulando a economia. Programas como CDHU (*Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e Minha Casa, Minha Vida, são exemplo das ações que o governo realiza para acelerar o desenvolvimento econômico do país. Em 2012, foram investidos mais de 10 bilhões de reais e em 2014 a previsão do governo estava em alcançar a entrega de 2,4 milhões de moradias até dezembro (REDMOC, 2013).*

Com a demanda em alta, surge no mercado um produto com objetivo de implantar um novo conceito de construção civil aliado à sustentabilidade, o EPS (Poliestireno Expandido – Isopor).

Com a participação da construção civil cada vez mais em alta no cenário político-econômico do país, assim como a preocupação com o meio ambiente no mundo inteiro, despertou-se a necessidade de buscar uma nova tecnologia, a fim de avaliar uma mudança de demanda que se enquadre nas necessidades e desejos dos consumidores, através do EPS, um produto composto empregado pelo gás pentano, que se deteriora rapidamente pela reação fotoquímica gerada pelos raios solares não comprometendo o meio ambiente.

O EPS é um produto cuja matéria prima é 100% reciclável, que pode criar tamanhos e formatos distintos e interligados, para vários tipos de negócios, inclusive para o setor de construção civil, no qual surgiu como quebra de paradigmas quanto ao método convencional utilizado por décadas (tijolos).

O EPS vem possibilitar aos clientes soluções mais produtivas do que as disponíveis no mercado (hoje temos como principal produto a alvenaria – tijolos), com base em um novo conceito de mercado mais barato, eficaz, produtivo e sustentável.

O presente trabalho visa demonstrar a viabilidade financeira da utilização do EPS através de um estudo realizado comparativamente entre diversos métodos construtivos. Dessa forma, na primeira seção apresenta-se a construção civil, posteriormente o produto EPS e por fim o estudo realizado.

1. Construção Civil

1.1 Histórico da Construção Civil

Grandes obras de engenharia surgiram há mais de cinco mil anos na Mesopotâmia e em vários outros lugares ao redor do mundo. A engenharia civil no Brasil fez-se na segunda metade do século XIX, reelaborando a arte de construir, que a partir de então deixou cada vez mais os seus aspectos regionais e vernáculos de lado – entre eles a tradição lusa - passando a se constituir em um conhecimento técnico globalizado e científico. (INFOESCOLA, s.d.)

Construção Civil é o nome dado a todo tipo de construção que interaja com uma comunidade, cidade ou população. O nome Construção Civil é usado até hoje, pois antigamente a engenharia era dividida em duas grandes áreas: Civil e Militar. Com o tempo, tal divisão foi perdendo seu efeito, e hoje compreendemos por Construção Civil tudo o que engloba a participação de engenharias e arquitetos civis em conjunto com profissionais de outras áreas de conhecimento. (SANTOS, 1997, p.).

A história da construção civil fundamenta-se na perspectiva de várias tendências e mudanças para o setor da indústria, porque é uma prioridade na alocação dos recursos escassos da economia e fortalecimento do setor social devido a grande geração de empregos. É caracterizada como atividades produtivas da construção que envolve a instalação, reparação, equipamentos e edificações de acordo com as obras a serem realizadas. (SANTOS, 1997, p.).

A construção civil no país é crescente e infere o desenvolvimento econômico para a construção civil e a geração de emprego. Portanto, é uma atividade que encontra relacionada a diversos fatores do setor que contribui para o desenvolvimento regional, a geração de empregos e mudanças na economia, ou seja, tendo em vista seu considerável nível de investimentos e seu efeito multiplicador sobre o processo produtivo, consequentemente há um aumento considerável no PIB. (IBGE, 2010). A impulsão da construção civil é uma característica das tendências que a cada dia vem sendo aprimorada para garantir o crescimento do setor de modo sustentável a geração de empregos e o aquecimento do setor em relação aos vários agentes que são englobados para a organização do espaço em relação a construção civil. Com as transformações que as áreas urbanas e os espaços regionais vêm sofrendo com o processo contemporâneo conhecido como globalização, fizeram surgir uma Nova Geografia Econômica (NGE). (IBGE, 2010)

1.2 – *Boom* da Construção

O primeiro grande crescimento na construção civil no Brasil aconteceu na década de 40, durante o governo Getúlio Vargas. O forte investimento estatal no desenvolvimento de estrutura para construção civil e militar fez com

que a década fosse considerada o auge da construção civil no Brasil, através do seu conhecimento aprimorado da tecnologia do concreto. (FGV s.d.)

No decorrer da história da Construção Civil no Brasil, o Estado e a iniciativa privada sempre se revezavam no topo da lista de investidores. Isso retrata o reflexo da constante mudança de paradigmas que a política vem vivendo do meio do século XX pra cá. (FGV s.d.)

A partir do século XX, a engenharia da construção civil passou a se desenvolver e especializar, sobretudo por conta dos avanços científicos e fundamentações teóricas do comportamento dos materiais.

Quanto à questão política, o governo vem adotando uma politica de incentivo no setor de construção, através de programas federais, como Minha Casa, Minha Vida, outro incentivo do governo frente a esse mercado foi a implantação da CDHU (Companhia de Desenvolvimento e Habitação Urbana), a fim de oferecer moradias para as pessoas de baixa renda. (FGV s.d.)

O Brasil, desde o seu *Boom* na construção civil, vem passando por fatores que foram determinantes para a sua evolução e seu desenvolvimento, assim como a influência direta no crescimento do país. Fatores como a politica adotada pelo Estado no decorrer das últimas décadas do século XX até os dias de hoje, caracterizada principalmente pela constante variação no posicionamento adotado pelos diferentes governos nas decisões políticas do setor, que é pioneiro e fundamental no crescimento e estabilidade econômica do país. (FGV s.d.)

1.3 – Panorama do Setor de Construção Civil Internacional

A crise financeira mundial, desencadeada em 2008, associada em grande parte ao setor de construção civil americano, gerou impactos para o setor em diversos países e em empresas que atuam globalmente, levando vários empreiteiros a alterar sua estratégia.

De um lado, diante do declínio de vários mercados, muitos empreiteiros com atuação internacional enfrentaram a contração do crédito utilizando suas reservas acumuladas em vários anos anteriores, quando a demanda estava elevada. Dessa forma, as receitas contabilizadas ainda não tinham sido afetadas nos meados de 2008, tendo apresentado um acréscimo de 25,7% sobre o ano anterior.

As encomendas de construção voltadas para a infraestrutura estão mantendo as empreiteiras. Vários governos decidiram implementar políticas de apoio à economia por meio de significativas demandas de grandes projetos de infraestrutura. Essas políticas públicas, contudo, privilegiam, em geral, as empresas locais em detrimento das internacionais.

1.3.1 - EUA X Brasil

A indústria da construção civil americana representou 5,9% do PIB americano, em 2009. No ranking da ENR (*Engineering News Record*), para 2008, das 225 maiores empresas, os Estados Unidos apresentaram receitas de concorrências internacionais que representaram 10,7% do total da amostra, atrás de Europa, Oriente Médio e Ásia/Austrália. (ENR, 2009)

A construção civil está dividida em três segmentos: edificações (residenciais comerciais e outros tipos); construção pesada (estradas, rodovias interestaduais, pontes, túneis e outros projetos especiais); e serviços especiais (pintura, hidráulica, elétrica e outros).

As edificações nos Estados Unidos são bastante padronizadas. A certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), que se tornou padrão de avaliação na América do Norte, funciona como uma ferramenta de auxílio do projeto e também como uma certificação ambiental. É um sistema voluntário. Essa certificação é fornecida pelo *United States Green Building Council* (USGBC), instituição fundada em 1991, e é resultado da aliança entre representantes da construção civil, educadores e agentes governamentais. (ENR, 2009)

Já o setor de construção civil brasileiro foi responsável por 4% do PIB em 2009 e vem acumulando sucessivas taxas de crescimento de 1995 até 2008. A taxa de crescimento média nesse período ficou em torno de 9,7% ao ano. A participação do setor de construção civil na formação bruta de capital fixo brasileira está em 5,2 pontos percentuais abaixo da média mundial. Podem-se ressaltar alguns problemas relevantes que ajudam a explicar essa situação: a escassez de crédito para habitação e o baixo nível de inversões em infraestrutura, que está relacionado às restrições fiscais e à inadequação dos marcos legal e regulatório do país para que sejam realizados investimentos em construção civil.

1.4 – CDHU e a Necessidade de Moradia

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) é uma empresa do Governo Estadual que é vinculada à Secretaria de Habitação que tem o objetivo de promover a moradia popular. A Empresa, que foi fundada no ano de 1949, já teve outros nomes: CECAP, o primeiro; CODESPAULO e CDH. O Governo

do Estado de São Paulo começou a intervir efetivamente na habitação popular no ano de 1967, que foi quando a CECAP, sigla para Companhia Estadual de Casas Populares**,** iniciou a produção de suas habitações para a população que representava a baixa renda. O nome CDHU (atual), foi adotado no ano de 1989, ou seja, 40 anos depois de sua fundação.

A CDHU tem como objetivo executar os programas habitacionais voltados exclusivamente para as populações de baixa renda (ou seja, famílias com rendas entre 1 a 10 salários mínimos. A prioridade do programa são famílias com rendas entre 1 e 3 salários mínimos mensais. Há ainda uma regra para o financiamento habitacional que limite o valor máximo de parcelas a serem pagas, em relação ao rendimento mensal da família.

2. EPS

2.1 Descrição do Produto

De acordo com Abrapex, (s.d.), EPS é a sigla internacional do Poliestireno Expandido, de acordo com a Norma DIN ISO-1043/78. No Brasil, é mais conhecido como Isopor®, marca registrada da Knauf Isopor Ltda. Designa comercialmente, os produtos de poliestireno expandido, comercializados por essa empresa.

O Poliestireno Expandido é um plástico celular rígido resultante de polimerização do estireno em água. Descoberto em 1949, pelos químicos Fritz Stastny e Karl Buchholz, na Alemanha, o EPS trata-se de uma matéria prima 100% reciclável, que pode criar tamanhos e formatos distintos e interligados, para vários tipos de negócios, inclusive para o setor de construção civil, no qual surgiu como quebra de paradigmas quanto ao método convencional utilizado por décadas (alvenaria). Sem esse produto, os países de primeiro mundo não conseguiriam construir de modo atualizado e econômico. (ABRAPEX, s.d.)

Em seu processo produtivo não se utiliza e nunca utilizou o gás CFC ou qualquer um de seus substitutos. Como agente expansor para a transformação do EPS, emprega-se o pentano, um hidrocarbureto que se deteriora rapidamente pela reação fotoquímica gerada pelos raios solares, sem comprometer o meio ambiente. (ABRAPEX, s.d.)

Seu produto final é composto de pérolas de até 3 milímetros de diâmetro, que se destinam à expansão. No processo de transformação, essas pérolas são submetidas à expansão em até 50 vezes o seu tamanho original, através de vapor, fundindo-se e moldando-se em diversas formas. Expandidas, as pérolas consistem em até 98% de ar e apenas 2% de poliestireno. Em 1m³ de EPS expandido, por exemplo, existem de 3 a 6 bilhões de células fechadas e cheias de ar. (ABRAPEX, s.d.)

O EPS tem inúmeras aplicações em embalagens industriais, artigos de consumo (caixas térmicas, pranchas, porta-gelo etc.) e até mesmo na agricultura. É na construção civil, porém, que sua utilização é mais difundida.

2.2 Benefícios e Vantagens

Como principal vantagem e benefício, o EPS (Poliestireno Expandido) traz um novo conceito voltado para sustentabilidade e reciclagem, através da redução dos impactos ambientais que o modelo tradicional traz para sociedade, como a contaminação de água, a emissão do gás CFC (Clorofluorcarbono – ameaça para atmosfera) e também a redução expressiva de entulhos oriundos da construção civil, responsável por grandes prejuízos à união.

De acordo com Luz (2007), o uso do EPS apresenta as seguintes vantagens:

• Baixa condutibilidade térmica: A estrutura de células fechadas, cheias de ar, dificulta a passagem do calor o que confere ao Isopor® um grande poder isolante.

• Leveza: As densidades do Isopor® variam entre os 10-30 kg/m3, permitindo uma redução substancial do peso das construções.

• Resistência mecânica: Apesar de muito leve, o Isopor® tem uma resistência mecânica elevada, que permite o seu emprego onde esta característica é necessária.

• Baixa absorção de água: O Isopor® não é higroscópico. Mesmo quando imerso em água o Isopor® absorve apenas pequenas quantidades de água. Tal propriedade garante que o Isopor® mantenha as suas características térmicas e mecânicas mesmo sob a ação da umidade.

• Fácil de manusear e colocar: O Isopor® é um material que se trabalha com as ferramentas habitualmente disponíveis, garantindo a sua adaptação perfeita ao uso.

• O baixo peso do Isopor® facilita o manuseamento do mesmo. Todas as operações de movimentação e colocação resultam significativamente encurtadas.

• Resistente quimicamente: O Isopor® é compatível com a maioria dos materiais correntemente utilizados especialmente na construção civil, tais como cimento, gesso, cal, água, etc.

• Versátil: O Isopor® pode apresentar-se numa variedade de tamanhos e formas, que se ajustam sempre às necessidades específicas do consumidor.

• Resistente ao envelhecimento. Todas as propriedades do Isopor® mantêm-se inalteradas ao longo da vida do material, que é pelo menos tão longa quanto a vida da construção de que faz parte.

• O Isopor® não apodrece nem embolora, não é solúvel em água nem liberta substâncias para o ambiente. O Isopor® não constitui substrato ou alimento para o desenvolvimento de animais ou microrganismos.

• Higiênico e totalmente inócuo: O Isopor® não constitui substrato ou alimento para o desenvolvimento de microrganismos, não absorve umidade nem liberta qualquer substância, podendo assim estar em contato direto com os produtos alimentares sem lhes alterar as características.

• Promotor da venda: A apresentação atrativa de um produto no ponto de venda é determinante para o seu sucesso. O Isopor® permite criar uma apresentação de alto valor realçando o produto.

• Econômico: Tomando em conta os diversos parâmetros como as quebras, mão de obra, manuseamento, baixo peso, transporte, armazenagem, a embalagem em Isopor® resulta economicamente vantajosa.

• Adaptável aos produtos: As características do Isopor® permitem criar embalagens "à medida" de qualquer produto, tornando o Isopor® num material versátil que oferece sempre as máximas prestações.

São notórios os benefícios que o poliestireno expandido apresenta em suas características. Um conceito inovador e atual, com um produto inovador, sustentável (100% reciclável), com qualidade e com grandes interesses econômicos. Segundo Luz (2007), o poliestireno expandido possui três características fundamentais para seu crescimento no mercado consumidor: sua leveza, a capacidade de isolamento térmico e o baixo custo.

2.3. Reciclagem do poliestireno expandido

Existem alguns processos para a reciclagem dos materiais à base de EPS, estes são aplicados conforme a utilização final do produto. Os rejeitos podem ser processados para serem novamente moldados em forma de blocos, injetados para formar peças para embalagens; ser usados como substratos para melhoramento de solo, para drenagens e jardineiras, na aeração de substâncias para melhoria da decomposição; podem ser reutilizados na construção civil; ou até gerar energia elétrica ou calorífica; por combustão direta e também podem ser aplicados como complemento em moldes de peças injetadas ou fundição no ramo industrial. (GROTE e SILVEIRA s.d., p. 13).

Grote e Silveira (s.d.) ainda aborda que a reciclagem do poliestireno expandido por meio de processo térmico para a produção de blocos, placas e/ou painéis, necessita que na composição ocorra uma parte maior de matéria-prima virgem para que haja a união entre as partículas dos resíduos. Essa composição deve ficar entre 60% e 70% de material virgem para 40% e 30% de resíduos de EPS.

Segundo Gomes (s.d.) a reciclagem do Poliestireno Expandido ocorre em cinco etapas, são elas:

1ª Etapa: “Quebra” do Isopor® em pedaços menores (forma correta para melhoria da reciclagem e ocupação do espaço).

2ª Etapa: O material é aglutinado, através de exposição ao calor e ao atrito.

3ª Etapa: Já bastante adensado, o material é colocado na extrusora, onde é submetido a novo aquecimento, em temperaturas controladas, até seu “derretimento” (e não a queima).

4ª Etapa: Nesse estado, o Isopor® é homogeneizado e transformado em filetes, na forma de “espaguete”.

5ª Etapa: Depois de resfriados e secos, os filetes passam por uma máquina de picotes que transforma o poliestireno em grânulos.

Após as cinco etapas do processo de reutilização, conforme informado acima, o material está pronto para ser reutilizado novamente em diversas formas e formatos.

2.4 Viabilidade Construtiva Aprovada

Olhando para o cenário da construção civil e sua ascensão, pode-se tratar o EPS como uma quebra de paradigmas a fim de trazer um novo método para os moldes da construção civil (tijolos, lajes, etc)

Nos últimos anos, o EPS tem sido cada vez mais usado na construção civil, à eficiência desses materiais faz com que sua presença nos mais variados projetos seja cada vez maior, buscando substituir materiais considerados até então, de maior nobreza como o aço, a madeira, o barro e o concreto na execução das obras. A sua importância na construção civil é tão grande que estes materiais já detêm o segundo maior mercado neste setor, perdendo apenas para o de embalagens, quanto à utilização como matéria-prima.

A industrialização da construção civil é um fator determinante na busca da qualidade neste setor tão importante da economia brasileira e o Poliestireno Expandido é um elemento indispensável quando se fala em modernização de sistemas, racionalização de processos, economia de custos e tecnologia. (ISOCENTER, s.d.)

Nós últimos 35 anos, o EPS ganhou uma posição estável na construção de edifícios, não apenas por ser isolante, mas por demais características positivas como o baixo custo, a leveza e a resistência. (Abrapex, s.d)

O EPS possui características muito favoráveis para construção civil, principalmente por ser leve, gerando economia na sua estrutura de cimentos e de entulhos, reduzindo os custos em até 30%, além de seu alto poder de conservação, não servindo de alimentos para nenhum ser vivo, como cupins, bactérias etc.

Por sua vez, a Construção Civil é o segmento que mais consome EPS no mundo. Segundo o site do Edificações e Engenharia, (s.d.), estima-se que metade de toda sua produção anual vai para a construção civil, cerca de três milhões de toneladas.

3. Viabilidade Financeira – estudo de caso

3.1 Viabilidade financeira do EPS na Construção Civil

Uma pesquisa de campo foi realizada, na qual, a partir de uma planta baixa base de uma construção de uma residência popular, pesquisou-se em fornecedores de Franca, o valor da utilização de tijolos comuns e alvenaria estrutural. Também foi realizado o mesmo orçamento em uma empresa fornecedora de EPS.

Foi verificado, após pesquisa de campo, que o EPS é financeiramente mais caro, em relação à outros dois orçamentos (tijolos comuns e alvenaria estrutural - blocos). Porém, o que se pode notar, é que, se tratando de um novo conceito, e que existem poucos fornecedores para esse tipo de material (EPS) nas construções, o fornecedor em questão pode trabalhar com um índice de *mark up* elevado com um alto percentual de retorno (lucro).

Outro fator que pode ser levado em conta é o tempo. Se financeiramente o EPS fica mais caro que os métodos convencionais, economicamente pode ser viável devido há fatores como tempo, retenção de desperdício, desnecessário o ajustes de reboque e a sustentabilidade. Em relação ao tempo, de acordo com análises, foi verificado que pode se economizar em até 2/3 do tempo gasto numa construção de tijolos, gerando economia na mão de obra. Motivo esse se dá pelo fato de ser um produto pré moldado, facilitando e otimizando a mão de obra.

Foi verificado também que todo ano, são gastos milhões de reais com entulhos e sobras de materiais de construção. O EPS surge também como um produto 100% reciclável, gerando economia e redução de entulhos. Além de ser reciclável o fato de ser pré-moldado gera menores perdas.

Por se tratar de um novo conceito a ser implantado no Brasil (pois na Europa e Estados Unidos já é utilizado), o grande desafio encontrado é mostrar para as pessoas as vantagens e benefícios em utilizar o EPS na construção civil. Mesmo que em termos financeiros não seja a opção mais acessível, outros fatores podem ser relevantes para as tomadas de decisões como a qualidade, a sustentabilidade, a economia de entulhos e desperdícios (100% reciclável), assim como o tempo de construção, por se tratar de um produto pré moldado.

Conclusão

Com base nas informações apresentadas, enfatizando o contexto político-econômico frente ao setor da construção civil, desde sua história até sua significativa importância para o desenvolvimento de um país, o objetivo central proposto no artigo é através de um novo conceito, trazer uma nova alternativa com uma tecnologia 100% sustentável e com menor custo, o EPS.

Foi destacado a influência notável que a construção civil exerce no Brasil, um país emergente que vem aumentando a cada ano sua demanda por esse setor, devido sua importância econômica, política e social. A partir de então, com ênfase na sustentabilidade, criou-se a necessidade de *buscar uma nova tecnologia, o EPS, um produto composto empregado pelo gás pentano, que se deteriora rapidamente pela reação fotoquímica gerada pelos raios solares não comprometendo o meio ambiente.*

O artigo apresenta uma análise detalhada e os benefícios desse produto, *uma matéria prima 100% reciclável, que surge para quebrar paradigmas em relação ao método convencional, com base em um novo conceito de mercado, mais barato, eficaz, produtivo e sustentável.*

Por fim, como objetivo central desse artigo, foi verificado a viabilidade financeira e econômica na utilização do EPS no cenário da construção civil, que há tempos já é utilizada e aperfeiçoada nas construções de países de primeiro mundo, principalmente Europa e Estados Unidos. O custo financeiro da aplicação do EPS que foi orçado é maior do que os blocos estruturais e tijolos já utilizados, porém, alguns fatores nos levam a defender a sua implantação a fim de viabilizar economia em vários aspectos, tais como a economia com um menor custo final, maior economia nas fundações, redução do efetivo de mão de obra, do consumo de energia elétrica, da utilização de madeira e do tempo de execução da obra, sem falar da sustentabilidade com um material 100% reciclável. Além disso é importante citar que o orçamento do EPS foi dado pela única empresa no estado de São Paulo que fornece esse tipo de produto e sendo assim, pode, pela falta de concorrência praticar um preço mais elevado.

REFERÊNCIAS

ABRAPEX, Associação Brasileira de Poliestireno Expandido, s.d. Disponível em: http://www.abrapex.com.br/06Reciclagem.html. Acesso em 12 de agosto de 2014.

CDHU. Disponível em <www.cdhu.com.br>. Acesso em 12 de Agosto de 2014.
da construção, v. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 à 2012.

GOMES, Ylka. Reciclagem do Isopor – Poliestireno Expandido**,** s.d. Disponível em: http://vidasustentavel.perus.com/reciclagem/247-RECICLAGEM. Acesso em

GROTE, Zilmara, SILVEIRA, José L., Análise energética e exergética de um processo de reciclagem do poliestireno expandido, 2011, Disponível em: http://www3.mackenzie.com.br/editora/index.php/rmec/article/view/1958/0–RECICLAGEM

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa anual da indústria*

INFOESCOLA. Disponível em: <www.infoescola.com.br>.Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

ISOCENTER, Uso do EPS na Construção Civil, s.d. Disponível em: http://www.isocenter.com.br/manual/manual2.htm

LUZ, Molina L., Isopor - Poliestireno Expandido – EPS, 2007, Disponível em: HTTP://mundovestibular.com.br/articles/1073/1/ISOPORPOLIESTIRENOEXPANDIDO --EPS/Paacutegina1.html. Acesso em 01 de Abril de 2015.

A CULTURA POLÍTICA DO CLIENTELISMO: UMA ANÁLISE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1988-2010)

THE POLITICAL CULTURE OF CLIENTELISMO: AN ANALYSES IN CONTEMPORARY BRAZIL (1988-2010)

Sessão temática: Outras áreas temáticas

MALVESTIO, Mateus Roberto Sposito
Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho - UNESP
Mestrando em História e Cultura Política
Bolsista CNPQ
mateusmalvestio@outlook.com

Resumo

Este presente trabalho visa pensar o clientelismo no Brasil Contemporâneo levantando-se questões inerentes quanto às formas de adaptações, sobrevivências, formas de reprodução e atualização dessa Cultura Política de transgressão na sociedade. Pretende-se, através da análise de Cultura Política brasileira, da (re) estruturação do Estado e suas instituições políticas identificar as adaptações a esse novo cenário e o que possibilitou a permanência das relações clientelísticas no Brasil.

Palavras-chave: Clientelismo, Cultura Política, Instituições.

Abstract

This present work aims to analyse the clientelism in Contemporary Brazil rising inherent questions about the forms of adaptations, survivals, modes and understand the Policy transgression culture Brazilian socyety. It is intended, through the analysis of Brazilian Political Culture, the (re) structuring of the state and its political institutions to identify the adaptations to this new scenario and which enabled the persistence of clientelistic relations in Brazil.

Keywords: Clientelism, Political Culture, Institutions.

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre dominação política, ou melhor, o uso da máquina pública para benefício e manutenção do poder é algo corrente na política brasileira e amplamente relatado n historiografia brasileira. A abordagem das relações sociais em que se dão esses tipos de ações e, como isso se configura mediante o processo político brasileiro, perpassa várias épocas da história brasileira e, principalmente, sendo produto da cultura política brasileira, nos possibilita entender as diferentes formas de transgressões que predominam na estrutura política.

O clientelismo, propriamente dito, nos dá um bom exemplo de dominação e manutenção de poder, além de se configurar como uma forma de transgressão, sendo algo recorrente ao longo da história perpassando desde o Império até os dias atuais, resguardando, é claro, suas devidas proporções. O objetivo aqui é estabelecer uma análise contemporânea das relações clientelistas, bem como um paralelo com esse fenômeno em outras conjunturas e outras formas de transgressões que se baseiam na troca e no beneficiamento mútuo, a fim de possibilitar uma análise das relações clientelísticas no Estado Contemporâneo brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do entendimento de clientelismo perpassa por vários aspectos teóricos. Dessa forma utiliza-se durante a pesquisa as contribuições de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo: enxada e voto,* e o sistema político do coronelismo, datado pelo autor no sistema republicano de 1889 a 1930. Na República a coronelismo é peculiar ao sistema privado, não é uma manifestação do poder público uma vez que o coronelismo esta em conjunto com uma base de poder representativo. É um fenômeno do meio rural que sofre o processo de decadência com o processo de urbanização e consequentemente novas formas de dominação política no meio urbano. Ele se confunde com o clientelismo, mas sem dúvida se relaciona na medida em que estabelece uma natureza de trocas e favores.

A contribuição teórica de Sergio Buarque de Holanda é utilizada nesse trabalho no que se refere aos estudos do homem cordial e um consequente predomínio das vontades particulares, ou seja, a apropriação do público pelo privado que constam na sua obra de referência intitulada *Raízes do Brasil*. As análises de cunho social e a passagem do campo para a cidade, que trás consigo a formação familiar rural, e a consequente preferência pelos laços afetivos no qual o privado sempre precederá o público.

Não menos importante é o trabalho de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro* que tomamos como referência para o trabalho aqui apresentado o fenômeno do patrimonialismo. Referência nos estudos da formação da identidade política brasileira Faoro busca na estrutura do poder patrimonialista, herdado do império português, as explicações para as mazelas do Estado e da Nação. Nesse sentido, entende-se patrimonialismo, enquanto uma prática social que não efetua a fundamental diferença entre a esfera pública e a privada na vida política e como forma de poder. Diante disso o clientelismo é entendido como a apropriação do público nas relações de trocas assimétricas configurando uma relação de poder desigual.

No que se refere a Teoria da Cultura Política tem nos estudos de Almond e Verba em *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy In Five Nations,* publicado nos anos 60, uma análise culturalista, liberal e conservadora e de enfoque individual. Posteriormente Almond retoma a questão a partir da ênfase sobre o político, a realidade política e sua influência na construção da cultura política de determinado contexto estendendo sua abordagem para além do culturalismo, cujas análises se pautaram em um conjunto de valores e opiniões dos membros de uma sociedade em relação à política.

Percebemos a mudança dos estudos de análise do individual para o coletivo, em Almond, de que também trata Ângela de Castro Gomes em sua obra "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". Ela define o conceito de cultura política como "(...) um sistema de representações, complexo e heterogêneo" [33] pautado no comportamento de coexistência entre o individual e o coletivo permitindo sua compreensão em um período determinado. Ângela de Castro Gomes destaca, também, que a construção de uma cultura política em uma determinada sociedade empreende tempo.

Serge Berstein a cerca de seus estudos sobre Cultura Política contida em "In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). "*Para uma História Cultural"* também ressalta a cultura política como fenômeno tanto coletivo quanto individual, e que é de extremo interesse para o historiador uma vez que abrange o fenômeno da coletividade que "(...) permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura" [34]. Para o autor a cultura política ocupa um lugar particular e é de fundamental importância, principalmente, para a história cultural, pois possibilita:

> (...) compreender as motivações de actos dos homens num momento da sua história, por preferência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade.[35]

[33] GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil*: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (org). Culturas políticas- ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005, p.31.
[34] BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política.* In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.362.
[35] BERSTEIN. Op.cit. 263.

Portanto faz-se necessário o estudo profundo de cultura política para o entendimento do estudo aqui proposto uma vez que pautamo-nos nas ações, modos de representação, construção do imaginário, formas de percepção do real em um período específico, o período pós-regime militar, ou seja, um período de nova formação, desenvolvimento e mudanças na configuração partidária e social brasileira.

O conceito de clientelismo aqui entendido se configura por relações de trocas assimétricas, no qual essas trocas são caracterizadas por trocas políticas. Ou seja, as relações clientelísticas estabelecem interações entre atores de poder e status desiguais e por fundamentar-se no princípio da reciprocidade. Assim o clientelismo pode ser entendido como um fenômeno político que "(...) caracteriza-se pela ampliação da autoridade exercida por quem está no poder e como uma forma de controle mútuo entre autoridades". (BAHIA, 2003, p.219).

As desigualdades nas relações de trocas é algo presente nessas interações e são importantes para podermos entender as relações clientelísticas no âmbito da organização social, uma vez que a assimetria de poder inerente nessas trocas se configura como fator "endógeno" da troca política (D'ÁVILLA FILHO, 2003, p.151). Podemos destacar que essas desigualdades será uma característica marcante ao longo da história. Para Edson Nunes[36] o clientelismo tem suas raízes no meio rural demandando as relações entre *patrons*[37] e camponeses que tem uma situação de subordinação por não serem detentores de terras. Para o autor essa relação também se estabelece de forma assimétrica que desempenharia um "papel-chave" na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes.

No entanto, devemos nos atentar que o clientelismo se configura, também, como formas de relações simbólicas de poder. Ângela Vieira Neves destaca bem essa importância ao apontar que o clientelismo perpassa as simples trocas econômicas ultrapassando o beneficio em bens materiais, assim "O clientelismo vai além dessa relação e não pode ser entendido apenas como troca por bens econômicos e materiais, uma vez que deve ser analisado também como troca simbólica, uma ajuda, um apoio e poder de influência". (NEVES, 2006, p. 69) Muito além do pautado em relações desiguais entre duas partes e restrito ao campo econômico, o clientelismo resulta de um campo simbólico, manutenção de poder e da ordem, que se atrela às formas de relações sociais, dessa forma, temos algumas formas de clientelismo pautadas no pedido pessoal ou nas amizades que acabam por caracterizar o "jeitinho" brasileiro.

Para a análise contemporânea trazemos o conceito de "Presidencialismo de Coalizão" elaborado por Sergio Henrique Hudson de Abranches[38] no qual é aplicado em regimes presidencialistas multipartidários. Abranches coloca que o Poder Executivo pode ser partilhado com o presidencialismo e que coalizões interpartidárias não são raras sob regimes presidencialistas. Dessa forma Abranches entende que em um sistema com diversas contradições tais como o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional que representaria um entrave a governabilidade tem sua "saída" nas formações de maiorias no Legislativo pelo Executivo, ou seja, seria a formação de coalizões que permitiria ao Executivo um mínimo de governabilidade.

Com isso podemos traçar a importância da pesquisa no que tange a compreensão de vários elementos históricos a fim de entendermos como uma Cultura Política do clientelismo, e hipoteticamente de transgressão se perpetua ao longo da história e sofre novos arranjos pós-1988.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho aqui apresentado se norteia por duas vertentes: as análises bibliográficas e as análises documentais.

É importante ressaltar que antes que seja feito qualquer levantamento documental a pesquisa se iniciará e também se amparará em um levantamento bibliográfico, leituras e análise de textos bem como de artigos referentes ao tema abordado. Esse levantamento tem o caráter de dar embasamento teórico norteando o tema proposto. Valer-me-ei do uso da linha metodológica da Cultura Política para melhor entender conceitos como ideologia, patrimonialismo, poder, entre outros. Norteado pelas proposições da história política renovada acompanhada do cultural e das representações sociais, que propomos direcionar a pesquisa.

[36] NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*: clientelismo e insulamento burocrático. 3 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003.
[37] Nunes destaca que o termo *patrons* é equivalente ao termo brasileiro coronel.
[38] ABRANCHES, Sergio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1. 1988.

As análises documentais, por sua vez, se voltam aos artigos de revistas e notícias de jornais, além de documentos oficiais da justiça eleitoral disponíveis em web sites. Dados e estatísticas de cunho social também se tornam muito útil.

Dessa forma, empreende-se a pesquisa não como dados factuais, mas toma-se uma visão nesses documentos que possam nos mostrar vínculos com uma possível cultura política da transgressão vinculando-se com o fenômeno do clientelismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ponto principal de nossa análise se localiza neste momento, o período de reestruturação do Estado, pluripartidarismo e Estado de Direito. Em um primeiro momento podemos constatar que as mudanças não atingem o âmago das representações sociais. Apesar das diversas mudanças isso não significou uma ruptura completa com as formas de representação, memória, imaginário e heranças culturais de cunho clientelístico, possibilitando uma nova configuração dessas ações de dominação social, até mesmo porque não veremos uma ruptura com a elite dirigente do país. Segundo José Murilo de Carvalho:

> A nova democracia pós-ditadura tem tido papel ambíguo no que se refere a transgressão. Se, de um lado, a imprensa livre tem sido fator importante na denúncia de bandalheiras, de outro, a expansão final dos direitos políticos abriu campo para grande diversificação da composição de elite política, nem sempre para o bem da moral pública. A maioria dos novos políticos foi formada durante a ditadura, escola pouco recomendável de respeito à lei. Esses políticos não passaram por nenhuma escola de civismo. E são eles que compõem hoje o baixo clero do Congresso, disposto a qualquer acordo, para quem a política não passa de negócio. [39]

Dessa forma o Estado democrático e burocrático teve em sua essência a condução de agentes impregnados de uma cultura política de transgressão fazendo dessas mudanças algo propício para a manutenção da ordem, como coloca Bresser:

> Em síntese, o retrocesso burocrático ocorrido no país entre 1985 e 1989 foi uma reação ao clientelismo que dominou o país naqueles anos, mas também foi uma afirmação de privilégios corporativistas e patrimonialistas incompatíveis com o *ethos* burocrático.[40]

Ou seja, Bresser ressalta que a burocracia acaba por propiciar e muitas vezes até incentivar a tomada do público pelo privado. E de nenhuma forma um regime político pautado na participação e democratização estabelece um meio para o fim das relações clientelistas, muito pelo contrário segundo Paulo D'Ávilla Filho:

> A democratização, o aumento da competição política, a aproximação com sistemas políticos poliárquicos, a modernização, a universalização do voto, o aumento da participação e a organização da sociedade civil não contraditam ou excluem formas de clientelismo político, mas criam novas possibilidades de arranjos clientelistas.[41]

Quando poderíamos pensar que a maior participação política da sociedade em um período democrático acabaria por suprimir ou ao menos inibir as práticas clientelísticas acabou-se por gerar novas formas de beneficiamento mútuo. Esses novos arranjos se dão mediante as novas estruturas e relações na pós-ditadura, assim poderíamos pensar que as disputas políticas, associação entre governo e partidos, o controle do Estado traz em voga

[39]CARVALHO, José Murilo de. "Quem transgride o que?" In: *Cultura das transgressões no Brasil: lições de história.* coordenação Fernando Henrique Cardoso, Marcilio Marques Moreira; colaboradores André Franco Montoro Filho... [et. al]. São Paulo, 2 ed. Saraiva, 2008. p. 78-79

[40]BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. "Do Estado Patrimonial ao Gerencial." In*: Brasil: Um Século de Transformações*. PINHEIRO, Wilheim e Sachs (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 243

[41] D'ÁVILLA FILHO, Paulo. *Democracia clientelismo e cidadania. A experiência do orçamento participativo no modelo de Gestão Pública da Cidade de Porto Alegre.* Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.p. 187.

a disputa pelo poder no qual aumenta substancialmente a extensão possível do clientelismo, "no mundo competitivo das democracias partidárias a disputa por cliente torna-se ainda maior" (D'ÁVILLA FILHO, 2003, p. 152). A assimetria, hierarquia e a privatização do público são traços característicos e marcantes de uma ordem social que terá em seu seio as trocas clientelistas, para tanto o que presenciamos é uma nova forma de clientelismo, uma nova forma de organização do clientelismo diferente, entretanto, do chamado clientelismo tradicional, aquele característicos dos estudos de Graham do século XIX, esse novo clientelismo o institucional se estabelece entre o Executivo e o Legislativo.

O novo cenário político institucional inaugurado após a Constituição de 1988 trouxe um quadro presidencial de impossibilidade de governança. Diferentemente de outros modelos políticos que oferece ao Executivo maioria no Legislativo e, consequentemente, maior liberdade de administração, no Brasil temos um quadro de pluripartidarismo associado ao presidencialismo e a representação proporcional.

> A dinâmica macropolítica brasileira tem se caracterizado, historicamente, pela coexistência, nem sempre pacífica, de elementos institucionais que, em conjunto, produzem certos efeitos recorrentes e, não raro, desestabilizadores. Constituem o que se poderia classificar, com acerto, as bases de nossa tradição republicana: o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional.[42]

Esse cenário coloca ao Executivo dificuldades na governabilidade, principalmente no que tange a aprovação de sua agenda de governo, por isso temos para usar o termo de Abranches no Brasil o chamado "Presidencialismo de Coalizão" no qual coloca o Executivo em posição de formar maioria no Congresso, através de alianças, para ter um mínimo de governabilidade. A formação dessas alianças acaba por favorecer um quadro de barganhas políticas institucionalizadas. A fim de ver seus projetos aprovados o Executivo cede aos interesses particulares do Legislativo levando a cabo relações de clientelismo.

> O Poder Legislativo quase nunca toma iniciativa de propor leis importantes. Embora o Congresso concorde com muitas propostas do Executivo, a aprovação final custa caro em benefícios clientelistas, patronagem e concessões substantivas a interesses privilegiados, não raro insignificantes.[43]

Após a Constituinte de 1988 fica claro que o Executivo passou a ter maior poder de decisão passando a ter poderes de legislar sob força de lei (medida provisória), iniciar emendas constitucionais e até impor restrições as emendas orçamentárias do congresso[44] se comprado ao período democrático de 1946 a 1964. No entanto o Executivo ainda fica dependente de uma boa relação com o Legislativo e a formação de maiorias para aprovação de seus projetos. O diagnóstico que se estabelece é que a combinação de presidencialismo e pluripartidarismo ocasiona um conflito entre os dois Poderes aqui citado e consequentemente uma paralisia decisória.[45] Assim segundo Ames:

> Um sistema eleitoral descentralizado, que tem por base a pessoa do candidato; a presença de grupos de interesse funcionalmente especializados; de partidos políticos numerosos, pouco organizados, autônomos e internamente fragmentados; e de comissões parlamentares correspondentes à estrutura dos órgãos administrativo do Estado. Todas essas características são encontradas no Brasil e, de fato, o Congresso brasileiro é mesmo muito ativo. Mas essa atividade se volta com demasiada frequência para protelar a legislação até que o Executivo atenda aos pedidos particularistas de pequenos grupos de deputados.[46]

---

[42] ABRANCHES, Sergio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1. 1988. p. 10.
[43] Ames, Barry. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 179.
[44] Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo de coalizão. In: Soares, G. & Rennó, L. Reforma Política: Lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.253
[45] Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo de coalizão. In: Soares, G. & Rennó, L. Reforma Política: Lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 275
[46] Ames, Barry. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 180.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas adaptações e aparente legalidade nós vem a tona um esclarecimento importante: o clientelismo acaba, diante do que foi discutido, sendo fruto de uma construção histórica, não há como negar que ele se apresenta em diversas épocas e que ao longo de toda a história brasileira sempre houve mecanismos de transgressões das leis, vários estudos nos propõe essa visão é o caso do patrimonialismo, coronelismo, mandonismo, clientelismo, dentre outros. Se por outro lado os mecanismos de controle das transgressões no Brasil sempre deixaram a desejar é bem verdade que na última década os mecanismos de *accountability* e leis como da ficha limpa, improbidade fiscal e de transparência vem ao encontro desses atos e acabam por reforçar uma preocupação ao combate dessas transgressões. Por outro lado é certo que diferente de crimes como o de corrupção ou peculato que aos nossos olhos se apresenta mais concreto, com mecanismos de controles objetivos, o clientelismo nos traz, de certa forma, uma dificuldade de monitoramento uma vez que temos, dentro dele, as práticas corriqueiras que muitas vezes não são vistas como transgressão, é o caso do "jeitinho" brasileiro que está no dia a dia nas pequenas práticas que muitas vezes acaba sendo visto como natural uma troca de favores o que nos faz pensar que isso é intrínseco ou parte integrante de uma cultura nacional, algo construído historicamente.

Definitivamente fica claro como o processo histórico nos mostra a manutenção e muitas vezes a adaptação de formas de relações desiguais com fins de beneficio mútuo. Mas não devemos colocá-lo como parte de uma cultura simplesmente. Através dessas constatações nos resta levantar análises e hipóteses para criarmos mecanismos de controles rígidos, com efetiva participação popular, dessas formas de transgressão.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio Henrique. *Presidencialismo de coalizão:* o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1. 1988.

ALMOND, G; VERBA, S. “La Cultura Política”. In: *Diez textos básicos de ciencia política.* BATLLE, A. (org.) 3 ed. Barcelona; Ariel, 2007.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Ames, Barry. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BAHIA, Luiz H.N. *O Poder do Clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política.” In: *Para uma História Cultural*. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. “Do Estado Patrimonial ao Gerencial”. In: *Brasil: Um Século de Transformações*. Pinheiro, Wilheim e Sachs (orgs.), S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001

BIASON, Rita. “A Corrupção como fator de desigualdade na política brasileira.” *Ciências Sociais em Perspectiva* (8) 15 : p. 131 – 143. 2º sem. 2009.

BOBBIO, Norberto*. Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

_____. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.* São Paulo: Unesp, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil.* 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual." In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

_____. "Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Belo Horizonte, UFMG, 1966, nº 20.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em 27 abr. 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 27 abr. 2015.

D'ÁVILLA FILHO, Paulo. *Democracia clientelismo e cidadania. A experiência do orçamento participativo no modelo de Gestão Pública da Cidade de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *O Clientelismo como Gramática Política Universal.* PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.* 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. 2 v.

Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando. *Poder de agenda na democracia brasileira:* desempenho do governo no presidencialismo de coalizão. In: Soares, G. & Rennó, L. Reforma Política: Lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: *Culturas políticas- ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (org). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

NEVES, Ângela Vieira. *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular a experiência do orçamento participativo na cidade de Barra Mansa.* Tese (doutorado em ciências sociais) IFCH Unicamp,Campinas,2006.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático.* Brasília: Zahar Editora, 1997.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Ranking IDHM Unidades da Federação 2010.* Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>. Acesso em: 28/09/2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Evolução Política do Brasil e outros Estudos.* São Paulo: Brasiliense, 1972.

Portal Transparência. *Programa Bolsa Família do Governo Federal – Distribuição por UF.* Disponível em: < http://www.portaltransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>. Acesso em: 28/09/2014.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996;

INDÚSTRIA E REGIÃO: O COMPORTAMENTO DO COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES E DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Industry and region: the behavior of the participation coefficient of mesoregions and Administration of São Paulo state.

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca.
Doutor em Serviço Social pela Unesp/FHDSS Campus de Franca, Professor do Depto de Economia e do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG/DR) do Uni-FACEF
hb@facef.br

POUSA, Jonatan
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF, MBA em Controladoria e finanças, Graduado em Ciências Contábeis.
pousa.jonatan@gmail.com

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF, Especialista em Gestão Financeira e Controladoria, Graduado em Comércio Exterior e Professor na Facig
leo.hca@gmail.com.

Resumo

O objetivo do artigo foi verificar o que ocorreu num dado intervalo de tempo, com a relação entre o PIB e a população, como também, na indústria de transformação, entre o Valor Adicionado Bruto e o emprego, através do Coeficiente de Participação (CP) nas escalas territoriais das mesorregiões e das Regiões Administrativas do estado de São Paulo. A pesquisa procurou destacar a influência exercida pela estrutura industrial, notadamente sua configuração por intensidade tecnológica, na composição do valor adicionado industrial. Do mesmo modo, através da equação de preços proposta por Sraffa, a pesquisa demonstra porque as regiões são tão diferentes e desiguais entre si. A metodologia empregada baseou-se na pesquisa bibliográfica, que serviu de base, para abordar fundamentos teóricos pertinentes à composição do Valor Adicionado, da divisão da economia em três departamentos e, de evidências empíricas mais recentes sobre a situação da indústria no país. Da mesma forma, através da contribuição de renomados autores, foi elaborada um breve retrospectiva da evolução da indústria no estado de São Paulo. Em seguida, examinou-se através de uma pesquisa quantitativa, o comportamento do Coeficiente de Participação do PIB e do Valor Adicionado da indústria de transformação das escalas territoriais mencionadas anteriormente. O resultado da pesquisa revela que a população e os fluxos migratórios afetam o Coeficiente de Participação do PIB, assim como os empregos influenciam o Coeficiente de Participação na indústria das mesorregiões e das Regiões Administrativas.

Palavras-chave: mesorregiões, Regiões Administrativas, PIB, Valor Adicionado, indústria e Coeficiente de Participação.

Abstract

The aim of this paper was to investigate what happened in a given time, the relationship between GDP and population, but also in manufacturing, between Gross Added Value and employment through participation coefficient (CP) the territorial scale of meso and administrative regions of São Paulo. The research sought to highlight the influence of the industrial structure, notably its configuration by technological intensity, the composition of the industrial added value. Similarly, through the equation proposed by Sraffa's prices, because the search regions are shown as different and unequal to each other. The methodology was based on the literature, which formed the basis for addressing theoretical foundations relevant to the composition of Value Added, the division of the economy into three departments and, more recent empirical evidence on the state of industry in the country. Similarly, through the contribution of renowned authors, it was prepared a brief retrospective of the evolution of the industry in the state of São Paulo. Then, it was examined through a quantitative survey, GDP Participation coefficient of behavior and value

added of the manufacturing industry of territorial scales mentioned above. The research result shows that population and migration flows affect GDP Participation coefficient, as well as jobs influence the coefficient of participation in the industry of mesoregions and Administrative Regions.

Keywords: mesoregions, Administrative Regions, GDP, value added, industry and participation coefficient.

Introdução

Entre tantas outras questões possíveis de serem investigadas no campo teórico da economia, uma que desperta curiosidade, é de fato o fenômeno das desigualdades regionais. Assim, aguça o espírito investigativo, entender porque a população e a atividade produtiva não se encontram distribuídas de forma mais equilibrada pelo espaço geográfico.

Os fluxos migratórios combinados com a movimentação do capital no espaço, do mesmo modo que beneficiam a expansão de determinadas localidades e/ou regiões, acabam, por sua vez, prejudicando a de outras.

Considerando o fato de que o espaço é o palco das ações humanas, seria correto pensar que no curso do seu processo de desenvolvimento, o mesmo estaria sujeito a transformações que variam de intensidade e de velocidade. Assim, algumas localidades crescem e se desenvolvem mais intensa e rapidamente, outras, menos rápida e intensamente, enquanto outras localidades, podem permanecer estagnadas. Além dos fatores de formação histórica, da existência de vantagens locacionais, das economias de aglomeração, bem como, dos investimentos públicos e, das decisões provenientes do planejamento regional, outra ordem de fatores pode explicar porque determinadas áreas são mais desenvolvidas que outras.

Abordagens mais recentes atribuem às causas da desigualdade regional a problemas provenientes das diferenças da disponibilidade de recursos, de capital humano, institucionais, entre outras.

Neste trabalho, não é nosso propósito investigar o problema da desigualdade regional, muito menos, as suas causas. Nossa intenção foi verificar o que ocorreu em dado intervalo de tempo nas escalas territoriais das mesorregiões e das Regiões Administrativas do estado de São Paulo, a razão entre PIB e população e, entre o valor Adicionado Bruto e os empregos, através do Coeficiente de Participação. Considerando o fato de que a população e a atividade econômica, notadamente a indústria, não se encontram distribuídas de forma mais equilibrada no espaço, a razão entre o PIB e a população e, por conseguinte, o próprio Cp, acaba sendo fortemente influenciado pela densidade demográfica, ou ainda, quanto maior for a participação do PIB e menor for a participação da população – de determinada escala territorial em relação ao total – maior será o Coeficiente de Participação.

Em relação ao Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação, a sua ordem de grandeza é determinada pela estrutura industrial e pela composição dos preços. Por sua vez, a razão entre o Valor Adicionado Bruto e o total de empregos na indústria, logo, o Coeficiente de Participação, acaba sendo influenciado pelo estoque de empregos, ou seja, quanto maior for a participação da VAB e menor for a participação dos empregos – de determinada escala territorial em relação ao total – maior será o Coeficiente de Participação.

O artigo está subdividido em cinco seções. Na primeira seção, além de fundamentos teóricos e de diferentes classificações da indústria, apresentamos algumas evidências empíricas mais recentes sobre o desempenho da economia brasileira e da indústria de transformação. Na seção seguinte, examinamos a indústria de transformação do estado de São Paulo a partir de um viés mais histórico, como também, foram abordados alguns aspectos pertinentes à demografia e , à estrutura da indústria de transformação segundo o Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado das suas Regiões Administrativas.

Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, notadamente e método de cálculo do Coeficiente de Participação. Logo então, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa, para na última seção tecermos nossas considerações finais.

1. Indústria: fundamentos teóricos e evidências empíricas.

No processo de produção material que garante a sua existência, o homem se apropria dos elementos fornecidos pela natureza (objeto) e, através do processo de produção transforma o objeto em produto. Neste mesmo processo, no sistema econômico capitalista, uma parcela do produto é destinada à satisfação de suas necessidades

básicas que corresponde ao consumo, enquanto uma outra parte do produto é destinada à acumulação, isto é, será poupada de maneira a garantir o consumo no futuro.

De acordo com o pensamento marxista, o processo de produção resulta da combinação dos seguintes elementos:

> a) O objeto que será transformado. Pode ser:
> - a matéria bruta, se provém diretamente da natureza;
> - a matéria-prima, se já sofreu alguma modificação através de um processo de trabalho.
>
> b) Os instrumentos utilizados na transformação do objeto:
> os meios de trabalho em sentido estrito, que são as coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (matéria bruta ou matéria-prima); máquinas, ferramentas, equipamentos[47].
> - os meios de trabalho em sentido amplo, que compreendem todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis para a sua realização (terra, fábrica, estradas, etc). (FIORAVANTE, 1978, p. 36).

Desta maneira, no capitalismo moderno, é no ambiente fabril, ou seja, é na fábrica individualmente e, no coletivo, na indústria, que o objeto, por meio do emprego de vários instrumentos, é transformado em produto.

Na literatura econômica o produto recebe a denominação de bens, que é tudo que possui uma utilidade e, que pode satisfazer determinadas necessidades. Por sua vez, os bens são classificados em: a) bens de consumo, que ainda são desmembrados em três categorias que são os bens de consumo não-duráveis, semi-duráveis e duráveis; b) bens de capital ou bens de produção que são representados pelas máquinas, equipamentos, instalações; e c) os denominados bens intermediários que são os insumos utilizados no processo de fabricação, tais como, as matérias brutas; matériais semi-elaborados, materiais de consumo, etc.

A partir desta mesma classificação dos bens, podemos estabelecer uma outra classificação que corresponde aos tipos de indústrias que produzem aqueles mesmos bens.

Numa primeira aproximação, adotamos o esquema da divisão da economia em departamentos proposto por Kalecki (1990).

I	II	III	Total
P1	P2	P3	P
W1	W2	W3	W
I	Cc	Cw	Y

Fonte: Kalecki (1990)

Ao Departamento I caberia - diferentemente da interpretação de Kalecki - a produção de todos os bens de produção, ou bens de capital incluindo os bens intermediários que não são utilizados para consumo. O produto total deste mesmo departamento resulta da soma do total de lucros P1 mais o total de salários W1 que é igual a I.

Já o Departamento II, responde pela produção dos bens de consumo dos capitalistas e, o produto total Cc equivale a soma dos lucros totais P2 mais os salários W2.

Finalmente, o Departamento III estaria encarregado de produzir os bens de consumo para os trabalhadores, ou bens de salários, conquanto o produto total Cw, origina-se da soma do total de lucros P3 e do total de salários W3. A soma do produto dos três departamentos equivale ao total de lucros brutos P, ao total de salários W e Y que é a renda nacional bruta.

Outra divisão da indústria apresenta por Negri (1996) classifica três grupos de indústrias segundo a categoria predominante dos bens que fábrica.

[47] Os termos grifados foram acrescentados pelos autores.

Grupos e ramos de indústrias.
Grupo 1 - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não-Duráveis: produtos alimentícios; textil;vestuário;calçados e artefatos de tecidos; produtos farmacêuticos e veterinário; fumo; perfumaria, sabões e velas; editorial e gráfico; mobiliário e bebidas.
Grupo 2- Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários: minerais não-metálicos; química; metalurgia; papel e papelão; borracha; couros; peles e similares e madeira.
Grupo 3 - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duráveis: mecânica; material de transportes; material elétrico; máquinas e equipamentos*; equipamentos eletrônicos * e diversos.
Fonte: Negri (1996,p.81) * acrescentado pelos autores.

Mais recentemente, a indústria passou a ser também classificada e agrupada segundo o critério de intensidade tecnológica elaborado por Hatzichronoglou para a OCDE. (IEDI, 2005). A partir daí, a indústria de transformação brasileira, estaria agrupada de acordo com a toxonomia elaborada pelo IEDI da seguinte forma:

Alta Intensidade Tecnológica: refino de Petróleo; máquinas e equipamentos;
maq. p/ escritórios e equip. de informática; maquinas, aparelhos e mater. elétricos; apar. e equip. de telefonia, radiotelefonia e de transmissores de TV e rádio; apar. receptores de rádio e TV e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo; equip. de instrumentação médico-hosp. instr. de precisão e ópticos, equip. automação ind., cronômetros e relógios; automóveis, caminhonetas e utilitários; cabines, corrocerias e reboques; recond. ou recuperação de motores p/ veíc. automotores e outros equip. de transporte.
MÉDIA ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA:
prod. de fumo; celulose e outras pastas p/ fabr. de papel; prod. químicos; mater. eletrônico básico; peças e acessórios p/ veículos automotores e prod. diversos.
MÉDIA BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA:
prep. de couros e fabr. de artef. de couro, artigos de viagem e calçados; fabr. de papel, papelão liso, cartolina e cartão; fabr. de embalagens de papel, papelão, cartolina e cartão; fabr. de artigos de borracha e plástico; fabr. de produtos de minerais não-metálicos; metalurgia básica e fabr. de prod. de metal - exclusive máquinas e equipamentos.
BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA:
ind. extrativas; fabr. de prod. alimentícios e bebidas; fabr. de prod. têxteis; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabr. de produtos de madeira; edição, impressão e reprodução de gravações; coquerias; produção de álcool e fabr. de artigos do mobiliário.
Fonte: IEDI (2005).

Além desta classificação da indústria por intensidade tecnológica, , Nassif (2006) apresenta uma outra configuração proposta por Lall (2006) em que a indústria é agrupada por setores com tecnologia: a) baseada em recursos naturais; b) intensiva em trabalho; c) intensiva em escala; d) diferenciada; e e) baseada em ciência. (NASSIF, 2006, p. 28).

Na economia, a medição da atividade de produção é expressa ou convertida numa unidade padrão que é o preço. Logo, o preço é a unidade de medida do valor da atividade humana de produção.

De acordo com a Contabilidade Nacional, o Produto Interno Bruto - que pode ser medido a preços constantes ou a preços correntes - é examinado por diferentes ângulos, ou sob a ótica da produção, do consumo ou da demanda agregada, como também pela ótica da remuneração dos fatores.

Em relação ao produto da indústria de transformação, o mesmo pode ser mensurado segundo o valor bruto da produção (VBP); o valor adicionado fiscal (VAF); o valor da transformação industrial (VTI); ou ainda pelo valor adicionado (VA).

Considerando que o nosso estudo aborda a indústria de transformação, notadamente tendo como uma de suas variáveis o valor adicionado, de acordo com Ferreira.

> (...) para um dado ramo industrial o seu valor adicionado, que pode ser medido como valor da produção menos os custos de matérias-primas por um lado, ao passo que por outro pode ser visto como a soma de salários, lucros brutos e custos indiretos, ou seja:
> Y= P-M=W+ Ci+L
> sendo:
> Y= valor adicionado;
> P= valor de produção;
> M= custos das matérias-primas;
> W= folha de salários;
> L= lucro bruto;
> Ci= custos indiretos de produção.
> (...) segue-se que:
> Ci+L=P - (W+M) (Ferreira, 1996, p.60).

Simplificando, de acordo com o IBGE, o valor adicionado corresponde à diferença entre o valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário, ou seja:

VA= UBP - CI

Todavia, convém lembrar, ainda que superficialmente, que o valor da produção corresponde ao produto obtido pelo preço e a quantidade produzida, ou seja,

VB= p.q

sendo p o preço unitário médio e q a quantidade produzida.

No entanto, o preço corresponde à soma de todos os custos (diretos e indiretos) mais o lucro antes da depreciação, isto é:

P= Cd+Ci+L

De outra forma, podemos admitir que como os diferentes ramos da indústria de transformação comportam a mesma equação de preços, porém com valores diferenciados, é cabível tomarmos emprestada a equação de preços de Sraffa adotada por Ablas (1985).

> O sistema de equações proposto por Sraffa, com a finalidade de definir, simultaneamente, o conjunto de preços, os salários e a taxa de lucro, possui características tais que o torna perfeitamente aplicável na compreensão dos fenômenos anteriormente descritos. A presença nas equações sraffianas de uma relação entre os preços e o nível salarial pode ser vista a partir da equação geral apresentada abaixo:
> Pj= Pi Ai (1+r) + Wj Lj
> onde:
> Pj= preço do produto j;
> Pi= preços dos produtos i (insumos de j);
> Ai e Lj= são a quantidade de i e de trabalho que entram na produção de j;
> Wj= salários no setor j;
> r = taxa de lucros global da economia (ABLAS, 1985, p.41).

É oportuno assinalar que como o PIB é uma das variáveis empregadas para o cálculo dos Coeficientes de Participação, convém observar que o Produto Interno Bruto resulta da quantidade de bens e serviços produzidos num determinado período de tempo a preços de mercado.

Sendo assim, em termos setoriais o PIB resulta da soma de todos os bens e serviços produzidos pelos diferentes setores da atividade econômica. Resumidamente, podemos expressa-lo como sendo:

PIB= Σ Ps1 + Ps2 + Ps3

ou seja, o Produto total da economia, corresponde ao somatório dos bens produzidos pelo Setor 1 (agropecuária e extrativa), pelo Setor 2 (indústria de transformação e construção cível) e, pelo Setor 3 (comércio em geral e serviços, inclusive administração pública).

Do ponto de vista regional, podemos decompo-lo da seguinte forma:

PIB= Ps1ra+ Ps2ra+ Ps3ra+ Ps1rb+ Ps2rb+ Ps3rb+ …… Ps1rn+ Ps2rn+ Ps3rn

ou seja, o PIB resulta do somatório da produção dos setores da atividade econômica (s1+s2+s3) nas suas diferentes regiões (ra+rb+.... rn).

Como cada região ou escala territorial (municípios, mesorregiões, microrregiões, grandes regiões, etc.), conforma uma composição setorial diferente do PIB, ou seja, uma estrutura econômica diferenciada, os diferentes valores regionais do PIB refletem: estruturas econômicas desiguais, estrutura industrial diferente, tecnologia, produtividade, regimes de concorrência, preços, salários e lucros, também diferentes.

Do mesmo modo que a atividade de produção e a população não se encontram distribuídas de forma mais equilibrada no espaço geográfico, a indústria de transformação, notadamente os seus diversos gêneros, encontra-se espraiada, tendo em vista que a sua localização basea-se em critérios distintos. Ocorre que, além da influência de fatores históricos, a localização da indústria assenta-se sob outra ordem de fatores, tais como a redução de custos provenientes de economias de aglomeração, vantagens locacionais sob as quais podem emergir indústrias especializadas, tal como demontrara Marshall (1982), proximidade de fornecedores e do mercado de consumo, entre outras.

Assim, em cada unidade territorial (município) como no agregado (microregião), diferentes tipos de indústrias podem surgir e, se desenvolver, por conta de fatores locacionais específicos. Do mesmo modo, a indústria localizada em determinada localidade pode induzir pelo efeito de encadeamento outras indústrias a ela correlatas, possibilitando desta forma, o surgimento de uma aglomeração industrial.

Desta forma, por diferentes motivos, o espraiamento da indústria de transformação poderá como ocorre no país e, no estado de São Paulo, desenhar um quadro matizado pela diversificação da estrutura industrial em certas regiões, como também pela pouca diversidade e elevada especialização em outras.

Por esta forma, em determinadas áreas a atividade industrial poderá estar mais diversificada em termos de composição tecnológica cujo mix de produção pode configurar indústrias de alta e média alta tecnologia, do mesmo que em outras áreas podem estar concentradas predominantemente, indústrias de média baixa e de baixa tecnologia.

Em determinadas localidades, produtos de maior conteúdo tecnológico, de maior valor agregado que incorporam mais tecnologia e pessoal mais qualificado e, produtividade mais alta, determinariam, segundo aquela mesma equação: preços mais elevados, salários maiores e, provávelmente taxa e lucros mais elevados. Já, em outras localidades, produtos de menor composição tecnológica seriam fabricados por indústrias mais intensivas em trabalho menos qualificado, de baixa produtividade, definindo, por sua vez, preços mais baixos, produtos de menor valor agregado, salários mais baixos e, lucros talvez menores.

Convém mencionar ainda, que os diferentes ramos da indústria inserem-se em estruturas de mercado, portanto, de concorrência, que operam, ou no oligopólio, ou na concorrência monopolística, as quais, por sua vez, enfrentam distintas barreiras à entrada com diferentes mark ups.

A partir da dicotomia proposta por Steindl, as indústrias competitivas e oligopolistas apresentam as seguintes características:

> As indústrias competitivas: 1. não existem barreiras à entrada de pequenos produtores; 2. os produtores com custos mais elevados (as firmas marginais) são firmas pequenas e apresentam uma taxa de lucro nula ou apenas ligeiramente superior a zero; 3. as firmas marginais respondem por uma parcela não-negligenciável da produção total da indústria. (...) As indústrias oligopolistas: 1. existência de significativas barreiras à entrada; 2. existência de significativos diferenciais de custos, refletindo economias de escala; 3. o fato de que os produtores com custos mais elevados (as firmas marginais) têm taxas de lucro significativamente maiores que zero e apresentam certa resistência financeira. (GUIMARÃES ; 1987, p. 34-35).

Diante do exposto, além do porte das empresas e das barreiras à entrada, as indústrias submetem-se a diferentes padrões de competição e de crescimento. Consideramos relevante destacar o porte das empresas, tendo em vista a relação que Steindl (1983) estabeleceu entre porte da empresa e valor agregado, como também entre o

tamanho da empresa e a remuneração dos trabalhadores (salários). A partir desta relação, Steindl constatou que à medida que o tamanho da empresa aumenta, tanto o valor agregado, como os salários também aumentam.

Em termos regionais, podemos inferir que, em certa medida, a amplitude do valor agregado e dos salários, estejam também associados à presença de grandes plantas industriais. Contudo, dada a ausência de grandes empresas e, por conseguinte, a predominância de plantas industriais de menor tamanho em determinadas localidades, aquela mesma relação resultaria de um valor agregado menor e de salários menores. Além disto, com base na teoria econômica, a presença predominante de pequenas empresas em certas localidades - devido a falta de escala de produção - poderá contribuir para essas empresas operarem com taxas de lucro insuficientes para promoverem a sua expansão e /ou sua modernização.

Todavia, aquela mesma dicotomia anteriormente descrita, experimenta uma nova redefinição em decorrência do padrão de competição ser alterado pelo processo de diferenciação de produto.

Sendo assim, quatro novas classes de indústrias apresentariam as seguintes características:

> 1.a *indústria competitiva*; onde existe a competição por preço mas não por diferenciação de produto; 2. a *indústria competitiva diferenciada*, na qual ambos os mecanismos de competição estão presentes; 3. a *indústria olipolista diferenciada ou o oligopólio diferenciado*, onde existe competição por diferenciação de produto mas não por preço; 4. a *indústria oligopolista pura ou o oligopólio homogêneo*, onde não ocorre nem competição por preço nem por diferenciação de produto. (GUIMARAES, 1987, p.40).

Em termos de espacialidade da indústria,as escalas territoriais - municípios, microrregiões, mesorregiões, grandes regiões e Estados - conformariam estruturas industriais que resultariam da coexistência ou não da:

a. presença de grandes plantas industriais e/ou predominância de pequenas empresas;

b. presença de indústrias de diferentes conteúdos tecnológicos e/ou predominância de um tipo apenas; e

c. combinação de indústrias que operam tanto na concorrência (indústria competitiva), como no oligopólio ou apenas indústrias predominantemente competitivas.

Como resultado final, teríamos em termos regionais, um retrato da indústria de transformação composto por diferentes índices de produtividade, diferentes valores de produção, como também, por diferentes patamares de preços de salários e, de lucros.

No entanto, a exceção daquele elenco de fatores, tanto o desempenho da indústria, como o da atividade produtiva em geral, condiciona-se a outra ordem de problemas , tal como é o caso da condução da política econômica. Entre outros propósitos, a estabilidade da economia enquanto objetivo de curto prazo, desdobra-se em outros três objetivos secundários que procuram alcançar a estabilidade do nível geral de preços, a manutenção do nível de emprego e o equílibrio de setor externo. A obtenção destes mesmos objetivos se faz através da mobilização de instrumentos de ação econômica que estão sob o controle do governo. Desta forma, através do manejo destes instrumentos - fiscal/ tributário, monetários e cambiais - o governo baliza o nível da atividade econômica, ora estimulando o crescimento da economia, ora atuando no sentido contrário.

Basta verificar que todo o esforço empreendido pelo governo para enfrentar o efeito desencadeado pela crise global em 2008, não foi suficiente para evitar que a economia brasileira registrasse acentuada contração da taxa de crescimento econômico, tanto que, de uma taxa positiva de 5,17% alcançada em 2008, com a crise, a taxa de crescimento do PIB despencou para - 0,33%.

Tabela 1: Brasil, taxa de variação real anual do PIB e da indústria de transformação: 2008 -2013.

Ano	Taxa de variação anal (%)	
	PIB	IT
2008	5,17	2,97
2009	-0,33	-8,73
2010	7,53	10,14
2011	2,73	0,13
2012	1,03	-2,43
2013	2,49	2,71

FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores
IT = Indústria de transformação

Com exceção do ano de 2010 - último ano do governo Lula- quando a indústria de transformação e o PIB cresceram a taxas mais elevadas, daí em diante, mesmo mantendo medidas de estímulo, a economia do país ingressou num período de baixo crescimento econômico, notadamente a indústria de transformação que ainda não conseguiu se recuperar.

Por seu turno, é o oportuno lembrar que até por volta de 1940, o centro dinâmico da economia brasileira era a agricultura e, que por diversas razões, os economistas do desenvolvimento advogavam a tese de que para superar a situação de atraso e de subdesenvolvimento do país, fazia-se mister romper definitivamente como o modelo de desenvolvimento até então vigente que assentava-se na atividade agro-exportadora (desenvolvimento para fora). Mesmo porque, a desenvoltura da economia brasileira era condicionada à demanda oriunda do centro do sistema econômico capitalista.

Desta forma, quando os preços dos produtos primários, (commodities agrícolas e minerais) aumentavam juntamente com a demanda, o setor exportador e, por consequência a economia do país cresciam. Todavia, nas fases recessivas, ou de contração da demanda, os preços dos produtos primários caiam mais que os preços dos industrializados, desta forma, a relação entre estes preços que se estabelecia através do comércio internacional, declinavam tendência à deteriorização dos termos de intercâmbio.

Assim, por esta e outras motivações, foi colocado em curso no país - enquanto estratégia de desenvolvimento para dentro - um processo de industrialização nos moldes da industrialização substitutiva de importações.

Tabela 2: Brasil, participação de grandes setores em porcentagem do PIB (em%) - anos diversos.

Ano	Participação no PIB (em %)		
	Agric.	Ind.Transf.	Serviços
1947	21,4	19,9	55,7
1960	18,3	26,3	51,4
1970	12,4	29,3	56,2
1980	10,8	33,7	52,7
1990	8,1	26,5	70,3
2000	5,6	17,2	66,6
2013	5,7	13,1	69,3

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores.

Enquanto a participação da agricultura no PIB declinava continuadamente, a indústria de transformação, de 1947 até 1980, em direção oposta, conquistava seguida expansão, conquanto os serviços, apesar das oscilações reteve mais de 50% de participação no produto total da economia do país.

Todavia, daí em diante, a indústria de tranformação entrou em contínua trajetória de queda, chegando em 2013, a representar 50% do percentual de participação que detinha no PIB no de 1990.

Não resta dúvida de que estes movimentos da economia, impactaram diretamente sobre a taxa de crescimento da indústria de transformação, tanto em nível setorial, como em diferentes escalas territoriais.
Mais recentemente, após o resultado negativo registrado em 2009, a indústria de transformação recuperou o folego em 2010, porém, daí em diante, voltou a experimentar alternados movimentos de expansão e de contração.

Tabela 3: Brasil, produção física industrial por grandes categorias econômicas - Abr/2008 - Abr/2015.

Ano	Grandes categorias econômicas (nº índice)					
	Bk	Bi	Bc	Bcd	Bcsd	Bcnd
2008	106,2	100,1	96,0	106,0	143,6	91,6
2009	77,1	85,4	87,2	87,5	104,2	87,4
2010	104,6	99,8	97,0	105,9	115,8	93,7
2011	104,3	98,4	94,2	97,4	112,6	97,2
2012	97,5	92,5	91,6	92,8	95,1	97,6
2013	120,1	98,8	103,0	111,8	107,0	103,9
2014	103,6	94,2	97,1	98,7	94,6	102,7
2015	78,7	91,2	86,2	81,8	86,3	87,3

Fonte: IBGE/PIM - PF, Elaboração dos autores
NOMENCLATURA: Bk - bens de capital; Bi - bens intermediários; BC - bens de consumo; Bcd - bens de consumo duráveis; Bcsd - bens de consumo semi-duráveis; Bcnd- bens de consumo não-duráveis.

Os reflexos da crise de 2008 atingiram a indústria de transformação com diferentes gradientes de intensidade no Brasil. Entre as grandes categorias econômicas pertinentes àquela mesma atividade, na comparação entre abr/2009 com abr/2008, as categorias de bens de capital e de bens de consumo semi-duráveis foram as que registraram as maiores quedas de produção, seguidas das demais categorias, porém com intensidade menor.

Em 2010, a indústria de transformação volta a crescer a taxa superior a de crescimento do PIB, impulsionando sobremaneira as indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, como ainda proporcionou apreciável expansão da produção de bens intermediários e dos bens de consumo semi-duráveis. Entre 2011 e 2012, com a retração do PIB, a indústria registrou também movimento de queda, contudo na direção contrária, a categoria de bens de consumo não duráveis esboçou ligeiro aumento.

Já em 2013, novo impulso da economia proporcionou aumento da produção em todas as categorias, porém, mais intensamento no setor de bens de capital, bens de consumo e bens de consumo semi-duráveis.

Daí em diante, a exceção da categoria de bens intermediários, todas as demais contabilizaram acentuada queda.

Em se tratando da produção regional da indústria de transformação no estado de São Paulo, a queda na produção física foi pronunciada, visto que, no mês de março de 2008, o índice de produção física atingira 102,7, conquanto no mesmo mês de 2015, reduziu-se a 89,9. Os gêneros da indústria de transformação do estado de São Paulo que no período computaram as maiores quedas, foram: fabricação de veículos automotivos;máquinas e equipamentos; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; equipamentos de informática prod. eletrônicos e ópticos; produtos alimentícios; têxteis; fabr. de artigos dos vestuário e acessórios; fabr. prod. de borracha e material plástico e metalurgia.

Outro fator que influencia o nível de atividade do setor industrial advém da demanda externa, ou seja, das exportações, cujo desempenho condiciona-se ao comportamento da taxa de câmbio, do comportamento dos preços internos, do grau de dependência externa em relação às importações de insumos industriais, bem como da própria competitividade do setor. Segundo as estatísticas do MDICE, notadamente do setor secundário, a participação (em %) dos produtos manufaturados sobre o total geral das exportações brasileiras, seguiu de 1970 até o ano de 200, contínuo curso ascendente, passando de 15,2% a representar 59,0% do total das exportações do país. Entretanto, daí em diante, sua participação reduziu-se até atingir 38,7% em 2013.

Do mesmo modo, de 2001 a 2006, a balança comercial do país (exportações - importações) acumulou crescente saldo comercial, entretanto, ainda que de forma irregular, entre 2007 a 2013, o saldo comercial declinou continuamente, ao ponto de encerrar o ano de 2014 com um déficit comercial da ordem de US$3,930 milhões.

Ainda em relação ao setor externo do país, outro indicador que retrata a desenvoltura dos diferentes gêneros do setor de transformação industrial, relaciona-se às exportações por intensidade tecnológica.

Tabela 4: Brasil, exportação dos setores industriais por intensidade tecnológica (em %) - 1996, 2006 e 2014.

Setores Industriais Intensidade Tecnológica	1996	2006	2014
AT	4,3	6,8	18,2
MAT	22,8	23,6	40,4
MBT	20,5	19,8	19,0
BT	36,0	27,9	8,3

Fonte: MDCI, Elaboração dos autores.
NOMENCLATURA: AT = alta tecnologia; MAT = média alta tecnologia; MBT= média baixa tecnologia; BT= baixa tecnologia.

O que se observa no ano de 2014 é que a participação dos setores industriais de AT e MAT em porcentagem do total das exportações de produtos industrializados, contabilizou um percentual acima do que os setores de BT e MBT detinham no ano de 1996.

Enquanto as indústrias de AT e MAT ampliaram sua participação sobre o total das exportações de industrializados, as indústrias de BT amargaram acentuada perda.

O quadro geral que desenhamos a respeito da indústria de tranformação no Brasil, embora bem suscinto, permite-nos asseverar que em termos regionais, a desenvoltura daquele mesmo grande setor de atividade econômica, quer seja na escala dos municípios, que seja na escala das meso e microrregiões condiciona-se àquela mesma ordem de argumentos.

1.1. Estado de São Paulo e a indústria de transformação.

Nesta seção procuramos ainda que suscintamente, examinar a indústria de transformação no estado de São Paulo, sobressaíndo a sua distribuição setorial e regional, como também identificar através do Coeficiente de Especialização os gêneros da indústria de maior relevância nas suas respectivas Regiões Administrativas .

Até antes da eclosão da crise global que teve como epicentro a Bolsa de Valores de New York nos EUA em 1929, a cafeicultura, ainda que constituísse o centro dinâmico da economia brasileira, não detinha exclusividade, pois, ainda que timidamente, sobretudo no estado de São Paulo, já se desenvolvia alguma atividade industrial.

Daí em diante, deu-se início no país a um processo de industrialização baseado na substituição de importações, que entre outras motivações, intencionava reduzir a vulnerabilidade externa do país, vale dizer, reverter a tendência até então prevalecente de déficit do balanço de pagamentos.

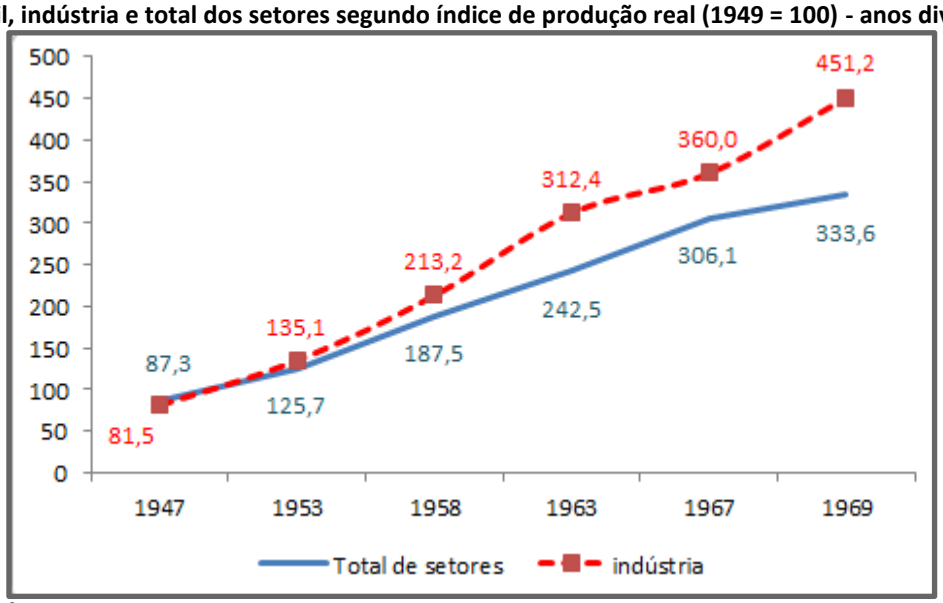
Inaugurava-se desta forma uma nova etapa na modernização da economia e, por conseguinte, do desenvolvimento econômico do país, caracterizada pelo desenvolvimento para dentro.

Por esta via, importante mudança de viés estrutural já se podia vislumbrar na composição setorial do Produto Interno Bruto do país, haja visto que a participação da agricultura reduziu-se de 30,0% (1947) para 20,5% (1968), já a indústria de 20,6% passou a representar 29,3% do produto total da economia brasileira. (Baer,1988)

Outro movimento deveras significativo na economia do país podia ser observado através da progressiva redução das importações. Como porcentagem da oferta total, as importações de bens de capital caíram de 59,0% em 1949 para 13,7% em 1966, já a de bens intermediários de 25,9% chegaram a 6,8% e, as importações de bens de consumo de 10,0% atingiram reduzidos 1,6% respectivamente. (Baer,1988)

Concomitante a estas mudanças, o rítmo de crescimento da produção industrial superava o da agricultura e de outros setores da economia do país, como também, a estrutura da indústria se modificava.

Gráfico 1: Brasil, indústria e total dos setores segundo índice de produção real (1949 = 100) - anos diversos.



Índice de produção real.
Fonte: Baer (1988) Elaboração dos autores

À medida que a produção real da indústria aumentava, ao mesmo tempo a estrutura da indústria experimentava significativa modificação.

> A natureza global da industrialização brasileira após a II Guerra Mundial tornou-se bastante clara (...). O aumento na proporção das indústrias pesadas, que já era evidente nos anos 30, tornou-se crescentemente pronunciado. É o caso principalmente na indústria metalúrgica, de material elétrico, de material de transporte e a indústria química. Houve uma queda substâncial na proporção dos setores tradicionais como têxteis e produtos alimentares. (BAER, 1988, p. 300 - 301).

Do início da II Guerra Mundial até o ano de 1969, portanto ao longo de três décadas, a estrutura da indústria de transformação do Brasil modificou-se consideravelmente.

Em 1939, a indústria de transformação conformava uma estrutura predominantemente concentrada nos setores denominadas tradicionais. Tanto é que, madeira, couros e peles, têxteis, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas e fumo, juntos representavam 65% da produção industrial no país.

Já em 1969, o segmento tradicional, ou seja, aqueles mesmos setores, tivera sua participação reduzida para 34,8%. (BAER, 1988).

Apesar de todas estas mudanças o processo de industrialização do país provocou indesejáveis efeitos de sinal negativo, tais como em relação à distribuição renda, como também em relação às disparidades regionais.

> O crescimento industrial no Brasil e em outros países nessa fase de desenvolvimento contribuiu para um aumento substancial na concentração de renda (...). As disparidades regionais no crescimento de atividades econômicas e na distribuição do produto nacional são uma característica constante na história econômica do Brasil. O processo de industrialização acentuou a concentração regional (...). Desde o início, o crescimento industrial do Brasil tem-se concentrado na região Centro-Sul, especialmente São Paulo. (BAER. 1988, p. 313-315).

De 1928 a 1960, a indústria de transformação no estado de São Paulo experimentara um aumento de cinco vezes do número de fábricas e do número de operários. De um total em 1928 de 6.923 fábricas, em 1960, chega a computar 36.349, enquanto o número de operários aumenta de 148.376 em 1928, para um total de 830.229 em 1960 (SAES & NOZOE, 2006). Em pouco mais de três décadas, a participação do PIB paulista no Produto Interno Bruto do país, de 36,37% em 1939, aumentou para 56,45% no ano de 1970.

Em relação ao produto industrial, a participação do estado de São Paulo no Valor da Transformação Industrial (VTI) revela por si mesmo o problema da concentração regional da indústria no Brasil, tendo em vista que,de 58,1% em 1966, a indústria de transformação paulista ainda detinha 56,8% do VTI total do país em 1976.

Em relação à população do estado de São Paulo, a exceção da capital, dois municípios somavam população com mais de 100.000 habitantes, enquanto entre os principais municípios do estado, treze registravam população entre mais de 40.000 e mais de 70.000 habitantes.

Tabela 5: População total dos principais municípios de São Paulo em 1920

Municípios	Mil habitantes	Municípios	Mil habitantes
Capital	593	Rio Claro	50
Campinas	115	Araraquara	48
Santos	102	Taubaté	45
Piracicaba	78	Jundiaí	44
Ribeirão Preto	68	Franca	44
Bragança Paulista	55	Sorocaba	43
São Carlos	54	Guaratinguetá	43
São J.Boa Vista	52	Jaú	42

Fonte: NEGRI (1996).

A exceção da capital paulista, de Campinas e de Santos, a população entre os principais municípios do estado de São Paulo configuravam no ano de 1920 uma distribuição bem mais equilibrada. Convém observar que o processo de industrialização arrastou intenso movimento migratório no sentido campo-cidade, razão pela qual, foi por aquele mesmo processo, iniciado pronunciado processo de urbanização no país.

Desta forma, a cidade passou a se tornar o centro dinâmico de desenvolvimento, atraindo população, expandindo a atividade econômica, ampliando a infra-estrutura urbana e econômica, além de induzir a expansão do sistema viário.

A industrialização do estado paulista caracterizou-se ainda por dois momentos distintos, no primeiro, onde a concentração da indústria aproveitava-se das economias de aglomeração, no segundo, a desconcentração industrial que resultara das deseconomias de aglomeração.

> Outra característica do desenvolvimento industrial paulista decorre de sua progressiva dispersão espacial. Embora, em seus primórdios, tivesse havido a instalação de muitos estabelecimentos no interior do Estado, atraídos pela proximidade de matéria-prima ou pela facilidade de energia hidráulica, verificou-se uma progressiva concentração da indústria nos limites da capital. (SAES & NOZOE, 2006).

Com o esgotamento dos benefícios advindos inicialmente das economias de aglomeração, o aumento do preço de terrenos e de imóveis residenciais, congestionamento de trânsito, oferta restrita de serviços públicos, aumento da violência, entre outras, as indústrias "passaram, então, a buscar outras localidades, primeiro no entorno da capital e, depois, em municípios mais distantes do interior." (SAES & NOZOE, 2006)

Apesar disto, no curso do seu processo de desenvolvimento econômico, a indústria de transformação no estado paulista engendraria modificações importantes na sua própria estrutura, bem como, na sua mesma espacialidade.

Tabela 6: Modificação da estrutura setorial da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1919 e 1970.

Grupos e ramos de indústrias selecionados	1919	1970
1 Bens de consumo não-duráveis	74,3	36,8
2 Bens intermediários	22,7	33,9
3 Bens de capital e de consumo duráveis	3,0	29,3
Total	100	100

Fonte: NEGRI, 1996, Adaptada pelos autores.
1.têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, alimentos, outros.
2.química, minerais não-metálicos, metalurgia, outros.
3.mecânica, material de transporte, material elétrica e outros.

A modificação da estrutura setorial da indústria de transformação do estado paulista, fora marcado por um acentuado movimento de migração de indústrias de baixa e média baixa tecnologia para aquelas de média alta e de alta intensidade tecnológica.

Impressionante é a vertiginosa redução das indústrias predominantemente produtoras de bens consumo não -duráveis, comparativamente à ascensão das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis na composição da estrutura da indústria de transformação do Estado de São Paulo.

Analogamente à esta modificação de caráter setorial, outra, também bem pronunciada ocorrerá na sua estrutura espacial.

> O impacto sobre o espaço econômico paulista e principalmente sobre suas cidades foi acentuado. Em primeiro lugar, pela intensa migração com destino às cidades, pela crescente urbanização do domicílio do trabalho rural e com a unificação dos mercados de trabalho do campo e da cidade. Em segundo lugar, pelas alterações nos hábitos de consumo a partir da industrialização. E ainda que estes fatos remetam-se a todo território paulista, seu maior exemplo é o vertiginoso crescimento da área da Grande São Paulo e sua consolidação como metrópole. (NEGRI, 1996,p. 116).

Por volta de 1970, deu-se início a um processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo que reduziu a participação da capital e ampliou a do interior paulista no VTI.

Tabela 7: Estado de São Paulo segundo distribuição percentual do VTI da indústria de transformação: 1970 e 1985.

Áreas	Grupos de Indústrias					
	I		II		III	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985
São Paulo	52,9	43,2	53,2	49,4	75,6	66,5
RMSP	35,3	23,3	39,2	25,3	65,5	43,5
Interior	17,6	19,9	14,1	24,1	10,1	23,0

FONTE: PACHECO (1998), Adaptada pelos autores.
I: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo duráveis;
II: indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários;
III: indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e consumo duráveis.

Entre 1970 a 1985, o processo de desconcentração da indústria de transformação do Estado de São Paulo gerou redução da participação de todos os três grupos de indústria localizadas na RMSP no valor da transformação industrial da indústria de transformação, sobretudo das indústrias produtoras de bens de capital e de

bens de consumo duráveis. Já no interior do estado, os ganhos maiores foram os das indústrias produtoras de bens intermediários, de capital e de bens de consumo duráveis.

Todas estas transformações que se sucederam na indústria paulista, engendraram, por sua vez, a expansão e a diversificação da produção agrícola.

> Para auxiliar o entendimento da dinâmica regional da indústria paulista não é demais mencionar que a indústria pesada que se implanta exigiria a expansão e transformação técnica da agricultura, que vai se modernizar e mais tarde ser alvo de política específica de incentivos às suas exportações; além disso , exigiria também a expansão e a modernização do sistema viário nacional. (NEGRI, 1996, p.112).

Nem todo o esforço no sentido de expandir e diversificar a agricultura do estado paulista foi em vão, pois a agricultura expandiu-se e modernizou-se, contudo enquanto o café e o algodão sofreram redução da área total cultivada, a cana-de-açucar e o milho aumentaram (Negri, 1996).

A intensa atividade de produção industrial somada à produção agrícola exigira volume considerável de investimento público na infra-estrutura viária.

> (...), o interior do estado de São Paulo passou a ter, além de extensa rede ferroviária, uma completa rede rodoviária ligando suas Regiões Administrativas aos estados vizinhos e à capital. Esses aspectos, aliados à agricultura de dimensão nacional, ao acelerado processo de urbanização do período 1959/70 e à resolução da oferta energética , constituem as bases para a consolidação de uma indústria interiorizada, que em 1970, respondia por quase 30% do valor de produção industrial de São Paulo e por 16% do nacional (NEGRI, 1996, p.116).

O processo de desconcentração da produção industrial da capital para o interior do estado de São Paulo, combinado com a expansão do sistema viário e da agricultura, proporcionara o surgimento de várias pólos de crescimento e de uma extensa rede urbana. Além disto, durante a década de 1970, período que ficou caracterizado de milagre econômico, quando então, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, sobretudo em razão dos pesados investimentos realizados pelo governo federal no II PND, a desconcentração da produção industrial foi menos intensa na Região Metropolitana de São Paulo do que na capital.

No interior paulista, o maior aumento em porcentagem no valor da transformação industrial em relação ao estado, foi registrado em Campinas, embora outros municípios do interior tenham também se beneficiado da desconcentração.

Tabela 8: Estado de São Paulo e distribuição do valor da transformação industrial da indústria de transformação: 1959 - 1980.

Regiões	VTI (em%)		
	1959	1970	1980
REGIÃO METROPOLITANA	73,8	74,7	62,9
Capital	54,8	48,2	34,8
Demais Municípios	20,0	26,5	28,1
INTERIOR	26,2	25,3	37,1
Litoral	4,0	2,8	3,7
Vale do Paraíba	2,0	3,3	5,5
Sorocaba	3,3	2,2	4,1
Campinas	8,9	10,6	15,8
Ribeirão Preto	3,2	3,0	4,4
Bauru	1,1	0,9	1,3
Região "Oeste"	3,7	2,5	2,3
Total do ESTADO	100,00	100,00	100,00

FONTE: NEGRI (1996), Adaptada pelos autores.

O reflexo desta mesma desconcentração industrial, vai proporcionar, ainda que de forma não tão regular, um maior balanceamento espacial da indústria de transformação entre a RMSP e o interior do estado.

Um retrato deste balanceamento pode ser melhor vislumbrado através da distribuição do VTI por grupo de indústrias no ano de 1985. As indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis representavam em porcentagem do VTI, 24,7% na RMSP e 27,5% no interior. Já as indústrias produtoras de bens intermediários detinham 37,1% do VTI na RMSP e 46,1% no interior. Em relação às indústrias mais dinâmicas produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis, a participação da RMSP no VTI do estado respondia por 38,3% enquanto a do interior ficara em torno de 26,4%. (NEGRI, 1996).

Tabela 9: Estado de São Paulo, concentração espacial da indústria de transformação, segundo o pessoal ocupado e mo VTI, por ramos - 1985.

GRUPOS E RAMOS	Pessoal Ocupado (%)			VTI (%)		
	ESTADO	RMSP	INTERIOR	ESTADO	RMSP	INTERIOR
GRUPO I	100,0	54,8	45,2	100,0	53,9	46,1
1. Mobiliário	100,0	59,7	40,3	100,0	67,6	32,4
2. Farmacêuticos e Veterinária	100,0	88,2	11,8	100,0	78,8	21,2
3. Perfumaria	100,0	84,5	15,5	100,0	76,0	24,0
4. Têxtil	100,0	48,5	51,5	100,0	54,1	45,0
5. Vestuário e Calçados	100,0	57,3	42,7	100,0	60,1	39,9
6. Alimentação	100,0	41,3	58,7	100,0	34,0	66,0
7. Bebidas	100,0	36,6	63,4	100,0	36,4	63,9
8. Fumo	100,0	77,2	22,8	100,0	93,9	6,1
9. Editorial e Gráfica	100,0	79,3	20,7	100,0	86,5	13,5
GRUPO II	100,0	64,1	35,9	100,0	51,2	48,8
1. Minerais Não Metálicos	100,0	48,2	51,8	100,0	51,5	48,5
2. Metalurgia	100,0	72,1	27,9	100,0	64,2	35,8
3. Madeira	100,0	37,9	62,1	100,0	31,7	68,3
4 Papel e Papelão	100,0	66,1	33,9	100,0	60,0	40,0
5. Borracha	100,0	75,2	24,4	100,0	69,2	30,8
6. Couros e Peles	100,0	23,9	76,1	100,0	25,4	74,6
7. Química	100,0	54,5	45,5	100,0	35,4	64,6
8. Matéria Plástica	100,0	81,7	18,3	100,0	79,3	20,7
GRUPO II	100,0	67,2	32,8	100,0	65,4	34,6
1. Mecânica	100,0	57,8	42,2	100,0	56,5	43,5
2. Material Elétrico e de Comun.	100,0	77,6	22,4	100,0	72,7	27,3
3. Material de Transporte	100,0	68,7	31,3	100,0	65,3	34,7
4. Diversos	100,0	72,2	27,8	100,0	75,6	24,4
Total	100,0	62,0	38,0	100,0	56,6	43,4

FONTE: Apud Negri (1996, p. 219).

Entre as indústrias do Grupo I e do Grupo II, o indicador de concentração espacial do VTI da indústria de transformação não espelhara diferença tão pronunciada entre a RMSP e o interior, como foi constatado no Grupo III.

Na RMSP os percentuais mais representativos de concentração do VTI na indústria de transformação encontravam-se nos ramos mobiliário, produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria; vestuário e calçados; fumo; editorial e gráfica; metalurgia; papel e papelão; borracha; matéria plástica; material elétrico e de comunicações e material de transporte. Já no interior do estado, destacavam-se as indústrias de alimentação; bebidas; madeira; couros e peles e química, muito embora, a exceção do reduzido percentual no VTI da indústria de fumo e do baixo percentual do ramo editorial e gráfica, os demais gêneros da indústria de transformação detinham percentuais bem representativos de concentração no VTI do estado. Em relação à concentração dos empregos, ou melhor, do pessoal

ocupado, confirmava-se no Grupo I maior nivelamento entre a RMSP e o interior, contudo, já nos Grupos II e III, a concentração espacial do pessoal ocupado conformara pronunciado desnível entre a RMSP e o interior do estado.

Na RMSP, os maiores percentuais de concentração dos empregos na indústria de transformação, assim como no interior, correspondiam aos mesmos ramos com percentuais mais elevados no VTI.

Concomitante ao processo de desconcentração da indústria de transformação, tanto da capital, como da RMSP, crescente movimento migratório interestadual tinha como destino entre 1970-80 em maior volume a RMSP, contudo nas décadas seguintes cresce a migração para o interior do estado.

> Ao longo das últimas décadas, o interior também vem se constituindo como espaço dessa migração, ao elevar sua participação na distribuição relativa da migração interestadual. De fato, nos anos 70, respondia por 33,9% dos destinos da migração interestadual; nos anos 80, passou para 42,7%; e, nos 90, alcançou 43,9¨% do total da migração interestadual para São Paulo. (BAENINGER, 2005, p. 90).

De 1970 até 2000, o volume migratório interestadual com destino ao estado de São Paulo, acumulou um contingente de 9.237.963 pessoas, sendo que, 60% isto é, 5.543.917 pessoas se deslocaram para a RMSP, enquanto os demais 40% correspondendo a um total de 3.694.046 pessoas, foram para o interior do estado. Outro indicador também importante pertinente aos movimentos da população relaciona-se ao fluxo migratório intra-estadual entre Metrópole e interior.

O saldo deste fluxo migratório, ou seja, o que se denomina por Trocas Migratórias resulta da diferença entre a Imigração vinda da RMSP e a emigração com destino a RMSP.

Quadro 1: Estado de São Paulo segundo cidades com maior saldo de Trocas Migratórias: 1995 - 2000.

Santos	**41.364**	**Caraguatatuba**	**8.217**
S.José dos Campos	**11.954**	**Taubaté**	**9.262**
Sorocaba	**33.195**	**Itapetininga**	**9.922**
Bragança Paulista	**16.567**	**Piracicaba**	**6.576**
Campinas	**55.964**	**Ribeirão Preto**	**6.756**
Jundiaí	**18.555**	**Bauru**	**8.241**
S.José Rio Preto	**11.790**	**Araçatuba**	**6.690**

FONTE: Baeninger (2005), Elaborado pelos autores.

Consoante ao movimento de desconcentração da indústria de transformação, intenso fluxo migratório interestadual e intra-estadual na direção do interior paulista, proporcionaria considerável aumento do tamanho das cidades do interior paulista, reforçando, por conseguinte, a importância destas mesmas cidades enquanto polos regionais.

> A Região Metropolitana de Campinas continuou a canalizar o maior volume dessa emigração (cerca de 69 mil migrantes vindos da metrópole), seguida pelas Regiões de Governo (RG) de Santos (60 mil), Sorocaba (42 mil), São José do Rio Preto (15 mil), Ribeirão Preto (11 mil), Bauru (11 mil), Araçatuba (10 mil) e Presidente Prudente (9 mil). (BAENINGER, 2005, p. 9).

A impressão que fica é que esse espraiamento da população no território paulista patrocinado pelos fluxos migratórios intra e interestadual, estaria beneficiando tão somente as cidades sedes de governo. Contudo, o que até então teria se caracterizado como uma tendência, experimenta uma nova reversão, passando assim, a incorporar os municípios menores localizados no entorno daquelas cidades.

> (...) o menor crescimento populacional das sedes regionais e o crescimento mais elevado de suas áreas no entorno onde justamente predominam os municípios pequenos. O crescimento desses entornos regionais implica um adensamento da

> rede urbana por todo o Estado. Seus efeitos podem ser verificados na reversão da tendência dos pequenos municípios antes incapazes de reter sua população.
> (...) Ao mesmo tempo, as cidades de médio e grande portes vêm apresentando uma desaceleração em seus ritmos de crescimento populacional. (BAENINGER, 2005, p. 93).

No estado de São Paulo, o movimento migratório de 1991-2000 acusou saldo anual crescente, passando de 53.352 para um total de 147.443 pessoas, contudo de 2000 para 2010 o ritmo diminuiu caindo para 47.265 pessoas. Na escala das Regiões Administrativas, entre 2000 a 2010, a RMSP, de Registro, Presidente Prudente, Marília e Barretos, contabilizaram saldo migratório anual negativo. Já entre as demais RA do estado, o saldo migratório anual diminuiu de 123.793 em 2000, para 79.473 pessoas, exceto em Ribeirão Preto que aumentou de 6.297 em 2000, para 8.730 pessoas no ano de 2010[48].

Após uma década de estagnação econômica, que foram os anos 1980, a economia brasileira inaugurava a última década do século XX, mergulhada numa conjuntura econômica de hiperinflação, tanto que medida pelo INPC, a inflação saltou de 1.149,06% em 1992, para 2.489,11% no ano de 1993. Em 1994 sofre pronunciada desaceleração ao atingir a casa dos 929,32%.

Com a implantação do Plano Real, a inflação desacelerou com tamanha intensidade, que já em 1995 atingira 21,98%. Daí em diante, de 1996 até o ano de 2001, anualizada flutuou na média em torno de 6,5% ao ano.

Todavia, as medidas de política econômica acionadas para assegurar a estabilidade do nível geral de preços, ofuscaram outros objetivos de curto prazo, como a manutenção do nível de emprego e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A taxa de crescimento econômico (PIB variação anual real) caiu continuadamente de 4,42% em 1995, para 2,15% em 1996, 3,38% em 1997, 0,04 em 1998 e 0,25% em 1999.

No vácuo da retração do PIB, a indústria de transformação também sofreu forte desaceleração, 4,93% em 1995; 0,08% em 1996; 2,49% em 1997, -4,84% em 1998 e - 1,86% em 1999.

A taxa de câmbio comercial para venda (R$/ US$) média cotada a 0,9176% em 1995 atingiu em 1998 o valor de 1,160. O reflexo da forte apreciação do real frente a moeda norte-americana foi sentido nas exportações líquidas, tendo em visto que, de 1995 até o ano 2000, o setor externo da economia brasileira acumulou défict comercial da ordem de US$24.285 milhões.

A taxa básica de juros Selic, chegou em outubro de 1998 a atingir a sua maior cotação 42,1%, contudo de dezembro de 1997 a dezembro de 2001,de 37,4% caiu para 19,0% ao ano respectivamente. A dívida total líquida do governo federal e do Banco Central aumentou de R$90,4 milhões em 1995, para R$560,8 milhões em 2002, conquanto a carga tributária em porcentagem do PIB no mesmo período cresceu de 28,4% para 32,3%.

O ajuste pró-estabilização da economia brasileira fora de tamanha magnitude para a economia em geral, sobretudo para a indústria de transformação, que esta foi induzida a promover profundo ajuste estrutural ou, intenso processo de reestruturação produtiva.

O reflexo deste mesmo ajuste promovido pela indústria de transformação, bem como, pelos demais setores de atividade econômica, foi perverso para o mercado de trabalho, tanto que a taxa total de desemprego aumentou de 6,7 em 1995, para 10,4 em 1999, conquanto nas áreas metropolitanas passou de 8,3 para 14,4 respectivamente.

Além do mais, o profundo processo de reestruturação produtiva colocado em curso, assentou-se sob os processos de fusão e/ou aquisição, de desestatização e de desnacionalização, de reengenharia e de downsizing, levando as empresas em geral, principalmente a indústria de transformação, a readequaram o tamanho das suas estruturas organizacionais e de custos.

Como a margem de manobra das empresas, notadamente da indústria, ficou mais estreita, a compressão de custos impactou sobremaneira sobre salários e mark ups. Mesmo porque, a forte apreciação do câmbio (R$/US$), ao reduzir a competitividade da indústria nacional provocou acentuada queda das exportações e, que e decorrência da redução das alíquotas de importação, promoveu pronunciado ajuste da oferta interna.

[48] Segundo as estatísticas populacionais da SEADE

Tabela 10: Regiões Administrativas do estado de São Paulo e distribuição setorial do Valor Adicionado Bruto (%): 1999 e 2012.

		Produto e Renda - Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (em %)	Produto e Renda - Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (em %)	Produto e Renda - Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (em %)
681 - Região Metropolitana de São Paulo	1999	71,46	0,05	28,49
	2012	78,80	0,06	21,15
682 - Região Administrativa de Registro	1999	69,34	8,17	22,49
	2012	69,83	16,17	14,00
683 - Região Administrativa de Santos	1999	71,33	0,12	28,54
	2012	74,18	0,21	25,61
684 - Região Administrativa de São José dos Campos	1999	54,17	0,45	45,38
	2012	58,42	0,72	40,86
685 - Região Administrativa de Sorocaba	1999	62,89	4,26	32,85
	2012	62,12	5,92	31,95
686 - Região Administrativa de Campinas	1999	63,86	2,20	33,93
	2012	67,31	1,90	30,79
687 - Região Administrativa de Ribeirão Preto	1999	72,66	4,24	23,10
	2012	73,25	4,04	22,71
688 - Região Administrativa de Bauru	1999	69,12	5,27	25,62
	2012	68,88	6,35	24,77
689 - Região Administrativa de São José do Rio Preto	1999	68,32	8,03	23,66
	2012	67,82	8,59	23,59
690 - Região Administrativa de Araçatuba	1999	56,28	5,09	38,63
	2012	61,48	9,10	29,41
691 - Região Administrativa de Presidente Prudente	1999	68,83	4,36	26,81
	2012	65,94	9,03	25,03
692 - Região Administrativa de Marília	1999	72,42	6,13	21,44
	2012	69,08	9,87	21,05
693 - Região Administrativa de Central	1999	54,13	7,72	38,15
	2012	60,27	5,76	33,97
694 - Região Administrativa de Barretos	1999	52,55	10,66	36,79
	2012	59,67	9,51	30,82
695 - Região Administrativa de Franca	1999	68,80	7,40	23,80
	2012	67,29	9,79	22,92

FONTE: SEADE, Elaboração dos autores.

Por sua vez, a imperiosa necessidade de reduzir custos de produção combinada com a guerra fiscal praticada entre as unidades federativas, estimulou considerável movimento de relocalização industrial. Desta maneira, este mesmo movimento, imprimiu o deslocamento de empresas e até de setores da indústria de transformação pelo território nacional, desmontando importantes cadeias produtivas, configurando, ainda que suavemente, uma nova espacialidade da produção.

Ademais, é oportuno acrescentar que o fenômeno de "terceirização da economia" , que ocorreu no Brasil, a partir de 1990 - caracterizado pela diminuição da participação da indústria, especialmente da indústria de transformação no PIB e, do consequente aumento dos serviços - repercutiu de forma variada na economia dos municípios, como também, nas outras escalas territoriais.

Em todas as Regiões Administrativas a participação do terciário, isto é dos serviços no valor adicionado é predominante. Muito embora a participação da agropecuária não ultrapasse 10%, sua contribuição é mais siginificativa nas RA de Registro, Barretos, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e de Franca.

Já no que diz respeito à indústria, apesar dos percentuais de participação no VA total terem registrado queda em 2012, comparativamente ao ano de 2009, sua presença é mais representativa nas RA de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Central e de Barretos. Todavia, convém observar que as variações do VA industrial e, por conseguinte, da sua participação relativa, resultem, nos anos mais recentes, das oscilações dos índices de produção física, da redução da participação da indústria de transformação no PIB e nas exportações de produtos industrializados ,como também, dos preços praticados pelos diferentes gêneros do setor de transformação.

Após exibir uma taxa de crescimento de 7,53% e de 10,14% em 2010, tanto o PIB como a indústria , ingressaram num ciclo de baixo crescimento combinado com taxas de inflação que ultrapassaram o centro da meta fixada pelo Banco Central.

Outro fator que contribuiu negativamente para que a indústria de transformação não tivesse um bom desempenho, relaciona-se ao comportamento dos custos industriais, notadamente os custos com pessoal e com a aquisição de bens intermediários importados.

Tabela 11: Brasil, indústria de transformação segundo índices de custos industriais e variação percentual: 2009 e 2014.

Índices de custos Industriais	12/2009	12/2014	Var.Perc. (%)
Custos de produção	111,00	154,90	39,55
Custos c/pessoal	130,40	195,6	50,00
Custos c/bens intermed.	106,00	145,8	37,55
Custos c/bens intermed. importados	95,40	152,5	59,85
Custos com Energia	115,30	142	23,16
Preços domésticos dos prod.manuf. no Brasil	113,30	148,4	30,98
Custos industriais	109,40	142,2	29,98
Margem de lucro	45,00	35,40*	-21,34

FONTE: CNI, Elaboração dos autores.
***em março de 2015.**

Entre o final de 2009 e de 2014, os custos da indústria de transformação no acumulado anual, retratam com fidelidade o próprio comportamento do índice de preços (INPC). Observa-se ainda que o fraco desempenho da economia brasileira traduzido pelo baixo crescimento do PIB, afetou a indústria de transformação, de maneira que a queda nos índices de produção física e, a majoração dos custos de produção, comprimiram de forma pronunciada a margem de lucro.

Diante disto, em termos regionais, o desempenho da indústria de transformação não poderia ser diferente.

METODOLOGIA

A atividade de produção assim como a população, não estão distribuídas de forma homogênea no espaço geográfico, razão pela qual, os desníveis regionais ocorrem. No caso do Brasil, Mello e Silva, Nentwig Silva e Silva (2010), concluíram que na escala das grandes regões e dos Estados da federação, os desníveis regionais não são muito altos, entretanto o mesmo não acontece na escala das mesorregiões, microregiões, como também, e principalmente, na dos municípios.

Neste estudo, nosso propósito não foi o de mensurar as desigualdades regionais em todas aquelas escalas territoriais, mas sim verificar como se comportaram os Coeficientes de Participação calculados a partir da relação entre população e PIB e da relação entre o Valor Adicionado Bruto o estoque de empregos na indústria de transformação. Os coeficientes de participação foram calculados na escala das mesorregiões e das Regiões Administrativas do estado de São Paulo. Em ambas escalas, a quantidade de mesorregiões é igual a quantidade de Regiões Administrativas (RA).

Em 1990, o ordenamento do território brasileiro, notadamente a sua regionalização, passou a incorporar novas definições propostas pelo IBGE caracterizando:

> 1) Microrregião geográfica: trata-se de " um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma UF, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua interação. " 2) Mesorregião geográfica: trata-se de um conjunto de microrregiões, contíguas e contidas na mesma UF, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e lugares. (BALBIM, CONTEL, 2013, p. 43).

A disciplina Economia Regional oferece amplo conjunto de teorias e métodos para explicar e mensurar os fenômenos econômicos que se manifestam no espaço, tais como os problemas de concentração, de polarização, de localização entre tantos outros.

A respeito dos desníveis regionais, sobressai o trabalho pioneiro de Williamson (1965), que procurou medir as desigualdades econômicas entre as nações ricas do Norte e as nações subdesenvolvidas do hemisfério Sul. O índice (Vw) por ele proposto apresenta-se formalmente segundo a seguinte expressão de acordo com Souza (2009).

Vw $Vw = 1/y\ [\ \sum i\ (yi - y)^2\ Pi/P]^{1/2}$

ou então

$$Vw = \sqrt{\frac{\Sigma i\ (yi-y)^{\ 2}\ fi/n}{y}}$$

onde: Pi é a população da região i; P a população nacional; yi a renda per capita da região i e y a renda per capita nacional, ou ainda, fi é a população da região i; n é a população total do país; yi o PIB per capita da região i e y o produto per capita do país.

> Williamson definiu o coeficiente de variação poderado, Vw, que mede a dispersão da renda per capita da região i (yi) em torno da renda per capita nacional (y). [...]. Fica implícito na fórmula anterior que as migrações inter-regionais influenciam o nível das desigualdades regionais, ao modificar a participação da população de cada região na população nacional. As regiões mais ricas atraem emigrantes das áreas periféricas em função dos diferenciais de renda regional per capita. (SOUZA, 2009, p. 147).

Neste trabalho, apresentamos uma versão bem mais simples e diferente em seu propósito, pois, ao invés de se calcular as desigualdades por meio de um índice, procuramos apurar o que denominamos de Coeficiente de Participação (Cp), assim como verificar em dois momentos distintos as suas respectivas variações em ambas as escalas territoriais mencionadas. Este mesmo coeficiente foi calculado de duas formas. No primeiro caso, as variáveis utilizadas foram a população e o PIB das mesorregiões e das Regiões Administrativas do estado de São Paulo. No segundo caso, as variáveis empregadas foram o Valor Adicionado Bruto (VAB) e o estoque de empregos na indústria de transformação. Formalmente, os coeficientes de participação aparecem segundo as seguintes expressões:

$$a)\ Cp = \frac{\%PIB}{\%População} \qquad b)\ Cp = \frac{\%VAB}{\%Empregos}$$

ou seja, no caso (a), o Cp foi obtido pelo quociente entre a participação relativa do PIB e a participação relativa da população - no caso deste estudo da mesorregião e da Região Administrativa, enquanto no caso (b), o Cp foi calculado através do quociente entre o VAB da indústria e o total de empregos no mesmo setor.

Porém, antes de calcular o Cp de cada mesorregião e de cada Região Administrativa, deve-se calcular a participação relativa do PIB e da população e, do VAB e dos empregos em relação aos totais de cada uma destas variáveis no estado.

O que constatamos foi um comportamento semelhante ao postulado pela Teoria do Desenvolvimento cujo enunciado argumenta que, quando a taxa de crescimento econômico (g) é maior que taxa de crescimento da população (g*), o PIB per capita aumenta. Em sentido contrário, quanto a taxa de crescimento econômico (g) é menor que a do crescimento da população (g*), o PIB per capita diminui. Caso ambas as taxas cresçam de forma igual (g = g*), o PIB per capita não se altera.

Apesar de não termos utilizado nem para o PIB e, nem para a população taxas de crescimento, assim como para o VAB e os empregos, pois baseamo-nos em números absolutos, como também não calculamos nenhum índice - como o de desigualdade - para a versão que apresentamos, os argumentos acima mencionadas, são praticamente idênticos. Em relação ao Coeficiente de Participação pudemos constatar que:

a. o Cp pode oscilar num intervalo entre <1 e >1;

b. quanto maior for a participação relativa do PIB de dada escala territorial em relação ao total, maior será o Cp;

c. quando a participação relativa da população é maior que a do PIB, o Cp <1, tendendo ao zero caso a participação da população for bem maior que a do PIB;

d. quando a participação relativa do PIB for maior que da população o Cp inclina-se a ser >1; e quando a participação relativa da população e do PIB são muito próximas entre si, podendo até mesmo serem iguais, o Cp pode variar entre muito próximo ou = 1.

Diante disto, a versão que apresentamos não seria tão diferente da argumentação elaborada por Souza (2009), tendo em vista que o índice de desigualdade de Williamson (Vw), do mesmo modo que o Coeficiente de Participação, ambos são influenciados pela população. Basta verificar que se determinada área territorial atrai mais fluxo migratório e, sua população total aumenta mais que em outra área, porém se o seu PIB crescer menos que a população, com certeza o seu coeficiente de participação diminuirá.

No que diz respeito ao Coeficiente de Participação calculado a partir do Valor Adicionado Bruto (VAB) e do estoque de empregos na indústria de transformação, o que se constatou anteriormente entre população e PIB, é válido para este mesmo caso.

Em relação à industria de transformação o Cp é influenciado pelo emprego, ou seja, se o VAB aumenta menos que o emprego, o Cp tende a ser menor que um. Assim, a priori podemos admitir que os afastamentos entre VAB e emprego sejam de algum modo pertinentes à tipologia de indústria - algumas são mais intensivas em trabalho outras em capital - , como também, são influenciados pelo comportamento dos preços em geral, pela conjuntura econômica, pela própria estrutura industrial e pela produtividade.

Apresentação e discussão dos resultados.

Na escala mesorregional, as Regiões Metropolitanas de Campinas, de São Paulo e a Macro Metropolitana Paulista, detinham no ano de 2010, o equivalente a 66,8% da população e 75,8% do PIB totais do estado.

Em se tratando de população, entre os anos de 2000 até o ano de 2010, verifica-se que os maiores acréscimos foram registrados nas mesorregiões de Campinas, na Macro Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba. Já em relação ao PIB, as mesorregiões que no mesmo período apresentaram desempenho positivo foram: Bauru, Campinas, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista, Piracicaba, São José do Rio Preto, Assis, Presidente Prudente e, ainda que muito tênue o Litoral Sul Paulista.

O Coeficiente de Participação da RMSP passou de 1,162 em 2000, para 1,168 em 2010, por conta de uma diminuição da participação relativa do PIB menor que da sua população. Já no Vale do Paraíba, a redução do seu Cp ocorreu justamente devido ao fato de que a participação da sua população aumentou, contudo a do PIB caiu mais pronunciadamente.

Na Macro Metropolitana Paulista, ocorreu o oposto, o aumento do Cp ocorreu em decorrência de uma variação de 1,159 de participação do PIB, contra uma de 0,331 de participação da sua população.

Registrou-se também queda de participação no PIB nas mesorregiões de Araçatuba, Araraquara, Marília, RMSP, Ribeirão Preto Vale do Paraíba.

Tabela 12: Mesorregiões do estado de São Paulo e coeficientes de participação: 2000 e 2010.

Mesorregiões	Cp 2000	Cp 2010
Araçatuba	0,699	0,676
Araraquara	0,928	0,869
Assis	0,587	0,621
Bauru	0,605	0,682
Campinas	1,043	1,031
Itapetininga	0,537	0,623
Lit. Sul Paulista	0,369	0,395
Macro Metrop. Paul.	0,882	1,017
Marília	0,563	0,584
Metropolit. S.P.	1,162	1,168
Piracicaba	0,795	0,840
Pres. Prudente	0,528	0,563
Ribeirão Preto	0,773	0,752
S. José Rio Preto	0,629	0,662
Vale do Paraíba	1,215	0,901

FONTE: IBGE, Elaboração dos autores.

Na escala territorial das Regiões Administrativas, percebe-se que a diferença entre as regiões é bem menor do que a dispersão na escala mesorregional. Ocorre que de um total de quinze, oito RA registraram coeficientes de participação muitos próximos: Sorocaba, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Barretos e Franca.

Um segundo grupo de RA obteve Cp mais elevado, como a RMSP, e as RA de Santos, São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto e a Central.

Tabela 13: Regiões Administrativas de São Paulo e coeficientes de participação: 2000 e 2010.

RA	Cp	
	2000	2010
RMSP	1,187	1,179
Registro	0,337	0,417
Santos	0,769	0,940
S.J.Campos	1,215	0,901
Sorocaba	0,679	0,713
Campinas	0,978	1,043
Rib. Preto	0,823	0,845
Bauru	0,636	0,700
S.J.Rio Preto	0,638	0,669
Araçatuba	0,684	0,665
Pres. Prud.	0,531	0,569
Marília	0,583	0,609
Central	0,868	0,826
Barretos	0,916	0,746
Franca	0,616	0,607

FONTE: SEADE, Elaboração dos autores.

Nas RA com Cp mais baixos, a participação relativa de suas respectivas populações é maior que a participação do PIB. Ainda que mais de 50% do PIB paulista se concentre na RMSP, o interior revela a sua força e importância na economia detendo senão mais de 40% do PIB total do estado.

Antes de examinarmos os Coeficientes de Participação referentes à indústria em ambas escalas territoriais, consideramos importante, antes destacar no âmbito das Regiões Administrativas, os coeficientes de especialização[49] mais representativos do Valor Adicionado Fiscal da indústria. Para isto, baseamo-nos nos dados do Atlas da Competitiidade da Indústria do estado de São Paulo disponibilizados pela FIESP.

Regiões Administrativas do estado de São Paulo segundo os mais expressivos Coeficientes de Especialização do Valor Adicionado Fiscal da indústria: 2011.

1.RA de Araçatuba: máquinas e equipaments (1,68%); móveis (2,62%); papel e celulose (1,51%); couros e calçados (8,52%); combustíveis (19,65%); vestuário e acessórios (1,71%); produtos alimentícios (56,97%).

2.RA de Barretos: máquinas e equipamentos (1,41); máquinas, apar. e materiais elétricos (2,19); produtos químicos (1,93); combustíveis (17,29); produtos alimentícios (73,09).

3.RA de Bauru: produtos de metal (3,43); máquinas e equipamentos (15,48); máquinas apar. e materiais elétricos (2,72); madeira (10,42); móveis (3,90); papel e celulose (15,45); couros e calçados (15,87); produtos químicos (5,09); produtos alimentícios (94,57).

4. RA de Campinas: minerais não-metálicos (4,18); produtos de metal (4,08); máquinas e equipamentos (844); mater. eletrônico e equip. de comunicação (4,22); mater. de transporte, montadoras e autopeças (14,12); papel e celulose (5,63); prod. químicos (6,20); combustiveis (17,93); prod. farmacêuticos (4,37); prod. de plástico (3,80); têxtil (3,54); prod. alimentícios (10,44).

5. RA Central: minerais não-metálicos (5,99); prod. de metal (2,74); máquinas e equipamentos (12,71); máq. apar. e mater. elétricos (2,30); têxtil (4,52); vestuário e acessórios (6,74); prod. alimentícios (48,95).

6. RA de Franca: metalurgia básica-ferros (1,71); máquinas e equipamentos (3,40); art. de brracha (1,53); couros e calçados (18,46); prod. químicos (4,00); combustíveis (2,20); prod. alimentícios (62,92).

7. RA de Marília: prod. de metal (5,59); máquinas e equipamentos (4,30); máq. apar. e mater. elétricos (2,02); móveis (2,22); prod. químicos (3,65); prod. de plástico (2,74); prod. alimentícios (69,82); bebidas (4,67).

[49] De acordo com a SEADE o Coeficiente de Especialização mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura econômica da localidade, baseada na medida de sima de valor adicionado fiscal.

8. RA de Presidente Prudente: móveis (1,44); mater. de transporte, montadoras e autopeças (1,07); couros e calçados (1,17); combustíveis (14,46); vestuário e acessórios (1,51); prod. alimentícios (73,67).

9. RA de Registro: extrativa (10,81); prod. de metal (1,84); prod. químicos (72,65); prod. alimentícios (12,80).

10. RA de Ribeirão Preto: metalurgia básica-ferrosos (1,98); prod. de metal (5,03); máquinas e equipamentos (10,84); equip. médicos, óticos de automoção e precisão (2,96); mater. de transporte montadoras e autopeças (2,79); prod. químicos (5,96); combustíveis (17,84); prod. alimentícios (41,97); prod. farmacêuticos (1,56); bebidas (1,84); art. de borracha (2,11).

11. RA de Santos: extrativa (17,45); minerais não-metálicos (3,34); prod. de metal (20); prod. químicos (62,44); prod. alimentícios (8,15.

12. RMSP: prod. de metal (7,25); máquinas e equipamentos (8,43); máq. apar. e mater. elétricos (3,47); mater. de transporte, montadoras e autopeças (21,32); papel e celulose (3,11); prod. químicos (11,03); prod. farmacêuticos (7,65); prod. de plástico (5,40); vestuário e acessórios (3,34); prod. alimentícios (4,44); edição, impressão e gravaçoes (5,51).

13. RA de São José do Rio Preto: prod. de meta (4,68); máquinas e equipamentos (2,11); mater. de transporte, montadoras e autopeças (4,62); móveis (7,11); art. de borracha (3,51); combustíveis (5,31); vestuário e acessórios (2,26); prod. alimentícios (61,07).

14. RA de São José dos Campos: minerais não-metálicos (4,86); metalurgia básica-ferrosos (5,98); prod. de metal (4,59); máquinas e equipamentos (2,19); mater. de transporte, montadoras e autopeças (46,35); papel e celulose (2,66); prod. químicos (7,59); prod. de plástico (3,01); prod. alimentícios (7,64); bebidas (8,83).

15. RA de Sorocaba: minerais não-metálicos (6,49); produtos de meta (5,23); máquinas e equipamentos (10,35); máq. apar. e mater. elétricos (4,94); mater. de transporte, montadoras e autopeças (14,99); madeira (3,94); papel e celulose (2,59); prod. químicos (8,45); prod. de plástico (4,27); têxtil (3,40); prod. alimentícios (17,03); bebidas (5,69).

Reagrupando estes gêneros da indústria de acordo com os percentuais mais expressivos do Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado Fiscal de cada RA do estado, segundo a intensidade tecnológica, teriamos a seguinte composição.

1.predominância das indústrias de baixa intensidade tcnológica nas RA de Araçatuba, Barretos, Presidente Prudente e de Registro;

2.predominância das indústrias de alta intensidade e de baixa intensidade tecnológic nas RA de Marília, Central e de São José do Rio Preto;

3.predominância das indústrias de alta, média-alta e de baixa intensidade tecnológica nas RA de Bauru, Campinas e de Ribeirão Preto;

4.predominância das indústrias de baixa e de média baixa intensidade tecnológica na RA de Franca.

5.predominância das indústrias de média alta e de baixa intensidade tecnológica na RA de Santos;

6.nas RA de São José dos Campos, de Sorocaba e na RMSP um composto das quatro categorias de indústrias com relevância nas de alta e média alta intensidade tecnológica.

No que concerne à geração de empregos, entre 2003 e 2014, o saldo líquido de empregos teria acumulado por Regiões Administrativas, segundo aquela mesma composição das indústrias por intensidade tecnlógica o seguinte quadro:

a.as RA do grupo 1 acumularam um saldo líquido de 22.832 empregos;

b.as RA do grupo 2 produziram um saldo positivo líquido de 68.269;

c.as RA do grupo 3 geraram em conjunto um total de 197.261;

d.a RA do grupo 4 acumulou no período um saldo líquido de 10.804;

e.a RA do grupo 5 conseguiu no período produzir reduzidos 539 empregos; e

f. as RA do grupo 6 em conjunto somaram o equivalente a 280.403 empregos.

No que se refere aos Coeficientes de Participação da indústria de transformação as alterações que ocorreram nos anos de 2003 e de 2012, refletem as oscilações do Valor Adiconado vis-a-vis às do estoque de empregos.

Na escala das mesorregiões aquelas que registraram aumento de participação do estoque de empregos foram: Assis; Itapetininga; Macro Metropolitana Paulista; Piracicaba; Presidente Prudente; São José do Rio Preto e Campinas. Estas mesmas mesorregiões contabilizaram também aumento de participação do VAB, especialmente Campinas e a Macro Metropolitana de São Paulo.

As mesorregiões que tiveram diminuição da participação dos empregos foram: Araraquara, Araçatuba, Litoral Sul Paulista, Metropolitana de São Paulo, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba.

Em relação ao Valor Adicionado, exceto as mesorregiões de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Araraquara e a RMSP, todas as de mais obtiveram aumento de participação.

Tabela 14: Mesorregiões do estado de São Paulo e coeficientes de participação na indústria: 2003 e 2012.

Mesorregiões	Cpi 2003	Cpi 2012
Araraquara	1,194	0,919
Araçatuba	0,603	0,760
Assis	1,145	0,829
Bauru	0,564	0,663
Campinas	0,837	0,886
Itapetininga	0,895	0,963
Litoral Sul Paulista	1,781	2,054
Marília	0,508	0,640
Macro Metrop. Paulista	0,724	0,925
Metrop.São Paulo	1,188	1,168
Piracicaba	0,684	0,628
Presidente Prudente	0,765	0,841
Ribeirão Preto	0,809	0,704
São José Rio Preto	0,598	0,661
Vale do Paraíba	1,683	1,657

FONTE: Elaboração dos autores.

O elevado Cp na indústria do Litoral Paulista, resulta de uma participação no VAB bem superior à participação nos empregos, do mesmo modo que no Vale do Paraíba.

Se nas onze mesorregiões em que a participação do VAB aumentou, porque então o Cp na indústria reduziu-se em algumas delas?

Ocorre que no caso de Piracicaba e de Assis, a participação nos empregos aumentou proporcionalmente mais que a participação no VAB, enquanto nas demais mesorregiões aconteceu situação contrária.

Na escala das Regiões Administrativas, constatou-se que a participação dos empregos na indústria aumentou nas RA de Bauru, Campinas, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e, muito pouco na RA de Regstro, como também registrou-se nestas mesmas áreas aumento de participação do Valor Adicionado Bruto.

Já nas RA de Araçatuba, Barretos, Central, Franca, Santos, São José dos Campos e, na RMSP, a participação dos empregos diminuiu, conquanto em relação à participação do VAB, somente nas RA de Araçatuba e de Franca registrou-se aumento.

Em 2012, comparativamente ao ano de 2003, as maiores perdas de participação no VAB da indústria ocorreram na RMSP, São José dos Campos, Santos, na RA Central e em Barretos.

Interessante assinalar que nas RA de Araçatuba, Campinas, Franca, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e, na de Sorocaba, a participação dos empregos é proporcionalmente maior que a do VAB. Já no caso das RA de Santos, São José dos Campos e na RMSP ocorre o oposto, isto é, a participação do VAB é bem maior que a dos empregos. Nas regiões de Marília, Presidente Prudente e de Regtro, observou-se um balanceamento maior entre empregos e o valor adicionado.

Assinala-se ainda que no caso das RA de Santos e de São José dos Campos, a participação do VAB corresponde na primeira ao triplo e, na segunda ao dobro da participação dos empregos, razão pelo qual, se explica os elevados coeficientes de participação de ambas as regiões.

Do mesmo modo a RA de Registro obteve um Cp também elevado em decorrência de uma participação do VAB bem maior que a dos empregos.

Tabela 15: Regiões Administrativas do estado de São Paulo e coeficientes de participação de participação da indústria: 2003 e 2012.

Regiões Administrativas	Cpi 2003	Cpi 2012
Araçatuba	0,609	0,760
Barretos	1,834	1,130
Bauru	0,549	0,617
Campinas	0,785	0,859
Central	1,077	0,859
Franca	0,430	0,483
Marília	0,772	0,748
Pres. Prudente	0,791	0,880
Registro	1,518	1,566
Ribeirão Preto	0,740	0,741
Santos	3,138	3,385
S.J.Campos	1,683	1,657
S.J. Rio Preto	0,623	0,665
RM São Paulo	1,140	1,122
Sorocaba	0,736	0,830

FONTE: Elaboração dos autores.

A exceção foi a RA de Franca, pois o baixo coeficiente de participação é resultado da participação mais elevada dos empregos do que a do VAB, além do que, a atividade da indústria que detém o segundo maior coeficiente de especialização do valor adicionado fiscal na região é intensiva de trabalho.

Finalmente, comparando os coeficientes de participação do PIB e, do Valor Adicionado da indústria, nas duas escalas territoriais, constata-se que as variações foram mais significativas na escala das Regiões Administraivas.

Tabela 16: Mesorregiões do estado de São Pauloo e distribuição por faixas dos coeficientes de participação do PIB e do Valor Adicionado da indústria (em %): 2000 e 2010 e 2003 e 2012.

Coeficientes de Participação por faixas	Mesorregiões			
	PIB		VAB indústria	
	2000	2010	2003	2012
de 0,00 a 0,49	6,66	6,66	6,67	0,00
de 0,50 a 0,69	46,67	46,67	26,67	26,67
de 0,70 a 0,89	20,00	0,00	33,33	33,33
de 0,90 a + de 1,00	26,67	26,67	33,33	40,00

FONTE: Elaboração dos Autores.

Na escala das mesorregiões, entre os anos de 2000 e de 2010, nenhuma alteração foi registrada em relação aos coeficientes de participação do PIB, tendo em vista que a quantidade de mesorregiões com coeficientes de participação entre 0,00 a 0,69 não se alterou, assim como, nas demais faixas. Já em relação ao valor adicionado bruto da indústria, a quantidade de mesorregiões com coeficientes de participação entre 0,70 a mais de 1,00 aumentou de 66,6% para 73,3%, enquanto reduziu-se de 6,67% para zero a que se enquadrava na faixa mais baixa.

Tabela 17: Regiões Administrativas do estado de São Paulo e distribuição por faixas dos coeficientes de participação do PIB e do Valor Adicionado da indústria (em %): 2000 e 2010 e 2003e 2012.

Coeficientes de Participação por faixas	Regiões Administrativas			
	PIB		VAB indústria	
	2000	2010	2003	2012
de 0,00 a 0,49	6,66	6,66	6,66	6,66
de 0,50 a 0,69	46,67	33,33	20,00	13,33
de 0,70 a 0,89	20,00	33,33	33,33	46,67
de 0,90 a + de 1,00	26,67	26,67	40,00	33,33

FONTE: Elaboração dos autores.

Na escala de Regiões Administrativas, verificou-se uma redução de 53,3% para 39,9% da quantidade de RA com coeficientes de participação do PIB entre 0,00 e 0,60 e, um aumento de 46,6% para 60,0%, de RA com coeficientes mais altos. Em relação ao VAB da indústria, também confirma-se uma redução da quantidade de RA com coeficientes mais baixos, conquanto aquelas com coeficientes mais altos, chegaram a somar 80% do total em 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o esforço do governo central ao longo de décadas destinado a promover maior integração regional, o Brasil, ainda apresenta em termos regionais, pronunciados desníveis entre as regiões da federação.

É inquestionável que entre as causas da desigualdade, tanto a formação histórica como o processo de industrialização, contribuíram em boa medida para que estes desníveis se tornassem tão pronunciados.

Entretanto, outra ordem de fatores contribui para que tais desequilíbrios se manifestem, tais como, clima, disponibilidade de recursos naturais, diferenciais de capital social e humano, institucionais, questões de ordem publica, entre outros.

Todavia, constata-se que além da distribuição desigual da população, a atividade produtiva, sobretudo a indústria, também se encontra distribuída de forma desbalanceada no território nacional.

Em algumas regiões, predominam atividades pouco dinâmicas, intensivas em recursos naturais e trabalho, que elaboram produtos de baixo valor agregado, empregam mão-de-obra pouco qualificada, resultando por conseguinte, num produto caracterizado por preços, salários e lucros relativamente baixos. Já em outras regiões, atividades e indústrias mais dinâmicas, mais intensivas em capital e tecnologia elaboram produtos de mais alto valor agregado, adotam técnicas e equipamentos tecnologicamente mais atualizados, empregam mão-de-obra mais qualificada, resultando desta combinação, de um produto em que preços, salários e lucros são bem mais elevados.

Seria admissível supor que as regiões mais dinâmicas, com renda per capita mais alta, dotadas de melhores condições infra-estruturais, continuariam exercendo forte atração, ao ponto de concentrarem mais população e capital. Contudo, as vantagens locacionais capazes de atrair novos e diferentes capitais por meio das economias de aglomeração, acabam se diluindo ao longo tempo, quando então, as externalidades negativas podem reverter a situação, razão pela qual, localidades menores podem até serem beneficiadas pelos efeitos advindos da desconcentração.

Isto não nos autoriza afirmar que caso isto venha a se tornar uma tendência, vá ocorrer um processo de despolarização.

Em relação ao estado de São Paulo, tanto na escala mesorregional, como na escala das Regiões Administrativas, constata-se pronunciada concentração da população e do PIB na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), na macrometropolitana Paulista e, na Região de Campinas. Apesar disto, o processo de desconcentração industrial iniciado por volta de 1970, proporcionou um notável desenvolvimento do interior paulista, sem contar que mais recentemente, considerável redução dos fluxos migratórios diminuiu o movimento no sentido interior-metrópole.

As diferenças encontradas tanto em relação ao PIB, quanto em relação ao Valor Adicionado Bruto da indústria, decorrem das diferenças regionais em termos de composição setorial do produto global (PIB), como também de diferentes estruturas industriais.

Em determinadas regiões, encontra-se uma estrutura industrial mais diversificada, composta por setores mais dinâmicos e de maior intensidade tecnológica, que produzem bens de valor agregado mais elevado, os

trabalhadores auferem rendimentos maiores, os preços praticados são mais altos e os lucros em volume são também mais elevados.

Já em outras regiões, a estrutura industrial denota elevada especialização em atividades menos dinâmicas, de intensidade tecnológica mais baixa, cujos produtos finais por serem de menor valor agregado, acabam proporcionando rendimentos menores aos trabalhadores, praticam preços mais baixos, por conseguinte, via de regra devem obter lucros menores.

Constatou-se também, que do mesmo modo que os fluxos migratórios influenciam o PIB per capita dos municípios e das regiões, consequentemente, interferem no Coeficiente de Participação, os empregos exercem influencia decisiva na produtividade, por sua vez, também interferem no Coeficiente de Participação da indústria.

Finalmente, tanto o Coeficiente de Participação calculado através de ponderação entre PIB e população, como aquele que foi calculado através da ponderação entre o Valor Adicionado Bruto e os empregos na indústria, confirmam a influência dos fluxos migratórios, bem como dos afastamentos resultantes da densidade demográfica das regiões e da tipologia da indústria nelas localizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil. - São Paulo: Pioneira: FIPE, 185.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. - 7.ed. - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século zo. - Revista São Paulo em perspectiva, v.19 n.3 p.84-96, jul/set.2005.

BALBIM, Renato; CONTEL, Fábio Betioli. Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas. - Brasília/DF, IPEA, 2013.

FERREIRA, Assuero. Limites da acumulação capitalista: um estado da economia política de Michal Kalecki. - São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de Produção, Formação Social e Processo de Trabalho. In: O conceito de modo de produção. Coordenação e tradução de Philomena Gebran. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatísticas.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial. - Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEADATA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas / Banco de Dados Macroeconômico.

KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Tradução de Jorge Miglioli. - 2. ed. - São Paulo: Editora HVCITEC, 1990.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Tradução de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. - São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MDCI- Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior.

MELLO e SILVA, Silvio Bandeira de; NENTWING SILVA, Barbara- Christine; SILVA, Maina Pirajá. Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento. - Salvador, BA: RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico, ANO XIII, n°22, Dezembro de 2010.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? - Rio de Janeiro: BNDES/ TD (108), julho de 2006.

NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção Momento).

Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) - Novembro de 2005.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

SAES, Flávio; NOZOE, Nelson. A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas.<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/AO6A0005> acesso em 04/06/2015 às 12h12.

STEINDL, Josef. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Tradução de Leda Maria Gonçalves Maia. - São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. - 5.ed. - São Paulo: ATLAS S.A, 2005.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA: ALICERCE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E QUALIDADE DE VIDA. ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE FRANCA – SP

Health, education and income: foundation of regional development and quality of life. Case study of the city of Franca - SP.

POUSA, Jonatan
Uni-FACEF–Centro Universitário de Franca Mestre em Desenvolvimento Regional, MBA em Controladoria e finanças, Graduado em Ciências Contábeis.
pousa.jonatan@gmail.com

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF–Centro Universitário de Franca Doutor em Serviço Social pela Unesp/FHDSS Campus de Franca, Professor do Depto de Economia e do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG/DR) do Uni-FACEF
hb@facef.br

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de
Uni-FACEF–Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF, Especialista em Gestão Financeira e Controladoria, Graduado em Comércio Exterior e Professor na Facig
leo.hca@gmail.com

Resumo
Saúde, educação e renda são as bases de cálculos para inúmeros indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida de uma localidade. Esse indicadores podem ser direcionadores de investimentos e aplicações de políticas públicas, uma vez que retratam a realidade em que vive a população local. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância desses indicadores e pesquisas para promover o desenvolvimento local e direcionamento das politicas públicas. Foram utilizados como metodologia pesquisa bibliográfica, bem como uma analise detalhada de dados extraídos de pesquisas de opinião publica, neste caso, baseada em um estudo de caso da cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo. Como resultado é possível confirmar a importância da análise dos resultados dessas pesquisas, para direcionar os investimentos e aplicações de políticas públicas numa localidade.
Palavras-chave: saúde, educação, renda, desenvolvimento e qualidade de vida.

Abstract

Health, education and income are the bases of calculations for numerous development indicators and quality of life of a city. Such indicators can be drivers of investment and public policy applications, since portray the reality you live in the locals. Thus, this paper aims to demonstrate the importance of these indicators and research to promote local development and direction of public policy. They were used as bibliographic research methodology as well as a detailed analysis of data drawn from public opinion polls, in this case, based on a case study of the city of Franca, located in the state of São Paulo. As a result it is possible to confirm the importance of analyzing the results of this research to direct investments and application of public policies in a locality.

Keywords: health, education, income, development and quality of life.

1 INTRODUÇÃO

A aplicação de politicas públicas é extremamente importante para o desenvolvimento local. Para a ascensão do desenvolvimento é necessário que população tenha acesso aos recursos, sendo essencial que esse acesso ocorra no local onde elas vivem. Uma localidade desenvolvida, oferece à população local condições para qualidade de vida, à medida em que as mesmas possam usufruir de serviços públicos de qualidade. (LOPES, 2002)

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância da saúde, educação e renda para o desenvolvimento, premissas básicas para a qualidade de vida local. A metodologia adotada, baseou-se em pesquisa bibliográfica associada à analise de dados secundários. No referencial teórico foi abordada a questão acerca do desenvolvimento e aplicação de políticas públicas.

Foi efetuada uma analise detalhada sobre a cidade de Franca, baseada no resultado de pesquisa de opinião publica realizada em 2013, publicada em 2014, que abordou diversos temas relacionados à qualidade de vida e serviços públicos utilizados. Com base no Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM e Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, foi possível realizar uma comparação com a média do Estado de São Paulo, criando o cenário real da opinião publica em relação à adminstração local, no que diz respeito à canalização de investimentos direcionados às politicas publicas.

Por fim, é possível verificar a importância da tomada de decisões com base em dados concretos, que refletem a realidade, para que os recursos das politicas publicas sejam direcionados àquelas áreas que de fato carecem de maior atenção, ou seja, é possível inclusive definir quais são as prioridades que, na opinião da população local, precisam de investimentos do governo local.

2 REFERENCIAL TÉORICO

Fazer crescer, prosperar, aumentar, progredir são definições da palavra desenvolvimento que podem ser localizadas no dicionário Aurélio. Por conseguinte, pode-se entender que desenvolvimento é um ato de transformação. (BRESSER PEREIRA (1970, p.22). Transformação essa que, segundo Lopes (2002, p.19) deveria ocorrer onde as pessoas vivem. Segundo o autor desenvolvimento é:

> [...] acesso das pessoas, onde vivem, aos bens e serviços e as oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo-se nas "oportunidades", por exemplo, o emprego e a formação, como necessidades verdadeiramente básicas, e no conjunto de bens, serviços e oportunidades, a fruição de bens e serviços culturais - outro exemplo.

Essa definição de Lopes, vai de encontro com a colocação de Celso Furtado (1984, p.105):

> (...) Uma vez que a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criativo.

A ONU - Organizações da Nações Unidas em 1986 efetuou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento onde reconheceu "que o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população".

Sendo assim, é possível perceber a importância de se promover o equilíbrio entre as áreas econômica, social e cultural, para atingir a plenitude do desenvolvimento. Essa é uma tarefa bastante complexa, visto que existe uma grande dificuldade de harmonia entre essas áreas, ou seja, cada qual recebe investimentos distintos, muitas vezes sem planejamento, gerando a disparidade.

As desigualdades sociais, muitas vezes, ocorrem devido, principalmente, às diferenças econômicas. Essas desigualdades ocasionam maior dependência das famílias desprovidas de recursos financeiros, dos serviços públicos oferecidos na localidade onde vivem, que por sua vez, devido à grande demanda ou por pura neglicencia do governo, são de má qualidade e não atendem a população à contento.

Braga Filho (2000, p.16) relata que:

> O desenvolvimento econômico e social é um processo que, entre outros objetivos, visa ao estabelecimento de uma mais justa e equilibrada distribuição da renda entre os habitantes de um país, proporcionar uma melhor qualidade de vida, promover a integração nacional de modo a reduzir possíveis desequilíbrios regionais, além de impulsionar mudanças capazes de modificar e remover inconsistências de índole estrutural.

O desenvolvimento econômico de uma localidade se faz muito importante, ao passo que contribui com os outros tipos de desenvolvimento mencionados pela declaração da ONU. Para tanto, é extremamente importante que o desenvolvimento econômico também gere maior igualdade social entre as classes.

Presbisch (1968, p. 23) menciona que, o desenvolvimento social não pode ser almejado somente após atingir o desenvolvimento econômico, mais que o correto seria que os dois ocorressem de forma planejada e paralela, com investimentos concomitantes. Todavia, o grande desafio é contribuir para o desenvolvimento econômico, buscando as outras formas de desenvolvimento social e cultural, com a finalidade de reduzir as discrepâncias sociais. As diferenças sociais deve ser combatidas para que o circulo vicioso não ocorra. Myrdal (1972, p.43) relata que "(...) o baixo padrão educacional conduz a diminuta produtividade, a deficiências de saúde e rendas reduzidas, estas, por sua vez, deprimem do níveis educacionais, e assim por diante"

As políticas públicas que, segundo Anderson (2006, p.6) são "uma linha de ação intencional e relativamente estável, seguida por um ator ou conjunto de atores ao lidar com um problema [público] ou questão de interesse [público]" seriam um fator que contribuiria para o equilíbrio social, uma vez que bem planejadas e executadas, podem atingir à parcela da população mais carente, visando oferecer minimas condições de sobrevivência, através de serviços públicos de qualidade..

Em suma, as políticas públicas devem abranger o maior número possível da população e devem ser embasadas em estudos técnicos e pesquisas para descobrir quais são os principais anseios e necessidades que as pessoas possuem. Um importante indicador é o IDH – (Indicadores de Desenvolvimento Humano), que é auferido por 3 pilares: longevidade (saúde), educação (tempo de estudos) e PIB per capita (econômico), sendo estes os 3 principais propulsores para o desenvolvimento e qualidade de vida em sua plenitude.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica foi baseada em diversas obras, publicações de resultados de pesquisas, além da analise de dados secundários:

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcitos por algumas formas quer publicadas quer gravadas. (MARCONI E LAKATOS, 2007, p.71).

Desta forma, as informações coletadas e os resultados extraídos da pesquisa realizada foram utilizados como subsídios para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi baseado na cidade de Franca, localizada no interior do estado de SP, que segundo estimativas do IBGE possuía em 2014 mais de 339 mil habitantes.

Comparando os períodos de 1991 e 2014 a cidade teve um crescimento populacional considerável, superior a 45%. (IBGE, 2014). A cidade apresentou grande evolução no IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipial. No ano de 1991 o indicador era 0,568 e teve um salto em 2010 de 37% para 0,780, todavia, ainda ficou inferior à média do Estado que foi 0,783. (SEADE, 2014).

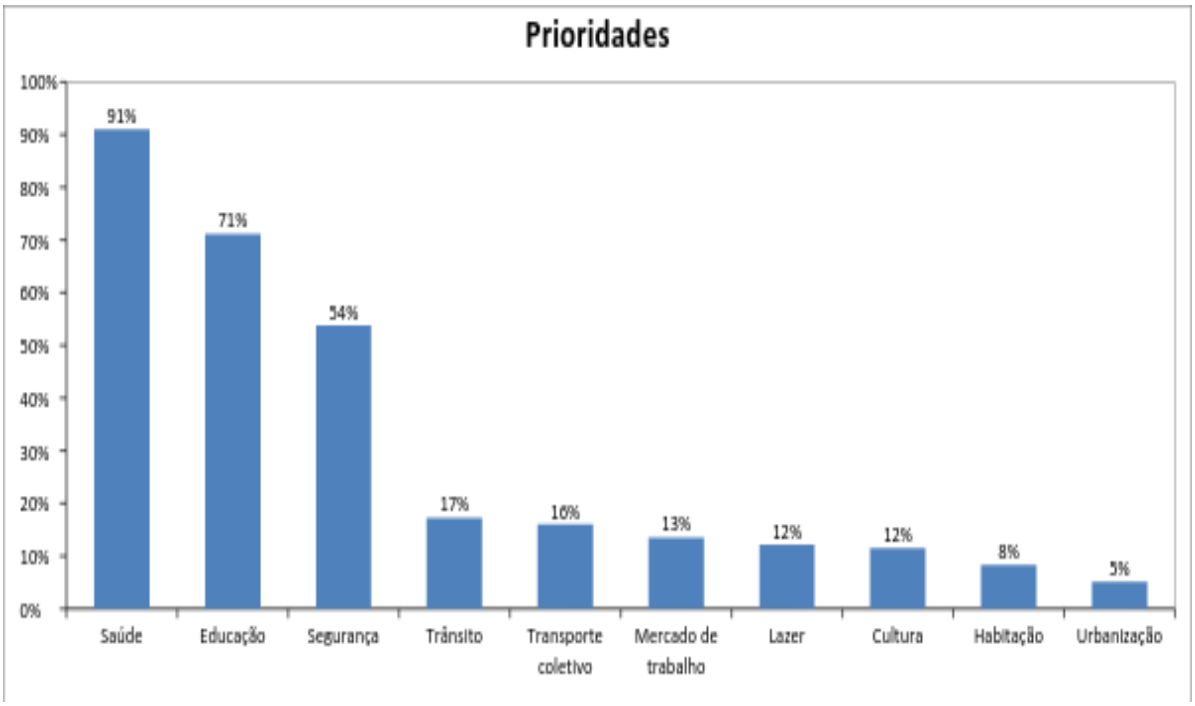
Em 2010, de acordo com dados SEADE, a cidade de Franca ficou alocada no grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões do IPRS. Quando o indicador é aberto por modalidade fica mais explicito o motivo de ter sido alocado nesse grupo. Na dimensão riqueza, a cidade ficou 22,22% abaixo do estado de São Paulo. No requisito longevidade a cidade ficou ligeiramente abaixo 1,45%, já no item escolaridade a cidade superou o estado em 20,83%.

É possível identificar que a principal deficiência da cidade de Franca é a renda. Se comparar a renda da cidade com a média do Estado, observa-se que a mesma é 16,09% menor, o que reflete diretamente no fator econômico da população local.

Esse indicadores são importantes para direcionar e atrair investimentos públicos e privados, uma vez que retratam os anseios da população que depende dos serviços públicos. A canalização de investimentos para politicas publicas, resulta diretamente na qualidade de vida das pessoas, gerando um quadro favorável para o desenvolvimento local. Vale ressaltar que é extremamente importante a utilização de indicadores quantitativos com a combinação de outros indicadores qualitativos, visando uma analise mais próxima da realidade.

Em 2014, Pousa realizou um estudo na cidade de Franca referente à qualidade de vida da população local. O estudo foi baseado em uma pesquisa de opinião publica realizada na cidade, com o intuito de captar as impressões e avaliações dos respondentes sobre aspectos relacionados à qualidade de vida das pessoas. O trabalho foi realizado através de amostragem, particionando a cidade em 5 regiões (norte, sul, leste, oeste e central), ponderando a população e gênero (masculino e feminino) por localidade. Desta forma, foi possível analisar as respostas por diferentes ângulos,retratando a opinião das pessoas por região, evidenciando as principais deficiências da cidade sob a visão da população local.

Gráfico 1 – Demonstrativo de prioridades, segundo respondentes da pesquisa sobre qualidade de vida na cidade de Franca-SP
Fonte:Pousa (2014)



Uma analise geral dos resultados da pesquisa, aponta que segundo a opinião dos moradores, a cidade de Franca precisa aprimorar a qualidade dos serviços públicos referentes à saúde e educação, corroborando com os índices do IDH e IPRS. De acordo com o gráfico acima, resultante da pesquisa realizada, 91% dos respondentes acreditam que a saúde deve ser a maior prioridade para investimentos públicos, ou seja, quase 100% dos entrevistados estão insatisfeitos com a qualidade dos serviços relacionados à saúde na cidade. Em seguida, está a educação, que com 71% foi considerada a segunda maior prioridade a receber investimentos para a melhora do serviço. A segurança local também apresentou índice considerável, com 54% de opinião como a 3ª maior deficiência da cidade. Na sequência estão o transito com 17%, transporte coletivo com 16%, mercado de trabalho com 13% e o lazer com 12%. A pesquisa coletou informações por individuo, porém podem ser analisada de diferentes formas, oferecendo inúmeros cenários para análise e tomada de decisão por área, por região, por sexo, por idade, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, os indicadores são grandes direcionadores para tomada de decisão, entretanto vale ressaltar a importância das pesquisas de campo, para a identificação das prioridades de acordo com a opinião da população. Isso contribuirá para a aplicação de medidas e políticas públicas canalizadas especialmente para as prioridades identificadas, que auxiliarão no desenvolvimento da cidade e satisfação da população de uma forma geral.

Os alicerces do desenvolvimento de uma localidade são a educação, a saúde e a renda, e o não desenvolvimento desses pilares poderá ocasionar o chamado circulo vicioso, definido por Myrdal. Apesar dessas áreas serem consideradas prioritárias, os investimentos não devem restringir somente às mesmas. Conforme pesquisa realizada na cidade, a segurança é uma grande preocupação dos moradores e precisa de maior atenção dos dirigentes locais. Daí a importância da aplicação de pesquisas de opinião publica com frequência, para a projeção de um cenário atualizado sob a visão de quem, de fato, utiliza os serviços oferecidos.

Finalmente, cabe à população fiscalizar e cobrar, especialmente do governo local, como estão sendo utilizados os recursos captados pela administração publica. A participação ativa da população resulta no maior comprometimento dos orgãos públicos, no que diz respeito à melhoria dos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

BRAGA FILHO,H. Globalização em Franca: a reorganização industrial e economia informal. 2000, 267 f. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu,(UNI-FACEF) para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração Gestão Empresarial,Franca-SP,2000.

BRESSER PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e crise no Brasil.2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 06 jul. 2015.

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em 07 jul 2015.

FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.105.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. - 6. ed. - 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Trad.de N.Palhano. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

LOPES, A. S. Globalização e Desenvolvimento Regional. Lisboa: Revista Gestão e Desenvolvimento, n.11, p. 9-25, 2002.

POUSA, Jonatan. Qualidade de vida: uma vertente do desenvolvimento local. 2014, 155 f. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, (Uni-FACEF) para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, Franca-SP, 2014.

PRESBISCH, Raul. Política de desenvolvimento para a América Latina. Tradução de Raul Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968. 143 p.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Analise de Dados - <http://www.seade.gov.br/> Acesso em 07 jul 2015.

SIMÃO, Angelo G. et al. Indicadores, políticas e a sustentabilidade. in: SILVA, Christian Luiz da.; SOUZA-LIMA, José Edmilson. Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.

AS CAUSAS DE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO RAMO CALÇADISTA DA CIDADE DE FRANCA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

THE CAUSES OF THE ECONOMIC AND FINANCIAL CRISIS OF THE MICRO AND SMALL COMPANIES OF THE FOOTWEAR COMPANIES IN THE CITY OF FRANCA OVER THE PAST DECADES

CANAVEZ, Luciana Lopes.
UNESP/Franca.
Mestre e Doutora em Direito.
Email: luciana.canavez@franca.unesp.br

DONADELI, Paulo Henrique Miotto.
UNESP/Franca.
Mestre em Direito e doutorando em História.
E-mail: paulodonadeli@yahoo.com.br

Resumo

Nas últimas três décadas as microempresas e empresas de pequeno porte passaram a receber uma especial atenção do Governo Federal, por representar quase a totalidade das empresas formalmente constituídas no Brasil, dando relevante contribuição para a geração de empregos, de renda e de arrecadação de tributos. A legislação, desde a Carta Magna de 1988, garantiu tratamento favorecido e simplificado a este segmento empresarial. No entanto, apesar de todas as vantagens legais e de políticas públicas do segmento, existem graves problemas que inviabilizam a continuidade dos negócios. Em Franca, o pólo calçadista vive os mesmos problemas das demais empresas do país, acrescidos de outros decorrentes da peculiaridade dessa atividade econômica, como as falhas gerenciais, às dificuldades de acesso ao crédito, à falta de planejamento da empresa, à alta carga tributária, dentre outros, que geram o encerramento das atividades empresariais no primeiro ao terceiro ano de vida. O presente artigo buscou identificar e analisar os principais problemas enfrentados pelos micro e pequenos empresários do ramo calçadista no contexto social e econômico da cidade de Franca nas últimas décadas.

Palavras-chave: microempresa e empresa de pequeno porte; crise econômico-financeira; indústria calçadista francana.

Abstract

Over the past three decades micro enterprises and small businesses have received special attention from the Federal Government, mostly because they represent almost all of the companies formally created in Brazil, thus significantly contributing to the increase in job openings, income and tax collection. The legislation,ever since the Constitution of 1988, has guaranteed preferential and simplified treatment to such business segment. However, despite all the legal benefits and public politics applied to such segment, there are serious problems that prevent business continuity. In Franca, the shoe hub experiences the same problems as other companies in the country, added to other problems arising from the peculiarity of this economic activity, such as management failures, difficulties to access bank credit, lack of business planning, the high tax burden, amongst others, which generate the closure of business activities between the first and third year of their existence. This article aimed at identifying and analyzing the main problems faced by micro and small entrepreneurs of the footwear sector in the social and economic contexts of the city of Francaover the past decades.

Keywords: micro enterprise and small business; economic and financial crisis; the francana footwear industry

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, nota-se a importância das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil, especialmente na esfera econômica, pois representaram, em 2011, nas atividades de serviço e comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas. Vários são os benefícios advindos da sua criação, manutenção e expansão, ressaltando-se a criação de inúmeros postos de trabalho, que representaram no mesmo período, 44% dos empregos formais em serviços, e 70% no comércio (SEBRAE, 2014).

A importância desse segmento empresarial vem sendo percebida desde a década de 60, mas foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que se concedeu efetivo tratamento favorecido e simplificado a estas empresas. A partir daí seguiram-se outras leis como o Estatuto da microempresa lei 9.841/99, a lei 9.317/96, que instituiu o Sistema Integrado de pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a Lei Complementar 123/2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e revogou as leis referidas, dentre outras.

Em Franca, as microempresas e empresas de pequeno porte do pólo calçadista do município, que é considerado o maior produtor de calçados masculinos de couro do Brasil, apesar de sua relevância como propulsor do desenvolvimento econômico e social local, apresentam uma série de problemas que levam as empresas a encerrarem suas atividades no primeiro ao terceiro ano de existência (CANAVEZ, 2004, p.2). O presente estudo tem como objetivo analisar as causas dos problemas sofridos pelas micro e pequenas empresas brasileiras do ramo calçadista de Franca nas últimas décadas, a fim de apresentar possíveis formas de viabilização e manutenção dos seus negócios.

2 Apontamentos sobre a economia calçadista de Franca

A economia calçadista é a base do desenvolvimento econômico, social e regional de Franca, pois emprega milhares de trabalhadores na cidade, impulsionando as atividades econômicas do comércio e da prestação de serviços. A atividade de fabricação de calçados em Franca existe desde a formação da cidade, no início de 1800, ou seja, há mais de 200 anos. (COUTINHO, 2004).

Nos primeiros anos do século XX, a manufatura de calçados substituiu o artesanato, com grandes mudanças na forma de fabricação e organização do trabalho, que apesar de não contar com maquinaria, passou a dividir o processo artesanal em várias etapas produtivas. Na década de 1930 houve um fortalecimento significativo desta indústria com a mecanização. Nesta época esta atividade aparece como o principal alicerce da evolução econômica da cidade surgindo o operário industrial, o novo ator social no cenário local, o principal símbolo da instalação da modernidade capitalista da época (OLIVEIRA Apud CURCI, 1999, p. 86).

Nos anos seguintes diversas empresas foram montadas, mas o grande surto da industrialização ocorreu em 1950, quando o Governo Federal passou a incentivar a indústria nacional, abrindo linhas de crédito para capital de giro, aquisição de maquinários, construção e reforma de prédios, levando Franca a consolidar seu pólo calçadista. E "um impulso adicional importante, por fim, foi dado a partir de fins da década de 1960, com a expansão das vendas para o mercado externo, especialmente para os EUA". (SUZIGAN, 2001, p. 276)

Hélio Braga Filho (1998, p. 107) fornece subsídios que apontam para o sucesso da atividade na região:

> [...] mesmo com uma reduzida participação na composição do produto industrial, o setor de calçados produz um grande salto quantitativo. Refiro-me à produção física de calçados em Franca, uma vez que, dos 1.117.126 pares produzidos em 1950, passa em 1967 a produzir o equivalente a 7.200.000 pares, o que representa um aumento de 544% em menos de 20 anos. Ao lado desse aumento, outro fator que contribuiu para que tal ocorresse foram as exportações, que em 1968 atingiram 315.764 pares, registrando em 1970, 3.612.369 pares, isto é, foram multiplicadas em 11 vezes em apenas 2 anos.

A partir de 1970, a expansão da indústria calçadista atraiu um contingente de imigrantes, impulsionando um vertiginoso crescimento populacional. A indústria calçadista até 1990 teve um grande crescimento em razão das políticas de proteção e incentivos governamentais, mas "qualquer alteração na política econômica do Brasil ou dos países compradores, repercutia prontamente nas esteiras da produção e na vida da população da cidade." (CAMPANHOL, Ano 1999, p. 47,48)

Nos anos 90, o volume de exportações realizadas pela indústria calçadista francana experimentou um grande declínio, o que ocorreu devido à abertura da economia e ao processo de globalização, fazendo com que o volume das exportações diminuísse gradualmente em média 20% ao ano. O Plano Real de 1995 restringiu o crédito para capital de

giro e fez com que numerosas empresas dependentes desse capital encerrassem suas atividades. Também pela acirrada concorrência no mercado internacional com a expansão da produção de calçados dos países asiáticos, especialmente a China, a indústria calçadista de Franca experimentou uma grande crise, fazendo com que o desemprego atingisse uma elevada quantidade de trabalhadores (CANAVEZ, 2004, p. 118).

Estas crises e os diversos planos econômicos fizeram com que as indústrias francanas passassem por uma fase de reorganização, por meio da adoção de ações de redução dos custos de produção e mão-de-obra, além da redução dos níveis hierárquicos. Apesar da sensível redução do número de trabalhadores nas indústrias, a produtividade não diminuiu, ao contrário, aumentou progressivamente.

A forma de organização da produção industrial é padronizada pelas linhas de produção no sistema de esteiras, mas uma boa parte das empresas utilizam-se da terceirização de parte significativa de seu processo industrial, como pesponto, costura manual, picoteação, ponteação e blaqueação. A terceirização é considerada positiva do ponto de vista da produtividade e dos custos de mão-de-obra, e negativa do ponto de vista da informalidade, dos problemas fiscais e da precarização das condições de trabalho (CANAVEZ, 2004, p.123)

A mão-de-obra disponível é especializada em todas as fases do processo de produção, o que denota um ponto forte do segmento. As máquinas e equipamentos utilizados são de tecnologia experimentada e disseminada, sendo que os empresários procuram informar-se sobre os avanços tecnológicos em feiras nacionais e internacionais, revistas especializadas e com os próprios fornecedores.

Em relação às instituições locais é relevante a eficiência na prestação de serviços, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, o SENAI e o SEBRAE. Dessas instituições a mais utilizada é o SENAI onde as empresas mantêm empregados fazendo cursos ou estágios, sendo o custo dividido entre esses.

A indústria calçadista propicia o crescimento econômico de outros setores como o de componentes para calçados, como solas, palmilhas, adesivos, dentre outros, alavancando o comércio e prestação de serviços. A maioria dessas indústrias é composta por pequenas e médias empresas, e em menor número por grandes empresas.

3 Os problemas principais e gerais enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil e na cidade de Franca.

O Brasil foi considerado pela pesquisa feita pelo Banco Mundial, como um dos países que oferece as piores condições de vida para as empresas, constituindo-se de uma cultura antinegócios que cria obstáculos para o crescimento econômico do País. (ALCÂNTARA; SILVA, 2004)

O crédito é escasso e caro, devido à falta de garantias reais por parte das MPEs, elevando assim a taxa de juros e diminuindo a oferta pelo mercado financeiro. Ainda, a lentidão da Justiça é outro problema que beneficia os devedores. Segundo pesquisa realizada pela organização *The Word Justice Project,* que mede a percepção da população sobre a efetividade da Justiça, o Brasil ficou na vigésima sexta posição no ranking mundial (MELO, 2011).

Para as MEs e EPPs, conseguir crédito não é uma tarefa fácil. As taxas de juros são muito elevadas, pois os bancos não querem compartilhar riscos com os empresários. Na realidade, o problema da obtenção de crédito está subsumido ao fato de que os pequenos empresários não possuem condições de garantir os empréstimos solicitados. Outro fator que contribui de forma negativa para a concessão de empréstimos aos MPEs é a legislação brasileira, que deixa o credor em situação desprivilegiada.

Atualmente, existe uma tendência do sistema financeiro em conceder um tratamento especial aos micro e pequenos empresários, o que não significa que o crédito tenha se tornado fácil e abundante. Isto se deve principalmente ao fato da grande concorrência existente no sistema financeiro para a prestação de serviços nas grandes corporações, o que reduziu consideravelmente esses serviços, levando as instituições a investirem em um novo mercado.

A dificuldade na aquisição de crédito inviabiliza o acesso dos pequenos empreendedores a novas tecnologias, que são investimentos de alto custo e extremamente necessários no mundo globalizado; ao capital de giro (que proporciona a facilidade de compra de matérias-primas à vista, conseguindo assim um desconto maior e aumentando os lucros) e a consultorias contábil, jurídica e administrativa, prejudicando assim o sucesso das empresas (CANAVEZ, 2004, p.87).

A falta de capacidade gerencial é considerada por estudiosos como sendo o principal fator de insucesso das empresas. Ocorre que, a maioria dos empresários quando da abertura de seus negócios, não possuem conhecimentos administrativos suficientes para gerenciamento do próprio negócio. Os empreendedores no Brasil resolvem abrir seus empreendimentos devido ao desemprego, aventurando-se em negócios que desconhecem, ou que na maioria das vezes, falta mercado para tal.

Como o capital inicial exigido para a abertura de uma micro ou pequena indústria de calçados é considerado

um investimento relativamente pequeno, esses ex-empregados utilizam-se do pagamento de suas verbas rescisórias e iniciam uma pequena indústria, geralmente localizada nos fundos da própria residência. Como esses microempresários possuem conhecimentos técnicos acerca do produto, inicialmente esse negócio começa a evoluir e aumentar o número das vendas. É nesse momento que começam a ocorrer os problemas advindos do despreparo para a administração do negócio. O microempresário não sabe fazer os custos de forma correta, e geralmente diminui o preço de seu produto para competir no mercado, sem ter a exata noção de que está obtendo prejuízos ao contrário de lucros (CANAVEZ, 2004, p.125)

O processo torna-se um círculo vicioso, pois, as consequências começam a aparecer. Falta dinheiro para pagar os fornecedores, empregados, impostos, pois este não possui capital de giro, haja vista que o valor investido inicialmente é muito pequeno e não existem reservas para outras necessidades e eventualidades. Neste momento o microempresário começa a tomar empréstimos bancários a juros altos, ou utiliza-se de limites de crédito de cheque especial, caindo numa ciranda financeira.

A falta de conhecimentos cria uma falsa ilusão da receita que estão auferindo, sem ter a exata noção de seu lucro líquido. A maioria não tem conhecimento sobre os documentos, guias e demais papéis que envolvem a dinâmica empresarial diária, podendo-se citar nota fiscal, duplicata, dentre outros. Os microempresários em geral não têm a percepção que precisam acompanhar as tendências do mercado consumidor e não conseguem adequar-se à demanda, pois sua capacitação não lhe permite planejar e executar metas a longo prazo (CANAVEZ, 2004, p.82).

Outro fator constatado é a ociosidade da capacidade instalada da empresa, ou seja, o micro e pequeno empresário não tem a exata noção do maquinário que precisa dispor para a produção de seu produto. Na maioria das vezes investe muito dinheiro na aquisição de máquinas que para aquele momento seriam totalmente dispensáveis. Assim, como investe o pouco capital de forma desnecessária, acaba por ficar sem capital de giro para financiamento da produção e geralmente, toma empréstimos, quase sempre, impossíveis de pagar.

É importante que o empreendedor tenha consciência que necessita ser capacitado para poder gerenciar sua empresa, pois a política econômica é muito instável, a carga tributária elevada e o crédito escasso. Sem capacidade gerencial a empresa não sobrevirá no mercado.

Existem atualmente uma série de órgãos e instituições aptos a orientar os empresários nesse sentido, devido à grande importância que as MEs e EPPs desempenham na economia brasileira. O SEBRAE é um órgão especializado que possui uma série de cursos de capacitação gerencial, inclusive em parceria com órgãos como o SESI, dentre outras entidades, a maioria delas de natureza gratuita, além de dispor de consultoria, também gratuita e disponibilizada aos micro e pequenos empresários. Mas existem empecilhos de ordem cultural para a devida disseminação e aproveitamento das ferramentas existentes de capacitação gerencial dos empreendedores, a maioria só procura o apoio do Sebrae ou de outros profissionais especializados quando sua empresa já se encontra em situação difícil no mercado (CANAVEZ, 2004, p.83).

No Brasil a cultura de planejamento do negócio é pouco difundida. Pode-se afirmar que, apesar do brasileiro ser considerado um dos povos mais empreendedores do mundo, continuam agindo primariamente, com falta de planejamento e total desconhecimento do mercado em que irão atuar.

A pesquisa de mercado é uma importante ferramenta para quem está abrindo o próprio negócio, pois permite coletar informações junto ao consumidor, ao concorrente e ao fornecedor, propiciando tomar decisões corretas e seguras, ou mesmo solucionar problemas. Portanto, conhecer o mercado no qual se pretende atuar é um passo fundamental para que a MPE possa obter sucesso. O ideal é elaborar um plano de negócios que propicia uma diminuição dos riscos do empreendimento, pois uma vez identificados tornará mais fácil reduzi-los ou mesmo evitá-los completamente. Cumpre ressaltar que, em países como nos Estados Unidos, o plano de negócios é considerado pré-requisito básico para a abertura e gerenciamento do dia-a-dia de qualquer negócio.

A carga tributária no Brasil gira em torno de 35,7% do Produto Interno Bruto – PIB (VALOR ECONÔMICO, 2014) com uma poupança interna com taxa de 19,2% do PIB (EXAME.COM, 2015), quando o ideal para o crescimento sustentável é de 25% (ALCÂNTARA; SILVA, 2004).

Segundo Lázaro Evair de Souza (2003, p. 48-53) inúmeras “obrigações tributárias devem ser atendidas pelas empresas brasileiras. No cálculo estão incluídas, além dos impostos, as taxas e contribuições que incidem sobre a produção."

O excesso de leis e normas rouba tempo e dinheiro dos microempresários, que deveriam ser dispensados com o crescimento do negócio. O pior é que mesmo despendendo tempo e dinheiro, ainda assim não conseguem manter-se na legalidade, pois segundo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, cerca de 300 normas são editadas ou reeditadas anualmente. (SOUZA, 2003, p. 48).

As empresas em geral, utilizam-se da terceirização de etapas produtivas para a fabricação dos calçados, conforme abordado anteriormente. Ocorre que, apesar de reduzirem custos e aumentar a produtividade, essa

terceirização ocasiona uma série de problemas trabalhistas a essas empresas, já que nos termos da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho, que atribui responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas de origem trabalhista aos empregados das bancas contratadas. Ainda, sofrem problemas de ordem fiscal, haja vista que a maioria das bancas terceirizadas não se constitui legalmente, em consequência não emitem nota fiscal e não registram os empregados.

Em relação à comercialização da produção de calçados de Franca, há um consenso entre os empresários no sentido de que se trata este de um ponto fraco. No mercado interno as empresas vendem através de representantes, ou diretamente a varejistas e lojistas. No mercado externo geralmente o agente de exportação determina o que deve produzir, a empresa é contratada, não coloca marca própria e não investe em marketing.

> [...] são ainda muito poucas as empresas que procuram fixar suas próprias marcas, registrar patentes, obter certificações, estabelecer padrões. Sobretudo no mercado externo, é tímida a estratégia de marketing e divulgação. O produto brasileiro, em geral, e o de Franca, em particular, não são conhecidos, e é insignificante a participação em feiras internacionais. (SUZIGAN, ano, p. 312)

Ainda, não há interação com outros fabricantes e fornecedores no sentido de cooperação ou ações conjuntas das empresas. O clima existente entre os empresários é de competição e desconfiança (CANAVEZ, 2004, p. 128).

O Poder Público Municipal tem efetivado algumas ações e projetos visando incentivar a criação e manutenção das MPEs na cidade, nos diversos segmentos econômicos. Referidas ações são traduzidas pela criação do banco do povo que concede empréstimos de pequeno valor; a incubadora de empresas que funciona mediante cessão de infraestrutura, apoio técnico, administrativo e de serviço (PREFEITURA DE FRANCA, 2015).

A Prefeitura de Franca possibilitou às empresas a compra de lotes no Distrito Industrial com incentivo de 40% do valor, para a construção de seus estabelecimentos. Ainda, existe uma parceria Prefeitura e Sindifranca no sentido de facilitação da participação de micro e pequenos empresários em feiras e eventos em todo o Brasil, como a Francal, Couromoda, entre outras. A incubadora de empresas de Franca foi inaugurada em 26/05/2000 e tem capacidade para 14 empresas. Trata-se de um programa de assistência temporária a empresas nascentes, por 12 meses prorrogáveis por igual período, criado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP/CIESP, com o apoio do SEBRAE e do Poder Público Municipal, por acreditarem que a sobrevivência das MPEs depende do apoio que recebem em sua fase inicial. Busca introduzir as novas empresas no contexto sócio-econômico local; aumentar as chances de sucesso da empresa; desenvolver empresas competitivas; promover a inovação tecnológica; gerar empregos; formar empreendedores e fortalecer a economia local (CANAVEZ, 2004, p. 45-146).

Oportuno lembrar que, apesar dessas ações terem se efetivado, ainda podem ser consideradas muito tímidas em relação às ações que o Poder Público possa vir a tomar no sentido de possibilitar o desenvolvimento econômico local.

4- Considerações finais

Na realidade, os problemas enfrentados pelos micro e pequenos empresários da cidade de Franca são os mesmos dos demais, salvo algumas particularidades do setor calçadista.

A importância do segmento passou a ser percebida pelos Governos ainda na década de 60, quando começaram a ser editadas leis visando o favorecimento do segmento empresarial, que se seguiram por outras consideradas um grande avanço legislativo nesse sentido. No entanto, muito ainda se pode fazer por essas empresas. Na realidade, os olhos de todos sempre estão voltados de forma mais atenta para as grandes corporações, incluindo o governo, economistas, comentaristas políticos e a própria sociedade.

A globalização da economia refletiu diretamente sobre as micro e pequenas empresas. Em Franca, esses efeitos foram sentidos de forma mais incisiva devido à total dependência econômica da cidade em relação ao setor calçadista, ocasionando uma verdadeira desagregação social e econômica, já que os outros setores econômicos como o comércio e os serviços eram totalmente dependentes da renda gerada por essas empresas (CANAVEZ, DONADELI, 2014, p. 742).

O mercado global é muito competitivo e é nesse ambiente que as micro e pequenas empresas têm que atuar. Vislumbra-se uma vantagem do segmento, que se traduz na facilidade de adaptação às mudanças econômicas, mas uma deficiência mercadológica e competitiva grande. A maioria das MPEs não conseguem adequar-se à demanda do

mercado que muda constantemente, o que acarreta a perda de mercados.

Em relação à informalidade, ressalte-se que existem no Brasil milhões de empresas informais devido ao alto custo, aos processos burocráticos de constituição e da alta carga tributária a que estão sujeitas. Portanto, pode-se e deve-se criar mecanismos que simplifiquem o procedimento burocrático e que reduza a carga tributária, pelo menos nos três primeiros anos de atividade da empresa. Essas atitudes devem ser tomadas pelo governo e poderiam traduzir-se em grandes benefícios ao País que, fortalecendo suas empresas, aumentaria a arrecadação, a geração de renda, ocasionando o aquecimento das vendas, além de melhorar as condições sociais dos envolvidos, provocando o desenvolvimento econômico e social sustentável.

A regulamentação legislativa atual aplicável às micro e pequenas empresas constitui-se de normas benéficas e que propiciam vantagens a estas, como a simplificação de procedimentos e no recolhimento de tributos, mas ainda é muito pouco perto do que pode ser feito.

No geral, as empresas dispõem de ínfimos recursos financeiros para potencializar sua atividade econômica no mundo globalizado, onde as grandes corporações desfrutam de vantagens competitivas por disporem de recursos que as permitam utilizar as mais caras e modernas assessorias, de especializar seus executivos, e como retratado, possuem mais facilidade de acesso ao crédito por possuírem patrimônio suficiente para garantir seus empréstimos.

A economia local foi e ainda é muito dependente desta atividade coureira-calçadista, empregando um grande contingente de trabalhadores e que o desempenho econômico do município como um todo está em estreita relação com o desempenho de seu parque industrial.

Portanto, espera-se que os governantes entendam as benesses que poderão advir de tal iniciativa e procurem efetivar os mecanismos criados para propiciar o crescimento e fortalecimento das empresas situadas em seu território. Finalmente, conclui-se que, as microempresas e empresas de pequeno porte são poderosos instrumentos para fortalecer a economia brasileira e no caso da pesquisa, a economia de Franca, com a efetivação de projetos visando fortalecer o potencial competitivo da indústria calçadista.

Referências

ALCÂNTARA, Eurípedes; SILVA, Chrystiane. **O Brasil entre os piores do mundo.** *Revista Veja,* São Paulo, ed. 1838, p. 1-8, 28 jan. 2004. Disponível em: <http://www.veja.abril.uol.com.br>. Acesso em: 2 fev. 2004.

BRAGA FILHO, Hélio. **Projeto para viabilização do desenvolvimento econômico do município de Franca.** In: CAMPANHOL, Edna Maria. *Alternativas para o desenvolvimento socioeconômico de Franca.* Franca: FACEF, 1998. p. 45-111.

BRAGA FILHO, Hélio. **A reorganização da indústria de calçados de Franca.** *Franca: Revista do curso de Pós-graduação em Administração:* Gestão Empresarial da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca, v. 3, n. 2, p. 99-124, 2000.

CAMPANHOL, Edna Maria. **A globalização e a economia regional revisitada:** o caso de Franca. In: OLIVEIRA, Lélio Luiz de. (Coord.). *Trilhas econômicas de Franca:* passado e presente. p. 45-46. Franca: FACEF, 1999.

CANAVEZ, Luciana Lopes. **As microempresas e as empresas de pequeno porte do ramo calçadista da cidade de Franca:** identificação das causas de crise econômico-financeira, formas de viabilização e manutenção dos negócios. UNIFRAN, Franca, 2004 (Dissertação de mestrado, 2004).

CANAVEZ, Luciana Lopes; DONADELI, Paulo Henrique. **Um estudo particular do setor calçadista de Franca:** a formação histórica da economia regional e os novos paradigmas do mundo globalizado. *In:* Carvalho Neto, Silvio (Org.); OLIVEIRA, Paulo de Tarso. Desenvolvimento e interdisciplinaridade: ensaios, projetos e relatos de pesquisa. Franca (SP): Uni-FACEF, 2014, p- 735-744.

COUTINHO, Antônio Carlos. **Resumo da origem e evolução da indústria calçadista francana.** Disponível em: http://www.sindifranca.org.br/historico.htm. Acesso em: 03/06/2004.

EXAME.COM. **IBGE revisa taxa de poupança de 2010 de 17,5% para 19,2%.** Disponível em: http://exame.abril.com.br/economia/noticias/ibge-revisa-taxa-de-poupança-de-2010-de-17-5-para-19-2>. Acesso em:

29/07/2015.

MELO, João Osório de. **Percepção da Justiça.** Relatório traz índice de efetividade da Justiça no mundo. <Disponível em: http://www.conjur.com.br/2011-dez-29/relatorio-traz-radiografia-percepcao-estado-dureito-66-paises. Acesso em: 10/06/2015.

MOREIRA, Assis. **Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, diz OCDE**. Disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde>. Acesso em: 29/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Banco do povo paulista.** Disponível em:<http://www.franca.sp.gov.br/portal/prefeitura/utilidades/banco-do-povo-paulista.html. Acesso em: 29/07/2015.

____. **Incubadora de empresas.** Disponível em:<http://www.franca.sp.gov.br/portal/desenvolvimento/empresas/incubadora-de-empresas.html>. Acesso em: 29/07/2015.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 27/07/2015.

SOUZA, Lázaro Evair de. **As lições e os ganhos da União.** Pequenas Empresas Grandes Negócios*,* Rio de Janeiro, n. 162, p. 48-57, jul. 2002.

SUZIGAN, Wilson et al. **Sistemas produtivos locais no Estado de São Paulo: o caso da indústria de calçados de Franca.** In: TIRONI, Luiz Fernando. (Coord.). *Industrialização descentralizada:* sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.

ATIVIDADES INOVATIVAS NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DA PINTEC (1998-2011)

INNOVATIVE ACTIVITIES IN BRAZILIAN TEXTILE SECTOR: DATA ANALYSIS OF PINTEC (1998-2011)

Sessão temática: Cadeias produtivas e Desenvolvimento

NICOLAU, Maraisa Cristina
Univ. Estadual Paulista – Campus de Jaboticabal
Graduanda em Administração
maraisacn@yahoo.com.br

BORGES, Ana Claudia Giannini
Univ. Estadual Paulista – Campus de Jaboticabal
Professora Doutora
agiannini@fcav.unesp.br

Resumo

O setor têxtil vem passando por constantes transformações após a abertura comercial da década de 1990, o que tem impactado na sua competitividade. Assim, as inovações ganham destaque como estratégia para esse setor. Frente a isso, o presente trabalho objetiva identificar o processo de inovação no setor têxtil brasileiro, no período de 1998 a 2011, especificamente na fabricação de produtos têxteis e na confecção de artigos do vestuário e acessórios. Para tal, fez-se revisão bibliográfica e coleta de dados na Pesquisa Industrial de Inovação (PINTEC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obteve-se que as principais inovações realizadas são do tipo organizacionais e/ou de marketing (57%) e produto e processo (41%), utilizando para financiamento, principalmente, recursos próprios. O crescimento das inovações é prejudicado pela falta de financiamento, custo, mão de obra e riscos econômicos.

Palavras-chave: Setor têxtil, Inovação, PINTEC.

Abstract

The textile sector has undergone constant transformations after trade liberalization of the 1980s, which has impacted on competitiveness of sector. Thus, innovations are highlighted as a strategy for this sector. Faced with this situation, the present study aims to identify the innovation process in the Brazilian textile industry, from 1998 to 2011, specifically in the manufacture of textiles and manufacture of clothing items and accessories. To this end, we made a literature review and data collection in the Innovation Industrial Research (PINTEC) of the Brazilian Institute of Geography and Statistic (IBGE). It was found that the main innovations are made of product and process, using own resources for funding. The growth of innovations are hampered by lack of funding, cost, manpower and economic risks.

Keywords: Innovations, Textile sector, PINTEC.

1 INTRODUÇÃO

O setor têxtil brasileiro tem passado por constantes transformações, principalmente, após a abertura comercial na década de 1990. Esta abertura propiciou um acirramento da concorrência no mercado nacional, o que explicitou a necessidade das empresas adotarem novas estratégias, para que elas se mantenham competitivas.

Relevante para a manutenção das empresas no meio competitivo, a inovação tem ganhado destaque para empresas e países. Entretanto, pouco se sabe do desenvolvimento do processo inovativo nos setores de baixa e média tecnologia, visto que recorrentemente os estudos são destinados a setores altamente tecnológicos. Dentre os setores

com baixa ou média tecnologia, destaca-se o têxtil, parte importante e tradicional na economia de diversos países. (COSTA *et al*, 2011)

Frente a isso, é relevante compreender como as empresas do setor tratam a inovação. Assim, este trabalho objetiva identificar o processo de inovação no setor têxtil brasileiro, no período de 1998 a 2011.

2 INOVAÇÃO

A inovação é fundamental para a competitividade, inclusive para as indústrias de baixa e média tecnologia, incluindo indústrias convencionais e experientes como as do setor têxtil.

Pioneiro na discussão referente à inovação, Schumpeter aborda a concorrência não somente realizada pelos preços, mas a partir de novas mercadorias, novas tecnologias, novas origens de oferta, além de novos tipos de organização (COSTA; ROCHA, 2009).

Entretanto, para as autoras é imprescindível saber desassociar as inovações de oportunidades tecnológicas, já que a inovação pode ser através de tecnologias já existentes, aperfeiçoando-as, utilizando-se inclusive de estratégias de marketing.

Besanko et al. (2006), ao discutir o tema, traz Schumpeter, pois para este determinadas empresas se valem de oportunidades inovativas para evoluir, destruindo as fontes de vantagem competitiva já existentes e as substituindo por outras novas. Este processo acontece em períodos (choques), o que foi denominado, por Schumpeter, como processo de destruição criativa.

De acordo com Schumpeter (1984), a empresa que inova detém maiores ganhos através das inovações. Sendo assim, "O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial." (SHUMPETER, 1984, p. 112)

Neste processo de destruição criativa, tem-se o incentivo necessário que dá o impulso e a dinâmica capitalista. De acordo com Shumpeter (1984), a empresa que pratica a inovação apodera-se dos ganhos obtidos com a inovação. Diante disto, a empresa aumenta a sua acumulação a partir dos lucros gerados pela inovação. Consequentemente, as empresas usam os lucros obtidos para realizar novas atividades inovativas, o que possibilita novas estratégias e investimentos de Pesquisa e Desenvolvimento, com o intuito de se manter na liderança de mercado.

Para Besanko et al. (2006), o processo de criação e inovação é extremamente dinâmico, portanto se uma empresa pára de inovar e fica apenas lucrando com as inovações já realizadas, outras empresas rivais podem substitui-la. Logo, torna-se imprescindível que as empresas ganhem vantagem competitiva, criando os próprios choques sem esperar as mudanças naturais do ambiente competitivo (SCHUMPETER, 1984).

3. PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PINTEC)

A Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) é realizada em todo o território nacional, trienalmente, pelo IBGE. Ela compreende informações sobre inovações em produtos e processos, com relação às empresas que estão registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

O manual da PINTEC baseia-se no manual de Oslo que se refere às inovações de produto e processo agregadas a partir de seu ambiente organizacional, suas inovações e marketing. Porém, segundo o Manual PINTEC (2013), as indústrias de baixa e média tecnologia assimilam menos inovação.

A pesquisa da PINTEC (2013, p. 12) tem "por objetivo a construção de indicadores setoriais, nacionais, e regionais, das atividades de inovação nas empresas do setor da Indústria", o que proporciona às empresas analisar e acompanhar o desenvolvimento dos indicadores de seus setores.

A pesquisa se aprofunda no que tange à inovação, bem como em aspectos relativos ao tema, tais como:

> os gastos com atividades inovativas; fontes de financiamento destes dispêndios; impacto das inovações no desempenho das empresas; fontes de informações utilizadas; arranjos cooperativos estabelecidos; papel dos incentivos governamentais; arranjos cooperativos; papel dos incentivos governamentais; obstáculos encontrados às atividades de inovação; inovações organizacionais e de marketing; e uso de biotecnologia e nanotecnologia. (PINTEC, 2011, p. 12).

Para os estudos da PINTEC são consideradas as empresas industriais e as suas atividades produtivas que são classificadas de acordo com o CNAE 2.0 (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas).

De acordo com a PINTEC (2013), as inovações são classificadas por produtos e processos novos ou substancialmente aprimorados, e as análises são baseadas nas inovações tecnológicas de produto e processo e nas inovações organizacionais e de *marketing*. A abordagem utilizada é referente ao sujeito (agente inovador) e as informações obtidas são referentes ao comportamento, às atividades empreendidas, aos impactos, aos obstáculos entre outros fatores. (PINTEC, 2013)

As empresas realizam atividades com o objetivo de inovar e introduzir novos produtos e processos, sendo de dois tipos: atividades ligadas à P&D, sendo a pesquisa básica, aplicada ou o desenvolvimento experimental; e as atividades não associadas com P&D, que se referem à aquisição de bens, serviços e conhecimentos externos. (PINTEC, 2013)

O Manual da PINTEC (2013) destaca que um dos aspectos relevantes para a pesquisa é a mensuração dos recursos alocados nas atividades inovativas, tornando possível a comparação com outros setores, países e variáveis econômicas através da contabilização monetária realizada.

No Manual há, também, a apresentação das categorias utilizadas para a análise, que são: Atividades internas e externas (adquiridas) de P&D; Aquisição de conhecimentos externos (transferência de tecnologia através da compra de licença de direitos, patentes, marcas, aquisição de know-how entre outros); Aquisição de *software*; Aquisição de máquinas e equipamentos; Treinamento (orientado ao desenvolvimento de novos produtos e processos); Introdução de inovações no mercado (pesquisa de mercado, publicidade); e Projeto industrial e outras preparações técnicas para a produção e distribuição.

A PINTEC também se preocupa em avaliar qual é o impacto das inovações ao produto, ao mercado, ao processo, ao meio ambiente, à saúde e segurança e ao enquadramento em regulamentações e normas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em síntese, a pesquisa pode ser uma forma de solucionar os problemas propostos, que é realizada através da utilização de métodos, técnicas e procedimentos científicos, possuindo várias fases, desde a formulação dos problemas até a obtenção de um resultado. (GIL, 2002) Para a realização deste artigo, fez-se revisão bibliográfica sobre inovação. Para a obtenção de dados sobre inovação, utilizou-se a Pesquisa Industrial de Inovação (PINTEC) que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa engloba a coleta de dados ao longo de um triênio, sendo o primeiro de 1998-2000. Os dados sobre inovação são apresentados por setor no âmbito do país. É importante destacar que a PINTEC é uma base que compreende informações sobre inovações em produtos e processos, com relação às empresas que estão registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF).

Para esta pesquisa, são utilizados os relatórios dos seguintes triênios: Pintec 2000 (período de 1998-2000); Pintec 2003 (período 2001-2003); Pintec 2005 (período 2003-2005); Pintec 2008 (período 2006-2008); e Pintec 2011 (período 2009-2011). Especificamente, para este trabalho, são analisados os seguintes temas: tipo de atividade inovativa, grau de novidade das inovações, grau de importância para atividades no processo inovativo, fontes de financiamento, problemas e obstáculos encontrados às atividades de inovação para as empresas que inovam e que não inovam.

É importante ressaltar que a produção têxtil é compreendida por três grandes elos (IEMI, 2014): Produção de fibras e filamentos químicos; Produção de têxteis básicos (que incluem os fios têxteis, os tecidos planos, os tecidos de malha e os não tecidos); Produção de artigos confeccionados (que abrange os vestuários, os artigos da linha lar e artigos técnico-industriais).

Para esta pesquisa, o campo de estudo abrange os seguintes elos do setor: a) fabricação de produtos têxteis; e b) artigos e confecção de artigos de vestuário e acessório, cuja nomenclatura foi extraída da pesquisa Pintec (2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a PINTEC (2013), as empresas podem inovar principalmente a partir de duas formas: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e aquisições de bens, serviços e conhecimentos gerados fora da empresa. Entretanto, há outras maneiras, tais como: junção de tecnologias existentes ou aplicação destas de outra forma, além da agregação dos conhecimentos adquiridos pela empresa.

Segundo estudos setoriais da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2009), o processo de inovação do setor têxtil está atrelado a outras áreas, como por exemplo, a indústria química e de bens de capital. Dentro do setor, observa-se que o desenvolvimento de produto, surge de acordo com a demanda, tornando os ciclos dos produtos de tecelagem e confecção cada vez menores.

Costa et al. (2011) também indicam que a inovação no setor têxtil surge, principalmente, através da convergência de outras áreas e tecnologias. A relação com outros setores proporciona, àqueles mais obsoletos, a oportunidade de alcançar novas técnicas e tecnologias, tendo como resultado novos produtos têxteis e/ou modificações nas características dos produtos já existentes.

A partir das variáveis selecionadas pela PINTEC (2013) para as empresas que implementaram inovação do setor de fabricação de produtos têxteis e confecção de artigos e acessórios do vestuário, durante o período analisado (1998-2011), tem-se que, do total de empresas analisadas, 78% realizaram inovação e, destas, 57% fizeram inovações organizacionais e/ou de marketing, 41% em produto e/ou processo e 2% interromperam o processo de inovação iniciado.

A quantidade de empresas que inovam em fabricação de produtos têxteis (TABELA 1) teve o seu ápice no período de 2003-2005, quando 1.382 empresas inovaram em produto e/ou processo e 1.713 empresas implementaram inovações organizacionais e/ou de marketing, do total de 4.154 empresas. O último período apresenta um total de 3.968 empresas, sendo que 1.054 inovaram em produto e/ou processo e 1.033 em atividades organizacionais e/ou de marketing.

TABELA 1 – Total de empresas que implementaram inovação do setor de Fabricação de produtos têxteis, no Brasil, no período de 1998-2011.

Período	Empresas			
	Total	Que implementaram		
		Inovação de produto e/ou processo	Apenas projetos incompletos e/ou abandonados	Apenas inovações organizacionais e/ou de marketing
1998-2000	2 824	900	75	1 341
2001-2003	3 173	1 111	42	1 281
2003-2005	4 154	1 382	69	1 713
2006-2008	3 532	1 265	60	1 310
2009-2011	3 968	1 054	23	1 033

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

Para as empresas do setor de confecções de acessórios e artigos do vestuário (TABELA 2), o total de empresas analisadas têm aumentado. No período de 2003-2005, observa-se que houve uma redução no numero de empresas que inovaram em produto e/ou processo, seguido de aumento nos triênios seguintes. Para as inovações organizacionais e/ou de marketing, identifica-se crescimento durante os períodos, com queda na quantidade de empresas no período de 2006-2008.

TABELA 2 - Total de empresas que implementaram inovação do setor de Confecção de artigos do vestuário e acessórios, no Brasil, no período de 1998-2011.

Período	Empresas			
	Total	Que implementaram		
		Inovação de produto e/ou processo	Apenas projetos incompletos e/ou abandonados	Apenas inovações organizacionais e/ou de marketing
1998-2000	8 902	2 334	59	5 061
2001-2003	11 726	3 782	131	5 743
2003-2005	12 162	3 403	234	6 236
2006-2008	14 746	5 419	387	5 842
2009-2011	18 506	5 935	233	7 592

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

Em relação às empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios, a grande maioria das empresas implementaram atividade inovativa de organizacionais e/ou de marketing, em todos os períodos.

Outro aspecto analisado pela PINTEC é o grau de novidade das inovações. Para tal consideram-se três situações: novidade apenas para a empresa: novidade para o mercado nacional; novidade para o mercado mundial.

De acordo com as inovações de produto, de ambos os setores (fabricação de produtos têxteis e confecção de artigos e acessórios do vestuário), para o período de 2003-2011, tem-se como destaque as inovações realizadas que são consideradas novas para a empresa, porém já existentes no mercado nacional; e em menor quantidade encontra-se as inovações para o mercado mundial (TABELA 3).

TABELA 3 - Grau de novidade do principal produto e/ou processo nas empresas que implementaram inovação, no Brasil, no período de 2003 a 2011.

Período	Atividade	Produto			Processo		
		Novo apenas para a empresa	Novo para o mercado nacional	Novo para o mercado mundial	Novo apenas para a empresa	Novo para o setor em termos nacionais	Novo para o setor em termos mundiais
		Total	Total	Total	Total	Total	Total
2003-2005	Fabricação produtos têxteis	677	134	4	997	119	1
	Confecção de artigos de vestuário e acessórios	1 496	66	2	3062	45	-
2006-2008	Fabricação produtos têxteis	625	164	-	994	64	2
	Confecção de artigos de vestuário e acessórios	2 625	198	40	4 742	182	1
2009-2011	Fabricação produtos têxteis	231	104	7	942	52	22
	Confecção de artigos de vestuário e acessórios	1 586	255	4	5 263	211	3

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

Para as inovações de processo, em ambos os setores analisados, durante o mesmo período, tem-se o mesmo panorama que o anterior. Observam-se que: a maior parte das inovações realizadas foram novas para a empresa, mas já existentes no mercado nacional; e poucos foram os casos das empresas que implementaram inovações consideradas novas em termos mundiais.

Dentre as atividades desenvolvidas para a inovação, a PINTEC distingue quais as atividades e qual o grau de importância (alta, média, baixa e não realizado) que as empresas o consideram para o seu processo inovativo. Para os setores de fabricação de produtos têxteis e confecção de artigos e acessórios do vestuário, durante o período de 1998-2011, destaca-se a aquisição de máquinas e equipamentos como atividade de grau "alto". Outra atividade considerada com grau alto de importância é o treinamento, para os dois setores (TABELA 4).

Tabela 4 - Empresas que implementaram inovações, atividades inovativas e grau de importância (1998-2011)

Período	Atividade	Empresas que implementaram inovações por atividades inovativas desenvolvidas e grau de importância					
		Aquisição de máquinas e equipamentos			Treinamento		
		Alta	Média	Baixa ou não realizado	Alta	Média	Baixa ou não realizado
1998 - 2000	Fabricação de produtos têxteis	518	143	240	393	115	393
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1439	424	471	878	397	1059
2001 - 2003	Fabricação de produtos têxteis	714	193	203	478	127	506
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2524	452	805	1226	362	2194
2003 - 2005	Fabricação de produtos têxteis	970	145	267	580	126	676
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2333	612	458	1331	478	1594
2006 - 2008	Fabricação de produtos têxteis	734	272	259	491	157	617
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3472	925	1022	2256	628	2536
2009 - 2011	Fabricação de produtos têxteis	699	228	127	368	110	575
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3319	1033	1584	2056	789	3090

Período	Atividade	Atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento			Atividades externas de Pesquisa e Desenvolvimento		
		Alta	Média	Baixa ou não realizado	Alta	Média	Baixa ou não realizado
1998 - 2000	Fabricação de produtos têxteis	247	80	573	54	20	826
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	167	48	2118	75	11	2248
2001 - 2003	Fabricação de produtos têxteis	202	19	890	15	12	1084
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	69	39	3674	5	32	3744
2003 - 2005	Fabricação de produtos têxteis	196	25	1161	23	10	1349
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	66	44	3294	35	8	3359
2006 - 2008	Fabricação de produtos têxteis	55	10	1201	6	14	1245
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	99	5	5315	41	26	5352
2009 - 2011	Fabricação de produtos têxteis	89	98	866	47	7	1000
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	28	80	5828	203	34	5698

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

As atividades internas e externas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) são consideradas de baixa importância ou não relevante, porém seus indicadores vêm aumentando ao longo dos períodos.

Para a realização de atividades inovativas, as empresas precisam recorrer a financiamentos. Para apresentar tal informação, a PINTEC subdivide as fontes de financiamento em próprias e de terceiros, para investimento em atividades de P&D e demais atividades. As principais fontes de financiamento para P&D e demais atividades são o recurso próprio, para todos os períodos, e, dos financiamentos de terceiros, o financiamento público, para a maioria dos períodos (TABELA 5).

TABELA 5 - Fontes de financiamento para as atividades de P&D e demais atividades das empresas que implementaram inovação (1998-2000)

Período	Atividade	Fontes de financiamento (%)							
		Das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento				Das demais atividades			
			De terceiros				De terceiros		
		Próprias	Total	Privado	Público	Próprias	Total	Privado	Público
1998 - 2000	Fabricação de produtos têxteis	93	7	6	1	53	47	22	25
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	97	3	2	0	72	28	21	7
2001 - 2003	Fabricação de produtos têxteis	94	6	1	5	77	23	21	3
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	100	-	-	-	84	16	8	8
2003 - 2005	Fabricação de produtos têxteis	97	3	-	2	81	19	6	13
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	83	17	11	5	89	11	5	6
2006 - 2008	Fabricação de produtos têxteis	93	7	1	6	83	17	7	10
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	73	27	-	27	71	29	19	11
2009 - 2011	Fabricação de produtos têxteis	93	7	-	7	81	19	6	14
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	93	7	-	7	73	27	5	22

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

Entretanto, muitas empresas deixam de inovar e abandonam seus projetos por encontrarem problemas e obstáculos que as impedem de desenvolver e implementar as inovações. Durante todo o período de análise, a razão principal para a não implantação de inovações, apontada pelas empresas, são as “condições de mercado” (TABELA 6).

TABELA 6 - Empresas, total e as que não implementaram inovações e sem projetos, com indicação das razões porque não desenvolveram e nem implementaram inovações (1998-2000)

Período	Atividade		Que não implementaram inovações e sem projetos			
				Razões da não implementação		
		Total	Total	Inovações prévias	Condições de mercado	Outros fatores impeditivos
1998 - 2000	Fabricação de produtos têxteis	2 824	1 832	182	1 079	571
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	8 902	6 500	731	3 762	2 007
2001 - 2003	Fabricação de produtos têxteis	3 173	2 020	185	1 405	430
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	11 726	7 814	604	5 296	1 914
2003 - 2005	Fabricação de produtos têxteis	4 154	2 704	320	1 880	503
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	12 162	8 526	715	6 295	1 517
2006 - 2008	Fabricação de produtos têxteis	3 532	2 206	265	1 071	870
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14 746	8 939	1 598	5 209	2 132
2009 - 2011	Fabricação de produtos têxteis	3 968	2 892	100	2 527	265
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	18 506	12 338	2 020	7 856	2 462

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PINTEC (1998-2011).

Em seguida, tem-se “outros fatores impeditivos” e as “inovações prévias”. Vale ressaltar que, dentre as razões que inviabilizaram a implementação da inovação, as “condições de mercado” apresentaram crescimento, para todos os períodos, exceto 2006-2008, quando houve queda (TABELA 6).

Se considerar o grau de importância (alto, média, baixa e não relevante) das razões que impedem as empresas de inovar ou que são problemas e obstáculos para as empresas que inovaram, tem-se que os fatores mais citados pelas empresas, dos dois setores, como de alta importância, são: os “elevados custos de inovação”, os “riscos econômicos sucessivos”, a “escassez de fontes apropriadas de financiamento” e a “falta de pessoal qualificado”. Já os fatores de baixa importância e não relevantes são: “rigidez organizacional”, “fraca resposta dos consumidores”, “dificuldade de se adequar a padrões” e “falta de informação sobre mercados”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que aconteceram no mercado nos últimos anos, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, impactaram a concorrência do setor têxtil tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Neste contexto, as inovações são um diferencial competitivo para as empresas e para o país. Assim, a partir das análises dos dados da PINTEC, para o setor, pôde-se detectar a quantidade de empresas tanto de confecção de artigos do vestuário e acessórios quanto de fabricação de produtos têxteis que implementaram inovações (produto e processo e organizacionais e/ou de marketing) durante os triênios estudados.

As fontes de financiamento são, principalmente, de origem própria e, quando realizada por terceiros, a principal fonte é o financiamento público. Vale considerar que "fontes de financiamento" são apontadas pelas empresas como um dos obstáculos para a implementação de inovações, juntamente com os "elevados custos de inovação", os "riscos econômicos sucessivos", a "escassez de fontes apropriadas de financiamento" e a "falta de pessoal qualificado".

A atividade que recebeu maior grau de importância, nos períodos analisados, para ambos os setores, é a aquisição de máquinas e equipamentos, seguida por treinamentos.

Por fim, pode-se considerar que, embora os setores de confecção de artigos do vestuário e acessórios e de fabricação de produtos têxteis apresentem dados de crescimento em inovação, os problemas e obstáculos impedem que os setores analisados apresentem índices maiores de inovação e, portanto, de competitividade.

REFERÊNCIAS

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA TÊXTIL DE CONFECÇÃO, 2014. Disponível em: < http://www.abit.org.br/>

BESANKO, D., DRANOVE, D., SHANLEY, M., & SCHAEFER, S. (2006). A economia da estratégia. 3 Edição.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; GUIDOLIN, Silvia Maria. Inovação nos setores de baixa e média tecnologia. **BNDES Setorial, n. 33, mar. 2011, p. 379-420**, 2011.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**, n. 29, p. 159-202, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. In: **Didática do ensino superior**. Atlas, 2012.

IEMI, INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. Brasil Têxtil. Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira, 2014.

PINTEC, PESQUISA DE INOVAÇÃO. Disponível em < http://www.pintec.ibge.gov.br/>

SCHUMPETER, Joseph A. O processo de destruição criadora. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRAZILIAN STATE AND REGIONAL DEVELOPMENT POLITICS
Sessão temática: Desenvolvimento Local e Regional

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Econômico Regional
leo.hca@gmail.com

BANDOS, Melissa F. C.
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
Doutora em Administração de Empresas
melissa@facef.br

FARIA, Gilberto F.
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Econômico Regional
gilbertoflorencio@hotmail.com

Resumo

Embora a Política Nacional de Desenvolvimento Regional tenha ganhado traços normativos apenas em 2007 com o Decreto nº 6047, a história mostra que as primeiras politicas que tentaram distribuir o desenvolvimento nacional datam do início do século XX. Nesse sentido, o presente trabalho, através de pesquisa bibliográfica, tem o objetivo de levantar quais as bases teóricas que influenciaram as ações do governo Federal, desde o início do século XX e a atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Também é objetivo do presente trabalho analisar se as diretrizes da PNDR estão em de acordo com o referencial teórico apresentado.

Palavras-chave: Estado Brasileiro, Política nacional, Desenvolvimento Regional

Abstract

Although the Regional Development National Policy has gained regulatory traits only in 2007 with Decree No. 6047, history shows that the first policy that tried to distribute the national development dating from the early twentieth century. In this sense, this study, through literature, aims to raise the theoretical bases which have influenced the actions of the Federal Government, from the early twentieth century and the current National Policy for Regional Development (PNDR). It is also objective of this study was to analyze the guidelines of the PNDR are in according to the presented theoretical framework.

Keywords: Brazilian State, Nacional Politics, Regional Development

1 INTRODUÇÃO

Conhecida por ser uma constituição fortemente alicerçada em bases sociais, nossa Constituição Federal de 1988, trás em si, objetivos claros de erradicação das desigualdades sociais e regionais. Desigualdades estas, que em ultima análise são barreiras para que se possa promover o desenvolvimento.

Acreditamos que, tão importante quanto a definição dos objetivos a serem alcançados pela nação, são as ações e metas determinadas, com intuito de realizar esses objetivos. Nesse sentido, a contraposição dos fatos históricos constatados no desenvolvimento brasileiro, com os objetivos declarados na Constituição Federal, se mostra importante como uma análise, que possa contribuir, com indagações acerca das políticas públicas praticadas em nosso país.

Como sabemos, as políticas públicas tem o papel de implementar as orientações contidas em nossa Carta Magma, sendo importante instrumento na promoção do desenvolvimento, e da remoção das desigualdades sociais e regionais. Esse instrumento político, assume importância estratégica, à medida que é responsável coordenar recursos para promover o alcance do objetivos da nação, criando condições para que haja desenvolvimento.

No que tange aos estudos relativos ao tema desenvolvimento regional, tão importante quanto à caracterização de conceitos é a análise das atividades do Estado para sua efetiva promoção. Partindo dessas premissas, o objetivo do presente trabalho é, através de uma pesquisa bibliográfica, levantar as bases teóricas que influenciaram as ações do Governo Federal, assim como também a atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), fazendo um contraponto, com o que fora instituído como objetivo da nação, na Constituição Federal de 1988.

Para facilitar a compreensão do conteúdo, o presente texto está dividido em três partes. A primeira, a Constituição Federal de 1988 e as Políticas de Desenvolvimento Regional (PNDR), com vistas a entender os valores orientadores da atual PNRD, tratará do arcabouço constitucional e infraconstitucional brasileiro, que coloca a questão do desenvolvimento regional como objetivo da República Federativa do Brasil e como princípio da ordem econômica.

Na segunda, apresentaremos o referencial teórico sobre Desenvolvimento Regional, buscando criar condições para tal avaliação.

Por fim, na terceira e ultima parte, apresentaremos um breve histórico do desenvolvimento Brasileiro, como também do Desenvolvimento Regional em nossa país.

2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Constituição Federal de 1988 é conhecida como Constituição Cidadã devido ao fato de prever e garantir uma série de direitos sociais. Fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte muito influenciada pelo processo de abertura política, a referida norma constitucional plasmou em sua estrutura os anseios mais caros no nosso projeto de Nação. Divida em sete Títulos, é no primeiro, denominado Princípios Fundamentais, que estão expressos, no artigo 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Vejamos a norma:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A leitura atenta do dispositivo constitucional acima transcrito não deixa dúvidas de que estamos organizados na forma de um Estado Constitucional Democrático com o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, através do desenvolvimento nacional, que só será alcançado com a erradicação da pobreza e marginalização, através da redução das desigualdades sociais e regionais. A interpretação sistemática do artigo 3º, conjugada com o panorama histórico, que mostrou ser a questão do desenvolvimento regional no Brasil uma preocupação antiga e constante, não deixando dúvida de que, o desenvolvimento regional é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Mais adiante, no Título VII, que dispõe sobre a ordem econômica e financeira, a Carta Magna ainda prevê no inciso VII do artigo 170 que a redução das desigualdades sociais e regionais é princípio da ordem econômica. Nesse sentido:

> O princípio constitucional geral das atividades econômicas que impõe a redução das desigualdades regionais e sociais retoma uma ideia subjacente no estudo da ordem econômica, qual seja, a de que a economia não pode ser posta a serviço tão-só de um desenvolvimento obtido a qualquer preço, isto é, com o sacrifício, inclusive, da justa retribuição dos benefícios desse processo. Impedir ou não exigir o pleno desenvolvimento dos efeitos sociais do processo econômico como atividade que precisa gerar consequências benéficas no lado social, é negar desenvolvimento pleno e equânime (corrigindo as distorções e disparidades regionais) de um País e suas regiões. E esta obrigação é consequência imediata de um sistema federativo que passa a existir e se justificar dentro da ideia da corresponsabilidade social e econômica. (SENA SEGUNDO, 2007, p. 398).

Tendo status de objetivo da república e princípio da ordem econômica, seria natural que o Estado brasileiro pensasse uma política, engendrasse uma estrutura administrativa própria, com a devida regulamentação para dar efetiva vigência ao preceito constitucional acima mencionado. O Texto Referencia da I Conferência Nacional de

Desenvolvimento Regional explica que a formulação da PNDR é parte do esforço de retomada, no Brasil, do planejamento em geral e de políticas regionais em particular, desde a segunda metade dos anos 1990.

Ainda segundo o referido texto, a política regional é retomada de forma mais densa, no entanto, a partir de 2003, com o lançamento da proposta da PNDR pelo Ministério da Integração Nacional, institucionalizada em 2007 através do Decreto 6047 de 22 de fevereiro de 2007.

A PNDR explicita dois objetivos primordiais: reverter a trajetória das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da diversa base regional brasileira. Transcrevemos os dois primeiros artigos do referido decreto:

> Art. 1o A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3o da Constituição.
>
> Art. 2o A redução das desigualdades regionais se norteia pelas seguintes estratégias:
>
> I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e
>
> II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.
>
> Parágrafo único. As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Da criação do referido decreto até hoje são cerca de nove anos de vigência. Alguns resultados serão analisados mais adiante, com uma breve análise de algumas experiências.

É no início do século XX, mais precisamente em 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que tem início, no Brasil, as políticas federais para desenvolvimento regional, (Senra 2009). No mundo, o Plano de Eletrificação Nacional de 1925 da URSS, que previa construção de várias usinas hidroelétricas e seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e de sua interligação futura e o TVA (Tenesse Vale Authority), de 1933, que introduziu uma nova sistemática de planejamento com o intuito de promover o desenvolvimento de uma região composta de seis Estados nos EUA, (Diniz, 2001) são dois exemplos, em sistemas de produção antagônicos, já na primeira metade do século XX que revelam a importância dada ao desenvolvimento regional.

Entretanto, de forma mais definida e sistemática as bases teóricas do desenvolvimento regional, na perspectiva de Diniz e Crocco (2006) podem ser explicadas através da apresentação de três gerações de políticas regionais; a primeira de orientação keinesiana, a segunda de orientação neoliberal e a terceira, uma combinação das duas primeiras. Para os adeptos da primeira, inexistem instrumentos automáticos de correção dos mercados, motivo pelo qual há a necessidade de intervenção do estado na economia, com enfoque na demanda e na correção das disparidades regionais. Em sentido oposto, para os adeptos da segunda geração os mecanismos de mercado são capazes de garantir o crescimento a longo prazo, o crescimento deveria se dar pela oferta, e não pela demanda, com ênfase na competitividade. A terceira, por fim, representa, para os referido autores, a síntese de fatores endógenos e exógenos.

Senra (2009) indica que no Brasil as politicas de desenvolvimento regional apresentam, também, três períodos, diretamente relacionais com as gerações acima mencionadas: o período pós-guerra (1945-1964), o período pós-golpe militar (1964-1988) e o período pós-constituição de 1988 (1988 até dos dias atuais).

Como características marcantes do primeiro período tem-se a criação de instituições regionais e o programa de metas de JK:

> Todo o período do pós-guerra (1945-1964) é mercado por características nacional-desenvolvimentistas e por políticas públicas de perfil keynesiano, com investimentos do Estado em infraestrutura e industrialização. Esta intervenção estatal ocorre acentuadamente apenas no Governo Juscelino Kubitschek, durante a execução do Programa de Metas, onde se estabelece uma parceria entre os capitais Estatal, nacional e internacional. O nacionalismo é o principal responsável pelo grande número de instituições públicas criadas pelo Governo Federal nesse período. (SENRA, 2009, p. 46).

O segundo período é caracterizado pela centralização institucional e pelo auge do planejamento nacional e regional pelos militares:

> No período histórico Pós golpe-militar, no que se refere às políticas de desenvolvimento regional, explícitas e implícitas, visando a ocupação do território nacional e à diminuição das desigualdades regionais, foram marcas significativas: a) grande centralização do poder no Executivo Federal, promovida pelo caráter de exceção do Governo Militar, o que impossibilitou iniciativas regionais e de outros entes federados; b) valorização máxima do planejamento estatal centralizado, das políticas públicas decididas no Governo

> Federal, o que reduziu a importância de organismos regionais; c) pesados investimentos em infraestrutura econômica para ocupação do território nacional, associados a programas de industrialização, produção agrícola e mineração, desconsiderando vocações e características regionais; d) a criação de polos de industriais e agrícolas, baseados nos investimentos de empresas estatais, assegurados pela forte intervenção do Estado na economia, como forma de concentrar recursos e otimizar resultados; e) utilização em larga escala de políticas de incentivos fiscais e tributários, com base macrorregional. (SENRA, 2009, p. 68).

Finalizando, o terceiro período é caracterizado pelos Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento e pela Política de desenvolvimento regional e territórios de cidadania:

> Nesse período Pós Constituição Federal de 1988, no que se refere às políticas de desenvolvimento regional, explícitas e implícitas, visando a ocupação do território nacional e a diminuição das desigualdades regionais, foram marcas significativas: a) a proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, ENIDs; b) as políticas de desenvolvimento local e territorial, com ênfase na construção de consensos e na promoção da competitividades dos agentes produtivos; c) a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional; d) o Programa de Aceleração do Crescimento; e) a multiplicação e dispersão de instituições voltadas para o desenvolvimento regional; f) O programa Territórios da Cidadania. (SENRA, 2009, p. 102).

Conforme se observa, a preocupação com a distribuição do desenvolvimento no território, de forma equilibrada, já era uma preocupação, desde a primeira metade do século XX, para os dirigentes dos países capitalistas e socialistas. Ademais, mesmo entre os países capitalistas, apesar das diferenças que as três correntes apresentavam no que tange ao papel do Estado no economia, sempre houve tentativas de se planejar o desenvolvimento regional. Também no Brasil, conforme brevemente demonstrado, e com intima relação com as gerações de politicas, os governos, democráticos ou não, buscaram planejar o desenvolvimento regional. A atual Constituição Federal, promulgada em 1988, ao estabelecer os objetivos da República Federativa do Brasil, faz menção a questão do desenvolvimento regional, o que culminou, em 2003, com a criação da Politica Nacional de Desenvolvimento Regional.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para entendermos o conceito de Desenvolvimento Regional, primeiramente, precisamos definir, quais são as bases deste desenvolvimento. Nesse sentido, abordaremos o Desenvolvimento, na perspectiva regional, sob o prisma do conceito de *Desenvolvimento como Liberdade* de Amartya Sen.

> O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p. 16-17).

Ou seja, o desenvolvimento está ligado à capacidade de cada um dos indivíduos que compõem a sociedade, tem para exercer suas escolhas, em todos os níveis da vida social.

> O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo de aperfeiçoamento e de iniciativas. (Ibid. p. 18)

Dando ao conceito de desenvolvimento, uma ênfase, ao ser humano e suas capacidades de realizar seu próprio desenvolvimento. Essa maneira de ver o desenvolvimento, vem contrastar com foco econômico, que era dado ao desenvolvimento. Segundo a teoria capitalista, o desenvolvimento ocorre pelo avanço industrial e tecnológico, em um processo denominado, por Schumpeter (2008), de *Destruição Criativa*, conceito pelo qual o avanço da tecnologia provoca mudanças na economia, no sentido de alterar, tanto a forma, quanto ao conteúdo do trabalho na geração de produtos e serviços destinados à ciranda econômica.

Esse processo de desenvolvimento tem sido o modelo buscado, durante muito tempo, em muitos países. Furtado (2008) destaca no processo brasileiro de desenvolvimento/crescimento a prevalência da “doutrina de que o caminho mais curto para o enriquecimento de uma região ou país [...]” seria “inserir-se no sistema de divisão internacional do trabalho” (Ibid., p. 105). Algo que segundo ele, serviria, e ainda serve, para manter as condições de dependência criadas pelo sistema estabelecido.

Para Furtado (2002), o processo de desenvolvimento brasileiro, fora fortemente calcado na industrialização e caracterizado pelo crescimento e modernização, tendo como um dos seus principais problemas a distribuição da riqueza, gerando problemas estruturais, como a baixa taxa de poupança interna e a propensão ao consumo de produtos importados, pelas classes sociais de maior pode aquisitivo.

Furtado (2002) ainda identifica a baixa escolaridade como um dos principais fatores para manutenção do abismo existente entre as classes de maior e menor poder aquisitivo. Para ele, esse entre outros fatores, como o processo de globalização das economias, tem contribuído para manter o *status quo* social, privilegiando as classes mais fortes, assim como as grandes empresas multinacionais, dentro do paradigma de livre mercado.

Dando nos uma noção, da aplicação dos conceitos de desenvolvimento empregados nas Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento nacional. Como é percebido, Celso Furtado identifica no desenvolvimento Brasileiro falhas estruturais. Falhas essas que corroboram, com o conceito de Desenvolvimento de Amartya Sen, mantendo nosso país no status de *Em Desenvolvimento* ou, como anteriormente era chamado, *Subdesenvolvido*.

No contexto do Desenvolvimento Regional, o desenvolvimento é associado à forma de reação aos desafios da atualidade em uma economia globalizada e cada vez mais, interconectada. Essa forma de reação, em última análise, está associada ao conceito de Capital Social[50]. Para eles o desenvolvimento ocorre,

> [...] através da passagem do momento meramente econômico (momento do individualismo ou egoísta-passional) para o momento político (momento coletivo ou ético-ideológico), ou seja, da elaboração superior das necessidades econômicas para as possibilidades políticas na consciência dos homens. (BECKER; WITTMANN, 2008. p. 57)

Segundo Boisier (1999) a regionalização implantada nos países da América Latina, enfrentou problemas conceituais, sendo que "os esforços de regionalização comtemplaram quase exclusivamente o aspecto econômico" (Ibid., p. 312). Para ele esse processo foi uma tentativa da descentralização do poder e, por estar calcado em diretrizes puramente econômicas, teve insucesso.

Boisier (1999) ainda identifica o modelo centro-periferia como um dos principais entraves para o desenvolvimento calcado em bases regionais, ele cita um série de casos que identificam o desenvolvimento regional com fortes bases endógenas indo contra a ortodoxia econômica e seus princípios de desenvolvimento.

Sendo a descentralização do poder é um dos principais aspectos para que ocorra desenvolvimento regional, para ele, que vê o processo de desenvolvimento fortemente alicerçado em bases endógenas, a centralização e a tomada de decisão de cima pra baixo impede que sejam estabelecidas bases sustentáveis de desenvolvimento regional (BOISIER, 1999).

Não menos importante, que a descentralização do poder, a capacitação da população, para a participação nos processos decisórios importantes do planejamento público, se destaca nessa perspectiva de análise. Sendo, dessa maneira, mais que importantes, os níveis educacionais e culturais, relacionados à capacidade de participação política e, à vida em sociedade.

> A política pública tem o papel não só de procurar implementar as prioridades que emergem de calores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa. O alcance e a qualidade das discussões abertas podem ser melhorados por várias políticas públicas como liberdade de imprensa e independência dos meios de comunicação (incluindo ausência de censura), expansão da educação básica e escolaridade [...] (SEN, 2010, p. 358)

Nos apontando novamente, a importância do Capital Social, o que segundo Kliksberg (in SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 305) é "constituído pelos níveis de confiança, pela capacidade de associatividade, a consciência cívica e os valores éticos dominantes predominantes". Corroborando com essa hipótese, na teoria sistêmica multi-modal, Raadt (2014, p.p. 264-265) relaciona o desenvolvimento com as transformações culturais, relacionadas aos hábitos sociais. Visão esta que se faz importante no sentido em buscar entender, a complexidade do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva modal, que comtempla diversos níveis de influências, competindo para a promoção do desenvolvimento regional.

De onde depreende-se que um dos caminhos para a promoção do desenvolvimento, no sentido da melhoria da condições de vida da população, é a promoção do Capital Social. Como argumentado, a promoção deste forma de capital, é obtida através de investimentos sociais direcionados para a promoção das capacidades individuais. Corroborando, com o previsto em nossa Carta Magma, quando coloca em evidência, a necessidade da promoção do desenvolvimento regional, através da redução das desigualdades.

[50] Conceito primeiramente xxxxxx

4 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Como apresentado no primeiro capítulo, a Constituição Federal Brasileira de 1988, reconhece essa importância para a promoção do desenvolvimento regional. No entanto, políticas macroeconômicas adotadas desde então, nem sempre atendem aos preceitos postulados em nossa constituição.

Para Gonçalves (2013), a historia do desenvolvimento brasileiro foi marcada por períodos de política econômica bem distintos, sendo eles marcados por períodos de liberalismo econômico e de maior participação estatal. Segundo ele, a Era Desenvolvimentista – de 1930 à 1979 – foi marcada por um processo de transformações estruturais, saindo de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, tendo como característica o Nacional-Desenvolvimentismo, calcado na "ideologia ou projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações – intervencionismo estatal – nacionalismo." (GONÇALVES, 2013, p. 36), fruto das recomendações econômicas Keynesianas.

Esse período – de 1930 à 1980 –, conforme Gonçalves (2013), o PIB da indústria apresenta taxas de crescimento acima da média secular, fruto dos planos de Nacional-Desenvolvimento, e da intervenção estatal na regulamentação da economia e do mercado. Pressupostos, estes, abandonados na atualidade e, que tiveram como foco a mudança da estrutura industrial e a redução da vulnerabilidade externa (Ibid.).

Da década de 1980 em diante, "período que começou sob regime militar e terminou em regime democrático" (Ibid., p. 49), culminado com a referida Constituição Federal de 1988, "o país entrou em trajetória de forte desestabilização macroeconômica." (Ibid., p. 49), culminando na adoção de princípios da política econômica neoliberais, em detrimento dos princípios contidos na Constituição Federal de 1988, fundamentados na teoria Keynesiana.

> Ao longo dos anos 1980 e, principalmente, no final desse período, os custos crescentes da instabilidade econômica, os interesses de grupos dominantes, as pressões internacionais e os riscos de perda de legitimidade do Estado convergiram no sentido de direcionar o país para medidas liberalizantes. (Ibid., 50)

Deste período em diante, todos os governos eleitos democraticamente, sob os preceitos da Constituição de 1988, mantiveram políticas macroeconômicas neoliberais, desde os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, até os governos de Lula e Dilma, em contra mão ao disposto em nossa Carta Magma.

No contexto da regionalização, Boisier (1999) faz uma análise das políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil a partir de 1946, com a criação da Comissão para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), para ele esses modelos de desenvolvimento regional foram uma tentativa de descentralizar a tomada de decisões. Segundo seus estudos, aqui no Brasil como em outros países da América Latina, a regionalização teve caráter apenas administrativo, funcionando como artificio planificador.

Para Boisier (1999) os casos de sucesso de políticas de desenvolvimento regional, contam com uma forte base endógena, ou seja, alicerçado nas capacidades da própria região. Segundo ele,

> uma concepção atualizada do desenvolvimento regional leva a reconhecer que se trata de um processo em curso com três cenários interdependentes e de recente configuração: há um cenário contextual, um cenário estratégico, e um novo cenário político (BOISIER, 1996, p. 113).

Diante das idas e vindas das tentativas de descentralização do poder, e das centralizações – a exemplo os períodos militares – em 1999 com a criação do Ministério da Integração Nacional, fez com que o assunto ganhasse força no cenário politico brasileiro. E, com o intuito de equacionar as desigualdades regionais, promover a inclusão social e a valorização cultural, em 2007 foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração Nacional, 2008).

Como vemos, apesar de ser um assunto antigo, as constantes mudanças políticas, ideológicas, conceituais, etc., deixam esse grande hiato entre ações pontuais realizadas no passado e as atuais diretrizes criadas para fundamentar o desenvolvimento do país e equalizar suas desigualdades.

Atualmente, a PNDR tem como base os Arranjos Produtivos Locais (APL's), onde são identificadas as potencialidades locais e, com isso, busca-se dar, através de treinamentos, financiamentos, entre outros, dar maior capacidade para que essas localidades/regiões possam, maximizar suas potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento da região (Ibid.).

Apesar desses avanços em termos de regulamentação de planos e políticas, fica ainda uma critica à forma com hoje estão sendo tratadas as questões regionais, pois, a partir da segunda metade dos anos 1980, com o fim dos Planos de Nacional Desenvolvimento, e com a implementação do ideário neoliberal, o desenvolvimento das regiões

passou a ser cada vez mais, focada na óticas de acumulação privada e na concorrência entre as regiões, através das Guerras Fiscais (COSTA, 2010).

Com isso o que se percebe, é que apesar dos esforços engendrados para a descentralização econômica, polarizada no eixo sudeste-sul, muito há ainda que se fazer em termos políticos, para que essa tendência possa ser revertida. Percebe-se que as ações governamentais, calcadas em bases neoliberais, não promoveram os efeitos necessários para a equalização das desigualdades regionais (Ibid., 2010).

CONCLUSÕES

Podemos perceber, pelos argumentos apresentados, que o desenvolvimento das regiões dependem fortemente das capacidades – educação, saúde, trabalho, - desenvolvidas em cada localidade. O forte componente de desenvolvimento endógeno, percebido nos casos de sucesso, apresentados nos países da América Latina, corroboram com essa visão, nos mostrando que a ênfase no desenvolvimento do capital social e humano é fator primordial para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Como vimos o simples fato do crescimento econômico, não interfere nas dinâmicas de acumulação de capital, não gerando consequentemente capacidades para que as diversas regiões possam engendrar seu desenvolvimento. O abandono dos ideais Keynesianos, e a adoção do ideário neoliberal tem contribuído para a manutenção do *status quo* do desenvolvimento regional brasileiro.

Podemos perceber que as políticas, fortemente baseadas em aspectos econômicos, tem gerado as chamadas Guerras Fiscais, algo que não pode ser revertido em desenvolvimento, uma vez que não aumenta as capacidades sociais regionais, criando apenas um movimento de capitais, que buscam apenas gerar maior acumulação.

Nesse sentido entende-se que as políticas nacionais de desenvolvimento regional, estão em desacordo com o previsto na mais recente formulação constitucional de nossa sociedade, que prevê em seus capítulos primordiais, a redução das desigualdades sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

BECKER, D. F., WITTMANN, M. L.. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares (2 ed.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

Boisier, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: Entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13 – Jun. Tradução de Isabel Villa-Lobos Telles Ribeiro. ILPES/CEPAL, 1996.

Boisier, Sergio. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 19 – Jun. Tradução de Isabel Villa-Lobos Telles Ribeiro. ILPES/CEPAL, 1999.

BRAGA FILHO, Hélio. Contribuição ao estudo do desenvolvimento: os municípios paulistas de Franca e de Araraquara em questão. Franca: Unifacef / Fundep, 2009

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988

BRASIL, DECRETO 6.047 de 22 de fevereiro de 2007.

COSTA, E. J. M. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Brasilia: Mais Gráfica Editora, 2010.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: UFMG/Ministério da Integração Nacional. Economia Regional e Urbana. Belo Horizonte, 2005.

FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. (ed. definitiva). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Gonçalves, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Ministério da Integração Nacional. Política de Desenvolvimento Regional: O que temos a ver com ela? A contribuição da PNDR para a construção de um Brasil de todas as regiões. 2008. Disponível em: http://www.mi.gov.br

RAADT, J. D. R., RAADT V. D. From Multi-Modal Systems Thinking to Community Development. Melbourne Centre for Community Development. Autrália, 2014.

SCHUMPETER, J. A. Capitalism, Socialism and Democracy. New York: Happer Perennial Modern Thought, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A.; KIKSBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. Bernardo Ajzemberg, Carlos E. L. da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENA SEGUNDO, O. A. O princípio constitucional da redução das desigualdades regionais e sociais e sua efetivação jurídico-política na ordem econômica. Revista Direito e Liberdade, Mossoró, v. 7, n. 3, p. 371 – 400 – jul/dez 2007.

SENRA, K. V. Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós Guerra (1945-1964), Pós golpe (1964-1988) e Pós Constituição Federal (1988-2009). (Dissertação em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NO POSTO DE SAÚDE DA PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

ORGANIZATIONAL CLIMATE: A STUDY IN THE HEALTH OFFICE OF SÃO JOAQUIM DA BARRA CITY COUNCIL

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

NOZELLA, Katia Lima
Estácio UNISEB
Graduada em Administração e Pós Graduanda em Gestão de Pessoas
katia_nozella@hotmail.com

BARBOSA, Aline Marques
Faculdade de Ciências Gerenciais - FACIG
Docente no curso de Adm. da FACIG. Especialista em Educação Ambiental e Responsabilidade Social; Administradora.
aline.mbarbosa@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho aborda alguns conceitos relevantes para melhor compreensão do que vem a ser clima organizacional e sua relevância na gestão no mundo contemporâneo. Tem como objetivo principal analisar quais os fatores que impactam no clima organizacional, na motivação e satisfação dos servidores públicos municipais do Posto de Saúde da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra. A proposta metodológica adotada em questão é uma pesquisa qualitativa, sendo descritiva e exploratória, tendo sido escolhido como instrumento de coleta o questionário composto de 8 perguntas. Os resultados obtidos apontam que a falta de treinamento, políticas de incentivo e benefícios, bem como ausência de plano de carreira no setor público são os fatores que mais interferem na satisfação, motivação e por consequência no clima organizacional.

Palavras-chave: Clima Organizacional, Motivação, Satisfação.

Abstract

This paper discusses some concepts relevant to better understanding of what constitutes organizational climate and its relevance in the management in the contemporary world. It has meant to examine what factors impact on organizational climate, motivation and satisfaction of municipal civil servants of the Health Center of the City of São Joaquim da Barra. The methodology adopted in question is a qualitative research, with descriptive and exploratory, and was chosen as the collection instrument consists of 8 questions questionnaire. The results suggest that the lack of training, incentive policies and benefits as well as lack of career path in the public sector are the factors that most influence the satisfaction, motivation and consequently the organizational climate.

Keywords: Organizational Climate, Motivation, Satisfaction.

1 INTRODUÇÃO

O clima organizacional tem adquirido relevância significativa no mundo contemporâneo, pois sabe-se que o fator humano é imprescindível no alcance dos objetivos organizacionais. O ser humano traz consigo muitos anseios e, nesse sentido, as organizações devem buscar mecanismos visando manter o clima organizacional o mais harmonioso possível, propiciando aos funcionários motivação e satisfação.

Quando o assunto é funcionalismo público, tem-se a ideia de pessoas que trabalham somente por obrigação, realizando tarefas mínimas e necessárias. Por acreditar que este julgamento pode ser equivocado, o presente trabalho tem por objetivo investigar os elementos ligados ao clima organizacional, a motivação e satisfação que podem ocasionar um serviço de má qualidade e desempenho inferior.

Torna-se fundamental apurar o clima organizacional de uma empresa, visando descobrir os reais sentimentos deste funcionário (como ele se sente com relação à empresa). Fatores relacionados ao clima, a liderança, a motivação e satisfação destes servidores impactam diretamente nos serviços prestados, por isso independente do tipo de empresa (pública ou privada) o clima deve ser fator relevante para a Administração de Recursos Humanos.

O interesse pelo tema em questão deu-se pela percepção do pesquisador, em virtude do mesmo ocupar cargo público e viver o cotidiano profissional desse ambiente, de que alguns elementos podem contribuir afetando o clima organizacional e por consequência levar ao descumprimento das atribuições atinentes aos cargos.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais elementos relacionados ao clima organizacional que levam o servidor público ao descumprimento de suas funções e, justifica-se por elencar os elementos que interferem na harmonia do clima e no nível de motivação e satisfação destes funcionários, procurando remodelar a visão desta categoria de trabalho perante a sociedade e servindo inclusive como mecanismo de apoio para ações de melhorias na esfera pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definindo Cultura Organizacional

Todas as organizações apresentam uma cultura organizacional que define-se pelos valores preconizados pelos precursores da organização, pelo comportamento de seus colaboradores, pela filosofia que norteia as políticas e o clima de interação entre os funcionários e o público externo (GIL, 2008).

Para Marras (2000), toda empresa (seja ela de pequeno, médio ou grande porte) carrega consigo características culturais particulares que a definem, portanto, possuem uma cultura. Para melhor compreensão, cultura organizacional é um conjunto de valores e crenças criadas pelos fundadores da empresa e que definem a essência dessa organização, não podendo, contudo ser mensuradas.

Ainda segundo o mesmo autor, empresas onde a cultura organizacional é bem difundida entre seus colaboradores, tendem a possuir um clima mais harmonioso entre os funcionários e gestores, eventuais problemas são mais facilmente solucionados, menos divergências pessoais, mais facilidade e comprometimento assumido por todos na resolução de problemas (não existe aquele sentimento de “esse problema é do seu setor, resolva você”).

Segundo Chiavenato (2004), cultura organizacional representa valores, normas informais, hábitos, atitudes que orientam o comportamento dos funcionários no dia a dia e, que orientam suas ações para realização dos objetivos organizacionais. Através de sua cultura a empresa transmite aos seus funcionários seus valores, como a empresa funciona, o que ela pratica; demonstram através do comportamento e atitudes de seus fundadores e funcionários, os valores preconizados por ela. As organizações buscam colaboradores que possuam valores parecidos com aqueles praticados pela empresa, buscando dessa maneira fortalecer a cultura organizacional.

O mercado está vivenciando muitas mudanças e torna-se um desafio aos gestores a manutenção dos valores primordiais da cultura organizacional. Para que isso seja possível, os gestores devem propiciar um clima organizacional positivo, visando à manutenção desses colaboradores na empresa.

Mas o que vem a ser o clima organizacional? Enquanto a cultura determina o que a empresa é, o clima organizacional determina como os funcionários se sentem na organização, como se sentem com relação à cultura organizacional. Está associado com o grau de motivação de cada colaborador, quando a motivação encontra-se elevada entre os membros, o clima organizacional também se eleva traduzindo-se em relações de satisfação, contentamento, utilidade, contribuição etc. Porém, quando há baixa motivação entre os colaboradores seja por empecilhos à satisfação de suas necessidades, seja por frustrações, o clima organizacional tende a reduzir-se, determinando estados de desinteresse, abatimento, insatisfação, em casos extremos podem levar a tumultos, greves ou outras situações onde os membros confrontam-se diretamente com a organização (CHIAVENATO, 2008).

De acordo com Brunelli (2008), as mudanças que ocorrem diariamente no mundo globalizado que vivenciamos, fizeram com que as organizações dessem maior relevância aos seus recursos humanos. Para Chiavenato (2004, p. 577) a Gestão de Pessoas é o “conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com pessoas ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação do desempenho”.

Ainda segundo Chiavenato (2008), as organizações sejam elas públicas ou privadas, necessitam gerir os talentos e as competências de seus colaboradores, a fim de enfrentar as mudanças do mundo contemporâneo. Conforme entendimento do autor, para que a prestação de serviços (públicos ou privados) alcance a excelência, é necessário administrar com competência buscando atingir os objetivos por meio das pessoas.

2.2 Cultura Organizacional no setor público

As instituições públicas possuem características diferentes das demais organizações, estas são caracterizadas como organizações burocráticas, cujos cargos são definidos seguindo uma hierarquia recomendada pelo organograma corporativo. Os trabalhos são realizados de forma sistematizada seguindo regras e regulamentos internos. Neste tipo de corporação algumas variáveis podem intervir no desempenho dos trabalhadores, tais como: plano de cargos e salários, sistema burocrático e mudanças sucessivas de líderes (RODRIGUEZ, apud MORO et. al, 2012).
Corroborando com esta ideia, Carbone (2000), assegura que nas instituições públicas o que afeta a gestão de pessoas são a burocracia, a legislação e os variados interesses políticos. Essas instituições são diferentes das outras não apenas pela estrutura e processos, mas também na conduta e comportamento de seu pessoal; as pessoas são responsáveis pela interação e reciprocidade das variáveis: ambiente organizacional, processo, estrutura e tecnologia. Ademais, a cultura organizacional também intervém no comportamento das pessoas interferindo na situação laboral criando um ambiente mais relutante às inovações e menos produtivo.

Para Saraiva (2002), o setor público conserva particularidades que são primordiais no entendimento do comportamento humano e consequentemente do clima organizacional. São características das instituições públicas que afetam no comportamento humano: relutância a mudanças, sentimentos de desestímulo, estabilidade, equidade salarial e despreocupação com o alcance dos resultados.

Segundo Moro et. al (2012), assim como em qualquer organização, o capital humano é o grande diferencial das instituições públicas, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos depende da qualidade dos profissionais que compõem estas organizações. Deste modo, uma gestão do clima organizacional tornaria possível aos líderes descobrir o cerne do problema, viabilizando melhorias no próprio ambiente organizacional, na satisfação, no bem estar e qualidade de vida, resultando em maior comprometimento dos colaboradores. À vista disso, é indispensável investir no capital humano oportunizando um ambiente flexível e participativo, onde todos possam colaborar.

Vale salientar que, tanto em instituições privadas quanto públicas, as pessoas devem ser vistas como recurso estratégico capazes de tornarem-se um diferencial na busca da efetividade organizacional e não como meros recursos operacionais (VIEIRA et al., 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica adotada em questão é uma pesquisa qualitativa, sendo descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos. Composta por uma pesquisa bibliográfica elaborada com base em livros e artigos científicos.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra conta com 8 Programas de Saúde na Família, optou-se por aplicar o instrumento de coleta na unidade de atendimento PSF Pe Lino Zagarella, que conta com uma equipe multidisciplinar contendo 12 funcionários. O instrumento de coleta utilizado foi o questionário, elaborado por meio de um roteiro de perguntas fechadas e embasadas nos objetivos do trabalho.

Os dados foram coletados no dia 16 de outubro de 2013 e, para análise dos dados foi utilizado o Microsoft Office Excel.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue abaixo a pesquisa aplicada aos servidores públicos, bem como os resultados obtidos.

Tabela 1 – Questionário para pesquisa junto aos servidores públicos municipais

Questões	Resultados
1- Suas opiniões e/ou sugestões são acatadas pelo seu superior?	Sim 80% Não 20%
2- Existe alguma situação que atrapalhe o relacionamento com seus colegas de trabalho?	Sim 0% Não 100%

3-	Em sua opinião como está o clima organizacional?	Excelente 50% Bom 50% Regular 0% Ruim 0% Péssimo 0%
4-	Você encontra dificuldade quando necessita de alguma informação da Secretaria de Saúde?	Sim 30% Não 70%
5-	Você recebe treinamento para melhor exercer sua função?	Sim 20% Não 80%
6-	Existem políticas de incentivo pelo melhor desempenho de sua função, tais como: abono salarial, elogios e reconhecimento por parte de seu superior?	Sim 10% Não 90%
7-	Em sua opinião há a necessidade de um plano de carreira na prefeitura municipal?	Sim 100% Não 0%
8-	Existem nesta empresa pública políticas de benefícios, tais como: plano de saúde, plano odontológico, auxílio transporte, vale alimentação, premiação por metas alcançadas?	Sim 0% Não 100%

Fonte: Elaborado pela autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observa-se nos resultados obtidos de modo geral o índice de clima organizacional é bem satisfatório, porém nota-se que nos aspectos que tangem a valoração dos servidores há uma insatisfação com o sistema existente.

Em relação a estes aspectos, a falta de treinamento, de políticas de incentivo e benefícios e, ausência de plano de carreira são os itens mais relevantes levantados na pesquisa. Sabemos que o treinamento é algo oneroso para a empresa, porém as vantagens de qualificar o funcionário são superiores aos custos. Uma medida eficaz para contrabalancear estes gastos pode ser o aproveitamento de funcionários especialistas que já trabalham na prefeitura e que podem conduzir o treinamento para os outros colaboradores, sem que isso gere um custo oneroso para a organização. Dessa maneira, tanto a empresa ganha em termos econômicos, quanto o funcionário especialista que ministrará o curso ganha em termos de experiência e, todos servidores ganham com o recebimento do treinamento.

A inexistência de políticas de incentivo e benefícios impactam negativamente os servidores públicos municipais, pois afetam diretamente na motivação e satisfação dos mesmos que se sentem desvalorizados e não se veem como recursos relevantes para a organização. A ausência de plano de carreira afeta também a motivação destes servidores que, por não terem possibilidade de crescimento na empresa ao longo dos anos podem se acomodarem e passarem a realizar somente tarefas mínimas e necessárias.

A organização precisa estar atenta aos descontentamentos revelados nesta pesquisa, porque por enquanto a insatisfação e desmotivação não chega a afetar totalmente o clima organizacional, mas pode acontecer de futuramente isto impactar tão negativamente o clima que os gestores terão que lidar com problemas que afetarão o desempenho dos servidores públicos. Isto deve ser evitado, afinal o serviço público é prestado pelos seus funcionários; a qualidade nos serviços e atendimentos, o alcance das metas organizacionais, depende em grande parte do funcionário público.

REFERÊNCIAS

BRUNELLI, Maria da Graça Mello. **Motivação no Serviço Público**. 2008. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gestão Pública) – Faculdade IBGEN – Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/maria_da_graca_mello_brunelli._tcc.pdf>. Acessado em: 25 mar. 2014.

CARBONE, Pedro Paulo. Cultura organizacional do setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 2, p. 133-144, 2000. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ouWq5IiKrPMJ:scholar.google.com/+Cultura+organizacional

+do+setor+p%C3%BAblico+brasileiro:+desenvolvendo+uma+metodologia+de+gerenciamento+da+cultura*&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acessado em: 06 jun. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas:** enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2008.
MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.

MORO, Angélica Balconi et al. **Avaliação do Clima Organizacional dos Servidores Técnico-Administrativos de uma Instituição Pública de Ensino.** In: V EnAPG, 2012, Salvador. V EnAPG, 2012. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:vkGjq2JJXZgJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acessado em: 31 mai. 2014.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cultura organizacional em ambiente burocrático. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 187-207, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552002000100011>. Acessado em: 10 jun. 2014.

VIEIRA, Carolina Belli et al. Motivação na Administração Pública: considerações teóricas sobre a aplicabilidade dos pressupostos das teorias motivacionais na esfera pública. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/revista2011/artigos/12.pdf>. Acessado em: 22 abr. 2014.

A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO

THE ADMINISTRATIVE DECENTRALIZATION AND MANAGEMENT PUBLIC HEALTH IN STATE OF SÃO PAULO

Sessão temática: Outras áreas temáticas

DE CASTRO NAKAMURA, Fernanda
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho". Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Advogada. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
fernandanakamuraadv@gmail.com

Resumo

Este artigo discute a concretização do direito à saúde frente ao seu conceito universal e generalizado desenhado dentro do processo de redemocratização brasileira, em especial no que se refere à assistência farmacêutica, que demanda maiores gastos do Poder Público de cada esfera federativa. Assim, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de descentralização administrativa no Sistema Único de Saúde, com vistas a aferir como a maior autonomia dada ao ente estatal permite a concretização do direito à saúde na esfera regional. Neste âmbito, é de suma importância verificar as atribuições dadas aos gestores estaduais, principalmente, no que diz respeito à adoção de um modelo de gestão pública voltado à satisfação do usuário, tanto em quantidade como em qualidade dos serviços prestados. Sob esse paradigma, mediante a revisão da literatura sobre o tema da descentralização administrativa no contexto da Reforma do Estado e da importância de tal processo para a concretização dos serviços de saúde, em especial para se melhorar a qualidade de vida do cidadão, e, da análise da gestão pública adotada pelo Hospital Estadual e Hospital das Clínicas, na região de Ribeirão Preto, é possível observar como o modelo de gestão voltado às necessidades do usuário imprime sucesso à concretização do direito à saúde. Como resultado, tem-se o desenvolvimento de novas propostas concernentes ao acesso e atendimento à saúde, inclusive na área da assistência farmacêutica, em face da gestão pública voltada à melhoria contínua da prestação dos serviços.

Palavras-chave: descentralização administrativa, Sistema Único de Saúde, gestão pública.

Abstract

This article discusses the implementation of the right to health in its universal concept and widespread designed within the Brazilian redemocratization process, particularly as regards the pharmaceutical assistance, which demand higher expenses of Public Power of each federative sphere. Thus, the aim of the present study is to analyze the process of administrative decentralization in the Public Health System, with a view to assessing how the greater autonomy given to state entity allows the realization of the right to health at the regional level. In this context, it is extremely important to check the assignments given to state managers, especially as regards the adoption of a model of public management directed toward the satisfaction of the user, both in quantity and quality of services provided. Under this paradigm, by reviewing the literature on the subject of administrative decentralization in the context of state reform and the importance of this process for the implementation of health services, especially to improve the quality of life of citizens, and the analysis of public management adopted by the Hospital Estadual and Hospital das Clinicas, in Ribeirão Preto, you can see how the management model geared to the needs of the user prints successfully the implementation of the right to health. As a result, it has been the development of new proposals concerning the access and health care, including in the area of pharmaceutical care in the face of public management focused on continuous improvement of service delivery.

Keywords: administrative decentralization, Health System, public management.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 ao definir a saúde, a fez de forma bem clara: é um direito universal e fundamental, devendo ser garantido pelo Estado, por meio de políticas sociais e econômicas à generalidade de pessoas que compõem a nação brasileira.

Sob esse paradigma, o Sistema Único de Saúde foi criado com um objetivo bem definido: cumprir a promessa constitucional de se universalizar a saúde por meio de políticas públicas a serem desenhadas e implementadas em cada esfera do Estado brasileiro.

A despeito da necessidade de se concretizar a saúde por meio de um sistema que seja único e universal, é possível observar que após mais de 26 anos de promulgação da Constituição cidadã, marco do processo de redemocratização no Brasil, o direito à saúde ainda não foi delineado em sua plenitude pelo Estado brasileiro.

No caso da assistência farmacêutica, o problema ainda fica mais grave. Por conta da falta de planejamento de um sistema que atenda a generalidade de pessoas, os cidadãos recorrem ao Judiciário para fazer com que se cumpra a lei.

E esse fato acaba por agravar a situação da existência dos escassos recursos públicos na saúde pública, de modo a atrapalhar a realização de políticas públicas de outras áreas, por conta da necessidade de se disponibilizar recursos para atender as demandas sociais nesse âmbito.

Contudo, mais do que a falta de recursos públicos na área da saúde, observa-se, também, um sério problema de gestão. O aumento da aplicação de dinheiro na área da saúde só é viável se o sistema único de saúde tiver uma gestão orientada para dinamizar o setor, com o reordenamento das prioridades e investimentos, no que tange à aplicação de recursos públicos.

Dessa forma, por meio de uma revisão bibliográfica e do relato do modelo de gestão do Hospital Estadual e Hospital das Clínicas na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, procurar-se-á o estabelecimento de alguns parâmetros necessários para se repensar e aprimorar a gestão relacionada à saúde pública no tocante a assistência farmacêutica, tida como uma vertente essencial e fundamental no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Descentralização Administrativa e o Sistema Único de Saúde na Constituição de 1988

A descentralização administrativa, segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro (2012, p. 467):

> Ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central. É o tipo de descentralização própria dos Estados unitários, em que há um centro único de poder, do qual se destacam, com relação de subordinação, os poderes das pessoas jurídicas locais.

Dentro do contexto da Reforma do Estado, a descentralização administrativa tomou destaque, na medida em que se revelou como um meio de se tornar um dos fatores que possibilitariam a prestação dos serviços de forma mais eficiente e democrática, rompendo, assim, com o modelo centralizado de governo (ARRETCHE, 1996, p. 44-46).

Nesse âmbito, a Constituição de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde sob os princípios da descentralização, com direção única em cada esfera de governo, de forma a se adotar o modelo federativo de saúde.

O sistema federativo do SUS é baseado na repartição de competências, em que se atribuiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal, a competência para legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde. Aos Municípios compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, detendo estes, também, a competência concorrente juntamente aos demais entes federativos.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que a rede institucionalizada do SUS, além de ser descentralizada, é hierarquizada, sendo que a União tem a competência ampla e geral, devendo os Estados irem de acordo com as diretrizes federais, e os municípios, por sua vez, estarem dentro do que foi estabelecido por ambos os entes.

No âmbito da gestão pública, compete aos entes federativos, de forma comum, cuidar da saúde e assistência pública (artigo 23, II, CF/88), de modo a formular e executar políticas públicas da saúde em cada esfera federativa do SUS.

A articulação da atuação entre os entes federativos é crucial para que se tenha uma maior eficiência na prestação dos serviços de saúde, um dos princípios pensados e articulados na reformulação e reconstrução do Estado na Reforma do Estado, na década de 90, com a implantação da administração pública gerencial (PEREIRA, 1997, p. 1-7).

Nesse patamar, vislumbrando a descentralização administrativa dentro do contexto da Reforma do Estado, é possível, segundo Ana Paula Paes de Paula (2005, p. 42), que apesar de se ter um "projeto bem definido, a reforma causou uma fragmentação do aparelho do Estado, pois os novos formatos organizacionais não substituíram os antigos, havendo uma convivência entre ambos".

A falta da articulação entre os entes federativos, na área da saúde, resulta, muitas vezes, na prestação de um serviço ineficiente e completamente desvinculado da ótica pensada na administração gerencial.

O sistema de financiamento ainda se encontra muito centralizado no nível federal, e, o que acaba por atravancar o sistema de gestão e o planejamento dos entes, o que acaba por refletir na dificuldade verificada nas condições de prestação dos serviços, bem como, no acesso pela população ao atendimento de saúde básica.

Essas circunstâncias acabam por incutir na sociedade uma desconfiança e uma descrença quanto à gestão governamental, sendo que a ineficiência e, ou, a omissão do Estado com relação à implementação de políticas na área da saúde resultam em ações extremamente pesarosas aos cofres públicos, que de pronto tem que atender uma demanda da população que busca seus direitos na via judicial.

Em contraponto, apesar de algumas falhas estruturais no modelo da descentralização da saúde, deve-se considerar que a colocação do sistema de saúde realizado dentro dos moldes de uma gestão mais participativa e articulada entre os entes, de forma a democratizar o acesso e a instituição de um sistema de alocação de recursos que seja descentralizador, possibilitaria, e muito, uma melhora estrutural e paulatina no Sistema Único de Saúde, o que já vem sendo realizado por alguns estados da federação.

2.2. O Sistema Único de Saúde e a Administração Pública Societal

No contexto da redemocratização, o Sistema Único de Saúde foi instituído sob as diretrizes da descentralização, com direção única em cada esfera de governo; integralidade no atendimento; e participação da comunidade, afigurando-se como um sistema público, nacional e universal, tendo como princípio a saúde como direito de cidadania (CONASS, 2003, p. 15-17).

As políticas da saúde, nesse âmbito, foram baseadas no modelo de repartição de competências, conforme descrito no tópico acima, com a definição do papel de cada ente federativo na organização do Sistema Único, de modo a criar estruturas e mecanismos que permitissem o relacionamento entre os gestores e a sociedade.

Considerando as definições dadas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde, a Secretaria Estadual da Saúde passou a ter como função fundamental a gestão estadual ampla do Sistema Único de Saúde, "não se restringindo ao gerenciamento de apenas sua rede própria de prestação de serviços", ou, "dos prestadores de serviços, privados e públicos que estejam sob sua gestão", ou, ainda, "de alguns programas assistenciais" (CONASS, 2003, p. 21).

A amplitude e autonomia de gestão dada ao ente estadual está relacionada ao tipo de gestão adotada por cada ente estadual, sendo, portanto, diverso, dentro dos diversos entes estaduais que existem no Brasil.

Assim, na esfera estadual, "um dos papéis fundamentais das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) é coordenar o processo de implantação do SUS no respectivo Estado", devendo o gestor estadual "agir de forma articulada com a União e municípios, bem como, com as instâncias de controle social, representadas pelo Conselho Estadual de Saúde e pela Conferência Estadual de Saúde" (CONASS, 2003, p. 20-21).

Como fruto dessa ação articulada, a relação do gestor estadual com os municípios, não é a de subordinação ou hierarquização, mas, sim a coordenação e avaliação das políticas de saúde implementadas, no âmbito do SUS municipal, sendo o espaço para a negociação e decisão política entre os entes possível por meio da Comissão Intergestores Bipartite.

Nessa Comissão, a importância da atuação do gestor estadual é de suma importância, vez que se trata de um espaço político em que são tomadas decisões "sobre a condução do processo de implantação do SUS e, inclusive quanto à alocação dos recursos federais" (CONASS, 2003, p. 21).

Entretanto, conforme visto no tópico sobre a descentralização administrativa, levando-se em consideração um país com dimensões continentais como o Brasil, deve-se ter em vista que a articulação entre os entes estaduais com o governo federal, nem sempre se dá de forma homogênea, o que acaba resultando na consequente desigualdade verificada no setor da saúde pública.

Essa desigualdade acaba por criar algumas ilhas de excelência, em detrimento de outras que ainda se encontram sob o modelo burocrático de gerir a máquina estatal. Sob esse paradigma, convém dispor que a adoção de uma administração pública societal confere maior amplitude à democracia e facilita o acesso ao serviço público pelo cidadão.

Segundo Ana Paula Paes de Paula (2005, p. 46), esse modelo de administração permite a "inserção da participação popular na gestão pública". Apesar de não ser tão bem estruturada como a administração gerencial, a

administração pública societal fortalece a democratização da gestão pública, bem como, detém um impacto positivo na qualidade de vida dos beneficiários, e, acabam por ser reprodutivos em outras regiões e administrações que adotam esse modelo alternativo de gerir a máquina pública.

Esse modelo permite com que a sociedade, que é a verdadeira receptora do serviço público, participe do processo de avaliação das políticas públicas implementadas por cada nível de governo, de modo a consolidar qual é o grau de eficiência do serviço que está sendo prestado, e, se este realmente atende os interesses dos cidadãos daquela região.

Dessa forma, a integração e articulação dos entes federativos em conjunto com a sociedade facilita a descentralização, de forma a promover dentro dos moldes estabelecidos pela Constituição de 1988, uma gestão pública que seja voltada às necessidades e às demandas sociais, evitando-se com isso, o gasto desnecessário de recursos públicos e a constante melhoria no Sistema Único de Saúde a nível estadual.

2.3. Modelo de Gestão da Saúde Pública adotado pelo Hospital Estadual e Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo

Como visto linhas atrás, a descentralização deve ser a promotora da articulação e interação entre os entes federativos, com vistas ao atendimento das demandas sociais que possam surgir dentro de cada nível de governo, primando-se pela constante melhoria na prestação dos serviços de saúde e na satisfação do usuário com relação a esses serviços.

A adoção de um modelo de gestão pública desenhada sobre o planejamento estratégico das ações, tomando-se por base a articulação entre o ente estadual com o ente municipal, e, da necessidade de se tornar mais democrático o modelo de gestão implantada, alguns territórios conseguiram transformar a prestação dos serviços de saúde pública em centros de excelência no aspecto do atendimento e acesso, como a internação e tratamento de doenças, e, disponibilização de medicamentos de alto custo, tendo como alternativa a integração da universidade com o hospital, como por exemplo, o Hospital das Clínicas e o Hospital do Estado de Ribeirão Preto.

O Hospital Estadual de Ribeirão Preto, criado como resultado da regionalização hierarquizada do Sistema Único de Saúde no ano de 2008, por meio do Convênio do Estado de São Paulo com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Universidade de São Paulo, com a interveniência da FAEPA (Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HC – Ribeirão Preto), veio suprir a demanda de nível secundário hospitalar, de modo a prestar assistência nas especialidades básicas e evitar a continuação de uma demanda reprimida na área da internação, procedimentos diagnósticos e cirúrgicos no Departamento de Saúde da Região XIII (SÃO PAULO, Hospital Estadual, 2010).

A gestão do hospital estadual é realizada sob a forma do Planejamento Estratégico e baseada no cumprimento de metas de quantidade e qualidade estipuladas no convênio ou contrato de gestão publicado no Diário Oficial para servir de base a auditorias, e, se encontra sob a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do Tribunal de Contas da Cidade de São Paulo, da Secretaria Estadual da Fazenda e do Ministério Público.

A vinculação do Hospital do Estado de Ribeirão Preto com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e, da interveniência contratual da FAEPA possibilita e facilita a utilização pelo Hospital do Estado da tecnologia e informação desenvolvida pelas instituições de pesquisa, acarreta na garantia do direito à saúde com qualidade a uma maior parcela da população.

Na área dos medicamentos, segundo dados do relatório da gestão do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, nos anos de 2003 a 2010, foram atendidos a cada ano um total de 13.000 pacientes na Farmácia Ambulatorial do Hospital das Clínicas (SÃO PAULO, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - USP, 2010, p. 78).

Segundo o relatório de gestão do ano de 2010, a divisão farmacêutica do HCRP atendia cerca de 58.631.430 solicitações por mês, sendo estas englobadas por prescrições e reposição de estoques constantes nas enfermarias e ambulatórios da unidade Campus da Instituição. A produção mensal de itens de medicamentos era de 71.146 naquele ano (SÃO PAULO, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - USP, 2010, p. 78).

Apesar do modelo de gestão pautado na melhoria contínua do atendimento à saúde, a divisão farmacêutica do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, em 2008, o Governo do Estado de São Paulo, somente nessa região, sofreu com diversas ações judiciais pleiteando medicamentos não oferecidos na rede pública de saúde, totalizando o montante de R$10.960.000,00 em condenações (SÃO PAULO, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - USP, 2010, p. 63).

Por conta da intensificação da Judicialização na assistência farmacêutica do HCRP, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo requisitou medidas efetivas junto ao Corpo Clínico da Instituição de forma a diminuir o número de ações judiciais e de se descobrir meios de continuar atendendo a demanda social.

A Diretoria Clínica do HC e a Superintendência ao estudar o teor das ações e os pedidos, verificou que boa parte dos medicamentos pleiteados eram fornecidos gratuitamente, porém, sob a forma de genéricos, sendo que muitos deles não eram distribuídos por não serem padronizados pelo SUS ou por não conterem registro na ANVISA.

Assim, a recomendação da Diretoria junto ao Corpo Clínico foi a de priorizasse os medicamentos fornecidos gratuitamente sob a forma genérica, e, de que não mais prescrevesse medicamentos não padronizados pelo SUS e não registrados na ANVISA, a fim de se corrigir as imperfeições constantes no sistema de distribuição gratuita de fármacos.

As medidas resultaram em uma diminuição considerável das ações judiciais, sendo que, por conta dos pedidos em sede judicial, passaram a ser fornecidos mais 07 tipos de medicamentos oncológicos de maior custo, obedecendo a padrões clínicos e laboratoriais previamente estabelecidos (SÃO PAULO, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - USP, 2010, p. 63).

Apesar de manter os olhos voltados à melhoria contínua do atendimento à saúde, buscando excelência em todas as áreas, no ano de 2014, parte da população de Ribeirão Preto, portadora de diabetes insulinodependente, não se viu atendida pela Farmácia Estadual, o que acabou acarretando em dezenas de ações judiciais pleiteando medicamentos e insumos para o controle da doença (O GLOBO, 2015).

Em vista da emergência dos casos levados ao Judiciário, o Governo do Estado de São Paulo sofreu inúmeras condenações nesse sentido, o que acabou por desestabilizar o sistema implantado na Farmácia Estadual e acarretar no não cumprimento de decisões judiciais.

O problema levou alguns meses para ser solucionado, pois a Secretaria do Estado de São Paulo não estava preparada para eventual aumento da demanda, levando mais uma vez a Farmácia Estadual a se posicionar no sentido de melhorar o atendimento à saúde.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, a metodologia do presente trabalho consistiu em fazer uma revisão da literatura referente ao tema, de forma a elaborar uma argumentação teórica sobre o processo de descentralização administrativa no Brasil, tomando como enfoque a reforma do Estado e a promulgação da Constituição de 1988.

Para se fazer uma breve conceituação sobre o tema, foi utilizado o conceito de descentralização administrativa apresentado por Maria Sylvia Zanella di Pietro (2012), de forma a dar ensejo à inserção e explanação da descentralização administrativa dentro do contexto da Reforma do Estado apresentado por Marta Teresa da Silva Arretche (1996).

Com a explanação teórica sobre o processo de descentralização administrativa no Brasil dentro do contexto democrático, de modo a representar o marco da ruptura com o modelo centralizado observado no regime ditatorial, foi utilizado a argumentação teórica que se formou sobre o modelo da administração pública gerencial desenhada por Luiz Carlos Bresser Pereira (1997), contextualizando, assim, o redimensionamento da Administração Pública sob os ditames da Reforma do Estado nos anos 90, e, como tal modelo foi desenhado de modo a primar pela eficiência da máquina estatal frente à sociedade.

Em contraponto, foi apresentado o modelo de Administração Pública Societal e as críticas realizadas por Ana Paula Paes de Paula sobre o modelo gerencial implantado por Bresser nos anos 90, de modo a colocar este último como um fator de entravamento ao desenvolvimento social no Brasil, sendo que para tanto, o modelo societal se apresenta de uma forma mais democratizada, uma vez que aproxima o cidadão do processo decisório e avaliativo das políticas públicas.

Com a construção da argumentação teórica realizada sobre o processo de descentralização administrativa, foi possível inserir a problemática observada dentro do Sistema Único de Saúde, com relação à forma como este foi criado pela Constituição Federal de 1988, e, da necessidade de se implantar políticas públicas que primem pela concretização do direito à saúde.

Dessa forma, a realização de uma análise sobre os dispositivos constitucionais e legais que nortearam a criação e delimitação do Sistema Único de Saúde permitiu a inserção da argumentação teórica sobre o processo de descentralização administrativa dentro do conceito e das diretrizes norteadoras do Sistema Único de Saúde, de forma a demonstrar quais foram as atribuições dadas aos entes estatais dentro do contexto democrático brasileiro, colocando, assim, a descentralização administrativa como fator de suma importância para a concretização do direito à saúde nos entes estatais.

Realizada a explanação teórica sobre a descentralização administrativa, da conceituação e fundamentos do Sistema Único de Saúde, o presente estudo tomou como enfoque a realização prática dos princípios da Administração Pública Societal na região de Ribeirão Preto, tomando como parâmetro a análise do modelo de gestão adotado pelo

Hospital Estadual e Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, de forma a demonstrar a forma como é dada a descentralização administrativa na região do Estado de São Paulo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise prática da gestão pública dentro do contexto do direito à saúde permitiu com que fossem observados resultados concernentes à necessidade de se democratizar o processo decisório e avaliativo das políticas públicas na área da saúde, principalmente no que tange ao planejamento estratégico de ações que possibilitem o atendimento ao maior número de cidadãos possível, ante o Sistema Único de Saúde implantado pela Constituição de 1988.

Desse modo, é possível o desenvolvimento de propostas que visem a melhoria do acesso e atendimento à saúde em diversas regiões do país, em face do sucesso observado com a parceria serviços públicos de saúde e universidade, primando pela melhoria contínua e democratização da gestão pública na área da saúde.

Apesar do sucesso no modelo de gestão apresentado na área da saúde na região de Ribeirão Preto, no âmbito do Hospital Estadual e Hospital das Clínicas, verificou-se que a área concernente ao fornecimento gratuito de medicamentos é a que mais apresenta problemas, com relação à abrangência e concretização a ser dada em face da comunidade.

Contudo, a gestão pública observada possibilita vislumbrar o constante redimensionamento e melhoria da administração pública em face da necessidade de se diminuir o índice de insatisfação com os serviços públicos de saúde, em especial a assistência farmacêutica que demanda uma demanda maior de recursos públicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia universal do direito à saúde, apesar de ser um ideal a ser perseguido, é difícil de ser cumprido em sua plenitude, visto que não é possível ao legislador, e, nem aos gestores de cada esfera da federação prever os *n* casos que se apresentarão diariamente no setor da saúde pública.

Apesar de ainda ser difícil colocar a melhoria do atendimento à saúde em cada canto do país, é cabível dizer que a adoção do modelo gerencial na Administração Pública, na década de 90, possibilitou o redimensionamento de suas atividades, e, destacou a importância de se garantir os direitos sociais em sua plenitude, utilizando-se de conceitos como eficiência e excelência no serviço público.

Esses conceitos trazidos para o contexto atual podem ser muito bem utilizados pelos entes estadual e municipal, tendo em vista a autonomia delegada a estes pela Constituição de 1988, o que acaba por possibilitar o estudo de estratégias para se melhorar o atendimento à saúde.

Os modelos apresentados no presente estudo referem-se à importância de se ter uma gestão orientada a dinamizar o setor da saúde pública e a buscar a excelência na prestação dos serviços.

A melhoria do acesso e do atendimento à saúde em dimensão territorial, pensando aqui em mudanças microeconômicas para macroeconômicas, permite repensar a Administração Pública sob o molde do Planejamento Estratégico em nível estadual e municipal, de forma a buscar a melhoria contínua e sustentável no serviço público.

A aplicação dos recursos públicos tem que ser observada de perto, por meio de uma fiscalização mais maciça e voltada para a dinamização e economia, evitando-se desperdícios e compras desnecessárias.

Além disso, é de se destacar que a criação de Comissões voltadas ao estudo do melhoramento do modo de gerir a Administração no setor da saúde pública, é sempre muito bem vindo, vez que possibilita a avaliação contínua do que está sendo oferecido ao público em geral.

Outro fator importante e que deve ser considerado, partindo do modelo de gestão adotado pelo Hospital Estadual de Ribeirão Preto, é a integração do campo científico com a prestação do serviço público, que acaba por levar maior qualidade e excelência na área da saúde pública, por meio de profissionais capacitados e melhoria de tecnologias adotadas.

Na área da política de medicamentos, a integração universidade e assistência farmacêutica é de suma importância, pensando-se aqui não somente na distribuição de medicamentos e insumos, mas na adoção de campanhas e de comportamentos que visam evitar a proliferação de doenças e infecções.

Assim, em vista da adoção de um modelo de gestão voltada a excelência da prestação do serviço público e na satisfação do usuário, é possível pensar sobre estratégias que possam recompensar a falha do atendimento à saúde na área dos medicamentos em face da escassez dos recursos públicos, não deixando de considerar que o SUS precisa, também, de mais dinheiro.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta Teresa Silva. *O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas?*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº31, 1996, p. 44-66. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/RBCS_96.pdf. Acesso em junho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Para entender a gestão do SUS*. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao.pdf. Acesso em junho de 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Jornal de notícias O Globo. *Apesar de decisão judicial, diabéticos ficam sem remédios em Ribeirão, SP*. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/01/apesar-de-decisao-judicial-diabeticos-ficam-sem-remedios-em-ribeirao-preto-sp.html>. Acesso em maio de 2015.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. Revista de Administração de Empresas, RAE, v. 45, nº01, jan/mar 2005, p. 36-49. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05. Acesso em junho de 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle*. Cadernos MARE da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, nº01, Brasília, 1997, p. 1-59. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF>. Acesso em junho de 2015.

SÃO PAULO. Hospital Estadual de Ribeirão Preto. Disponível em <http://www.hcrp.fmrp.usp.br/sitehc/upload%5CHospital%20Estadual%20de%20Ribeir%C3%A3o%20Preto.pdf>. Acesso em maio de 2015.

_____. Relatório de Gestão 2003 a 2010. Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto – USP. Disponível em: <http://www.hcrp.fmrp.usp.br/sitehc/upload%5CRevista_Gestao.pdf>. Acesso em maio de 2015.

IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA VIVÊNCIA COTIDIANA DA MULHER NORDESTINA

IMPACT OF MIGRATORY PROCESS IN THE DAILY LIFE OF BRAZILIAN NORTHEASTERN WOMEN

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

SOUZA, Regina Maria de
Faculdades Integradas de Santa Fé do sul
Graduação em Ciências Econômicas, IE/UFU, Especialização em Psicopedagogia, Faculdade de Educação/UFU, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP-Franca, graduação em Psicologia FISA/FUNEC, docente das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/FUNEC
souzarm@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta como proposta central analisar as modificações verificadas na vivência cotidiana de mulheres nordestinas de migração permanente, que se deslocaram durante a década de 1990 para os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste-MG, juntamente com seus esposos atraídos pela oferta de trabalho na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Para tal, foram entrevistadas dez mulheres residentes nos municípios mencionados que fazem parte da Microrregião de Frutal, localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Utilizou-se o método de História Oral para compreensão das singularidades das histórias de vida. A fim de compreender os fatores de expulsão que acarretam o processo migratório do Nordeste para o Centro-Sul, utilizou-se pesquisa bibliográfica para compreensão tanto do processo de constituição, avanços e retrocessos da economia brasileira quanto da modalidade de ocupação e desenvolvimento das relações sócio-históricas e de produção capitalista no âmbito dos municípios selecionados da Microrregião de Frutal. As modificações na estrutura econômica nacional verificadas ao longo da segunda metade do século XX refletiram-se no setor agrícola, sendo que a partir da década de 1990, ocorrem alterações como a desregulamentação da cadeia produtiva da cana de açúcar, que deslocou as empresas do setor para o Centro Sul, merecendo destaque neste trabalho a proliferação do número de usinas de açúcar e álcool no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, intensificando o deslocamento tanto de trabalhadores sazonais quanto daqueles que migraram permanentemente com suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: migração, trabalho, identidade.

ABSTRACT

This paper have in view to analyse the verified changes on the daily basis from Brazilian northeastern women of permanent migration who moved away during the 90's to the municipal districts of Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho and Limeira do Oeste-MG, together to their husbands who were interested on the job offer of sugar cane chain . Thus ten women were interviewed, they lived at the mentioned districts that are part of Frutal micro region , located in the Mesoregion of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. It was used the Oral Story method, to understand the singularity of the life stories. So that to understand the expulsion agent that provoke the migratory process from Northeast to Central South, it was used a bibliographic research to understand either the constitutuion, progress and retrocession of Brazilian economy as well as the modality of ocupation and development of social historical relationship and capitalist production on the range of the selected districts from Frutal Microregion. The modifications on national economy structure, verified during the second half of the 20th century, reflected over the agricultural sector, being that from the 90's on, some changes like the sugar cane chain dysregulation, which moved the companies of that sector to Central South. Highlighting in this paper the proliferation in the number of sugar cane and alcohool plants in Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, enhancing the movement either of seasonal workers or those who permanently migrated with their families.

KEYWORDS: migration, work, identity.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se nos relatos de mulheres migrantes nordestinas estabelecidas na Microrregião de Frutal, que compõe mesorregião denominada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. A escolha do grupo em questão parte do entendimento que se tem de um grupo de migrantes que empreenderam esforços, desde o início dos anos 1990 para estabelecer novos vínculos e espaços de vida cotidiana nas cidades selecionadas. Constituem-se em um grupo de trabalhadores de migração permanente, que abandonaram as relações socioeconômicas e culturais vivenciadas em suas respectivas regiões de origem geográfica em nome do trabalho. Entende-se que a demanda por postos de trabalho em outra região do país é resultado de um processo histórico, em que as diversas políticas econômicas adotadas, contemplaram, ao longo de décadas, o processo de industrialização concentrado no eixo Centro-Sul, privilegiando políticas de estabilização econômicas pautadas em taxas de juros elevadas, âncoras monetárias, políticas restritivas, concessão de crédito fácil aos grandes negócios em detrimento da necessidade de fixação das populações de média e baixa renda em suas regiões de origem geográfica.

Tendo em vista a necessidade de delimitar o período final analisado estabeleceu-se a primeira década deste século como referência, tendo em vista considerar-se este período como suficiente para empreender as análises necessárias para a compreensão da temática

2 A CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO SUSTENTADO EM UMA INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA

Há que se considerar inicialmente que o processo de consolidação do capitalismo brasileiro, sustentou-se em um desenvolvimento industrial que além de retardatário, subordinou-se à acumulação internacional de capital. Suzigan (1986) entende que o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo ocorre graças às políticas monetária e fiscal expansionistas introduzidas na década de 1930, além da redução da capacidade de importar, que contribuem para um processo de industrialização com a finalidade de substituição de importações de bens intermediários e de bens de capital demandados internamente.

Apesar das modificações, a economia nacional permaneceu dependente da importação de máquinas e insumos utilizados pelo setor industrial, sendo que, só na década de 1950, as indústrias pesadas são introduzidas no país. Nos países avançados, ao final do século XIX, introduzia-se a Segunda Revolução Industrial, sendo que o processo industrial brasileiro fundamentava-se em um processo tecnológico pouco complexo, incorporando as mesmas inovações somente a partir dos anos 1930, com uma estrutura produtiva pouco diversificada, um número reduzido de empresas, um mercado de trabalho pouco integrado, preponderância de incorporação de mão de obra no setor agrícola e baixa concentrações de assalariados nas cidades de maior importância econômica.

A partir da intervenção estatal, nos anos 1950, quando da introdução de uma indústria pesada de bens de produção, bem como do deslocamento para o Brasil de empresas estrangeiras, verifica-se a organização de forças produtivas efetivamente capitalistas que garantiram o predomínio do capital industrial no processo de acumulação. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

A fim de promover o controle do processo inflacionário e estimular a industrialização, é lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no governo de Castello Branco (1964-1966), que inicia o Regime Militar no Brasil, que criou as bases para a constituição do Milagre Econômico brasileiro de modo que, entre 1968 e 1973, ocorre aceleração do desenvolvimento econômico. A trajetória de crescimento verificada ao longo do Milagre Econômico é interrompida pelos aumentos do preço do petróleo no mercado externo, verificando-se intensificação dos gastos públicos e da dívida externa em função da dependência do mercado interno em relação ao petróleo importado. Dessa forma, o Brasil ingressa nos anos 1980 com uma dívida externa elevada, taxas de juros elevadas e redução do capital disponível para empréstimos e financiamentos, o que apresentou como consequência a retração da criação de novos postos de trabalho, bem como levou à expansão do contingente de demissões em distintos setores da economia nacional. No que se refere à questão salarial, esta foi estruturada de forma a proporcionar uma redução do salário real, o que também impactou na redução do consumo das famílias. Entre os anos 1980 e 1990, intensifica-se a instabilidade das variáveis macroeconômicas brasileiras, graças à adoção de planos econômicos que não alcançaram sucesso, sendo que somente a partir de 1993, estruturam-se as transformações da política econômica brasileira, por meio do Plano Real, em que se destacam-se a reforma monetária, a renegociação da dívida externa, a elevação das taxas de juros, a instituição da nova moeda, bem como o processo de desestatização.

Diante da necessidade de estabilização econômica, o governo adotou uma série de medidas de cortes de gastos e redução da participação direta do Estado em vários setores, que incluíram, desde o final dos anos 1980, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Dessa forma, regiões produtoras tradicionais como o Nordeste perderam força ao longo do processo de desconcentração da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e emergiram novos centros

regionais, como ocorreu com a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, impactada em suas atividades produtivas pela expansão da referida cadeia produtiva e que acaba por incorporar mão de obra sazonal e permanente egressa de distintas cidades do Nordeste brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do trabalho pautou-se inicialmente na pesquisa bibliográfica e escolha da fundamentação teórica do texto, de modo a recolher informações acerca do problema para o qual se buscaram respostas por meio da realização da pesquisa empírica. Na sequência definiu-se as participantes da pesquisa que se constituem em 10 (dez) mulheres migrantes nordestinas estabelecidas, a partir da década de 1990, nos municípios selecionados, que possuem idade mínima de quarenta e cinco (45) anos, tendo em vista que a experiência anterior com o trabalho formal ou informal é um dado relevante para a pesquisa.

Definiu-se a utilização de pesquisa de abordagem qualitativa, dada a necessidade de considerá-las a partir de sua trajetória, sua linguagem, símbolos, cultura, sem abandonar a necessidade de valorização de uma crítica fundamentada. No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização do método de História Oral, que possibilita um julgamento muito mais imparcial da situação colocada para o grupo, já que seus integrantes são ouvidos. No que se refere às técnicas próprias da história oral, optou-se pela história oral de vida que se centra nas narrativas cuja construção não se inspira apenas em fatos, mas permite que o entrevistado expresse fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções.

Finalizadas as gravações com as dez (10) mulheres nordestinas migrantes, ocorreu a fase de transcrição, textualização, transcriação, a interpretação, o arquivamento e a devolução social dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A inserção da mulher migrante nordestina na microrregião do Triângulo Mineiro: características de sua inserção

Nos anos 1990 a desregulamentação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, quando os usineiros estabelecidos no Nordeste brasileiro buscam, a partir da autorregulação, novas possibilidades de ingresso, sendo que a região do Triângulo Mineiro oferece as condições ideais para a abertura de unidades industriais para a instalação de usinas de açúcar e álcool. De fato, mostram que atividades tradicionais das cidades selecionadas para a pesquisa: Iturama, Itapagipe, Carneirinho, Limeira do Oeste e São Francisco, são substituídas e até mesmo extintas em função da emergência e consolidação das atividades ligadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Juntamente com as referidas usinas desloca-se um grande número de trabalhadores que se dividem entre os que migram sazonalmente, retornando ao final da safra para suas famílias e aqueles que migram juntamente com suas esposas e filhos, a fim de constituir nas cidades da nova região seu espaço de vida cotidiana. Os migrantes do sexo masculino, em sua maioria, encontraram emprego com facilidade ao longo dos anos 1990, tendo em vista a grande expansão do setor e a necessidade de mão de obra em grande quantidade, entretanto, as mulheres nordestinas, em sua maioria com baixa escolarização, com histórico de ocupação em atividades rurais ou domésticas, encontram grande dificuldade para inserir-se no mercado de trabalho local.

> As grandes correntes migratórias do passado, mesmo as internas, em muitos países, inclusive na Europa, se baseavam na suposição de que os sacrifícios e privações do momento seriam compensados pela ascensão social e pela integração no futuro, mesmo que fosse numa geração seguinte. (MARTINS, 2008, p. 148).

Sendo assim, da condição de trabalhadoras ou chefes de famílias ativas, responsáveis também por prover parte do sustento da família, convertem-se em mulheres responsáveis pelas atividades domésticas, alijadas do mercado de trabalho, das relações de produção e confinadas ao espaço da casa e do bairro.

Fraser (2002) amplia a discussão e ressalta que a compreensão de gênero filia-se por um lado ao conceito de classe e por outro à questão do status. A discussão de gênero inclui a dimensão da distribuição e do reconhecimento social, sendo que a perspectiva distributiva está relacionada à própria estrutura econômica da sociedade, destacando-se como um princípio fundante para a estruturação da divisão do trabalho, capaz de oferecer sustentação à divisão elementar entre o trabalho produtivo pago e o trabalho doméstico reprodutivo não pago, que é habitualmente entendido como responsabilidade primária das mulheres.

Quanto à inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se que este processo é recente sob a perspectiva histórica e que, inseridas na sociedade capitalista, as mulheres são induzidas a aderir à lógica de otimização de resultados e eficiência nos distintos momentos do processo de produção e comercialização de bens e

serviços em distintos setores da atividade produtiva, sendo que as mulheres pouco adaptadas a este processo continuaram vinculadas ao trabalho doméstico ou empregadas em atividades de baixa qualificação.

Há que se considerar ainda que a imagem que as mulheres entrevistadas têm de si mesmas está condicionada à imagem que os outros fazem delas, sendo que as entrevistas demonstram que não conseguem perceber a importância que possuem para as relações de consumo, para a sociedade e para o mercado de trabalho das cidades em que estão estabelecidas. São preponderantes os sentimentos de desvalia, pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro. Em sua maioria mostram-se pouco propensas a modificar suas estruturas comportamentais ou estão desprovidas de recursos cognitivos para tal.

O relato, descrito na sequência, foi concedido por Lúcia, de 47 anos, oriunda de Major Isidoro (AL), também residente em Iturama no momento presente. Lúcia começou a trabalhar com 7 (anos) no roçado do pai onde colhia milho, plantava e cuidava do rebanho, quando era necessário. Aos quinze anos, já era uma veterana no mundo do trabalho, alimentava-se mal e nutria o sonho de se casar para minimizar a responsabilidade sobre os irmãos mais novos que lhe pesavam nos ombros. Ao se casar, ainda muito jovem, sua vida melhora de alguma forma, há mais comida na mesa e um pouco menos de trabalho, mas o falecimento do primeiro esposo a obriga a enfrentar as obrigações relativas à criação de um filho pequeno. Decidiu mudar-se para a cidade, pois não queria viver subjugada pelos sogros. Não consegue atingir seu objetivo fundamental que era ter um emprego com carteira assinada, mas consegue um emprego de empregada doméstica e, nas escassas horas vagas, começa a estudar e aprende as primeiras letras, transmutando-se de analfabeta à analfabeta funcional. Por mais difícil que fosse, gostava do trabalho e da independência que este lhe trazia. Quando conheceu João, este, típico homem nordestino, não queria que a mulher trabalhasse, mas se rende à sua própria falta de trabalho em sua região de origem geográfica, até que surgiu a possibilidade de vir para o corte de cana no Sudeste. A mudança de cidade representa para ela e para a família a obtenção de maior renda e possibilidade de acesso a bens de consumo. Alega ainda que os serviços de saúde, o acesso à escola e a possibilidade, portanto, do que denominou de “uma vida melhor” são maiores em Iturama.

Ao mencionar as suas experiências com a aprendizagem escolar, Lúcia tenta corrigir a fala, apresentando maior cuidado com o uso das palavras. Mas, é traída pelo hábito e segue seu relato de maneira bastante informal:

> Foi bom, hoje eu leio revista, vejo as coisas na televisão e entendo mais, só que eu parei, o marido tinha muito ciúmes, num gostava que eu ia pra escola, então voltei pra casa. Nunca tive emprego aqui não, nem de carteira, nem sem. Lá no Norte também num era de carteira, mas sinto saudade de trabalha. Queria estudar mais também. Eu acho que o povo aqui não gosta da gente do Norte. É uma impricância com nosso jeito de falar. [...]

O maior orgulho da vida de Lúcia e da família como um todo é representado pela filha mais nova que concluiu ensino médio e ingressou em curso superior. É bastante característico o sentimento de realização pessoal que projeta na filha, que realiza o sonho nunca alcançado por ela mesma. Seligmann-Silva (2011) entende que no cotidiano das mulheres o significado do trabalho assume uma dimensão entrelaçada às demais, sendo que em várias ocasiões é quase impossível separá-lo das questões familiares e afetivas. Na trajetória de Lúcia, não é diferente, já que foi empurrada para o trabalho ainda criança para garantia da sobrevivência da família, posteriormente para cuidar de si mesma e do filho, na condição de viúva, fugindo da tutela da família do marido falecido. Há ainda o momento em que assume o trabalho como uma forma de complementação da renda do marido. Lúcia se identifica, quando questionada, com uma mulher em desvantagem no mundo do trabalho.

Apesar de as condições de habitação, bem como o acesso a bens de consumo das famílias de que fazem parte essas mulheres migrantes, não serem diferentes das condições da maior parte da população local, sua origem geográfica e estilo de vida distintos conferem-lhes uma posição inferior no estrato social.

Quanto as modalidades de vínculos estabelecidos entre a mulher trabalhadora migrante e os integrantes dos grupos sociais locais, estes acabam por pautar-se na posse de bens de consumo e em relações sociais precárias. As migrantes entrevistadas relatam que não possuem liberdade de escolher os valores socioeconômicos e culturais que vivenciam, tampouco, possuem consciência de condição e, fundamentalmente, de sua função no circuito econômico local, como trabalhadoras e como consumidoras. De fato, interiorizam o estereótipo de que a mulher migrante nordestina não possui capacidade intelectual de adaptar-se à nova realidade. Em sua maioria, acostumadas a atividades agrícolas, apresentam baixa escolarização, possuem histórias de vida pessoal que incluem sofrimento e privações, mas, ao migrar, não vivenciam o respeito à sua individualidade, capacidade de trabalho e construção de uma nova realidade cotidiana convivendo com a transitoriedade e como uma rotina. A frustração intensifica-se quando os filhos abandonam a escola, já que entendem que sua condição de analfabetos ou com baixa escolarização impõe barreiras ao seu ingresso no mercado de trabalho.

> [...] o processo de “captura” da subjetividade do trabalho como inovação sócio metabólica tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força

> de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos). (ALVES, 2011, p. 114).

Ao contrário, quando os filhos alcançam o ensino superior, ou, por meio de um curso profissionalizante conseguem emprego considerado por elas como de status superior, sentem compensadas, em parte, por toda sua frustração com o trabalho. Os vínculos de amizade e os momentos de lazer também são estabelecidos no próprio bairro, já que a maior parte ou totalidade da família está distante. Elas frequentam as casas de famílias amigas, algumas vão a lanchonetes com os familiares e à igreja mais próxima. Após anos ou décadas de migração, sentem-se invasoras em suas próprias casas, em seu bairro e em sua cidade atual, o que constitui uma dinâmica de sofrimento e frustração, conferindo uma falta de sentido à atual vivência cotidiana da mulher migrante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações apresentadas, é possível concluir que a dominação psicossocial dos trabalhadores migrantes nordestinos pelos grupos estabelecidos nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal sustenta-se em valores, crenças e na apropriação da renda gerada por eles.

É nesse contexto que se estabelece a relação da mulher migrante nordestina com a sociedade e o mercado de trabalho local, nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal. Cabe considerar que os sujeitos são constituídos, em parte, a partir de suas interações e interlocuções com o meio social, ao longo dos anos, vinculando as suas habilidades e os seus desejos aos dos grupos sociais com os quais convivem durante a existência, estabelecendo relações de cooperação e também de poder. Os indivíduos oriundos de outros contextos sociais acabam por conviver, tanto em seu espaço de trabalho quanto em situações sociais, com indivíduos que nem sempre os entendem como iguais e, em alguns casos, adotam atitudes preconceituosas.

De forma efetiva, o processo da inserção de novos grupos sociais nas sociedades estabelecidas é antigo no Brasil. A transformação do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, por exemplo, foi capaz de afiançar o crescimento do sistema produtivo brasileiro, entretanto, condicionou impactos na estrutura produtiva básica do sistema, que era a grande propriedade agrária, já que a adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura foi difícil.

No que se refere aos empregadores, estes não possuíam mais à sua disposição o escravo sujeito à exploração, originando-se uma situação, a instabilidade da mão de obra, já que o trabalhador livre não estava preso a seu empregador e, portanto, obrigado a sofrer as diversas variantes de exploração do seu trabalho. Dessa forma, em um país, que no período, possuía baixa densidade demográfica,a lógica do empregador era a de incutir a instalação de um sistema de relações de trabalho que levasse o trabalhador livre a considerar-se preso ao empregador, o que ocorreu, por exemplo, mediante a retenção por dívidas, já que os salários eram reduzidos e os preços dos gêneros necessários ao seu sustento bastante elevados. No contexto interno brasileiro, ao longo do século passado, o padrão industrializante norte-americano foi incorporado no que diz respeito ao paradigma tecnológico e também no que se refere à organização do trabalho fordista-taylorista. Dessa forma, o processo de trabalho consolidou-se sustentado na produção em massa, na linha de montagem, no controle dos tempos e na produção em série, fragmentando funções e gerando a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, de modo a favorecer a consolidação da figura do operário-massa e do trabalhador coletivo fabril.

Assim, intensifica-se a demanda por mão de obra barata favorecendo a migração de trabalhadores entre as regiões brasileiras, sobretudo do Norte/Nordeste para o Centro/Sul, que é estimulada pela necessidade de ocupação profissional e pela necessidade de fugir de condições socioeconômicas e culturais precárias, que são reflexo do processo de evolução do capitalismo no Brasil que demanda, no período, mão de obra barata.

No que se refere ao processo de modernização da agricultura, que ocorre na década de 1960, por meio da consolidação dos Complexos Agroindustriais, esta promove grande expulsão de trabalhadores do meio rural, que se direcionaram para as áreas urbanas, expandindo a quantidade de pessoas disponíveis para o trabalho.

De fato, ocorre um período de dinamismo da economia brasileira, mas incapaz de empregar o total de trabalhadores, além de pagar baixos salários aos que eram empregados. Destaque-se ainda, que o processo de crescimento da economia nacional é concentrado no Centro-Sul.

Cabe considerar que a partir dos anos 1960 as unidades familiares de pequenos produtores agrícolas tornam-se em assalariados que se direcionam para a execução de fases determinadas do processo de produção agroindustrial e que devem obedecer ao ritmo imposto pelas máquinas que manejam, tornando o trabalho, em vários momentos, intenso e exaustivo. Já a década de 1980 se caracterizará pelo esgotamento do dinamismo, com a elevação do desemprego e a queda do poder aquisitivo da população por conta da inflação desenfreada e defasagem de salários, aumento do trabalho informal e desequilíbrio macroeconômico, que agravam as condições de vida do trabalhador.

Incluídas nesse processo histórico estão as mulheres brasileiras. E cabe considerar que o ser mulher no Brasil e no mundo significa a definição de uma identidade que implica na construção de condutas, padrões de julgamento quanto à inserção em uma classe social, uma nacionalidade, um determinado grupo étnico e a lógica de pertencimento a um determinado grupo político ou a uma ideologia. As mulheres entrevistadas, embora executassem trabalho produtivo, quando perguntadas, diziam que não trabalhavam, considerando seu trabalho como extensão do trabalho doméstico. Contudo, parte deste trabalho era vendido, compondo a renda mensal da família. (MURARO, 1983)

Essas mulheres migrantes não reconhecem sua identidade na região de destino, considerando-se pouco ativas e sem nenhuma importância no processo de configuração da dinâmica local. Atribuíram grande valor aos usos, costumes e tradições de suas cidades de origem, sendo que os vínculos com a religiosidade, festas religiosas e hábitos alimentares diversos também foram ressaltados.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

DELPHY, C. L' ennemiprincipal.In: PARTISANS**. Libération des Femmes**, Paris, n. 54-55, p. 57-172, juillet-août, 1970.

FALCI, M. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, C. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**.São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R.**Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEIHRY, J.C.S.B**. Manual de história ora**l. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDES, R. ; WAISSMANN, W. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In:

MENDES, R. (Org.).**Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.v. 1.

MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

SALES, T. Identidade étnica entre imigrantes brasileiro na região de Boston, EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOURAINE, A. **O mundo das mulheres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES ENQUANTO COMPORTAMENTOS CULTURALMENTE PRODUZIDOS

EATING HABITS ANALYSIS AS A CULTURALLY PRODUCED BEHAVIOR

Sessão temática: Outras áreas temáticas

VILARINHO, Jéssica Silva
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
Graduanda em Nutrição – Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul FISA/FUNEC
jessicasilvavilarinho@hotmail.com

SOUZA, Regina Maria de
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
Graduação em Ciências Econômicas, IE/UFU, Especialização em Psicopedagogia, Faculdade de Educação/UFU, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP-Franca, graduação em Psicologia FISA/FUNEC, docente das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/FUNEC
souzarm@hotmail.com

Resumo

Este artigo procura investigar os hábitos alimentares como ações individuais, construídas e reproduzidas socialmente, constituindo-se em ações historicamente produzidas, sendo, em geral, socialmente desejadas e biologicamente necessárias. Destacou-se a questão de as preferências e as variadas práticas estarem associadas à produção e ao consumo dos alimentos, que não se restringem às escolhas individuais, mas que estão submetidas a uma tradição etno-histórica, biológica, relacionada ao clima e à economia regional, biologia, além de invenções culturais e de experiências pessoais com a alimentação. Para análise de tais questões foi utilizada revisão de literatura, com consulta à literatura especializada. Ao longo dos séculos algumas predileções alimentares se tornaram hábitos, como uma norma de uso, um respeito à herança mantida pela tradição dos povos. Ou seja, os padrões alimentares são constituídos pelo tempo e só se modificarão na dependência do mesmo processo de formação, o tempo. Considerou-se ao longo do trabalho, os hábitos alimentares como comportamentos culturalmente produzidos, tornando-se relevante compreender e interpretar valores culturais da alimentação, presentes nas relações sociais e históricas, pois não há alimentação sem contexto sociocultural e não há Nutrição sem linguagem. O tema em estudo emerge como amplo campo de estudo, com diferentes olhares sobre a alimentação, destacando o papel da alimentação na evolução humana, uma vez que a procura pelo alimento, seu consumo, estabelecem a dinâmica entre sujeitos e seus ambientes, apresentando consequências adaptativas fundamentais para a sobrevivência e reprodução humanas.

Palavras-chave: alimentação, tradição, hábitos.

Abstract

This paper aims to investigate eating habits as individual actions, constituted and produced socially, constituting in historically produced actions, being, in general, socially wished and biologically needed. Standing out preferences and several habitudes which are associated to food production and consumption, that do not restrict individual choices but that are submitted to an ethnohistorical, bilogical tradition, related to weather and regional economy, biology, besides cultural inventions and personal experiences related to feeding. To analyse such matters it was used a literature review, consulting specialized literature. All over the centuries some food predilections have become habits, as use of standard, respeting the heritage kept by people tradition. In other words, feeding standard are constituted over the time and they will only be changed on the dependance of the same formation process, the time. It was

considered along this paper, eating habits as culturally produced behavior, becaming relevant to undestand and interpret cultural values of feeding, present on social and historical relationships, thus there's no feeding without a sociocultural context and there's no Nutrition without language. The theme in study emerges as a wide field of study, with different views over feeding, point out the role of feeding over human evolution, once the search for food, its consumption, establish the dynamics between the subject and enrironment, presenting adaptive consenquences that are essential to survival and human reproduction.
Keywords: food, tradition, habits.

1 INTRODUÇÃO

Bosi (1994) afirma que o passado conserva-se e atua no presente, mas não de forma homogênea. Segundo a autora, o corpo guarda esquemas de comportamento dos quais vai se valer de maneira automática, por muitas vezes em suas ações executadas em sociedade, constituindo a memória dos mecanismos motores (memória-hábito). Por outro lado, surgem lembranças independentes de quaisquer hábitos, que podem ser lembranças isoladas, singulares que se transmutam em autênticas reconstituições do passado.

A autora afirma que existe uma função social para a memória no momento em que o indivíduo se utiliza da lembrança, não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se direcionam para o passado, para o que se viveu. Aparecem, então, as imagens do tempo passado que conduzem a um trabalho da reflexão associado ao sentimento que acompanha a lembrança que precisa, de fato, acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

A alimentação envolve significados que englobam desde questões culturais até individuais. Nas práticas alimentares, procedimentos relacionados à preparação de alimentos e seu consumo estão presentes, subjetivamente, na identidade cultural, na condição social, na realidade, na memória familiar, no cotidiano que garantem a sobrevivência humana. Um aspecto importante a ser analisado, quando se trata de hábitos alimentares, é averiguar o que leva determinada população a assimilar determinados hábitos. Este fato está intimamente ligado à relação que os indivíduos estabelecem, por exemplo, entre alimentação saudável, promoção de saúde e prevenção de doenças. (CASCUDO, 1967)

A alimentação inclui a escolha dos alimentos, a etapa de armazenamento, até que se chegue no preparo e consumo dos mesmos. O homem e sua relação com o alimento, que é revestida de símbolos. Há que se considerar os significados sociais da comida na História, sendo que ao longo das épocas e regiões, as diferentes culturas humanas sempre encararam a alimentação como um ato revestido de conteúdos hoje identificados como políticos ou religiosos . Já que alguns produtos alimentam o corpo e o espírito, como ainda ocorre com algumas drogas em determinadas religiões. (CASCUDO, 1967)

No Brasil, historicamente, cultivou-se a diversidade alimentar, criando-se uma síntese entre as culturas primitivas com a superposição de etnias das diferentes culturas, que, o que formou os hábitos alimentares e constituíram uma rica culinária.

2 ALIMENTAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

A cultura, para a ciência social, é entendida como um conjunto de ideias e comportamentos aprendidos e transmitidos pelos indivíduos por meio da educação, da imitação e das condições do meio social. Em equivalência:

> [...] o estudo da cultura alimentar abrange o conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas e/ou aprendidas que estão associadas á alimentação e são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou de um grupo social determinado. (CONTRERAS, 2011, p. 29)

A alimentação e suas individualidades constituem um dos principais tópicos do âmbito cultural estudado ao longo dos séculos. Visto que o alimento consiste em uma necessidade biológica imprescindível, pode-se afirmar que o mesmo é mais fundamental que a sexualidade uma vez que o individuo sobrevive sem recompensa sexual, mas não sem alimento.

O sistema alimentar é determinante na vida dos seres humanos, caracterizando-se pelas relações entre ambiente e sociedade associadas à produção, distribuição e consumo dos alimentos. Para os antropólogos funcionalistas, a alimentação é um sistema básico na socialização dos indivíduos.

O modo alimentar é frequentemente relacionado aos valores simbólicos e emocionais bem como um marcador do status social. De acordo com Contreras (2011) os cachorros e os cavalos não são comidos na sociedade americana porque participam da condição de sujeitos, enquanto a vaca e o porco são comestíveis porque são vistos como objetos.

Caparica (2010) faz referência ao uso do açúcar, que no século XV era um marcador de status, considerado o ouro branco. Produto caro e desejado a ponto de ser dado como dote nos matrimônios.

Os primeiros estudos da antropologia social em sociedades não industrializadas e que, portanto, utilizam-se somente de recursos locais para sua subsistência, destacam que muitas de suas atividades durante o dia eram realizadas em função da alimentação ou para garanti-la. Este fato pode ser observado também nas sociedades industrializadas em que o comércio permanece aberto em horários fixos e é descontinuado ou até mesmo fechado em horários de refeições. Um exemplo comum é o horário do almoço, neste intervalo algumas empresas fecham as portas e outras alternam o horário entre dois funcionários, em função da necessidade de garantir a alimentação.

Conhecer a cultura alimentar de cada povo é importante para saber distingui-los bem como para o entendimento da prevalência ou ausência de determinadas doenças e problemas de base nutricional e suas causas. Na primeira metade do século XX foi observada uma alta prevalência de bócio em diversas regiões do país, sendo que por meio de estudos, da análise das características da alimentação nacional e da fisiopatologia da doença foi possível detectar a causa: deficiência de iodo na alimentação. Diante deste contexto, é sabido que sem o entendimento da cultura alimentar não seria possível identificar a etiologia da doença.

Uma síntese sobre a cultura alimentar brasileira requer apontar, além das necessidades biológicas, as influências de civilizações externas influenciadoras. Neste sentido, Santos (2011) ressalta que alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social uma vez que se constitui de atitudes, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que se come é neutro.

A comensalidade é a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida, sua origem é tão antiga quanto a espécie humana, pois até mesmo espécies animais a praticam. (CARNEIRO, 2005)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este trabalho foi realizado a partir de revisão de literatura. Inicialmente procedeu-se à seleçãode livros, revistas e sites de referência no estudo da temática. E um segundo momento, os textos selecionados foram alvo de leitura analítica, para a compreensão dos desdobramentos da temática, na sequência foram alvo deleitura, fichamento e discussão, e por fim ocorreu a elaboração do artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A alimentação: discussão sobre subjetividade e experiência

Os hábitos alimentares não podem ser atribuídos a um único acontecimento, são, de fato, resultado de um conjunto de fatores associados, fruto da produção social de uma comunidade.

Cada população adota determinado hábito alimentar que é, usualmente, repassado ao longo de suas gerações e normalmente apresenta regras implícitas que determina quem prepara os alimentos, quais grupos de pessoas comem juntos, o ambiente e o momento em que certa prática ou alimento são aceitos.

A construção desses hábitos, repassados por gerações, são reflexo da individualidade biológica de cada povo, de suas experiências, da disponibilidade de recursos ambientais e/ou financeiros e da influência de outras culturas.

Os estudos socioculturais sobre alimentação com enfoque nas interações interpessoais e na subjetividade levaram ao surgimento do “construcionismo social”, em que são descritos os conceitos da realidade e de experiências vividas, bem como o papel que desempenham nas relações de poder no âmbito sociológico. A subjetividade pode ser entendida, segundo Contreras (2011) como o conjunto de modos como o ser humano tenta compreender-se a si mesmo com relação aos demais e viver sua vida. Implica um interesse pelas emoções pessoais evidenciando que os humanos são seres reflexivos.

Tato, paladar, olfato, audição e visão são só sentidos que constituem as entradas para o âmbito da cultura. Os alimentos de forma evidente têm uma presença principalmente física e os seres humanos interagem com eles por intermédio de seus sentidos. A *priori,* o sujeito não necessita nem da linguagem tampouco do discurso para

experimentar a comida. Entretanto, a linguagem e o discurso estão integrados nos significados que vão sendo construídos em torno da comida, na forma como o homem interpreta e dissemina para os demais integrantes do grupo suas experiências sensitivas. (CONTRERAS, 2011)

4.2 Relações entre alimentação, natureza e cultura

Comer não é, e nunca foi, uma atividade meramente biológica. A comida é algo mais que uma coleção de nutrientes eleitos de acordo com uma racionalidade unicamente dietética ou biológica. Tampouco as razões das escolhas alimentares são apenas econômicas. O ato de "comer" constitui-se em um fenômeno social e cultural, enquanto a "nutrição" envolve discussões de Fisiologia e de saúde. No entanto, em muitos momentos da constituição da história do homem ocorreram importantes associações entre as diferentes escolhas e as necessidades nutricionais dos integrantes das diferentes comunidades. (CONTRERAS, 2011)

Normalmente, as escolhas e preferências alimentares de um individuo são baseadas na alimentação habitual de seu povo. Pode-se dizer, segundo Contreras (2011), que o conhecido, o habitual, tem, geralmente, preferência sobre o desconhecido, sendo que, por exemplo, para um japonês, um pescado fresco deve ser servido preferencialmente cru, enquanto que para vários povos ocidentais, apresentam uma preferência por sua modalidade cozinha.

A tradição japonesa de ingerir alimentos crus não é resultado de dificuldades de adaptação, mas sim, a forma encontrada por eles, no passado, para sobreviver em meio à escassez dos recursos naturais. A pequena quantidade de alimentos e de combustível para o preparo dos mesmos os levou a adaptar sua alimentação. O alimento era cortado em fatias finas e pequenas e condimentado com inúmeras espécies vegetais para variar o sabor da refeição. Os meios de preparo acabaram por tornar-se um hábito praticado até os dias atuais pelos orientais.

É certo, portanto, que as influências culturais e ambientais indicam os alimentos habitualmente aceitos e traduzem os significados e os modos de vida de um grupo em particular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cascudo (1967)afirma que ao longo dos séculos algumas predileções alimentares se tornaram hábitos, o que o autor explica como uma norma de uso, umrespeito à herança mantida pela tradição dos povos. Ou seja, ospadrões alimentares são constituídos pelo tempo e só se modificarão na dependência do mesmoprocesso de formação: o tempo.

Cabe considerar a necessidade de se compreender a cultura popular como realidadepsicológica, que se impõe aos sujeitos: "Falar das expressões negativas daalimentação para criaturas afeitas aos seus pratos favoritos [...] éameaçar um ateu com as penas do inferno". (CASCUDO,1967, p. 5)

Os hábitos alimentares constituem, portanto, comportamentos culturalmente produzidos, tornando-se relevantecompreender e interpretar valores culturais daalimentação, presentes nas relações sociais e históricas, pois não háalimentação sem contexto sociocultural, não há Nutrição sem linguagem.

A alimentação se constitui em um conjunto de experiências muito amplas que envolvem aspectos socioculturais e afetivos, que são resultado das interações que ocorrem no âmbitofamiliar e nos diversos acontecimentos históricos em que a humanidade está inserida, tais como as guerras, fomes, epidemias, imigrações, modificações climáticas e problemas econômicos estruturais. Além disso, representa um papel central na evolução humana, uma vez que a procura pelo alimento, apresenta consequências adaptativas fundamentais para a sobrevivência e reprodução humanas. Ainda que diante da evolução do sistemaalimentar o acesso aos alimentos por parte das populações tradicionaisdepende, quase que exclusivamente, da exploração dos recursos naturais,permitindo a reprodutibilidade econômica, social, ambiental e cultural, cabe considerar que as populações tradicionais se reproduzem explorandodiversos ecossistemas, a exemplo das florestas, estuários, mangues e áreasjá transformadas para fins agrícolas. Dessa forma, pode-se afirmar que os hábitos e práticas alimentares produzidos historicamentese transformam em hábitos culturais que integram o modo de viver de um grupo social ou povo.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**.. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAPARICA, C. No tempo em que o açúcar não era vilão. **Ciência e Cultura.** São Paulo, 2010, v. 62, n.4, p. 62-63. Disponível em:<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a21v62n4.pdf>. Acesso em 25 jul. 2015.

CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação: **História: Questões e Debates.** Curitiba, 2005. Disponivel em: <http://www.fecea.br/download/290_c48845d72c199598a8cf4139e5f8ab87.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma História da Alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASCUDO, L. da C. (Org.). **Antologia da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Copanhia Editora Nacional, 1967.

CONTRERAS, J.;**GRACIA, M. alimentação, sociedade e cultura.**Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Comida: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FLANDRIN, J. L ; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRAZÃO, M. **A panela de Afrodite**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FREITAS, M. C. ; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (Org.) **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador : EDUFBA, 2008.

ORNELLAS, L. H. **A alimentação através dos tempos**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 307 p.

SANTOS, C. R. A. dos. A comida como lugar de historia: as dimensões do gosto: **História: Questões e Debates.** Curitiba, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/25760/17202>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SILVA, P. P. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

STRONG, R. C. **Banquete: uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA SAÚDE NO BRASIL
An Analysis of the History of Health in Brazil

Políticas Publicas: História da Saúde.

SANTOS,Patrícia Lopes Pereira
Unifacef-Franca-SP
Especialista em Direito Púbico pelo Centro Newton de Paiva,Mestranda da Unifacef
pati7099@hotmail.com

ESPÍRITO-SANTO, Patrícia S.M.F.
Unifacef-Franca-SP
Docente do Centro Universitário de Franca-SP,Docente do Centro Universitário
Barão de Mauá.
Patrice.san@gmail.com

Resumo
Este artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre a história da saúde no Brasil.O trabalho associará a implementação das Políticas Públicas em cada momento histórico do país. Além disso, discorrerá sobre o contexto político e social do Estado Brasileiro e sua influência no arcabouço jurídico sanitário.Para alcançar tal objetivo foram consultados autores que são considerados referência em saúde pública, bem como a legislação pertinente ao tema, construindo, assim, um trabalho essencialmente teórico.Por fim, após esta reflexão teórica, buscar-se á um ponto de convergência nos sistemas de saúde presentes nos diversos momentos históricos abordados.
Palavras-chave: História da Saúde, Contexto Político-Social,Arcabouço Jurídico.

Abstract
This article aims to make an analysis of the history of health in Brazil.The paper will associate the implementation of the Public Politics in each historical moment of the country. Besides, it is going to discourse about the political and social context of the Brazilian State and its influence in the health legal outline.In order to achieve such goal, authors who are considered to be reference in public health, as well in the law concerning that issue, have been consulted, allowing, thus, the construction of an essentially theoretical paperwork.Lastly, after that theoretical reflection, it will be sought a convergence point in the health systems present in the many different historical moments demonstrated.
Keywords: History of Health, Social-Political Context, Legal outline.

1 - INTRODUÇÃO

A Saúde é um conceito polissêmico que deve ser analisado sob várias perspectivas. Dentre os vários significados, ressalte-se a Saúde como Direito Social previsto pela Constituição Federal.

A Carta Magna prevê a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como determina os princípios e as diretrizes que o norteiam. Posteriormente, a legislação infraconstitucional também explicitou este sistema.

Alguns consideram a legislação correlata ao SUS extremamente vanguardista, pois ela assegura aos cidadãos direitos e garantias na área da saúde, cumprindo as normas programáticas expressas na Carta Maior

Ocorre que, para se debruçar sobre a evolução da legislação que regulamenta a Saúde, considerada por muitos como avançada, bem como para se analisar as Políticas Públicas propostas pelo governo no decorrer dos tempos, é necessário transitar pelo contexto histórico, social e político vivenciado pelo Brasil.

Para AGUIAR (2011) tanto a história da saúde no Brasil quanto o Sistema de Saúde adotados pelo país estão atrelados ao contexto político, econômico e histórico vivenciado em cada período pela nação.

De acordo com ANDRADE, SANTOS E RIBEIRO (2013) a construção das Políticas Públicas na área de saúde também se relaciona com o contexto político social do Brasil e aquelas são essenciais para se conhecer o Sistema Único de Saúde.

Sendo assim, a realidade fática, seja sob a perspectiva histórica, econômica ou social influencia diretamente no arcabouço jurídico do Estado, bem como na elaboração das Políticas Públicas na área sanitária.

Este artigo subdivide a história da saúde no Brasil em seis fases, e em cada uma destas etapas o país adotou um modelo sanitário específico. Ressalte-se que a escolha de determinado modelo sanitário era direcionado pelos problemas sociais do país

Os momentos históricos escolhidos para este estudo foram, o Período Colonial/Imperial (1500-1889), a Primeira República ou República Velha (1889-1930), a Segunda República ou Era Vargas (1930-1945), o Período de Redemocratização ou Desenvolvimentista (1945-1963), a Ditadura Militar (1964-1984), e a Redemocratização do país com a Nova República que trouxe o Sistema Único de Saúde como um novo modelo assistencial em Saúde (1985-1988).

2- História da saúde

Uma apreciação histórica sobre o tema saúde evidencia alguns fatos importantes para entendê-la como expressão da organização social e econômica do país.

Segundo MELO(2014),uma pequena parte da população mundial vivia até os 60 anos no século XVII, as mortes ocorriam, principalmente,em decorrência de doenças infecciosas, mas também pela pobreza e fatores associados à ela, como falta de abastecimento de água, de saneamento básico, escassez de alimentos etc.

A partir da segunda metade do século XVIII, as condições de vida e saúde melhoraram, com isso a expectativa de vida aumentou tanto no mundo como no Brasil.

Ainda nos dizeres de MELO(2014,p.09),atualmente no Brasil, “a expectativa de vida é cerca de 64 anos para homens e 72 anos para mulheres” Ocorre que nem sempre foi assim, em 1940 a expectativa de vida brasileira girava em torno de 41 anos, tal índice foi aumentado devido a uma série de fatores, tais como a melhoria no saneamento básico, descobertas científicas no campo da medicina, ampliação dos serviços médicos assistências etc.

Após esta breve introdução, segue um estudo histórico sobre os momentos vivenciados pelo país.

Historicamente, o Brasil passou por várias fases, em cada uma delas o Governo Brasileiro adotou Políticas Públicas diferenciadas na área da saúde ou até mesmo as sonegou. Então, com a finalidade de se compreender todo panorama que culminou com a origem do SUS, é necessária uma explanação destas etapas históricas vividas pelo país.

No Período Colonial/Imperial a produção econômica do Brasil - Colônia era baseada nos ciclos da cana-de-açúcar e da mineração para a exportação, a mão de obra utilizada era a escrava

Após a proclamação da independência em 1822, introduziu-se no Império a produção de café, que era destinada também para a exportação, gerando uma maior liberdade de comércio do Brasil com outros países; além disso, houve uma expansão do comércio interno com consequente ascensão da burguesia local A alteração na estrutura social do país associada às exigências internacionais comerciais, fizeram surgir ideais abolicionistas que defendiam a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado.

Com isso, vieram para o Brasil trabalhadores europeus e africanos, trazendo com eles várias doenças como a tuberculose, a febre amarela, a cólera, a malária, a varíola, a leishmaniose e as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013) enfatizam que neste período, a situação de saúde no Brasil colônia era precária, as doenças contagiosas afetavam os negócios do país, e esta é a principal razão das campanhas sanitárias.

Estas autoras relacionam a saúde do povo com o contexto histórico do Brasil, constatando que no período colonial os problemas sanitários ficavam sob a responsabilidade das localidades, a profissão médica veio para o Brasil apenas com a chegada da família real em 1808.

Somente a Corte era cuidada por médicos formados, o restante da população se dividia entre as Casas de filantropia, curandeiros e curiosos. Portanto, não há que se falar em Políticas de Saúde no período colonial-imperial, a assistência médica limitava-se às classes dominantes, aos demais restavam os recursos da medicina popular.

Já no período da Primeira República ou República Velha (1889-1930), o campo político era dominado pelas elites agrárias de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, caracterizando a denominada “Política café com leite”. Tal grupo visava à consolidação dos ideais republicanos e da ideologia liberal.

Com o crescimento da produção industrial e do setor agrário ocorreu uma demanda por trabalho assalariado, levando o governo brasileiro a incentivar a imigração europeia.

Neste período, as condições de saneamento eram precárias e várias doenças contagiosas como a peste, a tifo, a varíola, etc matavam as pessoas, o que dificultava o recrutamento de imigrantes europeus.

ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013) afirmam que na década de 1920, ocorreu um aumento da imigração europeia, os estrangeiros vieram para o Brasil para exercerem a lavoura nas plantações cafeeiras.

Nessa época, o Governo tomou providências para proteger a população da infecção por doenças contagiosas, tendo sido criado, neste contexto, o Departamento Nacional de Saúde Pública, capitaneado por sanitaristas de renome como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas.

A quebra da bolsa de Nova York, em 1930, também foi um fato histórico que interferiu na política agrária brasileira, gerando transformações na economia do país, iniciando-se no Brasil um processo de industrialização.

AGUIAR (2011) explica que as ações e programas de saúde implantados naquele momento eram voltados para as áreas fundamentais da economia agrária, para o espaço de circulação de mercadorias, especialmente nos Portos de Santos e do Rio de Janeiro.

As medidas de saúde adotadas visavam estimular o comércio internacional e fomentar a política de imigração.

Foi nesta época que surgiram as campanhas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz, incrementadas por Carlos Chagas.

Observa-se, no entanto, também um crescimento da medicina liberal que era usada pela classe dominante, consolidando a estruturação de dois modelos de intervenção em saúde: o sanitarismo-campanhista e o curativo-privatista. No Período da Segunda República ou era Vargas (1930-1945), o Brasil sofreu uma ampla reforma administrativa e política que culminou com a Constituição de 1934, iniciando-se o governo constitucional que perdurou até 1937 e desta data até 1945 o período ditatorial.

No momento em questão, ocorreu grande investimento no setor industrial, provocando um aumento da massa urbana com consequente crescimento desordenado das cidades.

Este panorama exigiu investimentos de grande porte e a efetivação das Políticas Públicas.

Devido ao crescimento acelerado da indústria, acrescentaram-se aos antigos problemas de saúde doenças endêmicas e epidêmicas novas enfermidades decorrentes da inserção no processo produtivo industrial, como são os casos de estresse, de desnutrição, de verminoses, etc.

ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013), afirmam que o Estado Brasileiro sofreu mudanças na estrutura política com o golpe de Estado Promovido por Getúlio Vargas, estabelecendo-se uma nova legislação para promover a expansão econômica.

Em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, os regimes ditatoriais são enfraquecidos e o clima de democratização faz parte do cenário mundial, no Brasil, ocorre a deposição de Getúlio Vargas e inicia-se o processo de redemocratização, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, esta fase é conhecida como Desenvolvimentista **.**

Dutra lançou o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), destacando a Saúde como uma de suas prioridades.

Quando Getúlio Vargas assume o seu segundo mandato por meio de eleições diretas, ele adota politicamente uma linha populista, em razão disso, fez concessões sociais para angariar o apoio dos populares.

Expandiu também a assistência médica em todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões, e em 1953 foi criado o Ministério da Saúde independentemente da área da educação.

Porém, os recursos financeiros eram escassos e não permitiam a implantação de medidas eficazes na área da saúde.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, o plano de metas é efetivado, e no final do seu mandato o país contava com uma estrutura industrial complexa e um alto índice de inflação e de dívida externa.

As Políticas Sociais eram vistas como paliativas, a Saúde Pública havia obtido poucas conquistas e persiste o modelo de assistência médico curativa. ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013) argumentam que na década de 1960, a Previdência Social se consolidou como principal órgão de financiamento das ações e serviços da saúde.

. No entanto, este sistema era destinado apenas aos indivíduos formalizados no mercado de trabalho e seus dependentes.

O período da ditadura militar perdurou por vinte anos. Pode ser dividido em três fases: a primeira na qual se institucionalizou a ditadura, a segunda etapa em que ocorreu a expansão da industrialização com capital internacional e a terceira evidenciada pela crise econômica e do regime militar.

Segundo AGUIAR, 2011, p.29:

> [...] no campo da saúde, implantou-se de modo gradual e intenso, um sistema de saúde caracterizado pelo predomínio financeiro das instituições previdenciárias e por uma burocracia técnica que priorizava a mercantilização da saúde. Nessa perspectiva, em 1966, promoveu-se a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), com a criação do Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social

> (INPS), subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com responsabilidade pelos benefícios previdenciários e pela assistência médica aos segurados e familiares.

Ocorre que a gestão do INPS era administrativamente e financeiramente centralizada, e nesta época passou-se a contratar com prioridade a medicina privada, estimulando um padrão de organização da prática médica pela lógica do lucro.

Esta forma de gestão permitia fraudes e corrupções com grande ônus para a Previdência Social.

Ademais, o Ministério da Saúde havia perdido poder político, os recursos eram ineficientes para enfrentar os problemas de saúde.

E ao final dos anos 70, a Saúde vivencia um caos, os serviços estavam sucateados e eram insuficientes para atender a demanda.

ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013) acrescentam que na década de 1970, surgiram no país movimentos sociais que questionaram, entre outros temas, o sistema de saúde vigente no Brasil.

Ressalte-se que já na década de 70, o Ministério da Saúde entendia que era competência municipal estruturar uma rede de serviços básicos dentro dos princípios da atenção primária, o que foi confirmado pela doutrina da atenção primária exposta na reunião da Alma-Ata, em 1978, com o objetivo de expansão das redes municipais.

No final da década de 70, o modelo médico- assistencial privatista entrou em crise, em razão do retrocesso do milagre econômico, tal situação expôs a precariedade do financiamento do sistema de saúde brasileiro, ficando evidente a sua total dependência dos recursos da Previdência Social.

Os movimentos sociais avivaram o espírito crítico da população, e as questões sanitárias foram discutidas em importantes eventos, entre eles destaca-se a V Conferência Nacional de Saúde (1975), a Conferência de Alma Ata (1978) e a VII Conferência Nacional de Saúde, no governo de João Figueiredo.

Esta conjuntura pressionou o governo para mudanças na estrutura previdenciária que focava no modelo assistencial.

Segundo ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO (2013), surgiu, então, o movimento municipalista, composto por vários encontros municipais de saúde com objetivo de debater a atenção primária a ser prestada pelos Municípios. Alguns eventos também foram cruciais para o desenvolvimento das ideias no plano sanitário, a saber a 6º e a 7º Conferências Nacionais de Saúde, o 1º e 2º Simpósios de Políticas Nacionais de Saúde, estes últimos incentivaram a criação do Conselho Nacional de Secretárias Estaduais de Saúde (CONASS). E por fim, nos dizeres de ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO, 2013, p. 485:

> [...] a 8ª Conferência Nacional de Saúde, marco do Movimento da Reforma Sanitária, quando começaram a surgir, os Conselhos de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), associação que passou a ter relevante atuação na configuração e implementação do SUS nos municípios a partir dos anos 1990 (até os dias de hoje).

Entre os vários programas em prol do direito à saúde, o Programa dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS) destaca-se pela ousadia em universalizar o atendimento do INAMPS. Este projeto representava o início das ideias propostas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, abrindo caminho para a Reforma Sanitária e para a implantação do SUS consagrado na Carta Magna de 1988.

Entre os períodos de 1980 e 1990, o Brasil passou por uma fase de redemocratização e também por uma profunda crise econômica, culminando em grandes alterações na estrutura político-jurídica do país.

Tais mudanças provocaram reformas sanitárias, com a apresentação de novidades para o Setor Saúde.

. Nos termos de ANDRADE, SANTOS & RIBEIRO, 2014, p.484:

> [...] esse movimento ampliou sua proposta, evoluindo para uma reforma político jurídica do Setor Saúde, cujo lema era saúde direito de todos e dever do Estado, o qual pregava o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde públicos, a organização do sistema com base na descentralização (municipalização), a integração de serviços e a participação social.

A participação social é um lema que foi preconizado pela Constituição Federal de 1988, a Carta Maior trouxe a Seguridade Social dividida em três capítulos: a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social.

A Saúde está elencada nos artigos 196 a 200, sendo prevista nos seus termos mais amplos, ou seja, o seu conceito entrelaçado com qualidade de vida, num sentido elástico.

Alguns apontamentos dos artigos previstos na Carta Magna demonstram que o art.197 aborda as ações e serviços de saúde como de relevância pública, o art. 198 preconiza sobre a forma organizativa, as diretrizes e o financiamento do sistema de saúde, o art.199 prevê a liberdade da iniciativa privada na área sanitária e impõe certas restrições à sua atuação, e, por fim, o art. 200 trata das atribuições do SUS.

Após a promulgação da Constituição de 1988, foram publicadas duas leis pertinentes ao tema SUS, são a Lei 8080/90 e a lei 8142/90.

Além disso, foi necessária a edição de inúmeras Portarias Ministeriais com a finalidade de implantação e implementação administrativo-sanitárias do sistema de saúde.

As principais normas operacionais do SUS foram a NOB 01/91, NOB-SUS 01/92 e NOB-SUS 01/93, a primeira pretendeu transformar o SUS num grande convênio, a segunda originou de críticas à NOB 01/91 e foi considerada um grande avanço por ter respeitado as condições de gestão dos entes municipais e estaduais, reconhecendo que todos os entes federativos participam do SUS.

Portanto, a Saúde como Direito Social, acessível a todos, considerada como direito do cidadão e dever do Estado só foi preconizada com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Carta Magna previu um sistema complexo, inserindo no seu seio, inclusive, elementos da Administração Pública.

Embora seja um direito intrinsecamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, ele ainda encontra obstáculos para a sua real efetivação.

Após a promulgação da Lei Maior, a legislação infraconstitucional regulamentou a Saúde por meio de Leis e Decretos acrescentando às lei já citadas a Lei 9658/98 (Plano de Saúde), o Decreto 7508/2011 e a Lei Complementar 141/2012.

Segundo COELHO (2013),atualmente, existem no Brasil maneiras diferentes de organização do serviços de saúde.O SUS preconizado como um Sistema Nacional Público de Saúde, lembra muito o sanitarismo campanhista, e convive com o formato suplementar de saúde denominado Modelo Liberal Privatista. Ainda para COELHO(2013,p.112) " seja no SUS, seja na saúde suplementar, o sistema de saúde é ainda fortemente centrado em médicos e hospitais".Tal modelo, tem levado os pesquisadores, gestores, trabalhadores e usuários a repensar uma melhor forma de organizar os serviços de saúde,com a implantação de modelos alternativos em alguns Estados e Municípios.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se fazer uma reflexão sobre a forma de se conceber a vida, se esta seria apenas um conjunto de atividades de modos de ser, e se a aferição da qualidade de vida poderia se basear apenas na efetivação destas atividades. No entanto, segundo SEN(1993), uma avaliação verdadeira da qualidade de vida(e de saúde) de uma população não pode se basear meramente em mercadorias ou rendimentos que auxiliam no desempenho de atividades e na aquisição de capacidades,se assim fosse, haveria uma confusão entre meios e fins. Aristóteles apud Sen(1993) afirma que a riqueza é útil na consecução de outros bens.Ressalte-se que os elementos constitutivos da vida são combinações de várias diferentes efetivações.

Algumas efetivações são elementares como por exemplo alimentar-se, outras, no entanto, são complexas tais como desenvolver o auto respeito. Enquanto a efetivação é uma conquista de uma pessoa, a capacidade é uma noção secundária, refletindo as várias atividades e modos de ser que ela pode alcançar.

Como se pode depreender do estudo acima, o capitalismo influenciou muito a saúde, a preocupação nesta área era não permitir a interferência das epidemias e endemias na esfera econômica, nas capacidades da população. Havia um receio das enfermidades reduzirem a capacidade laboral do homem, e, por consequência, diminuírem a lucratividade. Então, as Políticas de Saúde expressavam esta filosofia capitalista e priorizavam a medicina curativa e lucrativa pela contratação de serviços privados.

As medidas de saúde adotadas visavam atacar os problemas que prejudicassem a produção econômica e o comércio internacional, e aquelas adotadas eram no sentido de manter a força de trabalho em condições de produção. Portanto, historicamente, a Saúde nasceu vinculada ao mundo do trabalho, foi pensada como um seguro, associada ao âmbito da previdência, em razão disso, na prática, está apartada das ações coletivas.

Este é um problema estrutural da saúde brasileira, que traz o ranço de uma forma mercantilizada de conceber a saúde, que é vista mais como uma mercadoria do que como um Direito Social.

Ocorre que para uma avaliação da qualidade de vida e da saúde do indivíduo deve-se considerar tanto as efetivações elementares quanto as complexas , ambas são constitutivas do ser de uma pessoa, além disso,para análise do bem estar de alguém deve-se necessariamente passar por estes elementos constitutivos.Sendo assim, para esta aferição não se pode resumir apenas na análise das capacidades do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR,Zenaide Neto.Antecedentes Históricos do Sistema Único de Saúde.Breve História da Política de Saúde no Brasil.In:_____.Sistema Único de Saúde.Antecedentes, Percurso.Perspectivas e Desafios.São Paulo:Martinari,2011.cap1,p 15-40.

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de,SANTOS,Lenir, RIBEIRO, Kelen Gomes.Política de Saúde no Brasil.In:ROUQUAYROL, Maria Zélia,GURGEL, Marcelo(Orgs.).Epidemiologia & Saúde.7ªed.-Rio de Janeiro:MedBook, 2013 cap.25,p481-492.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF,Senado,1998.

COELHO, Ivan Batista. Forma de Organizar e Pensar o Sistema de Saúde:os modelos assistenciais em saúde. In:CAMPOS,Gastão Wagner de Sousa,GUERREIRO,André Vinícius Pires. Manual de Práticas de Atenção Básica.Saúde Ampliada e Compartilhada.São Paulo.2013.Hucitec editora.Cap.4,p.96-131.

MELO, Enirtes Caetano.Saúde e Doença no Brasil:como analisar os dados epidemiológicos.In:_____.Uma Ciência de Investigação.11 reimp.Rio de Janeiro.Senac Nacional-DN.Cap.2, p.08-13.

SEN,Amartya. O Desenvolvimento Como Expansão de Capacidades. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

PELE HUMANA PARA TRANSPLANTES E TESTES FARMACOLÓGICOS

Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

FÉLIX DE SOUSA, Joana D'Arc
Centro Paula Souza – Etec Prof.Carmelino Corrêa Júnior
Natural da cidade de Franca/SP, possui Graduação, Mestrado e Doutorado pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). É coordenadora do Curso Técnico em Curtimento da Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior (Centro Paula Souza) e ministra aulas de TCC e Análise de Processos em Couros e Peles. Orienta vários trabalhos de iniciação científica, onde muitos deles foram premiados em Feiras Tecnológicas Nacionais e Internacionais.
Representou o Brasil na Intel ISEF 2014 (Los Angeles/CA/USA), na GENIUS OLYMPIAD 2014 (Oswego/NY/USA) e na I-SWEEEP 2015 (Houston/TX/USA). Vencedora dos Prêmios do Conselho Regional de Química do Estado de São Paulo nos anos de 2014 e 2015. Eleita em Dezembro/2014, Pesquisadora do Ano pela ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química) – Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia.
joana.felix@hotmail.com

DE OLIVEIRA, Ângela Ferreira
Centro Paula Souza – Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior
Natural da cidade de Franca/SP. Técnica em Curtimento e em Meio Ambiente. Atualmente é estudante do Curso Técnico em Cafeicultura.
angeladarciso@outlook.com

DE SOUSA, Wesley José
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Natural da cidade de Franca/SP. Cursou o Ensino Médio na Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior. Atualmente é aluno de Graduação do Curso de Química da UFTM em Uberaba/MG.
wesley.sousa@hotmail.com

Resumo

Cerca de um milhão de pessoas com queimaduras são registradas por ano no país. Desse total, 10% buscam atendimento hospitalar e 2.500 pacientes morrem. São os acidentes com fogo a segunda causa de morte na infância no Brasil e nos Estados Unidos. Por isso, a criação em laboratórios de substitutos de pele para uso em enxertos, transplantes e testes farmacológicos, tem sido um importante foco de pesquisa nos últimos 30 anos. Cientistas de vários países tentam desenvolver um equivalente de pele artificial que possa ser aplicada no tratamento de grandes lesões da pele. Neste projeto, desenvolvemos técnicas que transformam tecidos suínos em materiais compatíveis com o organismo humano. Por sua semelhança com o homem, várias partes do organismo dos suínos podem ser utilizadas em medicina humana, porém a pele dos suínos não serve para transplantes definitivos de pele, devido à sua rejeição. Com o objetivo de tornar os xenotransplantes de peles temporários em definitivos, desenvolvemos uma técnica de purificação da pele suína, para que uma vez transplantada elimine os problemas de rejeição sem colocar em risco o sistema imunológico do paciente transplantado. A matriz de pele suína purificada resultante é então repreenchida com colágeno gelificado sustentável para reproduzir os mesmos tecidos biológicos e manter conservada as principais características biomecânicas e estruturais da pele humana. A matriz de pele humana artificial obtida servirá de estrutura de apoio para que o organismo do paciente transplantado reconstrua com eficácia a área de pele lesada.

Palavras-chave: pele humana artificial, tecidos suínos, transplantes e testes farmacológicos.

Abstract

About a million people with burns are registered each year in Brazil. Of these, 10% seek medical attention and 2,500 patients die. Are accidents with fire the second cause of death in infancy in Brazil and the United States. Therefore, the creating in the laboratories of skin substitutes for use in grafts, transplants and pharmacological tests, it has been a major focus of research in the past 30 years. Scientists from many countries try to develop an artificial skin equivalent which can be applied in the skin lesions treatment. In this project, we developed techniques that transform swine tissues into compatible materials to the human body. Due to its similarity to humans, several parts of the swine organism may be used in human medicine, but pigskin is not for definitive human skin transplantation because of its clinical rejection. With the objective to serve as temporary skin xenotransplantations to longterm maintanance, we developed one technique for the purification of pigskin, for that once transplanted it would eliminate rejection problems with no risk to the immune system of the transplanted patient. The matrix of the purified pigskin resulting is then refilled with sustainable gelled collagen to reproduce human biological tissues and to keep the biomechanical and structural characteristics of human skin. The matrix of the artificial human skin obtained will serve as a support structure for the organism of the transplanted patient, effectively reconstructing the area of injured skin.

Keywords: artificial human skin, swines tissues, transplants and pharmacological tests.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as diversas pesquisas realizadas na área de bioengenharia de tecidos, a criação in *vitro* de tecidos vivos torna-se uma das mais promissoras formas de atuação científica. Neste caminho, cada vez mais têm sido descritos novos substitutos cutâneos para o tratamento de grandes lesões da pele. O consenso em relação à importância da oclusão precoce de áreas cruentas motivou o interesse por materiais sintéticos ou biológicos a serem utilizados como substitutos cutâneos, entre eles: auto-enxertos, aloenxertos de pele e curativos biosintéticos (BELL et al, 1981).

Infelizmente, até o momento, os métodos para cultura de tecidos como os usados em transplantes de peles são muito caros, mas não há dúvidas de que os enxertos autógenos perduram como a alternativa de escolha para o fechamento definitivo de áreas cruentas. Porém, alguns pacientes apresentam escassez de áreas doadoras de pele e, o problema da escassez de áreas doadoras nunca foi totalmente solucionado (TANNER et al, 1964).

Pacientes que precisam de um transplante quase sempre têm de vencer dois obstáculos sérios: em primeiro lugar, a escassez de órgãos, já que os doadores ainda são relativamente raros; e, mesmo quando uma operação ocorre, há o risco de rejeição do órgão transplantado. Para contornar esse problema duplo no caso dos transplantes de pele, desenvolvemos neste projeto técnicas que transformam tecidos suínos em materiais compatíveis com o organismo humano. A derme suína foi escolhida porque sua composição é 78% compatível com a derme humana. Sabe-se hoje, que por sua semelhança com o homem, várias partes do organismo dos suínos podem ser utilizadas em medicina humana. Na medicina atual, a pele dos suínos pode ser usada em transplantes temporários no homem, nos casos de queimaduras de terceiro grau, que causam grandes descontinuidades de sua pele; infelizmente ela não serve para transplantes definitivos, devido à sua rejeição (ROPPA, 2012).

Com o objetivo de tornar os xenotransplantes de peles temporários em xenotransplantes de peles definitivos, desenvolvemos uma técnica de purificação da pele suína, para que uma vez transplantada, elimine os problemas de rejeição sem colocar em risco o sistema imunológico do paciente transplantado. A pele humana artificial resultante pode ser utilizada em transplantes definitivos de peles e em testes farmacológicos.

Demonstrar a eficácia desse tipo de tecnologia, bem como sua viabilidade econômica, é particularmente importante no contexto brasileiro, porque os bancos de pele, com tecidos provenientes de doadores humanos, são raros, estando presentes apenas em São Paulo, em Porto Alegre, Curitiba e no Recife. Em Santa Maria/RS essa escassez foi um problema, devido às várias vítimas afetadas por queimaduras graves em um incêndio numa casa de shows que também matou centenas de jovens no início de 2013.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Cientistas da Universidade de Granada, na Espanha, conseguiram criar pele humana artificial a partir de um material de origem biológica chamado fibrina-agarose. A pele artificial, criada por uma técnica que os cientistas chamam de engenharia de tecidos, foi implantada em ratos e apresentou excelente maturação e desenvolvimento, recuperando funcionalidades da pele natural (KAMAMOTO et al, 2003).

No Brasil, o grupo de pesquisa coordenado pela pesquisadora a Silvya S. Maria-Engler da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, desenvolveu uma pele artificial idêntica à humana, a partir de materiais descartados em cirurgias plásticas, que reproduz os mesmos tecidos biológicos e pode ser utilizada para avaliar a toxicidade e a eficácia de novos compostos para fármacos e produtos cosméticos (ERENO, 2009).

Por sua semelhança com o homem, várias partes do organismo dos suínos podem ser utilizadas em medicina humana (ROPPA, 2012). Desde o fornecimento de substâncias vitais à vida do homem, até a doação de órgãos, os suínos são a grande opção da medicina para aumentar a sobrevivência das pessoas. No passado, os Macacos foram considerados a grande opção nesta área, mas acabaram perdendo sua importância, devido à sua lenta capacidade de multiplicação e pela probabilidade de transmissão de doenças (ROPPA, 2012).

A busca de soluções no campo de xenotransplantes (transplantes de órgãos de uma espécie para outra, ou seja, dos suínos para o homem) começou nos últimos dez anos, onde varias experiências foram realizadas com sucessos animadores (ROPPA, 2012). Lutando contra conceitos e preconceitos, a técnica continua sua evolução irreversível, buscando soluções mais eficientes e definitivas, para as pessoas que não encontram mais nenhuma esperança nos métodos tradicionais de cura. Na medicina atual, a pele dos suínos pode ser usada em transplantes temporários no homem, nos casos de queimaduras de terceiro grau, que causam grandes descontinuidades de sua pele; infelizmente ela não serve para transplantes definitivos, devido à sua rejeição (ROPPA, 2012).

De acordo com os dados de estudos histológicos realizados pela Profa. Dra. Joana Félix (FÉLIX DE SOUSA, 2009), sabe-se que a derme suína é 78% compatível com a derme humana. Assim, a bioengenharia de tecidos permitiu transformar tecidos suínos em materiais compatíveis com o organismo humano, ou seja, tornou a derme suína 100 % compatível com a derme humana. O tecido animal resultante (pele humana artificial) pode ser utilizada nos transplantes de pele, sem o perigo de rejeição, e permanecerá para sempre no paciente transplantado, porque servirá de estrutura de apoio para que o organismo, do paciente transplantado, reconstrua com eficácia a área de pele lesada, tornando os xenotransplantes de peles temporários em xenotransplantes de peles definitivos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Extração de Colágeno Gelificado Sustentável (Gelatina): As serragens de *wet-blue*, Figura 1 (100 %; 500 g), foram colocadas em tanque de inox com rotação, na presença de água à temperatura ambiente (80 %; 400 mL) e enzima JF-4 (12 %; 60 g), por um período de 5 horas. Após este período, a massa pastosa homogênea resultante, contendo solução de gelatina impura e sulfato de cromo III, permaneceu em repouso para decantação, por um período de 3 horas. Após processos de decantação e extração, a solução de gelatina foi purificada em um filtro contendo resina de troca iônica, e evaporada a vácuo em evaporador rotativo a uma temperatura de 90 ºC. Após evaporação, a gelatina concentrada foi gelificada em freezer e secada em spray drier a uma temperatura de 80 ºC. Obteve-se 75 g (15 % em relação às serragens de *wet-blue*) de colágeno gelificado sustentável em sólido (gelatina em sólido) (pH 5,5 a 6,0) (teor de colágeno (proteína): 97 a 99%), Figuras 1 (FÉLIX DE SOUSA, 2005).

3.2. Obtenção da Matriz de Pele Humana Artificial: O processo de transformação de peles suínas em pele humana artificial ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa, uma pele suína pesando 20 kg e medindo 1,5 m^2 foi colocada em fulão de acrílico na presença de água e de vários insumos químicos (FÉLIX DE SOUSA, 2009), por um período de 10 horas, para a realização dos processos de purificação, visando à obtenção de uma matriz limpa (pele suína purificada). Com os processos de purificação, a pele suína perdeu 60 % do seu peso, ou seja, a pele suína perdeu 12 kg de material genético, Figura 7. Na segunda etapa, a matriz limpa (pele suína purificada) (8 kg; 1,5 m^2) foi tratada com colágeno gelificado sustentável na presença de água e de outros insumos químicos (FÉLIX DE SOUSA, 2005), por um período de 2 horas, para a realização dos processos de repreenchimento da matriz limpa, visando à obtenção de uma matriz de pele humana artificial, Figura 9.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Colágeno Gelificado Sustentável (Gelatina). Foi extraído de serragens e aparas de *wet-blue* (resíduos sólidos classe I de curtumes). O único resíduo resultante deste processo de reaproveitamento consiste em um líquido que contém cerca de 0,027 mg/L de óxido de cromo III, Figura 1 (FÉLIX DE SOUSA, 2005). Este líquido resultante é reutilizado em substituição à água, nos processos seguintes de reaproveitamento.

Figura 1. Extração de colágeno gelificado sustentável, sulfato de cromo III sustentável e/ou hidróxido de cromo sustentável de serragens e aparas de *wet-blue* (resíduos sólidos classe I de curtumes) (FÉLIX DE SOUSA, 2005).

Industrialmente o colágeno é extraído de carnaças (resíduos sólidos de curtumes, isentos de metais e não tóxicos), Figura 2. No Brasil, apenas quatro empresas realizam este processo, fazendo com que o colágeno tenha um alto valor comercial (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

Figura 2. Carnaças, resíduo sólido de curtume isento de metais e não tóxico (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

O colágeno é a classe mais abundante de proteínas do organismo humano e representa mais de 30% de sua proteína total. Como as serragens e as aparas de *wet-blue* são resíduos oriundos da derme de peles bovinas, o colágeno extraído é do tipo I, onde são encontrados os aminoácidos glicina (a proporção em todas as moléculas é de quase um terço), prolina, 4-hidroxiprolina, 5-hidroxilisina, ácido aspártico, ácido glutâmico, arginina, serina, entre outros (ALLINGER et al., 1978), Figura 3.

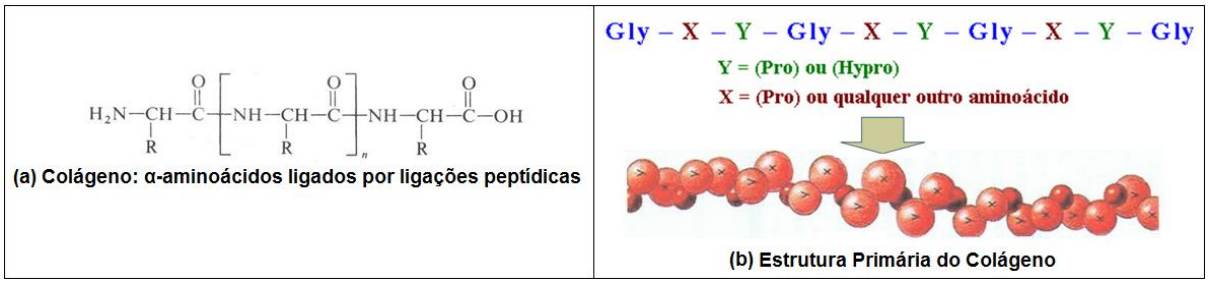


Figura 3. Colágeno. **(a)** Estrutura química. **(b)** Estrutura primária (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

O espectro de energia dispersiva (EDS) das serragens e aparas de *wet-blue*, Figura 4a, indicou a presença de carbono, nitrogênio, oxigênio e cromo, como elementos preponderantes; enquanto o espectro de energia dispersiva (EDS) do colágeno gelificado sustentável (gelatina), Figura 4b, indicou apenas a presença de carbono, nitrogênio, oxigênio, evidenciando que este foi extraído com 100 % de pureza (MAHAN, MYERS, 2000; SILVERSTEIN, BASSLER, MORRILL, 1994). Essa informação também foi evidenciada nos espectros de infravermelho.

A Figura 5 apresenta os espectros de absorção na região do infravermelho (FTIR) das serragens e aparas de *wet-blue*, e do colágeno gelificado sustentável (gelatina).

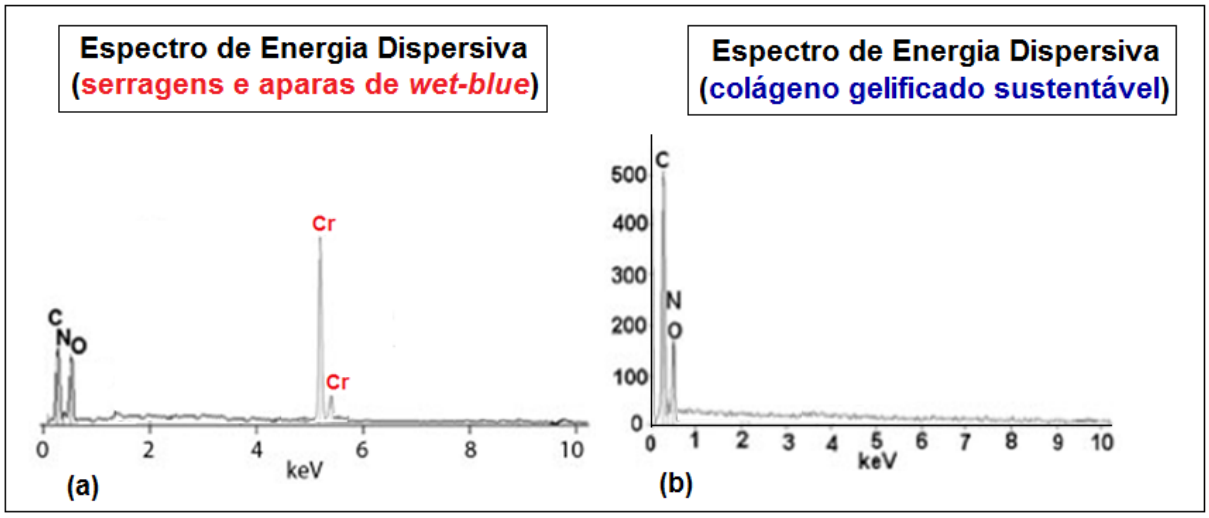


Figura 4. Espectros de energia dispersiva (EDS). **(a)** Espectro de EDS das serragens e aparas de *wet-blue*. **(b)** Espectro de EDS do colágeno gelificado sustentável (gelatina) (FÉLIX DE SOUSA, 2005).

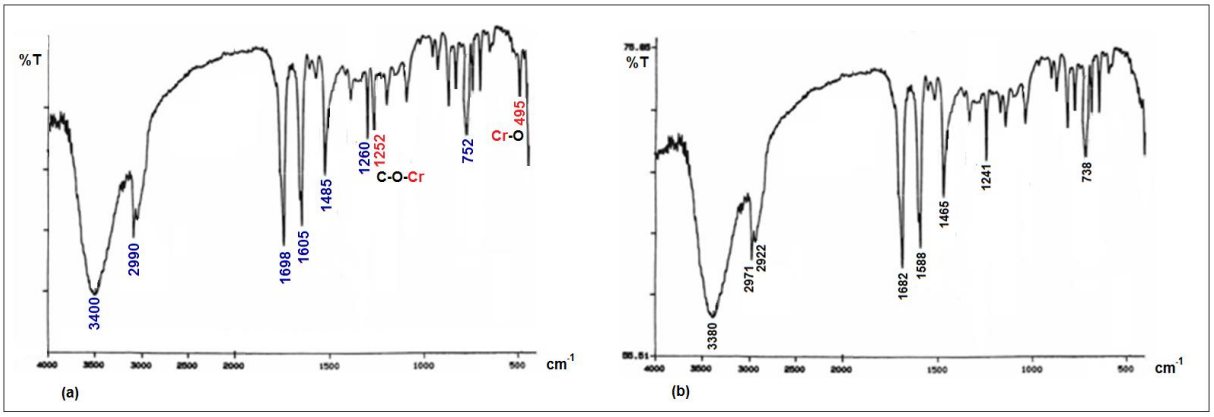


Figura 5. Espectro de absorção na região do infravermelho (FTIR). **(a)** Espectro de IV das serragens e aparas de *wet-blue*. **(b)** Espectro de IV do colágeno gelificado sustentável (gelatina) (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

A espectroscopia de absorção na região do infravermelho (FTIR) das serragens e aparas de *wet-blue*, Figura 5a, apresentou as principais bandas características em 3620-3220 cm^{-1} (deformação axial de O-H, larga); 3400 cm^{-1}

(deformação axial assimétrica de N-H, amida primária, em ligação hidrogênio) e 3190 cm^{-1} (deformação axial simétrica de N-H, amida primária, em ligação hidrogênio); 2990 cm^{-1} (deformação axial e C-H alifático); 1698 cm^{-1} (deformação axial de C=O, banda de amida primária); 1605 cm^{-1} (bandas em superposição: deformação axial de C-N, banda de amida secundária, e deformação angular de N-H, banda de amida secundária); 1485 cm^{-1} (deformação axial de C-N); 1260 cm^{-1} (deformação axial de C-N, banda de amida terciária, e deformação angular de N-H, banda de amida terciária); 1252 cm^{-1} (deformação angular da ligação C-O-Cr); 752 cm^{-1} (deformação angular fora do plano de N-H); 495 cm^{-1} (deformação angular assimétrica da ligação Cr-O).

A espectroscopia de absorção na região do infravermelho (FTIR) do colágeno gelificado sustentável (gelatina), Figura 5b, apresentou as principais bandas características em 3600-3200 cm^{-1} (deformação axial de O-H, larga); 3380 cm^{-1} (deformação axial assimétrica de N-H, amida primária, em ligação hidrogênio) e 3170 cm^{-1} (deformação axial simétrica de N-H, amida primária, em ligação hidrogênio); 2971 cm^{-1} (deformação axial e C-H alifático); 1682 cm^{-1} (deformação axial de C=O, banda de amida primária); 1588 cm^{-1} (bandas em superposição: deformação axial de C-N, banda de amida secundária, e deformação angular de N-H, banda de amida secundária); 1465 cm^{-1} (deformação axial de C-N); 1241 cm^{-1} (deformação axial de C-N, banda de amida terciária, e deformação angular de N-H, banda de amida terciária); 738 cm^{-1} (deformação angular fora do plano de N-H).

A espectroscopia de absorção na região do infravermelho (FTIR) também evidenciou que o colágeno gelificado sustentável (gelatina) foi extraído com 100 % de pureza.

Neste processo inédito de reaproveitamento, o valor do colágeno gelificado sustentável (gelatina) em sólido ficou em R$ 1,45/kg; enquanto no mercado o mesmo é comercializado a R$ 53,00/kg. O valor do sulfato de cromo III sustentável ficou em R$ 0,45/kg e do hidróxido de cromo sustentável em sólido ficou em R$ 0,64/kg. O Brasil importa o sulfato de cromo III a U$ 1.50 e o hidróxido de cromo a U$ 4.00/kg.

Com o reaproveitamento de serragens e aparas de *wet-blue* haverá um ganho empresarial do setor coureiro, pois com o emprego dos processos de reaproveitamento os empresários ficarão livres do passivo ambiental, dos custos de transporte e de deposição de seus resíduos, tornando a indústria mais competitiva.

4.2. Matriz de Pele Humana Artificial. A pele animal possui 03 (três) camadas distintas: epiderme, derme e hipoderme, Figura 6a, (FÉLIX DE SOUSA, 2009). A epiderme, camada superior da pele, é constituída de uma proteína chamada queratina, além de pêlos, grânulos de pigmentação melânicos (melaninas), glândulas sebáceas e sudoríparas. A Derme, camada mediana ou intermediária da pele, é constituída basicamente por uma proteína chamada colágeno. A derme se (que se subdivide em duas subcamadas, camada termostática ou flor (constituída por pequenas fibras de colágeno) e camada reticular (constituída por fibras de colágeno bem maiores)) e a hipoderme. A hipoderme, camada inferior da pele, é constituída de tecido adiposo ou gordura.

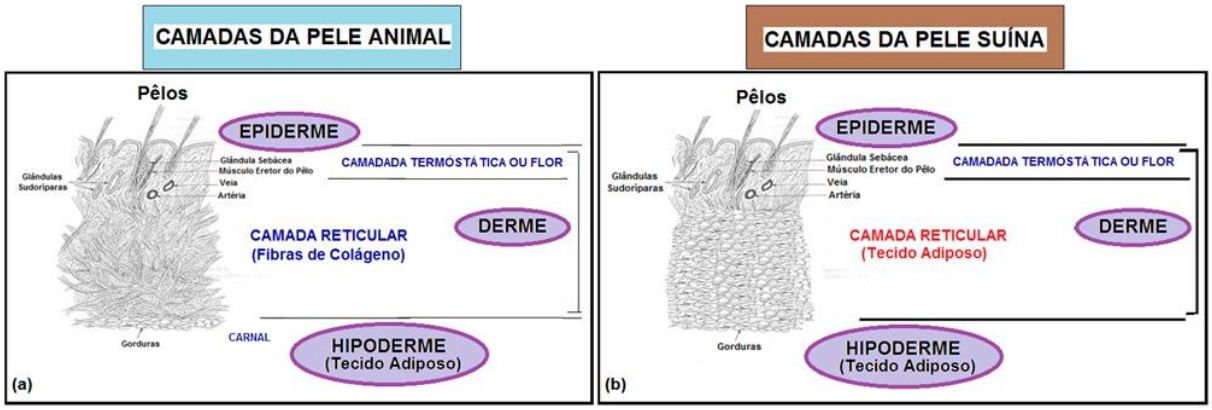


Figura 6. Histologia da pele animal. **(a)** Camadas da pele animal. **(b)** Camadas da pele suína (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

As peles suínas se diferem das outras peles animais por dois motivos: por possuir uma epiderme (camada superior da pele) muito espessa, pêlos mais grossos, poros maiores, e uma camada reticular constituída de tecido adiposo Figura 6b (FÉLIX DE SOUSA, 2009). Por serem muito gordurosas, tradicionalmente as peles suínas são muito utilizadas na culinária, e apenas uma pequena é beneficiada em curtumes.

Os estudos histológicos (FÉLIX DE SOUSA, 2009) mostraram que a derme suína é 78% compatível com a derme humana. Assim, a bioengenharia de tecidos permitiu, de forma inédita e revolucionária, transformar tecidos suínos em materiais compatíveis com o organismo humano, ou seja, a derme suína se tornou 100 % compatível com a

derme humana. O tecido animal resultante (pele humana artificial) servirá de estrutura de apoio para que o organismo, do paciente transplantado, reconstrua com eficácia a área de pele lesada, tornando os xenotransplantes de peles temporários em xenotransplantes de peles definitivos, Figuras 7 e 9.

O processo de transformação de tecidos suínos em pele humana artificial ocorreu em duas etapas porque desenvolvemos técnicas de purificação e de repreenchimento da mesma, com colágeno gelificado sustentável (gelatina), para que, uma vez transplantada, elimine os problemas de rejeição sem colocar em risco o sistema imunológico do paciente transplantado.

Na primeira etapa, Figura 7, realizamos a purificação da pele suína (20 kg; 1,5 m^2) com produtos químicos especiais desenvolvidos para o tratamento de peles exóticas (FÉLIX DE SOUSA, 2009). Nesse processo de purificação, eliminou-se todo material genético associado ao tecido suíno (os materiais interfibrilares (proteínas globulares degradadas), as células do epitélio, os pêlos e as gorduras do porco doador) para a obtenção de uma matriz limpa (pele suína purificada). Tomamos todos os cuidados para evitar a eliminação da epiderme suína. As reações de purificação foram realizadas em fulão de acrílico por um período de dez horas, Figura 7. A pele suína purificada resultante possui apenas 02 (duas) camadas: epiderme e derme, Figura 8.

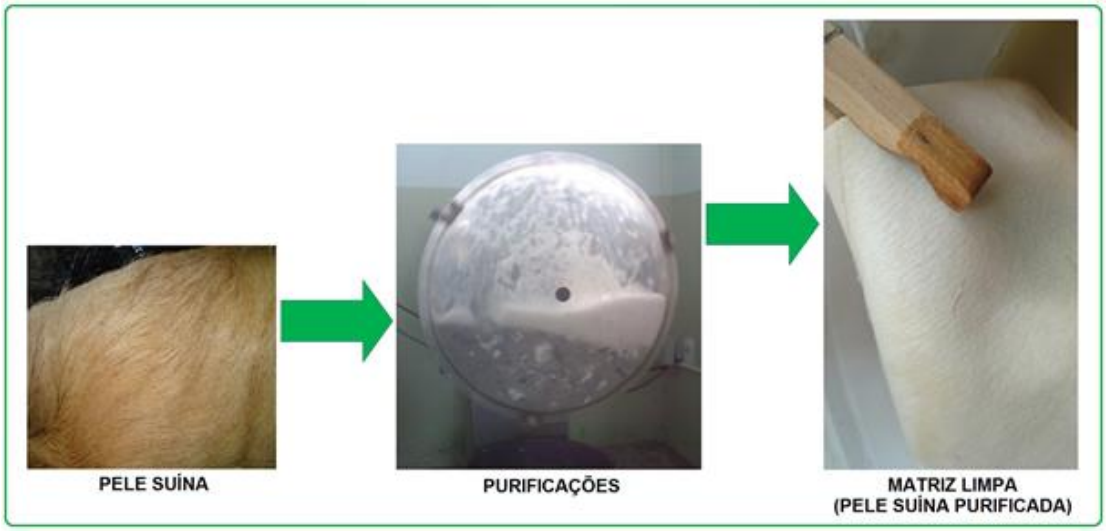


Figura 7. Primeira Etapa do Processo: processos de purificação da pele suína para a obtenção de uma matriz limpa (pele suína purificada) (FÉLIX DE SOUSA et al, 2015).

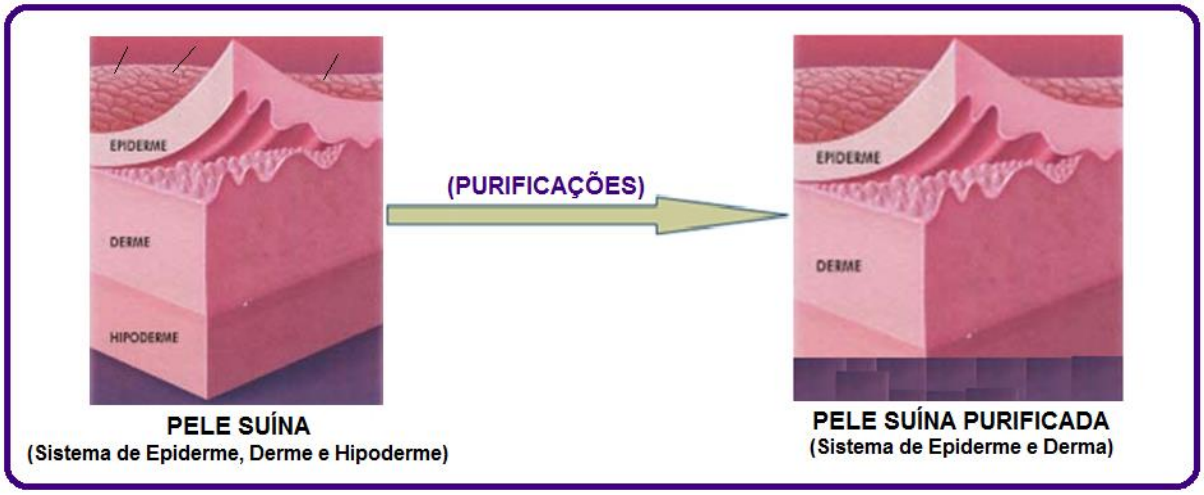


Figura 8. Camadas da pele suína antes e após os processos de purificação (FÉLIX DE SOUSA, 2009)

Na segunda etapa, Figura 9, realizamos o repreenchimento da matriz limpa (pele suína purificada) (8 kg; 1,5 m^2) com colágeno gelificado sustentável (gelatina) (extraído de serragens e aparas de *wet-blue* – resíduos sólidos classe I de curtumes, Figura 1) (FÉLIX DE SOUSA, 2005). Nesse processo de repreenchimento ocorreu a reposição do

colágeno perdido pela pele suína durante a realização dos processos de purificação, além do fechamento dos poros, para a obtenção de uma matriz de pele humana artificial, Figura 9. As reações de repreenchimento também foram realizadas em fulão de acrílico por um período de duas horas.

Figura 9. Segunda Etapa do Processo: processo de repreenchimento da matriz limpa (pele suína purificada) com colágeno gelificado sustentável (extraído de serragens e aparas de *wet-blue* – resíduos sólidos classe I de curtumes, Figura 1) para a obtenção de uma matriz de pele humana artificial (FÉLIX DE SOUSA et al, 2015).

O colágeno gelificado sustentável contribui para que a matriz de pele humana artificial, uma vez transplantada, elimine os problemas de rejeição sem colocar em risco o sistema imunológico do paciente transplantado, além de permitir que essa matriz de pele humana artificial seja capaz de reproduzir os mesmos tecidos biológicos e manter conservada as principais características biomecânicas e estruturais da pele humana natural. Assim, a pele humana artificial resultante tem o poder de recuperar as funcionalidades da pele humana natural porque ela é um modelo que mimetiza a pele humana com toda a sua estrutura de epiderme e derme. Ela permanecerá para sempre no paciente transplantado porque servirá de estrutura de apoio para que seu organismo reconstrua com eficácia a área de pele lesada. Além do emprego em transplantes de pele, a matriz de pele humana artificial obtida também poderá ser utilizada em queimados, para recuperar a pele de pessoas afetadas por tumores, hérnias ou feridas de difícil cicatrização; para testar produtos cosméticos e farmacêuticos a um custo mais baixo e sem o uso de animais; no desenvolvimento de novas estratégias de tratamento de patologias dermatológicas; além de seu uso em pesquisas de laboratório que hoje são feitas utilizando animais. Desde o início de 2009, uma diretriz da Comunidade Europeia Índia e Israel, indicou que nenhum produto cosmético poderá ser avaliado quanto à segurança e eficácia em animais de laboratório (FÉLIX DE SOUSA et al, 2015).

Durante a realização dos testes para verificação de compatibilidade da matriz de pele humana artificial com a pele humana natural, os marcadores biológicos certificaram que as matrizes de pele humana artificial estão 100 % compatíveis com a pele humana natural (FÉLIX DE SOUSA et al, 2015).

O valor de uma matriz de pele humana artificial medindo 1,5 m^2 ficou em R$ 84,52 (oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), mostrando que a eficácia desse tipo de tecnologia, bem como sua viabilidade econômica, é particularmente importante no contexto brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos princípios da química verde na otimização de técnicas de produção mais limpa e redução de impactos ambientais para o desenvolvimento de processos de extração de colágeno gelificado sustentável (gelatina) a partir de serragens e aparas de *wet-blue* (resíduos sólidos classe I de curtumes), levou a uma grande redução dos custos dos processos de transformação de peles suínas em matrizes de pele humana artificial; além de oferecer uma destinação mais adequada a esses resíduos tóxicos, cancerígenos e mutagênicos, mostrando que é possível desenvolver uma relação de simbiose industrial entre o setor coureiro e o setor da saúde.

As tecnologias desenvolvidas apresentaram uma relação custo/benefício que contemplaram ótimas qualidades aliadas a baixos custos.

REFERÊNCIAS

ALLINGER, N.L.; CAVA, M.P.; DE JONGH, D.C.; JOHNSON, C.R.; LEBEL, N.A.; STEVENS, C.L. Química Orgânica; Guanabara Dois S.A., Rio de Janeiro/RJ, 1978.

BELL, E.; EHLICH, H.P.; BUTTLE, D.J.; NAKATSUJI, T. Living Tissue Formed in Vitro and Accepted as Skin-Equivalent Tissue of Full Thickness; Science; n° 211, p. 1052, 1981.

ERENO, D. Pele Recriada. Revista Pesquisa Fapesp; São Paulo/SP, n° 166, p. 64, 2009.

FÉLIX DE SOUSA, J.D.; DE OLIVEIRA, A.F. Jornal do Conselho Regional de Química IV Região; São Paulo/SP, n° 128, p. 03, 2014.

FÉLIX DE SOUSA, J.D. Apostila: Beneficiamento de Peles e Couros, 2º Edição, Franca/SP, 2009.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2005. PI 0502277-0. PCT 000192.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2005. PI 0502276-2. PCT 000191.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2005. PI 0502277-0.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2005. PI 0502276-2.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2002. PI 0202887-5.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2002. PI 0202886-7.

FÉLIX DE SOUSA, J.D., 2002. PI 0202979-0.

KAMAMOTO, F.; PAGGIARO, A.O.; RODAS, A., HERSON, M.R., MATHOR M.B., FERREIRA, M.C. A Wound Contraction Experimental Model for Studying Keloids and Wound-Healing Modulators. Artif. Organs.; n° 27(8), p. 701, 2003.

MAHAN, B.M.; MYERS, R.J. Química Um Curso Universitário; Editora Edgard Blucher LTDA, São Paulo/SP, 2000.

ROPPA**,** L. A Importância dos Suínos em Medicina Humana, Mig-PLUS Agroindustrial, 2012.

SILVERSTEIN, R.M.; BASSLER, G.C.; MORRILL; T.C. Identificação Espectrométrica de Compostos Orgânicos; LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A.; 1994.

TANNER, J.C.; VANDEPUT, J.; OLLEY, J.F. The Mesh Skin Graft. Plast. Reconstr. Surg. n° 34, 1964.

GESTÃO DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO INFACAPE

THIRD SECTOR MANAGEMENT: Case study Infacape

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

TANAKA, Luís Carlos
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
tanaka@tanaka.pro.br

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social, Mestre em Administração e graduado em Economia
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

A sociedade civil é dividida em três setores: o primeiro setor é formado pelo Governo, o segundo setor é formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as entidades sem fins lucrativos. O terceiro setor contribui para atuar em locais onde o Estado não conseguiu chegar, fazendo ações solidárias, portanto possui um papel fundamental na sociedade. O objetivo do trabalho é investigar a gestão do terceiro setor, com foco no Instituto Família Cavalheiro Petráglia - Infacape, entidade laica, sem fins lucrativos, fundada nos anos 40 pelo médico Dr. Antônio Petráglia, a partir de seu vasto patrimônio. O trabalho justifica-se, pois a entidade no passado fez doações de vulto para a cidade, entre as quais os oito alqueires nos fundos do Jardim Petráglia para a construção do campus da Unesp de Franca-SP, contribuindo para o desenvolvimento local. Entretanto, atualmente a maioria de seus gastos com assistência social é custeada pelo Poder Público, e, como entidade filantrópica isenta do pagamento de diversos impostos, necessita também gerenciar seu patrimônio. A pesquisa será realizada principalmente por meio de análise bibliográfica e documental, optou-se pela pesquisa do tipo exploratória por proporcionar maiores informações sobre o assunto determinado, facilitando a delimitação de tema de trabalho.

Palavras-chave: Infacape, Terceiro Setor, ONG.

Abstract

Civil society is divided into three sectors: the first sector is formed by the Government, the second sector is formed by private companies and the third sector are the nonprofit organizations. The third sector contributes to work at locations where the state failed to arrive, doing solidarity actions therefore has a fundamental role in society. This study aims is to investigate the management of third sector, focusing on Instituto Família Cavalheiro Petráglia - Infacape, secular entity, nonprofit, founded in the 40s by the doctor Dr. Antônio Petráglia, from its vast heritage. The work is justified because the entity in the past made major donations to the city, including the eight acres in the Jardim Petraglia district to build the campus of Franca-SP Unesp, contributing to local development. However, currently most of its spending on social assistance is paid by the Government, and as a philanthropic institution exempt from various taxes, also need to manage your equity. The research will be mainly carried through literature and document analysis, we opted for the research the exploratory by providing more information on a subject, facilitating the delimitation work theme.

Keywords: Infacape, Third sector, NGO.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, conforme Alves (2011), a história explica que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instituição filantrópica e privada, foi a primeira Organização Não Governamental (ONG) a prestar serviços de saúde, assistência social e educação.

A partir da década de 1970, as ONGs começaram a se proliferar no país. Na realidade, as organizações do Terceiro Setor (TS) começaram a se organizar melhor nesse período e se popularizou a partir da década de 1980, ganhando inclusive notoriedade mundial no decênio seguinte, especialmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92).

Parafraseando Andrade (2010, p.91), antes da Constituição Federal de 1988, a história do atendimento à infância era predomínio da ação da assistência social, desenvolvida por várias instituições como as creches. Atualmente, estas passaram a ser legitimadas como instituições educativas.

Para a realização deste trabalho optou-se pela pesquisa do tipo exploratória por proporcionar maiores informações sobre o assunto determinado, facilitando a delimitação de tema de trabalho. A pesquisa exploratória, na maioria dos casos, constitui um trabalho preliminar ou preparatório para outro tipo de pesquisa.

O critério utilizado para a escolha do estudo de caso foi: primeiro, uma organização laica; segundo, a idade da organização que deveria ser tradicional e com muitos anos de funcionamento; e por fim a disponibilidade e interesse da organização escolhida em participar do estudo.

O trabalho proposto nesta pesquisa está organizado em quatro capítulos. Inicialmente são colocados o problema e as delimitações do objeto e objetivos que serão abordados neste projeto e a metodologia do trabalho. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre o Terceiro Setor; o terceiro capítulo trata a Gestão no TS; no quarto capítulo é dedicado à Fundação Infacape; por fim as considerações finais e conclusões dos objetivos propostos no início do trabalho e as referências bibliográficas encerram o trabalho.

2 TERCEIRO SETOR

A origem histórica da integração entre o público e o privado está na criação das chamadas entidades ‘paraestatais’, ainda na década de 40, constituídas por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, vinculadas a categorias profissionais e destinadas ao fomento de assistência médica, social e de ensino conhecido por sistema “S” (Sesc, Senai, Sesi).

As organizações que não pertencerem ao Estado ou ao Mercado são organizações não governamentais, as denominadas ONGs. Desta forma, o espaço que compreende as organizações com finalidade pública e características privadas é denominado Terceiro Setor (TS).

Segundo Amaral (2013), pensar em Terceiro Setor implica necessariamente em considerar a existência de outros dois setores: o primeiro, formado pelo Estado; e o segundo, formado pelo setor privado ou mercado.

O Primeiro Setor, ou Governo, é representado pelo Estado e tem como objetivo efetuar a atividade administrativa de acordo com o ordenamento jurídico, as políticas públicas e a vontade do próprio Estado.

O Segundo Setor, Mercado, é composto pelas organizações privadas e corresponde à livre iniciativa que prioriza as questões da pessoa jurídica de direito privado, empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços, que tem como objetivo principal o lucro.

O Terceiro Setor é aquele composto pelas organizações não governamentais, representadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo como objetivo a prestação de serviços de interesse público não estatal.

Compõe o TS as entidades, institutos, instituições, associações, fundações, creches, asilos, partidos políticos, clubes de serviços ou esportivos, igrejas, qualquer tipo de organização religiosa, cooperativas, Santas Casas, sindicatos, movimentos sociais, dentre outras, juridicamente constituídas. De modo simples, as organizações que não forem governamentais nem privadas são consideradas ONGs.

O conceito de TS prevê a integração do público estatal e do privado, conforme Alves (2011), “seu crescimento e emergência no país têm provocado relevante mudança no modo de agir e pensar da população”, segundo o autor o TS:

> Composto por ONGs de natureza privada, finalidade pública, sem fins lucrativos, sendo seus objetivos direcionados a questões como cidadania, emancipação, autonomia, educação, saúde, cultura, meio ambiente, direitos (ALVES, 2011, p.18).

Do ponto de vista jurídico as ONGs, conforme o Código Civil brasileiro, somente poderá ser constituído legalmente sob as formas de associação ou fundação. Há ainda confusão com relação às qualificações, títulos e certificados que as ONGs brasileiras podem receber. Qualificações como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OSs), Título de Utilidade Pública (UP) e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) que, por direito, somente são conferidas às ONGs devidamente formalizadas (ALVES, 2011, p.40).

Porém, de acordo com Amaral (2013), para executar as iniciativas declaradas pelas organizações e remunerar as equipes a elas vinculadas torna-se fundamental possuir recursos materiais e econômicos para fazer frente aos resultados esperados.

Ainda segundo o autor, "profissionalizar não significa somente contratar profissionais para realizar determinada tarefa, mas também instalar processos de gestão na instituição que permitam seu desenvolvimento" (AMARAL, 2013, p.241).

Neste sentido, para Oliveira (2002, p.40), "o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social".

Portanto, organizações do Terceiro Setor não pertencem ao Estado nem ao mercado, sendo o acrônimo ONG o mais utilizado por diferentes atores para designar organizações que são privadas, autogeridas, voluntárias, sem fins lucrativos e que efetivam ações de interesse público.

2.1 Fundações

As fundações formam-se pela constituição de um patrimônio dotado de personalidade jurídica destinada a cumprir uma finalidade social, segundo a vontade de seus instituidores. Esta finalidade é permanente e deve seguir o determinado pelo fundador.

Para constituir uma fundação, segundo o artigo 62 do Código Civil, é necessário que seu criador faça, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. A fundação somente poderá ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Cada vez mais se exige da gestão das ONGs o cumprimento de requisitos relacionados à prestação de contas e transparência dos recursos (materiais e financeiros) envolvidos na realização das atividades. Para atender a tais condições as entidades necessitam da orientação e, por vezes, execução de ações de monitoramento e controle de informações que são realizadas por profissionais especializados (AMARAL, 2013, p.215).

Em geral, as fundações são administradas pelo Conselho Curador (que decide em linhas gerais quanto à forma de atuação da fundação), Conselho Administrativo ou Diretoria (órgão executor) e Conselho Fiscal (que realiza o acompanhamento das contas da fundação).

As fundações são regidas por estatutos, que se elaboram segundo as regras legais. O registro da fundação depende de autorização do Ministério Público para escritura definitiva em Tabelião de Notas e posterior registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Esta avaliação prévia pelo Ministério Público só é dispensada nos casos em que a fundação for instituída por testamento.

Durante toda a existência da fundação, que por lei se dão por tempo indeterminado, suas atividades estarão sujeitas ao controle minucioso do Estado, por meio do Ministério Público.

Fundações, segundo Amaral (2013), "são organizações onde os profissionais relatam graus elevados de satisfação em suas carreiras profissionais e com a entidade onde atua", destacando a baia rotatividade de profissionais.

3 GESTÃO NO TERCEIRO SETOR

A Constituição Federal do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, institui a assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei no 8.742, de 07.12.1993), novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil.

> A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos Arts. 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados (PIRES, 2012, p. 4).

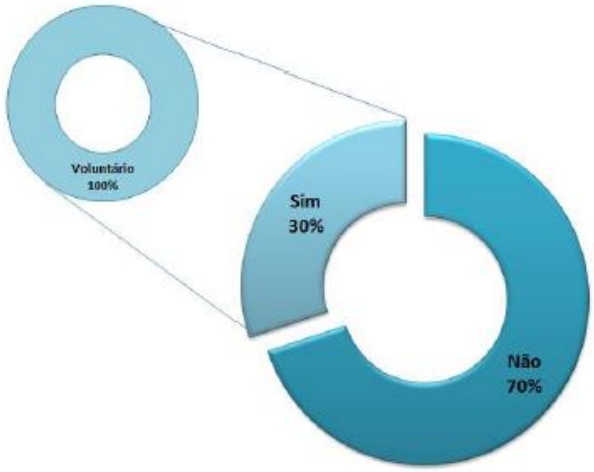
As ONGs são historicamente conhecidas pela trajetória de atuação na defesa de diversas causas: assistência social, direitos humanos, cidadania, entre outras, principalmente com as camadas sociais menos favorecidas.

Mesmo não possuindo fins lucrativos, buscam formas de gerir sua estrutura organizacional para atingir os objetivos e possibilitar sua auto sustentação. Neste sentido, a procura por militantes engajados nas causas sociais cede lugar para a preferência por profissionais aptos na captação de recursos através de parcerias privadas ou convênios estatais.

Segundo Amaral e Cosac (2009, p.101), "uma organização de interesse público deve orientar-se pelas políticas públicas e pautar suas ações pela garantia dos direitos, cumprimento da legislação em todos os níveis e pela transparência necessária ao bom desenvolvimento do bem comum".

Ainda segundo Amaral (2013), devido à realidade econômica das instituições, as atividades de assessoria e consultoria deixam de ser buscadas e, quando ocorrem, na maioria das vezes se efetivam sob a forma de contribuição voluntária nas áreas contábeis e jurídicas ilustradas na figura1.

Figura 1: Forma de Assessorias e Consultorias



Fonte: Amaral (2013, p.216)

A atuação das ONGs compreende diferentes atividades e demandas sociais: crianças, adolescentes, idosos, famílias, dependentes químicos, gestantes, portadores de necessidades especiais, entre outros e evidenciam a importante função realizada pelo Terceiro Setor na cidade de Franca-SP (ALVES, 2011, p.20).

Nas diretorias a questão da centralização surge como traço da dicotomia entre a gestão profissional e a voluntária, que passa necessariamente pelo volume de recursos financeiros disponíveis. Assim, aos gestores das ONGs torna-se recorrente, face à natureza do cargo, o ato de 'pedir' constantemente, tarefa que recai sobre o dirigente mais voluntarioso (AMARAL, 2013, p.271).

Entretanto, tal aspecto se mostra contraditório se analisado no contexto da natureza coletiva das entidades, porém, dar visibilidade ao trabalho destas pessoas, constitui em instrumento de ampliação no número de voluntários para a sustentabilidade e o desenvolvimento das atividades em detrimento da gestão profissional.

2.1 Sustentabilidade

Conforme Amaral (2013, p.276), no campo da sustentabilidade financeira, os dirigentes sinalizam o anseio pela expansão da participação do poder público no financiamento das entidades do município, mas compreendem, igualmente, a necessidade de intensificação na aproximação com a iniciativa privada visando à ampliação dos volumes de investimentos para o setor.

Conforme as diretrizes de assistência social traçadas pelo governo federal, as prefeituras têm um papel estratégico na identificação dos problemas que de fato existem nos municípios, cabendo aos gestores municipais o direcionamento das políticas sociais com maior precisão e eficácia (IBGE, 2014, p.72).

No município de Franca, o poder público estabelece parcerias com as creches, especificamente para a consecução de objetivos que visem à melhoria continuada na qualidade de vida das crianças. Segundo Alves (2011, p.20), a ausência de ações profissionais, de racionalidade administrativa, incluindo perfil adequado do gestor, torna-se obstáculo ao desenvolvimento, à sustentabilidade das ONGs como, também, à possibilidade de contribuírem para a reconstrução de políticas públicas que causem impacto à realidade do município.

A Secretaria Municipal de Educação assumiu a gestão das creches a partir de 1998, após dois anos da promulgação da LDB que, ao reconhecer as creches como instituições de educação infantil, estabeleceu que as mesmas devessem passar do âmbito da Assistência Social para a Educação (ANDRADE, 2010, p.42).

4 INFACAPE

O Instituto Família Cavalheiro Caetano Petráglia - Infacape, no Município de Franca, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada pelo médico Dr. Antônio Petráglia.

Em 2015, segundo o diretor administrativo, o Instituto atende 280 crianças de 4 a 10 anos, de ambos os sexos, matriculadas na rede pública de ensino, oriundas de famílias necessitadas, residentes no município de Franca-SP.

Além das aulas normais que fazem parte da grade de ensino, o Instituto aplica várias atividades interdisciplinares nas suas dependências, como informática, judô, música, esportes e teatro, entre outras atividades de integração dos alunos.

É declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal além de possuir certificações como CEBAS entre outros. A tabela 1 apresenta uma lista destes atos.

Tabela 1: Declarações de Utilidade Pública

Esfera de Governo	Ato	Número	Ano
Municipal	Lei	1.125/62	1962
Estadual	Decreto	7.517/62	1962
Federal	Decreto	67.059/70	1970

Fonte: Elaborada pelo autor

No passado, a família Petráglia era realmente benemérita e a entidade igualmente fez doações de vulto para a cidade, entre as quais os oito alqueires nos fundos do Jardim Petráglia para a construção do campus da Unesp. Também eram da fundação as áreas onde hoje estão o Cemitério Santo Agostinho (Lei, 1965) e o Hospital do Coração (Xavier, 1999).

Para manter a creche em funcionamento, atualmente parte de seus gastos com assistência social são custeados pelo Poder Público através de subvenções e de doações. Além disso, como entidade filantrópica, ela é isenta do pagamento de impostos, inclusive do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) entre outros.

João Roberto Abrão é o Administrador Executivo desde agosto de 2007. De formação acadêmica em Administrador de Empresas pela Universidade de Franca (1999) é Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (2000) e especializações em Gestão Organizacional, Controladoria e Finanças, Processos Administrativos, Gestão de Pessoas, e Gestão de Projetos. São atribuições da função o planejamento estratégico e elaboração de projetos sociais.

4.1 Criação da Infacape

Sobre criação da Infacape, Xavier (1999, p.62) relata em sua investigação que a documentação existente "é um pouco escassa impossibilitando aprofundamentos (...) para um resgate histórico", que, segundo a autora tem seu início datado em 1956:

> Em comemoração ao Centenário da cidade de Franca, São Paulo realizou-se a Semana de Ação Social em que se desenvolveu um relatório sobre a situação do menor carente nesta cidade. O vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Frei Ângelo Criado, ao término dessa Semana organizou uma comissão composta por pessoas que haviam participado dos trabalhos anteriores, a fim de que estudassem a questão do menor e elaborassem um plano para atender as necessidades da cidade neste quesito (XAVIER, 1999, p.63).

Ainda segundo a autora, nesta Semana de Ação Social de 1956, que teve a participação do Dr. Antônio Petráglia, o vigário pretendia oferecer à comunidade francanca como resultado deste estudo, uma solução para o problema do menor e a criação da obra que recebia a denominação "Lar Escola Pio XII".

Após a morte do Dr. Antônio Petráglia, o testamenteiro como presidente da Fundação que havia sido criada através do testamento, convida o vigário e os membros da comissão para a criação do Lar Escola Pio XII a se unirem para concluir o projeto resultado da pesquisa (XAVIER, 1999, p.63).

Concluído o projeto, este foi apresentado e aprovado pela diretoria da Fundação. Entretanto, conforme Xavier (1999, p.64) o relatório final sugere mudanças em relação ao plano original:

> Conclui-se que para a comunidade local, com o advento da indústria calçadista e abertura do mercado de trabalho para as mulheres, a necessidade mais concreta seria de uma creche a fim de que as mães pudessem integrar-se ao mercado tendo onde deixar seus filhos. E ainda: que diante da modernização e industrialização, aos filhos não seria necessário profissionalizar-se para a vida rural (XAVIER, 1999, p.64).

Respeitando a vontade do testamento e por estas razões foi criada o "Instituto Família Cavalheiro Petráglia", a Fundação Infacape, no intuito de oferecer gratuitamente atendimento socioeducativo para crianças em situação de vulnerabilidade social.

4.2 O Instituidor

Antônio Manoel Petráglia nasceu em Franca-SP aos 29 de abril de 1886, completou seus estudos de Humanidades no Ginásio do Estado, da Capital em 1904 e Farmacêutica em 1907. Formou-se em medicina em 1914, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Aperfeiçoou a sua cultura em Nápoles, onde seguiu o curso de Anatomia Patológica. Foi farmacêutico e médico especializado em ginecologia, obstetrícia e pediatria e diretor clínico da Santa Casa de Franca em 1934.

Destacou-se como médico, fundou Escola de Farmácia, por volta de 1909 a 1910, foi um dos fundadores da Linha de Tiro de Franca. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista.

Participou do combate à gripe espanhola, foi eleito vereador em Franca em 1919 e um dos responsáveis pela doação de terreno para a construção da Escola Industrial de Franca. Também foi doador, em 1914, de um terreno localizado à Rua Dr. Alcindo Conrado, aonde foi construído a Maternidade Franca, depois substituída pelo Hospital Infantil "Dr. Carlos Signorelli", atualmente instalações do AME. Em 1928, fez doação do Gabinete Dentário para o Grupo Escolar Cel. Francisco Martins.

Faleceu aos 71 anos, no dia 19 de junho de 1957. Seu testamento oficial está registrado no Livro 231 folhas 37 verso até a 39 verso datado de 06 Junho 1944, no atual 2º Tabelião de Notas de Franca.

4.2.1 A Família Petráglia

Dr. Antônio Petráglia foi filho único do casal Caetano Afonso Gaspar Antônio Petráglia e de Dona Eufrásia Amélia Monteiro Petráglia.

Italiano, Caetano Afonso Gaspar Antônio Petráglia nasceu na Vila Soprane, Província de Salermo, em 22/08/1849. Veio para o Brasil em 1870, fixando residência em Franca, em 1879, comprando aqui, uma pequena Farmácia.

Em 1882, aos 34 anos de idade, já definitivamente radicado em Franca, casou-se com Da. Eufrásia Amélia Monteiro, desta união nasceu um único filho: o Dr. Antônio Petráglia.

Em 1888, quando a terrível bexiga assombrava todos os lares, o Cav. Petráglia prestou relevantes serviços ao povo de Franca, quer como farmacêutico competente quer como cidadão dotado de um grande coração e sempre prestativo, pronto a atender aos que dele necessitavam. Mais tarde, participa da batalha contra a febre amarela, sua farmácia, seu lar e sua vida sempre estiveram à disposição do povo francano, de seus amigos e de seus clientes.

"Sua atividade não se limitou à profissão de farmacêutico, pois juntamente com Francisco Társia, montou em Franca a 1ª Fábrica de Cerveja no interior do Estado de São Paulo, situada na Alta Mogiana: a Fábrica Guarani". Foi também pioneiro na construção de casas de tijolos, sendo que os primeiros prédios construídos desses materiais foram nas ruas General Carneiro e do Comércio.

Em 1896, fundou o Banco Meridional, uma agência bancária para facilitar as transações cambiais com a Europa, principalmente com a Itália. Foram agentes do Banco Francês e Italiano para a América do Sul.

Sua casa era aberta para convescotes e reuniões sociais, bailes e festas eram sempre ali realizados, com o comparecimento das melhores famílias francanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou resultados de pesquisa de natureza exploratória realizada por extensa procura em dados secundários por meio de busca em referencial bibliográfico e documental sobre gestão do terceiro setor, com foco na Fundação Infacape (Instituto Família Cavalheiro Petráglia) e seu instituidor, o Dr. Antônio Petráglia.

Nesta etapa foram realizadas ainda entrevistas informais com gestores e profissionais de instituições, com vistas a compreender mais profundamente o tema de trabalho. Este artigo não teve a pretensão de esgotar, no todo, o assunto objeto do tema, mas contribuir para o entendimento dos mesmos e incentivar outros trabalhos correlatos.

As ONGs não possuem fins lucrativos, porém, necessitam buscar formas de gerir sua estrutura organizacional para atingir os objetivos e possibilitar sua auto sustentação. Desta forma, nas diretorias das instituições filantrópicas a questão da centralização surge como traço da dicotomia entre a gestão profissional e a voluntária.

Diferentemente da maioria das instituições filantrópicas, a Infacape é uma instituição laica e mantida com a renda do aluguel do patrimônio do fundador doado em testamento ao projeto. Entretanto, para garantir a sustentabilidade da instituição, a Infacape conta com uma gestão profissional e qualificada para a condução dos projetos em conformidade com a legislação vigente e com o estatuto da instituição.

Como resultado desta revisão, e, com base nas considerações obtidas a partir da revisão bibliográfica sugere-se a importância de se conhecer mais e melhor a história dos mais de 55 anos da Fundação Infacape.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Luis Centofante. Gestão de Organizações Não Governam. (Dissertação em Serviço Social). Franca: Unesp, 2011. 144 p.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. 194p.

AMARAL, Roberto Galassi. Terceiro Setor: a gestão do pensar, sentir, agir. (Tese em Serviço Social), Franca: Unesp, 2013. 306 p.

AMARAL, R. G.; COSAC, C. M. D. Terceiro setor e desenvolvimento sustentável. Serviço Social & Realidade, Franca, v.18, n. 2, p. 81-106, 2009.

IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Assistência Social 2013. Rio de Janeiro: 2014. 313p.

INSTITUTO Brasileiro de Governança Corporativa. Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais. 2. ed. São Paulo: IBGC e GIFE, 2014. 72 p.

LEI Nº 1.342 DE 23 DE AGOSTO DE 1965. Autoriza a celebração de Termo de Acordo com a INFACAPE para cessão de uma área de Terreno para construção do novo cemitério municipal. Disponível em: <http://camarafranca.sp.gov.br/leis-ordinarias/13141-lei-no-1342-de-23-de-agosto-de-1965>. Acesso em: 23 de maio de 2014.

_____ N.º 2.735, de 08/JULHO/1981. Doação de gleba para a instalação de Campus da Unesp Franca. Disponível em: <http://www.camarafranca.sp.gov.br/leis-ordinarias/8553-lei-no-2735-de-08julho1981>. Acesso em 23 de maio 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE, v.5, n.2. Curitiba: FAE, 2002. p.37-48.

PIRES, M. I. S. Política nacional de assistência social, SUAS e legislações pertinentes. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, 2012. 35 p. Disponível em:

<http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2014.

XAVIER, Andréia Cristina de. Família Petráglia: Um Patrimônio sem Herdeiros Franca-SP (1870-1957). (TCC de Graduação em História). Franca: Unesp, 1999. 87 p.

TECNOLOGIAS SOCIAIS: BANCOS COMUNITÁRIOS E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

ENGLER, Maximiliano
Universidade de Franca

Social Technologies: Community Banks and Alternatives for Territorial Development and Planning."

Resumo: A "Economia Solidária" é uma forma de organização econômica que se desenvolveu no cenário mundial no final do século XX, inclusive no Brasil, esta promove um fenômeno de inclusão social e econômica dos trabalhadores, através de Tecnologias Sociais (TS) e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Dentro desse contexto, as TS difundiram-se por todo o território brasileiro, principalmente ao final da década de 1990. Existe no país um expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualitariamente em Empreendimentos Econômicos Solidários. Esta pesquisa apresenta diferentes formas de TS de "finanças solidárias", como os Bancos Comunitários, e como estes se mostram eficazes para o desenvolvimento social dos territórios, além de aferir como tais instrumentos podem servir de estratégia nas políticas públicas e no planejamento do território. No que concerne ao teor metodológico, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, com levantamento e avaliação de variáveis, informações, dados bibliográficos e estudos empíricos em territórios atendidos pelos Bancos Comunitários. Quanto aos produtos, foram obtidos resultados sobre a implantação, adequações e políticas públicas para os Bancos Comunitários nos territórios brasileiros, além da verificação do possível desenvolvimento dos territórios atendidos por estas Tecnologias Sociais.

Palavras-chave: Tecnologia Social. Banco Comunitário. Desenvolvimento Social.

Abstract: The "Solidarity Economy" is a form of economic organization that developed the world stage in the late twentieth century including Brazil, this promotes a phenomenon of social and economic inclusion of workers by Social Technologies (TS) and Solidarity Economic Enterprises (EES). Within this context, the TS was spread throughout Brazil, especially at the end of the 1990s. Exists in the country a significant number of workers organized democratic and equally in Solidarity Economic Enterprises. This research presents different forms of TS "financial solidarity", as community banks, and how they are effective for the social development of the territories, and to assess how these instruments can serve public policy strategy and planning of the territory. Regarding the methodological level, the research is qualitative and quantitative, with survey and evaluation of variable information, bibliographic data and empirical studies in areas served by community banks. As for the product results were obtained on implantation, adaptations and policies for community banks in the Brazilian territory, besides verifying the possible development of these territories served by Social Technologies.

Keywords: Social Technology. Community Bank. Social Development.

Introdução

A Economia Solidária tem se constituído como demanda de políticas públicas e é objeto de interesse de pesquisadores no Brasil e em muitos países. O amplo crescimento das ações sociais concernentes à Economia Solidária, ocorrido nos últimos 20 anos, é reflexo da ação pública de diferentes segmentos sociais, ocorridos por meio do incentivo da sociedade civil, das organizações governamentais e das incubadoras universitárias de cooperativas populares, que buscam agir na contramão do processo atual de trabalho e da concorrência desigual do mercado.

Quanto ao seu funcionamento, a Economia Solidária trabalha com técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população e apresentando soluções para a inclusão social. Tais técnicas são chamadas de Tecnologias Sociais (TS). Pautado nos ideais da Economia Solidária, o presente artigo analisa uma das formas de "Finanças Solidárias", iniciativas que buscam uma relação que foge às características do mercado financeiro tradicional, pois democratizam o acesso ao crédito e agem na sustentabilidade financeira, como as cooperativas de microcrédito, moedas sociais, e entre outros os Bancos Comunitários. Os Bancos Comunitários podem ser considerados um projeto de finanças solidárias de apoio às economias populares que possuem como base os princípios da Economia Solidária e buscam o desenvolvimento socioeconômico de um território. Esses Bancos são tecnologias sociais de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Os Bancos Comunitários surgem como alternativas para os problemas existentes, sobretudo, nas periferias das cidades, as quais possuem diversas lacunas e um alto grau de degradação social, tais como a falta de empregos formais, a ausência de saneamento básico e saúde, as dificuldade de acesso à educação, as moradias precárias e toda a sorte de mazelas comuns às cidades brasileiras. Foi objetivo da presente pesquisa entender a aplicabilidade dos Bancos Comunitários nos diferentes territórios.

Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Bancos Comunitários

Muitos dos empreendimentos de Economia Solidária se constituem e operam nas esferas da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito, e podem tomar a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas *autogestionárias*, fundos rotativos, Bancos Comunitários etc. Tais práticas econômicas estão crescendo não só no Brasil, mas em vários países da América do Sul, assim como em várias outras partes do mundo (SINGER, 2003). Essas ações econômicas são chamadas de "Finanças Solidárias", iniciativas que buscam diferentes relações para fugir das características do mercado financeiro tradicional, democratizando o acesso ao crédito e agindo na questão da sustentabilidade financeira dos programas. Mas, além disso, ressalta França (2001), há uma preocupação com a utilidade social do investimento, pois:

> Tratam-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando, por exemplo, um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc (FRANÇA, 2001, p. 131).

Segundo Singer (2002), as "finanças solidárias" retomam as origens das práticas de ajuda mútua entre parentes e amigos para associar finança e confiança. O termo Finanças Solidárias, portanto, remete-nos a um conjunto de experiências que, no âmbito da Economia Solidária, contribui para a democratização do sistema financeiro e, consequentemente, para o desenvolvimento do território. As finanças solidárias podem ser entendidas, portanto, como um sistema alternativo de trocas financeiras que procura encaminhar, por meio de estruturas e ferramentas especializadas, financiamentos para projetos geradores de desenvolvimento econômico sustentável e de integração social nos territórios.

No Brasil existem diversas iniciativas desta natureza (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CONAES, 2010) entre elas, as Feiras de Trocas Solidárias, os Eco - bancos, e entre outros os Bancos Comunitários.

O presente trabalho aprofunda o estudo nos Bancos Comunitários, que podem ser considerados:

> Serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006).

Para Silva Júnior (2007), muitas são as razões indicando sua originalidade. Segundo o autor:

> [..] devemos reconhecer duas condições que tornam o Banco Comunitário, um tipo de banco e de empreendimento de microfinanças incomum: a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, etc.) e a construção conjunta da oferta e da demanda. (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 6).

Uma característica considerada como premissa para a instalação de um Banco Comunitário é a mobilização endógena do território. Assim, o desejo deve ser intrínseco da comunidade, "[...] ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos" (SILVA JUNIOR, 2007, p. 4).

Banco comunitário

É relevante apresentar neste trabalho uma discussão sobre os termos propriamente ditos do objeto da pesquisa: "Banco" e "Comunitário". O vocábulo "banco" remete-nos usualmente aos bancos comerciais, os tradicionais locais de transação financeira. Os bancos representam a base do sistema monetário brasileiro e estão sob a supervisão, a regulamentação e a fiscalização do Banco Central do Brasil. São o símbolo máximo da monetarização e do sistema vigente. Nunes (2007) define os bancos comerciais como:

> Intermediários financeiros cujas principais atividades consistem em aceitar depósitos mobilizáveis por cheque e outros meios de pagamento e em conceder empréstimos. Através da sua atividade de intermediação financeira, os bancos comerciais participam no processo de criação de moeda tendo, por isso, a sua atividade muito regulamentada pelas entidades que gerem a política monetária: os bancos centrais.

Segundo Noé (S/D):

> Os Bancos Comerciais são instituições financeiras particulares ou estatais com o objetivo de atender as necessidades financeiras da população em geral, do comércio, das indústrias e dos prestadores de serviços. São instituições responsáveis por receberem o pagamento de títulos e documentos como duplicatas, boletos, prestações entre outros papéis do sistema de pagamentos, repassando o valor correspondente às entidades empresariais identificadas. São responsáveis pelo financiamento a curto, médio e longo prazo de móveis e imóveis. Também é atividade dos Bancos Comerciais a captação à vista de recursos financeiros (depósitos), livremente movimentáveis. As pessoas buscam um Banco no intuito de aplicar suas economias visando às capitalizações oferecidas, isto é, os rendimentos financeiros pagos pelos bancos na utilização do dinheiro depositado. De uma forma mais simples, emprestamos dinheiro aos bancos e eles pagam juros por esses empréstimos, da mesma forma que pagamos juros ao requisitarmos junto a uma instituição bancária um crédito a prazo. É nessa negociação que os Bancos faturam seus lucros, pois as taxas de juros pagas são inferiores aos juros cobrados por empréstimos aos clientes. Essa diferença entre as taxas de juros das operações de débito e crédito é chamada de **spread**, constituindo uma das principais fontes de lucro de um Banco Comercial.

O Banco Central do Brasil (2008), sobre os Bancos Comerciais, afirma que:

> Os bancos são instituições financeiras que comercializam produtos e serviços financeiros sob autorização do Banco Central. A dinâmica de funcionamento de um banco para um cidadão é bastante simples e pode ocorrer de várias formas. Um indivíduo pode utilizar os serviços bancários para armazenar seu dinheiro, por meio de depósitos à vista. Dessa forma, ao invés de fazer pagamentos com dinheiro vivo, pode utilizar talões de cheque ou cartões de débito, que são benefícios oferecidos pelos bancos no momento da abertura da conta corrente. Outra forma de utilização dos serviços bancários é a concessão de crédito. Ou seja, um cidadão precisa de uma quantia de dinheiro que não possui e pode tentar consegui-la em sua agência bancária. Para isso, deve pagar um preço pelo dinheiro. Esse preço é chamado de taxa de juros, que costuma variar de acordo com a quantia emprestada pelo banco e o prazo de pagamento acordado com o cliente. Há tipos de crédito específicos para a compra de imóveis, automóveis e outros bens de consumo. Um banco também é utilizado pelos clientes com intenção de poupar. Para isso, disponibilizam inúmeras ferramentas, como a caderneta de poupança, fundos de investimentos, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros produtos.

Ushizima (2008), afirma que o acesso aos serviços bancários não é privilégio de boa parte da população do país: 43% dos brasileiros estão excluídos desse sistema financeiro, segundo estimativas do Banco Mundial. Tal fato ocorre em razão de vários fatores, como o processo de concentração bancária e a privatização de bancos públicos estaduais, juntamente com a dificuldade em se cumprir requisitos mínimos para a abertura de uma conta, como nível de renda, patrimônio e documentação.

Para exemplificar essas questões que dificultam a participação da população excluída no sistema financeiro, Ushizima (2008), analisa os requisitos para a abertura de uma conta, bem como o custo para sua manutenção no Brasil. Dentre os requisitos estão: a necessidade de se dispor da quantia mínima exigida pelo banco, o preenchimento da ficha-proposta de abertura de conta - que é o contrato firmado entre banco e cliente - e, no caso de pessoa física, a apresentação dos documentos originais de identificação, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o comprovante de residência.

É nítido que alguns desses requisitos mínimos já são uma barreira para as populações de baixa renda. Para essa grande parte da sociedade brasileira, que vive principalmente nas zonas periféricas das grandes cidades, existe, por exemplo, a questão do reconhecimento formal do direito de propriedade, que "constitui um empecilho não só para a comprovação de residência, como também para o uso de sua propriedade como garantia de crédito" Ushizima (2008).

Nesse ponto, Abramovay e Carvalho (2004), apontam a necessidade de se criar condições para a regularização fundiária nas áreas metropolitanas, condicionante fundamental para o aumento de empréstimos destinados aos brasileiros pobres. Além disso, as tarifas cobradas por cada instituição financeira são também um exemplo da inviabilidade da manutenção de uma conta bancária pela população de baixa renda.

Vale lembrar ainda que existem outros tipos de bancos no Brasil, além dos comerciais, como os de investimento e financeiros, os mistos e outros. No entanto, todos possuem por natureza básica, o "lucro" e possuem diversas características dos Bancos Comerciais que também dificultam o acesso ao crédito, por boa parte da população.

Assim, os bancos representam um dos maiores símbolos do sistema capitalista, o qual é, para muitos, o principal causador da desigualdade social que enfrentamos; diante disso, acredita-se que a Economia Solidária busca uma forma social (e não socialista) de atender as populações que estão à margem da sociedade e que, como dito anteriormente, possuem os "bancos" tradicionais, como um dos símbolos causadores dessa mazela. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que os Bancos Comunitários, por outro lado, são serviços financeiros e bancários gerenciados pela própria comunidade, o que atende a realidade local.

Em complemento a discussão do termo e seguindo com a conceituação da Tecnologia Social em estudo, fez-se necessário apresentar outra apreciação que, de fato, faz toda a diferença para que a tecnologia social, tenha condições de buscar o desenvolvimento social de um território: trata-se do conceito de "comunitário".

A palavra "comunitário" remete-nos à "comunidade", mas, afinal, o que é comunidade? O que este conceito significa, para fazer com que o conceito símbolo, BANCO, se torne uma alternativa solidária para os territórios?

De acordo com o Dicionário Michaelis Online (2012), comunidade significa aquilo que é comum; a comunhão. A palavra também é descrita como: "participação em comum; agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc.".

Baseado nesta definição, mas com um mote mais profundo, adotou-se comunidade como "espaço social". Para Egler (2003):

> espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade e que formam o tecido social. Que se representam através de fios invisíveis, de natureza comunicativa que fazem a coesão social, é a cola que reúne os homens em lugar comum. Podemos ler diferentes esferas do tecido social, onde se realizam coletivos específicos que tem por objeto de ação a produção econômica, a organização política e a vida social.

Pensando no conceito do Comunitário e buscando a essência da comunidade, o "espaço social" é, talvez, a definição que mais se aproxima daquilo que pode ser uma verdade não discutida: "o coração e alma da comunidade é a troca não monetária de valor: coisas que fazemos e compartilhamos porque nos interessamos pelos outros e pelo bem do lugar" (HOCK, 1999).

Segundo Hock (1999), a comunidade é constituída de elementos que não tentamos mensurar, que não "guardamos no arquivo" e "pelas quais não pedimos recompensa". Para ele, quando mensuramos valores,

> Temos uma medida, por mais enganosa que seja, para calcular a eficácia relativa de cada parte do sistema. Construímos assim mecanismos para "resolver" problemas que nossas medições revelaram. É uma coisa estranha: criamos os problemas ao medi-los, e depois tentamos fabricar sua solução. Não percebemos o erro fundamental que é destruir um sistema extremamente eficaz, cujos valores não podemos calcular, para calcular a suposta eficiência de um sistema ineficaz. Não percebemos também o erro que é fabricar uma sociedade e estruturas institucionais baseadas em medição matemática. Diz o ditado: "o que se mede se faz". Talvez seja precisamente esse o problema (HOCK, 1999, pg 53).

Há, em contrapartida, como fora anteriormente mencionado, muitos elementos que surgem na comunidade e que não podem ser mensurados, mesmo se tentado fosse. Como não podem ser medidos, esses elementos não podem ser avaliados em dinheiro. Trata-se de "respeito, tolerância, amor, confiança, beleza – cujo suprimento é

irrestrito e ilimitado". Para ele,

> A troca não monetária de valor implica uma diferença essencial entre receber e obter. Recebemos dádivas. Obtemos posses. É um erro confundir comprar e vender com dar e receber. É um erro confundir dinheiro com valor. É um erro acreditar que todo valor pode ser medido. É um erro colossal tentar monetizar todo valor (HOCK, 1999, p. 52).

A troca de bens que não têm valor financeiro, que acontece em uma comunidade, não vem apenas de motivos "altruístas", mas emana da consciência profunda, chamada pelo mesmo autor de intuitiva e subconsciente, de que, em comunidade, é possível exercitar a "independência, a interdependência e a intradependência dos indivíduos".

Tudo isso reporta-nos aos valores fundamentais da família, detentora de muitas trocas não monetárias de valor. A família constitui-se na pedra angular das comunidades. Ela é a comunidade primordial e "é dessa comunidade que todas as outras são formadas".

Percebe-se, assim, que, em uma comunidade, a unidade do "um" singular e do "um" plural vai além das pessoas e das coisas. Aplica-se também às crenças, aos propósitos e aos princípios. Ainda segundo Hock (1999, pg 51), "sem uma abundância de valores não materiais e uma igual abundância de troca não monetária de valor material, nunca existiu nem nunca existirá uma verdadeira comunidade."

O autor defende que a troca não monetária de valor é um sistema eficaz, que vem sendo aprimorado por muitos e muitos anos ao longo da história da humanidade. Por não exigir contratos, governo, leis, tribunais, polícia, economistas, advogados ou contadores, esse sistema também não exige especialistas "ungidos ou diplomados". Bastam apenas pessoas comuns e que estejam interessadas. Para ele, a "verdadeira comunidade exige proximidade, interação e contato contínuo e direto entre as pessoas, o lugar e as coisas de que é composta".

A partir do entendimento de comunidade, pode-se dizer que este é o nome exato para esta tecnologia social: "Banco e Comunitário", já que ambos trabalham dentro de uma estrutura monetária lastreada em moeda nacional. Contudo, o que os legitima e faz com que sejam implantados e consolidados são todas as características complexas que não são mensuráveis.

A verdadeira troca que existe nos Bancos Comunitários é muito mais profunda do que simplesmente a circulante local. Ela é uma resultante que só é possível a partir das trocas não monetárias, as quais são intrínsecas àquela comunidade que constituiu seu "espaço social".

> Comunidade não tem relação com lucro. Tem relação com benefício [...]. Quando tentamos monetizar todo o valor, desunimos metodicamente as pessoas e destruímos a comunidade (HOCK, 1999, p. 51).

***Histórico dos bancos comunitários* - B**anco Palmas primeira experiência de banco comunitário no Brasil

No contexto brasileiro, as experiências de Bancos Comunitários têm seu início no fim da década de 1990, quando surgiu o primeiro Banco Comunitário brasileiro - Banco Palmas - fundado em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Esse banco surgiu pela "[...] dificuldade dos moradores em arcarem com as despesas básicas de água, luz e alimentação" (BANCO PALMAS, 2008). A situação descrita acima fez com que a população, sem fonte de renda, buscasse por moradia em outros bairros, onde o custo de vida fosse zero. Diante disso, para enfrentar o problema de pobreza local, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), organizou um projeto de geração de trabalho e renda, para que as famílias fossem estimuladas a produzir e a comprar localmente. (SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL, 2008, p. 38). Em entrevista para essa pesquisa[51], alguns moradores relatam de forma interessante a mobilização para a criação do banco, suas dificuldades e o rompimento de paradigmas que essa criação significou:

> [...] Isso foi luta dos moradores, fomos nós que fomos buscar, foi tudo conquista nossa, ninguém trouxe até aqui de presente né, é luta nossa, eu tenho muito orgulho, nasci e me criei nessa comunidade, me casei aqui, construí família aqui, acho que vou morrer por aqui né [...] (Dona Josefina).

[51] O estudo de campo no Conjunto Palmeiras em Fortaleza/CE foi realizado entre os dias 19 e 28 do mês de novembro de 2011. As perguntas feitas aos moradores da Comunidade foram: O que representa o Banco Palmas no Conjunto Palmeiras? E quais as transformações causadas por este Banco no bairro?

Histórico da experiência do Conjunto Palmeiras

O Conjunto Palmeiras é um território com aproximadamente 30 mil habitantes, situado na periferia da cidade de Fortaleza. Nessa comunidade viviam, em 2011, mais de 5 mil famílias, cuja renda, em 80% dos lares, fica abaixo de dois salários mínimos/mês, e 70 % da população não tem emprego formal.

A história do bairro tem início em 1973, quando chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados, principalmente, na região litorânea da cidade (vide figura 2.9). Isso ocorreu devido à execução do plano metropolitano de urbanização, o qual culminou com a abertura de novas ruas e avenidas e com a consequente especulação imobiliária.

Essa população indigente foi "atirada" numa área pantanosa, coberta por lama e vegetação densa, extremamente inadequada para a convivência humana (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003) e distante aproximadamente 24 km da região litorânea onde grande parte destes moradores habitava até 1973, quando houve o despejo para a área destinada.

Os moradores que lá chegaram, foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a um processo de favelização, sem rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou qualquer outro tipo de serviço público. Inicialmente, a assistência à população local seguiu-se atrelada à atuação da extinta Fundação do Serviço Social de Fortaleza, órgão, então, ligado à Prefeitura municipal.

Os serviços prestados pelo órgão oficial jamais satisfizeram as extremas carências de meios para construir uma vida com o mínimo de dignidade, em razão do volume da demanda e do enfoque no atendimento, mais assistencial. A saída então foi a união da comunidade e a atuação como grupo de pressão junto aos governos, na tentativa de terem seus desejos de inclusão social atendidos.

As primeiras formas de organização da comunidade datam desta época: a construção da Casa de Parto, uma iniciativa de representantes de algumas quadras, constituindo-se como uma espécie de embrião da associação de moradores, a Escola de 1º Grau e o Centro Social.

No final dos anos 70, o crescimento do Conjunto Palmeiras foi acelerado com a chegada de outro público, constituído de pessoas desassistidas em outras áreas e que vislumbravam, naquele lugar, a possibilidade de construção do seu habitat. Ocorreu, então, o fortalecimento de um movimento social no bairro, em busca da sua organização. As conquistas iniciais estimularam a reunião das pessoas numa perspectiva de transformação da comunidade.

É nesse quadro que ocorre, em 1981, a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e que começa o processo de organização das famílias. O resultado é que, atualmente, o Palmeiras dispõe de redes de água e energia elétrica, e também de um canal de drenagem de 1.700m (construído em regime de mutirão). Está organizado por quadras e tem implantada sua rede de esgotamento sanitário, além de outros serviços públicos, como transporte, escola e postos de saúde. Nas palavras de um dos membros da comunidade é possível perceber o engajamento nessa causa:

> [...] Por conta da humilhação do bairro, tudo foi conquistado com luta, nada foi assim “tá aqui para você” porque aí e o governo, e a própria prefeitura, prometiam, mas não cumpriam. Então se não fosse a luta, as comissões, as reivindicações, as manifestações fazendo um bando música, charanga [...] até que eles perceberam que se não atendessem ia ser grande a confusão e deu certo.[...] (Seu Paulinho).

Certamente, tudo isso não seria alcançado sem a mobilização da ASMOCONP e de seus líderes, cujas lutas marcantes são exemplos na história do movimento comunitário no Brasil. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR. 2003). Segundo o comerciante Bezerra:

> Doze anos atrás o grupo Palmeiras era muito carente (antes da criação do Banco), hoje ainda tem umas carências, mas em relação há uns anos atrás era carente mesmo que seria até dificultoso um banco ser criado aqui dentro devido à carência das pessoas ser muito grande, mas, por conta disso, o Banco Palmas teve uma vantagem: que a carência das pessoas era tão grande que se entregaram ao projeto social total que deu uma forma para o Palmas que foi uma coisa alavancada referente a isso, a essa carência grande, que não teve como debater, só teve como colher. [...] E o Joaquim como coordenador, muito

> inteligente, ouviu, pegou toda a força da comunidade, todo detalhe, percebeu a linguagem de cada um e aplicou o banco, só ajudando. O pouco que o Banco ajudava era muito para quem estava precisando. Eram pessoas que não tinham iniciativa nenhuma, pessoas carentes, pessoas que não acreditavam nem em si. Aí o Banco trouxe projetos, incubadora feminina, trouxe cursos, trouxe várias coisas que buscaram a autoestima dessas pessoas, que aí foi onde nasceu a raiz do banco [...] (Seu Bezerra).

A organização endógena do bairro – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP

A ASMOCONP surgiu para organizar e mobilizar a população do Palmeiras em busca da melhoria de suas condições de vida mais gerais, articulando três planos de atuação: o político, a mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, reforçar a base das relações e convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas.

Por meio das mobilizações dos moradores e de diversas parceiras, a ASMOCONP foi aos poucos construindo o bairro. Várias são as situações que resumem a participação política presente nos 30 anos da ASMOCONP. Pode servir como referência a luta, por volta de 1985, pela manutenção de um programa de assistência do governo federal que destinava cestas básicas às famílias de baixa renda, cadastradas nos postos de saúde.

Um segundo momento que demonstra o poder do associativismo conjugado às lutas sociais ocorreu no ano de 1988 e o problema era o desabastecimento de água. Também nesse período, a ASMOCONP encampa uma "batalha política" e obtém a instalação da energia elétrica no bairro/favela.

> Além destas conquistas junto aos governos (nacional e subnacionais), as parcerias da ASMOCONP, no final da década de 80, já se estendiam a cooperação internacional. Por volta de 1990, apoiado pela GTZ (uma Agência alemã de cooperação internacional sob a forma de apoio técnico ligada ao governo daquele país), fora construído 1700 metros de canal de drenagem em regime de mutirão e, dois anos depois, junto ao Governo do Estado conseguiu-se a implantação da rede de esgotamento sanitário. "O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável", Joaquim Melo, um dos líderes da ASMOCONP. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).

Entretanto, no que tange os avanços na infraestrutural local, suas condições mais gerais de vida continuavam também amplamente influenciadas pela conjuntura política e macroeconômica. Uma pesquisa realizada pela ASMOCONP, em 1997, constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Naquela época, 90% da população economicamente ativa possuía renda familiar abaixo de dois salários mínimos; 80% estava desempregada; e os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e às dificuldades na comercialização de seus produtos.

Durante aquele ano, a associação realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes para discutir a condição de pobreza econômica local e quais seriam as alternativas de enfrentamento. Mais uma vez a comunidade se mobilizava na busca de soluções para as suas dificuldades.

Foi nessa perspectiva que a ASMOCONP criou o *Banco Palmas*, em janeiro de 1998, e implantou uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais. Embora o termo economia solidária fosse, nessa época, desconhecido, a ideia era "um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio" (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003: E16 apud FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).

O objetivo do projeto *Banco Palmas* seria, então, garantir microcréditos para a produção e o consumo local, com juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida daquele que será o tomador do empréstimo na comunidade.

O agente de crédito consulta, assim, a rede de relações da pessoa, como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, o qual envolve vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

Este processo tem por intuito também a valorização do indivíduo, que deixa de ser apenas consumidor e passa a ser "prosumidor". Segundo Pexe (2010), "*prosumidores são a junção das palavras profissional, produtor e*

consumidor, e diferencia-se do consumidor comum, pois esse novo indivíduo é mais envolvido no processo". (Figura 03).

Figura 01 – Funcionamento básico de crédito, Banco Palmas.

Fonte: Banco Palmas.

A efetivação desse projeto transformaria a atuação da ASMOCONP: Depois de 17 anos agindo como amplificadora das lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão, a ASMOCONP passa a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação de projetos sócio-produtivos de combate às desigualdades econômicas locais. Desde 1998, a ASMOCONP (figura 01) gerencia o *Banco Palma*. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).

Figura 02 – Banco Palmas cartaz da ASMOCONP no Banco Palmas.

Fonte: Imagem do autor, 2011.

Banco Palmas e o início da reaplicação da metodologia de bancos comunitários

A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira:

> [..] desenvolveu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas. O Banco Palmas tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo, e o circulante local (PALMAS), complementar à moeda oficial (real), que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, p. 1).

Dessa forma, o Banco Palmas é uma iniciativa que fomenta a geração de trabalho e renda, por meio da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004).

A iniciativa ganhou força e reconhecimento no início dos anos 2000, tanto que, em 2003, os moradores do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, criaram o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Sócio-Econômia Solidária, conhecido como Instituto Palmas, com o intuito de servir de apoio ao Banco Palmas, e também de auxiliar a criação de outros Bancos Comunitários no Brasil.

O Instituto Palmas obteve apoio de diversos atores da sociedade, tais como organizações governamentais e não governamentais, organismos multilaterais que acreditaram na ideia e no objetivo da diminuição da exclusão social e do desenvolvimento do território através dessa novidade social. Com esse apoio, o Instituto vem tentando reproduzir a metodologia em diversos locais do Brasil. (SILVA JÚNIOR, 2006).

Segundo Lietaer Bernard, especialista belga em moedas sociais, autor do Livro "O Futuro do Dinheiro", em entrevista ao Jornal FOLHA de São Paulo, em 2008, comparando o Banco Palmas com o Grammen de Bangladesh, já citado na pesquisa:

> O Banco Palmas é mais avançado que o Grammen, porque ajuda proporcionalmente mais seus "clientes" a sair da pobreza. Aqui está a razão: a taxa de juros cobrada pelo Banco Grameen é de 26%, outras organizações de microcrédito, como a empresa Compartamos no México cobra mais de 100% ao ano. Quantos novos negócios podem ser criados que têm uma taxa de retorno suficientemente alto para financeiramente justificar tais empréstimos? Em contraste a isso, o Banco Palmas disponibiliza créditos em dinheiro nacional e Palmas. Os empréstimos em Palmas podem ser fornecidos a uma taxa de juros muito mais baixa do que aqueles em moeda nacional. Dessa forma que alguém pode contrair empréstimos em dinheiro nacional (caro), apenas o que precisa de ser importadas do exterior da Comunidade por exemplo, máquinas de costura ou tefones móveis. Mas eles também podem emprestar (custo baixo) em Palmas para quaquer coisa que a comunidade local pode fornecer. Além disso, este por sua vez fornece mais trabalho para outras pessoas na mesma comunidade (JORNAL FOLHA E SÃO PAULO, 2008).

Em 2005, o Banco Palmas ganhou o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. A partir do prêmio, segundo o Banco Central do Brasil, (2008):

> [...] surgiram solicitações em todo o Brasil para transferência da metodologia do Banco Palmas, objetivando a implantação de bancos comunitários em diversos municípios. No mesmo ano, o Instituto Palmas firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e com o Banco Popular do Brasil (BPB) para fazer a difusão da metodologia dos Bancos comunitários (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Segundo Passos (2007), a primeira reaplicação da metodologia do Banco Palmas ocorreu em setembro de 2004, por meio de uma assessoria do Instituto na criação do Banco Par, no município de Paracuru, a 70 km de Fortaleza. Esse foi o segundo Banco Comunitário no Brasil, criado com as mesmas características do Banco Palmas.

Em 2005, conforme já demonstrado, a SENAES / MTE firmou parceria com o Instituto Palmas para transferir a metodologia para outros municípios do Brasil, através do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. Só no ano de 2005 foram criados mais quatro bancos comunitários no país: Banco Bassa (Santana do Acaraú / CE), o Banco Serrano (Palmácia / CE), o Banco Bem (Vitória / ES) e o Banco Terra (Vila Velha / ES). Atualmente, (2012) o país conta com quase 80 Bancos Comunitários, o que demonstra a reprodução e consolidação dessa tecnologia social. (Figura 02).

Figura 03 – Mapa da distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil, 2012.

Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2012.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários mostra, conforme gráfico, o crescimento da reaplicação destes Bancos por todo o território nacional, principalmente a partir de 2006 (INSTITUTO PALMAS, 2012).

Funcionamento do Banco Palmas

Segundo relatório do Banco Palmas, no site oficial (2010), de 2007 a 2009, o Instituto Palmas realizou 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de R$ 4.126.712,79. Ao todo foram beneficiadas 2.500 famílias, 8.000 postos de trabalho foram mantidos e 2.000 foram gerados. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de reais.

Bancos Comunitários seus diferenciais e o Desenvolvimento Social do Território

A tecnologia social apresentada neste artigo se tornou incontestavelmente uma força representativa e um instrumento de luta frente às desigualdades sociais. Enquanto tecnologia social, os Bancos Comunitários:

> [...] estão bem caracterizados e conceituados como um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo a população excluída do sistema financeiro quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Além disso, é possível assumir esta tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território (PASSOS, 2007, pg. 66).

Quem precisa de um banco comunitário?

Segundo o IBGE (apud Ushizima, 2008):

> [...] 13 milhões de pessoas trabalham no setor informal. Como 94% deste contingente não possui carteira assinada, encontra maiores dificuldades em realizar um financiamento tradicional, tendo em vista a formalidade e as exigências dos bancos brasileiros. A pesquisa sobre Economia Informal Urbana realizada pelo IBGE confirma esta dificuldade de acesso ao credito: os dados apontam que 95% das empresas informais não utilizaram qualquer tipo de credito, seja pela dificuldade de acesso, seja por seu alto custo. E

justamente para suprir o reduzido volume de crédito destinado ao trabalhador do setor informal, ao desempregado, a dona-de-casa, que os bancos populares surgem como uma organização local de fomento.

Baseado nos estudos realizados nesta pesquisa é possível afirmar que os Bancos Comunitários estão voltados para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Os créditos em consumo são concedidos, em sua maioria, em moeda social sem juros, de forma a propiciar uma sinergia entre os créditos produtivos concedidos e os créditos de consumo. A aprovação dos créditos solicitados ao banco ocorre com o aval das pessoas da comunidade, as quais conhecem quem está solicitando o crédito, e com a participação dos trabalhadores do banco no Conselho de Análise de Crédito – CAC (BANCO UNIÃO SAMPAIO, 2010). Nestes termos, torna-se evidente a ideia de comunidade como diferencial para a implantação desta tecnologia social, já que a construção de um Banco Comunitário só é possível em território onde exista este grau de identidade e maturidade social entre as pessoas.

Os trabalhadores do banco são integrantes da própria comunidade ou vivem na localidade, o que gera outra forma de atendimento, mais humana e pessoal, diferentemente do atendimento dos bancos convencionais, pois é a partir da identidade das pessoas com o Banco que ele se torna, naturalmente, legítimo no território, demonstrando a existência de um sentimento de pertencimento e de apropriação (territorialidade) desse território. Vale citar, Hock (1999), que afirma que a comunidade é "independência, interdependência e a intradependência dos indivíduos dentro de um território, pois a verdadeira comunidade exige proximidade, interação e contato contínuo e direto entre as pessoas, o lugar e as coisas de que é composta".

Considerações

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada com o objetivo de verificar o papel dos Bancos Comunitários no desenvolvimento social dentro do contexto brasileiro e constatou-se que esta tecnologia vai além da disponibilização de recursos monetários para pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional, sendo que contribui também para a criação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários, os quais possam fortalecer a produção e o consumo local, de forma a potencializar a integração social e as relações comunitárias. É possível afirmar que a verdadeira troca que existe nos Bancos Comunitários é muito mais profunda do que simplesmente a circulante local, moeda social, pois ela é uma resultante que só é possível a partir das trocas não monetárias, as quais são intrínsecas àquela comunidade que constituiu seu "espaço social". Em suma só é possível aplicar, desenvolver, manter experiências de Bancos Comunitários em territórios que possuam e que sejam uma verdadeira comunidade.

Os Bancos Comunitários devem ser implantados ainda, em comunidades que possuam um alto grau de maturidade, ou seja, a relação de independência, interdependência e a intradependência dos indivíduos, e a identidade destes com o território, pois o coração e alma da comunidade é a troca não monetária de valor: coisas que fazemos e compartilhamos porque nos interessamos pelos outros e pelo bem do lugar.

No contexto apresentado acima os Bancos Comunitários possuem grande chance de êxito e se mostram diferenciais na busca e na atuação do desenvolvimento social dos territórios.

As proposições para a continuação da consolidação da Rede de Bancos Comunitários no país devem se pautar na máxima da mobilização endógena da comunidade e das especificidades dos atores sociais de cada território, é possível afirmar que respeitando as características e condições apresentadas e analisadas nesta pesquisa, o Banco Comunitário quando implantado com o cumprimento das premissas básicas necessárias, é a forma mais completa de aplicação dos preceitos da economia solidária, pois, consegue cumprir todos os quatro princípios básicos desta Economia: autogestão, cooperação, dimensão econômica e a solidariedade, além de criar sua própria oferta e demanda, sendo assim uma forma de desenvolvimento social, endógeno, sustentável e sustentado.

Referências

ABRAMOVAY, R; CARVALHO, C. E. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas:** Diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro,** ano 3, n. 29, 2008**.**

BANCO PALMAS. **Um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana.** Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/10043>. Acesso em: 12 set. 2010.

BANCO UNIÃO SAMPAIO. **Banco Comunitário União Sampaio.** Disponível em: <http://bancocomunitariosampaio.blogspot.com/>. Acesso em: 14 nov. 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES. 2. **Caderno temático,** 2010.

DICIONÁRIO ONLINE MICHAELIS. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/. Acesso em 12/10/2014.

EGLER, T. T. C. Espaço e coesão social. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Orgs.) **Memória e espaço**: trilas do contemporâneo, Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR. **Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará.** 2003

FRANÇA, G. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações e Sociedade**, v. 8, n. 20, jan.-abr. 2001, Salvador: EAUFBA.

HOCK, D. **O nascimento da Era Caórdica**. Editora Cultrix, 1999.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Bernard Lietaer's interview with brazilian newspaper Folha de S. Paulo.** Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/14527360/Bernard-Lietaer-Interview-Brazilian-Folha-de-S-Paulo>. Acesso em: 20 mar. 2011.

INSTITUTO PALMAS. **Apresentação matriz de indicadores para bancos comunitários.** 2012. Disponível em: <http://www.inovacaoparainclusao.com/ anexo-v---palestra-matriz-de-indicadores.html>. Acesso em: 08 out. 2010.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). **Banco comunitário e cooperativa de crédito**: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

MUSA, S. M. **Diminuição da pobreza em Bangladesh**. A experiência do Banco Grameen. 2001. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Diminui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20em%20Bangladesh.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

NUNES, P. **Conceito de Banco Comercial.** Disponível em: http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/bancocomercial.htm. Acesso em: 20/01/2014.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário:** serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Bancos comunitários e desenvolvimento territorial:** analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. In: VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 a 11 de novembro de 2007, Salvador, 2007.

SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Org.) A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DAS MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL, 2008.

VASCONCELOS, N. **Bansol**: uma nova experiência em finanças solidárias. S/D. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/ iciepa/unpan005470.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

USHIZIMA, L. Y. **Acesso ao Sistema Financeiro:** alternativas à exclusão – O caso dos Bancos Populares**.** 2008

LISTA DE AUTORES

ANDRADE, Bruno, 188
ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de, 203, 233, 254
BANDOS, Melissa F. C., 254
BARBOSA, Aline Marques, 262
BERTELLI, Célio, 9, 14, 37, 44, 54
BORDO, Adilson Aparecido, 86
BORGES, Ana Claudia Giannini, 246
BRAGA FILHO, Hélio, 105, 175, 203, 233
CAMARGO, Mário Lázaro, 118, 149
CAMPANARO, Eduardo Antoniete, 77
CANAVEZ, Luciana Lopes., 239
CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes Clemente, 59
CONDUTA, Luis Fernando, 125, 133
COSTA, Aparecida Helena, 105
DE CASTRO NAKAMURA, Fernanda, 267
DE OLIVEIRA, Ângela Ferreira, 292
DE SOUSA, Wesley José, 292
DONADELI, Paulo Henrique Miotto., 239
ENGLER, Maximiliano, 308
ESPÍRITO-SANTO, Patrícia S.M.F., 286
FADEL, Bárbara, 37, 133
FARIA, Caroline de Souza, 166
FARIA, Gilberto F., 254
FARIA,Gilberto, 37
FÉLIX DE SOUSA, Joana D'Arc, 292
GERA, Maria Zita Figueiredo, 59, 166
GILBERTO, Miele Dominique da Silva Jati, 21
GILBERTO, Thales Jati, 21
GILBERTO, Thalisa Maria Jati, 188
GONÇALVES, Gustavo Henrique, 59
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 30, 96, 301
JORGE, Carlos Francisco Bitencourt, 140
KOMATSI, Denny Hideki, 125, 133
LEMOS, Guilherme José, 54, 96
LOFIEGO, Bruno Bember, 118, 149
MACHADO NETO, Alfredo José, 77
MACHADO, Cristiane Freitas Bertanha, 9
MALVESTIO, Mateus Roberto Sposito, 195
MARTINS, Adelio de Sousa, 175
MARTINS, Edson, 44
MASSAROLO, Verônica Cardoso, 118, 149
MORO-CABERO, María Manuela., 158
MOSCARDINI, Leandro, 188
NASCIMENTO, Natália Marinho do., 158
NICOLAU, Maraisa Cristina, 246
NOZELLA, Katia Lima, 262
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 54, 96
POUSA, Jonatan, 203, 233
PRADO, Lucimara de Oliveira Correia do, 65
SABES, Silvana Festa, 125
SANTOS, Carlos Eduardo Moreno, 140
SANTOS,Patrícia Lopes Pereira, 286
SILVA, Francisco Lúcio de Rodrigues, 14
SILVA, Juarez Pereira da, 125, 133
SILVA, Samuel Anderson Queiróz, 30
SOUZA, Juliete Susann Ferreira de., 158
SOUZA, Marlene de Fátima Campos, 125
SOUZA, Regina Maria de, 274, 281
TANAKA, Luís Carlos, 301
VALENTIM, Marta Lígia Pomim., 158
VILARINHO, Jéssica Silva, 281
WENCESLAU, Marcelo, 188

editora

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

SÉRIE Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Uni-FACEF

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

www.unifacef.com.br

ISBN 978-858740691-0

9 788587 406910

PÓS Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

GEDE

GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO